



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1817

Segunda-feira - 31 de Agosto de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Garopaba.....	90	Penha.....	263
Alto Bela Vista.....	4	Garuva	93	Peritiba.....	267
Antônio Carlos	6	Governador Celso Ramos	95	Ponte Serrada	268
Arroio Trinta.....	8	Grão Pará	96	Porto Belo.....	270
Balneário Rincão	9	Herval d'Oeste	117	Porto União.....	271
Bela Vista do Toldo.....	10	Imbituba	120	Presidente Castello Branco.....	273
Biguaçu	11	Indaial.....	123	Presidente Nereu.....	274
Blumenau	13	Iomerê	129	Rio do Sul.....	275
Bom Jesus do Oeste	20	Ipumirim	133	Salto Veloso.....	279
Bom Retiro	21	Irineópolis	134	Santa Rosa do Sul	282
Braço do Trombudo.....	22	Itaiópolis	150	Santa Terezinha do Progresso	283
Brunópolis	24	Itapiranga.....	151	Santiago do Sul.....	284
Brusque.....	40	Itapoá	153	São Bento do Sul.....	285
Caçador.....	42	Ituporanga	154	São Carlos	286
Camboriú.....	46	Jacinto Machado	156	São Domingos.....	296
Campo Alegre	47	Joaçaba	158	São João do Oeste	297
Campo Erê.....	53	Lages	162	São João do Sul	298
Campos Novos.....	54	Laguna	163	São José.....	301
Canelinha	55	Lebon Regis.....	190	São José do Cedro.....	320
Canoinhas.....	57	Leoberto Leal.....	191	São Lourenço do Oeste.....	321
Capinzal	60	Lindóia do Sul.....	192	São Miguel da Boa Vista	328
Catanduvas.....	62	Luzerna	193	São Miguel do Oeste.....	329
Chapadão do Lageado	63	Macieira.....	198	São Pedro de Alcântara.....	331
Cocal do Sul.....	64	Maravilha.....	204	Schroeder.....	333
Concórdia	67	Massaranduba.....	205	Serra Alta	350
Cordilheira Alta	69	Meleiro	206	Tigrinhos	351
Coronel Freitas.....	70	Modelo	207	Timbó	352
Coronel Martins.....	71	Monte Carlo.....	208	Três Barras	367
Correia Pinto.....	72	Navegantes.....	210	Trombudo Central.....	371
Corupá	73	Nova Trento	211	Tunápolis.....	378
Curitibanos	75	Ouro	222	Turvo	382
Ermo	76	Paial	223	Vargem Bonita	383
Eral Velho	77	Palhoça	224	Videira.....	384
Forquilha.....	80	Palmitos	258	Vitor Meireles.....	431
Fraiburgo.....	82	Papanduva.....	259	Xanxerê.....	433
Frei Rogério	88	Passos Maia	261	Xavantina	434
Galvão.....	89	Paulo Lopes	262	Xaxim.....	441

Associações

AMURC.....	443	AMUREL	445
------------	-----	--------------	-----

Consórcios

CIMCATARINA.....	450
CIS/AMMVI.....	456
CIGAMERIOS	457



SOS Oeste



O Sistema FECAM entrou na **Campanha de Arrecadação de Donativos** para os atingidos pelas chuvas de julho, promovida pela Cruz Vermelha. É o momento de unirmos as forças e auxiliarmos àqueles que estão precisando de ajuda.

O QUE DOAR?

A maior necessidade é por **materiais de higiene pessoal e limpeza. Alimentos não perecíveis** também são bem-vindos.

Doações em dinheiro devem ser feitas diretamente na **conta da Cruz Vermelha:**

Banco do Brasil

Ag: 5453-4

Cc: 5916-1

VAMOS COLABORAR

Os donativos podem ser deixados na caixa de coleta localizada na recepção.

Ao final da segunda semana de Agosto eles serão encaminhados à Cruz Vermelha de Florianópolis para o envio aos necessitados.

CONTAMOS COM A COLABORAÇÃO DE TODOS.

Mais informações:

FECAM: (48) 3221-8800 | CRUZ VERMELHA: 3244-6681

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 58/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 42/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 58/2015
PREGÃO PRESENCIAL 42/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 58/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 42/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a selecionar proposta mais vantajosa para aquisição de equipamento agrícola – execução do contrato de repasse 1000100-83/2012/MAPA/CAIXA, com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual será processado e julgado no dia 14 de setembro de 2015 às 13h30, em consonância com as Leis Federais n. 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 28 de agosto de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO DE CREDENCIAMENTO Nº001/2015

RESCISÃO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2015 DE 04/03/2015

O Município de Água Doce – SC, , pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan, 322, cidade de Água Doce – SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, e de outro lado ANTONIO DARCI BANDEIRA MEI, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o nº 12.140.245/0001-01, com endereço na Rua Carlos Dreyer, 189, no Município de Luzerna– SC, resolvem RESCINDIR, em atendimento a recomendação do Ministério Público, o Termo de Credenciamento nº. 001/2015 de 04/03/2015, cujo objeto era a CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA CULTURAL E ESPORTIVA DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, em decorrência do Edital de Credenciamento nº 002/2015, firmado entre as partes, a partir da qual inexistirão obrigações recíprocas, salvo os direitos e obrigações geradas anteriormente a esta data.

Água Doce, SC, 28 de agosto de 2015	
NOVELLI SGANZERLA	ANTONIO DARCI BANDEIRA
Prefeito Municipal	Antonio Darcy Bandeira - MEI
Contratante	Contratado

TESTEMUNHAS

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419 - 95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.061 DE 27 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

DECRETA:

Art. 1º Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, JONES JOSÉ GASTMANN, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de GERENTE DE URBANISMO E HABITAÇÃO, no período de cento e oitenta (180) dias, a contar de 21 de agosto de 2015, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Tabajara C. Vidal CRM 4475.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 21 de agosto à 04 de setembro de 2015, sendo que o restante do período será reembolsado pela Previdência Social (INSS).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 27 de agosto de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

EXTRATO DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação asfáltica da Rua "A", situada no Loteamento Popular, conforme Projeto Básico constante do Anexo "E".

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante SANTASUL – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o menor preço global de R\$ 242.502,56 (duzentos e quarenta e dois mil quinhentos e dois reais com cinquenta e seis centavos); Outrossim, fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato a interposição de recurso. A Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório a qualquer proponente que se sinta prejudicado.

Alto Bela Vista, SC, 28 de agosto de 2015.

CASSIANO MARTINAZZO

Presidente da C.P.L

LEI MUNICIPAL Nº 674 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

ESTABELECE PROCEDIMENTOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DE INCENTIVO À INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE GRANDE PORTE NO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Cátia Tessmann Reichert, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

FAZ SABER – Que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Alto Bela Vista mediante requerimento junto ao Município a conceder estímulos fiscais e incentivos econômicos aos empreendimentos considerados de grande porte a serem instalados no território municipal;

Parágrafo Primeiro: Considera-se empreendimento de grande porte para fins desta lei os empreendimentos que atenderem no mínimo dois dos seguintes requisitos mínimos:

- I. Área construída igual ou superior a 1.200 m² (Um mil e duzentos metros quadrados) a ser edificada no prazo máximo de 2 anos;
- II. Investimento superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais);
- III. Criação de no mínimo 04 (quatro) empregos formais diretos;

Parágrafo Segundo: Para gozar dos benefícios desta lei é condição essencial que o empreendimento seja aprovação do Conselho Municipal competente;

Art. 2º - Os estímulos e incentivos a que se refere o artigo anterior se darão na forma de serviços de máquinas (inclusive com a contratação de horas de máquinas terceirizadas), melhorias nas vias de acesso e dentro da propriedade, melhorias e ampliação das redes de energia elétrica e rede de água, transporte de materiais de construção ou quaisquer outros.

Art. 3º - O requerimento do interessado a ser apresentado ao Município para análise do Conselho Municipal competente deverá estar acompanhado de no mínimo:

- Projeto básico do empreendimento;
- Fontes de financiamento sinalizadas;
- Estimativa de faturamento médio anual;
- estudo de viabilidade econômica e financeira;
- licenciamento ambiental;
- documento que comprove a estimativa do retorno de impostos ao Município nos exercícios subsequentes;

Parágrafo Primeiro: mediante o parecer favorável do Conselho Municipal o Chefe do Poder Executivo dará encaminhamento dos trâmites necessários para a concessão do(s) benefício(s).

Parágrafo Segundo: Transcorrido o prazo de 1 (um) ano e o empreendimento não estiver em atividade ou durante o prazo de 5 (cinco) anos não forem mantidas as condições iniciais os investimentos reverterão ao Município na forma legal.

Art. 4º - O limite para concessão dos benefícios em valores financeiros será estabelecido através de decreto Municipal, podendo chegar até o limite de 5% do valor da obra, limitado ao valor máximo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 5º - Para custear às despesas decorrentes da implementação

do programa definido nesta lei, em cada exercício, serão consignados os recursos necessários, na lei orçamentária municipal.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, 28 de Agosto de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 114 DE 25 DE AGOSTO DE 2015 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, CARLOS ALBERTO MALTAURO, ocupante do Cargo efetivo de FISCAL, no período de quinze (15) dias, a contar da presente data, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Etson Patzlaff CRM 9319.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município por quinze (15) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 25 de agosto de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 115 DE 25 DE AGOSTO DE 2015 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, ELSI INÊS KRÜGER, ocupante do Cargo efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, no período de sete (7) dias, a contar da presente data, conforme atestado médico expedido pela Dra. Manoela Bruggemann CRMSC 14.193.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município por sete (7) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 25 de agosto de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO 71/2015

DECRETO Nº 000071/15 de 27 de Agosto de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 46.049,66 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 46.049,66

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
Superávit financeiro 46.049,66

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27 de Agosto de 2015
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ALTERAÇÃO NO ZONEAMENTO DOS BAIRROS SANTA BARBARA E CENTRO E ALTERAÇÃO NA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ALTERAÇÃO NO ZONEAMENTO DOS BAIRROS SANTA BARBARA E CENTRO E ALTERAÇÃO NA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, convoca a comunidade em geral para participar da Audiência Pública, referente alteração no zoneamento dos bairros Santa Barbara e Centro e alteração na lei de uso e ocupação do solo, a ser realizada às 18h (dezoito horas) do dia 16 de setembro de 2015, na sede da Prefeitura de Antônio Carlos/SC, sito à Praça Anchieta, nº. 10, Centro, Antônio Carlos/SC – CEP: 88180-000. Ficam especialmente convidados: Ministérios Públicos Estadual e Federal, representantes do Poder Legislativo Municipal, Associações, Sindicatos e Organizações Não-Governamentais.

Antônio Carlos, 28 de agosto de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA 433/2015

PORTARIA Nº 433/2015.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, ROGERIA GOEDERT KREMER BRUHL, do cargo temporário, de ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE, pelo término de seu contrato temporário, a partir de 31 de agosto de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de agosto de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 31 de agosto de 2015.

PORTARIA 435/2015

PORTARIA Nº 435/2015.

Nomeia servidor para cargo público.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ROSE CRISTIANE TELLES, para o cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 40H, para atuar na Rede de Ensino Municipal, a partir de 1 de setembro de 2015, passando a fazer parte do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de agosto de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 31 de agosto de 2015.

PORTARIA 436/2015

PORTARIA Nº 436/2015.

Concede férias a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder férias por 30 (trinta) a servidora VERALDINA
GUESSER, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁ-
RIO DE SAÚDE, a partir de 28/10/2015, referente ao período aqui-
sitivo de 02/04/2014 a 01/04/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publica-
ção.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de agosto de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 31 de agosto de 2015.

PORTARIA 437/2015

PORTARIA Nº 437/2015.

Concede férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder férias por 30 (trinta) ao servidor EDENESIO
ANTONIO NEIS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir
de 01/10/2015, referente ao período aquisitivo de 01/04/2014 a
31/03/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publica-
ção.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de agosto de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 31 de agosto de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1716

DECRETO Nº 1716, de 28 de agosto de 2015.

Aprova Projeto de Loteamento Urbano Denominado NASCER DO SOL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 100, incisos VIII e XXVI da Lei Orgânica do Município de Arroio Trinta, Lei Complementar Municipal nº 1026 de 22/04/2004 e suas alterações posteriores, e o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19/12/1979, e demais disposições legais.

CONSIDERANDO o parecer técnico exarado por Engenheiro Civil da AMARP, o parecer Jurídico, Uso e Ocupação do Solo, no Processo Administrativo nº 001/2013.

CONSIDERANDO que o Loteador cumpre as exigências legais preliminares para a aprovação do projeto de loteamento, informando no processo administrativo;

CONSIDERANDO que a aprovação do loteamento não desonera o loteador do cumprimento das suas obrigações legais em relação aos requisitos exigidos para a consecução dos trabalhos, mesmo aqueles realizados subsequentes ao ato de aprovação;

CONSIDERANDO ainda que mesmo posteriormente à aprovação do projeto do loteamento e se registro, as eventuais omissões ou irregularidades na execução dos trabalhos de infraestrutura são passíveis de notificação para a devida regularização e passível de responsabilização do loteador;

CONSIDERANDO que o loteador já firmou compromisso e caução;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de Loteamento da área de terra urbana pertencente ao senhor IVO BIAVA, inscrito no CPF sob o nº 065.690.139-04, com área loteada de 38.028,38 m² (trinta e oito mil e vinte e oito metros e trinta e oito centímetros quadrados), matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Videira – SC sob o número de ordem 30.232, conforme planta e memoriais descritivos anexos ao Processo Administrativo nº 001/2013, os quais fazem parte integralmente do presente Decreto independentemente de transcrição.

Art. 2º Fica o Órgão competente autorizado a expedir o respectivo Alvará autorizando o início das obras.

Art. 3º A aprovação do projeto de loteamento não exime o (s) responsável (is) pelo cumprimento de todas as exigências legais, de conformidade com as Leis Federais nº 6.766/79 e 4.771/65, e Lei Complementar Municipal nº 1026/2004, e demais normas específicas .

Art. 4º O loteador deverá apresentar ao Cartório de Registro de Imóveis, juntamente com cópia do Alvará, os termos de compromisso e de caucionamento para que sejam averbados junto da matrícula referente a área do loteamento.

Art. 5º O Alvará expedido terá validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação do Decreto, sob pena de caducidade, tendo em vista o disposto no art. 18, caput, da Lei Federal nº 6.766/79.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 28 de agosto de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº 302/2015

DECRETO Nº. 302/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 176/2014:

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Dotação Orçamentárias abaixo discriminada:

Órgão 06: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Ativ. 2.021: Manutenção da Divisão de Atenção à Criança e ao Adolescente

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0000 (141) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Artigo 2º - O crédito orçamentário a que se refere o art. 1º. ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Ativ. 2.021: Manutenção da Divisão de Atenção à Criança e ao Adolescente

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0000 (144) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 14 de agosto de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de agosto de 2015.

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

LEI Nº 1.121

LEI Nº 1.121/2015, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

“CRIA CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR MUNICIPAL DO PROCON NA ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica criado 01 (um) cargo de Provimento em Comissão na estrutura do Poder Executivo Municipal, Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, denominado Coordenador do PROCON, Padrão CC-3, com vencimento mensal de R\$ 1.249,83 (mil duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos) com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. São atribuições do Coordenador do Procon as atividades de Coordenar e executar a política municipal de defesa do consumidor; fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90, art. 56) e do Decreto nº 2.181/97 e demais legislações Estadual e Municipal relativas à defesa do consumidor; funcionar, no procedimento administrativo, como instância de instrução e julgamento no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas pela Lei nº 8.078, de 1990, pela legislação complementar e pelo Decreto nº 2.181, de 1997, ou legislação que as substitua; receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado; prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias; informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos meios de comunicação; manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los pública e anualmente (Lei nº 8.078/90, art. 44), remetendo cópia ao PROCON Estadual; expedir notificações aos fornecedores para que, sob as penas do crime de desobediência (art. 330, do Código Penal), prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardado o segredo industrial; solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução de seus objetivos; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Art. 3º. As despesas constantes da presente Lei correrão por conta de dotações específicas no orçamento.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de agosto de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 27 de agosto de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 147/2015

DECRETO Nº 147/2015 DE: 28 DE AGOSTO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição da República, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público do servidor SAULO CESAR GALLIANI, a partir de 31/08/2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República ao SAULO CESAR GALLIANI, detentor da matrícula funcional nº 7471, portador do CPF nº 338.507.717-68, inscrito no PASEP nº 1001704700-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 1.190,09 (um mil cento e noventa reais e nove centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de 31/08/2015, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de agosto de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

EDITAL 002/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL DOS NOMES E NÚMEROS DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS A PARTICIPAREM DAS ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA CONSELHEIRO TUTELAR.

Edital CMDCA nº 02/2015

Dispõe sobre a relação dos nomes dos candidatos inscritos e aprovados pela comissão organizadora para participar da Eleição Unificada para Conselheiro Tutelar, exercício 2016-2020.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, cumprindo as determinações do Edital nº 01/2015, e suas alterações, em sua sede localizada a Rua Lúcio Born, Nº 12, sala 209, Centro, Biguaçu, torna público a relação dos nomes de candidatos

inscritos e aprovados a participarem da Eleição Unificada de Escola de Conselheiros Tutelares e seus respectivos números de inscrição para ser utilizados na campanha eleitoral no Município de Biguaçu-SC, conforme segue:

Inscrição nº 01 - Leda Regina Locks;
Inscrição nº 04 - Camelita Alves;
Inscrição nº 05 - Rudney Daniel Bitencourt;
Inscrição nº 06 - Dilmar Franchini;
Inscrição nº 07 - Franciele Helbing;
Inscrição nº 08 - Carlos Rogério Simas Junior;
Inscrição nº 09 - Aline Cristhiane Teles Augusto;
Inscrição nº 10 - João Mendes de Faria;
Inscrição nº 12 - Priscilla Carminatti da Silva;
Inscrição nº 13 - Saulo Cesar Galliani.

Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de agosto de 2015.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente.
Presidente do CMDCA/Biguaçu

PAUTA DE JULGAMENTO - CMC BIGUAÇU

PAUTA DE JULGAMENTO

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SESSÃO DO DIA 18/09/2015 COM INÍCIO ÀS 16:00 HORAS, LOCAL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7124/2013
RECORRENTE: LUIZ JOÃO DE ALMEIDA ME
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
CONSELHEIRO RELATOR: LEANDRO FRANCISCO TORQUATO

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 4470/2013
RECORRENTE: BANANAS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
CONSELHEIRA RELATORA: JÉSSICA CHAYANE FONSECA

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 4472/2013
RECORRENTE: BANANAS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
CONSELHEIRA RELATORA: JÉSSICA CHAYANE FONSECA

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

Dispõe sobre a relação dos nomes dos candidatos inscritos e aprovados pela comissão organizadora que participarão da eleição unificada para conselheiro tutelar no dia 04 de outubro de 2015.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A Análise das Inscrições pela Comissão Organizadora da Eleição Unificada para Conselheiro Tutelar.
- O Edital nº 01/2015 do CMDCA e alterações publicadas.
- O disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução do CONANDA nº 170/2014 e na Lei Municipal nº 788/93 e alteração nº 3078/2011.

Resolve:

Art. 1º - Tornar público a relação dos nomes de candidatos inscritos e aprovados a participarem da eleição unificada de escolha de conselheiros tutelares, com os respectivos números de inscrição que poderão ser utilizados para a campanha eleitoral:

Inscrição nº 01 - Leda Regina Locks;
Inscrição nº 04 - Camelita Alves;
Inscrição nº 05 - Rudney Daniel Bitencourt;
Inscrição nº 06 - Dilmar Franchini;
Inscrição nº 07 - Franciele Helbing;
Inscrição nº 08 - Carlos Rogério Simas Junior;
Inscrição nº 09 - Aline Cristhiane Teles Augusto;
Inscrição nº 10 - João Mendes de Faria;
Inscrição nº 12 - Priscilla Carminatti da Silva;
Inscrição nº 13 - Saulo Cesar Galliani.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de agosto de 2015.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente
Presidente do CMDCA/Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 29.509/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.509, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
RAQUEL FURTADO À FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU - FCB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal RAQUEL FURTADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Produtor Cultural, lotada na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, à Fundação Cultural de Blumenau - FCB, a contar de 31 de julho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/08/005352.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.510/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.510, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
PATRICIA CONSTANCIO WERNER À FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU - FCB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal PATRICIA CONSTANCIO WERNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação Cultural de Blumenau - FCB, a contar de 31 de julho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/08/005351.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.512/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.512, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
MAURICIO SCHAEFER À FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU - FCB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal MAURICIO SCHAEFER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Músico, lotado na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, à Fundação Cultural de Blumenau - FCB, a contar de 31 de julho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/08/005350.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.513/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.513, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
VANDERLEI LUÇOLI À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FAEMA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal VANDERLEI LUÇOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Topógrafo, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, à Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAEMA, a contar de 31 de julho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/08/005358.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.514/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.514, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
IVONEI SEBASTIÃO FIAMONCINI À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FAEMA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal IVONEI SEBASTIÃO FIAMONCINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, à Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAEMA, a contar de 31 de julho de 2015, de acordo

com o Processo Administrativo nº 2015/08/005357.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.515/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.515, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

DARCIA NE ASCENÇÃO NUNES SCHROEDER À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FAEMA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal DARCIA NE ASCENÇÃO NUNES SCHROEDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, à Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAEMA, a contar de 31 de julho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/08/005355.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.516/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.516, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

OSNI BARBOSA DA SILVA À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FAEMA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal OSNI BARBOSA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, à Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAEMA, a contar de 31 de julho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/08/005359.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.517/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.517, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

CINARA HELENA NASCIMENTO À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FAEMA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal CINARA HELENA NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, à Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAEMA, a contar de 31 de julho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/08/005354.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.518/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.518, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

JOÃO HENRIQUE NEGRÃO DE CASTRO À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal JOÃO HENRIQUE NEGRÃO DE CASTRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Desportivo, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação Municipal de Desportos - FMD, a contar de 31 de julho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/07/004998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2015

Homologação do pregão presencial n.º 033/2015

Data da Homologação: 30 de julho de 2015

Objeto: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Novo Lar, localizado na Rua Hermann Tribess, nº 2.600, Bairro Tribess, Blumenau SC, conforme termo de referência e demais anexos do Edital, pelo período de 12 (doze) meses. Termo de Convênio nº 0298.200-07 CEF - SEMUDES.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa: CRUZ AZUL NO BRASIL

Valor global R\$ 128.000,00 (Cento e vinte e oito mil reais).

Base Legal: De acordo com o Pregão Presencial no 033/2015 nos

termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2015 - SEMUDES INSTRUÇÃO NORMATIVA nº. 001/2015

ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO E LIMITES DE VALORES PARA O BENEFÍCIO EVENTUAL DE RENDA ALIMENTAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 6.861, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2006, QUE INSTITUIU O PROGRAMA DE INCLUSÃO DE GERAÇÃO DE RENDA.

Art. 1º O Benefício Eventual de Renda Alimentação será distribuído através do Cartão Blusuas e os valores estão limitados ao repasse no valor de R\$ 56,00 (cinquenta e seis reais) até R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 2º Para fins de recebimento do Benefício Eventual de Renda Alimentação serão considerados em situação especial qualquer família ou cidadão em situação de vulnerabilidade social, independentemente do tempo de moradia na cidade.

Art. 3º O Benefício Eventual de Renda Alimentação será concedido uma vez por mês, observando o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias, sendo obrigatório para o recebimento do benefício a avaliação socioeconômica e parecer do profissional de Serviço Social.

§ 1º. Os valores a serem repassados devem levar em conta que a renda per capita da família não pode ultrapassar 1/3 do Salário Mínimo Nacional.

§ 2º. Para o cálculo da renda familiar será considerada a soma de todos os rendimentos percebidos pela família, incluindo benefícios, eventuais ou não, recebidos através de programas estaduais ou federais de transferência de renda.

§ 3º. O Benefício Eventual de Renda Alimentação não será cumulativo com outros benefícios municipais, exceto nos casos de auxílios natalidade, funeral e vulnerabilidade temporária.

Art. 4º O Benefício Eventual de Renda Alimentação, distribuído através do Cartão Blusuas, será utilizado, exclusivamente, para a compra de gêneros alimentícios ficando, expressamente, proibido a compra de bebidas alcoólicas e cigarros.

Parágrafo único. A compra será efetuada em estabelecimentos comerciais habilitados.

Art. 5º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 28 de agosto de 2015.
Valdecir Mengarda
Secretário de Desenvolvimento Social

EXTRATO CONVENIO 30.01.006/2015 - FMDCA EXTRATO DO CONVENIO Nº 30.01.006/2015

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS.
-------------	---

OBJETO: Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiro, conforme cronograma físico financeiro, para a execução do Projeto "Sala de Apoio e Estimulação Multidisciplinar para Crianças com Deficiência Auditiva", sob a Ação: Manutenção de Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o Decreto Municipal nº 10.234/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente CONVÊNIO tem fundamento legal nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, na Resolução 16, de 21 de dezembro de 1994 e Decreto Municipal nº 10.234, de 20 de dezembro de 2013, na Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, no Edital para Banco de Projetos do CMDCA 002/2013 e na Resolução do CMDCA nº 072/2014.

VALOR: R\$ 3.270,21 (três mil, duzentos e setenta reais e vinte e um centavos)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio terá a vigência de 01 de julho de 2015 a 31 de agosto de 2015, admitida a prestação de contas final do Convênio, até o dia 30 de setembro de 2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS:	DESCRIÇÃO
Órgão:	30
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2164
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(28) 3.3.50.00.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0609.00000

DATA: 17 de julho de 2015.

EXTRATO CONVENIO 30.01.007/2015 - FMDCA EXTRATO DO CONVENIO Nº 30.01.007/2015

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS.
-------------	---

OBJETO: Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiro, conforme cronograma físico financeiro, para a execução do Projeto "Inclusão Social e permanência do Adolescente Surdo e/ou Deficiente Auditivo no Mercado de Trabalho: através de cartilhas e cartazes de orientações em Libras", sob a Ação: Manutenção de Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o Decreto Municipal nº 10.234/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente CONVÊNIO tem fundamento legal nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, na Resolução 16, de 21 de dezembro de 1994 e Decreto Municipal nº 10.234, de 20 de dezembro de 2013, na Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto

de 2003 e alterações, no Edital para Banco de Projetos do CMDCA 002/2013 e na Resolução do CMDCA nº 072/2014.

VALOR: R\$ 13.610,00 (treze mil, seiscentos e dez reais)

VIGÊNCIA: O prazo estabelecido para a execução deste convênio terá a vigência de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

ETAPAS:	DESCRIÇÃO
Órgão:	30
Unidade:	01
Atividade/Projeto/Função:	08.243.0004.2164
Modalidade/Rubrica/Dotação:	(28) 3.3.50.00.00.00.00
Fonte de Recursos:	0609.00000

DATA: 17 de julho de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 109/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 109/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: ADAPTAÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO COM 530M², PARA INSTALAÇÃO DE 02 (DUAS) EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-006/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 5.960,77 (cinco mil, novecentos e sessenta reais e setenta e sete centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 218.084,17 (duzentos e dezoito mil oitenta e quatro reais e dezessete centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 29 de agosto de 2015.

DATA: 17 de agosto de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 198/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 198/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. VALMIRA CORREA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM TERRENO SEM BENFEITORIAS, LOCALIZADO NA RUA MARIA LARSEN, S/Nº, BAIRRO SALTO DO NORTE, BLUMENAU/SC, ANEXO A EDIFICAÇÃO E DESTINADO A SER UTILIZADO COMO COMPLEMENTAÇÃO DA ÁREA DE RECREAÇÕES E ESPAÇO FÍSICO DO CEI BERTHA MULLER.

FUNDAMENTO LEGAL Dispensa nº 08-079/15.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 1.084,51 (um mil, oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) mensais, a partir

de 12 de maio de 2015, totalizando o valor do contrato em R\$ 13.014,12 (treze mil, quatorze reais e doze centavos).

DATA: 07 de agosto de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 199/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. VALMIRA CORREA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA MARIA LARSEN, Nº 22, BAIRRO SALTO DO NORTE, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BERTHA MULLER.

FUNDAMENTO LEGAL Dispensa nº 08-078/15.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 2.711,28 (dois mil, setecentos e onze reais e vinte e oito centavos) mensais, a partir de 12 de maio de 2015, totalizando o valor do contrato em R\$ 32.535,36 (trinta e dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos).

DATA: 07 de agosto de 2015.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 29/2015

Resolução CMDCA Nº. 29/2015

APROVA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, REFERENTE AO MÊS JUNHO DE 2015, DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BLUMENAU – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações, no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação, conforme consta no relatório da reunião, realizada em 12 de agosto do corrente ano, que analisou a Movimentação Financeira do mês de Junho/2015;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em Plenária Ordinária realizada em 20 de agosto de 2015, conforme consta na Ata nº 13/2015, que aprovou a referida Movimentação Financeira,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Movimentação Financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, do mês de Junho de 2015 como segue: valor total de R\$1.806.709,03(um milhão oitocentos e seis mil, setecentos e nove reais e três centavos); saldo reservado para ações de incentivo a guarda, defesa dos direitos de crianças/adolescentes e atividades do FIA no valor de R\$

789.290,22 (setecentos e oitenta e nove mil, duzentos e noventa reais e vinte e dois centavos) e um saldo livre no valor de R\$ 1.017.418,81(um milhão e dezessete mil, quatrocentos e oitenta e um centavos)

Parágrafo único: Todos os valores seguem a deliberação do Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 21 de agosto de 2015.

Ivone Serpa

Coordenadora do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 30/2015

Resolução CMDCA Nº.30/2015

APROVA DESPESA DA CONFERÊNCIA MIRIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BLUMENAU – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações, no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação, conforme consta no relatório da reunião, realizada em 12 de agosto do corrente ano, que analisou a planilha de custos da Conferência Mirim;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, em Plenária Ordinária realizada em 20 de agosto de 2015, conforme consta na Ata nº 13/2015, que aprovou a referida Planilha,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Planilha de custos da Conferência Mirim com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA no valor de R\$ 17.975,45 (dezessete mil novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)

Parágrafo único: Todos os valores seguem a deliberação do Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 de agosto de 2015.

Ivone Serpa

Coordenadora do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 31/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 31/2015

dISPOE SOBRE A MESA RECEPTORA DE VOTOS PARA o Processo UNIFICADO de Escolha dos Conselheiros Tutelares do ano de 2015, no âmbito do Município de Blumenau e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 411 e alterações, de 1.º de agosto de 2003 e a deliberação em Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de agosto de 2015, e

CONSIDERANDO

- EDITAL CMDCA Nº.002/2015, dispõe sobre o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares do ano de 2015, no município de Blumenau, para gestão 2016/2020;

- Ofício DAF Nº 261/2015, da Fundação Pró-Família;

- Ofício Nº 263/2015 – Gabinete SEMED;

- Ofício Nº 198/2015/Semudes-GAB;

RESOLVE:

Art. 1º. Indicar os membros para comporem as Mesas receptoras de votos do PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO ANO DE 2015, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, PARA GESTÃO 2016/2020, conforme segue:

Adelaide Sautner

Adriana Damas

Albertina Maris Borges

Aline Albert

Alma Marlene Ramires

Ana Paula Loos

Anna Clara Uliano

Anderson Roberto Buss

Ângela Rezende

Axel August König

Beatriz Maria Schwanke Zipf

Bruno Voltolini

Carlos William Machado

Claiton Scherer

Claudia Regina Zappa

Claudiane Rogéria Zardo Machado

Cleide Terezinha Machado de Jesus

Daniela Ester Vilma Sales Florindo

Dieter Haertel

Edson Pinheiro Almeida

Elenize Terezinha de Souza

Fabiana Cardoso

Fernanda Pellens

Gilberto Valdemiro Poncio

Gracielle Fernanda Da Costa Teixeira

Haide Termann Balz

Helaine Cristina de Carvalho Paulino Rocha

Heloisa Link

Ione de Carvalho Almeida

Ivanete dos Santos Nascimento

Jan Michael Nascimento Bailer

Janete Cristina Cardozo Balduino

Jovino Luiz Aragão

Kelly Cristina Nardelli Vieira

Laiane Tavares da Mota Almeida

Ledi Roeder

Leonardo dos Santos Pereira

Luciana Fiamoncini

Lucio de Oliveira Melo

Márcia T. Blatt

Maria Astrogilda Hóier

Marileia Sestrem
Marili Mette de Souza
Mariza Costa do Espírito Santo Delgado
Marcos Antonio de Oliveira
Nadir Pereira Zeferino
Naiara Maestri
Nicole Dias
Nilto Lehmkuhl
Odilei Schefer
Perla Torrens
Peter Fronza
Rafaela Pereira
Regina Ferreira
Regina Kath Benassi
Reinaldo Jacques
Rita de Cássia Demarchi Rocha
Rose Mary Soares Voltolini
Rojana Salete Wutke
Rômulo René Stupp
Rosa Maria Brandalise
Rosane Isabel Gasparotto Lemos
Rosane Manske
Sandra Secch
Sandra Paula Soares da Silva
Shirlei Kricinski
Simara Carla Rampellotti
Simone Janice Bretzke Probst
Simone Noldin Henkels
Solange Adriane Sehnem Feller
Solange da Silva
Sônia Régis
Tainara Caroline Passos
Tatiane Aparecida Sousa
Taylaind Nogueira da Luz Montibeler
Viviane Gomes Belz

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 agosto de 2015.

Ivone Serpa
Coordenadora Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 32/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 32/2015

INDICA NOMES DE SERVIDORES DA SEMUDES QUE ATUARÃO COMO MEMBROS DA MESA ESCRUTINADORA PARA O Processo UNIFICADO de Escolha dos Conselheiros Tutelares do ano de 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 411 e alterações, de 1.º de agosto de 2003, o Edital 002 de 21 de maio de 2015 e a deliberação em Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de agosto de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Indicar nomes de servidores da SEMUDES que farão parte da mesa escrutinadora para o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares do ano de 2015, no Município de Blumenau, para Gestão 2016/2020, conforme segue:

- Barbara Fraga Carneiro;
- Carolinne K. Vieira
- Cleber Santana;
- Dari Diehl;
- Greise Peron;

- Helena dos Santos Moratelli;
- Karina Andrada;
- Laís Falaster;
- Lilian Patrícia Threis;
- Marcia Cristina Reinhold;
- Maria Helena dos Santos;
- Maria Terezinha Montibeler;
- Marli Olinda Tomelin Karpen;
- Rosângela Aparecida Vetter;
- Sandra Garcia;
- Thiago Martins Speckart;

§ 2º. Os escrutinadores deverão obedecer as disposições do Edital 02/2015, especialmente, em relação ao item "8".

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 agosto de 2015.

Ivone Serpa
Coordenadora Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

PORTARIA Nº 614/2015 - FAEMA

PORTARIA Nº 614

DISPENSA SERVIDORES QUE INDICA DA COMISSÃO DE ESTUDO AMBIENTAL CRIADA PARA ELABORAÇÃO DO ZONEAMENTO AMBIENTAL E AUXÍLIO NOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 10.670/2015

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 507,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam dispensados os servidores Felisberto José Luciani e Vanderlei Luçoli da Comissão de Estudo Ambiental criada para elaboração do zoneamento ambiental e auxílio nos processos de regularização ambiental de áreas de preservação permanente, nomeados anteriormente pela portaria nº 600, de 09/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau(SC), 25 de agosto de 2015.

FERNANDO LEITE
Presidente da FAEMA

EXTRATO Nº 199/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 199/2015

Dispensa de Licitação nº. 138/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE HÉLIO CRIOGÊNICO PARA O EQUIPAMENTO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA NUCLEAR (RMN).

Blumenau, 26 de agosto de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2228/15 - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 06- 2228/2015

Objeto: registro de preços para aquisição de tubos, conexões, juntas de expansão, válvulas e ventosas para uso na manutenção e expansão de redes de água e monitoramento de válvulas, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresa(s):

SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor Total R\$ 432,00

TIGRE S.A TUBOS E CONEXÕES S.A

Valor Total R\$ 114.228,00

BERMO VÁLVULAS E EQUIPAMNETOS INDUSTRIAIS LTDA.

Valor Total R\$ 18.992,72

SAINT GOBAIN CANALIZAÇÕES LTDA.

Valor Total R\$ 16.902,20

BERMAD BRASIL INDUSTRIA DE VÁLVULAS LTDA.

Valor Total R\$ 30.929,00

ANGOLINI E ANGOLINI LTDA.

Valor Total R\$ 19.200,00

METALURGICA VARB IND. E COM. LTDA.

Valor Total R\$ 90.080,00

A.R.I BRASIL COM. IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA.

Valor Total R\$ 3.120,00

VIA D' ÁGUA COM. DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA.

Valor Total R\$ 1.806,00

AGF FIGUEIREDO VÁLVULAS – EPP

Valor Total R\$ 240,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 27 de agosto de 2015

Valdair José Matias

Diretor Presidente

AVISO DE ITENS FRACASSADOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2228/15 - SAMAE

AVISO DE ITENS FRACASSADOS

PREGÃO PRESENCIAL 06-2228/2015

Abertura: 09/07/2015 - 09:00 horas

Objeto: registro de preços para aquisição de tubos, conexões, juntas de expansão, válvulas e ventosas para uso na manutenção e expansão de redes de água e monitoramento de válvulas, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, através de seu Presidente, torna público e comunica aos interessados que os Itens 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27 e 28 da licitação em epígrafe, foram declarados FRACASSADOS.

Blumenau, 27 de Agosto de 2015

Valdair José Matias

Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº4745/2015 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 4745/2015, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC, DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, para em atenção ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal e a Legislação Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Ficam nomeados os representantes para a Comissão Municipal de Defesa Civil.

Membros da Entidade Governamental: Walter Naujorks; Antonio Nascimento; Marília Ceccon Maggi; Ivo Schmitt.

Membros das Entidades Não Governamentais: Itacir Barea pela Associação Comercial e Industrial; Vilmar Baesso pela Associação de Agricultores da Linha Lamb; Vilmar Lubenow pela Associação de Pais e Professores; Maria de Lourdes Machado de Souza pelo Clube de Mães de Bom Jesus do Oeste.

Art. 2º.- Para representantes dos profissionais da Saúde fica nomeada Jucele Carla Suckow como membro titular e Silvia S. M. Schwertz como membro suplente.

3º.- Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de Bom Jesus do Oeste/SC, em 28 de agosto de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

Bom Retiro

PREFEITURA

744.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA V. BRUDER PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 744/15 de 27.08.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 27 de agosto com término no dia 25 de setembro de 2015, a funcionária Maria Verônica Bruder, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

745.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANTONIO DA ROSA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 745/15 de 27.08.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 19 de agosto com término no dia 02 de setembro de 2015, ao funcionário Antonio da Rosa, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

746.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JUCELENE G. S. ABREU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 746/15 de 27.08.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 24 e 25 de agosto de 2015, a funcionária Jucelene Goedert Santos de Abreu, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I – Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

747.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIZABETE O. ALVES PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 747/15 de 27.08.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 24 de agosto de 2015, a funcionária Elizabete Oliveira Alves, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 0100/2015

DECRETO Nº 0100/2015

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei 0727/2012, de 16.10.12, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Altera membros da Comissão do Conselho Municipal de Saúde nomeado pelo Decreto nº 059/2014 ficando assim constituído:

a) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Dulce Iara Larsen Kurth

b) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:
Suplente: Maria Joaquina Gustmann

Art. 2º Os demais membros permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 098/2015

DECRETO Nº 098/2015

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei 0727/2012, de 16.10.12, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Altera membros da Comissão do Conselho Municipal de Educação nomeado pelo Decreto nº 065/2013 ficando assim constituído:

II - Representante dos Professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino;
Titular: Glaucea Alma Larsen

Art. 2º Os demais membros permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 099/2015

DECRETO Nº 099/2015

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei 0727/2012, de 16.10.12, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Altera membros da Comissão do Conselho Municipal de Saúde nomeado pelo Decreto nº 065/2014 ficando assim constituído:

I - Representante do Governo municipal;

a) Da área da saúde e assistência social:

Titular: Ionara Santin

d) da área de profissionais de saúde – médicos e odontólogos:
Suplente: João Edival Costa Junior

e) a área do SUS – enfermeiros e técnicos de enfermagem:
Titular: Maria Joaquina Gustmann

Art. 2º Os demais membros permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇO 02 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 40/2015

EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇO 02/2015

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13:30 horas do dia 16.09.2015, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa especializada (com fornecimento de mão de obra e materiais), para instalação de Iluminação Pública e Instalação de Transformador na Estrada Geral Braço do Trombudo - Rodovia SC 281 do Município de Braço do Trombudo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 31 de agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇO 03 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 49/2015

EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇO 03/2015

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 16:00 horas do dia 16.09.2015, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa especializada (com fornecimento de mão de obra e materiais), para extensão de rede de energia elétrica e instalação de Iluminação Pública no Beco Bela Vista do Município de Braço do Trombudo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179, pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 31 de agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

REABRE A ABERTURA DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 35/2015.

REABRE A ABERTURA DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 35/2015.

O Município de Braço do Trombudo, SC torna público para conhecimento dos interessados que REABRE a abertura do processo licitatório modalidade Pregão Presencial 35/2015 - Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo. Ficando o credenciamento para o dia 11-09-2015 as 13h00min e a abertura dos envelopes para o mesmo dia 13h30min. A reabertura se dá devido à licitação deserta. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de licitação da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 31 de agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

LEI MUN. Nº 846

LEI N. 846 DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Autoriza Fimar Convênio de Cooperação Financeira entre o Poder Executivo Municipal de Brunópolis-SC, e os Mutuários da COHAB/SC, objetivando a gestão financeira dos haveres dos Credores da Carteira Imobiliária COHAB, através do FUNDO HABITACIONAL MUNICIPAL.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito do Município de Brunópolis-SC, no uso das atribuições de seu cargo, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, apreciou, discutiu e aprovou a seguinte lei, Sancionada por Ele, nos termos seguinte:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de cooperação técnica e financeira com os Mutuários do Sistema Cohab, e que foram beneficiados pelo Programa Habitacional denominado "Minha Casa Minha Vida".

Art.2º. O Convênio tem por finalidade a assunção pela MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS da gestão de haveres financeiros dos remanescentes junto aos credores que forneceram materiais de construção das casas e que ainda não receberam da COHAB, pela falta de repasse da ultima parcela das obras no valor de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Art.3º. O Poder Executivo efetuará o pagamento dos credores que ficaram por receber da COHAB e assim que a COHAB efetuar o repasse dos valores faltantes será registrado em favor do Município de Brunópolis-SC.

Art.4º. O Termo de Cooperação Financeira, faz parte integrante desta Lei como Anexo I.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brunópolis-SC, em 28 de agosto de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração Plan. e Fazenda

Registrada e Publicada esta Lei no DOM.

ANEXO I

DA LEI 846/2015.

TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº 001/2015.

Convênio que entre si celebram o Poder Executivo Municipal de Brunópolis-SC, e os Mutuários da COHAB/SC, objetivando a gestão financeira dos haveres dos Credores da Carteira Imobiliária COHAB, através do FUNDO HABITACIONAL MUNICIPAL.

Convênio que entre si celebram o MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS-ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n., situada na Av.Selmo Hech, 441, centro da cidade de Brunópolis-SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ADEMIL ANTONIO DA ROSA, e de outro lado os MUTUÁRIOS BENEFICIADOS COM O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA AO FINAL IDENTIFICADOS E ANUENTES, representado pela Senhora ALINE MENONCIN, brasileira, Assistente Social do Município de Brunópolis-SC, que regerá pelas regras e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Convênio tem por finalidade a assunção pela MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS da gestão de haveres financeiros dos remanescentes junto aos credores que forneceram materiais de construção das casas e que ainda não receberam da COHAB, pela falta de repasse da ultima parcela das obras no valor de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL - O presente Convênio está respaldado em Lei Municipal aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores de Brunópolis, a qual ficará fazendo parte integrante deste Termo de Cooperação Financeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das obrigações dos MUTUÁRIOS, deverão repassar e recolher os valores individuais que cada um receber, e será gerenciado pela sua representante Legal Senhora Aline Menoncin, que assume a responsabilidade de efetuar o saque dos valores e efetuar o pagamento dos credores, mediante quitação da despesa e comprovante de pagamento perante o Município, bem como perante os mutuários.

CLÁUSULA QUARTA – Das obrigações do Município, repassar através do Fundo Municipal de Habitação os valores descritos na CLAUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA QUINTA – Das metas e cronograma de execução

Ficam estipuladas as metas abaixo a serem cumpridas pela Assistente social, que terá o prazo de 10 (dez), para quitar as dívidas junto aos Credores, descritos na CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA e os respectivos valores apurados.

CLÁUSULA SEXTA - Da Prestação de Contas - A ASSISTENTE SOCIAL deverá fazer mediante documentos hábeis como recibos, notas fiscais etc, no prazo de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Dotação Orçamentária - As despesas decorrentes do presente Convênio correrão a conta da dotação orçamentária anual.

CLÁUSULA OITAVA – Do Repasse Orçamentário/Financeiro - Os recursos financeiros que trata a dotação orçamentária prevista na CLÁUSULA SÉTIMA será feito através do FMH – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, e será repassado no prazo de 05 (cinco) dias em parcela única no valor de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

CLÁUSULA NONA – Da Contabilização dos Recursos - A partir da assinatura do presente Convênio, os recursos oriundos da operacionalização deste instrumento serão obrigatoriamente levados a crédito e serão contabilizados como receita a favor do Fundo Municipal de Habitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – Dos Custos Operacionais - Todos os custos e despesas correrão por conta do Município de Brunópolis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Alterações - O presente convênio poderá ser alterado a qualquer momento por mutuo consentimento

entre as partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Vigência - O presente Convênio terá vigência por prazo de 12 (meses), a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Publicação - O Município providenciará as suas expensas a publicação do extrato do presente Convênio no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Rescisão unilateral Constitui motivo de rescisão unilateral deste incremento, o inadimplemento de quaisquer das Cláusulas pactuadas, além das seguintes situações:

a. Por impossibilidade legal da execução do seu objeto;

b. Extinção da fonte de recurso do presente convênio;

c. Tomada especial de contas, desde que não aceitas as justificativas de quaisquer partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Responsabilidade Civil e do Vínculo O presente Convênio não gera qualquer vínculo de subordinação entre as partes, respondendo cada qual pelos atos praticados dos seus servidores e empregados, nas esferas criminal, administrativa, cível e trabalhista, respondendo inclusive pelos danos que um causar ao outro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Das disposições Gerais - a. No momento em que a COHAB efetuar o repasse dos valores faltantes, os mutuários através da Assistente Social, no prazo de 05 (cinco) dias deverão restituir ao MUNICÍPIO os valores aqui repassados, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Foro - As eventuais dúvidas, omissões ou controvérsias oriundas deste Convênio serão dirimidas de comum acordo pelos partícipes. Não havendo composição amigável, eventuais controvérsias serão submetidas ao Juízo da Comarca de Campos Novos – SC.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RELAÇÃO DE CREDORES E VALORES DE CADA UM: MADESONDA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). SANDRI MATERIAIS ELETRICAS: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). LCF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ANUÊNCIA DOS MUTUÁRIOS, todos os mutuários abaixo identificados concordam com o teor deste Termo, assinando-o no local de identificação junto com a sua representante legal, respondendo pela inexecução deste termo, civil e criminalmente.

Brunópolis-SC, 28 de agosto de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

ALINE MENONCIN

REPRESENTANTE DO MUTUÁRIOS

MUTUÁRIOS ANUENTES

Sebastiana Ferreira de Andrade

Lucimara Francisca de Souza

Tatiana dos Santos Lima

Rita de Cassia Dalver

Maria Ieda Alves de Souza

Maria Zenir de Oliveira

Joao dos Santos

Maristela Ortiz dos Santos

Carine dos Santos

Idilso Lisboa

Izabel dos Santos

Ivonete Silveira

Franciele Regina Unzanaro

Itamar Alves

Marcia de Fatima Lisboa

Joraci de Souza Ribeiro

José Alfredo Bortolini

Bernardete Aparecida dos Passos

Eliziane Alves Ferreira

Loreci Alves

PROCESSO SELETIVO 02/2015_RETIFICAÇÃO 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015

Retificação 01, de 28 de agosto de 2015.

“PRORROGA O PRAZO DE INSCRIÇÕES E RETIFICA O VALOR DOS SALÁRIOS”

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA, Prefeito do Município de Brunópolis-SC, no uso das atribuições de seu cargo, PRORROGA o prazo de inscrições e RETIFICA o cronograma e os valores constantes do ANEXO I do Edital 002/2015.

O item 2.3.1 passa a vigorar com a seguinte redação:

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas entre os dias 14 de agosto de 2015 a 17 de setembro de 2015, exclusivamente através da rede mundial de computadores, no endereço eletrônico www.amplasc.org.br, clicando no banner “PROCESSOS SELETIVOS/CONCURSOS –

Para realizar sua inscrição clique aqui", que redireciona o candidato para o site <http://amplasc.listaeditais.com.br/>. Preencher o formulário de cadastro solicitado, efetuar a inscrição para o cargo que desejar e imprimir o boleto para pagamento, até o prazo de vencimento.

O item 5.5.2. passa a vigorar com a seguinte redação:

5.2.2. As provas escritas serão realizadas no dia 26 de setembro de 2015, das 14h00min (catorze horas) às 17h00min (dezessete horas).

O cronograma passa a vigorar com a seguinte redação:

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

A divulgação do presente Processo Seletivo, seguirá o seguinte cronograma:

CRONOGRAMA	DATA
Recebimento das Inscrições	14 de agosto de 2015
	a 17 de setembro de 2015
Divulgação Preliminar das Inscrições	21 de setembro de 2015
Recurso quanto ao Deferimento/Indeferimento das Inscrições	22 de setembro de 2015
Resposta aos Recursos quanto ao Deferimento/Indeferimento das Inscrições	23 de setembro de 2015
Homologação das Inscrições	23 de setembro de 2015
Prova Escrita	26 de setembro de 2015
	(14h00 às 17h00)
1	

Divulgação do Gabarito Provisório	26 de setembro de 2015
Recursos quanto ao gabarito/questões	27 de setembro de 2015
	a 29 de setembro de 2015
Resposta aos recursos quanto ao gabarito/questões	05 de outubro de 2015
Divulgação do Resultado Provisório (por nº identificação)	07 de outubro de 2015
Identificação Pública – Abertura cartões de identificação	08 de outubro de 2015
Divulgação do Resultado Provisório (por nomes)	09 de outubro de 2015
Recurso quanto contagem da pontuação	09 de outubro de 2015
	a 12 de outubro de 2015
Resposta aos recursos quanto contagem da pontuação	16 de outubro de 2015
Resultado Final	19 de outubro de 2015

Eventuais alterações deste cronograma serão publicadas em Edital de retificação,

O Anexo I passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS, TIPOS DE PROVAS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VALOR INSCRIÇÃO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO EXIGIDA.

Conforme Lei Municipal n. 587, de 15 de setembro de 2010, alterada pela Lei Municipal n. 628, de 20 de abril de 2011.

		Nº	Carga	Valor			
	Cargo		horária		Salário		Habilitação/formação
		Vagas	semanal	Inscrição			
					R\$ 1.565,59		
01	FARMACÊUTICO	01 +	20 h	R\$	Retificação	01,	Graduado em Curso
	NASF	CR		100,00	de 28 de agosto		Superior/Farmácia.
					de 2015.		
	PROFISSIONAL	01 +		R\$	R\$ 2.182,16		Graduado em Curso
02	DE EDUCAÇÃO		40 h		Retificação	01,	Superior/Educação
	FÍSICA	CR		100,00	de 28 de agosto		Física.
	NASF				de 2015.		
					R\$ 2.799,52		
03	ENFERMEIRO	01 +	40 h	R\$	Retificação	01,	Graduado em Curso
	NASF	CR		100,00	de 28 de agosto		Superior/Enfermagem
					de 2015.		

* CR: Cadastro de Reserva

2

As demais disposições editalícias permanecem inalteradas.

Brunópolis-SC, 28 de agosto de 2015.

Ademil Antônio da Rosa

Prefeito Municipal

3

PROCESSO SELETIVO 02/2015_RETIFICAÇÃO 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015

Retificação 01, de 28 de agosto de 2015.

“ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS RELATIVAS

AO PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGA DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS, COM FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

RESERVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA, Prefeito do Município de Brunópolis-SC, no uso das atribuições de seu cargo, torna público que fará realizar Processo Seletivo para provimento de vagas do Quadro de Pessoal da Administração Pública Direta, bem como para reserva de vagas para suprir eventuais necessidades da administração pública municipal de acordo com suas legislação vigente, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital, bem como pelas normas Estatutárias e suas alterações, e ainda com fulcro nas disposições da Constituição Federal.

O Processo Seletivo será regido por este Edital e executado pela Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina – AMPLASC, localizada na Rua São João Batista, 347, Centro, Campos Novos - SC, CEP 89620-000, Fone/Fax: (49) 3541-0855 site www.amplasc.org.br e e-mail: amplasc@amplasc.org.br, entidade associativa sem fins lucrativos da qual o Município de Brunópolis é membro integrante.

1. DOS CARGOS, DAS VAGAS, DA CARGA HORÁRIA DOS VENCIMENTOS E DO REGIME JURÍDICO.

1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento da vaga descrita na forma deste Edital, e dentro do prazo de validade deste processo.

1.2. O cargo público objeto deste Certame Público está descrito na tabela do Anexo I:

1.3. A escolaridade exigida deverá ser comprovada até o ato da posse no cargo.

1.4. O Processo Seletivo objeto deste Edital será realizado em uma única etapa, constituída de prova teórica de caráter eliminatório e classificatório.

1

1.5. A escolaridade, vaga e condições de habilitação exigidas é a constante nas tabelas do ANEXO I:

1.6. O cargo público a ser contratado se submeterá ao regime estatutário, e adotará o sistema do regime geral da previdência social.

2. DAS INSCRIÇÕES.

2.1. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1.1. A participação do candidato no Processo Seletivo, iniciar-se-á pela sua inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

2.1.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação de todas as condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital, eventuais alterações e demais instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

2.1.3. O candidato somente poderá inscrever-se para concorrer a um único cargo público. 2.2. CONDIÇÕES PARA POSSE:

2.2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de ter nacionalidade Portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 13 do Decreto 70.436 de 18/04/1972;

2.2.2. Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

2.2.3. Estar quite com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino) e eleitorais;

2.2.4. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data das provas.

2.2.5. Ter conhecimento e aceitação das exigências e regras contidas neste Edital, nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente processo seletivo que venham a ser divulgados;

2.2.6. Ter a escolaridade exigida para o cargo público até o ato da posse, conforme dispõe o presente Edital.

2.2.7. No caso de o candidato já ser aposentado, será observado às disposições do § 10 do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 em que é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

2.3. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO:

2

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas entre os dias 14 de agosto de 2015 a 17 de setembro de 2015 (Retificação 01, de 28 de agosto de 2015.), exclusivamente através da rede mundial de computadores, no endereço eletrônico www.amplasc.org.br, clicando no banner

"PROCESSOS SELETIVOS/CONCURSOS – Para realizar sua inscrição clique aqui", que redireciona o candidato para o site <http://amplasc.listaeditais.com.br/>. Preencher o formulário de cadastro solicitado, efetuar a inscrição para o cargo que desejar e imprimir o boleto para pagamento, até o prazo de vencimento.

2.3.2. O Município designará um agente, no Paço Municipal, para orientação dos candidatos sob eventuais dúvidas ou dificuldades quanto às inscrições. O candidato também poderá procurar a AMPLASC, caso necessite auxílio para realizar sua inscrição.

2.3.3. A taxa de inscrição para os cargos públicos serão as seguintes:

A) nível superior R\$ 100,00 (cem reais).

2.3.4. A inscrição somente será aceita somente após o pagamento da taxa que deverá ser efetuado única e exclusivamente através do pagamento do boleto bancário gerado no ato da inscrição, até o vencimento do mesmo. O prazo para pagamento é o último dia da inscrição, ficando sob responsabilidade do candidato o pagamento dentro do prazo.

2.3.5. Será cancelada a inscrição e eliminado o candidato, a qualquer tempo, por declaração inverídica, por falta de pagamento da taxa de inscrição, pagamento após o vencimento, por realizar segunda inscrição, o que anulará a primeira, não comprovação de condições para isenção da taxa de inscrição ou comprovação de possuir necessidades especiais, ou cuja documentação apresente qualquer irregularidade.

2.3.6. Não será aceita inscrição condicional ou por correspondência.

2.3.7. O candidato é inteiramente responsável pela fidedignidade e correção das informações prestadas por qualquer meio e por elas responderá administrativa, civil e penalmente, responsabilizando-se ainda pelas informações prestadas por procurador por ele constituído.

2.3.8. Uma vez efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração de quaisquer dos dados informados, permitido, entretanto, realizar nova inscrição, ato que cancela automaticamente a primeira inscrição. O candidato deverá comunicar ao Município de Brunópolis a mudança de endereço realizada após a inscrição, que poderá ser feita por correspondência registrada ou pessoalmente na sede da Prefeitura.

2.3.9. A taxa de inscrição gerada por boleto vinculado e paga pelo candidato não será restituída, compensada, transferida ou aproveitada para nova inscrição, mesmo que o candidato desista expressamente ou realize nova inscrição, exceto em caso de cancelamento do Processo Seletivo por conveniência da Administração ou por decisão judicial transitada em julgado.

3

2.3.10. Verificada mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente, e não será, sob qualquer hipótese, restituída, compensada, transferida ou aproveitada a taxa de inscrição anteriormente paga.

2.3.11. O candidato é única e inteiramente responsável pelos dados cadastrais informados no ato da inscrição, mesmo que realizada por procurador. Cabe ao candidato ou procurador conferir seus dados antes de concluir a inscrição, momento em que aceita expressamente as condições do edital.

2.3.12. A inveridicidade de declaração apresentada no Requerimento de Inscrição ou em qualquer documento apresentado ao Município, verificada a qualquer tempo, implicará o cancelamento da respectiva inscrição e na eliminação do candidato do Certame.

2.3.13. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá, obrigatoriamente, indicar as condições especiais que necessita no prazo de inscrição junto à Prefeitura de Brunópolis, devidamente fundamentado com atestado médico com indicação da CID, sob pena de perda do direito. A comissão do Processo Seletivo avaliará a necessidade e julgará o pedido, deferindo ou indeferindo.

2.4 DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

2.4.1. A inscrição para o candidato amparado pela Lei Estadual n. 10.567/1997 (doador de sangue), interessado na isenção de pagamento da inscrição, deverá apresentar ao Município da Brunópolis, requerimento escrito neste sentido, juntando os comprovantes que demonstrem seu enquadramento nos termos da citada legislação, ou seja, declaração que comprove 3 (três) doações nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores ao término da inscrição, ou então, documento específico que comprove integrar a Associação de doadores e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação.

2.4.2. O candidato inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único de que trata o Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007) e se for membro da família de baixa renda, nos termos do Decreto n. 6.135 de 2007, interessado na isenção de pagamento da inscrição, deverá apresentar à Prefeitura Municipal de Brunópolis, requerimento escrito neste sentido, juntando os comprovantes que demonstrem seu enquadramento nos termos da citada legislação.

2.4.3. Os Doadores de medula óssea também estão isentos das taxas de inscrição, conforme Leis Estaduais n. 5.268/2002 e n. 5.397/04, desde que os interessados na isenção de pagamento da inscrição, apresentem à Prefeitura Municipal de Brunópolis os comprovantes que demonstrem seu enquadramento nos termos da citada legislação, acompanhado do requerimento de isenção.

2.4.4. Os beneficiados pela isenção da taxa de inscrição, deverão protocolar junto à Prefeitura Municipal de Brunópolis as devidas comprovações documentais exigidas, para fins de homologação da inscrição, sem a qual, a inscrição será indeferida.

4

2.4.5. A não comprovação documental das condições de isenção tornará a inscrição do candidato inapta, exceto se este opte pelo pagamento da referida taxa de inscrição, desde que dentro do prazo e nas condições gerais do edital.

3. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004 e na Legislação Municipal, é assegurado às pessoas portadores de necessidades especiais, consideradas aquelas constantes no Decreto 3.298/99 alterado pelo Decreto 5.296/04, o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, na proporção mínima de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada cargo, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores. Somente serão consideradas como pessoas portadoras de necessidades especiais aquelas que se enquadrem nas categorias constantes do art. 4º do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

3.2. O candidato que no ato de inscrição declarar-se portador de necessidade especial, em sendo aprovado no Processo Seletivo, além de constar da lista de classificação, terá seu nome publicado em outra relação, também observado a ordem de classificação. O candidato portador de necessidade especial, que no ato da inscrição não declarar ou não comprovar ser portador de necessidades especiais, perderá o direito de concorrer nesta condição, e também das condições especiais para realização das provas.

3.3. Os portadores de necessidades especiais, quando da escolha da vaga, poderão a critério da administração, ser submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de necessidade especial ou não e sobre o grau de deficiência

capacitante para o exercício do cargo.

3.4. Os candidatos portadores de necessidades especiais aprovados no Processo Seletivo público deverão comparecer à perícia médica marcada pelo Município de Brunópolis, a qual emitirá laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da doença.

3.5. Caso o resultado da perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo ou que a deficiência apresentada não se enquadre nos casos dispostos nos decretos 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004, o candidato não será admitido,

5

acarretando a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições, passando a concorrer em iguais condições aos demais candidatos.

3.6. Os candidatos portadores de necessidades especiais, resguardadas as condições necessárias a participação deste Processo Seletivo, participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

3.7. Os candidatos que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo por meio de requerimento escrito dirigido à Prefeitura Municipal de Brunópolis, impreterivelmente até o término do prazo da inscrição, indicando claramente os recursos especiais necessários para a realização das provas. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade, após análise da comissão de acompanhamento do Processo Seletivo.

3.8. A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de necessidade especial na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Processo Seletivo, não sendo, sob qualquer hipótese admitida.

3.9. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo ou função.

3.10. No ato da inscrição ou até a data do encerramento desta, o candidato que alegar ser portador de necessidades especiais deverá comprovar tal condição mediante atestado médico com indicação da CID, devendo o profissional que o emitir anotar todas as determinações decorrentes de lei.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pelo Prefeito Municipal. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos endereços eletrônicos www.amplasc.org.br e www.brunopolis.sc.gov.br.

4.2. O candidato cujo nome não constar na relação preliminar de inscritos poderá interpor recurso, conforme prazos constantes do cronograma, por meio do sistema de inscrição.

5. DAS PROVAS

5.1. DA PROVA ESCRITA

6

5.1.1. A prova escrita para todos os cargos públicos será composta de 25 (vinte e cinco questões) questões objetivas, com 4 (quatro) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas 1 (uma) estará correta, versando sobre os conteúdos minimamente constantes no conteúdo programático orientador anexo do presente edital.

5.1.2. A prova escrita para os cargos públicos constará de:

a) Questões de Língua Portuguesa: 05 (cinco) questões valendo 0,40 cada;

b) Questões de Conhecimentos Específicos: 20 (vinte) questões, valendo 0,40 cada.

5.2. DO LOCAL DA PROVA ESCRITA:

5.2.1. As provas serão realizadas na Escola Municipal Padre Bruno, situada na Rua Jacira Becker, s/n, Distrito Industrial, Brunópolis-SC.

5.2.2. As provas escritas serão realizadas no dia 26 de setembro de 2015 (Retificação 01, de 28 de agosto de 2015), das 14h00min (catorze horas) às 17h00min (dezessete horas).

5.2.3. Os candidatos deverão comparecer no local da prova escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munidos de documento original de identificação com foto, bem como caneta esferográfica azul ou preta. Caso descumpra o estipulado, será o candidato sumariamente eliminado do Processo Seletivo.

5.3. Caso no dia de realização da prova o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento original de identificação com foto, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova. Não será aceito cópia de documento original de identificação com foto, ainda que autenticada.

5.3.1. A não apresentação de documento original de identificação com foto impedirá o acesso do candidato ao local de prova e implicará a sua eliminação automática do Processo Seletivo.

5.3.2. O candidato declara expressamente concordar em ser submetido à inspeção física ou através de equipamentos eletrônicos, em qualquer local onde se realizar a prova, com a finalidade de se evitar fraude e manter a lisura do certame.

5.4. No dia de realização da prova não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação da prova, informações referentes ao conteúdo da prova teórica senão os já expressos no Edital.

5.5. Durante a realização das provas escrita é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o porte e uso de relógios analógicos ou digitais, aparelhos celular, pagers, palms e qualquer outro equipamento mecânico, elétrico ou eletrônico. Também não

7

são permitidos no local de prova alimentos, bebidas (sendo permitido apenas água envasada em recipiente transparente), bem como o uso de chapéus, bonés ou qualquer outra cobertura e o uso de óculos escuros ou espelhados (salvo por indicação médica que deverá ser apresentada pelo candidato).

5.6. Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser desligados antes do candidato acessar a prova.

5.7. Caso algum candidato não obedecer este ditame será eliminado da prova e do processo, lavrando-se em ata de sala a ocorrência do fato.

5.8. A recusa do candidato em atender o disposto nos itens 5.5 e 5.6 do presente edital, bem como o uso de qualquer dos equipamentos descritos naqueles itens em qualquer lugar do estabelecimento em que se realizar prova escrita do processo seletivo, até o momento em que o candidato entregar a sua prova escrita, implicará na atribuição de nota 0 (zero) e na eliminação automática do processo seletivo, mesmo que a prova seja entregue/realizada.

5.9. Não haverá, em qualquer hipótese segunda chamada para a prova escrita, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos.

5.10. Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) da prova escrita que contenha(m):

a) Emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);

b) Mais de uma opção de resposta assinalada;

c) Espaço (s) não assinalado(s) no gabarito de respostas;

d) O gabarito de respostas preenchido fora das especificações contidas no mesmo.

e) Se no gabarito houver alguma forma de identificação do candidato, como por exemplo, nome, apelido, símbolo, sinal, etc., permitida somente a identificação pelo número fornecido pelos fiscais da prova.

5.11. As letras correspondentes às respostas assinalada nas questões da prova escrita objetiva deverão ser transcritas (marcadas) no cartão respostas com o tipo de marcação determinados no caderno de provas, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

5.12. A prova escrita objetiva será corrigida exclusivamente com base na marcação feita pelo candidato no cartão de respostas, independente do assinalado no caderno de provas.

5.13. O candidato, ao concluir a sua prova, deverá entregar ao fiscal de prova/sala o caderno de prova e o cartão de respostas totalmente preenchido, sob pena de ter sua prova anulada e ser automaticamente eliminado do processo seletivo.

5.14. O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

8

5.15. O candidato somente poderá ausentar temporariamente da sala no período de realização da prova, se autorizado e acompanhado por pelo menos um fiscal.

5.15.1. Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar as suas provas e retirar-se do local simultaneamente.

5.16. A prova escrita será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo as notas expressas com 2 (duas) decimais, sem arredondamento.

5.17. Para os cargos que se submetem à prova escrita, a Nota Final-NF será a nota da Prova Escrita-PE, representada pela equação abaixo:

$NF=PE$

5.18. O candidato poderá obter cópia do seu caderno de provas, mediante requerimento, a partir do primeiro dia útil após a realização das provas escritas. O caderno de provas original permanecerá arquivado para futuras consultas ou requisições de quem de direito, e não será entregue ao candidato.

5.19. O gabarito provisório das provas será divulgado na Internet no endereço eletrônico www.amplasc.org.br a partir das 19 horas do dia da realização da prova.

6. DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO.

6.1. Os candidatos serão classificados por vaga, em ordem decrescente da nota final obtida, expressa com 2 (duas) casas decimais.

6.2. Ocorrendo empate na classificação final, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único, do art. 27, da Lei Federal nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), considerados os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso (possuir idade igual ou superior a 60 anos completos), nos termos do art. 1º, da mencionada Lei.

- a) candidato mais velho, considerado ano, mês e dia de nascimento, para candidatos com mais de 60 anos de idade;
- b) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Conhecimento Específico;
- c) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Língua Portuguesa;
- d) tiver idade mais elevada.

6.3. Para o desempate dos candidatos não amparados pelo Estatuto do Idoso, será considerado, sucessivamente, o seguinte critério:

- a) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Conhecimento Específico;
- 9
- b) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Língua Portuguesa;
- c) tiver idade mais elevada.

6.4. O candidato que obtiver nota final inferior a 5 (cinco) será considerado desclassificado.

6.5. Ao Prefeito Municipal compete a homologação do resultado final do processo seletivo com a publicação da listagem dos candidatos aprovados e respectivas classificações.

7. DO RESULTADO

7.1. O Resultado do processo seletivo e todas as suas etapas serão divulgados por meio dos endereços eletrônicos www.amplasc.org.br e www.brunopolis.sc.gov.br e/ou no Mural da Prefeitura, ou ainda, se for o caso, no mesmo modo de publicação do edital.

8. DA NOMEAÇÃO

8.1. As vagas serão preenchidas observando-se a ordem de classificação.

8.2. O candidato aprovado e classificado será convocado através de correspondência, pessoalmente ou por meio de edital.

8.3. O candidato que não se apresentar na data, local e horário estabelecido conforme convocação será reclassificado para o último lugar da lista, com exceção dos casos de ausência justificada para tratamento de saúde, mediante comprovação através de perícia médica, situação em que o candidato será alocado à vaga imediatamente subsequente à sua classificação. No caso de impossibilidade de assumir a vaga, o candidato ou seu representante legal deverá protocolar em no máximo 5 (cinco) dias úteis a contar da data da convocação, requerimento junto ao departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

8.4. O candidato que não tomar posse ou não entrar em exercício no prazo previsto de 15 (quinze) dias será reclassificado para o último lugar da lista de classificação sendo convocado o candidato subsequente.

8.5. Para tomar posse os candidatos deverão apresentar, quando convocados, os documentos solicitados pela Prefeitura observando-se também a escolaridade e exigências de cada cargo, conforme estabelecido na legislação vigente.

8.6. O laudo médico solicitado para a posse no cargo público deverá ser expedido por médico indicado pelo Município.

8.7. O exame médico admissional consiste na avaliação do candidato, através de exames médicos para averiguar a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo a ser ocupado.

10

8.8. O exame médico admissional está restrito somente aos candidatos convocados para nomeação.

8.9. O resultado do exame médico será expresso com indicação de "apto ou inapto", para o exercício da atribuição do cargo.

8.10. A indicação de condição "inapto" será causa obstativa para a contratação do candidato aprovado no Processo Seletivo.

8.11. A aprovação e classificação neste processo seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura. A admissão é de competência da Administração Municipal, dentro das necessidades e conveniência administrativas e dentro do período de validade do Processo Seletivo (dois anos), observadas a ordem de classificação dos candidatos e o número de vagas ofertadas.

9. DOS RECURSOS.

9.1. Caberá recurso:

- a) quanto às inscrições indeferidas;
- b) quanto ao gabarito/questões da prova;
- c) quanto a soma da pontuação.

9.1.1. O prazo decadencial para se impetrar os recursos são constantes no cronograma do Processo Seletivo.

9.2. Os candidatos que desejam interpor recurso, nos prazos estabelecidos neste edital, deverá fazê-lo exclusivamente por meio eletrônico no endereço <http://amplasc.listaeditais.com.br/>, acessando a "ÁREA DO CANDIDATO" mesmo local onde o candidato realizou a inscrição on-line. O candidato será direcionado para o endereço <http://amplasc.areadocandidato.com.br/login>, informará seu CPF e sua Senha, redigirá seu recurso e enviará pelo próprio aplicativo.

9.2.1. A decisão exarada poderá ser consultada no mesmo local do protocolo dos recursos, na "ÁREA DO CANDIDATO".

9.2.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser enviado eletronicamente conforme estabelecido no item 9.2;
- b) ser preenchido e enviado conforme orientação do sistema;
- c) possuir obrigatoriamente os itens abaixo:

I- Descrição dos fatos, descrevendo o fato ocorrido que levou o candidato à interpor recurso.

11

II- Fundamentação, apontando claramente, com argumentação lógica e consistente no corpo da descrição (não descrever em arquivo como anexo) o motivo pelo qual pretende: deferimento da inscrição; anulação/correção do gabarito; ou, recontagem da pontuação.

III- Pedido, descrevendo clara e objetivamente o pedido (deferimento da inscrição; anulação de questão; correção do gabarito; recontagem de pontos; etc.)

- d) ser tempestivo, ou seja, protocolado/enviado nos prazos do edital.

9.3. Os recursos que não possuírem claramente I- Descrição dos fatos; II- Fundamentação; e, III- Pedido, de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

9.4. A banca examinadora e a comissão do concurso, conforme for o caso, responderão e deferirão ou indeferirão o recurso com base no que estiver disposto no Item III- Pedido.

9.5. Não serão aceitos recursos interpostos por e-mail, fac-símile, telex, por meio postal, ou outros meios, que não o especificado acima, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

9.6. No caso de erro de publicação na indicação da resposta de uma questão no gabarito, ou erro na formulação da questão, o gabarito poderá ser corrigido e republicado, bem como poderá ser anulada a questão, de ofício.

9.7. Em caso de anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos que tiverem se submetido à prova cuja questão for anulada.

10. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA.

10.1. Delega-se competência à AMPLASC para:

- a) elaborar, aplicar, julgar e corrigir a prova escrita;
- b) proceder à avaliação da prova escrita;
- c) apreciar os recursos previstos neste Edital;
- d) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- e) prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
- f) atuar em conformidade com as disposições deste edital;
- g) definir regras e procedimentos gerais para aplicação das provas.

11. DO FORO JUDICIAL.

12

11.1. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo de que trata este edital, é o da Comarca de Campos Novos - Estado de Santa Catarina.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1. Este Processo Seletivo será válido por 2 (dois) anos, a contar da data da homologação, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Municipal.

12.2. Será aceito pedido de reclassificação para o último lugar entre os aprovados, na hipótese de o candidato manifestar desinteresse na posse quando convocado.

12.3. A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de contratação imediata e automática no quadro de pessoal do Município.

12.4. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando a burlar a prova, ou apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização sem estar acompanhado de um fiscal;
- e) negar-se a cumprir determinações dos fiscais do Processo Seletivo ou descumprir as regras contidas neste Edital.
- f) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
- g) não mantiver atualizado seu endereço que possibilite a comunicação com a Administração Municipal.

12.5. A inscrição do candidato implicará conhecimento e tácita aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.

12.6. O Edital na sua íntegra será publicado nos endereços eletrônicos www.amplasc.org.br e www.brunopolis.sc.gov.br.

12.7. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um(a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

13

12.7.1. Não é permitida a permanência nos locais de prova de acompanhantes dos candidatos, mesmo que filhos menores e/ou seus cuidadores, a não ser lactentes.

12.8. Os casos não previstos serão resolvidos, conjuntamente, pela Comissão do Processo Seletivo criada por Decreto Municipal e pela AMPLASC.

Brunópolis, SC, em 13 de agosto de 2015.
ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Retificação 01, de 28 de agosto de 2015.

A divulgação do presente Processo Seletivo, seguirá o seguinte cronograma:

CRONOGRAMA	DATA
Recebimento das Inscrições	14 de agosto de 2015
	a 17 de setembro de 2015
Divulgação Preliminar das Inscrições	21 de setembro de 2015
Recurso quanto ao Deferimento/Indeferimento das Inscrições	22 de setembro de 2015
Resposta aos Recursos quanto ao Deferimento/Indeferimento das Inscrições	23 de setembro de 2015
Homologação das Inscrições	23 de setembro de 2015
Prova Escrita	26 de setembro de 2015
	(14h00 às 17h00)
Divulgação do Gabarito Provisório	26 de setembro de 2015
Recursos quanto ao gabarito/questões	27 de setembro de 2015
	a 29 de setembro de 2015
Resposta aos recursos quanto ao gabarito/questões	05 de outubro de 2015
Divulgação do Resultado Provisório (por nº identificação)	07 de outubro de 2015
Identificação Pública – Abertura cartões de identificação	08 de outubro de 2015
Divulgação do Resultado Provisório (por nomes)	09 de outubro de 2015
Recurso quanto contagem da pontuação	09 de outubro de 2015
	a 12 de outubro de 2015
Resposta aos recursos quanto contagem da pontuação	16 de outubro de 2015
14	
Resultado Final	19 de outubro de 2015

Eventuais alterações deste cronograma serão publicadas em Edital de retificação,

15

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS, TIPOS DE PROVAS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VALOR INSCRIÇÃO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO EXIGIDA.

Conforme Lei Municipal n. 587, de 15 de setembro de 2010, alterada pela Lei Municipal n. 628, de 20 de abril de 2011.

Cargo	Nº	Carga	Valor	Salário	Habilitação/formação
	Vagas	horária	Inscrição		
		semanal			
				R\$ 1.565,59	

01	FARMACÊUTICO	01 + CR	20 h	R\$ 100,00	Retificação 01,	Graduado	em Curso
					de 28 de agosto	Superior/Farmácia.	
	NASF				de 2015.		
	PROFISSIONAL				R\$ 2.182,16	Graduado	em Curso
					Retificação 01,		
	DE EDUCAÇÃO						
02	FÍSICA	01 + CR	40 h	R\$ 100,00	de 28 de agosto	Superior/Educação	
					de 2015.	Física.	
	NASF						
	ENFERMEIRO				R\$ 2.799,52		
03	NASF	01 + CR	40 h	R\$ 100,00	Retificação 01,	Graduado	em Curso
						de 28 de agosto	Superior/Enfermagem
					de 2015.		

* CR: Cadastro de Reserva

16

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ORIENTADOR MÍNIMO

PORTUGUÊS Concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, PARA TODOS OS crase, análise sintática colocação pronominal, leitura, análise e CARGOS interpretação de texto; compreensão do texto; significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras; estrutura das palavras, estilística, vícios de linguagem. Ortografia (escrita correta das palavras). Coerência e Coesão Textual. Emprego dos pronomes. Significado das palavras - Sinônimos, Antônimos, Parônimos, Homônimos. Divisão silábica. Pontuação. Acentuação Gráfica. Flexão do substantivo (gênero - masculino e feminino;

Número - singular e plural).

FARMACÊUTICO Farmacologia. Farmacocinética: absorção, distribuição e eliminação de drogas. Farmacodinâmica: mecanismo de ação das drogas e relação entre concentração das drogas e efeito - drogas que atuam no sistema nervoso autônomo: agonistas e antagonistas colinérgicos; agonistas e antagonistas adrenérgicos. Drogas que atuam no sistema nervoso central: hipnóticos, sedativos e ansiolíticos. Drogas anticonvulsivantes; hipnoanalgésicos; drogas antidepressivas; analgésicos e antiinflamatórios (esteroidais e não esteroidais); drogas diuréticas; drogas cardiovasculares; anti-hipertensivos, antiarrítmicos. Drogas que atuam no sistema gastro intestinal: fármacos que controlam a acidez gástrica - droga. Drogas antiparasitárias: anti-helmínticos. Drogas antimicrobianas: penicilinas, cefalosporinas, sulfonamidas, cloranfenicol, eritromicina, tetraciclina, aminoglicosídeos. Interações farmacológicas: interação medicamento - medicamento e medicamento-alimento. Análise Farmacêutica. Cálculo de equivalente grama, de miliequivalente grama e de miliosmol. Concentração de soluções em molaridade, normalidade, molaridade, peso/peso, peso/volume, volume/volume, ppm. Ensaio limite de ferro, metais pesados, cloreto, sulfato e arsênico. Análise volumétrica por neutralização, oxirredução, precipitação e complexação. Preparações Farmacêuticas e suas Elaboraões. Formas farmacêuticas sólidas, líquidas de uso oral e parenteral, cremes e pomadas - preparação, vantagens e desvantagens das principais vias de administração. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 e Portaria 3.124, de 28 de dezembro de 2012, ambas do Ministério da Saúde. Conteúdo Programático do Curso de Farmácia (Currículo Básico).

17

ENFERMEIRO Parâmetros para o funcionamento do SUS; Saúde e Doença: Promoção à saúde. Prevenção e controle de infecções. Prevenção de agravos. Atuação da Enfermagem na detecção e no controle de doenças; Aspectos legais e éticos de exercício da Enfermagem. Técnicas básicas de Enfermagem; Enfermagem Médico-Cirúrgica: Assistência de Enfermagem em situações de emergência e nos distúrbios: do sangue, respiratórios, cardiovasculares, gastrointestinais, endócrinos, imunológicos, musculoesqueléticos, nas doenças infecciosas e nas doenças da pele. Enfermagem Materno-Infantil e Pediatria: Atendimento de enfermagem à saúde materno-infantil e pediatria: pré-natal, parto e puerpério e período neonatal; Políticas de saúde: noções sobre o Sistema Único de Saúde – SUS; Saúde da Criança e do Adolescente-Puericultura, Controle, Intervenções da Enfermagem na Assistência à Criança no aspecto preventivo e curativo: Doenças preveníveis por imunização: vacinas (rede de frio e esquema do Ministério da Saúde, Administração e Validade). Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 e Portaria 3.124, de 28 de dezembro de 2012, ambas do Ministério da Saúde. Conteúdo Programático do Curso de Enfermagem (Currículo Básico).

PROFISSIONAL	Origem e evolução da Educação Física; Educação do corpo e do					
DE EDUCAÇÃO	movimento	humano;	Hábitos	de	vida	saudável,
FÍSICA	Corporeidade/Movimento: Aptidão motora; tempo/espaço; Jogos, dança; Esporte; Fisiologia do exercício Fundamentos da Educação Física; Concepções da Educação Física; Objetivos da Educação Física; Aspectos técnicos, políticos e pedagógicos da educação física; Esportes (regras oficiais); Desenvolvimento Humano - aprendizagem motora; Recreação; Anatomia/fisiologia do exercício; Qualidade de Vida; Parâmetros curriculares nacionais. Educação Física e saúde. Sistema Único de Saúde: Lei nº 8.080 de 19/09/90, Lei nº 8.142 de 28/12/90; Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB-SUS de 1996; Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS - NOAS-SUS de 2002. Política Nacional de Humanização. Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica. Lei nº 8.142, de 28/12/90. Sistema de Planejamento do SUS. Política Nacional de Promoção de Saúde. Portaria Nº 648/GM de 28 de março de 2006 - Estratégia do Programa Saúde da Família; Portaria Nº 154 de 24 de Janeiro de 2008 - Criação do NASF. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 e Portaria 3.124, de 28 de dezembro de 2012, ambas do Ministério da Saúde. Conteúdo Programático do Curso de Educação Física (Currículo Básico).					

18

	ANEXO III
	ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS
CARGO	ATRIBUIÇÕES
	Fazer manipulação dos insumos farmacêuticos, como medição, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, para atender à produção de remédios e outros preparados; subministrar produtos médicos e cirúrgicos, seguindo o receituário médico, para recuperar ou melhorar o estado de saúde de pacientes; controlar entorpecentes e produtos equiparados, anotando sua venda em regras, guias e livros, segundo os receituários devidamente preenchidos, para atender aos dispositivos legais; analisar produtos farmacêuticos acabados e em fase de elaboração, ou seus insumos, valendo-se de métodos químicos, para verificar qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento; analisar soro antiofídico, pirogênio e outras substâncias, valendo-se de meios biológicos, para controlar sua pureza, qualidade e atividade terapêutica; efetuar análise bromatológica de alimentos, valendo-se de métodos, para garantir o controle de qualidade, pureza, conservação e
FARMACÊUTICO	homogeneidade, com vistas ao resguardo da saúde pública; fiscalizar com a Vigilância Sanitária as farmácias, drogarias e indústrias químico-farmacêuticas, quanto ao aspecto sanitário, fazendo visitas periódicas e autuando os infratores, se necessário, para orientar seus responsáveis no cumprimento da legislação vigente; assessorar autoridades superiores, preparando informes e

	documentos sobre legislação e assistência farmacêutica, a fim de
	fornecer subsídio para a elaboração de ordem de serviço, portarias,
	pareceres e manifestos; fazer relatório mensal dos trabalhos
	realizados; controlar a manutenção de níveis de estoques dos
	materiais da Farmácia e do laboratório, suficientes para o
	desenvolvimento das atividades; dirigir veículos leves, mediante
	autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais
	atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais,
	máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenhar outras
	tarefas afins.
ENFERMEIRO	Trabalho profissional de enfermagem, segundo os princípios e
	técnicas inerentes à especialidade. A classe inclui: atendimento a
	pacientes; administração de medicamentos, por via oral ou
	parenteral, observada a prescrição médica, em cada caso;
	organização do setor, com provisão dos materiais de enfermagem;
	19

	fazer consultas de enfermagem; identificação, registro, fiscalização
	e controle dos fatores determinantes ou condicionantes da saúde
	individual e coletiva; prestação de informações à pessoa atendida,
	sobre seu estado de saúde; integração da equipe da unidade;
	desenvolve trabalhos de orientação e colaboração com ações de
	vigilância sanitária; elaboração de relatórios; registros e prontuários
	de pacientes; participar no planejamento, execução e avaliação de
	planos e programas de saúde; participar na formulação das normas
	e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela
	instituição; formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
	organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na
	instituição; fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a
	matéria de enfermagem; desenvolver atividades de supervisão em
	todos os níveis assistenciais; prestar assessoria quando solicitado;
	desenvolver educação continuada, de acordo com as necessidades
	identificadas; promover a avaliação periódica da qualidade da
	assistência de enfermagem prestada; participar do planejamento e
	prestar assistência em situação de emergência e calamidade pública,
	quando solicitado; elaborar e executar uma política de formação de
	recursos humanos de enfermagem, de acordo com a necessidade da
	instituição; fazer notificação de doenças transmissíveis; participar
	das atividades de vigilância epidemiológica; 1Dar assistência de
	enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo,
	da família e da comunidade, de acordo com os programas
	estabelecidos pela instituição; desempenhar outras tarefas afins;
	dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando
	necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados,
	limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local
	de trabalho.

		Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/Práticas
		Corporais, nutrição e saúde juntamente com as Equipes de Saúde da
		Família, contribuir para a ampliação e a valorização da utilização
PROFISSIONAL DE		dos espaços públicos de convivência, como proposta de inclusão
EDUCAÇÃO		social e combate à violência, capacitar os profissionais, inclusive os
FÍSICA		Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como
		facilitadores/monitores no desenvolvimento das atividades.
		Melhorar a qualidade de vida da população, a redução dos agravos
		e dos danos decorrentes das doenças não transmissíveis, que
		favoreçam a redução do consumo de medicamentos, que favoreçam
		a formação de redes de suporte social e que possibilitem a
	20	

participação ativa dos usuários na elaboração de diferentes projetos terapêuticos. Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade. Veicular informações que visam à prevenção, a minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado. Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais. Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/Práticas Corporais, nutrição e saúde juntamente com as Equipes de Saúde da Família, sob a forma de co-participação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente. Articular ações, de forma integrada às Equipes de Saúde da Família, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública. Contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência. Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com as Equipes de Saúde da Família. Capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento das Atividades Físicas/Práticas Corporais. Supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas Equipes de Saúde da Família na comunidade. Promover ações ligadas à Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território, escolas, creches, etc. Articular parcerias com outros setores da área adstrita, junto com as Equipes de Saúde da Família e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais. Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população. Comunicar imediatamente a chefia qualquer tipo de acidente de trabalho. Dirigir veículo ou moto de acordo com a necessidade do serviço (quando possuir habilitação). Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1917/2015

PORTARIA Nº 1917/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, ao servidor Sr. GILBERTO RAUL SCHERER, matrícula nº 744271.0, nomeado por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Controladoria Geral do Município, no período compreendido entre 09/07/2015 e 07/08/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 09/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1637/2015

PORTARIA Nº 1637/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. JULIANA KOHLER RAUBER, matrícula nº 473219, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 15/06/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1916/2015

PORTARIA Nº 1916/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. JULIANA PERING, matrícula nº 723860-0, nomeado por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período compreendido entre 02/07/2015 e 31/07/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1918/2015

PORTARIA Nº 1918/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. LAURA CAVILHA KOHLER, matrícula nº 442925.3, nomeado por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido entre 13/07/2015 e 11/08/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 13/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1636/2015

PORTARIA Nº 1636/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. JULIANA KOHLER RAUBER, matrícula nº 473219, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15/06/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2176/2015

PORTARIA Nº 2176/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente de Obras o Sr. JOSE FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 443050, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 24/08/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6108381225.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1639/2015

PORTARIA Nº 1639/2015

Considerando o atestado de 30 (trinta dias) apresentado pela servidora;

Considerando que a servidora não apresentou ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - o Requerimento de Benefício por Incapacidade, retirado no Departamento Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque na data de 29 de maio de 2015;

Considerando que a servidora retornou ao trabalho após o término do atestado médico conforme seu requerimento emitido em 15 de junho 2015;

Considerando que compete ao empregador efetuar o pagamento dos primeiros 30 (trinta dias) de afastamento como dispõe a medida provisória 664/2014;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Anular a portaria nº 1256/2015 que afatou a servidora Sra. JUCINEIA RIBEIRO, matrícula nº 1066668, exercendo as funções de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a partir do dia 14/06/2015.

Parágrafo Único - o afastamento mencionado no artigo 1º é em decorrência do atestado do dia 15/05/2015 de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2015 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2015 – PREFEITURA - Processo licitatório nº 84/2015, Pregão Presencial nº 59/2015, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EXTINTORES E ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA REPOSIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC - empresa ADELVO BASQUERA & CIA LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.554.179/0001-90, com sede na cidade de Caçador-SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	80	RETESTE DE EXTINTOR PQS 4 KG	OSBI	R\$ 26,00	R\$ 2.080,00
2	100	RETESTE DE EXTINTOR PQS 6 KG	OSBI	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
3	80	RECARGA DE EXTINTOR PQS 4 KG	OSBI	R\$ 65,00	R\$ 5.200,00
4	100	RECARGA DE EXTINTOR PQS 6 KG	OSBI	R\$ 74,00	R\$ 7.400,00
5	10	RECARGA DE EXTINTOR CO2 4 KG	OSBI	R\$ 69,00	R\$ 690,00
6	60	RECARGA DE EXTINTOR CO2 6 KG	OSBI	R\$ 78,00	R\$ 4.680,00
7	10	EXTINTOR NOVO CO2 4 KG	MOCELIM	R\$ 360,00	R\$ 3.600,00
8	10	EXTINTOR NOVO CO2 6 KG	MOCELIM	R\$ 380,00	R\$ 3.800,00
9	10	EXTINTOR NOVO PQS 4 KG	EXTANG	R\$ 140,00	R\$ 1.400,00
10	10	EXTINTOR NOVO PQS 6 KG	EXTANG	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00
11	39	BLOCO AUTÔNOMO DE EMERGÊNCIA 2 FARÓIS: KIT DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA – 2 X 55W ACOMPANHANDO DE BATERIA	EQUIPEL	R\$ 408,00	R\$ 15.912,00
12	100	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA: 45 LEDS / 3,6W BIVOLT AUTOMÁTICO/ BATERIA RECARREGÁVEL MEDINDO 6,5 X 5,5 X 28 CM. APROVADO PELO INMETRO	SEGURIMAX	R\$ 55,00	R\$ 5.500,00
R\$ 54.762,00					

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57 – 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015, MATERIAIS PARA OS LABORATÓRIOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONTRATADA: KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.800/0001-14, com sede na cidade de Erechim, RS, O presente Contrato tem o prazo de vigência de 12 meses, iniciando com a assinatura e findando em 23 de julho de 2016 conforme segue:

LOTE 01

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	R\$ TOTAL
01	16	Unidade	Mapa "árvore telado medindo 90 cm x 120 cm com moldura	28,75	460,00
02	16	Unidade	Mapa "A célula" telado medindo 90 cm x 120 cm com moldura	28,75	460,00
03	16	Unidade	Mapa "Sistema digestório" telado medindo 90 cm x 120 cm com moldura	28,75	460,00
04	16	Unidade	Mapa "Sistema circulatório" telado medindo 90 cm x 120 cm com moldura	28,75	460,00
05	16	Unidade	Mapa "Sistema respiratório" telado medindo 90 cm x 120 cm com moldura	28,75	460,00
06	16	Unidade	Mapa "Sistema excretor" telado medindo 90 cm x 120 cm com moldura	28,75	460,00
07	16	Unidade	Mapa "Sistema nervoso" telado medindo 90 cm x 120 cm com moldura	28,75	460,00
08	16	Unidade	Mapa "Sistema genital masculino" telado medindo 90 cm x 120 cm com moldura	28,75	460,00
09	16	Unidade	Mapa "Sistema genital feminino" telado medindo 90 cm x 120 cm com moldura	28,75	460,00
10	16	Unidade	Mapa "fecundação" telado medindo 90 cm x 120 cm com moldura	28,75	460,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 4.600,00

LOTE 02

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	R\$ TOTAL
11	16	Unidade	Modelo anatômico esqueleto 85 cm	267,50	4.280,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 4.280,00

LOTE 03

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	R\$ TOTAL
12	10	Unidade	Lâminas biológicas preparadas)	330,00	3.300,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 3.300,00

LOTE 04

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNID	R\$ TOTAL
13	08	Unidade	Kit básico para laboratório com 46 peças contendo lamparina de vidro, termômetros químicos, estante para tubos de ensaio, escova para lavagem de vidraria, pinça para condensador com mufa, placa de petri, frasco, pipeta graduada, lâmina microscopia, lâminas para microscópio, tela de amianto, anel de ferro, condensador de bola, papel azul tornassol, funil, analítico, mangueira de látex, mangueira para gás, balão de destilação, papel-filtro qualitativo, bastão de vidro, vidro relógio, pipetador de três vias, pisseta sem graduação, espátula tipo colher, suporte para bureta, copo de griffen, rolha de cortiça, pinça inox, pinça para bureta, proveta graduada (caixa de papelão).	837,50	6.700,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 6.700,00

LOTE 05

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
14	08	Unidade	Conjunto de livreria com 156 peças contendo 10 copos de becker com 250 ml, 10 copos de becker com 600 ml, 2 frascos e erlenmeyer de 250 ml, 7 provetas de vidro 10 ml, 50 tubos de ensaio de 16x150 mm, 20 tubos de ensaio 20x200mm, 20 placas de petri de 100x20 mm, 10 balões de vidro 6x300 mm e vinte conta gotas de vidro com chupeta de borracha. Em caixa de papelão.	762,50	6.100,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 6.100,00

LOTE 06

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
15	08	Unidade	Conjunto de reagentes contendo 80 peças sendo 40 embalagens plásticas sólidas, zinco em pó, ureia, sulfato de sódio, soda cáustica, carvão ativo, brometo de potássio, ácido cítrico, cloreto de amônia etc. e 40 embalagens de vidro líquido, aceto ácido, clorídrico concentrado, álcool etílico, benzina comercial, vaselina líquida, xilol, hipoclorito de sódio etc. Em caixas de papelão.	637,50	5.100,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 5.100,00

DECRETO Nº 6.521

DECRETO Nº 6.521, de 28 de agosto de 2015.

Suplementa dotações orçamentárias, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, por conta do provável excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e atendendo ao disposto no art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/1964 e art. 5º, alínea "c" da Lei nº 3.185, de 16 de dezembro de 2014, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2015,

DECRETA :

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, no exercício de 2015, na importância de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO**02.05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

12.361.0011.2.046 – Aplicação Recursos FUNDEB 60%

3.1.90.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 474.000,00

12.361.0011.2.047 – Aplicação Recursos FUNDEB 40%

3.1.90.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 316.000,00

TOTAL R\$ 790.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Provável Excesso de Arrecadação nas fontes de recurso

18 - Transferências do Fundeb - 60% e 19 - Transferências do Fundeb – 40%.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de agosto de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.522

DECRETO Nº 6.522, de 28 de agosto de 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) na seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente do Município de Caçador:

04 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica

3.1.91.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas (10) R\$ 400.000,00

Art. 2º Em atendimento ao disposto no art. 1º, fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

04 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas (9) R\$ 400.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de agosto de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO CMD Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Conselho Municipal de Desenvolvimento

Resolução CMD nº 01/2015 de 26 de agosto de 2015.

Dispõe sobre a definição de índice de correção a ser aplicado em relações de venda de imóveis do patrimônio público municipal destinados ao fomento empresarial.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Caçador – CMD, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 106 de 22 de julho de 2007.

Considerando a deliberação em reunião Ordinária do CMD realizada no dia vinte e seis de agosto de 2015.

Resolve:

Art. 1º Define o INPC -(IBGE) – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, como referência para transações que envolvam a aquisição de imóveis pertencentes ao patrimônio público do município de Caçador, conforme previsto no art. 6º, § 1º da Lei Complementar nº 106 de 22 de julho de 2007, aplicados de forma mensal e sucessiva.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO BATTISTI ARCHER

Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**PORTARIA Nº 844, DE 20 DE AGOSTO DE 2015**

PORTARIA nº 844, de 20 de agosto de 2015.

Concede auxílio-natalidade à Servidora Pública Municipal Andréia Rodrigues.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Pública Municipal Andréia Rodrigues, ocupante do cargo comissionado de Assessora Administrativo e Financeiro, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, auxílio-natalidade, no valor de um vencimento mínimo municipal, em virtude do nascimento de sua filha Gabriela Oliveira Machado, ocorrido no dia 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 20 de agosto de 2015.
Alcedir Ferlin - DIRETOR PRESIDENTE.

PORTARIA Nº 846, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA nº 846, de 26 de agosto de 2015.

Designa Servidora Pública Municipal de Gestora de recursos financeiros previdenciários, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015, mais o previsto no § 4º do art. 2º da Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011, do Ministério da Previdência Social,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal KAREN FERNANDA RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Contadora do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, como GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS PREVIDENCIÁRIOS do IPASC, com certificação desenvolvida pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, correspondendo CPA-10, em 29/10/2008, devidamente atualizada em 23/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 26 de agosto de 2015.
Alcedir Ferlin - DIRETOR PRESIDENTE.

PORTARIA Nº 847, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA nº 847, de 26 de agosto de 2015.

Altera dispositivo da Portaria nº 838, de 28/07/2015, que encerra o benefício de NUNCIA FLORES ALVES.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 91, da Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, da Portaria nº 838, de 28 de julho de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria de NUNCIA FLORES ALVES, matrícula IPASC nº 36, a contar de 07 de julho de 2015, em razão de seu falecimento." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 26 de agosto de 2015.
Alcedir Ferlin - DIRETOR PRESIDENTE

Camboriú

PREFEITURA

TERMO DE ERRATA RESULTADO DO PR 19/2015 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 019/2015-FMAS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o aviso de Resultado do Pregão Presencial 019/2015 - FMAS, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS, PINTURAS, DENTRE OUTROS COM A FINALIDADE DE ATENDER REPARAÇÕES NO CRAS (CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado no Aviso do Resultado do Pregão Presencial:

- onde lê-se:

ANULAÇÃO PR 19/15 - FMAS

- leia-se:

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 019/2015 - FMAS

Camboriú SC, 28 de Agosto de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

1ª ALTERAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 77/2015

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2015
TOMADA DE PREÇOS

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, considerando o pedido de impugnação protocolado pela empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA e a análise e aceitação do mesmo. Deste modo, ALTERAM-SE as exigências expressas no item 5.1.5.4 do edital, conforme segue:

EXCLUEM-SE do edital as exigências de fornecimento de comprovação de qualificação técnica dos itens "Ampliação ou instalação de iluminação pública" e "Fornecimento e utilização de software de gestão para manutenção de iluminação pública", descritas abaixo:

5.1.5.4 - Comprovação de Qualificação Técnica, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), engenheiro(s) eletricitista(s), mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA, juntamente com a respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA, de execução de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, quais sejam:

ESPECIFICAÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA	COMPROVAÇÃO QUANTITATIVA MÍNIMA
Manutenção continuada e concomitante em parque de iluminação pública com fornecimento de materiais	1.800 pontos
Ampliação ou instalação de iluminação pública	50
Fornecimento e utilização de software de gestão para manutenção de iluminação pública	1.800 pontos

Passando a vigorar conforme segue:

5.1.5.4 - Comprovação de Qualificação Técnica, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), engenheiro(s) eletricitista(s), mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA, juntamente com a respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA, de execução de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, quais sejam:

ESPECIFICAÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA	COMPROVAÇÃO QUANTITATIVA MÍNIMA
Manutenção continuada e concomitante em parque de iluminação pública com fornecimento de materiais	1.800 pontos

Por último, alteram-se todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, as datas limites para autenticação de documentos e confecção do Certificado de Registro Cadastral, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

(...) 1.1.1 - Os dois envelopes contendo a Documentação (nº 1) e a Proposta Comercial (nº 2), deverão ser entregues até às 09h45min do dia 15/09/2015 (...)

(...) 3.4.1.6.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 3.4.1.6, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 15/09/2015 (...)

(...) 5.2.1 – A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 15/09/2015 (...)

(...) 5.6 - Para obter o Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor da Prefeitura Municipal de Campo Alegre constante do item 5.1.1, os interessados deverão efetuar a inscrição até as 17 horas do dia 11/09/2015 (...)

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na íntegra na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br e o aviso resumido no Diário Oficial do Estado, jornal de circulação regional e jornal de circulação estadual.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 28 de agosto de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

DECISÃO TP 77/2015**DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO EDITALÍCIA**

(Processo Licitatório nº 77/2015 – Tomada de Preços)

IMPUGNANTE: CEPENGE ENGENHARIA LTDA, CNPJ 03.064.330/0001-39

ATO IMPUGNADO: Edital do Processo Licitatório n. 77/2015 – Tomada de Preços

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo licitatório, modalidade Tomada de Preços, cujo objeto resume-se na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para manutenção, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública, com fornecimento de materiais, do município de Campo Alegre - SC.

A empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA, CNPJ 03.064.330/0001-39, inconformada com a exigência do item 5.1.5.4, no tocante a comprovação de qualificação técnica no que se refere ao "Fornecimento e utilização de software de gestão para manutenção de iluminação pública", protocolou impugnação ao edital, em data de 25.03.2015 (protocolo sob nº 4667).

É o relato do indispensável.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O processo licitatório, como é sabido, divide-se em etapas ou fases, sendo a primeira delas denominada pela doutrina especializada como "fase interna da licitação". Neste momento, são definidos os detalhes, critérios, condições e exigências para a aceitação das propostas e posterior contratação, sempre voltados ao atendimento das necessidades da Administração para garantir a satisfação do interesse público, incluindo-se também neste ponto, a definição da exigência da qualificação técnica.

Ao elaborar o edital, a Administração em momento algum teve a pretensão de afastar concorrentes para a participação da licitação, uma vez que o maior número de concorrentes faz com que seja mais bem alcançado o interesse público. A exigência de atestado de capacidade técnica para o "Fornecimento e utilização de software de gestão para manutenção de iluminação pública" não é ilegal, pois o objeto da licitação prevê tal serviço.

Ocorre que a questão levantada nos fez refletir referente tal exigência, do que verificou-se que demasiada uma vez que há possibilidade de terceirização do serviço, tal como impugnado. Logo, acolhe-se a impugnação neste sentido.

Ademais, da análise denota-se que a exigência de atestado de capacidade técnica para a "ampliação ou instalação de iluminação pública" também é exagerada, em cotejo com a necessidade, uma vez que a maior parcela do contrato será mesmo a manutenção continuada no parque de iluminação pública. Ora, se a contratada terá capacidade técnica para executar as ampliações ou instalações, também terá tecnicismo para executar a manutenção do sistema.

III – DECISÃO

Diante do exposto, no uso de minhas atribuições conferidas pela Lei n.º 8.666/93 e pela legislação aplicável à espécie, DECIDO conhecer do RECURSO e DAR-LHE PROVIMENTO, DETERMINANDO: i. a exclusão da exigência de Comprovação de Qualificação Técnica para o "Fornecimento e utilização de software de gestão para manutenção de iluminação pública", e ainda, de ofício, ii. excluir a exigência de Comprovação de Qualificação Técnica para "ampliação ou instalação de iluminação pública", do item 5.1.5.4 do edital do processo licitatório nº 77/2015. DETERMINO ainda, a republicação do edital consolidado com a primeira alteração, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto.

Intime-se a Impugnante, via e-mail, da presente decisão.

Campo Alegre - SC, 28 de agosto de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 9.251 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.251 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa na Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 100,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 100,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de Agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 31/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.252 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.252 DE 28 DE AGOSTO DE 2015
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa na Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 400,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 400,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de Agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 31/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.253 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.253 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 966,71 (novecentos e sessenta e seis reais e setenta e um centavos), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa na Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura		
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 966,71	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa na Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura		
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 966,71	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 31/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.254 DE 28 DE AGOSTO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.254 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa na Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 400,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa na Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 400,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 31/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.196 DE 28 DE AGOSTO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 12.196 DE 28 DE JULHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Chefe de Gabinete, JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, Registro no Sistema sob nº 955159, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O Chefe de Gabinete gozará as férias no período de 31 de Agosto de 2015 á 04 de Setembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de Agosto de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 31/08/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.197 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.197 DE 28 DE AGOSTO DE 2014

DESIGNA ASSESSOR DE GABINETE PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO CARGO DE CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 71 e Parágrafo 4º, da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula Funcional nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000, para responder interinamente pelo Cargo de Chefe de Gabinete, a partir de 31 de Agosto de 2015 à 04 de Setembro de 2015, por motivo do Titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) O Assessor de Gabinete não fará jus à percepção pecuniária, a qualquer título ao cargo acumulado.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 31/08/2015

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TOMADA DE PREÇOS 81/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 81/2015 – TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para execução de Portal Turístico e 02 (dois) Totens localizados ao longo da SC 418, no Município de Campo Alegre/SC. Julgamento: menor preço global, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 182.634,42. Os recursos são provenientes do Convênio nº 2014TR001037 SDR Mafra/SC + contrapartida municipal. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 15/09/2015, 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 13h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre, 28 de agosto de 2015. Lucilaine Mokfa Schwarz – Secretária Municipal de Administração.

Campo Erê

PREFEITURA

SUSPENSÃO DO PL 1504/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1504/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA

Suspende a abertura do:

Processo Licitatório n.º 1504/2015 – Pregão Presencial n.º 27/2015 - do tipo Menor Preço Global por Lote para a Contratação de empresa para prestação de serviços de pesquisa de satisfação, conforme especificado nesse Edital. Justificativa: Mandado Judicial – o Município Campo Erê, através de seu representante legal resolve: SUSPENDER a abertura do Processo Licitatório 1504/2015 por prazo indeterminado. Informações complementares poderão ser obtidas no Tel. ***49 36553035, e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê (SC), em 28 de Agosto de 2015. Rudimar Borcioni – Prefeito Municipal.

Campos Novos

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT. CT. 29/2015

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

Termo do segundo aditivo ao contrato cno nº. 28/2013
CONTRATO CNO – 29/2015

DATA DE ASSINATURA: 28 de Agosto de 2015.

OBJETO: Prestação de serviço de locação, manutenção e atualização dos softwares de Contabilidade Pública, Folha de Pagamento, Compras/Licitações e Portal da Transparência.

CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.

VALOR: R\$ 18.453,24 (Dezoito mil quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e quatro centavos).

PRAZO: 01.09.2015 à 31.08.2016.

Campos Novos – SC, 28 de Agosto de 2015

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 180/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 180/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: RIVEL VEÍCULOS LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo (0KM), nacional, tipo automovel, para equipar o Fundo municipal de Saúde de Canelinha, conforme especificações descritas no anexo II, Edital de Licitação nº. 12/2015, Pregão Presencial nº 13/2015 (processo Administrativo nº 13/2015, Licitação nº 13/2015-PR), parte integrante deste contrato. VALOR: O valor, a ser pago pela CONTRATANTE em favor do CONTRATADO pela entrega do veículo, objeto deste contrato é de R\$-37.300,00 (trinta e sete mil e trezentos reais). FONTE DO RECURSO: 01 10.01 1.034 4.4.90.52.48, 30 10.01 1.034 4.4.90.52.48, 31 10.01 1.034 4.4.90.52.48, 33 10.01 1.034 4.4.90.52.48. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração pelo mesmo período previsto para a garantia do equipamento, objeto deste Contrato, que a princípio é de 12 (doze) meses contados a partir da data entrega. Canelinha, 14 de agosto de 2015. SUELI GRIMM - SECRETÁRIA DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATOS Nº 179/2015, 181/2015 A 188/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 179/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO contrato Administrativo de Fornecimento de Gêneros Alimentícios Nº 068/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MERCADO E AÇOUGUE BETO LTDA EPP. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato de Fornecimento Administrativo de Gêneros Alimentícios nº. 068/2015 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). Com o acréscimo quantitativo dos gêneros alimentícios o valor previsto no Contrato de Fornecimento Administrativo de Gêneros Alimentícios nº. 068/2015 passa de R\$-82.068,12 (oitenta e dois mil e sessenta e oito reais e doze centavos), para perfazer o valor global de R\$-102.585,15 (cento e dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos), sendo aditivado o valor de R\$-20.517,03 (vinte mil quinhentos e dezessete reais e três centavos), conforme justificativa, que passa a fazer parte deste instrumento. Canelinha (SC), 04 de agosto de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 181/2015. TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 019/2011. CONTRATANTE: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: CARLOS GARCIA. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 019/2011 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). Com o acréscimo quantitativo do objeto o valor previsto no Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 019/2011, já reajustado pelos Contratos nºs. 046/2013 de 07/02/2013 (1º termo aditivo), 101/2013 de 01/04/2013 (2º termo aditivo, 052/2014 de 11/04/2014 (3º termo aditivo) e 057/2015 de 03/02/2015 (4º termo aditivo) passa de R\$-2.313,44 (dois mil trezentos e treze reais e quarenta e quatro centavos), para perfazer o valor mensal de R\$-2.891,80 (dois mil oitocentos e noventa e um reais e oitenta

centavos), sendo aditivado o valor de R\$-578,36 (quinhentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos) mensais, conforme autorização e justificativa, que passa a fazer parte deste instrumento. Canelinha (SC), 14 de agosto de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 182/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 167/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. EPP. OBJETO: Este termo aditivo visa alterar o prazo máximo para execução e entrega da obra prevista na cláusula 11ª e o prazo de duração do contrato previsto na cláusula 19ª, que constam do Contrato Administrativo de Execução de obra nº. 167/2014, ficando as duas alteradas para vencimento em 31 de dezembro de 2015, caso seja, ainda retomada a obra antes de 58 (cinquenta e oito) dias, do termo deste prazo, que é exatamente o prazo que falta para completar o prazo previsto no contrato original, considerando a paralisação. Canelinha (SC), 20 de agosto de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 183/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO contrato Administrativo de Fornecimento de Gêneros Alimentícios Nº 073/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MERCADO E AÇOUGUE BETO LTDA EPP. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato de Fornecimento Administrativo de Gêneros Alimentícios nº. 073/2015 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). Com o acréscimo quantitativo dos gêneros alimentícios o valor previsto no Contrato de Fornecimento Administrativo de Gêneros Alimentícios nº. 073/2015 passa de R\$-35.895,50 (trinta e cinco mil oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), para perfazer o valor global de R\$-44.869,37 (quarenta e quatro mil oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e sete centavos), sendo aditivado o valor de R\$-8.973,87 (oito mil novecentos e setenta e três reais e oitenta e sete centavos), conforme justificativa, que passa a fazer parte deste instrumento. Canelinha (SC), 20 de agosto de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 184/2015. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: FERNANDO SCHIMIDT DA SILVA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino de Canelinha/SC, para o 2º semestre 2015, verba FNDE/PNAE, referentes aos itens vencedores descritos na ata da reunião de julgamento de propostas nº 28/2015 que consta no Edital de Licitação nº 59/2015, Chamada Pública nº 01/2015 (Processo Administrativo nº 59/2015), na qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. VALOR: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais). FONTE DO RECURSO: 48. 04.03 22.010 3.3.90.32.03, 50. 04.03 22.011 3.3.90.32.03, 52. 04.03 22.012 3.3.90.32.03. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 30 de junho de 2015. Canelinha, em 21 de agosto de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 185/2015. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE

CANELINHA. CONTRATADO: FLAVIO BATISTA e TEREZINHA MANNERICH BATISTA. OBJETIVO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino de Canelinha/SC, para o 2º semestre 2015, verba FNDE/PNAE, referentes aos itens vencedores descritos na ata da reunião de julgamento de propostas nº 28/2015 que consta no Edital de Licitação nº 59/2015, Chamada Pública nº 01/2015 (Processo Administrativo nº 59/2015), na qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. VALOR: R\$ 9.120,00 (nove mil cento e vinte reais). FONTES DO RECURSO: 48. 04.03 22.010 3.3.90.32.03, 50. 04.03 22.011 3.3.90.32.03, 52. 04.03 22.012 3.3.90.32.03. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 30 de junho de 2015. Canelinha, em 21 de agosto de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 186/2015. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: SERAFIM JOSÉ BATISTA e MARIA CEZERINO BATISTA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino de Canelinha/SC, para o 2º semestre 2015, verba FNDE/PNAE, referentes aos itens vencedores descritos na ata da reunião de julgamento de propostas nº 28/2015 que consta no Edital de Licitação nº 59/2015, Chamada Pública nº 01/2015 (Processo Administrativo nº 59/2015), na qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. VALOR: R\$ 5.414,00 (cinco mil quatrocentos e quatorze reais). FONTE DO RECURSO: 48. 04.03 22.010 3.3.90.32.03, 50. 04.03 22.011 3.3.90.32.03, 52. 04.03 22.012 3.3.90.32.03. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 30 de junho de 2015. Canelinha, em 21 de agosto de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 187/2015. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: VALENTIM MOLINARI e MARIA SALVINA MOLINARI. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino de Canelinha/SC, para o 2º semestre 2015, verba FNDE/PNAE, referentes aos itens vencedores descritos na ata da reunião de julgamento de propostas nº 28/2015 que consta no Edital de Licitação nº 59/2015, Chamada Pública nº 01/2015 (Processo Administrativo nº 59/2015), na qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. VALOR: R\$ 3.666,00 (três mil seiscentos e sessenta e seis reais). FONTE DO RECURSO: 48. 04.03 22.010 3.3.90.32.03, 50. 04.03 22.011 3.3.90.32.03, 52. 04.03 22.012 3.3.90.32.03. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 30 de junho de 2015. Canelinha, em 21 de agosto de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 188/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação para serviços de seguros do veículo de placas QHN-5062, da frota da Prefeitura Municipal de Canelinha, conforme especificações do veículo e coberturas do seguro descritas no anexo II do Edital Processo de Licitação nº. 61/2015, Pregão Presencial nº 47/2015 (Processo administrativo nº 61/2015, licitação nº 47/2015-PR), parte integrante deste contrato. VALOR: R\$-2.579,00 (dois mil quinhentos e setenta e

nove reais). FONTE DO RECURSO: 029 04.01 2.006 3.3.90.39.69. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração de 12 meses, contados a partir da assinatura. Canelinha (SC), 27 de agosto de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 795/2015

PORTARIA Nº. 795/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 5.627/2015, resolve:

CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida Redução de Carga Horária para 20 horas semanais, a partir 01/09/2015, à servidora JUCÉLIA DO CARMO NEVES, efetiva no cargo de Professor de Arte, 40 horas semanais, sendo 20 horas semanais no CEI Nathan Zugmann e 20 horas semanais na EBM Achilles Pazda, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme preconiza a Lei nº 4.381/2008 com as alterações da lei nº 5.627/2015, a referida servidora permanecerá lotada na EBM Achilles Pazda, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 796/2015

PORTARIA Nº. 796/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a BEATRIZ LEITE BORGES DE LIMA, contratada no cargo de Professor de Geografia, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/08/2015, conforme comunicação interna nº 319/DP/2015, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 797/2015

PORTARIA Nº 797/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

PRORROGAR LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Fica concedida prorrogação de licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora GILVANA D'AQUINO MUZULÃO, efetiva no cargo de Auxiliar de Farmácia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 27/08/2015 a 25/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 799/2015

PORTARIA Nº. 799/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

"AUTORIZAR"

Art. 1º - Fica autorizado JEAN CARLO DE SILVEIRA, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas dentro do Município de Canoinhas para realizar reparos, limpeza, manutenção e acompanhamento dos serviços, conforme comunicação interna nº 271/SMS/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 800/2015

PORTARIA Nº. 800/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; CONSIDERANDO, servidor em licença para tratamento de saúde; Resolve:

PRORROGAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional MAURY KETLEN WELKE, na função de Professor de Inglês, MAG I, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 05/09/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada do professor Adão Lourenço, o qual está em licença tratamento de saúde, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento do retorno da titular, conforme comunicação interna nº 397/SME/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 802/2015

PORTARIA Nº. 802/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a TATIANE VALLI

KLUTCHCOUSKI, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 24/08/2015 a 21/12/2015, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 803/2015

PORTARIA Nº. 803/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período vespertino e matutino, designada para o GEM Frei Fabiano Gadzinski, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARISA DE LIMA NUNES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 062/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 03/09/2015, conforme comunicação interna nº 399/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 804/2015

PORTARIA Nº 804/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, e;

CONSIDERANDO a necessidade de afastamento do funcionário para a lisura das investigações e eficaz apuração das irregularidades investigadas, por força do artigo 167 da Lei nº 2.305/90, resolve:

AFASTAR PREVENTIVAMENTE SERVIDOR

Art. 1º - Nos termos dos artigos 167 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, por medida cautelar, FICA afastada a servidora MARCELA APARECIDA ALVES, efetiva no cargo de Servente Feminino junto a Secretaria Municipal de Educação, de suas funções a partir de 01/09/2015 pelo período de até 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º FMS 14/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/15
HOMOLOGAÇÃO: 28/08/15
CONTRATADO: JOSEVAL RUTES ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS PARA IDENTIFICAÇÃO VISUAL DA CLINICA DA MULHER E DA CRIANÇA E DA NOVA POLICLINICA MUNICIPAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.108,00 (vinte e dois mil cento e oito reais)

DATA: 28/08/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 09/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 09/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar Chamada Pública para autorização de uso a título precário, de espaço a céu aberto no Parque Municipal de Exposições Ouro Verde, nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2015, durante a realização da 20ª. FESMATE - Festa Estadual da Erva Mate, para exploração de parque infantil com piscina de bolinhas, cama elástica e outros movidos com energia elétrica. Início de recebimento dos documentos para credenciamento 01/09/2015 a partir das 08h00min. Valor R\$ 3.000,00 (três mil reais). Classificação por ordem de protocolo. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 15h30min, através do telefone nº (47) 3621-7721 (Coordenação da 20ª. FESMATE), ou ainda diretamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 100/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 161/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 100/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/09/2015, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DO VALOR EM METRO CÚBICO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESENTUPIMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE GORDURA E SUMIDOUROS, DESTINADOS A PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 15/09/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 101/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 163/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 101/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/09/2015, às 14h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 16/09/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 109/2015

DECRETO Nº 109, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Institui medidas de contenção de despesas em atendimento às necessidades do Município para o encerramento do exercício.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, usando das atribuições que lhe confere os artigos 58, V e 72, I, "f", da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO dificuldades financeiras enfrentadas pelos Municípios, notadamente pela desaceleração da economia nacional e a produção industrial do país que afetam diretamente as principais fontes de arrecadação do Município tais como: FPM, ITR, IPI, ICMS, IPVA e consequentemente afetam as receitas que formam o FUNDEB;

CONSIDERANDO os escassos recursos disponíveis para aplicação nas suas atividades cotidianas;

CONSIDERANDO que ao final do exercício haverá significativo aumento de despesas, em virtude da necessidade de pagamento de rescisões contratuais dos servidores temporários;

CONSIDERANDO a necessidade do pagamento do décimo-terceiro salário aos servidores efetivos nos meses de novembro e dezembro do corrente ano;

CONSIDERANDO a necessidade do pagamento das férias à maioria dos servidores no mês de janeiro de 2015;

CONSIDERANDO a necessidade de readequação das receitas e despesas com redução da prestação dos serviços e estabelecimento do turno único na Secretaria de Infraestrutura conforme Decreto nº 110/2015;

CONSIDERANDO o estudo de encaminhamento de projeto de lei junto à Câmara de Vereadores para redução dos vencimentos dos cargos comissionados e dos Secretários, vice-prefeito e Prefeito;

CONSIDERANDO a necessidade da manutenção do equilíbrio das contas públicas do Município, em especial para que não haja contas em restos a pagar, salvo aquelas previstas a longo prazo, e as que contarão com a disponibilidade de caixa que não poderão ser quitadas por força de contrato ou por falta de conclusão de obras e serviços;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade no cumprimento dos dispositivos em relação ao equilíbrio entre receita e despesa, adequando-se aos preceitos contidos no § 1º do Artigo 1º da Lei Complementar de nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade premente e imediata de instituir medidas de contenção de despesas tendo em vista o encerramento do exercício;

DECRETA:

Art. 1º A Administração Pública Municipal adotará até 31/12/2015, as medidas de contenção de despesas contidas neste Decreto.

Art. 2º Fica vedada a contratação de pessoal, exceto nas Secretarias de Educação e Saúde, em casos comprovadamente urgentes e indispensáveis relativos a médicos e professores, bem como ao pessoal necessário ao funcionamento inadiável de serviços públicos

essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º O pagamento de horas extras aos servidores públicos deste Município está condicionado às hipóteses de necessidade urgente, imperiosa, temporária e excepcional do serviço, e somente ocorrerá mediante prévia autorização por escrito do Secretário de Administração e Finanças e/ou do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Qualquer hora extra desempenhada em desacordo com o disposto no caput deste artigo, será considerada não trabalhada, para todos os efeitos.

§ 2º Todas as horas extras autorizadas pelo Secretário e/ou Diretor que estiver respondendo pela Secretaria, deverão ser registradas pelo sistema de ponto eletrônico/biométrico e onde não exista este sistema, será controlado por uma planilha específica assinada pelo responsável da pasta.

§ 3º Sempre que houver viagens para fora do Município de Capinzal, a título de indenização serão concedidas diárias proibida qualquer acumulação destas com horas extras, em nenhuma hipótese.

§ 4º É indevido o pagamento de horas extras a servidores ocupantes de cargos em comissão e a servidores que desempenham função gratificada, respeitando mandamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Ficam suspensos os pagamentos relativos a férias e licença-prêmio.

§ 1º Excetuam-se do caput deste artigo o pagamento das férias aos servidores que tenham as férias referentes ao segundo período concessivo a vencer.

§ 2º Excetuam-se ainda o pagamento das licenças prêmio que já tenham sido concedidas e autorizadas pelo Secretário até a data deste Decreto e as que estejam em gozo para fins de aposentadoria.

Art. 5º Ficam mantidos somente os 05 (cinco) Secretários municipais dos 07 existentes e fica exonerado o Diretor de Habitação.

Art. 6º Determino que seja enviado em caráter de urgência Projeto de Lei Complementar à Câmara de Vereadores para reduzir, a partir de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2015, em 15% (quinze por cento), as remunerações do Prefeito, Vice-prefeito, Secretários e cargos comissionados níveis CC3 a CC6.

Art. 7º Ficam suspensas as participações de servidores públicos deste Município, inclusive Cargos Comissionados em Cursos, Capacitações, Treinamentos, Seminários e afins em outro Município, que consequentemente necessitem de concessão de diárias.

Art. 8º Fica suspensa a prestação de serviços nas propriedades particulares eventualmente realizadas pelo Município, nos termos da legislação municipal, especialmente das Leis n. 1071/83, 1100/83, 2298/01, 2613/05 e todas suas alterações.

Art. 9º Fica determinada a reavaliação de todos os contratos e convênios para possível supressão de valores, suspensão, rescisão ou encerramento dos mesmos.

Art. 10. Fica suspensa a realização de compras, ressalvadas as destinadas à realização de serviço essencial e inadiável, mediante proposta justificada de cada Secretário e aprovada pelo Prefeito Municipal.

Art. 11. Fica determinado aos Órgãos e Entidades da Administração Municipal a observância dos seguintes procedimentos:

- I - Redução ao mínimo indispensável do uso de impressão e reprodução de documentos;
- II – Redução ao mínimo necessário do consumo de energia elétrica e do uso de telefone;
- III – redução ao mínimo indispensável ao consumo de materiais de escritório, higiene e limpeza.

Art. 12. Compete a todos os Secretários Municipais e/ou Diretores acompanhar e fazer cumprir o disposto no presente Decreto, bem

como, adotar as medidas necessárias à sua implementação.
Art. 13. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 26 de agosto de 2015.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/35/2015

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/35/2015

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: GILBERTO BAZZO EIRELI ME

CNPJ DO CONTRATADO: 18.366.785/0001-86

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/16/2015, PARA CONSTRUÇÃO DE MURO E ESCADARIA NO PÁTIO DO SIMAE.

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2015.

VIGÊNCIA: 07/08/2015 A 21/09/2015.

Catanduvas

PREFEITURA

EDITAL Nº 002/2015 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº 002/2015

CONVOCA PARA A SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS SC

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, cumprindo o que dispõe os incisos I, II e III, do artigo 34 e artigo 40, ambos da lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da cidade), torna público que, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar todos os habitantes do Município, à participarem da Segunda Audiência Pública para discussão e aprovação no Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Catanduvas-SC,

Art. 2º - A SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA, fica agendada para o dia 14 de setembro, Segunda-feira, após a Sessão da Câmara de Vereadores (19:00horas), na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, localizada na Rua Severiano Guerreiro – Centro.

Art. 3º - Ficando assim convocados todas as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados Catanduvenses maiores de 16 anos.

Parágrafo Único - E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado na sede da Prefeitura, bem assim na sede das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Catanduvas 28 de agosto de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 087, DE 28.08.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 087, DE 28.08.2015

Altera o Art. 2º do Decreto nº 05/2014 de 26.02.2014, que Institui o horário de expediente da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC.

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas públicas,
CONSIDERANDO que o turno único atende satisfatoriamente as ações inerentes a Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos,
O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o § 3º do Art. 23 da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 05/2014 de 26.02.2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“

Art. 2º Excetuam-se do disposto no art. 1º, o expediente da Secretaria Municipal de Saúde que será das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas e da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos que será das 07:30 às 13:30 horas.

..... ”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 28 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de agosto de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 338/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 338/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 15 (quinze) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Prorrogar em favor da servidora publica ELOIZA DA SILVA BETTOLY licença para tratamento de saúde, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 27.08.2015 a 10.09.15, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 27.08.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de agosto de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 337/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 337/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo art.50, XXV, da Lei Orgânica do Município e, nos termos do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria n. 171/2015, de 24/03/2015, que admitiu em caráter temporário MAIRA WEISS, Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 29/08/2015 até o término da Licença Maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 104/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de Equipamentos e Proteção Individual (EPI's), para aquisições futuras. No atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 19/08/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 3.683,85 (três mil seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

LEI N. 1.266

LEI N. 1.266, de 26 de agosto de 2015.

CRIA O FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO – FEPM, E DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ENTRE OS ADVOGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, PROCURADOR-GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica criado pela presente o Fundo Especial da Procuradoria do Município – FEPM, de natureza contábil, financeira autônoma, que movimentará seus recursos através de conta corrente bancária própria.

Art. 2º O FEPM tem por finalidade suprir a Procuradoria do Município com os recursos financeiros destinados a:

I - despesas administrativas do FEPM, necessárias à sua manutenção, aquisição e locação de bens, aquisição e contratação de softwares, aquisição de livros e demais materiais doutrinários, custeio de aprimoramento técnico do(s) Advogado(s) lotados na Procuradoria do Município, participação em eventos jurídicos e culturais, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor percebido em ações de qualquer natureza, em que for parte o Município de Cocal do Sul, em que haja o pagamento de honorários advocatícios fixados por arbitramento, por acordo ou por sucumbência.

II – rateio entre os advogados públicos e o Procurador-Geral perententes ao quadro funcional da Procuradoria do Município em efetivo exercício na data de seu recebimento, no percentual de 75% (setenta e cinco) por cento do valor, estes percebidos em ações de qualquer natureza, em que for parte o Município de Cocal do Sul, em que haja o pagamento de honorários advocatícios fixados por arbitramento, por acordo ou por sucumbência.

Parágrafo único. Entende-se por advogado público o advogado integrante do quadro da Procuradoria-Geral no momento do repasse dos valores.

Art. 3º Os honorários advocatícios de que trata o artigo anterior, serão depositados em conta bancária a ser aberta pelo fundo, e

serão aplicados da seguinte forma:

I - 75% (setenta e cinco por cento) do montante apurado será destinado aos titulares de direito descritos no art. 2º, inciso II desta Lei, para posterior rateio;

II - 25% (vinte e cinco por cento) do montante será remanejado para outra conta bancária a ser criada, a fim de garantir o disposto no art. 2º, inciso I da presente;

§ 1º As contas acima mencionadas serão movimentadas, exclusivamente, através de depósitos e transferências eletrônicas aos respectivos titulares de direito.

§ 2º Os valores de que trata o art. 2º, inciso II serão repassados aos titulares do direito de que trata esta Lei, em partes iguais, até o último dia útil de cada mês.

§ 3º A remuneração de cada advogado, considerado o seu vencimento padrão acrescido de honorários de sucumbência, não poderá, mensalmente, ser superior a remuneração do Prefeito Municipal, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

§ 4º Na eventualidade de saldo na conta, ao final de cada mês, em decorrência da observância ao § 3º acima, os valores permanecerão naquela conta para o exercício subsequente, assegurando-se-lhes a mesma destinação.

Art. 4º O Fundo Especial da Procuradoria do Município - FEPM de que trata o art. 1º será administrado pelo Procurador-Geral, ou, na ausência deste, pelo advogado mais antigo ocupante de cargo efetivo junto aos quadros do Município.

§ 1º Será designado pelos advogados públicos, um advogado para, juntamente com o Procurador-Geral do Município:

I - controlar as contas bancárias destinadas aos depósitos;

II - ter acesso à planilha on line e extratos bancários da conta bancária referida destinada aos depósitos e

III - fiscalizar o rateio dos valores.

§ 2º Caberá ao Procurador-Geral, ou, na ausência deste, ao advogado mais antigo ocupante de cargo efetivo junto aos quadros do Município deliberar sobre as despesas realizadas com os 25% (vinte e cinco por cento) destinados manutenção, aquisição e locação de bens, aquisição e contratação de softwares, aquisição de livros e demais materiais doutrinários, custeio de aprimoramento técnico do(s) Advogado(s) lotados na Procuradoria do Município.

§ 3º Será mantida devidamente arquivada ata da reunião mensal, cópia do relatório de rateios de honorários, do extrato mensal da conta e da posição do saldo da conta.

Art. 5º Será suspensa a distribuição de honorários ao titular do direito ou beneficiário, em qualquer das seguintes condições:

I - em licença para tratamento de interesses particulares;

II - em licença para campanha eleitoral;

III - em licença para acompanhar cônjuge servidor público mandado servir em outro ponto do Estado, ou do território nacional, ou no estrangeiro;

IV - no exercício de mandato eletivo;

V - preventivamente, quando afastado para averiguação de faltas cometidas no exercício do cargo;

VI - em cumprimento de penalidades.

§ 1º Será excluído da distribuição de honorários o titular do direito ou beneficiário que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento ou pela posse em outro cargo, desde que dela se verifique acumulação indevida.

§ 2º O advogado que pedir exoneração não terá direito aos valores porventura existentes na conta para rateio dos advogados, seja decorrente de saldo do mês anterior, seja porque o rateio ainda não foi realizado.

Art. 6º Os valores recebidos a título de honorários advocatícios não integrarão a remuneração, para nenhum efeito.

Art. 7º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários advocatícios de que trata essa Lei.

Art. 8º Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto na Lei Federal 4.320/64, nas normas gerais de contabilidade pública, bem como, nas instruções do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. O FEPM prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazo e na forma da legislação vigente, com publicação mensal no Portal da Transparência do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Os valores atualmente constantes do orçamento, bem como os já depositados sob o título de "RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS", sob a rubrica 1990.02.01, Fonte 06 – Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos e quaisquer outros recebimentos em conta municipal a título de honorários de sucumbência, serão repassados automaticamente para a gestão do Fundo Especial da Procuradoria do Município – FEPM, sendo disciplinados por esta Lei.

Art. 10. Fica autorizado à criação da Unidade 02 – FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO, vinculado ao órgão 02 – Gabinete do Prefeito.

Art. 11. Fica autorizado à criação do Projeto Atividade denominado: MANUTENÇÃO DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO, com as seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.00.00.00.00.00.0211– Aplicações Diretas
..... 10.000,00.
4.4.90.00.00.00.00.00.0211–Aplicações Diretas
..... 2.500,00.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de agosto de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planj., Fazenda e

Finanças Públicas

LEI N. 1.267

LEI N. 1.267, de 26 de agosto de 2015.

DESAFETA ÁREA DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, E AUTORIZA DOAÇÃO AO LIONS CLUBE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica desafetada da categoria de bem institucional (de uso especial) passando a integrar a categoria dos bens dominiais do Município, disponível para doação, o imóvel a seguir descrito e caracterizado:

Área de 567m²(quinzentos e sessenta e sete metros quadrados) de propriedade do Município de Cocal do Sul, área de Utilidade Pública, do parcelamento denominado Loteamento Narciso Guollo, situado na Rua dos Pinheiros, nº. 969(antiga Rua Projetada B), bairro Monte Carlos, neste município, com as confrontações constantes na matrícula nº. 29.010, registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC.

Art. 2º Fica autorizado a doar ao LIONS CLUBE COCAL DO SUL, inscrito no CNPJ n. 80.165.251/0001-65, o imóvel urbano de matrícula n. 29.010, com área de 567m²(quinzentos e sessenta e sete metros quadrados), de propriedade do Município de Cocal do Sul.

Parágrafo único. A referida área de terra será destinada à construção da sede do Lions Clube.

Art. 3º Fica expressamente vedado ao Lions Clube:

I – alienar o imóvel;

II – gravar o imóvel com ônus real de garantia;

III – dar destinação diversa da prevista na doação;

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal o terreno doado, quando:

I – não iniciada a construção da Sede no prazo de 03(três) anos a contar da publicação desta lei;

II – não mais for utilizado para construção da Sede, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário à transação.

Art. 5º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente lei por ato próprio, no que couber.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de agosto de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

LEI N. 1.268

LEI N. 1.268, de 26 de agosto de 2015.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura
2.011 – Manutenção da Educação Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0058 – Aplicações Diretas	R\$ 190.000,00
---	----------------

Órgão: 05 – Secretaria de Adminstr., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

2.008 – Manutenção dos Serviços de Gestão e Controle

3.3.90.00.00.00.00.00.00110 – Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00
--	--------------

TOTAL	R\$ 197.000,00
.....	

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, é reduzida no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura
2.011 – Manutenção da Educação Básica

4.4.90.00.00.00.00.00.0058 – Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
---	----------------

1.018 – Construção de Quadras Poliesportivas p/ Ed. Física

4.4.90.00.00.00.00.00.0058 – Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
---	---------------

Órgão: 05 – Secretaria de Adminstr., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

2.008 – Manutenção dos Serviços de Gestão e Controle

3.3.93.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00
---	--------------

TOTAL	R\$ 197.000,00
.....	

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de agosto de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

CLEDIO FACHIN

Prefeito Municipal

Secretário de Adm., Planej.,
Fazenda e Finanças

LEI N. 1.269

LEI N. 1.269, de 26 de agosto de 2015.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., Saneamento, Transp. e Serv. Públicos

1.022– Pavimentação e Recup. De Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
---	----------------

TOTAL	R\$ 150.000,00
.....	

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., Saneamento, Transp. e Serv. Públicos

1.021 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 90.000,00
---	---------------

1.030 – Construção, Reconstr., Bueiros, Pontes e Drenagem Pluvial

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
---	---------------

TOTAL	R\$ 150.000,00
.....	

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de agosto de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2015-PMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para a fabricação e instalação de móveis sob medida, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), para as Escolas Básicas Municipais, Parque de Exposições e Romeu de Sisti e para o Centro Municipal de Educação Infantil Regina Piola, com recursos Federais – Salário Educação, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h e 15 min do dia 15/09/2015

Início da Sessão: dia 15/09/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 28 de agosto de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2015- PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para fornecimento de análises químicas completas de amostras de solos, destinados ao programa de correção de solos, para o exercício de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 15/09/2015

Abertura: dia 16/09/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 28 de Agosto de 2015.

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural E Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS O&S Nº 20/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015 – PMC

Obras E Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para reforma da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, neste Município, com recursos oriundos do convênio FUNDEB, com o Governo Federal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 18/09/2015, ÀS 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 15/09/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 18/09/2015, às 10h00min.

Abertura: dia 18/09/2015, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 28 de agosto de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2015 -PMC

Contrato Nº : 239/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ELETRO INSTALADORA LAZZARI LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 35/2015

Objeto : execução de reforma, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para reforma do CMEI José Garghetti.

Vigência : Início: 18/08/2015 Término: 17/10/2015

Assinatura : 18/08/2015

Valor R\$: 4.437,76 (Quatro Mil, Quatrocentos e Trinta e Sete Reais e Setenta e Seis Centavos)

Dotação : 68 - 06.004.2018.333903026000000.01190000

Dotação : 68 - 06.004.2018.333903916000000.01190000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 240/2015 -PMC

Contrato Nº : 240/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 8/2015

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de construção civil, em regime de empreitada global (mão de obra, material e equipamentos), para pintura externa da edificação que abriga a Delegacia Regional de Concórdia, sede da 14ª Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, a serem pagos com recursos oriundos do convênio de trânsito nº 2013TN001988.

Vigência : Início: 24/08/2015 Término: 23/10/2015

Assinatura : 24/08/2015

Valor R\$: 16.700,00 (Dezesseis Mil e Setecentos Reais)

Dotação : 201 - 12.001.2043.344905107000000.01110000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 241/2015 -PMC

Contrato Nº : 241/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CERVY LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 88/2015

Objeto : Contratação de empresas para prestação dos serviços de 750 horas-máquinas, para execução de terraplenagem, aterramento, muro de enrocamento e valas de drenagem, autorizadas pela Lei Complementar nº 698 de 15 de junho de 2015 e alteração, visando ao incentivo econômico à Cooperativa de Transportes de Carga do Estado de Santa Catarina - COOPERCARGA.

Vigência : Início: 25/08/2015 Término: 21/02/2016

Assinatura : 25/08/2015

Valor R\$: 84.500,00 (Oitenta e Quatro Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 161 - 10.001.2038.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 242/2015 -PMC

Contrato Nº : 242/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TUCANO SERVIÇOS DE TERRAPLANAGENS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 88/2015

Objeto : Contratação de empresas para prestação dos serviços de 750 horas-máquinas, para execução de terraplenagem, aterramento, muro de enrocamento e valas de drenagem, autorizadas pela Lei Complementar nº 698 de 15 de junho de 2015 e alteração, visando ao incentivo econômico à Cooperativa de Transportes de Carga do Estado de Santa Catarina - COOPERCARGA.

Vigência : Início: 25/08/2015 Término: 21/02/2016

Assinatura : 25/08/2015

Valor R\$: 8.000,00 (Oito Mil Reais)

Dotação : 161 - 10.001.2038.333903999000000.01000001

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 406/2015

DECRETO N. 406/2015 DE 24 DE AGOSTO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família a Servidora Municipal, Sra . LUANA PAULA MORESCHO , ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 91/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93, e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 91/2015.

Edital: Concorrência n. 06/2015.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa prestação de serviços de telecomunicação para fornecimento de link internet ip dedicado full (100%) com velocidade mínima de 60 mbps.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 01/10/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 01/10/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta SC, 26 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 92/2015 - CHAMADA PÚBLICA

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Chamamento

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que está aberto edital de CHAMAMENTO de entidades sem fins lucrativos e demais empresa, para locação de espaço para comercialização de bebidas e lanches, durante a realização de jogos do campeonato municipal de futsal, que ocorrerão durante o ano vigente, de acordo com o cronograma de jogos desenvolvido pela Secretaria de Desporto.

Tipo: Maior preço.

Data para retirada do edital: A partir de 31/08/2015 até 04/09/2015.
Data e hora para entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 04/09/2015.

Data e hora para abertura dos envelopes: dia 04/09/2015 às 09h.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 28 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 53/2015

Contratado: RUDIGER MULTIMARCAS LTDA

Valor total: R\$ 14.270,00 (Quatorze mil duzentos e setenta reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: CONserto DO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS IVECO CITY CLASS PLACA MKW-6726

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 28 De Agosto de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 54/2015

Contratado: KNAPP E CIA LTDA

Valor total: R\$ 83.300,00 (Oitenta e três mil e trezentos reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DETONAÇÃO E PERFURAÇÃO DE ROCHAS

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 28 de Agosto de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO CONTRATOS Nº 104/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2015

Contratado: ROMAC TECNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A REVISÃO DE 3000 HORAS DO ROLO COMPACTADOR AUTOPROPULSADO BW212 COD FROTA Nº 18

Valor: R\$ 4.687,66 (quatro mil seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

Vigência: 31/12/2015

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 141 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 141 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 15 (quinze) dias, com gozo a partir do dia 01 a 15 de setembro de 2015.

Nome Cargo Referências

Elisangela de Fatima Salvador Enfermeira 07/2012 á 07/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 27 de Agosto de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 39/2015 PMCP

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 39/2015

PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 39/2015 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PALANQUES, PRANCHAS, TRAVAS E VIGAS DE EUCALIPTO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL, alterando-se a forma de julgamento da licitação, onde se lê: "Menor preço GLOBAL", passa a ser lido: "Menor preço por LOTE".

Correia Pinto, 31 de agosto de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES, RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DO EDITAL 06/2015 DE ACT'S PARA CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA HOMOLOGAÇÃO.

Corupá, 27 de agosto de 2015.

Homologação de Inscrições, Resultado e Classificação do Processo Seletivo do Edital 06/2015 de ACT's para cargos da administração municipal para homologação.

Segue abaixo, Homologação de Inscrição, Resultado e Classificação oficial do Processo Seletivo do Edital 06/2015 de ACT's (admitidos em caráter temporário).

O resultado refere-se aos cargos de Enfermeiro ESF, Médico Pediatra 10h, Médico Pediatra 20h e Merendeira para o ano de 2015.

A Homologação e Classificação serão publicadas nos órgãos oficiais e competentes da Prefeitura de Corupá.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal de Corupá

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA
Assessor Jurídico
OAB/SC 28.541

Corupá, 27 de agosto de 2015.

Homologação de Inscrição, Resultado e Classificação do Processo Seletivo do Edital 06/2015.

Cargos: Enfermeiro ESF, Médico Pediatra 10h, Médico Pediatra 20h e Merendeira.

Classificação dos cargos:

Enfermeiro ESF

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Tempo de serviço
01	12	Susana Martins	7 anos, 9 meses e 12 dias
02	10	Sabrina de Oliveira Campos França	5 anos, 8 meses e 28 dias
03	11	Angélica Cardoso Schimanski	5 anos, 8 meses e 18 dias
04	09	Janaina Cristiane Winter	2 anos, 11 meses e 9 dias

Merendeira

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Tempo de serviço
01	03	Angela Maria da Silva	19 anos
02	07	Miriam Früchting	8 anos, 5 meses e 7 dias
03	01	Eliane de Souza	5 anos, 11 meses e 27 dias
04	06	Ruth Freitas Caetano Brugnago	4 anos e 17 dias
05	05	Noeli Alves de Oliveira	1 ano, 10 meses e 11 dias
06	04	Iraci da Fonseca	9 meses e 26 dias
07	02	Edna Mara Lima	4 meses e 1 dia
08	08	Salete Venêra	3 meses
09	13	Marilene Hohense	-----

Não houve inscrição para os cargos:

- Médico Pediatra: 10h
- Médico Pediatra: 20h

Observação:

Os candidatos com inscrição homologada e classificados serão chamados conforme a necessidade do Município e em conformidade com os preceitos da Lei Complementar Municipal 014/09.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal de Corupá

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA
Assessor Jurídico
OAB/SC 28.541

PORTARIA Nº 3436/14

PORTARIA Nº 3436/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. BENTO ANTÔNIO DA CUNHA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário do Motorista, o SR. BENTO ANTÔNIO DA CUNHA, estipulado na Portaria nº 3095/14, para a data de 11 de dezembro de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3095/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3437/15

PORTARIA Nº 3437/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO ENFERMEIRA ACT, A SRA. ELIETE DOS SANTOS RECH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ELIETE DOS SANTOS RECH, a partir de 17 de agosto de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 11 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Enfermeira ACT, no PSF3, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude da Licença Maternidade da profissional Sarah Spiker Jacinto, em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
27 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e a empresa DE MARCO LTDA., com o valor total de R\$ 2.399,10 (Dois mil trezentos e noventa e nove reais e dez centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DOS 20.000 KM DO VEÍCULO VAN RENAULT MASTER PLACA MMB9655, EM USO NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:
- XVII – “Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal,

sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 28 de Agosto de 2015.

Diego Sebem Wordell

Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto

Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 28 de Agosto de 2015.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 28 de Agosto de 2015.

João Carlos Martins dos Santos

Presidente do Fundo

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO 6/2015

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2015

O Poder Legislativo do Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de cadeiras, conforme especificações do Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentos de Habilitação até as 14:00 horas do dia 15/09/2015, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitibanos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitibanos/SC.

O Edital do Pregão Presencial encontra-se disponível no site

<http://www.camaracuritibanos.sc.gov.br>, link Agenda, ou através do link:

<http://camaracuritibanos.sc.gov.br/agenda/index/detalhes-item/codMapaItem/33619/codItem/28164/codAgenda/276>

Quaisquer dúvidas ou pedidos de esclarecimentos em relação a interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC, até o dia 14/09/2015, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitibanos/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico contabilidade@camaracuritibanos.sc.gov.br.

A partir das 14:30 horas do dia 15/09/2015, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitibanos/SC.

Curitibanos, 28 de agosto de 2015.

Arcílio Alves Ronaldo Spricigo

Presidente Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO N° 001/2015

Termo de Autorização de Uso a Título Precário nº 001/2015

Autorizante: Prefeitura Municipal de Ermo.

Autorizado: Empresa Cintia João da Silva (Pitton Jeans)

Objeto: Autorização de uso de área individualizada de bem público a Título Precário de Imóvel sob matrícula nº 5.889 registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Turvo-SC.

Valor: sem ônus

Vigência: 12 (dose) meses

Data de assinatura: 20 de agosto de 2015.

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 1994/2015

DECRETO 1994 de 03 de agosto de 2015.

“DISCIPLINA O USO DO GINÁSIO DE ESPORTES EM ATIVIDADES EXTRA CURRICULARES”

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - O Ginásio de Esportes – Centro Esportivo Educacional Erval Velho – localizado na Rua Coronel Honorato Vieira nesta Cidade poderá ser utilizado por populares, praticantes de esportes, para atividades culturais, esportes ou atividades comunitárias de interesse coletivo, em horários não utilizados por alunos da Rede Municipal de Ensino.

Artigo 2º - O preço da utilização será de R\$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais a ser recolhido diretamente no Departamento de Tributação do Município, antecipadamente.

Parágrafo Único – O valor mencionado no caput deste artigo incidirá somente para prática de atividades esportivas.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC em 03 de agosto de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1995/2015

DECRETO 1995, de 21 de agosto de 2015.

Homologa o Resultado Final de Avaliação de Desempenho de Servidor Público Municipal em Estágio Probatório e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o Artigo 18 e seguintes da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001; combinado com as disposições do Decreto Municipal n. 869, de 10 de novembro de 2003, e alterações pelo Decreto Municipal n. 1231, de 28 de julho de 2008, combinado com o artigo 41 da Constituição Federal de 1988;

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado o resultado final de avaliação de desempenho da servidora que encontrava-se em estágio probatório, ficando a mesma aprovada e considerada estável no serviço público municipal a partir da data em que completou três anos de efetivo exercício:

Nome	Função	Admissão	Média Final	Data da Estabilização
Flávia Aparecida Girardi	Professor	01/08/2012	332,50	01/08/2015

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 21 de agosto de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 21 de agosto de 2015.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1996/2015

DECRETO 1996, de 24 de agosto de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 105.483,12 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 1.028 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

01 – 4.4.90.00.00.00.00.03.0038.000013 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

PROJ/ATIV – 1.029 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

41 – 4.4.90.00.00.00.00.03.0088.000000 - Aplicações Diretas R\$ 60.483,12

42 – 4.4.90.00.00.00.00.03.0038.000013 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

PROJ/ATIV – 2.038 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

40 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0038.000013 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 24 de agosto de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 1996/2015, de 24 de agosto de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2014

Fonte de Recurso – 88 – Recursos Alienação Saúde

Ativo Financeiro	60.483,12
(-) Passivo Financeiro	(0)
Superávit Financeiro	60.483,12
Deduções	
Decreto n.º 1996/2015	60.483,12
Saldo	0

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

Fonte de Recurso 0612 – 38 - 13 – Recursos PMAQ

Ativo Financeiro	180.000,00
(-) Passivo Financeiro	(0)
Superávit Financeiro	180.000,00
Deduções	
Decreto n.º 1957/2015	25.500,00
Decreto n.º 1996/2015	30.000,00
Saldo	124.500,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

Fonte de Recurso 0612 – 38 - 15 – Vigilância em Saúde

Ativo Financeiro	180.000,00
(-) Passivo Financeiro	(0)
Superávit Financeiro	180.000,00
Deduções	
Decreto n.º 1957/2015	25.500,00
Decreto n.º 1996/2015	15.000,00
Saldo	139.500,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

DECRETO 1997/2015

DECRETO 1997, de 25 de agosto de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei Municipal nº 1378 de 15 de dezembro de 2014, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 23.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

PROJ/ATIV – 2.023 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA

85 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Art. 2º- Os recursos orçamentários para fazer face à presente abertura de crédito suplementar, correrão à conta de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

PROJ/ATIV – 2.023 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA

86 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0000 – Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos. R\$ 3.000,00

87 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

88 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 25 de agosto de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI 1395/2015

Lei n. 1395, de 19 de agosto de 2015.

Autoriza Fimar Termo de Permissão de Uso de Imóvel que especifica e da outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1o – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a permitir a “Associação Cultural Recreativa Beneficente Essência Caipira (ACREBEC)” CNPJ nº 12.652.371/0001-37 o Direito Real de Uso de uma sala com área de 10,71m² (dez metros e setenta e um centímetros quadrados) localizada no Terminal Rodoviário Municipal “Antônio Castaldelo” nesta Cidade de Erval Velho.

Art. 2o – A Permissão de que trata o Artigo anterior é de forma gratuita por ser a beneficiária Entidade Civil Sem Fins Econômicos, de Caráter Beneficente e Sem Fins Lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública através da Lei Municipal nº 1257 de 03 de dezembro de 2010.

Art. 3o – Demais condições sobre a manutenção, forma de utilização do Imóvel serão estabelecidas no Termo de Permissão a ser firmado com a Entidade.

Art. 4o - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 19 de agosto de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 19 de agosto de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI 1396/2015

Lei n. 1396, de 19 de agosto de 2015.

Altera Dispositivos da Lei nº 1380, de 13 de fevereiro de 2015 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- O art. 1º da Lei nº 1380, de 13 de fevereiro de 2015 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Auxílio Financeiro para locomoção de estudantes residentes em Erval Velho, que frequentam Cursos Superiores ou Cursos Profissionalizantes nas cidades de Campos Novos e Capinzal.”

Art. 2º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a consolidar o texto alterado no texto original da Lei 1380, de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 3º- As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente no Município.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 19 de agosto de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 19 de agosto de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3126/2015

PORTARIA 3126, de 24 de agosto de 2015.

Concede Progressão por Nova Habilitação e Alteração de Nível Salarial e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Progressão e Alteração de Nível Salarial a servidora Flávia Aparecida Girardi, ocupante do cargo efetivo de Professor, por Nova Habilitação Profissional no âmbito do Magistério Público Municipal, conforme estabelece os artigos 17 e 18 da Lei Complementar nº 021 de 07 de maio de 2009, do Nível 02, Classe A passando para o Nível 03 Classe A.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 24 de agosto de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 143/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 143/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material gráfico para atendimento as diversas Secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de setembro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00; ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 28 de agosto de 2015.
ERIK DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

LEI Nº 2.120, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº 2.120, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Forquilha o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes pessoas físicas e jurídicas, relativos a créditos fiscais de natureza tributária ou não tributária de competência municipal, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos de terceiros.

Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º A opção pelo Programa deverá ser formalizada em até o dia 30 de dezembro de 2016, mediante requerimento do contribuinte como adesão ao REFIS.

§ 2º O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à

multa de mora ou de ofício, aos juros de mora e a correção monetária com variação da Unidade Fiscal do Município - UFM.

§ 3º Para fins desta lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior serão reduzidos, com exceção da correção monetária, em 100% (cem por cento), para pagamento em parcela única, em 90% (noventa por cento) para pagamento parcelado em até 03 (três) meses, em 80% (oitenta por cento) para pagamento parcelado em até 10 (dez) meses e em 70% (setenta por cento) para pagamentos em até 15 (quinze) meses.

§ 4º O prazo tratado no parágrafo primeiro poderá ser prorrogado por até 180 (cento e oitenta) dias, por decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º O Contribuinte poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento, sendo que os benefícios a que faz jus, serão calculados sobre o saldo devedor original dos tributos, sem qualquer benefício concedido pelo anterior parcelamento, abatidos os valores pagos, aplicando-se ao resultado os dispositivos desta Lei.

Art. 3º Do débito consolidado na forma desta Lei:

I - sujeitar-se-á a correção monetária pela variação da UFM;

II - será pago em parcelas mensais e sucessivas, considerando que, o valor da prestação não será inferior a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), não podendo ultrapassar o montante de 15 (quinze) parcelas.

Art. 4º A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos e taxas de que trata esta Lei.

Art. 5º A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II - a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III - pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

IV - para obter os benefícios do REFIS, deve o devedor confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no Programa ora substituído, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre aqueles que se fundam aos correspondentes pleitos;

V - as execuções fiscais já ajuizadas serão suspensas após a adesão ao REFIS;

VI - o Município de Forquilha verificará os casos de existência de lançamentos fiscais, e excluirá os eventuais lançamentos de períodos atingidos pela decadência ou pela prescrição, bem como da inobservância aos princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório, anterioridade e legalidade tributárias, desde que previamente arguido em procedimento administrativo fiscal, em curso ou já encerrado, devendo o contribuinte aderir ao REFIS com os valores líquidos.

VII - incidirão honorários advocatícios mínimos de dez por cento (10%) sobre os débitos atualizados, tal como previsto no art. 20 do Código de Processo Civil, a serem satisfeitos juntamente com a parcela única ou, proporcionalmente, sobre cada parcela.

Parágrafo único. Na extinção dos débitos executados judicialmente, as eventuais custas e emolumentos judiciais serão pagos pelo sujeito passivo da obrigação, na forma da legislação processual civil, após o pagamento integral do débito com a extinção da respectiva

ação de execução fiscal.

Art. 6º A homologação da opção será efetuada pelo Departamento de Tributação.

§ 1º Não ocorrendo manifestação contrária considerar-se-á a opção tacitamente homologada.

§ 2º A homologação da opção pelo REFIS não será condicionada a apresentação de qualquer tipo de garantia, salvo a prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

Art. 7º O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do Art. 5º desta Lei;

II - ficar inadimplente por três meses consecutivos ou seis meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;

III - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante, nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações.

§ 1º A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

§ 2º A exclusão do Programa produzirá efeitos automaticamente a partir do primeiro dia útil do mês subsequente àquele em que o contribuinte descumprir com as hipóteses acima estabelecidas.

§ 3º A exclusão do Programa importará no imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal, suspensos por conta da adesão.

§ 4º Não será aplicado o disposto neste artigo nos casos de situações de emergência ou calamidade pública declarada pelo Município, pelo período em que perdurar referida situação.

Art. 8º Aplicam-se aos casos omissos desta Lei os dispositivos do Código Tributário Municipal, no que couber.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de agosto de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 27 de agosto de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 187/2015

DECRETO Nº 187, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		
3.3.50.00.00 – Transferências a instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0511 (172)	R\$	1.500,00
TOTAL		
	R\$	1.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0511 (169)	R\$	1.500,00
Total		
	R\$	1.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 28 DE AGOSTO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Este texto não substitui o publicado no DOM de 31.08.2015 – Edição nº 1817

PORTARIA Nº 1918/2015

PORTARIA Nº 1918, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, o servidor ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº. 027.546.959-07, nomeado no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Administração e Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1919/2015

PORTARIA Nº 1919, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a servidora ANDREIA KRAUS DOS PASSOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 812.059.889-04, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1920/2015

PORTARIA Nº 1920, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, o servidor CLOVIS PIASSON, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 516.334.009-30, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1921/2015

PORTARIA Nº 1921, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, o servidor ELVITO COLDEBELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 168.170.019-00, nomeado no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Finanças, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1922/2015

PORTARIA Nº 1922, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, o servidor ENO GERLACH, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 384.819.609-34, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1923/2015

PORTARIA Nº 1923, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor FIORINDO DE OLIVEIRA, brasileiro, separado, inscrito no CPF sob o nº. 296.258.749-68, nomeado no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Infraestrutura Urbana, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1924/2015

PORTARIA Nº 1924, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, o servidor IDENIR SAVIAN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 296.626.489-68, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1925/2015

PORTARIA Nº 1925, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a servidora IVANIRA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 685.768.629-72, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1926/2015

PORTARIA Nº 1926, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, o servidor JANISIO CONCEIÇÃO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 781.761.749-04, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1927/2015

PORTARIA Nº 1927, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor JOÃO ALBINO DE BARROS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 352.666.009-34, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GABINETE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1928/2015

PORTARIA Nº 1928, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor JOSÉ SAMIR CORREIA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 701.305.159-49, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1929/2015

PORTARIA Nº 1929, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora JULIANE BOTTEGA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 050.391.789-30, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1930/2015

PORTARIA Nº 1930, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora NÁDIA MARIA FRANZ, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o nº. 004.702.429-14, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1931/2015

PORTARIA Nº 1931, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor NELSON DE GOEIS, brasileiro, convivente em união estável, inscrito no CPF sob o nº. 601.277.839-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1932/2015

PORTARIA Nº 1932, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor PEDRO CREMIL LOPES, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº. 422.230.329-15, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1933/2015

PORTARIA Nº 1933, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora PRISCILA LUCIANO FRANÇA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 075.805.899-31, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1934/2015

PORTARIA Nº 1934, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor OSNI MARINO TENUTTI CONCEIÇÃO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 100.126.039-29, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1935/2015

PORTARIA Nº 1935, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor TAYLOR MARTELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 051.606.909-80, nomeado no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, com carga horária de 40

horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1936/2015

PORTARIA Nº 1936, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, o servidor MARCEL RODRIGO DE LEMOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 732.780.509-59, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE ESPORTES, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1937/2015

PORTARIA Nº 1937, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a servidora CLAUDIA INES MASIERO CARDOSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 762.963.779-91, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1938/2015

PORTARIA Nº 1938, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a servidora GISLAINA FABICHAK RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 066.508.969-42, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1939/2015

PORTARIA Nº 1939, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, o servidor ROBERTO STANGUERLIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 753.550.519-87, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE SANEAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1940/2015

PORTARIA Nº 1940, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora JUCEANE CARIGNATTO PATRICIO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 845.503.929-91, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1941/2015

PORTARIA Nº 1941, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de JULIANA ANTON DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 074.024.379-90, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 029/2015

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 029/2015
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 41, § 2º, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que o Legislativo Municipal aprovou e ela promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º. Os parágrafos do artigo 2º passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2º...

§ 1º. São símbolos do Município de Fraiburgo a bandeira, o hino e o brasão.

§ 2º. O hasteamento do Estandarte do Contestado poderá ser ao lado das bandeiras Nacional, Estadual e Municipal”.

Art. 2º. Os parágrafos do artigo 22 adquirem a seguinte redação:

“Art. 22...

§ 3º. Imediatamente após a posse, os vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 4º. Inexistindo número legal, o vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará reuniões diárias, até que seja eleita a mesa.

§ 6º. No ato da posse e ao término do mandato, os vereadores deverão fazer declaração de seus bens, as quais ficam arquivadas na Câmara”.

Art. 3º. O § 7º do artigo 77 passa a ter seguinte redação, com revogação do § 8º do mesmo artigo:

“Art. 77...

§ 7º. Fica vedada a contratação para cargo em comissão ou de confiança, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante, ou seja, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais ou dos titulares dos cargos que lhes sejam equiparados, e dos dirigentes dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta municipal no âmbito do Poder Executivo, e de Vereador e ou de servidor público investido em cargo de direção, chefia e assessoramento da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo”.

Art. 4º. O § 1º, do inciso X, do artigo 126 da Lei Orgânica Municipal

passa a ter a seguinte redação:

“Art. 126...

X –

§ 1º. O Prefeito publicará pelo sistema legal vigente e encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado, até o final do mês de fevereiro do exercício seguinte, as contas do Município, incluídas nestas as da Câmara Municipal”.

Art. 5º. O artigo 134, seus incisos e parágrafo único ficam consolidados na seguinte redação:

“Art. 134. As contas da administração direta e indireta municipal serão submetidas ao sistema de controle externo, mediante publicação nos termos e prazos legais, bem como disponibilização no portal da transparência, do balanço anual consolidado, dos balancetes mensais e das leis que tratam do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento anual”.

Art. 6º. Ficam expressamente revogados o inciso XI, do artigo 32, o parágrafo único do artigo 34; §§ 2º e 3º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º. Ficam reenumerados os parágrafos remanescentes no artigo 38, na ordem de 1º a 3º, face à revogação de dois parágrafos do referido artigo; fica reenumerado como § 8º, o § 9º do artigo 77.

Art. 8º. Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 25 de agosto de 2015.

GERSON DE MATIA
Presidente da Mesa

Presidente da Mesa
Vice Presidente

JOSÉ WALDIR DIAS CHECHI
1º Secretário

JOSIEL DA SILVA
2º Secretário

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO CONTRATO 0102/2015, PROC. LIC.01/2015, SAÚDE

CONTRATO Nº 102/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 001/2015
CONVITE Nº 01/2015
RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA PARCIAL, ITENS 01; 02; 03; 04; 05; 06; 09; 17; 21; 22; 25; 26; 27; 28; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; e 42, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 01/2015, CUJO OBJETIVO É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DOS MATERIAIS CONFORME DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015, FOI A PROPONENTE GRAFICA BOSCARDIN LTDA EPP, COM A QUAL FOI CELEBRADO O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATO N º 0102/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$ 27.656,00 (VINTE E SETE MIL SEISCENTOS E CINQUETA E SEIS REAIS).

FREI ROGÉRIO - SC, 28 DE AGOSTO DE 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO CONTRATO 0103/2015, PROC. LIC.01/2015, SAÚDE

CONTRATO Nº 0103/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 01/2015
CONVITE Nº 01/2015
RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA PARCIAL, ITENS 07; 08; 10; 11; 16 E 20 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 01/2015, CUJO OBJETIVO É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DOS MATERIAIS CONFORME DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015, FOI A PROPONENTE GRAFIGOU IMPRESSÃO DIGITAL LTDA - ME, COM A QUAL FOI CELEBRADO O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATO N º 103/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$ 1.085,00 (UM MIL, E OITENTA E CINCO REAIS)

.FREI ROGÉRIO - SC, 28 DE AGOSTO DE 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO CONTRATO 0104/2015, PROC. LIC.01/2015, SAÚDE

CONTRATO Nº 0104/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 01/2015
CONVITE Nº 01/2015
RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA PARCIAL, ITENS 12; 13; 14; 15; 18; 19; 23; 24; 29; 30; 31; 32; 33; 43 E 44, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 016/2015, CUJO OBJETIVO É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DOS MATERIAIS CONFORME DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015, FOI A PROPONENTE LEONIR ANTONIO HECKLER – ME COM A QUAL FOI CELEBRADO O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATO N º 00104/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$ 2.537,50 (DOIS MIL QUINHENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

.FREI ROGÉRIO - SC, 28 DE AGOSTO DE 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 046/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 046/2015, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 031/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 15 de setembro de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGOGICOS PARA TRABALHAR COM OS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ARNALDO FRANCISCO DOS SANTOS, DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 28 de agosto de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Edijane Borella de Almeida
Secretária Municipal de Educação

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1. Contrato nº 049/2015. Processo nº 111/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: ISRAEL GONÇALVES ME; CNPJ: 17.349.871/0001-18; Objeto: Contratação de empresa para executar serviços complementares no Centro Educacional Infantil Garopaba no centro de Garopaba para realização de adequações necessárias para melhor atender aos alunos matriculados na mesma, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico; Valor Total R\$ 70.451,13 (Setenta mil quatrocentos e cinquenta e um reais e treze centavos). Data da Assinatura: 27/08/2015.

PORTARIA N.º 757/2015.

PORTARIA N.º 757, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

ALTERA A PORTARIA Nº 090/2015, QUE "DISPÕE SOBRE A ABER-TURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO a justificativa por escrito da Servidora Claudete Medeiros, Presidente da Comissão, que em virtude de seu afastamento por Licença para Tratar de Assuntos Particulares;

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR o artigo 2º, da Portaria n.º 090, de 02 de fevereiro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar os servidores: ROSILENE PACHECO DE LIMA, JOÃO LUIZ GREGÓRIO e MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO, para sob a presidência da primeira, conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 761/2015.

PORTARIA N.º 761, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei n. 1.374, de 21/12/2009, alterações, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. LOTAR, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005 e art. 33, da Lei n.º 1.374/2009, a partir de 01/07/2013, a servidora GISLEINE SILVA TEXEIRA DANIEL, matrícula funcional n.º 5145, professora ocupante de cargo de provimento efetivo, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Garopaba, tendo definido como local de exercício a E.M.E.F. Paula Martins Pereira.

Art. 2º. Nos termos do art. 33, da Lei n.º 1.374/2009, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO Prefeito Municipal	MARIA NADIR DE ARAÚJO SOUZA Secretária de Educação
--	---

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 762/2015.

PORTARIA N.º 762, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei n. 1.374, de 21/12/2009, alterações, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. LOTAR, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005 e art. 33, da Lei n.º 1.374/2009, a partir de 01/07/2013, a servidora MÔNICA CARDOSO RIBEIRO, matrícula funcional n.º 5143, professora ocupante de cargo de provimento efetivo, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Garopaba, tendo definido como local de exercício a C.E.I.G.-Centro.

Art. 2º. Nos termos do art. 33, da Lei n.º 1.374/2009, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo

e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO Prefeito Municipal	MARIA NADIR DE ARAÚJO SOUZA Secretária de Educação
--	---

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 763/2015.

PORTARIA N.º 763, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei n. 1.374, de 21/12/2009, alterações, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. LOTAR, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005 e art. 33, da Lei n.º 1.374/2009, a partir de 01/11/2012, a servidora REGINA BASILIO, matrícula funcional n.º 4689, professora ocupante de cargo de provimento efetivo, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Garopaba, tendo definido como local de exercício a C.E.I.Othilia Maria Teixeira.

Art. 2º. Nos termos do art. 33, da Lei n.º 1.374/2009, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO Prefeito Municipal	MARIA NADIR DE ARAÚJO SOUZA Secretária de Educação
--	---

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 764/2015.

PORTARIA N.º 764, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei n. 1.374, de 21/12/2009, alterações, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. LOTAR, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005 e art.

33, da Lei n.º 1.374/2009, a partir de 01/07/2013, a servidora ROBERTA NASCIMENTO PACHECO FURTADO, matrícula funcional n.º 5144, professora ocupante de cargo de provimento efetivo, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Garopaba, tendo definido como local de exercício a E.M.E.F. Profª Jandira Luisa da Silva.

Art. 2º. Nos termos do art. 33, da Lei n.º 1.374/2009, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO Prefeito Municipal	MARIA NADIR DE ARAÚJO SOUZA Secretária de Educação
--	---

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 765/2015.

PORTARIA N.º 765, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei n. 1.374, de 21/12/2009, alterações, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. LOTAR, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005 e art. 33, da Lei n.º 1.374/2009, a partir de 01/08/2012, a servidora SILVIA MARIA DE VIEIRA PORTO, matrícula funcional n.º 4675, professora ocupante de cargo de provimento efetivo, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Garopaba, tendo definido como local de exercício a E.M.E.F. Januário Domingos Ferreira.

Art. 2º. Nos termos do art. 33, da Lei n.º 1.374/2009, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO Prefeito Municipal	MARIA NADIR DE ARAÚJO SOUZA Secretária de Educação
--	---

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 766/2015.

PORTARIA N.º 766, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei n. 1.374, de 21/12/2009, alterações, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. LOTAR, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005 e art. 33, da Lei n.º 1.374/2009, a partir de 01/08/2013, a servidora VANESSA DOS SANTOS REBELO, matrícula funcional n.º 5184, professora ocupante de cargo de provimento efetivo, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Garopaba, tendo definido como local de exercício a E.M.E.F. Paula Martins Pereira.

Art. 2º. Nos termos do art. 33, da Lei n.º 1.374/2009, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO Prefeito Municipal	MARIA NADIR DE ARAÚJO SOUZA Secretária de Educação
--	---

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 31/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

Garuva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 118/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: DEUSILEI PLANTES DE MEIRA

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 03/08/2015 Á 18/12/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 479,44 (Quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos)

u

DATA DE ASSINATURA: 12/08/2015

JOSÉ CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DEUSILEI PLANTES DE MEIRA
CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 119/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: ROSENILDA DO CARMO RODRIGUES

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL II DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 11/08/2015 Á 18/12/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1001,33 (Hum mil e um reais e trinta e três centavos)

u

DATA DE ASSINATURA: 11/08/2015

JOSÉ CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ROSENILDA DO CARMO RODRIGUES
CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 120/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: PATRICIA DA SILVA GERKER

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL II DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 18/08/2015 Á 18/12/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2002,67 (Dois mil e dois reais e sessenta e sete centavos)

u

DATA DE ASSINATURA: 18/08/2015

JOSÉ CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PATRICIA DA SILVA GERKER
CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 121/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: MARIA GABRIELLE DE SOUZA SILVANO

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 18/08/2015 Á 18/12/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1917,78 (HUM MIL NOVECENTOS E DEZESSETE REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS)

u

DATA DE ASSINATURA: 18/08/2015

JOSÉ CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARIA GABRIELLE DE SOUZA SILVANO
CONTRATADA

PORTARIA Nº 136/2015

PORTARIA Nº. 136, de 28 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 104/2015, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, ao Senhor TIMOTEO DE SOUZA, CPF nº 902.350.059-68, RG nº 1.548.159-0 - SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único – O servidor acima empossado terá como base salarial o início da Carreira Operacional IV, Classe I, Referência “A”.

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 28 de agosto de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2015

Extrato de Contrato Nº 049/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015

PROCESSO Nº 34/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EMPRESA CONTRATADA: NOVOTETO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA

OBJETO DO CONTRATO: O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL ABEL CAPELA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC,

Valor do contrato: R\$ 906.577,75 (novecentos e seis mil, quinhentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Governador Celso Ramos, 27 de agosto de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Grão Pará

PREFEITURA

CONTRATO N 75-2015MADEIRA BUSSOLO DISPENSA

CONTRATO N. 75/2015

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e MADEIREIRA BUSSOLO LTDA ME, empresa estabelecida Estrada Geral Braço Esquerdo, 801 km08, Braço Esquerdo, Grão Pará, inscrita no CNPJ/MF sob n. 06.555.631/0001-65, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador Sr VALÍRIO HERT BUSSOLO, brasileiro, casado, inscrito no CPF n. 460.902.159-53, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MADEIRA DESTINADA À MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL, para a utilizar na recuperação de pontes, bueiros, mata-burros, devido à Situação de Emergência, conforme itens, especificados, quantidades e valores adiante descritos:

Item	Qtidade	Medida	descrição	Valor unitário	Valor total
1	0,36	m³	Tabua de eucalipto medindo 2,5 cm de espessura, com comprimento e largura variados	R\$ 660,00	R\$ 237,60
2	22,3	m³	Planchão de eucalipto medindo 8 cm de espessura x 4 m de comprimento com largura variada	R\$ 660,00	R\$ 14.718,00
3	6,55	m³	Planchão de eucalipto medindo 3,00 x 8 cm x 15 cm	R\$ 660,00	R\$ 4.323,00
4	0,40	m³	Corredeira de eucalipto medindo 5 cm x 20 cm com comprimento variados	R\$ 660,00	R\$ 264,00
5	1,38	m³	Madeira de eucalipto para ponte pênsil plainada, furada (beneficiada)	R\$ 1.000,00	R\$ 1.380,00
6	240	ml	Vigas roliças de eucalipto com, no mínimo, 30 cm de diâmetro na parte mais fina	R\$ 86,00	R\$ 20.640,00
VALOR TOTAL MADEIRA					R\$ 41.562,60

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 46/2015 - Edital de Dispensa de Licitação n. 30/2015-DL, de 10 de julho de 2015, no valor total de R\$ 41.548,76 (quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos). Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A madeira será fornecida, parceladamente, até 31 de agosto de 2015, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma, e deverá ser entregue nos respectivos locais indicados pela Secretaria Municipal dos Transportes e Obras.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 120 (cento e vinte) dias após a entrega da madeira e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 10 de julho de 2015 e o seu vencimento em 31 de agosto de 2015.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes à madeira adquirida;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega da madeira licitada.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer a madeira sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque da madeira, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer a madeira fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

- 10.01.2.029.3.3.90.30.51.00.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código reduzido: 149);
- 10.01.2.029.3.3.90.30.51.00.00.00.0016- Aplicações Diretas (Código reduzido: 150);
- 10.01.2.029.3.3.90.30.51.00.00.00.0044- Aplicações Diretas (Código reduzido: 152);
- 10.01.2.029.3.3.90.30.51.00.00.00.0045- Aplicações Diretas (Código reduzido: 153).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 61/2015 - Edital de Edital de Dispensa de Licitação n. 30/2015-DL, de 10 de julho de 2015.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará, 10 de julho de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

VALÍRIO HERT BUSSOLO

Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 76-2015 ARBITRAGEM - ISMAEL

CONTRATO N. 76/2015

(de 22 de julho de 2015)

Termo de contrato de prestação de serviços técnicos de arbitragem, discriminado no Edital Licitatório da Prefeitura Municipal de GRÃO-PARÁ, sob nº 58/2015, Pregão Presencial nº 23/2015, que fazem entre si o Município de GRÃO-PARÁ e a empresa ISMAEL DA SILVA ARBITRAGEM ME.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, situado na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, CEP 88.890-000, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, AMILTON ASCARI.

CONTRATADO: ISMAEL DA SILVA ARBITRAGEM-ME, empresa estabelecida na Rodovia dos Açores, s/n, Ambrósio, Garopaba, cep. 88.495-000, neste ato representada pelo Sr. ISMAEL DA SILVA, portador do cpf. N. 044.854.709-03

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1ª. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARBITRAGEM, VISANDO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, contemplando as seguintes categorias: Campeonato Municipal de Campo 2015, Campeonato Municipal Suíço, Campeonato Municipal Futsal Masculino e Feminino e outras categorias que, porventura, sejam do interesse da comunidade e sejam realizadas pela Comissão Municipal de Esportes.

Item	Qtdade	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
2	25 Jogos	Arbitragem para GRUPO DE JOVENS, com a Equipe Técnica de 02 Árbitros e 1 Mesário.	R\$ 150,00	R\$ 3.750,00
Total Geral	25 Jogos		R\$ 150,00	R\$ 3.750,00

TOTAL GERAL R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2ª. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pela prestação dos serviços, o valor total de R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais), o qual será pago por evento realizado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3ª. O CONTRATADO emitirá Documento Hábil especificando os serviços prestados e os respectivos preços. A CONTRATANTE efetuará o pagamento, mensalmente, em 180 (cento e oitenta) dias, com vencimento, sempre após o dia 10 do mês subsequente ao dos serviços

prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4ª. O prazo para execução do presente contrato é da data de sua assinatura até o dia 31/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício do ano de 2015, a saber:

07.01.2.027.3.3.90.39.05.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 134)

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7ª. São obrigações do CONTRATADO:

- a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;
- b) Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 23/2015, Processo Licitatório nº 58/2015;
- c) Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação e contrato firmado;
- d) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por funcionários do CONTRATADO ou pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na cláusula primeira deste Contrato;
- e) Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os produtos fornecidos;
- f) Prestar os serviços de boa qualidade e satisfatórios aos fins do CONTRATANTE;
- g) Emitir documento hábil dos serviços prestados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8ª. É dever do CONTRATANTE:

- a) exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços realizados pelo CONTRATADO, de acordo com as regras do art. 67, 68, 73, inciso I, §§ 2º e 3º, e 76 da Lei 8.666/93;
- b) cumprir os prazos de pagamento dos serviços realizados pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO ANTECIPADA

10. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, por razões de interesse público, por supressão por parte da Administração Municipal ou por qualquer hipótese prevista no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, ou, ainda, por acordo amigável entre as partes ou decisão judicial, conforme art. 79, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. A rescisão contratual será precedida de notificação extrajudicial, seguindo as regras dos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/ SC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato de prestação de serviços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e o Contratado o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

GRÃO-PARÁ/ SC, 22 de julho de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ISMAEL DA SILVA
Administrador

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 77-2015 ARBITRAGEM RAJI

CONTRATO N. 77/2015

(de 22 de julho de 2015)

Termo de contrato de prestação de serviços técnicos de arbitragem, discriminado no Edital Licitatório da Prefeitura Municipal de GRÃO-PARÁ, sob nº 58/2015, Pregão Presencial nº 23/2015, que fazem entre si o Município de GRÃO-PARÁ e a empresa RAJI PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, situado na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, CEP 88.890-000, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, AMILTON ASCARI.

CONTRATADO: RAJI PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.906.002/0001-93, estabelecida na Rua João Wessler, 453, Centro, Município de São Ludgero/ SC, nesta ato, representada por seu Sócio Administrador Sr. RAFAEL VANS BORGES, portador do cpf n..791.918.199-20

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1ª. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARBITRAGEM, VISANDO À REALIZAÇÃO DE

EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, contemplando as seguintes categorias: Campeonato Municipal de Campo 2015, Campeonato Municipal Suíço, Campeonato Municipal Futsal Masculino e Feminino e outras categorias que, porventura, sejam do interesse da comunidade e sejam realizadas pela Comissão Municipal de Esportes.

Item	Qtdade	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	42 Jogos	Arbitragem para o FUTEBOL DE CAMPO com a Equipe Técnica de 02 Árbitros, 2 Assistentes e 1 Mesário	R\$ 354,45	R\$14.886,90
3	49 Jogos	Arbitragem para o FUTSAL ABERTO, com a Equipe Técnica 02 Árbitros e 1 Mesário	R\$ 220,77	R\$ 10.817,73
4	26 Jogos	Arbitragem para o FUTEBOL SUÍÇO com a Equipe Técnica de 02 Árbitros e 1 Mesário.	R\$ 220,77	R\$ 5.740,02
5	23 Jogos	Arbitragem para o FUTSAL INTER-TORCIDAS com a Equipe Técnica de 02 Árbitros e 1 Mesário.	R\$ 220,77	R\$ 5.077,71
Total Geral	140 Jogos			R\$ 36.522,36

TOTAL GERAL R\$ 36.522,36 (trinta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2ª. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pela prestação dos serviços, o valor total de R\$ 36.522,36 (trinta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos), o qual será pago por evento realizado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3ª. O CONTRATADO emitirá Documento Hábil especificando os serviços prestados e os respectivos preços. A CONTRATANTE efetuará o pagamento, será mensalmente, em 180 (cento e oitenta) dias, com vencimento, sempre após o dia 10 do mês subsequente ao dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4ª. O prazo para execução do presente contrato é da data de sua assinatura até o dia 31/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício do ano de 2015, a saber:

07.01.2.027.3.3.90.39.05.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 134)

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7ª. São obrigações do CONTRATADO:

- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;
- Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 23/2015, Processo Licitatório nº 58/2015;
- Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação e contrato firmado;
- Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por funcionários do CONTRATADO ou pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na cláusula primeira deste Contrato;
- Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os produtos fornecidos;
- Prestar os serviços de boa qualidade e satisfatórios aos fins do CONTRATANTE;
- Emitir documento hábil dos serviços prestados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8ª. É dever do CONTRATANTE:

- exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços realizados pelo CONTRATADO, de acordo com as regras do art. 67, 68, 73, inciso I, §§ 2º e 3º, e 76 da Lei 8.666/93;
- cumprir os prazos de pagamento dos serviços realizados pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO ANTECIPADA

10. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, por razões de interesse público, por supressão por parte da Administração Municipal ou por qualquer hipótese prevista no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, ou, ainda, por acordo amigável entre as partes ou decisão judicial, conforme art. 79, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. A rescisão contratual será precedida de notificação extrajudicial, seguindo as regras dos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/ SC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato de prestação de serviços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e o Contratado o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

GRÃO-PARÁ/ SC, 22 de julho de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Rafael Vanz Borges
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 78-2015 FOLHA

CONTRATO N. 78/2015

(de 24 de julho de 2015)

Termo de contrato para divulgação dos atos legais e/ou oficiais do Município de Grão-Pará, discriminado no Edital Licitatório da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, sob nº 59/2015, Pregão Presencial nº 24/2015, que fazem entre si o Município de Grão-Pará e a empresa FOLHA O JORNAL EDITORA EIRELI EPP.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal

CONTRATADO: FOLHA O JORNAL EDITORA EIRELI EPP, com sede na Av. Felipe Schmidt, n. 2244, Sala 13, 14,15, Centro – Braço do Norte – CEP. 88.750-000, inscrita no CNPJ. 01.749.60/0001-64, neste ato representada pelo Sr. Fernando de Medeiros Freitas, portador do CPF. 909.855.679-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1ª. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE JORNAL PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS LEGAIS E OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA O ANO DE 2015, conforme item(ns) adiante descrito(s).

DESCRIÇÃO	CM/COLUNA	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Item 3: Publicação de atos oficiais em veículo de comunicação escrita de circulação semanal regional, para publicação de Campanhas da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, sendo 500 centímetros/coluna a quantidade deste item e R\$ 4,00 por centímetro/coluna, que totaliza o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) considerados 500 centímetros/coluna de publicação.	500	R\$ 4,00	R\$ 2.000,00
Item 4: Publicação de atos oficiais em veículo de comunicação escrita cuja circulação seja bis-semanal regional (Campanhas de IPTU, Meio Ambiente, Educacionais, Culturais, Campanhas da Saúde, bem como Prestação de Contas do Município), sendo 2.500 centímetros/coluna a quantidade deste item e R\$ 5,50 por centímetro/coluna, que totaliza o valor de R\$ 13.750,00,00 (treze mil, setecentos e cinquenta reais) considerados 2.500 centímetros/coluna de publicação.	2.500	R\$ 5.50	R\$ 13.750,00
VALOR TOTAL			R\$ 15.750,00

Parágrafo único. As quantidades de centímetros/coluna são meramente estimativas, sendo possibilitado ao Município o pagamento de apenas os centímetros/coluna utilizados. Em caso de não serem utilizadas as quantidades de centímetros/coluna ora contratadas, o Município ficará isento do pagamento dos centímetros/coluna não utilizados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ 15.750,00 (quinze mil, setecentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3ª. O CONTRATADO emitirá Nota Fiscal especificando os serviços de publicação prestados e os respectivos preços. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor da prestação dos serviços conforme emissão das notas fiscais.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO, com vencimento, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias da data de empenho.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura, vigendo até 31/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício do ano de 2015, a saber:

03.01.2.003.3.3.90.39.90.00.00.0000-(Código Reduzido 6).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7ª. São obrigações do CONTRATADO:

- Divulgação dos atos conforme objeto contratual, atendendo sempre ao interesse do CONTRATANTE no prazo necessário;
- Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 24/2015, Processo Licitatório nº 59/2015;

- c) Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação, contrato firmado e leis sanitárias;
- d) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por funcionários do CONTRATADO ou pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na Cláusula Primeira deste Contrato;
- e) Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os produtos fornecidos;
- f) Prestar os serviços de boa qualidade e satisfatórias aos fins do CONTRATANTE;
- g) Prestar os serviços no prazo máximo estipulado pelo CONTRATANTE;
- h) Lançar Nota Fiscal de acordo com a quantidade dos serviços prestados;
- i) Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial nº14, Processo de Licitação nº 44, origem deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8ª. O CONTRATANTE fica obrigado a repassar todos os atos a serem publicados, com antecedência razoável, para que seja possível ao CONTRATADO a prestação do serviço no prazo estipulado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO ANTECIPADA

10. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

- a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- b) o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- c) a lentidão de seu cumprimento;
- d) aplica-se, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e de suas alterações.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Prefeitura Municipal de Grão-Pará poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/ SC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro. E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e o Contratado o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Grão-Pará/ SC, 24 de julho de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

FERNANDO DE MEDEIROS FREITAS
Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 79-2015 IMPERIAL

CONTRATO N. 79/2015

(de 24 de julho de 2015)

Termo de contrato para divulgação dos atos legais e/ou oficiais do Município de Grão-Pará, discriminado no Edital Licitatório da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, sob nº 59/2015, Pregão Presencial nº 24/2015, que fazem entre si o Município de Grão-Pará e a empresa VAGNER ASCARI COSTA 048.919.949-67.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal

CONTRATADO: VAGNER ASCARI COSTA 048.919.949-67, com sede na Rui Barbosa, 108, centro, Grão-Pará/Sc, cep. 88.890-000, inscrita no CNPJ. 14.217.077/0001-22, neste ato representada pelo Sr. Vagner Ascari Costa, portador do CPF. 048.919.949-67.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1ª. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE JORNAL PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS LEGAIS E OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA O ANO DE 2015, conforme item(ns) adiante descrito(s).

Descrição	Cm/coluna	Valor unitário	Valor Total
Item 5: Publicação de atos oficiais em veículo de comunicação escrita cuja circulação seja quinzenal (campanhas de IPTU, Meio Ambiente, Educacionais, Culturais, Campanhas da Saúde, bem como Prestação de Contas do Município), e demais comunicados e convites de interesse público do Município, sendo 1.000 centímetros/coluna a quantidade deste item é R\$ 1,90 por centímetro/coluna, que totaliza o valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) considerando 1.000 centímetros/coluna de publicação.	1.000	R\$ 1,90	R\$ 1.900,00
VALOR TOTAL			R\$ 1.900,00

Parágrafo único. As quantidades de centímetros/coluna são meramente estimativas, sendo possibilitado ao Município o pagamento de

apenas os centímetros/coluna utilizados. Em caso de não serem utilizadas as quantidades de centímetros/coluna ora contratadas, o Município ficará isento do pagamento dos centímetros/coluna não utilizados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ 1.900,00 (um mil, novecentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3ª. O CONTRATADO emitirá Nota Fiscal especificando os serviços de publicação prestados e os respectivos preços. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor da prestação dos serviços conforme emissão das notas fiscais.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO, com vencimento, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias da data de empenho.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura, vigendo até 31/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício do ano de 2015, a saber:

03.01.2.003.3.3.90.39.90.00.00.00000-(Código Reduzido 6).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7ª. São obrigações do CONTRATADO:

- Divulgação dos atos conforme objeto contratual, atendendo sempre ao interesse do CONTRATANTE no prazo necessário;
- Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 24/2015, Processo Licitatório nº 59/2015;
- Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação, contrato firmado e leis sanitárias;
- Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por funcionários do CONTRATADO ou pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na Cláusula Primeira deste Contrato;
- Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os produtos fornecidos;
- Prestar os serviços de boa qualidade e satisfatórias aos fins do CONTRATANTE;
- Prestar os serviços no prazo máximo estipulado pelo CONTRATANTE;
- Lançar Nota Fiscal de acordo com a quantidade dos serviços prestados;
- Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial nº14, Processo de Licitação nº 44, origem deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8ª. O CONTRATANTE fica obrigado a repassar todos os atos a serem publicados, com antecedência razoável, para que seja possível ao CONTRATADO a prestação do serviço no prazo estipulado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO ANTECIPADA

10. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

- o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- a lentidão de seu cumprimento;
- aplica-se, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e de suas alterações.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Prefeitura Municipal de Grão-Pará poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/ SC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro. E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e o Contratado o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Grão-Pará/ SC, 24 de julho de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VAGNER ASCARI COSTA
Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 80-2015 CONSTRUTORA DANDOLINI GINÁSIO

CONTRATO N. 80/2015

(de 06 de agosto de 2015)

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA - EPP, NOS TERMOS DA LEI N. 8.666, DE 21/06/1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES, E NOS TERMOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 04/2015, PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 60/2015, OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER - GINÁSIO POLIESPORTIVO COM A ÁREA TOTAL DE 980,40M2 (44mx32M), COM UM MURO DE CONTENÇÃO, NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA - EPP, estabelecida na Avenida Monsenhor Frederico Tombröck, nº 815, Centro, São Ludgero-SC, CEP 88.730-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.357.863/0001-71, representada, neste ato, por seu Sócio Administrador, Sr. CLAUDIO DANDOLINI, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG n. 6/R 2.157.917 e inscrito no CPF sob o n. 651.514.109-20, doravante denominada CONTRATADA.

ADJUDICAÇÃO: O presente Contrato decorre do Processo de Licitação n. 60/2015, Edital de Tomada de Preços n. 04/2015, homologado em 06 de agosto de 2015, que passa a integrar este Contrato independentemente de transcrição, juntamente com a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER - GINÁSIO POLIESPORTIVO COM A ÁREA TOTAL DE 980,40M2 (44mx32M), COM UM MURO DE CONTENÇÃO, NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, no valor global de R\$ 598.336,46(Quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos), com vistas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Proposta de Transferência 23400.011819/2013-18, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no Projeto Técnico de Engenharia e Projeto de Sondagem que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Edital como se aqui estivessem transcritos.

1.1.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de introduzir modificações no projeto arquitetônico, mesmo durante a execução dos serviços, sempre que julgar necessários.

1.1.1.2. No exercício desse direito, porém, o CONTRATANTE se empenhará no sentido de evitar prejuízos à CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

2.1. Contactar com o Setor de Engenharia do CONTRATANTE, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar, nos locais das obras, os detalhes da execução, como também, providenciar as licenças, as aprovações e os registros específicos junto aos órgãos e entidades federais, estaduais ou municipais competentes.

2.2. Executar os serviços conforme projeto, observando

rigorosamente aos princípios básicos de engenharia, as normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e outras aplicáveis, independentemente de transcrição, além de representar o conhecimento do objeto deste Contrato, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

2.3. Elaboração e aprovação dos projetos complementares nos órgãos competentes e na forma exigida em normas legais vigentes.

2.4. Providenciar, às suas expensas, a partir dos pontos iniciais que lhes sejam indicados, as instalações e rede provisória de energia elétrica, água potável e esgotos, quando necessárias à execução de seus trabalhos.

2.5. Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas, ferramentas normais e especiais, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos.

2.5.1. Os materiais a serem empregados deverão receber prévia aprovação do Setor de Engenharia responsável pela Fiscalização, ao qual se reservam os direitos de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados.

2.6. Substituir/Corrigir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada nos materiais empregados na execução da obra.

2.7. Refazer, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.

2.8. Assumir, automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços objeto deste Contrato, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados ou prepostos e, ainda, de culpa ou dolo de eventuais subcontratadas ou qualquer de seus empregados ou prepostos.

2.9. Utilizar um engenheiro responsável técnico, uma equipe de operários, além de, no mínimo, um mestre de obras de comprovada experiência, para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para ao CONTRATANTE.

2.10. Utilizar apenas profissionais qualificados, devidamente uniformizados, identificados individualmente (crachá), se necessário, munidos dos equipamentos de proteção individual e coletivo, conforme exigências legais, bem como os demais equipamentos e materiais e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

2.11. Não substituir o engenheiro responsável técnico, salvo casos de força maior e mediante prévia concordância do Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, apresentando, para tal fim, o acervo técnico do novo técnico, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

2.12. Cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's) a todos que trabalhem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

2.13. Arcar com as despesas de estada, locomoção, refeições e horas de trabalho de seus funcionários que prestarem serviços durante a execução deste Contrato.

2.14. Arcar, com exclusividade, pelos ônus salariais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais etc decorrentes da relação contratual.

2.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE, a cujas reclamações fica obrigado atender no prazo máximo que for concedido por escrito.

2.16. Manter permanentemente nos locais das obras o Diário de Obra, onde, tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização do CONTRATANTE deverão realizar anotações diárias, visando à comprovação real do andamento da obra, bem como, todo e qualquer fato que mereça registro, o qual será entregue à Secretaria de Administração do CONTRATANTE após medição final das obras.

2.16.1. O Diário de Obra deverá ser aberto mediante termo

circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que efetivamente a empresa contratada iniciar as obras.

2.17. Apresentar à Tesouraria do Município, juntamente com os documentos de cobrança, a folha de pagamento e as guias de recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas, devidamente quitadas, de seus empregados e subcontratados, pertinente ao objeto deste Contrato e ao mês de referência.

2.18. Diligenciar para que as medições sejam, de pronto, processadas e, logo após, emitir corretamente a documentação fiscal e faturas, encaminhando-as à fiscalização do CONTRATANTE, juntamente com o Diário de Obra.

2.19. Responsabilizar-se por eventual acréscimo dos custos deste Contrato, quando, por determinação da autoridade competente, os serviços forem embargados ou tiverem a sua execução suspensa, por ela motivada.

2.20. Confeccionar e colocar placas de identificação do objeto deste Contrato, inclusive as exigidas pelo órgão conveniado, conforme modelos fornecidos pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE, as quais deverão ser fixadas dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o início das obras, sob pena de incorrer em multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global deste por dia de atraso na colocação, permanecendo no local das obras por prazo indeterminado.

2.21. Permitir e facilitar a inspeção das obras pela Fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos do Setor de Engenharia do CONTRATANTE.

2.21.1. O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais.

2.22. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a prestação dos serviços no regime contratado, sem paralisação, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, atraso, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, arcando exclusivamente com este ônus.

2.23. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre seus empregados ou de seus subcontratados, cabe à CONTRATADA resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à Justiça do trabalho.

2.24. Assumir a defesa nas ações propostas por terceiros contra o CONTRATANTE relativas à execução dos serviços contratados e ações trabalhistas, arcando com os ônus delas decorrentes.

2.25. Providenciar, às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

2.26. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização do CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por essa rejeição.

2.26.1. Retirar do canteiro das obras todo e qualquer material, peças ou equipamento que for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE.

2.27. Restringir ao interior do Canteiro de Obras a estocagem e guarda de todos os materiais, equipamentos, máquinas, carregamento e descarga, assim como todas as atividades normais de seus empregados e/ou prepostos, durante execução dos serviços contratados.

2.28. Responsabilizar-se pela instalação de tapume nos limites do canteiro de obras, se necessário.

2.29. Colocar, em lugar visível, a placa de obra da empresa com o nome do técnico responsável.

2.30. Apresentar, junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS, se for o caso.

2.31. Apresentar, junto às parcelas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

2.32. Apresentar, junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula acima mencionada.

2.33. Entregar ao Setor de Engenharia do CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias corridos após a data da Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada, devidamente assinada pelo Engenheiro responsável e registrada junto ao CREA, abrangendo toda a execução contratual.

2.34. Responsabilizar-se pelo pagamento ou reembolso de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA ou qualquer entidade em decorrência da execução deste Contrato.

2.35. Atender ao que dispõe o artigo 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII, que assim determina: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos".

2.36. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

2.37. Proceder, ao final dos serviços, a limpeza de todas as áreas trabalhadas, devendo remover todo o material, equipamentos, máquinas e outros seus pertences, incluindo entulhos e materiais remanescentes, sendo esses serviços considerados incluídos no valor deste Contrato.

2.38. Manter as obras em perfeitas condições de conservação e funcionamento, por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

3.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações decorrentes da execução do presente Contrato, de acordo com as normas nele estabelecidas.

3.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de funcionários por ela credenciados.

3.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA, por técnicos especialmente designados, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.

3.4. Prestar, aos empregados da CONTRATADA, informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenha que executar a CONTRATADA.

3.5. Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos Documentos Técnicos e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.

3.6. Acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato.

3.7. Solicitar, nos prazos previstos, toda a documentação legal referente à prestação de serviços e de funcionários da CONTRATADA, inclusive solicitando a substituição de qualquer funcionário que não atenda aos interesses dos serviços ou do CONTRATANTE.

3.8. Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento das obras.

3.9. Notificar a CONTRATADA da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte da Comissão de Recebimento da Obra.

3.10. Atestar e efetuar à CONTRATADA os devidos pagamentos e respectivos reajustes, quando for o caso, nas condições estabelecidas neste Contrato.

3.11. Efetuar a devolução da garantia à CONTRATADA após o recebimento definitivo da obra.

CLÁUSULA QUARTA

DO CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E DO LOCAL DOS SERVIÇOS

4.1. Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços. Não será considerada pelo CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação, por parte da CONTRATADA, fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

4.2. Dessa forma, a assinatura deste Contrato é considerada como reconhecimento tácito de que a CONTRATADA realizou investigações, no local dos serviços, suficientes para o reconhecimento das condições que encontrará durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA DO PREÇO GLOBAL

5.1. O preço global para a execução dos serviços deste Contrato é o apresentado na Planilha Orçamentária, no valor de R\$ 598.336,46 (Quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos), constante da proposta vencedora da licitação aceita pelo CONTRATANTE, entendido este como valor justo e suficiente para a total execução do objeto licitado.

5.1.1. O preço proposto é considerado completo, incluindo o BDI – Benefícios e Despesas Indiretas e abrange todos os custos necessários para a realização do objeto deste Contrato, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços.

5.2. É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que, porventura, venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas no Parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA SEXTA DO BOLETIM DE MEDIÇÃO

6.1. Para efeito de boletim de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados, elaborado pela CONTRATADA, mediante carta dirigida ao Engenheiro Fiscal do CONTRATANTE, sendo que o mesmo terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisá-los e aprová-los.

6.1.1. Findo este prazo e não havendo manifestação do Engenheiro Fiscal, a CONTRATADA estará autorizada a emitir a respectiva nota fiscal/fatura.

6.1.2. Caso o Engenheiro Fiscal venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito à CONTRATADA, a qual deverá apresentar novo boletim de medição corrigido, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

6.1.3. A aprovação do boletim de medição se dará com o CERTIFICADO do Engenheiro Fiscal das obras na nota fiscal/fatura devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional.

6.2. Os boletins de medições deverão corresponder aos serviços efetivamente executados até o final de cada mês, compreendendo períodos correspondentes a 30 (trinta) dias consecutivos, exceto o inicial e o final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias.

6.3. A CONTRATADA deverá destacar, na nota fiscal/fatura, o número e a data de assinatura deste Contrato, o mês da execução do serviço, o número do boletim de medição dentre outros elementos de suma relevância.

6.4. Os quantitativos dos serviços relacionados na planilha orçamentária, para efeito de pagamento, deverão ser considerados como certos, observando-se sempre as quantidades previstas nos Projetos de Engenharia e respeitados sempre o regime de execução e os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei n. 8.666/93 e demais alterações subsequentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, ou conforme liberação do recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Proposta de Transferência 23400.011819/2013-18, contados da data do empenho dos documentos hábeis por meio de depósito bancário ou na Tesouraria Municipal.

7.1.1. O prazo de pagamento previsto no item acima só vencerá em dia de expediente normal na Cidade de GRÃO-PARÁ/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

7.2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos recolhimentos relativos à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena de o órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, obrigando-se, ainda, a CONTRATADA a apresentar:

a) guia de recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social – GFIP;

b) relação de Empregados – RE;

c) cópia da GPS – Guia da Previdência Social com o número do CEI da obra, devidamente recolhida a respectiva folha de pagamento;

d) a empresa contratada deverá observar no corpo da Nota Fiscal/Fatura a retenção para a seguridade social, (11%), destacando no corpo da nota fiscal a base de cálculo e o respectivo valor a ser retido;

e) junto com a primeira fatura, apresentar cópia da matrícula, CEI – Cadastro Específico Individual das obras/serviços perante o INSS;

f) junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débito do INSS referente à matrícula acima mencionada.

7.2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, não cabendo ao CONTRATANTE quaisquer ônus.

7.3. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se índices econômicos oficiais de acordo com as normas legais e de mercado, tais como INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, na falta deste, será aplicado o IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, ou, ainda, em conformidade com o índice específico eleito pelo Governo Federal que regula a variação de valor dos serviços no período.

7.4. No caso de pagamento antecipado, haverá desconto financeiro compensatório com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, na falta deste, será aplicado o IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas.

7.5. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas, responsabilizando-se a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

7.6. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Contrato.

7.7. Mediante o pagamento do valor total das obras, a CONTRATADA dará total, geral e irrevogável quitação à CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

CLÁUSULA OITAVA DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Os preços contratuais serão reajustáveis com periodicidade anual, tomando-se por base a data de apresentação das ofertas, pela variação verificada nos índices de obras, fornecidos para cada tipo de acordo com o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, índice médio da unidade geográfica, quando se tratar de construção, reforma e ampliação de

edificação e, pela variação do índice da Coluna 2 –Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, para os demais serviços. Os montantes dos pagamentos serão reajustados na forma da Lei com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V$$

Em que:

R = Valor de reajustamento

I1 = Índice do 12. mês após a apresentação de ofertas

I0 = Índice do mês de apresentação de ofertas

V = Valor das obras e/ou serviços realizados a preços iniciais

8.2. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

8.3. Nos atrasos por culpa e responsabilidade da CONTRATADA, os índices de reajustes serão aplicados até as datas contratuais previstas para o efetivo faturamento. Sendo injustificáveis esses atrasos ao prazo contratual das obras e serviços, não caberá qualquer reajuste.

8.4. As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alteradas, caso ocorra superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.

CLÁUSULA NONA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas do objeto deste contrato correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06.01.1.005.4.4.90.51.98.00.00.00.0001 (55) – R\$ 79.403,78

06.01.1.005.4.4.90.51.98.00.00.00.0022 (56) – R\$ 414.917,99

06.01.1.005.4.4.90.51.98.00.00.00.0322 (237) - R\$ 104.014,69

CLÁUSULA DÉCIMA DO VALOR GLOBAL

10.1. O valor global deste contrato é de R\$ 598.336,46 (quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

11.1. DE INÍCIO: As obras contratadas deverão ser iniciadas, no máximo, dentro de 05 (cinco) dias úteis após data de expedição da Ordem de Serviço.

11.2. DE CONCLUSÃO: O prazo máximo para a conclusão das obras será de 03 (três) meses, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.

11.3. PRORROGAÇÃO: Os prazos de início e conclusão poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados os motivos, a critério do Setor de Engenharia do CONTRATANTE, mantidas as circunstâncias apontadas no artigo 57, parágrafo 1º, incisos I a VI, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

11.3.1. Os atrasos na execução das obras, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade do CONTRATANTE, desde que comprovados na época oportuna e devidamente anotados no Diário de Obras.

11.3.1.1. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito ao Setor de Engenharia do CONTRATANTE, 01 (um) dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão se encaminhados, por escrito, 20 (vinte) dias antes de expirar o prazo contratual e, em ambos os casos, com justificativa

circunstanciada, com documentos comprobatórios, análises e justificativa da fiscalização.

11.3.1.2. As prorrogações autorizadas e devidamente justificadas serão anotadas e expedidas por escrito pelo órgão competente do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXECUÇÃO

12.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

12.3. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com os Projetos de Engenharia, especificação e demais elementos técnicos, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas e apresentadas por escrito e aprovadas pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE.

12.4. Poderá o CONTRATANTE por meio do Setor de Engenharia, ao seu critério, exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada ou em desacordo com as normas, projetos, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do artigo 69, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

12.5. Todos os materiais a serem empregados na execução da obra deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como todos os custos de aquisição e transporte. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização das obras executadas, objeto deste Contrato, será de competência e responsabilidade do Setor de Engenharia do CONTRATANTE, a quem cabe verificar se, no desenvolvimento das obras, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos das faturas, substituição de materiais, alterações de projetos e solucionar eventuais problemas de ordem técnica e, ainda, o que segue:

13.1.1. determinar à CONTRATADA um reforço do equipamento ou substituição de unidades defeituosas, caso venha a constatar que o(s) mesmo(s) é(são) insuficiente(s) para dar aos serviços o andamento normal previsto;

13.1.2. exercer rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas;

13.1.3. exigir o imediato afastamento de quaisquer empregados ou prepostos da CONTRATADA que não mereça sua confiança ou embaraça a fiscalização e, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito;

13.1.4. agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou com imperfeição, conforme as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

13.1.5. transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da Fiscalização, por escrito, a posterior confirmação das ordens ou instruções verbais recebidas.

13.2. A fiscalização se efetuará no local das obras.

13.3. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o

recebimento definitivo da obra, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

13.4. O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras será o DIÁRIO DE OBRA, onde tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização do CONTRATANTE deverão proceder às anotações visando à comprovação real do andamento das obras e execução dos termos de Contrato, sendo verificado, diariamente, por profissionais credenciados por ambas as partes.

13.5. A aceitação por parte da Fiscalização não isenta a CONTRATADA de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

14.1. Não serão aceitos acréscimos ou supressões, conforme assim faculta os termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21/06/1993, e alterações subsequentes. Essas alterações somente poderão ser efetuadas comprovados a necessidade de melhor qualidade da obra e/ou aumento de meta, em total conformidade com a Lei de Licitações vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA

15.1. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariem a boa técnica ou desobedeçam aos projetos e/ ou especificações.

15.1.1. O prazo de garantia da obra iniciar-se-á a partir da data da sua entrega definitiva, nos termos do disposto no Código Civil, sem prejuízo das garantias especiais estabelecidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO SEGURO CONTRA RISCOS DE ENGENHARIA

16.1. A CONTRATADA se obriga a contratar, com seguradora idônea, a partir da data de expedição da Ordem de Serviço, Seguro Contra Riscos de Engenharia, cobrindo incêndio e responsabilidade civil contra terceiros e danos físicos, referentes às obras objeto deste Contrato, com vigência até a data de recebimento provisório das mesmas, em que deverá a CONTRATADA figurar como PropONENTE ou Estipulante, e o CONTRATANTE, como Segurado.

16.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da expedição da Ordem de Serviço, a apólice do referido seguro.

16.3. Na impossibilidade de obter a referida apólice no prazo estipulado no item anterior, será aceito o protocolo de contratação do seguro, ficando obrigada a apresentação da mesma quando do pagamento da segunda parcela do Cronograma Físico-financeiro da obra.

16.4. Caso o seguro contratado seja pago em parcelas, a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, a cada vencimento e todas as vezes em que for solicitado, o comprovante de pagamento de cada parcela.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, sempre através de Termo Aditivo em ordem crescente.

17.1.1. Será observado o item anterior quando ocorrer acréscimo ou supressão de obras/serviços, por conveniência do projeto

original ou do interesse público, respeitado os termos do Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

17.1.2. Também será observado o disposto no item 17.1, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE, para a justa remuneração das obras/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores e impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DAS PENALIDADES E SANÇÕES

18.1. Em conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, no caso de inadimplência das condições estabelecidas neste Contrato, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

18.1.1. multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma ou entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos à CONTRATADA, mediante requerimento;

18.1.2. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do Contrato por dia que exceder o prazo para início das obras;

18.1.3. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do Contrato por dia que exceder o prazo para conclusão das obras.

18.1.3.1. A multa a que se refere o subitem 18.1.2. será devolvida à CONTRATADA desde que ela termine os serviços rigorosamente dentro do prazo estipulado.

18.1.4. As penalidades estabelecidas nos itens 18.1.2. e 18.1.3. poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

18.1.5. Poderá ser aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo deste Contrato, em caso de rescisão motivada pela CONTRATADA ou por iniciativa da mesma, sem justo motivo.

18.2. Pela inexecução, parcial ou total deste Contrato, o órgão competente do CONTRATANTE poderá, garantindo-se o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo:

18.2.1. advertência verbal ou escrita quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula deste Contrato e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução deste Contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

18.2.2. multa na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor não executado deste Contrato pela inexecução parcial e na ordem 10% (dez por cento) sobre o valor deste Contrato pela inexecução total;

18.2.3. multa na ordem de 2% (dois por cento) do valor deste Contrato, a critério do órgão competente do CONTRATANTE, quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso e quando a CONTRATANTE através do seu órgão fiscalizador for erroneamente informada;

18.2.4. suspensão por até 02 (dois) anos de participação em licitações do Município de GRÃO-PARÁ/SC, no caso de inexecução parcial ou total deste Contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da CONTRATADA;

18.2.5. declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com as Administrações Públicas Federais, Estaduais e Municipais, quando a inexecução decorrer de violação dolosa da CONTRATADA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação na forma da legislação em vigor.

18.3. Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei.

18.4. A aplicação das penalidades estabelecidas neste Contrato é de competência exclusiva do Sr. Prefeito Municipal.

18.5. Não serão aplicadas as multas decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

18.6. Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, o órgão competente do CONTRATANTE recorrerá às garantias constituídas, se houver, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes deste Contrato e promover a cobrança judicial por perdas e danos.

18.7. Na hipótese de não correção pela CONTRATADA de anormalidade verificada nas obras pela Comissão de Vistoria e atestadas no Termo de Recebimento Provisório, o órgão competente do CONTRATANTE descontará da garantia contratual as importâncias correspondentes àqueles serviços cuja execução providenciará.

18.8. Da aplicação das multas, a CONTRATADA terá o direito ao prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, para recolhimento dos valores junto à Tesouraria do CONTRATANTE.

18.9. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA que tenha sido multada antes de paga ou relevada a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DA VIGÊNCIA

19.1. O presente Contrato terá como termo inicial de vigência a data da assinatura deste Instrumento e vigorará por 12 (doze) meses consecutivos ou até o recebimento definitivo da obra, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Como Garantia da fiel execução deste Contrato, a CONTRATADA, de acordo com a legislação em vigor, prestou GARANTIA correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Contrato, a importância de R\$ 29.916,82 (vinte e nove mil, novecentos e dezesseis reais e oitenta e dois centavos), conforme Artigo 56, Parágrafo 1º, Incisos I, II, III, e Parágrafo 2º, da Lei n. 8666/93 e alterações subsequentes.

20.1.1. A garantia prestada será liberada ou restituída à empresa contratada pela Tesouraria do Município, em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data do termo de Recebimento Definitivo da obra, acompanhado da Certidão Negativa de Débito – CND com o INSS, Certificado de Regularidade de Situação – CRS perante o FGTS e o habite-se da obra concluída, se for o caso.

20.2. Em caso de rescisão deste Contrato e/ou interrupção dos trabalhos, a garantia não será devolvida, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o órgão responsável do CONTRATANTE.

20.3. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzidos em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada pelo órgão responsável do CONTRATANTE.

20.4. Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado automaticamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO

21.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua

execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Contrato e na Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no artigo 79 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.5. Em caso de rescisão do presente Contrato por parte do CONTRATANTE, não caberá à CONTRATADA direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, parágrafo 2º, da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.6. A rescisão deste Contrato sujeita a CONTRATADA à multa rescisória na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do Contrato existente na data da rescisão, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

21.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

21.8. Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior.

21.8.1. Tanto o CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção total na execução dos serviços por um período maior que 15 (quinze) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

21.8.1.1. No caso acima, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

21.8.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 30 (trinta) dias da data de seu recebimento, para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

21.9. Nos demais casos previstos na legislação vigente, poderá ser aplicado o motivo de força maior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

22.1. Da penalidade aplicada, caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA DA FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO

23.1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente Contrato, os fatos fora de seu controle, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que afetem, diretamente, os serviços contratados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

24.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato ou da sua execução correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

24.1.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE desde já autorizado a suspender os pagamentos

devidos à CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

24.2. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

24.3. A CONTRATADA responderá a todas as ações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

24.3.1. Caso haja condenação do CONTRATANTE, inclusive como responsável solidário, a CONTRATADA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência de decisão judicial.

24.4. Na hipótese de qualquer ação trabalhista proposta contra o CONTRATANTE pelos empregados da CONTRATADA, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir o CONTRATANTE no processo até a sentença final, respondendo pelo ônus diretos e/ou indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa após o término ou rescisão deste Contrato.

24.5. A CONTRATADA se obriga a registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de todos os seus empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar o total dos serviços contratados. Entretanto, é permitido fazê-la parcialmente e no caso de prévia e comprovada necessidade, mediante autorização do órgão responsável do CONTRATANTE.

25.1.1. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação ao CONTRATANTE, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato.

25.2. A CONTRATADA deverá comunicar os serviços optados pela subcontratação à fiscalização do Município, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los.

25.3. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita do CONTRATANTE será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

25.4. A CONTRATADA deverá exigir de seus subcontratados cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-as ao Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, quando solicitado, sob pena de incorrer nas cominações estabelecidas em Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA DO RECEBIMENTO DAS OBRAS

26.1. Concluídas as obras objeto deste Contrato ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização do CONTRATANTE o seu recebimento provisório, após e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

26.1.1. O recebimento provisório não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, sem ônus para o CONTRATANTE, observado o disposto no artigo 69 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

26.1.2. Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, se os serviços de correção das anormalidades, porventura verificadas, forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento da contribuição devida a Previdência Social relativa ao período de execução das obras, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, que consignará quitações gerais, plenas e recíprocas entre as partes.

26.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança da obra nem a Ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados, na forma

da Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA NOVAÇÃO

27.1. A não utilização, por parte do CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ele assegurados neste Contrato ou na Lei em geral ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição do CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA DOS SEGUROS E ACIDENTES

28.1. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras e serviços contratados, uso indevido de patentes registradas e, ainda, que resultante de caso fortuito e por qualquer causa a destruição ou danificação da obra em execução até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como as identificações que possam a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA PARTES INTEGRANTES

29.1. Fazem parte integrante e inseparável do presente Contrato, como aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Tomada de Preços n. 04/2015, do Município de GRÃO-PARÁ/SC, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

29.1.1. Ficam, também, fazendo parte deste Contrato as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e, mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA DO FORO

30.1. As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente neste Contrato e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

30.2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

30.3. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

GRÃO-PARÁ/SC, 06 de agosto de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CLAUDIO DANDOLINI
Sócio Administrador da CONTRATADA

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 81-2015 SETEP

CONTRATO N. 81/2015

(de 24 de agosto de 2015)

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E A EMPRESA SETEP CONTRUÇÕES S.A, NOS TERMOS DA LEI N. 8.666, DE 21/06/1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES, E NOS TERMOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N. 05/2015-TP, PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 62/2015, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA NEREU RAMOS, NO TOTAL DE 5.998,11M², (sendo 12,40m. de largura e 450m. de comprimento) NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA SETEP CONSTRUÇÕES S.A, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP 88.810-500, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 83.665.141/0001-50, representada, neste ato, por Diretor Comercial Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 537.723-4 e do CPF 376.562.959-68, doravante denominada CONTRATADA.

ADJUDICAÇÃO: O presente Contrato decorre do Processo de Licitação n. 62/2015, Edital de Tomada de Preço n. 05/2015-TP, homologado em 24 de agosto de 2015, que passa a integrar este Contrato independentemente de transcrição, juntamente com a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA NEREU RAMOS, NO TOTAL DE 5.998,11M², (sendo 12,40m. de largura e 450m. de comprimento), NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC, com vistas à execução das obras conforme aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional, de que trata o Ofício nº 1732/2015/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, sendo assim, solicitado o processo licitatório solicitado pelo BADESC, conforme, ofício GEROM 534/15, este deverá, obedecer integralmente às especificações e determinações previstas nos Projetos Técnicos de Engenharia (Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico e Complementares, Planilha Orçamentária e outros) que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Edital como se aqui estivessem transcritos.

1.1.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de introduzir modificações no projeto arquitetônico, mesmo durante a execução dos serviços, sempre que julgar necessários.

1.1.1.2. No exercício desse direito, porém, o CONTRATANTE se empenhará no sentido de evitar prejuízos à CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

2.1. Contactar com o Setor de Engenharia do CONTRATANTE, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar, nos locais das

obras, os detalhes da execução, como também, providenciar as licenças, as aprovações e os registros específicos junto aos órgãos e entidades federais, estaduais ou municipais competentes.

2.2. Executar os serviços conforme projeto, observando rigorosamente aos princípios básicos de engenharia, as normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e outras aplicáveis, independentemente de transcrição, além de representar o conhecimento do objeto deste Contrato, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

2.3. Elaboração e aprovação dos projetos complementares nos órgãos competentes e na forma exigida em normas legais vigentes.

2.4. Providenciar, às suas expensas, a partir dos pontos iniciais que lhes sejam indicados, as instalações e rede provisória de energia elétrica, água potável e esgotos, quando necessárias à execução de seus trabalhos.

2.5. Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas, ferramentas normais e especiais, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos.

2.5.1. Os materiais a serem empregados deverão receber prévia aprovação do Setor de Engenharia responsável pela Fiscalização, ao qual se reservam os direitos de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados.

2.6. Substituir/Corrigir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada nos materiais empregados na execução da obra.

2.7. Refazer, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.

2.8. Assumir, automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços objeto deste Contrato, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados ou prepostos e, ainda, de culpa ou dolo de eventuais subcontratadas ou qualquer de seus empregados ou prepostos.

2.9. Utilizar um engenheiro responsável técnico, uma equipe de operários, além de, no mínimo, um mestre de obras de comprovada experiência, para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para ao CONTRATANTE.

2.10. Utilizar apenas profissionais qualificados, devidamente uniformizados, identificados individualmente (crachá), se necessário, munidos dos equipamentos de proteção individual e coletivo, conforme exigências legais, bem como os demais equipamentos e materiais e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

2.11. Não substituir o engenheiro responsável técnico, salvo casos de força maior e mediante prévia concordância do Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, apresentando, para tal fim, o acervo técnico do novo técnico, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

2.12. Cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's) a todos que trabalhem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

2.13. Arcar com as despesas de estada, locomoção, refeições e horas de trabalho de seus funcionários que prestarem serviços durante a execução deste Contrato.

2.14. Arcar, com exclusividade, pelos ônus salariais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais etc decorrentes da relação contratual.

2.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE, a cujas reclamações fica obrigado atender no prazo máximo que for concedido por escrito.

2.16. Manter permanentemente nos locais das obras o Diário de Obra, onde, tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização do CONTRATANTE deverão realizar anotações diárias, visando à

comprovação real do andamento da obra, bem como, todo e qualquer fato que mereça registro, o qual será entregue à Secretaria de Administração do CONTRATANTE após medição final das obras.

2.16.1. O Diário de Obra deverá ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que efetivamente a empresa contratada iniciar as obras.

2.17. Apresentar à Tesouraria do Município, juntamente com os documentos de cobrança, a folha de pagamento e as guias de recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas, devidamente quitadas, de seus empregados e subcontratados, pertinente ao objeto deste Contrato e ao mês de referência.

2.18. Diligenciar para que as medições sejam, de pronto, processadas e, logo após, emitir corretamente a documentação fiscal e faturas, encaminhando-as à fiscalização do CONTRATANTE, juntamente com o Diário de Obra.

2.19. Responsabilizar-se por eventual acréscimo dos custos deste Contrato, quando, por determinação da autoridade competente, os serviços forem embargados ou tiverem a sua execução suspensa, por ela motivada.

2.20. Confeccionar e colocar placas de identificação do objeto deste Contrato, inclusive as exigidas pelo órgão conveniado, conforme modelos fornecidos pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE, as quais deverão ser fixadas dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o início das obras, sob pena de incorrer em multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global deste por dia de atraso na colocação, permanecendo no local das obras por prazo indeterminado.

2.21. Permitir e facilitar a inspeção das obras pela Fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos do Setor de Engenharia do CONTRATANTE.

2.21.1. O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais.

2.22. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a prestação dos serviços no regime contratado, sem paralisação, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, atraso, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, arcando exclusivamente com este ônus.

2.23. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre seus empregados ou de seus subcontratados, cabe à CONTRATADA resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à Justiça do trabalho.

2.24. Assumir a defesa nas ações propostas por terceiros contra o CONTRATANTE relativas à execução dos serviços contratados e ações trabalhistas, arcando com os ônus delas decorrentes.

2.25. Providenciar, às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

2.26. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização do CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por essa rejeição.

2.26.1. Retirar do canteiro das obras todo e qualquer material, peças ou equipamento que for rejeitado pela fiscalização do CONTRATANTE.

2.27. Restringir ao interior do Canteiro de Obras a estocagem e guarda de todos os materiais, equipamentos, máquinas, carregamento e descarga, assim como todas as atividades normais de seus empregados e/ou prepostos, durante execução dos serviços contratados.

2.28. Responsabilizar-se pela instalação de tapume nos limites do canteiro de obras, se necessário.

2.29. Colocar, em lugar visível, a placa de obra da empresa com o nome do técnico responsável.

2.30. Apresentar, junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS, se for o caso.

2.31. Apresentar, junto às parcelas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos

sociais e trabalhistas.

2.32. Apresentar, junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula acima mencionada.

2.33. Entregar ao Setor de Engenharia do CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias corridos após a data da Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada, devidamente assinada pelo Engenheiro responsável e registrada junto ao CREA, abrangendo toda a execução contratual.

2.34. Responsabilizar-se pelo pagamento ou reembolso de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA ou qualquer entidade em decorrência da execução deste Contrato.

2.35. Atender ao que dispõe o artigo 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII, que assim determina: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos".

2.36. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

2.37. Proceder, ao final dos serviços, a limpeza de todas as áreas trabalhadas, devendo remover todo o material, equipamentos, máquinas e outros seus pertences, incluindo entulhos e materiais remanescentes, sendo esses serviços considerados incluídos no valor deste Contrato.

2.38. Manter as obras em perfeitas condições de conservação e funcionamento, por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

3.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações decorrentes da execução do presente Contrato, de acordo com as normas nele estabelecidas.

3.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de funcionários por ela credenciados.

3.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA, por técnicos especialmente designados, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.

3.4. Prestar, aos empregados da CONTRATADA, informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenha que executar a CONTRATADA.

3.5. Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos Documentos Técnicos e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.

3.6. Acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato.

3.7. Solicitar, nos prazos previstos, toda a documentação legal referente à prestação de serviços e de funcionários da CONTRATADA, inclusive solicitando a substituição de qualquer funcionário que não atenda aos interesses dos serviços ou do CONTRATANTE.

3.8. Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento das obras.

3.9. Notificar a CONTRATADA da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte da Comissão de Recebimento da Obra.

3.10. Atestar e efetuar à CONTRATADA os devidos pagamentos e respectivos reajustes, quando for o caso, nas condições estabelecidas neste Contrato.

3.11. Efetuar a devolução da garantia à CONTRATADA após o recebimento definitivo da obra.

CLÁUSULA QUARTA**DO CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E DO LOCAL DOS SERVIÇOS**

4.1. Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços. Não será considerada pelo CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação, por parte da CONTRATADA, fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

4.2. Dessa forma, a assinatura deste Contrato é considerada como reconhecimento tácito de que a CONTRATADA realizou investigações, no local dos serviços, suficientes para o reconhecimento das condições que encontrará durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA**DO PREÇO GLOBAL**

5.1. O preço global para a execução dos serviços deste Contrato é o apresentado na Planilha Orçamentária, no valor de R\$ 868.562,60 (oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos), constante da proposta vencedora da licitação aceita pelo CONTRATANTE, entendido este como valor justo e suficiente para a total execução do objeto licitado.

5.1.1. O preço proposto é considerado completo, incluindo o BDI – Benefícios e Despesas Indiretas e abrange todos os custos necessários para a realização do objeto deste Contrato, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços.

5.2. É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que, porventura, venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas no Parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA SEXTA**DO BOLETIM DE MEDIÇÃO**

6.1. Para efeito de boletim de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados, elaborado pela CONTRATADA, mediante carta dirigida ao Engenheiro Fiscal do CONTRATANTE, sendo que o mesmo terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisá-los e aprová-los.

6.1.1. Findo este prazo e não havendo manifestação do Engenheiro Fiscal, a CONTRATADA estará autorizada a emitir a respectiva nota fiscal/fatura.

6.1.2. Caso o Engenheiro Fiscal venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito à CONTRATADA, a qual deverá apresentar novo boletim de medição corrigido, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

6.1.3. A aprovação do boletim de medição se dará com o CERTIFICADO do Engenheiro Fiscal das obras na nota fiscal/fatura devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional.

6.2. Os boletins de medições deverão corresponder aos serviços efetivamente executados até o final de cada mês, compreendendo períodos correspondentes a 30 (trinta) dias consecutivos, exceto o inicial e o final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias.

6.3. A CONTRATADA deverá destacar, na nota fiscal/fatura, o número e a data de assinatura deste Contrato, o mês da execução do serviço, o número do boletim de medição dentre outros elementos de suma relevância.

6.4. Os quantitativos dos serviços relacionados na planilha orçamentária, para efeito de pagamento, deverão ser considerados como certos, observando-se sempre as quantidades previstas nos Projetos de Engenharia e respeitados sempre o regime de

execução e os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei n. 8.666/93 e demais alterações subsequentes.

CLÁUSULA SÉTIMA**DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, ou conforme liberação do BADESC, contados da data do empenho dos documentos hábeis por meio de depósito bancário ou na Tesouraria Municipal.

7.1.1. O prazo de pagamento previsto no item acima só vencerá em dia de expediente normal na Cidade de GRÃO-PARÁ/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

7.2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos recolhimentos relativos à Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, sob pena de o órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, obrigando-se, ainda, a CONTRATADA a apresentar:

a) guia de recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social – GFIP;

b) relação de Empregados – RE;

c) cópia da GPS – Guia da Previdência Social com o número do CEI da obra, devidamente recolhida a respectiva folha de pagamento;

d) a empresa contratada deverá observar no corpo da Nota Fiscal/Fatura a retenção para a seguridade social, (11%), destacando no corpo da nota fiscal a base de cálculo e o respectivo valor a ser retido;

e) junto com a primeira fatura, apresentar cópia da matrícula, CEI – Cadastro Específico Individual das obras/serviços perante o INSS;

f) junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débito do INSS referente à matrícula acima mencionada.

7.2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, não cabendo ao CONTRATANTE quaisquer ônus.

7.3. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se índices econômicos oficiais de acordo com as normas legais e de mercado, tais como INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, na falta deste, será aplicado o IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, ou, ainda, em conformidade com o índice específico eleito pelo Governo Federal que regula a variação de valor dos serviços no período.

7.4. No caso de pagamento antecipado, haverá desconto financeiro compensatório com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, na falta deste, será aplicado o IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas.

7.5. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas, responsabilizando-se a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

7.6. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Contrato.

7.7. Mediante o pagamento do valor total das obras, a CONTRATADA dará total, geral e irrevogável quitação à CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

CLÁUSULA OITAVA**DO REAJUSTE DE PREÇOS**

8.1. Os preços contratuais serão reajustáveis com periodicidade anual, tomando-se por base a data de apresentação das ofertas, pela variação verificada nos índices de obras, fornecidos para cada

tipo de acordo com o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, índice médio da unidade geográfica, quando se tratar de construção, reforma e ampliação de edificação e, pela variação do índice da Coluna 2 –Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, para os demais serviços. Os montantes dos pagamentos serão reajustados na forma da Lei com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V$$

Em que:

R = Valor de reajustamento

I1 = Índice do 12. mês após a apresentação de ofertas

I0 = Índice do mês de apresentação de ofertas

V = Valor das obras e/ou serviços realizados a preços iniciais

8.2. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

8.3. Nos atrasos por culpa e responsabilidade da CONTRATADA, os índices de reajustes serão aplicados até as datas contratuais previstas para o efetivo faturamento. Sendo injustificáveis esses atrasos ao prazo contratual das obras e serviços, não caberá qualquer reajuste.

8.4. As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alteradas, caso ocorra superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.

CLÁUSULA NONA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas do objeto deste contrato correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.03.1.002.4.4.90.51.98.00.00.00.0000 (22) – R\$ 23.000,00

04.03.1.002.4.4.90.51.98.00.00.00.0024 (25) – R\$ 845.562,60

CLÁUSULA DÉCIMA DO VALOR GLOBAL

10.1. O valor global deste contrato é de R\$ R\$ 868.562,60 (oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

11.1. DE INÍCIO: As obras contratadas deverão ser iniciadas, no máximo, dentro de 05 (cinco) dias úteis após data de expedição da Ordem de Serviço.

11.2. DE CONCLUSÃO: O prazo máximo para a conclusão das obras será de 04 (quatro) meses, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.

11.3. PRORROGAÇÃO: Os prazos de início e conclusão poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados os motivos, a critério do Setor de Engenharia do CONTRATANTE, mantidas as circunstâncias apontadas no artigo 57, parágrafo 1º, incisos I a VI, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

11.3.1. Os atrasos na execução das obras, nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade do CONTRATANTE, desde que comprovados na época oportuna e devidamente anotados no Diário de Obras.

11.3.1.1. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito ao Setor de Engenharia do CONTRATANTE, 01 (um) dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão se

encaminhados, por escrito, 20 (vinte) dias antes de expirar o prazo contratual e, em ambos os casos, com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análises e justificativa da fiscalização.

11.3.1.2. As prorrogações autorizadas e devidamente justificadas serão anotadas e expedidas por escrito pelo órgão competente do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXECUÇÃO

12.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

12.3. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com os Projetos de Engenharia, especificação e demais elementos técnicos, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas e apresentadas por escrito e aprovadas pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE.

12.4. Poderá o CONTRATANTE por meio do Setor de Engenharia, ao seu critério, exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada ou em desacordo com as normas, projetos, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do artigo 69, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

12.5. Todos os materiais a serem empregados na execução da obra deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como todos os custos de aquisição e transporte. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização das obras executadas, objeto deste Contrato, será de competência e responsabilidade do Setor de Engenharia do CONTRATANTE, a quem cabe verificar se, no desenvolvimento das obras, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos das faturas, substituição de materiais, alterações de projetos e solucionar eventuais problemas de ordem técnica e, ainda, o que segue:

13.1.1. determinar à CONTRATADA um reforço do equipamento ou substituição de unidades defeituosas, caso venha a constatar que o(s) mesmo(s) é(são) insuficiente(s) para dar aos serviços o andamento normal previsto;

13.1.2. exercer rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas;

13.1.3. exigir o imediato afastamento de quaisquer empregados ou prepostos da CONTRATADA que não mereça sua confiança ou embaraça a fiscalização e, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito;

13.1.4. agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou com imperfeição, conforme as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

13.1.5. transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da Fiscalização, por escrito, a posterior confirmação das ordens ou instruções verbais recebidas.

13.2. A fiscalização se efetuará no local das obras.

13.3. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

13.4. O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras será o DIÁRIO DE OBRA, onde tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização do CONTRATANTE deverão proceder às anotações visando à comprovação real do andamento das obras e execução dos termos de Contrato, sendo verificado, diariamente, por profissionais credenciados por ambas as partes.

13.5. A aceitação por parte da Fiscalização não isenta a CONTRATADA de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

14.1. Não serão aceitos acréscimos ou supressões, conforme assim faculta os termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21/06/1993, e alterações subsequentes. Essas alterações somente poderão ser efetuadas comprovados a necessidade de melhor qualidade da obra e/ou aumento de meta, em total conformidade com a Lei de Licitações vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA

15.1. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariem a boa técnica ou desobedeçam aos projetos e/ ou especificações.

15.1.1. O prazo de garantia da obra iniciar-se-á a partir da data da sua entrega definitiva, nos termos do disposto no Código Civil, sem prejuízo das garantias especiais estabelecidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO SEGURO CONTRA RISCOS DE ENGENHARIA

16.1. A CONTRATADA se obriga a contratar, com seguradora idônea, a partir da data de expedição da Ordem de Serviço, Seguro Contra Riscos de Engenharia, cobrindo incêndio e responsabilidade civil contra terceiros e danos físicos, referentes às obras objeto deste Contrato, com vigência até a data de recebimento provisório das mesmas, em que deverá a CONTRATADA figurar como Proprieta-rio ou Estipulante, e o CONTRATANTE, como Segurado.

16.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da expedição da Ordem de Serviço, a apólice do referido seguro.

16.3. Na impossibilidade de obter a referida apólice no prazo estipulado no item anterior, será aceito o protocolo de contratação do seguro, ficando obrigada a apresentação da mesma quando do pagamento da segunda parcela do Cronograma Físico-financeiro da obra.

16.4. Caso o seguro contratado seja pago em parcelas, a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, a cada vencimento e todas as vezes em que for solicitado, o comprovante de pagamento de cada parcela.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, sempre através de Termo Aditivo em ordem crescente.

17.1.1. Será observado o item anterior quando ocorrer acréscimo ou supressão de obras/serviços, por conveniência do projeto original ou do interesse público, respeitado os termos do Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

17.1.2. Também será observado o disposto no item 17.1, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE, para a justa remuneração das obras/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores e impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DAS PENALIDADES E SANÇÕES

18.1. Em conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, no caso de inadimplência das condições estabelecidas neste Contrato, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

18.1.1. multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma ou entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos à CONTRATADA, mediante requerimento;

18.1.2. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do Contrato por dia que exceder o prazo para início das obras;

18.1.3. multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do Contrato por dia que exceder o prazo para conclusão das obras.

18.1.3.1. A multa a que se refere o subitem 18.1.2. será devolvida à CONTRATADA desde que ela termine os serviços rigorosamente dentro do prazo estipulado.

18.1.4. As penalidades estabelecidas nos itens 18.1.2. e 18.1.3. poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

18.1.5. Poderá ser aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo deste Contrato, em caso de rescisão motivada pela CONTRATADA ou por iniciativa da mesma, sem justo motivo.

18.2. Pela inexecução, parcial ou total deste Contrato, o órgão competente do CONTRATANTE poderá, garantindo-se o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo:

18.2.1. advertência verbal ou escrita quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula deste Contrato e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução deste Contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

18.2.2. multa na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor não executado deste Contrato pela inexecução parcial e na ordem 10% (dez por cento) sobre o valor deste Contrato pela inexecução total;

18.2.3. multa na ordem de 2% (dois por cento) do valor deste Contrato, a critério do órgão competente do CONTRATANTE, quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso e quando a CONTRATANTE através do seu órgão fiscalizador for erroneamente informada;

18.2.4. suspensão por até 02 (dois) anos de participação em licitações do Município de GRÃO-PARÁ/SC, no caso de inexecução parcial ou total deste Contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da CONTRATADA;

18.2.5. declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com as Administrações Públicas Federais, Estaduais e Municipais, quando a inexecução decorrer de violação dolosa da CONTRATADA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a sua reabilitação na forma da legislação em vigor.

18.3. Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei.

18.4. A aplicação das penalidades estabelecidas neste Contrato é de competência exclusiva do Sr. Prefeito Municipal.

18.5. Não serão aplicadas as multas decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

18.6. Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, o órgão competente do CONTRATANTE recorrerá às garantias constituídas, se houver, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes deste Contrato e promover a cobrança judicial por perdas e danos.

18.7. Na hipótese de não correção pela CONTRATADA de anormalidade verificada nas obras pela Comissão de Vistoria e atestadas no Termo de Recebimento Provisório, o órgão competente do CONTRATANTE descontará da garantia contratual as importâncias correspondentes àqueles serviços cuja execução providenciara.

18.8. Da aplicação das multas, a CONTRATADA terá o direito ao prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, para recolhimento dos valores junto à Tesouraria do CONTRATANTE.

18.9. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA que tenha sido multada antes de pagar ou relevada a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DA VIGÊNCIA

19.1. O presente Contrato terá como termo inicial de vigência a data da assinatura deste Instrumento e vigorará por 12 (doze) meses consecutivos ou até o recebimento definitivo da obra, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Como Garantia da fiel execução deste Contrato, a CONTRATADA, de acordo com a legislação em vigor, prestou GARANTIA correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Contrato, a importância de R\$ 43.428,13 (quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e oito reais e treze centavos), conforme Artigo 56, Parágrafo 1º, Incisos I, II, III, e Parágrafo 2º, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

20.1.1. A garantia prestada será liberada ou restituída à empresa contratada pela Tesouraria do Município, em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data do termo de Recebimento Definitivo da obra, acompanhado da Certidão Negativa de Débito – CND com o INSS, Certificado de Regularidade de Situação – CRS perante o FGTS e o habite-se da obra concluída, se for o caso.

20.2. Em caso de rescisão deste Contrato e/ou interrupção dos trabalhos, a garantia não será devolvida, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o órgão responsável do CONTRATANTE.

20.3. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzidos em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada pelo órgão responsável do CONTRATANTE.

20.4. Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado automaticamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO

21.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Contrato e na Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no artigo 79 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.5. Em caso de rescisão do presente Contrato por parte do CONTRATANTE, não caberá à CONTRATADA direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, parágrafo 2º, da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

21.6. A rescisão deste Contrato sujeita a CONTRATADA à multa rescisória na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do Contrato existente na data da rescisão, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

21.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

21.8. Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior.

21.8.1. Tanto o CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção total na execução dos serviços por um período maior que 15 (quinze) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

21.8.1.1. No caso acima, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

21.8.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo de até 30 (trinta) dias da data de seu recebimento, para contestar ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

21.9. Nos demais casos previstos na legislação vigente, poderá ser aplicado o motivo de força maior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

22.1. Da penalidade aplicada, caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA DA FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO

23.1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente Contrato, os fatos fora de seu controle, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que afetem, diretamente, os serviços contratados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

24.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato ou da sua execução correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

24.1.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do

não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE desde já autorizado a suspender os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

24.2. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

24.3. A CONTRATADA responderá a todas as ações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

24.3.1. Caso haja condenação do CONTRATANTE, inclusive como responsável solidário, a CONTRATADA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência de decisão judicial.

24.4. Na hipótese de qualquer ação trabalhista proposta contra o CONTRATANTE pelos empregados da CONTRATADA, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir o CONTRATANTE no processo até a sentença final, respondendo pelo ônus diretos e/ou indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa após o término ou rescisão deste Contrato.

24.5. A CONTRATADA se obriga a registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de todos os seus empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar o total dos serviços contratados. Entretanto, é permitido fazê-la parcialmente e no caso de prévia e comprovada necessidade, mediante autorização do órgão responsável do CONTRATANTE.

25.1.1. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação ao CONTRATANTE, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato.

25.2. A CONTRATADA deverá comunicar os serviços optados pela subcontratação à fiscalização do Município, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los.

25.3. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita do CONTRATANTE será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

25.4. A CONTRATADA deverá exigir de seus subcontratados cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-as ao Órgão Fiscalizador do CONTRATANTE, quando solicitado, sob pena de incorrer nas cominações estabelecidas em Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA DO RECEBIMENTO DAS OBRAS

26.1. Concluídas as obras objeto deste Contrato ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização do CONTRATANTE o seu recebimento provisório, após e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

26.1.1. O recebimento provisório não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, sem ônus para o CONTRATANTE, observado o disposto no artigo 69 da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

26.1.2. Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, se os serviços de correção das anormalidades, porventura verificadas, forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento da contribuição devida a Previdência Social relativa ao período de execução das obras, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, que consignará quitações gerais, plenas e recíprocas entre as partes.

26.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a

responsabilidade civil, pela solidez e segurança da obra nem a Ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados, na forma da Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA NOVAÇÃO

27.1. A não utilização, por parte do CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ele assegurados neste Contrato ou na Lei em geral ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição do CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA DOS SEGUROS E ACIDENTES

28.1. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras e serviços contratados, uso indevido de patentes registradas e, ainda, que resultante de caso fortuito e por qualquer causa a destruição ou danificação da obra em execução até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como as identificações que possam a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA PARTES INTEGRANTES

29.1. Fazem parte integrante e inseparável do presente Contrato, como aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Tomada de Preço n. 05/2015, do Município de GRÃO-PARÁ/SC, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

29.1.1. Ficam, também, fazendo parte deste Contrato as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e, mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA DO FORO

30.1. As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente neste Contrato e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

30.2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

30.3. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

GRÃO-PARÁ/SC, 24 de agosto de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS DE SOUZA
Diretor Comercial da CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:
CPF n.:

NOME:
CPF n.:

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12B/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012B/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de julho de 2016, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos trinta e um dias do mês de julho de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA, inscrita no CNPJ nº 78.218.187/0001-91 em decorrência do processo PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 25.556,90 (vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 06 de agosto de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Fabricio Hackbarth Sócio Administrador CPF: 045.602.469-71 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

PORTARIA Nº 974/2015

PORTARIA Nº 974/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 + 04 (doze + quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora LUCIA ZARPELON (Matr. 4025), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 20 horas semanais, nos termos dos artigos 103 e 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 17 de agosto de 2015 a 01 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 975/2015

PORTARIA Nº 975/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível – 3, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora ANA ALICE SALES (Matr. 3605), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 13 de agosto de 2012 a 22 de agosto de 2015, consoante no que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 976/2015

PORTARIA Nº 976/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora NORIDIANE FERREIRA MAGAINS (Matr. 4160), a contar de 27 de agosto de 2015, a qual exerce a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 977/2015

PORTARIA Nº 977/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora ADRIANA LUCIA GANDIN PARIZZI (Matr. 219), nascida aos 26/07/1972, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/E anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/A, anexo XI, a partir de 27 de agosto de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 978/2015

PORTARIA Nº 978/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 27 de agosto de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora SILVIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA (Matr. 3735), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "A", 40 horas

semanais, Anexo XI da LC nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 979/2015

PORTARIA Nº 979/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 27 de agosto de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora MONALIZA APARECIDA SURDI GEMELLI (Matr. 3888), a qual exerce a função de Professor, Nível – 2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da LC nº 316/2013, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 981/2015

PORTARIA Nº 981/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora JAQUELINE BRESSAN DA SILVA (Matr. 2573), nascida aos 19/07/1988, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 2/E, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 3A, anexo XI, a contar de 20 de julho de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 982/2015

PORTARIA Nº 982/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora LUZINETE OLIVEIRA (Matr. 584), nascida aos 20/07/1970, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/B anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/C, anexo XI, a contar de 20 de julho de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 983/2015

PORTARIA Nº 983/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR e dar nova redação à Portaria nº 958/2015, onde se lê: "MARIA HELENA FOPPA"; leia-se: "HELENA MARIA FOPPA".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 001/2015

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 DE 23 DE JUNHO DE 2015.

A PROCURADORA DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os avanços da tecnologia da informação e de telecomunicações, que oferecem novos métodos de armazenamento e de transmissão de dados;

Considerando a atual multiplicidade de sistemas de tramitação processual em meio eletrônico;

CONSIDERANDO que o sigilo profissional, que visa preservar a privacidade dos processos administrativos e judiciais, independente do meio utilizado para o armazenamento dos dados processuais, seja eletrônico ou em papel;

CONSIDERANDO o volume de informações armazenadas pela Procuradoria e PROCON;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a confidencialidade e integridade das informações no âmbito destes setores;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer norma para a utilização de senhas no âmbito da Procuradoria e do Procon Municipal;

Art. 2º - O acesso do servidor público ao sistema aos computadores somente será realizado mediante o uso de senha.

Parágrafo único. A guarda e utilização da senha, pessoal e intransferível, é de inteira responsabilidade do usuário, o qual deverá zelar pela correta custódia das suas informações de acesso e comunicar ao chefe do setor a eventual violação de sigilo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as publicações em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 23 de junho de 2015.

KÁTIA FÁTIMA GIACOMELLI HACK
Procuradora Municipal
OAB/14.225

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 126/2015

EDITAL SEAGP Nº 126/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 31 de Agosto a 30 de Setembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 28 de agosto de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 126/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Balseiro

Itamar Martins de Souza

Florisvaldo Costa de Castro

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015 (SEAST)

PREFEITURA DE IMBITUBA

SEAST

PROCESSO Nº 34/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 15:00 horas do dia 11 de Setembro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, pelo sistema de Registro de Preços, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Aquisição de passagens intermunicipais e interestaduais, para os usuários dos programas e serviços da SEAST".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 31 de agosto de 2015.

Selma Elias Westphal

Secretária da SEAST

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2015 (PMI - SEAPI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 80/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 14:00 horas do dia 11 de Setembro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a "Aquisição de bica corrida para uso da secretaria de agricultura pesca e infraestrutura para manutenção de estradas municipais".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 31 de agosto de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal da SEAPI

PORTARIA SEDUC/PMI Nº 005, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA SEDUC/PMI Nº 005, de 26 de agosto de 2015.

Institui e nomeia a Comissão Especial de Políticas Públicas para a elaboração do Regimento Único da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas no Decreto 044 de 18 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de Políticas Públicas da Educação que tem por finalidade a discussão de Políticas para a

Educação Infantil e Ensino Fundamental, visando a fundamentação para a elaboração do Regimento Único da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A Comissão Especial de Políticas Públicas da Educação será constituída pelos membros a seguir, sendo que o primeiro terá o encargo de coordená-la:

01- ROZENILDA MATOS RODRIGUES DA ROSA;
02- ADRIANA DE SOUZA MIGUEL;
03- ALINE DE SOUZA M. FELIPE;
04- ANA CAROLINA VICHIEIT ARGUIM;
05- ANA JANDIRA NASCIMENTO GONÇALVES;
06- ANA LÚCIA DA SILVA;
07- ANDERSON TEIXEIRA;
08- ANDREIA PACHECO DA ROSA CÂNDIDO;
09- ANDRESA PACHECO DA ROSA;
10- ANGELA MARIA FERNANDES ROSA;
11- CLÉRIA LEANDRO REIS;
12- CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM;
13- ELIANE DE ABREU CECILIANO;
14- FABIANE CORREA DO NASCIMENTO;
15- IVETE MARTINS;
16- JANE MERE MARTINS;
17- JOELMA DA SILVA;
18- JOSÉ CARLOS SILVÉRIO;
19- JONIA GUIMARÃES VIEIRA;
20- MAGALI APARECIDA VIEIRA;
21- MARIA APARECIDA M. DE CARVALHO;
22- MARIVONE DE MENDONÇA DAMAZIO;
23- MARLISE ANTUNES DE CARVALHO;
24- MICHELE FERREIRA DA SILVA;
25- OLGA DE LUCA;

26- RAQUEL T. DUARTE INÁCIO;

27- REASILVIA GOMES RIBEIRO SILVEIRA;
28- RENATA DOMINGOS NUNES FRANCISCO;
29- RONALDO AUGUSTO PIRES;
30- ROSANE DE OLIVEIRA FERNANDES;
31- SANDRA REGINA DE SOUZA ÁVILA;
32- TÂNIA BITENCOURT MOTA ALVES;
33- VALDIRENE DIAS GONÇALVES;
34- VERA LÚCIA DO NASCIMENTO MOTA;
35- VERA LÚCIA VIEIRA SILVEIRA;
36- VIVIANE MARQUES BEZERRA.

Art. 4º Constituem atribuições da Comissão Especial:

I - Mobilizar a sociedade civil organizada para discussão dos problemas educacionais;

II - Organizar encontros para debater as propostas do texto Base;

III - Elaborar relatórios com as proposições apresentadas pelas entidades e instituições envolvidas;

IV - Organizar as plenárias para apresentação e validação do documento base, a fim de constituir o Regimento Único da Rede Municipal de Ensino;

V - Propor ao Executivo o Projeto de Lei para aprovação do Regimento Único.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de agosto de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação de Imbituba

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 037/15

Ato da Presidência nº 037/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 29ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 1º de Setembro de 2015 (terça-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
094	PL nº 4.737/2015	20/08/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Município de Imbituba a receber em doação fração ideal de imóvel que especifica e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
095	PL nº 4.738/2015	20/08/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera a redação do artigo 20, Lei nº 4.110, de 11 de setembro de 2012 e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
096	PL nº 4.739/2015	20/08/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Cria dispositivo na Lei 4.389, de 30 de abril de 2014, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
099	PL nº 4.743/2015	27/08/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar despesas com a Semana Nacional da Baleia Franca-2015 e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
100	PL nº 4.744/2015	28/08/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual - PPA 2014-2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, e abre Crédito Adicional Especial no exercício de 2015 para a Prefeitura Municipal de Imbituba e para o Fundo Municipal de Cultura de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

101	PL nº 4.745/2015	28/08/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual - PPA 2014-2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015, e abre Crédito Adicional Especial no exercício de 2015 para a Prefeitura Municipal de Imbituba.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.733/2015	12/08/2015	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Denomina o Centro de Atenção à Pessoa Idosa localizado no bairro Centro, município de Imbituba, de Centro de Atenção à Pessoa Idosa Izabel Pires Elias.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.740/2015	24/08/2015	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a participação de vereadores e servidores em cursos, congressos, seminários, conferências e eventos similares, fixa o valor das diárias no âmbito da Câmara Municipal de Imbituba, regulamenta a prestação de contas, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PR nº 012/2015	20/08/2015	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Denomina "Vereador Nilso Inácio Alves" a Escola do Legislativo da Câmara de Vereadores do Município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 038/2015	19/08/2015	Legislativo Municipal	Renato Carlos de Figueiredo	Requer ao Prefeito Municipal de Imbituba informações sobre a situação da área da extinta ICC, hoje pertencente à GASPETRO.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 039/2015	24/08/2015	Legislativo Municipal	Guilherme Santos Souza	Requer licença, sem remuneração, para tratar de assuntos de interesse particular, pelo período de 12 de setembro a 25 de outubro de 2015.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 040/2015	25/08/2015	Legislativo Municipal	Dorlin Nunes Júnior	Requer licença, sem remuneração, para tratar de assuntos de interesse particular, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 07 de setembro, com retorno no dia 08 de outubro de 2015.	Ordinário	Única	Única
	Moção nº 009/2015	18/08/2015	Legislativo Municipal	Jesiel Oliveira Antulino	Moção de Congratulação ao Capitão BM Rafael Fortunato Camilo, Comandante do Corpo de Bombeiros de Imbituba, por sua promoção ao posto de Capitão BM.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 27 de Agosto de 2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA-SC comunica aos interessados, que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL, cujo Edital assim se resume. OBJETO: Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços bancários, conforme especificações contidas no formulário proposta e anexos, partes integrantes deste edital.

PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: Serão recebidas no dia 15 de setembro de 2015, às 14:00 horas (catorze horas), no seguinte endereço: Rua Ernani Cotrin, nº555, Centro, Imbituba-SC, inscrita no CNPJ nº 79.680.005/0001-62, em sessão pública no Plenário da Câmara Municipal de Imbituba. EDITAL: Poderá ser obtido no site www.cmi.sc.gov.br, item licitações e contratos.

Imbituba, 19 de agosto de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Presidente

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1538/15

. DECRETO Nº 1538/15

. De 26 de agosto de 2015

Dispõe sobre a composição Conselho Municipal da Cidade . Revoga Decreto 1177/14

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei Complementar 145/13,

DECRETA,

Art. 1º - Ficam designados para compor o Conselho Municipal da Cidade de Indaial, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 145/11, que altera a Lei 78/2007, os seguintes representantes:

Representantes do Governo Municipal

1. Secretaria de Planejamento e Habitação (Presidente)
Paulo Roberto Ledra -

2. Diretoria de Planejamento
Patrícia Nickhorn e Silva

3. Procuradoria Geral do Município
Karina Fabrícia Rebelo Nuber

4. Departamento de Trânsito e Transporte (DEMUTTIN)
Marli Westphal Menegazzi

5. Departamento de Habitação
Adriane Machado Ferrari

6. Fundação Indaialense de Cultura
Siegrid Wamser Ribeiros

7. Departamento de Meio Ambiente
Sérgio Feuser

8. Câmara de Vereadores de Indaial
André Luiz Moser

Representantes das Entidades da Sociedade Civil e Movimentos Sociais/Populares

1. Instituição de Ensino Superior - Uniasselvi
Graceli Aparecida Polidoro

2. ACIDI
Tibério Malkowski

3. CDL
Vilmar José Gorges Junior e/ou
Rafael Thonern

4. Cartórios/Tabelionatos
Roberto Ludovico Blemer

5. Núcleo das Imobiliárias de Indaial
Fernanda Campos do Rosário

6. OAB – Subseção Indaial
Rodrigo Cordeiro e/ou
João Paulo Rodrigues Bezerra

7. CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo
Fabiana da Silva e Silva

8. CREA – Conselho Regional Engenharia e Agronomia
Irone Aldo Maurisenz (Greide Engenharia Ltda Epp)

9. ADEFI – Associação dos Deficientes Físicos de Indaial
Maico Tadeu Beckhauser

10. Associação de Bairros
Jair Gilmar Gonzaga

11. Rotary Indaial
Ivo Kannenberg

12. SINDIPEDRAS/SC – Sindicato das Indústrias de Extração de Pedreiras de SC
José Cimardi

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 1177/14

Município de Indaial, em 26 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1539/15

. DECRETO Nº 1539/15

. De 28 de agosto de 2015

Regulamenta a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF, e dá outras providências.

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito de Indaial, no exercício de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto artigos 6, 250, 251 e 277 da Lei Complementar Municipal 79/2007,

DECRETA,

Art. 1º. A partir da entrada em vigor deste Decreto, fica regulamentada a Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras - DES-IF, documento fiscal digital destinado a registrar as operações e a apuração do ISSQN devidas pelas instituições financeiras e equiparadas, bem como, as empresas de consórcio, todas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

§ 1º. Os prestadores de serviços de que trata este artigo ficam obrigados ao cumprimento da obrigação acessória nela prevista, que consiste em:

- I. apresentar uma declaração para cada estabelecimento situado no Município de Indaial/SC
- II. conservar os recibos de entrega até que tenha transcorrido o prazo decadencial ou prescricional.
- III. geração da DES-IF na periodicidade prevista;
- IV. entrega da DES-IF ao fisco na forma e prazo estabelecido;
- V. guarda da DES-IF pelo prazo estabelecido.

§ 2º. A Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras – DES-IF deverá ser feita e enviada a partir de outubro/2015, correspondente ao fato gerador de setembro/2015 e dependerá de senha de acesso ao sistema que deverá ser solicitado no setor competente da Prefeitura com o questionário disponibilizado no link <http://indaialsc.ereceita.net.br> preenchido, para efetuar seu respectivo cadastro

§ 3º A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF deverá ser declarada “on-line”, por meio da Internet, no endereço eletrônico da Prefeitura www.indaial.sc.gov.br onde terá o link <http://indaialsc.ereceita.net.br> ou diretamente através deste link de acesso, na forma, prazo e demais condições estabelecidas neste decreto.

§ 4º A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF fica estabelecida conforme o Modelo Conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF, Versão 2.3 de Setembro/2012 - ficando resguardado ao fisco municipal promover atualizações de versões e implementar as adequações que entender necessárias para atendimento as normas e preceitos da legislação do Município.

§ 5º A indicação da versão atual a ser informada na Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras – DES-IF estará disponível na opção utilizada para importação do arquivo.

§ 6º A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital, constituído dos seguintes módulos:

I. do sistema em opção disponível para este fim, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de competência dos dados declarados, contendo:

- a) o conjunto de informações que demonstram a apuração da receita tributável por subtítulo contábil;
- b) o conjunto de informações que demonstram a apuração do IS-SQN mensal devido;
- c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição.
- d) Para declarar os serviços prestados por subtítulo contábil, é obrigatório o cadastro das contas, no detalhamento dos subgrupos, seu desdobramento (título e Subtítulo) no nível mais analítico independentemente da incidência do imposto.
- e) Deve ser informado um registro para cada subtítulo de cada dependência com contabilidade própria cuja receita refere-se à prestação de serviços. No caso de um subtítulo conter receitas sujeitas a alíquotas diferentes, informar tantos registros para o subtítulo quantas forem as alíquotas incidentes.
- f) Todas as Contas referentes a receitas de serviços tributáveis devem ser informadas, independentemente de não haver sido movimentadas no período declarado.

II. Módulo Demonstrativo Contábil: deverá ser entregue semestralmente ao fisco até o dia 20 (vinte) do mês de julho dos dados declarados quando se tratar do 1º semestre e até o dia 20 (vinte) do mês de Janeiro quando se tratar do 2º semestre, contendo:

a) os Balancetes Analíticos Mensais das contas de cada dependência localizada no município que compõem a contabilidade oficial levada a registro nas juntas comerciais; Todas as contas com movimentação no período também devem constar no balancete. O balancete de cada CNPJ deve integrar os registros das operações das unidades a eles vinculadas. Deve ser informado por CNPJ no município sempre que suas atividades não estiverem paralisadas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil.

b) o Demonstrativo de Receita Consolidada no Título “Rateio de Resultados Internos” que demonstra os valores por natureza da receita lançada de forma consolidada no Título “Rateio de Resultados Internos” ou nos relatórios gerenciais de rateio. Obrigatório para todas as dependências cujo Título “Rateio de Resultados Internos” possui lançamento em seus balancetes. O somatório por competência de Receita Rateada deve ser igual ao valor lançado no Registro de Balancete analítico mensal para o Título “Rateio de Resultados Internos” correspondente ao COSIF.

III. Módulo de Informações Comuns aos Municípios: deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 15 (quinze) do mês de fevereiro do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo:

a) Plano geral de contas comentado – PGCC (analítico) de todas as contas adotadas pela instituição com vinculação das Contas Internas à codificação do COSIF, o respectivo enquadramento na lista de serviços (LC 116/03), quando se referir a receitas de serviços tributáveis e a descrição detalhada da natureza das operações registradas nos subtítulos; O PGCC deve conter todos os Grupos do COSIF independentemente da incidência do imposto. O detalhamento da natureza das operações registradas nos subtítulos só deve ser informado para os subtítulos de nível mais analítico e deve ser completo e claro o suficiente para identificar todos os tipos de operações vinculadas as receitas ali contabilizadas.

b) Tabela de tarifas de serviços da instituição com vinculação aos respectivos subtítulos de lançamento contábil, obrigatório somente para as Instituições que têm o dever de possuir tabela de tarifas conforme disciplina do BACEN; Tabela de tarifas de produtos e serviços da Instituição com suas vinculações aos respectivos Subtítulos de lançamento contábil, onde para cada tarifa devem ser informados tantos registros 0200 quantos forem os subtítulos contábeis que recebem lançamentos referentes a essa tarifa. Todas as tarifas constantes da tabela de tarifas da instituição, independentemente de serem ou não cobradas ou de serem ou não prestados no município, devem constar em pelo menos um registro 0200.

c) Tabela de identificação de serviços de remuneração variável prestadas pela instituição, tabela na qual são identificados os subtítulos onde são escrituradas as receitas dos serviços constantes na Tabela de Serviços de Remuneração Variável prestados pela instituição potencial ou efetivamente, ainda que não sejam prestados no município de Indaial/SC.

IV. O Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis deverá ser gerado anualmente até o dia 20 do mês de julho do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados e entregue ao fisco através de sistema disponível em sua forma mais primitiva, isto é individual por operação/evento, contendo as informações das partidas dos lançamentos contábeis; Para um mesmo lançamento, a soma das partidas a débito deve ser igual à soma das partidas a crédito.

§ 7º. Portaria do Executivo disciplinará a geração, a estrutura de dados, a entrega e a guarda da DES-IF.

§ 8º. Os contribuintes que não cumprirem as obrigações previstas

neste artigo ficam sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária municipal.

Art. 2º. As instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, ficam obrigadas:

I – a manter à disposição do fisco municipal:

- a) os seus balancetes analíticos em nível de subtítulo interno;
- b) todos os documentos relacionados ao fato gerador do ISSQN.

II – declarar através do sistema disponibilizado através do link <http://indaial.sc.ereceita.net.br> os dados referente a Declaração Eletrônica de Serviços Prestados e tomados.

III – A declaração deverá ser realizada individualmente por estabelecimento que possua inscrição no Cadastro Mobiliário do Município.

IV – As informações dos serviços prestados por postos de atendimento bancário deverão ser prestadas pela agência bancária a que ele pertença ou esteja vinculado.

V – A obrigação de declarar os serviços prestados somente cessa com a suspensão ou a baixa cadastral da pessoa obrigada junto a Secretaria de Administração e Finanças do município, realizada de ofício ou a pedido do sujeito passivo, após o deferimento do processo.

Art. 3º. As instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF - ficam dispensadas de emitir Nota Fiscal de Serviços, desde que mantenham à disposição do fisco municipal "Razão Analítico", elaborado com histórico elucidativo dos fatos registrados em conta de resultado credora, de forma a possibilitar a verificação e comprovação de ocorrência de fato gerador do imposto.

Art. 4º. Ressalvada a obrigação de declarar os serviços tomados, as instituições financeiras e equiparadas, bem como as empresas de consórcio, ficam desobrigadas de registrar na DES os dados individualizados relativos aos serviços por elas prestados, cuja informação deverá ser prestada através de importação de arquivo, por meio da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições financeiras – DES-IF.

Parágrafo único - Os serviços tomados deverão ser declarados, por meio de aplicativo eletrônico, disponibilizado no link <http://indaial.sc.ereceita.net.br>, na forma, prazo e demais condições estabelecidos neste decreto.

Art. 5º. A DES-IF que se refere ao Módulo Apuração Mensal do ISSQN deverá ser apresentada ou transmitida mensalmente contra recibo, até o dia 15 (quinze) de cada mês, ou até o primeiro dia útil subsequente caso não haja, no dia 15 (quinze), expediente na repartição fiscal, contendo as informações referentes ao mês anterior.

Art. 6º. As instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que não tiverem movimento no mês deveram informar normalmente, o registro 0430 de todas as contas tributáveis e os registros 0440 conforme o tipo de consolidação adotado pelo Município.

Parágrafo único - Caso não existam registros 0430, zerar a alíquota (0,00) no campo 10 do Registro 0440 e não preencher código de

tributação no campo 4 do Registro 0440.

Art. 7º. As instituições financeiras e equiparadas, após efetuarem o lançamentos dos dados dos serviços prestados e tomados deverão acessar opção própria no sistema para fechamento do mês e cumprimento da obrigação acessória.

Art. 8º. O pagamento do ISSQN referente ao imposto devido pela prestação do serviço e retenção na fonte dos serviços tomados deverá ser efetivado até dia 15 (quinze) do mês seguinte ao mês de competência.

Parágrafo único - Na hipótese em que a data que se trata o caput do arquivo, não corresponder a dia útil, o vencimento passará para o primeiro dia útil posterior a essa data.

Art. 9º. Os créditos tributários constituídos pelo sujeito passivo por meio de declaração, não pagos ou pagos a menor, serão enviados para inscrição em Dívida Ativa do Município com os acréscimos legais devidos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado a partir do encerramento do exercício civil a que se refere o crédito.

Parágrafo único. A Administração Tributária, encontrando créditos relativos a tributo constituído na forma do "caput" deste artigo, efetuará cobrança amigável do valor apurado na declaração, previamente à inscrição em Dívida Ativa do Município, na conformidade do que dispõe a legislação do processo administrativo fiscal, contido no Código Tributário do Município (CTM).

Art. 10. A falta de recolhimento ou o recolhimento a menor do Imposto, pelo prestador do serviço ou responsável, nos prazos previstos em lei ou regulamento, e desde que não iniciado o procedimento fiscal, implicará na atualização dos valores e incidência de juros e multa por mora, aplicados sobre o valor atualizado nos percentuais previstas no Código tributário Municipal e legislações pertinentes.

§ 1º A multa a que se refere o "caput" deste artigo será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo previsto para o recolhimento do Imposto até o dia em que ocorrer o efetivo recolhimento.

§ 2º A multa não recolhida poderá ser lançada de ofício, conjunta ou isoladamente, no caso de não recolhimento do Imposto com esse acréscimo.

Art. 11. Independentemente das medidas administrativas e judiciais cabíveis, iniciado o procedimento fiscal, será aplicado, de ofício ao contribuinte, as multas previstas no artigo 461 e 464 da lei Complementar 79/2007 e legislações posteriores.

Parágrafo Único As multas de que tratam este artigo serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação municipal.

Art. 12. As Instituições Financeiras e equiparadas ficam obrigadas a entregar declaração retificadora de informações escrituradas em declaração já transmitida no caso de erro ou omissões e sempre que substituída declarações encaminhadas ao Banco Central, cujos dados tenham sido objeto de encaminhamento anterior ao Fisco, devendo o declarante gerar e enviar, em substituição a anterior.

Parágrafo Único - A retificação de dados ou informações constantes da DES-IF feita fora do prazo previsto não ilide o declarante da aplicação da penalidade prevista na legislação.

Art. 13. A retificação de dados ou informações constantes na DES-IF já transmitida ou apresentada é permitida somente dentro do exercício e antes do início de qualquer medida de fiscalização

relacionada à verificação ou apuração do imposto devido, salvo quando autorizada pelo fisco.

Art. 14. O descumprimento às normas deste regulamento sujeita o infrator às penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 15. O cumprimento das obrigações constantes neste Decreto, bem como na legislação vigente, não exime o Contribuinte de prestar quaisquer informações relativas aos fatos geradores não alcançados pela prescrição ao Fisco Municipal visando a apuração de eventuais créditos a favor da Fazenda Municipal.

Art. 16. O Executivo poderá expedir outras instruções complementares e normativas necessárias à implementação deste regulamento.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Município de Indaial, em 28 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1540/15

. DECRETO Nº 1540/15

. De 28 de agosto de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICÍPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.386,03 (duzentos mil e trezentos e oitenta e seis reais e três centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0004.0126.0004.1063.344900000000000	03890000	2.700,00
09.002.0015.0182.0009.2239.344900000000000	03000003	197.686,03

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 234/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 234/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Prefeito em exercício, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479-20 e Cédula de Identidade nº 3/R-757.931, domiciliado na Av. Getúlio Vargas, nº 126, Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, PRO-RAD CONSULTORES EM RADIO-PROTEÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 87.389.086/0001-74, com sede na rua Rui Barbosa, nº 118, bairro Jardim América, na cidade de Cachoeirinha - Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo Sr. Sérgio Luiz Lena Souto, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, inscrito no CPF sob nº 066.644.820-53, residente e domiciliado na rua Professor Carvalho de Freitas, nº 1.336, bairro Teresópolis, na cidade de Porto Alegre – Estado do Rio Grande do Sul, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a realização dos serviços de Monitoração Pessoal Dosímetros Termoluminescentes – TLD, através da medição por Dosímetro Padrão de Tórax e Dosímetro de Tórax, para verificar a medida de radiação recebida pelos funcionários da sala de Raio-X Odontológico da Unidade de Saúde Dr. Heinz Schütz, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

7.1. O prazo deste Contrato é de 22 de setembro de 2015 a 22 de setembro de 2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 28 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoeft Prefeito em exercício Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Contratante
PRO-RAD CONSULTORES EM RADIO-PROTEÇÃO LTDA Sérgio Luiz Lena Souto Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Sílmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____

CPF: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 232/2013

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 232/2013

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Prefeito em exercício, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479-20 e Cédula de Identidade nº 3/R-757.931, domiciliado na Av. Getúlio Vargas, nº 126, Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115, residente e domiciliada à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, DEGERING CLÍNICA MÉDICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 10.615.167/0001-10, com sede na Rua Padre Biagio Simonetti, n. 529, bairro Centro, na cidade de Fraiburgo – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Anderlei Tessarolo Degering, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF sob n. 024.607.809-07, portador da Cédula de Identidade n. 3.466.256-1, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto o credenciamento da CONTRATADA para a realização de exames de diagnósticos, compreendendo serviços de Raio-X, Ultrassonografia, Mamografia, Tomografia, Vídeo, Gasometria, Ressonância, Cintilografia, Eletroencefalograma, Arteriografia, Ecocardiograma, Litotripsia, e Biópsia, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

8.1. O prazo deste Contrato será de 28 de agosto de 2015 a 28 de agosto de 2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, até a data de validade do credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo de contrato passa a fazer parte do contrato original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 25 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoeft Prefeito em exercício Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Contratante
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215	DEGERING CLÍNICA MÉDICA LTDA Anderlei Tessarolo Degering Contratada

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1719/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1719/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DPJ7638	55488115E	5185/2	07/07/2015	167
HWU8568	55488301E	5452/1	23/07/2015	181 * VIII
JWO2733	55488230E	5452/1	25/07/2015	181 * VIII
MAT4718	55723058E	7366/2	24/07/2015	252 * VI
MDE9497	55720650E	5835/0	05/08/2015	195
MDE9497	55723201E	5720/0	05/08/2015	186 * I
MGO6881	55488250E	6068/1	29/07/2015	209
MHV8215	55488248E	5967/0	28/07/2015	203 * V
MJV2407	55488315E	6068/1	29/07/2015	209
MML8993	55488020E	5185/1	01/07/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 15/074 - PMI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME.

CT15/074

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME., pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Beija Flor nº 1002, na cidade de Bombinhas-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 18.398.197/0001-24, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do serviço abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços especializados para a realização de CONCURSO PÚBLICO para preenchimento de cargos de provimento efetivo do plano de carreira dos servidores públicos do Município de Iomerê, nos termos da Lei Complementar nº 43/2015, compreendendo a elaboração de editais, preparo do edital de convocação para as provas, preparo, impressão, empacotamento de provas, coordenação das provas escritas e práticas, correção das provas, apresentação do resultado, recebimento e respostas a eventuais recursos, contratação de fiscais e apoio técnico-jurídico em todas as etapas do certame.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0051/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 0031/2015, independente de sua transcrição.

Parágrafo Primeiro. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais).

Parágrafo Segundo. Os valores estipulados na cláusula 2.1, são fixos e irrevogáveis decorrentes da proposta financeira da contratada e incluem, além dos honorários, despesas com deslocamento, material, salários, encargos sociais e trabalhistas, taxas, impostos, indenizações e transportes diversos e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ao perfeito cumprimento do objeto especificado na cláusula primeira deste Contrato, não gerando também qualquer vínculo empregatício com os sócios, empregados e/ou prepostos da Contratada.

Parágrafo Terceiro. Os valores do presente contrato somente serão reajustados, no caso de aplicação do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá sua vigência no momento de sua assinatura, com término previsto para 120(cento e vinte) dias da data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

Parágrafo Primeiro. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de

Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada, deverá conter todas as especificações dos itens, conforme Anexo IV, devidamente atestada pela Secretaria responsável, através do secretário de Administração e Finanças.

Parágrafo Segundo. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	13

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, através de comissão a ser designada para este fim, por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

Parágrafo Segundo. Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

7.1 – Prestar os serviços objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta.

7.2 - Entregar os serviços conforme declarado na proposta vencedora com presteza pontualidade, qualidade, ética profissional, em conformidade com os termos e prazos estabelecidos neste Edital e no Contrato.

7.3 - Manter o sigilo profissional de toda documentação e informações que terão conhecimento para realização dos serviços;

7.4 - Solicitar toda a documentação e informações para a correta realização dos serviços;

7.5 - Prestar os serviços com profissionais qualificados.

b) Será de obrigatoriedade da contratante:

7.6 - Efetuar o pagamento conforme especificado neste Edital.

7.7 - Fiscalizar, através de comissão a ser designada para acompanhamento do concurso público, os trabalhos da Contratada.

7.8 - Entregar toda a documentação e informações necessárias para a realização dos serviços objeto do presente certame.

7.9 - Permitir o acesso dos profissionais que realizarão os serviços, desde que devidamente identificados.

7.10 - Providenciar locais adequados para realização das provas

escritas e praticas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão oriunda deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Videira, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias, juntamente com as testemunhas.

IOMERÊ (SC), 25 de agosto de 2015.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATADO

NUBES TECNOLOGIA E SERV. LTDA – ME.

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual

OAB/SC 16164

HOMOLOGAÇÃO ELABORAÇÃO EDITAL CONCURSO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2015 - PR
	Processo Administrativo: 51/2015 Processo de Licitação: 51/2015 Data do Processo: 21/07/2015

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 51/2015
- b) Licitação Nr.: 31/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 24/08/2015
- e) Data da Adjudicação: 24/08/2015 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação ELABORAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	<u>Unid.</u>	<u>Qtidade</u>	<u>Descto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Total do Item</u>
--	--------------	----------------	-------------------	-----------------------	----------------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME (4774)**

1	ELABORAÇÃO DE EDITAL PARA CONCURSO PÚBLICO	SRV	1,00	0,0000	13.900,00	13.900,00
					Total do Fornecedor:	13.900,00
					Total Geral:	13.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 24 de Agosto de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PROJETO LOTEAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 32/2015 - PR Processo Administrativo: 53/2015 Processo de Licitação: 53/2015 Data do Processo: 10/08/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 53/2015
- b) Licitação Nr.: 32/2015-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 28/08/2015
- e) Data da Adjudicação: 28/08/2015 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LOTEAMENTO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**LA CLE SOLUÇÕES SUSTENTAVEIS EM ARQ. URB. E ENG. L (4789)**

1	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LOTEAMENTO	SRV	1,00	0,0000	84.750,00	84.750,00
					Total do Fornecedor:	84.750,00
					Total Geral:	84.750,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 28 de Agosto de 2015.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Ipumirim

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO - LOA 2016

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, torna público que fará realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA para a revisão do PPA 2014-2017, elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e para a Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2.016, consoante as disposições do inciso II do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.146/2.001, que dispõe sobre as Audiências Públicas e dá outras providências e em atendimento ao parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101/2.000.

A audiência será realizada no dia 10 de setembro de 2.015, no AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, situado na Rua Bento Gonçalves, centro, a partir das 14:00 horas, e estará aberta a todos que tenham interesse de participar.

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL 03/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 04/2015, Pregão Presencial nº 03/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; e Sra. Ana Maria Onevecht; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sra. Vilma Schiffler- representante da empresa Maxima Papelaria Eireli; Sr. Marlon Cristof - representante da empresa Danna Comercial Eireli ME; Sr. João Francisco Candaten - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME e Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; Maxima Papelaria Eireli; Danna Comercial Eireli ME; Papelaria São Bento Ltda ME e Luis Kaminski ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 04/2015, Pregão Presencial nº 03/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; e Sra. Ana Maria Onevecht; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sra. Vilma Schiffler- representante da empresa Maxima Papelaria Eireli; Sr. Marlon Cristof - representante da empresa Danna Comercial Eireli ME; Sr. João Francisco Candaten - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME e Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Lech & Cia Ltda; Maxima Papelaria Eireli; Danna Comercial Eireli ME; Papelaria São Bento Ltda ME e Luis Kaminski ME e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Danna Comercial Eireli - ME

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
18	40	Caixa	Luva de procedimento vinil, COM AMIDO DE MILHO, não estéril. Produto confeccionado a base de resina sintética de vinil, grau alimentício, descartável, ambidestras, hipoalergênicas. Isenta de soldas possibilita conforto, sensibilidade tátil e flexibilidade e permite proteção no contato com respingos de produtos químicos. Pulverizadas internamente com amido de milho. Caixa com 100 unidades	VOLK	15,40	616,00
26	80	Rolo	Plástico para alimentos de 5kg com 100 unidades	SABEN-SUL	3,80	304,00
VALOR TOTAL R\$						920,00

Lech & Cia Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
01	900	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	GIRANDO SOL	1,30	1.170,00
14	40	Pacote	Fralda descartável tam M com no mínimo 44 unidades	MILLI	23,00	920,00
15	40	Pacote	Fralda descartável tam G com no mínimo 39 unidades	MILLI	23,00	920,00
16	40	Pacote	Fralda descartável tam GG com no mínimo 32 unidades	MILLI	23,00	920,00
19	50	Pacote	Maço de fósforo com 10 unidades	PARANÁ	1,65	82,50
21	30	Unidade	Pá de lixo plástica	IN-BR	1,89	56,70
27	80	Rolo	Plástico para alimentos de 7kg com 100 unidades	SABEN-SUL	5,00	400,00
33	78	Unidade	Sabonete glicerinado 40gr	ANJINHO	1,88	146,64
VALOR TOTAL R\$						4.615,84

Luis Kaminski – ME

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
06	300	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 200 ml - Pacote com 100 unidades	PLASTI-SUL	3,30	990,00
10	50	Unidade	Escova oval de mão plástica	CONDOR	3,34	167,00
13	150	Unidade	Esponja de aço inox com 8 gramas	RELUX	1,59	238,50
24	900	Pacote	Papel toalha bronze, interfolhas, 100% de fibras celulósicas, tamanho 20x21cm, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.250 folhas	PRESTIGE	9,00	8.100,00
25	20	Lata	Pasta cristal rosa embalagem com 500gr	CRISTAL	3,65	73,00
39	300	Unidade	Saco - Pano de chão cru - 55cmx80cm	FLABOM	2,54	762,00
40	400	Frasco	Saponáceo líquido embalagem de 300g	SANYBRIL	2,65	1.060,00
VALOR TOTAL R\$						11.390,50

Maxima Papelaria Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
02	400	Litro	Álcool etílico hidratado 46,2% embalagem 1 litro	DA ILHA	3,80	1.520,00
04	50	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	AR-QPLAST	8,80	440,00
07	700	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem de 2 litros	SUPER-PLUS	3,50	2.450,00
08	1500	Frasco	Detergente líquido para louça: Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	ZAWASKI	1,20	1.800,00
12	160	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades	INOVE	1,34	214,40
20	500	Frasco	Multi Uso com 500 ml	SUPER-PLUS	2,15	1.075,00
22	300	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	MARTINS	2,02	606,00
23	150	Fardo	Papel higiênico - embalagem com 64 rolos de 60 metros	BOB	45,40	6.810,00
29	100	Unidade	Rodo de esponja dupla face com cabo	CANADÁ	8,30	830,00
30	10	Unidade	Rodo de espuma com cabo	CANADÁ	9,20	92,00
31	150	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro - pacote contendo 5 unidades 1Kg	UNIVERSAL	4,80	720,00
32	400	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonate de sódio. embalagem de 1Kg	GIRANDO SOL	4,35	1.740,00
34	40	Galão	Sabonete líquido, aspecto líquido físico, aroma erva-doce, acidez neutro-PH, aplicação toucador. Galão de 5 litros.	NATSUME	11,95	478,00
35	400	Pacote	Saco p/ lixo reforçado pacote com 10 unidades - capacidade 15lt	EMBRAST	1,45	580,00
36	400	Pacote	Saco p/ lixo reforçado pacote com 10 unidades- capacidade 30 lt	EMBRAST	1,50	600,00
37	500	Pacote	Saco p/ lixo pacote reforçado com 10 unidades- capacidade 50 lt	EMBRAST	1,60	800,00
38	900	Pacote	Saco p/ lixo preto, reforçado pacote com 05 unidades- capacidade 100 lt	EMBRAST	1,62	1.458,00
42	50	Pacote	Touca descartável de TNT cor branca resistente com 2 elásticos pacote com 100 unidades	VABENE	5,75	287,50
VALOR TOTAL R\$						22.500,90

Papelaria São Bento Ltda – EPP

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
03	150	Frasco	Amaciante de roupa com 02 litros	VERDE-SAN	3,96	594,00
05	20	Galão	Cera auto brilho incolor embalagem com 05 litros. Acabamento acrílico autobrilhante, composta por uma emulsão aquosa, branca leitosa, de baixa viscosidade, à base de polímeros acrílicos metalizados e cera de polietileno. A formula deverá conter: emulsão de copolímero acrílico metalizado, emulsão de cera de polietileno, glicóis etilênicos, ester fosfórico, emulsão de silicone, formoldeido, tensoativo fluorado, e outros aditivos. Rendimento mínimo 60 a 70 m² por litro nas 2 primeiras camadas e de 70 a 80m² por litro nas camadas seguintes.	BRAVO	99,80	1.996,00
09	25	Unidade	Escova para vaso sanitário, cabo plástico e cerdas sintéticas, com suporte.	COLOMBINA	7,55	188,75

11	600	Unidade	Esponja de louça dupla face	BETANIN	0,70	420,00
17	50	Pacote	Lenço umedecido infantil pct com 300 unidades	PAREN- TEX	6,42	321,00
28	30	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	COLOM- BINA	7,77	233,10
41	60	Unidade	Toalha de rosto 100% algodão 48X70cm	BEIRA RIO	6,45	387,00
43	70	Unidade	Vassoura: pigmento, matéria sintética e metal	COLOM- BINA	8,20	574,00
VALOR TOTAL R\$						4.713,85

Irineópolis, 28 de agosto de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

ATA RP PROC 21/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 21/2015, Pregão Presencial nº 12/2015, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sidnei Pacheco - representante da empresa Irmãos Pacheco Comércio e Serviços Ltda ME, Anderson Menelli - representante da empresa Comercial Menelli Ltda EPP, Jonas Todt - representante da empresa Todt Móveis Ltda EPP e Fabio Luiz Egert - representante da empresa Ergo-Mobile Indústria e Comércio de Móveis Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Irmãos Pacheco Comércio e Serviços Ltda ME, Todt Móveis Ltda EPP e Ergo-Mobile Indústria e Comércio de Móveis Ltda. seguem classificadas para a fase de lance e julgamento da proposta. A empresa Comercial Menelli Ltda EPP foi desclassificada por não cumprir com os requisitos do Item 5 alíneas "m" "n" e "p". Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. A Sessão encerrou-se as 11:30 hrs e ficou marcado retorno para as 13:00 hrs.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 21/2015, Pregão Presencial nº 12/2015, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sidnei Pacheco - representante da empresa Irmãos Pacheco Comércio e Serviços Ltda ME, Jonas Todt - representante da empresa Todt Móveis Ltda EPP e Fabio Luiz Egert - representante da empresa Ergo-Mobile Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Irmãos Pacheco Comércio e Serviços Ltda ME, Todt Móveis Ltda EPP e Ergo-Mobile Indústria e Comércio de Móveis Ltda, e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Ergo-Mobili Industria e Comércio de Móveis Ltda

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁ- RIO R\$	VALOR TO- TAL R\$
05	15	<p>ARMÁRIO 02 PORTAS</p> <p>Com 04 Prateleiras Internas. Dimensões: 800x475x1600mm. Cor a escolher. Características: Corpo confeccionado em chapa de MDF ou MDP contínuo, revestido com filme melamínico texturizado de baixa pressão nas duas faces, COR CINZA, com 25mm de espessura para o tampo e 18mm para o fundo vertical e demais partes. Portas cor a definir. Fita de bordo para o revestimento e acabamento das bordas planas do MDF/MDP, confeccionada em fita de PVC na cor e padrão do revestimento, com resistência a impactos e termicamente estável. Fixada ao substrato pelo processo de colagem com adesivo hotmelt. Com 2mm de espessura para o tampo e 1mm para as demais partes. Sistema de fixação por meio de tambor de giro confeccionado em ZAMAK com Ø15mm, parafuso de montagem rápida M6, do mesmo material, e tampas plásticas de acabamento confeccionadas em polietileno Ø18mm. Pinos plásticos para apoio e sustentação das prateleiras com Ø6mm confeccionados em polipropileno com encaixe resistente e respectivas furações nas laterais para regulagem de altura. Dobradiças confeccionadas em ZAMAK com abertura em ângulo de 270°, proteção para remoção involuntária e ajuste de altura (+2mm/-2mm). Sistema de chaveamento com aplicação frontal. Composto por cilindro com corpo de Ø17x23mm, com abas para fixação e acabamento cromado e chave com capa plástica escamoteável dupla face, com rotação de 180°. Trinco do tipo gangorra fixado à porta esquerda. Puxadores do tipo perfil, com secção transversal medindo 18x35mm, situados no topo superior no mesmo plano das frentes das portas de forma que não fiquem salientes. Sem arestas vivas, garantindo maior segurança ao usuário. Confeccionados em alumínio extrudado com acabamento acetinado, fixados por meio de encaixe com sistema isento de sulcos ou cola de forma que nenhum parafuso permaneça aparente após a montagem do conjunto mesmo se observado pela parte interna do móvel. Com tampas laterais planas de fechamento, confeccionadas em ZAMAK no mesmo padrão de acabamento, fixadas nos topos do perfil por meio de encaixe resistente. Base de sustentação confeccionada em tubo de aço AISI 1020 com secção quadrada de 20x20mm e 1,2mm de espessura. Sapatas niveladoras com base confeccionada em polipropileno injetado, medindo aproximadamente 30mm de diâmetro, fixada a estrutura por meio de barra roscada de 5/16" x 1", perfazendo uma altura de 15mm do piso após sua instalação. Acabamento das estruturas de aço em pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster. O móvel deste item deverá possuir certificado de conformidade com a norma ABNT NBR 13961:2010, devendo ser apresentado junto com a proposta, emitido por órgão certificador de produtos acreditado pelo INMETRO. Tolerâncias dimensionais serão aceitas variações de até 5% para mais e para menos. As espessuras de materiais especificados são as mínimas aceitáveis, podendo ser considerados também produtos que possuam estruturas mais encorpadas confeccionadas com materiais de espessuras maiores.</p>	CEQUIPEL	627,00	9.405,00

08	09	<p>CONJUNTO ESCOLAR PARA PROFESSOR, composto de (01 CADEIRA + 01 CARTEIRA), modelo FNDE CJP-01. Características: Mesa, Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 18 mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA, cantos arredondados. Revestimento na face inferior em chapa de balanceamento (contra-placa fenólica) de 0,6 mm. Aplicação de porcas garra com rosca métrica M6 e comprimento 10 mm. Painel frontal em MDP ou MDF, com espessura de 18 mm, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão – BP, acabamento frost, na cor CINZA. Topos do tampo e do painel frontal encabeados com fita de bordo em PVC (cloreto de polivinila) com primer, acabamento texturizado na cor CINZA, colada com adesivo "HotMelting". Dimensões nominais de 22 mm (largura) x 3 mm (espessura), com tolerância de + ou - 0,5 mm para espessura. Estrutura composta de: - montantes verticais confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29 mm x 58 mm, em chapa 16 (1,5 mm). - travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular de Ø = 31,75mm (1 1/4"), em chapa 16 (1,5mm). - pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular de Ø = 38mm (1 1/2"), em chapa 16 (1,5mm). - travessa longitudinal confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção semi-oblonga de 25 x 60 mm, em chapa 16 (1,5 mm). Fixação do tampo à estrutura através de porcas garra e parafusos com rosca métrica M6, Ø 6,0 mm, comprimento 47 mm (+ou- 2 mm), cabeça panela ou oval, fenda Phillips. Fixação do painel à estrutura através de parafusos auto atarraxantes 3/16" x 5/8", zincados. Aletas de fixação do painel confeccionadas em chapa de aço carbono em chapa 14 (1,9 mm), estampadas. Fixação das sapatas (frontal e posterior) aos pés através de rebites de "repuxo", Ø 4,8 mm, comprimento 12 mm. Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetadas na cor CINZA, fixadas à estrutura através de encaixe. Dimensões, design e acabamento conforme projeto. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor CINZA. Dimensões acabadas Mesa: Largura: 650 mm x Comprimento x 1200 mm x Espessura: 19,4 mm; Altura: 760 mm. Dimensões acabadas Painel Frontal: Comprimento: 1119 mm x Espessura: 18 mm: Altura: 250 mm. Com tolerância de até + 2 mm para largura e comprimento e +/- 0,6 mm para espessura. CADEIRA, Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetados, moldados anatomicamente, pigmentados na cor CINZA. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, Ø 20,7 mm, em chapa 14 (1,9 mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de "repuxo", Ø 4,8 mm, comprimento 12 mm. Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetadas na cor CINZA, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expensor. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrometros, na cor CINZA. Dimensões acabadas Cadeira: Assento – Largura: 400 x Comprimento 430 mm Encosto – Largura: 396 x Comprimento 200 mm Altura final chão até o assento: 460 mm com variação (+ou-10 mm).</p>	CEQUIPEL	296,00	2.664,00
10	40	<p>CAMA INFANTIL PORTÁTIL COM ESTRUTURA DE METAL. Confeccionada em tecido vazado 100% poliéster de alta resistência, revestido com PVC, com tratamentos anti-UV, anti-fungo e anti-cloro, selado a quente e costurado, lavável, empilhável, com capacidade até 80kg. Estrutura confeccionada com tubos/hastes de alumínio redondos, sendo 02 longitudinais e 02 transversais, encaixados lateralmente dentro da borda costurada do tecido e nas extremidades em pés de plástico. Pés moldados em polipropileno, fosco com 3mm de espessura e extremidades arredondadas. Cor a definir, laranja ou azul. Dimensões: 1340x575x150mm.</p>	FORMA	130,00	5.200,00

14	14	<p>CADEIRA FIXA COR MARRON</p> <p>1. Estrutura: Componentes metálicos ligados entre si pelo processo de solda M.I.G. 2. Assento e Encosto Confeccionados em madeira compensada multilaminada de 12mm, moldados anatomicamente, encosto c/ curvatura lombar . Assento com borda frontal arredondada. Assento e encosto estofados em espuma de poliuretano injetada com densidade controlada a 45 kg/cm3 e espessura de 40mm no mínimo. Revestimento em resina vinílica plastificada com malha composta de 67% poliéster e 33% algodão com gramatura de 480 g/m2, cor marron. Acabamento nas bordas com perfil de PVC do tipo Francis na espessura de 15mm. Ligação do assento e encosto através de estrutura metálica tubular oblonga de 16x40mm e parede 1,90mm recoberta por sanfona em poliestireno. 3. Bases Estrutura 04 pés, cor preto, tubo industrial 7/8" com parede de 1,20mm, assim como as duas travessas sob o assento. 4. Pintura da Estrutura: Tratamento por banhos desengraxantes, antioxidantes, passivadores e fosfatizantes; pintura pelo sistema eletrostático em tinta epóxi – pó na cor preta com polimerização em estufa na temperatura de no mínimo 180°C. 5. Regulagens e Articulações Encosto com movimento flexível (pingente), para melhor adaptação aos movimentos do usuário. Cadeira deverá possuir certificado de conformidade com a norma ABNT NBR 13962, devendo ser apresentado junto com a proposta. Dimensões: Encosto: 410mm (L) x 310mm (A) Assento: 450mm (L) x 440mm (P) Altura chão – topo do encosto: 800mm ,Altura chão – assento: 400mm.</p>	CEQUIPEL	189,90	2.658,60
15	04	<p>CADEIRA GIRATÓRIA PARA DIGITADOR, COR PRETA</p> <p>Características: 1. Componentes metálicos ligados entre si pelo processo de solda M.I.G. 2. Assento e Encosto. Confeccionados em madeira compensada multilaminada de 15mm, moldados anatomicamente. Estofada com espuma de poliuretano injetado com densidade controlada a 45 kg/cm3 e espessura de 45mm. Suporte do encosto em tubos oblongos de 16x40mm e 25x50mm encaixados por bucha de polipropileno. Estofado fixado à estrutura através de 4 parafusos sextavados e porcas-garras cravadas na madeira. 3. Braços: Braços reguláveis em formato "T" com, no mínimo 6 (seis) posições acionada por botão, com base em aço e carenagem em polipropileno injetado. Apóia-braços em poliuretano injetado, com a parte frontal curvada para melhor acomodação do braço do usuário. Os braços deverão ser fixados ao assento através de parafusos sextavados e porcas garras cravadas na madeira. 4. Bases Giratórias: Base giratória de cinco patas de aço com raio de 330mm e capa protetora em polipropileno injetado. Sistema de regulagem de altura pneumático com pistão a gás de curso não inferior à 120mm. Rodízios duplos de 50mm de diâmetro com banda de rodagem em PU, indicado para piso duro. Haste telescópica de 3 estágios em polipropileno. 5. Pintura da Estrutura: Tratamento por banhos desengraxantes, antioxidantes, passivadores e fosfatizantes; pintura pelo sistema eletrostático em tinta epóxi – pó na cor preta com polimerização em estufa na temperatura de no mínimo 180°C. 6. Regulagens e Articulações: Encosto com movimento flexível (pingente), para melhor adaptação aos movimentos do usuário, dotado ainda de regulagem de altura do encosto através de manípulo. Regulagem de inclinação do encosto e assento (back-system) de forma sincronizada 2:1, através de alavanca independente localizada sob o assento, permitindo o ajuste e travamento em qualquer posição pelo sistema de fricção. 7. Revestimento: Revestimento do assento e encosto em tecido 100% poliéster na cor azul com acabamento das bordas em perfil de PVC tipo macho-fêmea. Contra encosto injetado na cor preta, fundo do assento com acabamento em TNT na cor preta. A Cadeira deverá atender a Norma ABNT NBR 13962, devendo ser apresentado junto com a proposta o certificado de conformidade emitido por laboratório reconhecido pelo INMETRO. 8. Dimensões: Encosto: 420mm (L) x 360mm (A) Assento: 460mm (L) x 450mm (P) Profundidade, Total: 610mm, Largura Total: 630mm, Altura Assento/Piso: 400mm a 520mm, Largura braço (apoio): 70mm.</p>	CEQUIPEL	337,00	1.348,00
17	04	<p>LONGARINA PARA RECEPÇÃO</p> <p>Com 3 lugares, estrutura em tubo de aço redondo industrial no mínimo de 7/8, com ponteiras em polipropileno injetado, pintado em epoxi, com soldagem em todas as junções pelo processo mig, metal tratado contra ferrugem, assento e encosto anatômico, no mínimo com 15mm de espessura, recoberta com espuma injetada de no mínimo 35mm, recoberto com tecido (polipropileno/poliester), na cor a escolher, e acabamento em perfil de pvc da mesma cor, assento de no mínimo de 410 x 400mm, e encosto de no mínimo 330 x 300mm, fixados à estrutura com parafusos porta garras.</p>	CEQUIPEL	459,00	1.836,00

18	01	<p>JOGO DE SOFÁ EM MATERIAL LAVÁVEL COM DOIS E TRÊS LUGARES. Laminado de PVC com reforço em manta (Korino) CV 20, na cor a escolher. Estrutura: Corpo e braços confeccionado em madeira maciça folhosa tratada e chapas de compensado multilaminado de 20mm de espessura, com laterais dos braços e fundo do encosto revestidos por chapa bismark de 1,5mm, todos revestidos por espuma de poliuretano expandido de 10mm e por tecido. A estrutura do assento e encosto com percintas elástica. Estofamento: Assento estofado com espuma de poliuretano de 40mm de espessura com densidade de 26 Kg/m3 e Encosto estofado com espuma de poliuretano de 40mm de espessura com densidade de 26 Kg/m3. Pés: Quatro sapatas em polipropileno deslizantes. Revestimento. Resina vinílica plastificada com malha mista, composta de 67% poliéster e 33% algodão, com 0,80mm de espessura e gramatura de 380 g/m2. Dimensões (03 lugares): Altura total: 820mm; Largura total: 1920mm; Profundidade total: 790mm; Altura assento ao piso: 430mm; Largura Braço: 160mm; Altura do encosto: 420mm; Largura do encosto: 1600mm; Profundidade do assento: 510mm; Largura do assento: 1600mm. Dimensões (02 Lugares): Altura total: 820mm; Largura total: 1380mm; Profundidade total: 790mm; Altura assento ao piso: 430mm; Largura Braço: 160mm; Altura do encosto: 420mm; Largura do encosto: 1060mm; Profundidade do assento: 510mm; Largura do assento: 1060mm.</p>	CEQUIPEL	1.680,00	1.680,00
31	02	<p>CONJUNTO DE REFEITÓRIO ESCOLAR EMPILHÁVEL, COMPOSTO DE 01 MESA E 02 BANCOS – (08 lugares). Características: Tampo da Mesa, confeccionado em MDF ou MDP com 25 mm de espessura, revestido na face superior com laminado fenólico de alta pressão (Fórmica) B + com maior resistência superficial a perda do brilho e riscos após atrito (exemplo resistencia a limpeza com esponja de aço), com espessura de 0,6mm na cor ovo brilhante, com os bordos longitudinais em post-fórmig 180º, e bordos transversais em filete plástico na cor e tonalidade do laminado com espessura mínima de 2mm. Bancos: Assentos confeccionados em MDF ou MDP com 25 mm de espessura, revestido na face superior com laminado fenólico de alta pressão (Fórmica) com espessura de 0,6mm na cor ovo brilhante, com os bordos longitudinais em post-fórmig 180º, e bordos transversais em filete plástico na cor e tonalidade do laminado com espessura mínima de 2mm. Estrutura monobloco para banco e mesa: Confeccionadas totalmente em tubo de aço 30x40 nas longarinas do banco, mesa e pés. Travessa de reforço sob o tampo da mesa. Solda e acabamento das estruturas metálicas da mesa e bancos com o corpo totalmente monobloco em aço 1010/1020, soldada entre si com solda MIG, as estruturas devem receber tratamento anti-ferruginoso, banhos desengranchantes, e pintura com tinta epóxi-pó texturizada cor a definir, ponteiros 100% injetadas. Dimensões Mínimas: Mesa 2000x700x580mm Banco 1900x300x320. As mesas e bancos deverão permitir o empilhamento um sobre o outro respectivamente. Apresentar junto com a proposta relatórios/laudos de ensaio emitido(s) por laboratório(s) credenciado(s) pelo INMETRO, em relação às partes metálicas atestando à resistência a corrosão e exposição à umidade saturada por no mínimo 300 horas conforme Norma da ABNT/NBR 8095:1983, relatório/laudo de ensaio de resistência a corrosão/exposição à névoa salina, conforme ABNT/NBR 8094/83, por no mínimo 300 horas. Ainda, apresentar relatório/laudo de ensaio, comprovando o atendimento a norma ABNT/NBR 11003/2009, relativo à aderência das tintas nos móveis e relatório/laudo de ensaio, comprovando o atendimento a norma ABNT/NBR 10443/2008, relativo a espessura de películas secas de tintas, vernizes e produtos similares aplicadas sobre superfícies metálicas e não-metálicas. Os relatórios/laudos deverão estar em nome do fabricante da marca cotada/ofertada.</p>	CEQUIPEL	1.080,00	2.160,00

32	03	<p>CONJUNTO DE REFEITÓRIO ESCOLAR EMPILHÁVEL, COMPOSTO DE 01 MESA E 02 BANCOS – (08 lugares). Características: Tampo da Mesa, confeccionado em MDF ou MDP com 25 mm de espessura, revestido na face superior com laminado fenólico de alta pressão (Fórmica) B + com maior resistência superficial a perda do brilho e riscos após atrito (exemplo resistência a limpeza com esponja de aço), com espessura de 0,6mm na cor ovo brilhante, com os bordos longitudinais em post-fórmig 180º, e bordos transversais em filete plástico na cor e tonalidade do laminado com espessura mínima de 2mm. Bancos: Assentos confeccionados em MDF ou MDP com 25 mm de espessura, revestido na face superior com laminado fenólico de alta pressão (Fórmica) com espessura de 0,6mm na cor ovo brilhante, com os bordos longitudinais em post-fórmig 180º, e bordos transversais em filete plástico na cor e tonalidade do laminado com espessura mínima de 2mm. Estrutura monobloco para banco e mesa: Confeccionadas totalmente em tubo de aço 30x40 nas longarinas do banco, mesa e pés. Travessa de reforço sob o tampo da mesa. Solda e acabamento das estruturas metálicas da mesa e bancos com o corpo totalmente monobloco em aço 1010/1020, soldada entre si com solda MIG, as estruturas devem receber tratamento anti-ferruginoso, banhos desengranchantes, e pintura com tinta epóxi-pó texturizada cor a definir, ponteiros 100% injetadas. Dimensões Mínimas: Mesa 2000x700x660mm Banco 1900x300x380. As mesas e bancos deverão permitir o empilhamento um sobre o outro respectivamente. Apresentar junto com a proposta relatórios/laudos de ensaio emitido(s) por laboratório(s) credenciado(s) pelo INMETRO, em relação às partes metálicas atestando à resistência a corrosão e exposição à umidade saturada por no mínimo 300 horas conforme Norma da ABNT/NBR 8095:1983, relatório/laudo de ensaio de resistência a corrosão/exposição à névoa salina, conforme ABNT/NBR 8094/83, por no mínimo 300 horas. Ainda, apresentar relatório/laudo de ensaio, comprovando o atendimento a norma ABNT/NBR 11003/2009, relativo à aderência das tintas nos móveis e relatório/laudo de ensaio, comprovando o atendimento a norma ABNT/NBR 10443/2008, relativo a espessura de películas secas de tintas, vernizes e produtos similares aplicadas sobre superfícies metálicas e não-metálicas. Os relatórios/laudos deverão estar em nome do fabricante da marca cotada/ofertada.</p>	CEQUIPEL	1.180,00	3.540,00
VALOR TOTAL R\$		30.491,60			

Irmãos Pacheco Comércio e Serviços Ltda – ME

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	12	<p>ARMARIO 09 NICHOS COM 09 CAIXAS</p> <p>Armário com nove nichos e com 09 caixas organizadoras, confeccionado em MDF 15 mm cor a escolher, acabamento das bordas em perfil PVC 2 mm colado com hot-melt. Base metálica em tubo 20 X 20 chapa 18 (1.2 mm) com rodas de silicone para locomoção. Medidas mínimas: 950 X 950 X 450 mm.</p>	BELNIAKI	675,00	8.100,00

06	04	<p>ARMÁRIO 03 PORTAS</p> <p>Com 04 Prateleiras Internas. Dimensões: 1200x475x1600mm. Cor a escolher. Características: Corpo confeccionado em chapa de MDP contínuo, revestido com filme melamínico texturizado de baixa pressão nas duas faces, com 25mm de espessura para o tampo e 18mm para o fundo vertical e demais partes. Fita de bordo para o revestimento e acabamento das bordas planas do MDP, confeccionada em fita de PVC na cor e padrão do revestimento, com resistência a impactos e termicamente estável. Fixada ao substrato pelo processo de colagem com adesivo hotmelt. Com 2mm de espessura para o tampo e 1mm para as demais partes.</p> <p>Sistema de fixação por meio de tambor de giro confeccionado em ZAMAK com Ø15mm, parafuso de montagem rápida M6, do mesmo material, e tampas plásticas de acabamento confeccionadas em polietileno Ø18mm. Pinos plásticos para apoio e sustentação das prateleiras com Ø6mm confeccionados em polipropileno com encaixe resistente e respectivas furações nas laterais para regulagem de altura. Dobradiças confeccionadas em ZAMAK com abertura em ângulo de 270°, proteção para remoção involuntária e ajuste de altura (+2mm/-2mm). Sistema de chaveamento do tipo Cremona, com fechadura posicionada no puxador e duas hastes verticais de travamento. Puxadores do tipo perfil, com secção transversal medindo 18x35mm, situados no topo superior no mesmo plano das frentes das portas de forma que não fiquem salientes.</p> <p>Sem arestas vivas, garantindo maior segurança ao usuário. Confeccionados em alumínio extrudado com acabamento acetinado, fixados por meio de encaixe com sistema isento de sulcos ou cola de forma que nenhum parafuso permaneça aparente após a montagem do conjunto mesmo se observado pela parte interna do móvel. Com tampas laterais planas de fechamento, confeccionadas em ZAMAK no mesmo padrão de acabamento, fixadas nos topos do perfil por meio de encaixe resistente. Base de sustentação confeccionada em tubo de aço AISI 1020 com secção quadrada de 20x20mm e 1,2mm de espessura. Sapatas niveladoras com base confeccionada em polipropileno injetado, medindo aproximadamente 30mm de diâmetro, fixada a estrutura por meio de barra roscada de 5/16" x 1", perfazendo uma altura de 15mm do piso após sua instalação. Tratamento superficial: Deve conferir aos componentes uma resistência mínima à corrosão de 240 horas em ensaios de Salt spray (Névoa Salina) e espessura mínima final da pintura é de 30 micrômetros. Acabamento das estruturas de aço em pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster. O móvel deste item deverá possuir certificado de conformidade com a norma ABNT NBR 13961:2010, devendo ser apresentado junto com a proposta, emitido por órgão certificador de produtos acreditado pelo INMETRO. Tolerâncias dimensionais serão aceitas variações de até 5% para mais e para menos. As espessuras de materiais especificados são as mínimas aceitáveis, podendo ser considerados também produtos que possuam estruturas mais encorpadas confeccionadas com materiais de espessuras maiores.</p>	BELNIAKI	979,00	3.916,00
----	----	--	----------	--------	----------

07	04	<p>BALCÃO 02 PORTAS, 01 PRATELEIRA INTERNA E 05 GAVETAS.</p> <p>Dimensões: 1300 x 475 x 740mm mm. Cor a escolher. Características: Corpo confeccionado em chapa de MDP contínuo, revestido com filme melamínico texturizado de baixa pressão nas duas faces, com 25mm de espessura para o tampo e 18mm para o fundo vertical e demais partes. Fita de bordo para o revestimento e acabamento das bordas planas do MDP, confeccionada em fita de PVC na cor e padrão do revestimento, com resistência a impactos e termicamente estável. Fixada ao substrato pelo processo de colagem com adesivo hotmelt. Com 2mm de espessura para o tampo e 1mm para as demais partes. Sistema de fixação por meio de tambor de giro confeccionado em ZAMAK com Ø15mm, parafuso de montagem rápida M6, do mesmo material, e tampas plásticas de acabamento confeccionadas em polietileno Ø18mm. Pinos plásticos para apoio e sustentação das prateleiras com Ø6mm confeccionados em polipropileno com encaixe resistente e respectivas furações nas laterais para regulagem de altura. Corrediças fabricadas em chapa de aço estampada com pintura epóxi na cor preta, com 400 mm de comprimento e roldanas de nylon. Fixadas no corpo por meio de parafusos auto atarraxantes. Fundo das gavetas confeccionado em chapa dura com 3mm de espessura. Dobradiças confeccionadas em ZAMAK com abertura em ângulo de 270°, proteção para remoção involuntária e ajuste de altura (+2mm/-2mm). Sistema de chaveamento com aplicação frontal/lateral. Composto por cilindro com corpo de Ø17x23mm, com abas para fixação e acabamento cromado e chave com capa plástica escamoteável dupla face, com rotação de 180°. Puxadores do tipo perfil, com seção transversal medindo 18x35mm, situados no topo superior no mesmo plano das frentes das gavetas/portas de forma que não fiquem salientes. Sem arestas vivas, garantindo maior segurança ao usuário. Confeccionados em alumínio extrudado com acabamento acetinado, fixados por meio de encaixe com sistema isento de sulcos ou cola de forma que nenhum parafuso permaneça aparente após a montagem do conjunto mesmo se observado pela parte interna do móvel. Com tampas laterais planas de fechamento, confeccionadas em ZAMAK no mesmo padrão de acabamento, fixadas nos topos do perfil por meio de encaixe resistente. Base de sustentação confeccionada em tubo de aço AISI 1020 com seção quadrada de 20x20mm e 1,2mm de espessura. Sapatas niveladoras com base confeccionada em polipropileno injetado, medindo aproximadamente 30mm de diâmetro, fixada a estrutura por meio de barra roscada de 5/16" x 1", perfazendo uma altura de 15mm do piso após sua instalação. Acabamento das estruturas de aço em pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster. O móvel deste item deverá possuir certificado de conformidade com a norma ABNT NBR 13961:2010, devendo ser apresentado junto com a proposta, emitido por órgão certificador de produtos acreditado pelo INMETRO. Tolerâncias dimensionais serão aceitas variações de até 5% para mais e para menos. As espessuras de materiais especificados são as mínimas aceitáveis, podendo ser considerados também produtos que possuam estruturas mais encorpadas confeccionadas com materiais de espessuras maiores.</p>	BELNIAKI	734,00	2.936,00
VALOR TOTAL R\$ 14.952,00					

Totdt Móveis Ltda – EPP

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	18	<p>ARMARIO 12 NICHOS COM 12 CAIXAS</p> <p>Armário com doze nichos e com 12 caixas organizadoras, confeccionado em MDF 15 mm cor a escolher, acabamento das bordas em perfil PVC 2 mm colado com hot-melt. Base metálica em tubo 20 X 20 chapa 18 (1.2 mm) com rodas de silicone para locomoção. Medidas mínimas: 950 X 113 X 450 mm.</p>	PROVALLE	775,00	13.950,00
03	16	<p>ARMARIO BAIXO QUATRO NICHOS</p> <p>Armário baixo com quatro nichos confeccionado em MDF 15 mm cor a escolher, acabamento das bordas em perfil PVC 2 colado com hot-melt. Base metálica em tubo 20 X 20 chapa 18 (1.2 mm) com 04 reguladores de nível acoplados com rebite metálico rosca M6. Medidas mínimas: 740 X 1350 X 450 cm.</p>	PROVALLE	370,00	5.920,00
04	01	<p>ARMÁRIO COM 32 NICHOS: Com portas e chave em cada porta, confeccionado em MDF 25 mm cor branca, medindo cada nicho 48 cm de largura x 56 cm de altura e 45 cm de profundidade. Com 8 nichos na largura e quatro nichos na altura. Corpo do armário em MDF de 25mm revestido nos 02 lados, na cor branca, com fitas de bordas em PS alto impacto, com no mínimo 18 pés de alumínio de 50 x50, com 10 cm de altura. Fundo do armário em MDF de 12 mm, com chave nas portas.</p>	PROVALLE	1.520,00	1.520,00

11		QUADRO BRANCO. Medidas mínimas 900 x 1200 Mm. Tipo lousa magnética vertical ou horizontal com moldura flip (abertura frontal) em alumínio anodizado natural fosco, frisado, vista de 20 x 19 mm profundidade própria para facilitar trocas do conteúdo interno, fundo do quadro confeccionado em Eucatex 10mm. Dimensões: altura 90 cm, largura 1,20 mt. PROVALLE 372,40 3.351,60			
12	04	QUADRO MURAL DE FELTRO Quadros com moldura em alumínio anodizado natural fosco, frisado, vista de 20x19mm profundidade, fundo do quadro confeccionado em Eucatex 10mm e acabamento em feltro verde. Dimensões mínimas Altura 1,20 mt, largura 90 cm.	PROVALLE	240,00	960,00
13	03	ARQUIVO DE AÇO Arquivo de aço com 4 gavetas, para pasta suspensa, confeccionado em chapa 24 (0.60mm de espessura), capacidade de 50 Kg por gaveta, com sistema de deslizamento de trilhos telescópicos, trilhos confeccionados em chapa 20 (0.90mm de espessura), com pintura em epóxi-pó na cor cinza, com secagem em estufa à 200° C, com fechadura e chaves em duplicata, com puxadores alça cromado e porta-etiquetas estampado nas gavetas, com sistema de travamento simultâneo de todas as gavetas, medindo: 1340m(a) X 470m (L) X 710mm(P)	PROVALLE	730,00	2.190,00
19	01	ESTERILIZADOR PARA 6 MAMADEIRAS PARA MICROONDAS Esterilizador que elimine todas as bactérias com capacidade para 6 mamadeiras, dimensões mínimas: altura 18 cm, largura 20 cm	LILLO	150,00	150,00
20	01	MESA PARA 12 LUGARES Medindo mínimo 3,00m de comprimento x 1,00 metro de largura , em revestimento melaminico, tampo em MDF 25mm cor branca, e acabamento em fita de PVC, estrutura em aço com pés em tubo 40x40 parede 1,50mm com tratamento anti ferrugem e pintura epóxi e altura de 80cm.	PROVALLE	1.170,00	1.170,00
33	01	Fogão a Gás 05 bocas, sendo uma boca tamanho grande e 04 bocas tamanho normal, cor branca, mesa inox	ATLAS	822,00	822,00
34	01	Refrigerador Duplex cor branca com no mínimo 382 litros frost free	ELETRO-LUX	2.700,00	2.700,00
36	01	Mesa angular em MDP e MDF com medidas mínimas de 1500mm x 1700mm na cor nogal com preto	PROVALLE	480,00	480,00
VALOR TOTAL: R\$		36.123,60			

Irineópolis, 28 de agosto de 2015.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 38/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 38/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 38/2015, Pregão Presencial nº 23/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; e Silvana Rodrigues da Silva Bardeciki; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda; Sr. Jonas Valdir Zucco - representante da empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP e Sr. João Francisco Candaten - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda EPP. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Luis Kaminski ME; Fenix Informática e Telefonia Ltda; Comercial Palmeiras Ltda EPP e Papelaria São Bento Ltda EPP; seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 38/2015, Pregão Presencial nº 23/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; e Silvana Rodrigues da Silva

Bardeciki; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda; Sr. Jonas Valdir Zucco - representante da empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP e Sr. João Francisco Candaten - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda EPP. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Luis Kaminski ME; Fenix Informática e Telefonia Ltda; Comercial Palmeiras Ltda EPP e Papelaria São Bento Ltda EPP e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Comercial Palmeiras Ltda EPP E

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Máximo Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
01	19	Caixa	Alfinete colorido com cabeça, caixa com no mínimo 50 unidades	JOCAR	4,62	87,78
02	08	Unidade	Almofada para carimbo nº 03 preta	HÉLIOS	6,09	48,72
05	184	Unidade	Apontador para lápis com reservatório	KIT	1,82	334,88
07	35	Unidade	Bloco autoadesivo 76mm x 102 mm cor amarelo com 100 folhas	INFORMS	5,13	179,55
08	08	Unidade	Bobina térmica para fax	MAXPRINT	8,20	65,60
13	54	Unidade	Caixa para arquivo morto de papelão	FRAMA	2,40	129,60
14	52	Unidade	Caixa para arquivo morto de plástico	POLYCART	5,47	284,44
16	160	Un	Caneta esferográfica preta ponta média esfera de tungstênio	JOCAR	0,88	140,80
17	160	Un	Caneta esferográfica vermelha ponta média esfera de tungstênio	JOCAR	0,88	140,80
19	104	Unidade	Caneta para E.V.A. nas cores preto, vermelho e azul	JOCAR	3,70	384,80
30	64	Frasco	Cola branca líquida lavável frasco com 90 gramas	FRAMA	1,44	92,16
31	88	Tubos	Cola para E.V.A com 25 gramas	ACRILEX	4,34	381,92
33	140	Unidade	Envelope cor branca tamanho 34 cm x 24 cm	SCRYT	0,34	47,60
34	140	Unidade	Envelope cor branca tamanho 25 cm x 18,5 cm	SCRYT	0,35	49,00
35	140	Unidade	Envelope cor branca tipo ofício	SCRYT	0,15	21,00
37	15	Unidade	Extrator de grampo galvanizado tipo espátula	CARBINK	1,70	25,50
44	117	Caixa	Giz de Cera grande atóxico - caixa com 12 cores	KOALA	3,54	414,18
47	05	Caixas	Grampo Trilho de metal com 50 jogos	JOCAR	14,19	70,95
53	470	Pote	Massinha de Modelar base amido – pote de 150 gramas cada, não tóxica. Composição: água, carboidrato de cereais, glúten, cloreto de sódio, propil parabeno, aroma, aditivos e pigmentos, cores: azul, amarelo, rosa, branco, verde e vermelho.	ACRILEX	4,99	2.345,30
55	01	Caixa	Papel carbono com 100 unidades	CIS	50,25	50,25
57	15	Rolos	Papel Contact transparente auto adesivo 25 metros x 450mm	INFORMS	69,00	1.035,00
64	60	Unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com canaleta tamanho A4	ACP	3,25	195,00
66	05	Unidade	Pasta catálogo com 100 envelopes plástico	ACP	25,19	125,95
70	48	Unidade	Pasta plástica 40mm cores variadas	ACP	4,38	210,24
73	23	Caixas	Percevejos	JOCAR	3,20	73,60
78	26	Un	Pincel nº 8	CASTELO	4,05	105,30
80	60	Unidade	Pincel para quadro branco	CIS	4,37	262,20
83	08	Unidade	Prancheta de madeira tamanho A4	SOUZA	4,07	32,56
85	20	Unidade	Tesoura Grande em aço inox resistente	VMP	13,04	260,80
86	60	Unidade	Tesoura pequena escolar em aço inox sem ponta resistente	JOCAR	2,50	150,00
VALOR TOTAL R\$						7.745,48

Fenix Informática e Telefonia Ltda ME

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Máximo Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
24	05	Estojo	CD R com 100 unidades	MULTILASER	116,00	580,00
32	05	Estojo	DVD R com 100 unidades	MULTILASER	135,00	675,00
39	119	Unidade	Fita Adesiva transparente 48mm com no mínimo 45 metros	BRASFORT	3,70	440,30
60	265	Resma	Papel Sulfite A4 branco 210 x 297mm - Resma com 500 folhas	COPIMAX	16,74	4.436,10
61	48	Resma	Papel Sulfite A4 colorido 210 x 297 mm - Resma com 500 folhas	REPORT	23,80	1.142,40
74	02	Un	Pen Drive 8 GB	SANDISK	34,45	68,90
VALOR TOTAL R\$						7.342,70

Luis Kaminski ME

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Máximo Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
03	05	Unidade	Apagador com reservatório para giz	SOUZA	6,08	30,40
04	09	Unidade	Apagador para quadro branco	SOUZA	7,44	66,96

18	66	Unidade	Caneta marca texto amarela	JOCAR	1,69	111,54
20	550	Unidade	Cartolina colorida tamanho mínimo 65 x 50 cm	VMP	0,62	341,00
21	470	Unidade	Cartolina branca tamanho mínimo 65 x 50 cm	VMP	0,62	291,40
22	380	Unidade	Cartoplex branco tamanho mínimo 66 x 50 cm	OFFPAPER	0,87	330,60
23	560	Unidade	Cartoplex colorido tamanho mínimo 66 x 50 cm	OFFPAPER	0,85	476,00
36	800	Unidade	E.V.A. diversas cores tamanho mínimo 45 x 60cm	OFFPAPER	2,20	1.760,00
46	07	Caixas	Grampo galvanizado para grampeador 26/6 com 5000 unidades – prata	BRW	5,34	37,38
81	28	Unidade	Pistola cola quente pequena com tomada grande reforçada e cabo/fio com no mínimo 0,80 cm	JOCAR	21,30	596,40
97	04	Rolo	TNT com 50 metros na cor branco	SUL BRASIL	88,54	354,16
98	03	Rolo	TNT com 50 metros na cor vermelho	SUL BRASIL	88,54	265,62
99	04	Rolo	TNT com 50 metros na cor verde	SUL BRASIL	88,54	354,16
100	03	Rolo	TNT com 50 metros na cor amarelo	SUL BRASIL	88,54	265,62
101	04	Rolo	TNT com 50 metros na cor azul	SUL BRASIL	88,54	354,16
102	03	Rolo	TNT com 50 metros na cor marrom	SUL BRASIL	88,54	265,62
103	03	Rolo	TNT com 50 metros na cor preto	SUL BRASIL	88,54	265,62
104	03	Rolo	TNT com 50 metros na cor laranja	SUL BRASIL	88,54	265,62
105	04	Rolo	TNT com 50 metros na cor rosa	SUL BRASIL	88,54	354,16
106	04	Rolo	TNT com 50 metros na cor lilás	SUL BRASIL	88,54	354,16
107	04	Rolo	TNT com 50 metros na cor verde claro	SUL BRASIL	88,54	354,16
VALOR TOTAL R\$						7.494,74

Papellaria São Bento Ltda EPP

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Máximo Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
06	570	Unidade	Bastão de cola quente fina (7,2mm x 30 cm) - Unidade	RENDICOLA	0,68	387,60
09	240	Unidade	Borracha branca pequena nº 60	MAKE	0,40	96,00
10	95	Unidade	Caderno brochurão 96 folhas capa fina	PANAMERI-CANA	3,67	348,65
11	210	Unidade	Caderno de linguagem com 48 folhas capa fina	PANAMERI-CANA	1,32	277,20
12	100	Unidade	Caderno de linguagem com 60 folhas capa fina	PANAMERI-CANA	2,08	208,00
25	04	Caixa	Clips para papel nº 0 – caixa com 500 gramas	NEW	9,01	36,04
26	04	Caixa	Clips para papel nº 3 – caixa com 500 gramas	NEW	9,01	36,04
27	04	Caixa	Clips para papel nº 6 com 500 gramas	NEW	9,01	36,04
28	05	Caixa	Clips para papel nº 8 com 500 gramas	NEW	9,01	45,05
29	70	Frasco	Cola branca líquida lavável embalagem com 1 litro	PIRATININGA	10,95	766,50
38	115	Unidade	Fita Adesiva transparente 12mm com no mínimo 40 metros	POLO	1,44	165,60
40	111	Unidade	Fita crepe branca 19mm x 50m	SICAD	4,20	466,20
41	82	Rolo	Fita dupla face estreita 12mm x 30 m	SICAD	3,46	283,72
42	25	Caixas	Giz Branco antialérgico caixa com no mínimo 55 unidades	PIRATININGA	2,89	72,25
43	25	Caixas	Giz Colorido antialérgico caixa com no mínimo 55 unidades	PIRATININGA	2,89	72,25
45	20	Unidade	Grampeador médio reforçado para grampo 26/6 – para 50 folhas no mínimo	ADECK	56,35	1.127,00
48	10	Caixas	Grampo Trilho de plástico com 50 jogos	POLICART	12,90	129,00
49	02	Unidade	Livro Ponto com 100 folhas	S. DOMINGOS	15,17	30,34
50	30	Unidade	Lápis borracha	EBRAS	2,20	66,00
51	330	Un	Lápis Preto Nº 2 de madeira de boa qualidade	MULTICOLOR	0,54	178,20
52	126	Caixa	Lápis de Cor com 12 unidades tamanho grande	LABRA	9,00	1.134,00
54	15	Unidade	Molha dedo com 12 g	RADEX	4,42	66,30
56	05	Rolo	Papel Contact colorido auto adesivo 25 metros x 450mm	POLIFIX	67,38	336,90
58	156	Un	Papel crepom cores amarelo, verde bandeira e vermelho	VMP	0,88	137,28
59	02	Caixas	Papel fotográfico A4 180 gr com 50 folhas	OFF PAPER	58,80	117,60
62	30	Folha	Papel Seda em diversas cores exceto preto, branco e marrom - 48 x 60cm	VMP	0,22	6,60
63	05	Pacote	Papel Vergê pacote com 50 folhas colorido – cor salmão	FILIPAPER	13,95	69,75
65	140	Unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com grampo trilho tamanho A4	POLIBRAS	2,32	324,80
67	05	Unidade	Pasta catálogo com 50 envelopes plástico	DAC	18,85	94,25
68	105	Un	Pasta com grampo trilho em papelão colorido tamanho A4	POLICART	1,83	192,15
69	145	Unidade	Pasta plástica transparente com elástico para documentos A4	POLIBRAS	2,39	346,55
71	02	Unidade	Pasta sanfonada A4 plástica com 12 divisórias	DAC	22,05	44,10
72	20	Unidade	Pasta Suspensa em papelão resistente para arquivo com grampo	DELLO	2,19	43,80
75	08	Unidade	Perfurador médio reforçado – para 50 folhas no mínimo	ADECK	67,74	541,92
76	185	Unidade	Pincel Atômico cores diversas	MAKE	2,84	525,40

77	26	Un	Pincel nº 6	JOCAR	1,99	51,74
79	26	Un	Pincel nº 10	JOCAR	5,55	144,30
82	700	Unidade	Plástico transparente reforçado com 04 furos para pastas de arquivo tamanho A4	DAC	0,27	189,00
84	105	Unidade	Régua Plástica com 30 cm	WALLEU	0,55	57,75
87	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor azul	PIRATININGA	4,56	104,88
88	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor amarelo	PIRATININGA	4,56	104,88
89	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor verde	PIRATININGA	4,56	104,88
90	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor preto	PIRATININGA	4,56	104,88
91	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor branco	PIRATININGA	4,56	104,88
92	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor marrom	PIRATININGA	4,56	104,88
93	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor rosa	PIRATININGA	4,56	104,88
94	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor laranja	PIRATININGA	4,56	104,88
95	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor creme	PIRATININGA	4,56	104,88
96	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor vermelha	PIRATININGA	4,56	104,88
108	08	Frasco	Tinta preta para carimbo automático 30 ml	RADEX	7,43	59,44
VALOR TOTAL R\$						10.615,31

Irineópolis, 20 de agosto de 2015.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 38/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 38/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Comercial Palmeiras Ltda EPP; Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Luis Kaminski ME e Papelaria São Bento Ltda EPP.

Irineópolis, 20 de agosto de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 42/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 42/2015

INEXIGIBILIDADE Nº. 07/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação do proponente: Alex Willian Hoppe.

Irineópolis, 25 de agosto de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 73/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratado: Alex Willian Hoppe.

Objeto: Realização de Leilões Públicos dos bens inservíveis, de propriedade da Municipalidade.

Vigência: 25/08/2015 a 24/08/2016.

Base Legal – Processo Licitatório nº 42/2015 – Inexigibilidade nº. 07/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO DECRETO Nº 2854/2015

DECRETO Nº 2854/2015, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

DISPÕE SOBRE CREDENCIAMENTO PARA FINS DE CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS, ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS, PROCEDIMENTOS E/OU EXAMES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a realização de Processo Licitatório do tipo credenciamento, para fins de contratação do tipo consultas, atendimentos ambulatoriais, procedimentos e/ou exames, nas especialidades de Oftalmologia e Neuropediatria a serem prestados nos consultórios dos credenciados, conforme cronograma da Unidade de Saúde Central.

Art. 2º - O edital de credenciamento a ser lançado deverá estabelecer os seguintes requisitos mínimo de habilitação para as pessoas jurídicas interessadas:

I - Habilitação Jurídica:

- a) No caso de sociedade comercial: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (original e suas alterações ou ato consolidado), devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- b) No caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) No caso de firma individual: cédula de identidade, registro comercial, como prova de inscrição na junta comercial ou repartição correspondente;
- d) Declaração de Sujeição ao Edital e Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Qualificação devidamente assinada conforme modelo constante no Edital;
- e) Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, de acordo com o modelo constante no Edital;

II - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade de Tributos Federais e à Dívida da União - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa), emitida nos termos da Portaria MF nº 358, de 05/09/2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17/10/2014;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitido pela Justiça do Trabalho;

III - Qualificação Econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício fiscal, conforme especificação detalhada no edital;

IV - Qualificação Técnica:

- a) Declaração firmada pelo proponente, informando a disponibilidade de tempo para prestação de serviços profissionais, conforme o exigido no edital;
- b) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já executou serviços da mesma natureza a que se propõe;
- c) Cópia autenticada do CRM e do documento que comprove formação superior e diploma na especialidade, do profissional que irá desenvolver os serviços junto a municipalidade.
- d) Declaração firmada pelo proponente, sob as penas da lei, noticiando de que dispõe de todos os equipamentos e/ou recursos necessários para a realização dos serviços.

V - Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 Anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (conforme modelo constante no Edital).

Art. 3º - O edital de credenciamento terá prazo de validade de 01 (um) ano, podendo ser renovado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que autoriza o art. 57, II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo único. Cada contrato realizado com as empresas/entidades credenciadas terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser renovado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que autoriza o art. 57, II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Art. 4º - Para fins de definição dos serviços a serem credenciados, ficam definidos as seguintes categorias, quantidades mensais e valores para fins de credenciamento:

Item	Quantidade (mês)	Unidade	Descrição dos serviços	Valor R\$
01	20	Consulta	Consulta médica de oftalmologia	80,00
02	8	Consulta	Consulta médica de neuropediatria	125,00

§ 1º Os valores para fins de credenciamento foram obtidos após pesquisa de preços de mercado realizada pela Secretaria de Saúde do Município, devidamente aprovada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Observada a legislação vigente na época de cada pagamento, o preço pelo qual serão credenciadas as consultas somente serão

reajustados a cada 12 (doze) meses, pela variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), editado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre o mês da data base e o mês do reajuste, tendo-se como data base o mês da assinatura do presente decreto.

§ 3º No caso de extinção do INPC, adotar-se-á índice que reflita a perda financeira do período considerado, nos termos dos arts. 40, XIV, "c" e 55, III, da Lei Federal 8.666/93, e suas posteriores alterações.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogando-se as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 28 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO DECRETO Nº 2855/2015

Decreto nº 2.855/2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento próprio da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 3.000,00 (Três reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
4.4.90.00.00.00.00.03100 (167)	Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (130)	Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 28 de agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATOS - CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2015

EXTRATOS DE CONTRATOS - CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2015 – Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. CONTRATOS Nº - CONTRATADAS: 104/2015 - Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar de Itaiópolis - UNIPAFI, VALOR: R\$ 67.326,13; 105/2015 - Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização Dolcimar Luiz Brunetto – COOPERDOTCHI - VALOR: R\$ 5.961,81. PRAZO: até 31/12/2015. Itaiópolis, 19-08-2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS - PE Nº 59/2014

Processo Licitatório nº 73/2014 - Pregão Eletrônico nº 59/2014 – Objeto: aquisição de máquina e equipamento – Convênio 2014TR002240, Processo nº SEF 5186/2014. Contratos nºs - Contratadas: 108/2015 – Linck Máquinas S.A. Valor Total: R\$ 520.000,00. 109/2015 – CCM Máquinas e serviços Eireli. Valor R\$ 327.000,00. Prazo de Entrega: até 60 dias. Vigência do Contrato: 01 ano, pelo período da garantia. Itaiópolis, 21 de agosto de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS - PR Nº 42/2014

Processo Licitatório nº 53/2014 - Pregão Presencial nº 42/2014 – Objeto: aquisição de caminhões e máquina – Convênio 2014TR002240, Processo nº SEF 5186/2014. Contratos nºs - Contratadas: 106/2015 – Dicave Gartner Distribuidora Catarinense de Veículos Ltda. Valor Total: R\$ 482.000,00. 107/2015 – Paraná Equipamentos S.A. Valor R\$ 340.000,00. Prazo de Entrega: até 60 dias. Vigência do Contrato: 01 ano, pelo período da garantia. Itaiópolis, 21 de agosto de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREFEITURA Nº 209/2015 A 211/2015

ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 184/2015

Na edição do dia 07/07/2015, onde se lê:

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 108/2015

Leia-se:

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 109/2015.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2015

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de Livre Associação do Município de Itapiranga.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015.

OBJETO: Reequilíbrio de preços do item nº 30 do Pregão nº 128/2015 para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.

VALOR: R\$ 3.039,12

VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2016.

Itapiranga – SC., 07 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Schwendler e Cia Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 137/2015.

OBJETO: Contratação de serviços de serragem de madeira e aquisição de tabuas de madeira, destinados para reforma de pontes e pontilhões, execução das atividades do setor de urbanismo e demais secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 62.900,00

VIGÊNCIA: 21 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC., 21 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Terranálises Laboratório de Análises Ambientais Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 138/2015.

OBJETO: Contratação de laboratório especializado para realização de análises de água de amostras coletadas nas estações de tratamento de água ao consumo humano, em atendimento a portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde.

VALOR: R\$ 79.558,00

VIGÊNCIA: 24 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC., 24 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO SAÚDE Nº 074/2015 A 077/2015

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Eletrosom Itapiranga Ltda EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 025/2015 – FMS.

OBJETO: Aquisição de equipamentos, materiais diversos e toldo com estrutura metálica, destinado para a Unidade de Saúde Fronteira.

VALOR: R\$ 2.301,00

VIGÊNCIA: 07 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC., 07 de agosto de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Serviços Eletrônicos Shipp Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 025/2015 – FMS.

OBJETO: Aquisição de equipamentos, materiais diversos e toldo com estrutura metálica, destinado para a Unidade de Saúde Fronteira.

VALOR: R\$ 689,00

VIGÊNCIA: 07 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC., 07 de agosto de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e CM Papel de Parede e Acabamento Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 025/2015 – FMS.

OBJETO: Aquisição de equipamentos, materiais diversos e toldo com estrutura metálica, destinado para a Unidade de Saúde Fronteira.

VALOR: R\$ 680,00

VIGÊNCIA: 07 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC., 07 de agosto de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2015 – FMS

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 043/2014 – FMS.

OBJETO: Objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, revisa o valor do item de nº 328 do pregão para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das Unidades Básicas de Saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 540,00

VIGÊNCIA: 06 de fevereiro de 2016.

Itapiranga – SC., 26 de agosto de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DE CONTRATO DA PREFEITURA Nº 112/2015 A 118/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 134/2015.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software por prazo determinado de gestão da assistência social, hospedagem do software em servidor virtual "datacenter" e suporte técnico.

VALOR: R\$ 17.500,00

VIGÊNCIA: 11 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC. 11 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Hammes Ltda - EPP.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

nº 131/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para execução em regime de empreitada global dos projetos para ampliação e reforma da Escola Municipal Bela Vista, nesta cidade.

VALOR: R\$ 242.078,68

VIGÊNCIA: 28 de fevereiro de 2016.

Itapiranga – SC. 12 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Bauer Engenharia Ltda.

OBJETO: Elaboração do Projeto Executivo da Ponte sobre o Rio Macaco Branco, na Linha Beleza, no interior do município de Itapiranga-SC, com dimensões de 27,50 metros de comprimento por 4,50 metros de largura.

VALOR: R\$ 3.816,45

VIGÊNCIA: 30 de outubro de 2015.

Itapiranga – SC. 12 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Betha Sistemas Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial de nº 120/2014.

OBJETO: Reajusta em 6,9639% (Seis inteiros e novecentos e sessenta e trinta e nove milésimos por cento) e prorroga o prazo do contrato para fornecimento de Licença de Uso de Sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos.

VALOR: R\$ 30.224,32

VIGÊNCIA: 21 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC. 13 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 136/2015.

OBJETO: Contratação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.

VALOR: 1.180,00

VIGÊNCIA: 21 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC. 21 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Impacto Sistemas de Informação Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 139/2015.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de implantação, manutenção, suporte e assistência técnica mensal de software para gestão da secretaria municipal da agricultura, desta municipalidade.

VALOR: 7.400,00

VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC. 25 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Hammes Ltda - EPP

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 072/2015.

OBJETO: Supressão de valores do contrato, para execução em regime de empreitada global por preço unitário (com fornecimento de materiais e mão de obra), do projeto para reforma do Ginásio de Esportes da Escola Municipal Peperi Guaçu, da Secretaria de Educação desta municipalidade, que ocorrem em virtude adequações

ao projeto, conforme consta na justificativa do aditivo contratual e no demonstrativo de aditivo de supressão contratual – “AS BUILT”.

VALOR: 12.606,77

VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2015.

Itapiranga – SC. 25 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DA SAÚDE Nº 026/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2015 – FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2014 - FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora de Seguros Ltda.

OBJETO: Contratação de seguros para veículos a disposição do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR: 324,88

VIGÊNCIA: 19 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC, 19 de agosto de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

Itapoá

PREFEITURA

CMI: ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE ITAPOÁ-SC

Ata: 005/2015

Reunião: ORDINÁRIA

Data: 28/08/2015

Horário: 09h00

Local: CRAS

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de 2015, no Centro de Referência de Assistência Social, situado na avenida das Nações Unidas, 346, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h04 foi dada a abertura da assembleia ordinária do CMII. A Sra. Alessandra Silveira efetuou a contagem dos presentes, havendo quórum. A Sra. Alessandra informou ser a suplente da Sra. Ana Valente. Os presentes acordam que a Sra. Alessandra presidirá a assembleia. A Sra. Alessandra informou que devido à necessidade de se adaptar a ata conforme solicitação do gabinete para a publicação dos atos do conselho no portal de transparência serão seguidos os modelos padrão. Pelo secretário foi informado que não foram localizadas as atas de outubro de 2014 a fevereiro de 2015 que devem ser regularizadas até a próxima reunião. Foi informado pelo secretário que não há registros da existência do Regimento Interno devidamente homologado pelo conselho. A conselheira Elaine informou que na reunião de 31 de julho de 2015 já havia solicitado a nomeação de uma comissão para estudo do Regimento Interno. A presidente colocou em votação e foram nomeados os seguintes conselheiros: Alessandra Silveira, Dante Puchta e Roseli Gonçalves Pinheiro, sendo marcada a reunião da comissão para 01 de setembro de 2015 às 09h00. A Sra. Alessandra informou que foram recebidos os ofícios com a indicação dos membros governamentais (SAF, SME e SMAS). A secretaria executiva deverá encaminhar ofício com a indicação dos nomes para regular o decreto de nomeação dos membros do Conselho do Idoso. A Sra. Alessandra informou que nesta data haverá a reunião de coordenação da Conferência Regional do Idoso na AMUNESC e quem foi designado para representar o conselho foi o sr. Marcos – Secretário Executivo que deverá apresentar relatório na próxima reunião. A Sra. Alessandra informou que os eixos da conferência regional somente foram informados após a realização da conferência municipal. Nesse passo foi necessário a adequação das propostas do conselho municipal com as propostas do conselho estadual. A Sra. Alessandra informou a existência do CNPJ do Conselho Municipal do Idoso nr.: 23.085.886/0001-19 (Fundo Municipal do Idoso do Município de Itapoá – F.M.I.). Informa também que a conta foi aberta e que foram transferidos do Fundo de Assistência o valor de mil reais para a existência de saldo, que posteriormente deverão ser devolvidos ao Fundo de Assistência. A Sra. Alessandra informou que o Sr. Valmir do Conselho do Idoso de Joinville se dispõe a prestar capacitação aos conselheiros, sendo necessário o custeio apenas do transporte e almoço. Foi sugerido pela conselheira Ana que devido a nomeação governamental ter sido realizada apenas neste mês que se aguarde a nomeação por decreto da nomeação de todos os membros para a escolha da data da capacitação. Os conselheiros Maria Alzira Viana (ACAPPI) informa que por motivos de saúde não pode comparecer a esta reunião tendo informado seu suplente – Sr. Ramos Chaves, e, o conselheiro Milton Klinkerfuss Filho está em viagem sendo representado pela sua suplente Sra. Sueli Sampaio (Pedra Que Surge). A Sra. Alessandra Silveira informou o recebimento do edital do curso de Especialização em Atenção A Saúde da Pessoa Idosa que deverá ser encaminhado por e-mail ao Conselho de Saúde e ao Conselho do Idoso. Foi informado que a próxima reunião será em 25 de setembro de 2015. Não havendo mais pauta, a Sra. Alessandra encerrou a assembleia às 09h41. Assinam a presente abaixo.

ELAINE CRISTINA ALVES	OAB	TIT	
IANI MARIA GOMES	CÉU AZUL	TIT.	
SUELI SAMPAIO	PEDRA QUE SURGE	SUPL.	
ANA VALENTE (VICE)	SMAS	TIT.	
ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA	SMAS	SUPL.	
DANTE PUCHTA	SMTMAC	SUPL.	
ROSELI GONÇALVES PINHEIRO	SME	SUPL.	

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 431, 28 de agosto de 2015

DECRETO Nº 431, de 28 de agosto de 2015.

“Regulamenta a jornada de trabalho dos servidores públicos sujeitos à jornada de trabalho fixada em regime de escalonamento de trabalho, quando necessária para assegurar o funcionamento dos serviços públicos ininterruptos, respeitado o limite semanal.”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas e de conformidade com o art. 65, inc. VII, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga; art. 65, § 1º, inc. II, da Lei Complementar n. 20, de 17 de dezembro de 2008; art. 15, parágrafo único, inc. II, da Lei Complementar n. 17, de 3 de outubro de 2007; e arts. 2º e 3º da Lei n. 2.197, de 1º de novembro de 2007.

DECRETA

Art. 1º. Os servidores públicos e os empregados públicos municipais regidos pela Lei Complementar n. 20/2008 e pela Lei Complementar n. 17/2007, exercentes das atribuições de cargos sujeitos à jornada de trabalho fixada em regime de escalonamento, quando necessário para assegurar o funcionamento de serviços públicos ininterruptos e assim designados por Portaria, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º. Os empregados públicos ocupantes de cargo do Quadro de Pessoal do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU submeter-se-ão ao regime escalonamento de trabalho, em escala de plantão de 24 x 72 horas.

Art. 3º. Os servidores públicos ocupantes do cargo de vigia poderão ser submetidos, para fins de segurança do patrimônio público, conforme a necessidade do serviço, ao regime de escalonamento de trabalho, em escala de 12 x 36 horas ou escala de 24 x 48 horas.

Art. 4º. Em caso de necessidade, o Município poderá requisitar o servidor, mediante comunicação prévia e escrita, para prestar serviços além do horário estabelecido, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados, percebendo a remuneração extraordinária na forma da Lei apenas se não for possível a compensação de horários.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 28 de agosto de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

DECRETO Nº 441, de 26 de agosto de 2015

DECRETO Nº 441, de 26 de agosto de 2015

Disciplina procedimentos a serem adotados pelos médicos e odontólogos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde e pelos profissionais de saúde credenciados pelo Município na prescrição de medicamentos e na solicitação de exames e procedimentos de saúde e estabelece outras providências.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de

Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas e de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga,

CONSIDERANDO que o art. 196, da Constituição Federal dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o art. 197 da Constituição Federal prevê que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

CONSIDERANDO que o §1º, do art. 2º, da Lei nº. 8.080/1990 dispõe que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO o art. 4º, da Lei nº. 8.080/1990, o qual prevê que constitui o Sistema Único de Saúde (SUS) o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público;

CONSIDERANDO o art. 6º, I, d, da Lei nº. 8.080/1990 que dispõe que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que a lista de medicamentos elaborada pelo SUS constitui importante instrumento para aplicação e efetividade da concretização do acesso universal e igualitário à saúde, a qual deve ser respeitada pelos profissionais da saúde, salvo hipóteses justificadas por meio de laudo em que revele a sua ineficácia para o caso concreto;

CONSIDERANDO que o art. 3º, da Lei nº. 9.787/1999 prevê que as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI);

CONSIDERANDO a linha "a", do art. 35, da Lei nº. 5.991/73 prevê que somente será aviada a receita que estiver escrita a tinta, em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais;

CONSIDERANDO que os profissionais de saúde - médicos e odontólogos - vinculados a este Município estão submetidos às normas que regem à Administração Pública, devendo cumpri-las, sob pena de incorrer em violação à dever funcional, após o regular devido processo legal;

DECRETA:

Art. 1º Os médicos e os odontólogos vinculados a Secretaria

Municipal de Saúde e estes profissionais credenciados pelo Município, sempre que estiverem no exercício de suas atribuições funcionais, devem prescrever medicamentos, solicitar exames e procedimentos de saúde nos termos das políticas públicas, das listas padronizadas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) do Sistema Único de Saúde (SUS), indicar o CID da doença de que é portador o paciente, apontar as consequências caso o paciente não se submeta ao tratamento indicado e observar os Enunciados das I e II Jornada de Direito da Saúde.

§1º. No caso de o médico e o odontólogo, servidor ou credenciado do Município, necessitar prescrever medicamentos, solicitar exames e procedimentos de saúde diversos dos disponíveis nas políticas públicas, das listas padronizadas e nos PCDTs do SUS, deverá ser apresentada justificativa técnica que demonstre a inadequação, a ineficiência ou a insuficiência da prescrição daquele tratamento de saúde padronizado para o caso concreto, bem assim justificar a indispensabilidade do medicamento não padronizado para o tratamento do paciente e fundamentar a prescrição em bibliotecas de medicina baseada em evidências.

§2º Para a prescrição de medicamentos, os médicos e os odontólogos, credenciados ou vinculados à Secretária de Saúde, deverão ainda:

I – adotar obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), constando o nome do princípio ativo e, quando pertinente, o nome de referência da substância;

II – emitir receita em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais.

§ 3º A justificativa técnica de que trata o caput deste artigo:

I – não eximirá o servidor público ou profissional de saúde credenciado da obrigação de informar a respeito:

- a) do potencial dos serviços públicos de saúde; e
- b) da referência expressa do tratamento disponível no SUS para a patologia diagnosticada;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 26 de agosto de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

Jacinto Machado

PREFEITURA

LEI Nº. 784 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº. 784 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DISCIPLINA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS FARMÁCIAS E DROGARIAS LOCALIZADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - As farmácias, drogarias e similares localizadas no perímetro urbano do Município de Jacinto Machado funcionarão em horário normal de segunda-feira à sábado, das 07:00 horas às 21:00 horas.

Art. 2º - Fica instituído o serviço de plantão pelo sistema de rodízio nos domingos para atendimento ininterrupto à comunidade, em conformidade com escala a ser elaborada pelo Conselho Municipal de Saúde, aprovada pelo Chefe do Poder Executivo e amplamente divulgada pela imprensa oficial do município.

Parágrafo Único. Nos feriados regularmente instituídos, o estabelecimento plantonista obrigatoriamente deverá permanecer aberto ao público, sendo que aos demais estabelecimentos a abertura em feriados é facultativa.

Art. 3º - Os estabelecimentos farmacêuticos que desejarem participar do sistema de rodízio de plantão deverão apresentar requerimento junto à administração municipal no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da presente Lei.

Art. 4º - A escala de plantão será elaborada semestralmente mediante sorteio pelo Conselho Municipal de Saúde e aprovada pelo Chefe do Executivo Municipal através de Decreto Municipal.

Art. 5º - Todos os estabelecimentos devem cumprir com o horário de funcionamento, e aquele que não estiver escalado e ficar aberto ao público sofrerá as seguintes penalidades:

- a) Multa de 30 (trinta) UFM;
- b) Em caso de reincidência o estabelecimento terá seu alvará suspenso por até 30 (trinta) dias.

Art. 6º - Às farmácias que estiverem escaladas para o plantão e deixarem de prestar atendimento à população estarão sujeitas as seguintes penalidades:

- a) Multa de 20 (vinte) UFM;
- b) Em caso de reincidência a suspensão do Alvará de Funcionamento por até 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. O estabelecimento penalizado poderá apresentar recurso ao Conselho Municipal de Saúde, que diante de justificativa plausível poderá reduzir a penalidade aplicada em até 50% (cinquenta por cento).

Art. 7º - As escalas de plantão serão obrigatoriamente afixadas em todas as farmácias e drogarias a vista do público, bem como publicadas nos meios de comunicações locais, no sítio da Prefeitura Municipal, além de hospitais e unidades de saúde.

Art. 8º - A Administração Municipal exercerá a fiscalização necessária ao cumprimento da presente lei, aplicando aos infratores as

penas previstas na legislação municipal vigente.

Art. 9º - As farmácias seguirão as disposições estabelecidas na presente Lei, podendo, entretanto, atender em qualquer hora do dia ou da noite em caso de urgência (Art. 62, § 2º, da Lei n. 607/2010).

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 25 de agosto de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 785 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº. 785 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

TORNA OBRIGATÓRIA INSTALAÇÃO DE PORTA DE SEGURANÇA NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS E AGÊNCIAS DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º É obrigatório, nas agências e postos de serviços bancários e agências de cooperativas de crédito, estabelecidas no Município de Jacinto Machado, a instalação de PORTA ELETRÔNICA DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA em todos os acessos destinados ao público.

§ 1º A porta que se refere este artigo deverá, entre outras, obedecer às seguintes características técnicas:

- I – equipada com detector de metais;
- II – travamento e retorno automático;
- III – abertura ou janela para entrega, ao vigilante, do metal detectado;
- IV – vidros laminados e resistentes ao impacto de projéteis oriundos de armas de fogo até calibre 45;

§ 2º A exigência disposta neste artigo poderá ser dispensada para um ou mais postos de serviço, pela autoridade competente, da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, com base em parecer técnico.

§ 3º As fachadas das agências e postos de serviços bancários e agências de cooperativas de crédito deverão ser condizentes com o equipamento de segurança de que trata este artigo.

Art. 2º A instalação de porta eletrônica de segurança individualizada não elide a necessidade de saída de emergência.

Parágrafo único. Aos usuários em situações especiais (deficientes

físicos e portadores de marca-passo) deverá ser permitidos ingresso e saída, através da saída de emergência.

Art. 3º O estabelecimento bancário que infringir o disposto nesta Lei ficará sujeito às seguintes penalidades:

I – advertência: na primeira autuação, o estabelecimento bancário será notificado para que efetue a regularização da pendência no prazo de 10 (dez) dias úteis.

II – multa: persistindo a infração, será aplicada multa no valor de 2 (dois) salários mínimos; se, até 30 (trinta) dias úteis após a aplicação da multa, não houver regularização da situação, será aplicada a cada 30 (trinta) dias multa no valor de 4 salários mínimos até a sua regularização.

§ 1º Compete a Prefeitura Municipal de Jacinto Machado a fiscalização do disposto nesta Lei.

§ 2º O sindicato dos empregados em estabelecimentos bancários da região e/ou Jacinto Machado poderá representar junto ao Município contra o(s) infrator(es) desta Lei.

Art. 4º Os estabelecimentos bancários terão prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para instalar o equipamento exigido no artigo 1º.

Art. 5º A instalação da porta eletrônica de segurança individualizada não desobriga o estabelecimento bancário de manter, em suas agências ou postos de atendimento, vigias especializados.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 25 de agosto de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 786 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº. 786 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS E DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam as agências bancárias e de cooperativas de crédito estabelecidas no município de Jacinto Machado, obrigadas a colocar à disposição dos usuários, pessoal suficiente no setor de caixas, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei entende-se como tempo razoável para atendimento:

I – até 20 (vinte) minutos em dias normais;

II – até 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados, nos dias de pagamentos de funcionários públicos municipais, estaduais e federais, de vencimento de contas de concessionárias de serviços públicos e de recebimento de tributos municipais, estaduais e federais.

§ 1º Os bancos e cooperativas de crédito ou suas entidades representativas informarão ao órgão encarregado de fazer cumprir esta Lei, as datas mencionadas no inciso II.

§ 2º Não incidirá, o previsto nos incisos I e II, quando eventualmente forem reduzidas as atividades das agências de bancos e cooperativas de crédito, em função da redução ou corte no fornecimento de energia, telefonia e transmissão de dados.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará ao infrator as seguintes sanções administrativas:

I – advertências, quando da primeira infração;

II – multa de 2 (dois) salários mínimos, no caso de reincidências;

Art. 4º Para comprovação do tempo de espera, os usuários apresentarão o bilhete da “senha” de atendimento, onde constará, impresso mecanicamente, o horário de recebimento da “senha”.

§ 1º As agências de bancos e cooperativas de crédito que ainda não fazem uso deste sistema de atendimento, com senhas, ficam obrigados a fazê-lo no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei.

§ 2º As agências bancárias e de cooperativas de crédito não cobrarão qualquer importância pelo fornecimento obrigatório de senhas de atendimento.

Art. 5º Os procedimentos administrativos de que trata esta Lei serão aplicados quando da denúncia, comprovada, de usuário da agência bancária e de cooperativa de crédito ou da entidade da sociedade civil legalmente constituída, ao PROCON.

§ 1º O PROCON detém competência para fiscalizar, por ato próprio, o cumprimento do disposto nesta Lei.

§ 2º No caso de denúncia comprovada, ou em decorrência de fiscalização própria, o PROCON encaminhará os fatos e as provas à Procuradoria Geral do Município para indicação imediata das sanções previstas nesta Lei.

Art. 6º As agências bancárias e de cooperativas de crédito têm o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação, para adaptarem-se aos termos desta Lei.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 25 de agosto de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.813 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4.813 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO INCISO II, ART. 1º DO DECRETO Nº 4.793/2015, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o inciso II, Art 1º do Decreto nº 4.793/2015, que dispõe sobre ações de contingenciamento orçamentário e financeiro na administração direta do município de Joaçaba (SC), objetivando o equilíbrio das contas públicas.

Art. 2º. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 27 de agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

NOTA REVOGAÇÃO TP 6/2015/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

TOMADA DE PREÇO
Nr.: 6/2015 - TP

Processo Administrativo: 36/2015
Processo de Licitação: 35/2015
Data do Processo: 24/03/2015

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviço na área da aviação para elaboração de estudo de tráfego aéreo, nos limitadores da legislação em vigor, com vistas a determinar as possíveis interferências com os gabaritos de proteção do Aeroporto Municipal Santa Terezinha nas condições atuais e para as condições previstas para ampliação, considerando a troca de categoria do aeródromo (EPTA - cat. A), com base na legislação em vigor, a ser encaminhado às Autoridades Aeronáuticas pertinentes.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 16 / 2015

Motivo: Nos termos do memorando emitido pelo Gabinete do Prefeito em 18/08/2015, o qual solicita o cancelamento do presente Processo Licitatório com base no Decreto 4.793/2015 e em vista do poder de autotutela, o Poder Público Municipal resolve:
1.REVOGAR o processo licitatório 35/2015/PMJ - TP 6/2015/PMJ.

Joaçaba, 27 de Agosto de 2015

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

IMPRES**PORTARIA 159/2015 - MARIA LUIZA DA SILVEIRA**

PORTARIA 159/2015 DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 174, de 12 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, a MARIA LUIZA SILVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 502.140.049-53, portadora do RG nº 1.309.412, inscrita no PASEP sob o nº 180.13141.48-4, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 10.293, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 30,58% (trinta vírgula cinquenta e oito por cento) da média aritmética da remuneração do cargo efetivo. O valor foi majorado para piso municipal de salários, na forma do art. 40, § 9º, I da LC n. 099/2005.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 52 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

PORTARIA 160/2015 - SERGIO CONSTANTINO STARES

PORTARIA 160/2015 DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 173 de 10 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a SERGIO CONSTANTINO STARES, inscrito no CPF sob o nº 295.718.399-49, portador do RG nº 5.239.511, inscrito no PASEP sob o nº 170.05152.46-6, ocupante do cargo de Arquiteto, lotado na Secretaria de Infraestrutura, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.317, nos termos do art. 22, da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração do servidor.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

PORTARIA 161/2015 - DIRCE MARIA C GAVASSO

PORTARIA 161/2015 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 0172, de 10 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a DIRCE MARIA GAVASSO, inscrita no CPF sob o nº 509.345.039-15, portadora do RG nº 11/R – 1.518.464, inscrita no PASEP sob o nº 170.05142.43-6, ocupante do cargo de Telefonista, lotada na Secretaria de Infraestrutura, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.382, nos termos do art. 41A da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2003.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presiden

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 208/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 208/2015 DE 25.08.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12(doze) dias de Licença –prêmio do(a) Servidor(a) Jonas da Silva, Operador de Máquina, conforme requerimento protocolado sob nº 2364/2015 de 12 de Agosto de 2015, referente ao período aquisitivo de 01.08.2014 à 31.07.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 25 de Agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

PP 18-2015 FMAS**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 18-2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Materiais para o Programa Envelhecer com Saúde

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 25/09/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 102.720,10

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 28 de agosto de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO PP 09/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 09/2015

O OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança para atuar no plenário, visando o bom andamento das sessões da Câmara Municipal de Vereadores, sendo a contratação de até 36 horas mensais mediante requisição e conforme necessidade do Poder Legislativo Municipal.

A ENTREGA dos envelopes contendo Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverão ocorrer até às 13h30min do dia 11/09/2015, no Depto. de Compras da Câmara Municipal sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 280, Centro, Lages/SC. A ABERTURA do certame será dia 11/09/2015 às 13h:30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras da Câmara Municipal de Vereadores ou maiores informações pelo fone (49) 3251-5425.

Lages (SC), 28 de agosto de 2015.

ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO

Presidente

Laguna

PREFEITURA

EDITAL



P R E F E I T U R A D E
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

EDITAL SEDUC Nº 03/2015

O SECRETÁRIO INTERINO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, no uso de suas atribuições legais e por contrato celebrado com a empresa Infinity Assessoria Pedagógica e com base nos dispositivos de leis municipais vigentes, LC nº 134/06 e LC nº 217/2010, torna público pelo presente Edital, as normas para a realização do processo seletivo de pessoal para contratação temporária para as funções, para atender a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, da Secretaria de Educação e Esportes para o ano letivo de 2016, conforme cronograma a seguir:

DATA	ATO
28/08/2015	Publicação do Edital
27/09/2015 até às 23h59min do dia 01/10/2015	Período de Inscrições
28/09/2015 a 02/10/2015	Prazo para entrega das doações e dos documentos na Secretaria de Educação e Esportes
13/10/2015	Publicação do rol dos inscritos
14 e 15/10/2015	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
20/10/2015	Homologação das Inscrições
08/11/2015	Realização das provas objetivas
09/11/2015	Publicação do gabarito provisório
10 e 11/11/2015	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva
16/11/2015	Publicação do julgamento dos recursos contra formulação de questões e discordância com o gabarito
23/11/2015	Publicação do gabarito definitivo, publicação das notas das provas objetivas e de títulos e da classificação provisória

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

24 e 25/11/2015	Prazo para recurso contra notas da prova objetiva e da prova de títulos e da classificação provisória
03/12/2015	Publicação do julgamento dos recursos contra notas da prova objetiva e da prova de títulos e da classificação provisória
03/12/2015	Homologação do resultado final

Obs.: O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1- O presente processo seletivo visa selecionar candidatos para formação de reserva técnica, destinado ao preenchimento de funções em caráter temporário, para atuação nas unidades escolares da educação básica, conforme consta do Anexo I, deste Edital.

1.2- Considera-se reserva técnica para os efeitos do presente edital, o quantitativo de pessoal classificado para ocupação das funções que venham a surgir no decorrer do prazo de validade, de acordo com a necessidade e interesse da Administração Pública Municipal, observada a Lei da Responsabilidade Fiscal.

1.3- O processo de seleção de pessoal é de responsabilidade da Secretaria de Educação e Esportes, sito à Rua Santo Antônio, nº 24, Centro (Antigo DETRAN), sob a coordenação do Secretário Interino de Educação e Esportes, por meio do setor administrativo e da empresa Infinity Assessoria Pedagógica (empresa vencedora da tomada de preços).

1.4- Cabe a Secretaria de Educação e Esportes a chamada presencial dos candidatos, por ordem de classificação, após a homologação final. No ato da chamada, não havendo nenhum candidato classificado no processo seletivo interessado na vaga aberta, a mesma irá automaticamente, no mesmo dia, para chamada pública, devendo os candidatos interessados terem magistério completo e estarem munidos dos seguintes documentos: cópia da Carteira de Identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF e cópia da graduação .

1.5- O levantamento das vagas a serem oferecidas aos classificados será operacionalizado pela Secretaria de Educação e Esportes, após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e distribuição de aulas aos professores efetivos.

1.6- As vagas serão publicadas no mural da Secretaria de Educação e Esportes e no site da Prefeitura Municipal de Laguna www.laguna.sc.gov.br.



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

1.7- As vagas a serem oferecidas para os candidatos inscritos e classificados são as vagas vinculadas decorrentes dos afastamentos legais dos titulares e aquelas que surgirem nas Unidades Escolares ou Centros de Educação Infantil que não possuam turmas regulares.

2- DA INSCRIÇÃO:

2.1- O candidato deverá acessar o site www.infinityprovas.com.br onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 27/09/2015 a 01/10/2015.

2.2- Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

2.3- O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e confirmá-lo via internet e imprimir o comprovante de inscrição.

2.4- O candidato poderá se inscrever em 1 (uma) ou 2 (duas) disciplinas(s) para função constante no Anexo I deste Edital, devendo fazer esta opção no Requerimento de Inscrição, desde que possua os requisitos para o exercício da função para qual se inscreveu.

2.5- O candidato, após realizar sua inscrição via internet não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da doação.

2.6- De posse do comprovante de inscrição, dentro do período de **28/09/2015 a 02/10/2015, das 8h às 12h e das 13h às 18h**, o candidato deverá dirigir-se até a Secretaria de Educação e Esportes, no setor administrativo, para a validação da sua inscrição, mediante a entrega de **02 (duas) latas de leite ou sachet contendo 400 g** para os que optarem por 01 (uma) função, e **03 (três) latas de leite ou sachet contendo 400g** para os que optarem **por 02 (duas) funções** que serão doadas para entidades do Município de Laguna – Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, Asilo Santa Isabel, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Pastoral da Criança, Renascer, ACUSTRA

2.6.1- O candidato que não comparecer à Secretaria de Educação e Esportes, na data e horário estipulado no item anterior, para fazer a entrega das doações e dos documentos terá sua inscrição indeferida.

2.6.2- Não haverá novos prazos para a entrega das doações e dos documentos.

2.7- Não será aceita inscrição com falta de documentos, via postal; por telex ou via fax; e-mail; extemporâneas e/ou condicional ou ainda fora do prazo estabelecido.

2.8- O candidato deverá acompanhar esse edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (Rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

2.9- As inscrições serão homologadas, deferidas e divulgadas pela empresa Infinity Assessoria Pedagógica no site www.infinityprovas.com.br no site da Prefeitura de Laguna www.laguna.sc.gov.br no dia **13/10/2015**.

2.10- O candidato terá 2 (dois) dias úteis para solicitar reconsideração da inscrição, a contar da publicação de sua homologação.

2.11- Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

2.12- A Secretaria de Educação e Esportes de Laguna e a Infinity Assessoria Pedagógica não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou que deixe de validar sua inscrição, mediante a entrega da doação, relacionada no item 2.6 deste Edital e entrega dos documentos constante no item 3 do presente Edital

2.13- As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3- DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

No ato da validação da inscrição, o candidato deverá entregar cópia simples dos documentos abaixo relacionados, além do comprovante de inscrição disponibilizado no site da empresa Infinity Assessoria Pedagógica www.infinityprovas.com.br :

- a) Comprovante de inscrição, disponível no site www.infinityprovas.com.br
- b) Carteira de Identidade - RG;
- c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- d) Comprovação da titulação mínima exigida para o cargo pretendido;
- e) Certificados ou diplomas, conforme disposto no item 10 do presente Edital;
- f) Apresentação de declaração pela Unidade Administrativa, conforme **Anexo IV**.

4- DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO:

- a) Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado;
- b) Possuir a escolaridade mínima e requisitos básicos exigidos para o exercício da função **(obrigatório e eliminatório)**;
- c) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- d) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data de início da admissão;
- e) Gozar de boa saúde, condição que será comprovada quando do processo de admissão através de



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

atestado médico (médico do trabalho ou clínico geral), confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo, expedido no máximo 30 (trinta) dias;

f) Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio de assinatura de regular termo de declaração;

g) Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum da Comarca de Laguna.

5- DA DOCUMENTAÇÃO:

5.1- Os candidatos aprovados, quando convocados ao trabalho, deverão apresentar cópia dos documentos arrolados, acompanhados dos originais, e outros vinculados às exigências admissionais da Administração Municipal.

- a) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) Cédula de Identidade -RG;
- c) Título de eleitor;
- d) Declaração de bens e valores ou declaração de imposto de renda do último exercício;
- e) Registro de Casamento ou Nascimento atualizada;
- f) Registro de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos;
- g) Comprovante de quitação com o serviço militar para os candidatos homens;
- h) Comprovante de quitação eleitoral da última eleição;
- i) Comprovante de residência;
- j) Nº PIS/PASEP;
- k) Comprovante da formação profissional (diploma) exigida para o exercício da Profissão incluindo documentação comprobatória de registro no órgão fiscalizador, quando exigido;
- l) 02 Fotos 3X4 recentes;
- m) Declaração de não possuir acúmulo de cargo, exceto aqueles previstos na Lei;
- n) Declaração de não ter sofrido penalidades no exercício da função pública;
- o) Certidão de antecedentes criminais;
- p) Atestado admissional.
- q) Para as vagas de professor de Educação Física, na assinatura do contrato deve ser apresentado o Registro no CREF

5.2- A não apresentação dos documentos e condições acima relacionados, na data da admissão, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado.

5.3- A comprovação da formação mínima exigida na função constará na apresentação do diploma devidamente registrado ou, provisoriamente, para os formandos a partir de julho de 2015, certidão de colação de grau, que ficará atrelado à apresentação do diploma na data de admissão (obrigatório e eliminatório) e comprovante de conclusão do Ensino Médio-Magistério, Ensino Médio-Magistério - Educação Infantil em dezembro de 2014.

5.4- No caso de estudante da 1ª fase em diante do Curso de Graduação em Licenciatura, para as

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

funções de magistério, será aceito original da certidão da instituição de ensino, mencionando a fase ou semestre letivo em que o aluno esteja regularmente matriculado e frequentando as aulas, na data de inscrição.

5.5- Para os que optarem pela função de Instrutor de Informática deverá apresentar como habilitação mínima o diploma/histórico escolar do Ensino Médio com no mínimo 120 horas de curso na área ou diploma/ de curso técnico em informática.

6- DAS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:

6.1- Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e LC. 136/06, art. 5º § 2º, serão admitidos os candidatos inscritos como portadores de deficiência, selecionados neste Processo Seletivo na proporção de 5% das funções a serem ofertadas, por opção, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

6.2- O candidato que, no ato de inscrição, se declarar portador de deficiência, classificado no processo seletivo, além de figurar na lista de classificação, dentro de sua opção por função terá seu nome publicado em relação à parte, observado a respectiva ordem de classificação.

6.3- Os candidatos com deficiência, classificados, que excederem às vagas a eles reservadas, serão convocados para efeito de contratação:

- a) segundo a ordem geral de classificação, ou;
- b) pela aplicação do item 6.1; na situação que ocorrer primeiro;

6.4- Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas aos deficientes, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

6.5- Serão consideradas como deficiências aquelas conceituadas na Medicina especializada de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, observados os critérios médicos de capacitação laboral, conforme Art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/99 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

6.6- O candidato com deficiência, no momento da convocação deverá apresentar laudo médico que, ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID.

6.7- A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência no processo seletivo ou, na execução de atribuições da função constitui obstáculo à sua inscrição no processo seletivo.

6.8- Os candidatos com deficiência submeter-se-ão, quando convocados, à avaliação de equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal nº 5.296/04, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) qualificação do candidato como deficiente ou não e;



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

b) o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

7- DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO:

7.1- O processo seletivo constará das seguintes etapas:

7.1.1- **Primeira etapa:** Prova escrita com questões objetivas (**tipo eliminatório e classificatório**) para todos os candidatos.

7.1.2- **Segunda etapa:** Prova de títulos de **caráter classificatório** que deverá ser entregue no ato da inscrição.

Obs: No momento da comprovação de títulos, o candidato deverá trazer os originais com cópias e um envelope pardo onde, após a contagem do número de títulos entregues, os mesmos serão depositados e lacrados diante do candidato para posterior encaminhamento à empresa. Somente serão aceitos os títulos mediante a entrega do envelope.

8- DA PROVA ESCRITA:

8.1- A prova escrita é de caráter eliminatório e classificatório.

8.2- As questões da prova escrita versarão sobre as seguintes áreas de conhecimento:

- a) Conhecimentos gerais;
- b) Conhecimentos específicos;

8.3- Os conteúdos programáticos da prova escrita acham-se no **Anexo III** do presente edital.

8.4- A prova dar-se-á no **dia 08/11/2015 das 8h30 às 10h** para os que optarem **por 01 (uma) função e 8h30 às 12h** para os que optarem **por 02 (duas) funções**. O candidato se responsabiliza em acompanhar o site da Prefeitura de Laguna, www.laguna.sc.gov.br, onde será divulgado o local das provas.

8.5- É de responsabilidade do candidato acompanhar no site da Prefeitura de Laguna, www.laguna.sc.gov.br e www.infinityprovas.com.br, eventuais erratas do presente edital, bem como confirmar com antecedência o dia, horário e locais de aplicação da prova.

8.6- A Prova Escrita contará com **20 (vinte) questões** sendo 05 (cinco) de conhecimentos gerais e 15 (quinze) questões de temas específicos relacionados à área de atuação.

8.7- Para os candidatos que optarem por **2 (duas) funções**, a prova escrita com questões objetivas constará de 35 (trinta e cinco) questões, assim distribuídas: **05 (cinco) questões de conhecimentos gerais e 30 (trinta) questões de temas específicos relacionados ao desempenho de cada função pleiteada.**

8.8- Quando o candidato optar por duas funções o número de acertos nas questões de conhecimentos

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

gerais será computado para ambos os cargos.

8.9- As questões terão múltiplas alternativas, sendo que somente 01 (uma) é correta, valendo 1,0 (um) ponto cada acerto.

8.10 - Será eliminado do processo seletivo o candidato que zerar na prova de conhecimentos gerais ou na prova de conhecimentos específicos.

8.11 - Os candidatos que não obtiverem 50% de acertos não serão classificados.

8.12 - O candidato é responsável pela conferência e transcrição correta da alternativa correspondente para o cartão-resposta, utilizando caneta esferográfica, de tinta preta ou azul, bem como deverá assinar seu cartão-resposta.

8.13- As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do candidato no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

8.13.1- Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta.

8.13.2- A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

8.13.3- Serão considerados sem efeito, os cartões respostas entregues sem a assinatura do candidato.

8.14- Somente decorridos 30 (trinta) minutos do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala da prova, mesmo que tenha desistido do processo seletivo.

8.15- O tempo de duração da prova objetiva inclui a marcação do cartão resposta.

8.16- A Prefeitura de Laguna não assume qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

8.17- O candidato, ao encerrar a prova, entregará ao fiscal de sua sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de provas.

8.18- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da mesma simultaneamente.

8.19- O candidato deverá apresentar original do documento de identidade com foto para realização da prova. Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança e Carteira Nacional de Habilitação.



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

8.20- Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

8.21- Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial.

8.22- Não será permitida entrada de candidatos após o sinal para início da prova.

8.23- É vedado ao candidato durante a realização das provas ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, bem como portando o caderno de provas e cartão resposta. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação de tempo previsto para aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

8.24- É vedada, durante a realização das provas, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico. Também é proibido uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés. Alimentos somente poderão ser ingeridos após inspecionados pelo fiscal de sala.

8.25- Os pertences do candidato, inclusive celulares e demais aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal, sob pena de eliminação do candidato.

8.26- Contrariando, por parte do candidato, os itens 8.23 e 8.24, implicará na exclusão do candidato do processo Seletivo, sendo atribuída pontuação zero às provas já realizadas.

8.27- Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas escritas, nem realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.28- O candidato terá 2 (dois) dias úteis após a publicação da prova para impetrar recurso quanto as questões e/ou gabarito da prova.

8.29- As provas e seus gabaritos serão divulgados no **dia 09/11/2015** pela empresa Infinity Assessoria Pedagógica no site da Prefeitura de Laguna www.laguna.sc.gov.br e no www.infinityprovas.com.br.

8.30- No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se a sua correção e publicação.

8.31- O resultado da prova escrita e prova de títulos será divulgado no **dia 23/11/2015**, sendo aberto prazo de recursos de 02 (dois) dias úteis.

8.32- O resultado oficial da prova escrita e prova de títulos e a Homologação do Resultado Final será publicado no **dia 03/12/2015**



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

9. DO PEDIDO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS:

9.1- O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da prova escrita, deverá requerê-lo no ato da sua inscrição, comprovando sua necessidade com laudo médico e relacionando as condições que julgar necessárias, que deverá ser entregue no departamento administrativo da Secretaria de Educação e Esportes, juntamente com os demais documentos necessários para realizar sua inscrição descritos no item 3 deste Edital.

9.2- O atendimento às condições solicitadas por candidato com deficiência ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

9.3- O candidato que solicitar prova ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28. Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá todo material de prova (caderno de provas e cartão resposta personalizado), ampliado com fonte Arial, tamanho 26.

9.4- O candidato com deficiência, que não atender as normas acima estabelecidas, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

9.5- O laudo médico apresentado pelo candidato terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido.

9.6- A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada para tanto, desde que o requeira, também no ato da sua inscrição, para adoção das providências necessárias. A criança deverá permanecer no ambiente reservado para amamentação, acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro formalmente indicado pela candidata). Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal. Na sala reservada para amamentação ficarão apenas a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

10- DA PROVA DE TÍTULOS:

10.1- A Prova de Títulos para os cargos constará da avaliação dos certificados ou diplomas de curso de pós-graduação na área da educação, em nível de **Especialização, de Mestrado e de Doutorado** dos candidatos, na área de formação específica para a qual o candidato se inscreveu; **de comprovante a partir da 1ª fase / semestre; certificados de cursos de aperfeiçoamento** na área de atuação/educação, com carga horária mínima de **20 (vinte) horas realizados no período de 01/09/2014 a 30/09/2015.**

10.2- A prova de **Avaliação de Títulos** terá pontuação, **conforme Anexo II.**

10.3- Os diplomas, certificados e declarações de conclusão de cursos de habilitação serão aferidos

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

apenas quando oriundos de instituições reconhecidas e credenciadas para oferecer o curso pelo órgão competente do sistema de ensino.

10.4- Na contagem geral dos pontos não serão computados os pontos que ultrapassarem o limite estabelecido neste Edital.

10.5- A nota expressa no anexo II será computada, não cumulativamente, por título, valendo apenas os pontos atribuídos ao maior título acadêmico e ao maior número de cursos para todos os candidatos.

10.6- Será considerada formação na área da educação os cursos relativos aos temas relacionados na área da Educação na Tabela de Áreas de Conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação- **Fonte:** <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>.

10.7- A nota expressa às horas de cursos, na área da educação, será computada, não cumulativamente, valendo apenas os pontos atribuídos ao total da soma das cargas horárias dos certificados apresentados, conforme anexo II deste edital.

10.8- Nos documentos apresentados (original e cópia) para a prova de títulos devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso ou evento.

10.9- Para efeito de pontuação não será considerado título com a carga horária inferior a exigida, nem título com a mesma data, mesmo que realizados em turnos e em órgãos diferentes, ficando válido apenas 01 (um) entre os apresentados com a mesma data, quando se tratar de curso presencial ou semipresencial.

10.10- Os títulos deverão ser entregues na Secretaria de Educação e Esportes, no ato da inscrição.

10.11- A cópia do título entregue para efeito de avaliação não será devolvida.

11- DA CLASSIFICAÇÃO:

11.1- No processo de seleção e classificação dos candidatos inscritos para as funções constantes deste Edital, em regime de contratação temporária, considerar-se-á a documentação solicitada, bem como, os requisitos básicos e requisitos específicos para o exercício de função.

11.2- A classificação final dos candidatos consistirá no somatório da pontuação obtida na prova escrita e na prova de títulos.

11.3- Os candidatos inscritos às funções de magistério serão classificados em ordem decrescente da nota final, obedecendo a ordem de preferência por formação, conforme segue:

a) Licenciatura Plena;

b) Licenciatura Curta;

c) Estudante de Licenciatura em área específica a partir 1ª fase em diante para os anos finais;

d) Ensino Médio e /ou Magistério - com frequência a partir da 1ª fase em Licenciatura na disciplina específica- Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais.

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

- e) Ensino Médio – Magistério – para Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais.
f) Ensino Médio com cursos na área de atuação com duração mínima de 120 h ou Curso Técnico em Informática– para a função de Instrutor de Informática.

12- DO CRITÉRIO DE DESEMPATE:

12.1- Ocorrendo empate aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 26 da Lei Federal nº 10.741/03 para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.2- Para os candidatos que não estão ao amparo do item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) obtiver a maior pontuação na prova escrita de Conhecimentos Específicos;
- b) obtiver a maior pontuação na prova escrita de Conhecimentos Gerais;
- c) obtiver a maior pontuação na prova de Títulos;
- d) tiver a maior idade.

12.3- Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

12.3.1- Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

- a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;
- b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for impar, a ordem será decrescente.

13- DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

A classificação dos candidatos inscritos às funções de Magistério será divulgada pela empresa Infinity Assessoria Pedagógica **no dia 23/11/2015** no site da Prefeitura de Laguna www.laguna.sc.gov.br e no site www.infinityprovas.com.br.

14- DO RECURSO:

14.1- O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da divulgação da listagem para apresentar recurso de sua classificação, que deverá ser feito exclusivamente através do sítio da empresa Infinity Assessoria Pedagógica www.infinityprovas.com.br, no campo RECURSOS, disposto na área referente a este Processo Seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

14.2- O recurso para revisão dos pontos obtidos na classificação dar-se-á com base na prova escrita ou prova escrita e de títulos, com base na documentação apresentada na data de inscrição, não sendo aceito a inclusão de nova documentação.

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

14.3- Se do exame de recursos resultar de anulação de subitem integrante de prova, a pontuação correspondente a esse subitem será atribuída a todos os candidatos inscritos ao cargo.

14.4- Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

14.5- A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

15- DA HOMOLOGAÇÃO:

15.1- A empresa Infinity Assessoria Pedagógica responsável pelo processo de seleção divulgará a homologação da classificação final, após os pedidos de recursos, **no dia 03/12/2015**.

15.2- O processo seletivo será homologado pelo Secretário Interino de Educação e Esportes.

16- DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

16.1- A convocação dos classificados para ocupar as vagas disponíveis será efetuada de forma presencial pela Secretaria de Educação e Esportes, que efetuará o chamamento dos candidatos de acordo com a lista de classificação e necessidade da administração.

16.2- A primeira chamada dos candidatos classificados para a Educação Infantil será de forma presencial e para suprir vagas da colônia de férias nos Centros de Educação Infantil que oferecerem esta modalidade, e ocorrerá em dia e local a ser divulgada no site da Prefeitura de Laguna, www.laguna.sc.gov.br.

16.3- Ante a excepcionalidade da chamada dos candidatos para ocupar vagas da colônia de férias, os que aceitarem vagas para este fim, não perderão sua classificação para a chamada das demais vagas que vierem a surgir para o ano letivo.

16.4- A chamada para a Educação Infantil e demais cargos será realizada de forma presencial, ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e ocorrerá em dia e local a ser divulgada no site da Prefeitura de Laguna, www.laguna.sc.gov.br.

16.5- As demais vagas que surgirem no decorrer do ano letivo, terão suas chamadas publicadas no site da Prefeitura de Laguna www.laguna.sc.gov.br e ocorrerão todas as terças-feiras e quintas-feiras, cabendo aos classificados o acompanhamento do processo. No ato da chamada, não havendo nenhum candidato classificado no processo seletivo interessado na vaga aberta, a mesma irá automaticamente, no mesmo dia, para chamada pública, devendo os candidatos interessados terem magistério completo e estarem munidos dos seguintes documentos: cópia da Carteira de Identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF, cópia da graduação, cursos de aperfeiçoamento e tempo de serviço.



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

16.6- A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

16.7- A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante existência de vaga.

16.8- O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação, ficando impedido de escolher outra vaga, na disciplina desistente, além de não poder se inscrever em nenhuma chamada pública que venha ocorrer durante o ano letivo de 2016.

16.9- O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

16.10- Após cada chamada será reprocessada a classificação, retornando ao início da listagem. Ou seja, a cada chamada encerrada, voltar-se-á ao início da listagem de classificação, oferecendo, primeiramente, as novas vagas para aqueles candidatos que já foram chamados e não escolheram ou não compareceram. Os candidatos que já assumiram vaga e que os contratos já se encerram, voltarão para listagem e serão chamados na sua ordem de classificação.

16.11- Após a 1ª (primeira) chamada, as vagas remanescentes e as novas vagas serão oferecidas aos candidatos aprovados respeitando a listagem de classificação, conforme o surgimento das mesmas no decorrer do ano de 2016.

16.12- O candidato terá 1 (um) dia, considerando-se os dias úteis, para se apresentar na unidade escolar para assumir as aulas da vaga escolhida. Passado o prazo, fica a Secretaria de Educação e Esportes, autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.

16.13- As vagas para o Processo Seletivo ACT/2016 serão disponibilizadas de acordo com a necessidade de cada Unidade Escolar. Portanto, devem ser escolhidas pelos candidatos classificados no referido certame **na totalidade de sua carga**.

16.14- Os procedimentos relativos à contratação temporária de pessoal serão de responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos, sendo que os documentos deverão ser entregues no setor Administrativo da Secretaria de Educação e Esportes.

16.15- O prazo da contratação temporária para as funções especificadas no **Anexo I** deste Edital dar-se-á a partir das necessidades dos serviços públicos no ano de 2016, em vagas face o impedimento do titular por afastamento de licenças, vinculadas aos titulares afastados para ter exercício em projetos, cedência para entidades/órgãos e após esgotar todas as possibilidades de alteração de carga horária do titular.

16.16- Não haverá contratação de candidata classificada no processo seletivo a partir do 6º (sexto) mês de gestação, por ser considerado período de repouso à gestante, conforme determina LC nº



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

134/2006, em seu art. 2º, parágrafo 3º. Para tanto, deverá a candidata apresentar laudo médico comprovando o período de gestação.

16.17- O candidato que já tiver um cargo público como inativo, poderá escolher aulas até que o somatório da carga horária semanal atinja o limite total de 60 (sessenta) horas (inativo + ativo = 60 horas).

16.18 - Não será autorizada a redução da carga horária nem permuta após a escolha de vaga.

16.19 – O candidato a segundo professor de turma terá sua contratação encerrada por ocasião da desistência do aluno com necessidades especiais para o qual foi contratado, retornando à sua classificação inicial.

16.20 - A alteração de carga horária somente acontecerá depois de encerrada a lista de classificados, reiniciando a chamada obedecendo a ordem de classificação.

17- DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS:

As atribuições dos profissionais contratados sob os critérios do presente Processo Seletivo Simplificado são aquelas previstas no Anexo VII da LC. 138 de 12 de junho de 2006 (Plano de Cargos e Remuneração para os Profissionais em Educação do Magistério Público do Município de Laguna).

18- DO NÚMERO DE VAGAS, DA CARGA HORÁRIA, DO VENCIMENTO E DA FORMAÇÃO MÍNIMA:

18.1- O regime de trabalho para o cargo de professor admitido em caráter temporário nos anos iniciais e finais do ensino fundamental corresponde à carga horária 10 (dez) horas, 20 (vinte) horas, 30 (trinta) horas e 40 (quarenta) horas semanais; para o cargo de professor admitido em caráter temporário para professor auxiliar poderá ser de 20 (vinte) horas ou 40 (quarenta) horas semanais, conforme carga horária curricular das áreas de ensino disciplinar; professor admitido em caráter temporário na educação infantil poderá ser de 20 (vinte) horas ou 40 (quarenta) horas semanais conforme a carga horária curricular dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.

18.2- Os candidatos citados no item 18.1 poderão optar por 40 (quarenta) horas após esgotar toda a classificação (formação mínima exigida).

18.3- Ao candidato das áreas/disciplinas do Ensino Fundamental - anos finais / EJA será facultativo optar, quando da escolha de vagas, desde que haja disponibilidade, por jornada de 10 (dez) horas ou 20 (vinte) horas semanais.

18.4- O candidato citado no item 18.3 somente poderá atingir a carga horária de 30 (trinta) horas ou 40 (quarenta) horas semanais após esgotar toda a classificação em que está inserido.

18.5- A quantidade de vagas, a carga horária, vencimento e formação mínima exigida referente a cada função constam no **Anexo I** deste Edital.

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

18.6- O contratado em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente aos níveis de vencimento com referência a 40 (quarenta) horas semanais especificados na LC nº 134/06 e suas posteriores alterações.

19- DO REGIME JURÍDICO:

Os classificados e recrutados no presente processo seletivo serão nomeados sob regime jurídico ESTATUTÁRIO, em Contratação Temporária, vinculados ao Regime da Previdência Social.

20-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

20.1- O candidato que apresentar qualquer documento falso, além de ter sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes constantes deste Edital, estará sujeito a processo criminal, previsto em lei.

20.2- Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, das normas constantes deste Edital e alterações posteriores.

20.3- A classificação dos candidatos no Processo Seletivo não gerará direito à contratação, ficando a critério da Administração, segundo disponibilidade de vagas, obedecendo à ordem de classificação.

20.4- É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a esta seleção os quais serão divulgados no endereço eletrônico www.laguna.sc.gov.br.

20.5- Extinguir-se-á o contrato, sem direito à indenização, pelo término do prazo contratual, por iniciativa do contratado ou por iniciativa do Município.

20.6- Na forma da legislação vigente, o presente Edital poderá ser alterado a qualquer momento.

20.7- O candidato que apresentar incompatibilidade de horários, por ter escolhido mais de uma vaga ou ter outro vínculo empregatício, ou enquadrar-se na acumulação de cargos x carga horária, terá sua portaria cancelada.

20.8- O candidato que se ausentar da unidade escolar pelo prazo superior a 48 (quarenta e oito) horas, sem apresentar justificativa para a chefia imediata, terá sua portaria cancelada, será considerado desistente e será desclassificado.

20.9- O servidor que estiver atuando na unidade escolar por período igual ou superior a trinta dias será avaliado, conforme regulamento próprio.

20.10- O candidato que venha a não corresponder ao proposto pela unidade escolar onde atua terá sua portaria cancelada, mediante parecer da Comissão Geral de Avaliação de Desempenho, instituída por ato do Poder Executivo.

20.11- O candidato que tiver sua portaria cancelada não poderá optar por outra vaga durante o



P R E F E I T U R A D E
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

período descrito neste edital.

20.12- É vedada a inscrição neste processo seletivo de quaisquer membros de grupos trabalhos das Secretarias e Fundações Municipais de Laguna.

20.13- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação e Esportes, com base nos princípios administrativos, e demais normas de direito visando sempre atingir o interesse Público.

Laguna, 28 de agosto de 2015

Klevys Lopes Rosa
Secretário Interino de Educação e Esportes

Rua Voluntário Carpes, 155 - Centro ● CEP 88790-000 - Laguna - SC / Fone: 48 **3647-1673**
e-mail: educacao@laguna.sc.gov.br ● site: www.laguna.sc.gov.br



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

ANEXO I

CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO O Ref 40 h	FORMAÇÃO MÍNIMA
Professor de Educação Infantil	*RT	20/40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de licenciatura plena ou curta na área de atuação Não Habilitado – Declaração de frequência e histórico escolar em curso superior na área de atuação ou comprovante de conclusão do curso de Magistério/Educação Infantil
Professor de ensino Fundamental – Anos Iniciais	*RT	20/40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de licenciatura plena ou curta em Pedagogia Não Habilitado – Declaração de frequência e histórico escolar em curso superior em Pedagogia ou comprovante de conclusão do curso de Magistério
Professor Auxiliar	*RT	20/40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de licenciatura plena em Pedagogia ou Curso de Complementação/Aprofundamento/ Especialização em Educação Especial Não Habilitado – Declaração de frequência e histórico escolar em curso superior na área de atuação ou comprovante de conclusão de magistério com curso em área específica
Professor de Geografia	*RT	10/20/30/40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de licenciatura plena ou curta na área de atuação. Não Habilitado – Declaração de frequência em curso superior e histórico escolar na área de atuação
Professor de História	*RT	10/20/30/40 Conforme necessidade e	Piso Nacional Proporcional às horas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de licenciatura plena na área de atuação.

Rua Voluntário Carpes, 155 - Centro ● CEP 88790-000 - Laguna - SC / Fone: 48 3647-1673
e-mail: educacao@laguna.sc.gov.br ● site: www.laguna.sc.gov.br



PREFEITURA DE LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

		conveniência da Administração	trabalhadas	Não Habilitado – Declaração de frequência e histórico escolar em curso superior na área de atuação
Professor de Inglês	*RT	10/20/30/40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de licenciatura plena ou curta na área de atuação. Não Habilitado – Declaração de frequência em curso superior e histórico escolar na área de atuação
Professor de Português	*RT	10/20/30/40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de licenciatura plena ou curta na área de atuação. Não Habilitado – Declaração de frequência em curso superior e histórico escolar na área de atuação
Professor de Matemática	*RT	10/20/30/40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de licenciatura plena na área de atuação. Não Habilitado – Declaração de frequência e histórico escolar em curso superior na área de atuação
Professor de Ciências	*RT	10/20/30/40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de licenciatura plena na área de atuação. Não Habilitado – Declaração de frequência em curso superior e histórico escolar na área de atuação
Professor de Artes	*RT	10/20/30/40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior de licenciatura plena e histórico escolar na área de atuação. Não Habilitado – Declaração de frequência em curso superior e histórico escolar na área de atuação
Professor de Filosofia	*RT	10/20/30/40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de Ciências da Religião, Teologia ou Filosofia Não Habilitado – Declaração de frequência em curso superior e histórico escolar de Ciências da Religião, Teologia ou Filosofia.
Professor de Educação Física	*RT	10/20/30/40 Conforme necessidade e conveniência da	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de licenciatura plena na área de atuação. Não Habilitado – Declaração de frequência e histórico escolar em curso



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

		Administração		superior na área de atuação.
Professor de EJA – Educação de Jovens e Adultos – (Anos Finais)	*RT	10/20/30/40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Diploma de formação superior e histórico escolar de licenciatura plena ou curta em Pedagogia. Não Habilitado – Declaração de frequência e histórico escolar em curso superior de Pedagogia
Instrutor de Informática	*RT	40 Conforme necessidade e conveniência da Administração	Piso Nacional Proporcional às horas trabalhadas	Habilitado – Conclusão do Ensino Médio, com curso na área de atuação de no mínimo 120h ou Curso Técnico na área.

*RT –Reserva Técnica

ANEXO II QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA PROVA DE TÍTULOS

TÍTULO	PONTOS	COMPROVANTE
Título de Doutor relacionado à área da educação ou de ensino	18,0 (dezoito virgula zero)	Diploma de conclusão de curso acompanhado do histórico escolar
Título de Mestre relacionado à área de educação ou de ensino	17,0 (dezessete virgula zero)	Diploma de conclusão de curso acompanhado do histórico escolar
Pós-graduação em nível de especialização	16,0 (dezesesseis virgula zero)	Certificado de conclusão do curso acompanhado de histórico escolar
Conclusão do curso de licenciatura plena em área específica	12,0 (doze virgula zero)	Diploma de conclusão de curso acompanhado do histórico escolar
Conclusão de licenciatura curta em área específica	11,0 (onze virgula zero)	Diploma de conclusão de curso acompanhado do histórico escolar

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA OS CANDIDATOS QUE NÃO POSSUEM GRADUAÇÃO

Rua Voluntário Carpes, 155 - Centro ● CEP 88790-000 - Laguna - SC / Fone: 48 3647-1673
e-mail: educacao@laguna.sc.gov.br ● site: www.laguna.sc.gov.br



PREFEITURA DE LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

TÍTULO	PONTOS	COMPROVANTE
Acadêmico de curso superior correspondente ao cargo pretendido – 9º semestre	10,0 (dez vírgula zero)	Declaração de frequência no 9º semestre do curso superior correspondente ao cargo para o qual se inscreveu
Acadêmico de curso superior correspondente ao cargo pretendido – 8º semestre	9,0 (nove vírgula zero)	Declaração de frequência no 8º semestre do curso superior correspondente ao cargo para o qual se inscreveu
Acadêmico de curso superior correspondente ao cargo pretendido – 7º semestre	8,0 (oito vírgula zero)	Declaração de frequência no 7º semestre do curso superior correspondente ao cargo para o qual se inscreveu
Acadêmico de curso superior correspondente ao cargo pretendido – 6º semestre	7,0 (sete vírgula zero)	Declaração de frequência no 6º semestre do curso superior correspondente ao cargo para o qual se inscreveu
Acadêmico de curso superior correspondente ao cargo pretendido – 5º semestre	6,0 (seis vírgula zero)	Declaração de frequência no 5º semestre do curso superior correspondente ao cargo para o qual se inscreveu
Acadêmico de curso superior correspondente ao cargo pretendido – 4º semestre	5,0 (cinco vírgula zero)	Declaração de frequência no 4º semestre do curso superior correspondente ao cargo para o qual se inscreveu
Acadêmico de curso superior correspondente ao cargo pretendido – 3º semestre	4,0 (quatro vírgula zero)	Declaração de frequência no 3º semestre do curso superior correspondente ao cargo para o qual se inscreveu
Acadêmico de curso superior correspondente ao cargo pretendido – 2º semestre	3,0 (três vírgula zero)	Declaração de frequência no 2º semestre do curso superior correspondente ao cargo para o qual se inscreveu
Acadêmico de curso superior correspondente ao cargo pretendido – 1º semestre	2,0 (dois vírgula zero)	Declaração de frequência no 1º semestre do curso superior correspondente ao cargo para o qual se inscreveu
Conclusão do Magistério	1,0 (um vírgula zero)	Diploma de magistério – nível médio

HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

TÍTULO	PONTOS	COMPROVANTE
Formação continuada da Educação Infantil da Rede Municipal de ensino de Laguna 2015 40 (quarenta) horas	1,0 (um vírgula zero) para 40h 0,5 (zero vírgula cinco) para 20h	Certificado ou declaração de participação
De 20 (vinte) a 40 (quarenta) horas, período de 01/08/2014 a 31/08/2015	1,0 (um vírgula zero)	Certificado ou declaração de participação
De 41 (quarenta e um) a 60 (sessenta) horas, no período de 01/08/2014 a 31/08/2015	2,0 (dois vírgula zero)	Certificado ou declaração de participação

Rua Voluntário Carpes, 155 - Centro ● CEP 88790-000 - Laguna - SC / Fone: 48 3647-1673
e-mail: educacao@laguna.sc.gov.br ● site: www.laguna.sc.gov.br



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

Acima de 61 (sessenta e um) horas, no período de 01/08/2014 a 31/08/2015	3,0 (três vírgula zero)	Certificado ou declaração de participação
Curso do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) período de 01/08/2013 a 31/08/2015	4,0 (quatro vírgula zero)	Certificado ou declaração de participação
Programa Mente Inovadora – Mind LAB período de 01/08/2013 a 31/08/2015	2,0 (dois vírgula zero)	Certificado ou declaração de participação

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE NÍVEL MÉDIO INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

TÍTULO	PONTOS	COMPROVANTE
Conclusão de curso de ensino médio	3,0 (três vírgula zero)	Diploma de conclusão de curso acompanhado do histórico escolar
Conclusão de curso de ensino médio profissionalizante na função de atuação	4,0 (quatro vírgula zero)	Diploma de conclusão de curso acompanhado do histórico escolar

HORAS DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

TÍTULO	PONTOS	COMPROVANTE
Curso na área com mínimo de 120 (cento e vinte horas) no período de 01/08/2014 a 31/08/2015	3,0 (três vírgula zero)	Certificado ou declaração de participação

ANEXO III DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS – MAGISTÉRIO

1. PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS (05 questões)

Conteúdo programático: Lei 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Inclusão com necessidades educacionais especiais. Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento. Didática Geral. Saúde Escolar. Avaliação da aprendizagem. Diversidade. Acessibilidade. Currículo e Cultura. Projeto Político-Pedagógico. Atualidades do Mundo, Brasil e Laguna. Constituição do Estado de Santa Catarina e constituição Federal.

2. PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO (15 questões)

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Conteúdo Programático: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil da Rede Municipal de Laguna: Fundamentos e Métodos, a Educação Infantil no Brasil, a Construção Social da Criança, Desenvolvimento da Linguagem, o Brincar no Espaço Educativo, Princípios que Fundamentam a Educação Infantil,

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

Planejamento na Educação Infantil, Registro e Avaliação na Educação Infantil, O Papel Social da Educação Infantil.

PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Conteúdo Programático: As diferentes concepções do processo da leitura e da escrita, Gêneros textuais, produção e reestruturação de textos, análise linguística, Campos Numéricos - Números Naturais, Números Racionais; Sistema de Medidas, Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Alfabetização e letramento. Alfabetização Matemática. Jogos na alfabetização. Sequência didática. Avaliação no ciclo de alfabetização. Conceitos Metodológicos específicos das Áreas do Conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Ciências naturais e Sociais.

SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA

Conteúdo Programático: Inclusão escolar de alunos com deficiência. Atendimento Educacional Especializado; Amparo Legal, Legislação Vigente. Fundamentos e Princípios da Educação Inclusiva. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Tecnologia Assistiva e Suas Modalidades com ênfase na comunicação Alternativa. Legislação. Políticas e Programas de Educação Especial e Inclusão Escolar em Santa Catarina. Atribuições do Segundo Professor de Turma. Alfabetização com Letramento. Conceitos de deficiência. .

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Conteúdo Programático: Categorias da Geografia: paisagem, território, lugar. Espaço da natureza: as Inter-Relações entre os Diferentes Componentes do Quadro Natural. As Diversas Formas de Energia, seus usos e consequências. Cidades e Urbanização no Brasil: metrópoles, redes urbanas e o meio ambiente urbano. Ambiente Natural: ocupação, preservação/conservação. Economia e Sociedade: desigualdades mundiais.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

Conteúdo Programático: Conceitos Fundamentais da História: fato histórico, tempo histórico, sujeito histórico. O Feudalismo, suas transformações e a formação dos Estados nacionais europeus – Monarquias absolutas e Mercantilismo. História de Santa Catarina. História do Brasil. História da América.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Conteúdo Programático: As diferentes Concepções do Processo da Leitura e da Escrita. As Funções Sociais da Linguagem. Caráter Criativo e Produtivo da Linguagem. O Desenvolvimento da Linguagem e da Cognição. Elementos e Relação da Estrutura Gramatical: o conteúdo semântico de aspectos morfossintáticos de Língua Portuguesa – os fonemas e grafemas da Língua Portuguesa. Compreensão, Interpretação e Produção de Textos. Gêneros Textuais e Sequência Didática. Análise Linguística. Língua oral e escrita. Variedade linguística.

PROFESSOR DE INGLÊS

Conteúdo Programático: Compreensão de textos: textos de diversos tipos, de padrão contemporâneo, Produção textual a partir de situações do cotidiano, Contextualização das palavras com vários significados.

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Conteúdo Programático: Conjuntos: Subconjuntos, Interseção, Reunião, Relação de Pertinência, relação de inclusão, representações gráficas. Número: construção do conceito, naturais, inteiros, irracionais, complexos, reais e racionais, Sistema de numeração: decimal, não decimal, agrupamento em diferentes bases, Medida de: comprimento, área, capacidade, massa, perímetro, tempo, Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Jogos de raciocínio lógico e habilidades cognitivas. Resolução de problemas.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Conteúdo Programático: A Terra primitiva, Os solos, Poluição e aquecimento global, Meio ambiente: preservação, degradação e recuperação ambiental, Taxonomia dos seres vivos, Reprodução humana, Células, Genética, DST, Cadeias alimentares, Cinco Reinos.

PROFESSOR DE ARTES

Conteúdo Programático: Valorização das diferentes formas de manifestação artística como meio de acesso e compreensão das diversas culturas, Valorização de capacidade lúdica, da flexibilidade, do espírito de investigação e da crítica como aspectos importantes da experiência artística, Produtores de arte: vidas, épocas e produtos em conexões.

PROFESSOR DE FILOSOFIA

Conteúdo Programático: O sagrado e a religiosidade, Manifestação e revelação, As finalidades da religião, Ensino religioso na atualidade brasileira: legislação nacional e estadual, Livros históricos e proféticos, A noção de Deus, Religião, Estudo e Poder- Ética e cidadania.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Conteúdo Programático: Educação Física e contexto social, Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Recreação e lazer: conceito e finalidades. Concepções Psicomotoras na Educação Física Escolar. Educação Física e aprendizagem social. A evolução da Educação Física. Educação Física e o Desenvolvimento Humano.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA / ANOS FINAIS

Conteúdo Programático: As identidades que configuram o sujeito da educação de jovens e adultos; O conhecimento na perspectiva do pensamento complexo; História da Educação de Jovens e Adultos; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; Legislação da Educação de Jovens e Adultos; Legislação Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Política Nacional, Estadual e Municipal do Idoso; Pesquisa como princípio educativo; O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na perspectiva processual; Letramento e Alfabetização de Adultos; O ensino e a aprendizagem da leitura.

INSTRUTOR DE INFORMÁTICA:

Conteúdo programático: Conceitos Básicos de Informática. Sistemas computacionais; Organização e arquitetura de Computadores. Sistemas operacionais Linux e Windows. Redes de computadores. Softwares de edição de texto e apresentação. Fundamentos da tecnologia educacional. Uso de tecnologias no processo ensino/aprendizagem. Comunicação eletrônica. Informática na Educação.

**PREFEITURA DE
LAGUNA**

Secretaria de Educação e Esportes

3. ALGUMAS REFERÊNCIAS

3.1. CONHECIMENTOS GERAIS

☐ ☐ Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>

☐ ☐ Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>

☐ ☐ Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>

☐ ☐ Proposta Curricular de Santa Catarina x Proposta Curricular do Município de Laguna.

Legislação de Ensino

☐ ☐ LDB nº 9394/1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

☐ ☐ Resolução CNE/CEB Nº 4/2010. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacaobasica&catid=323:orgaos-vinculados

3.2. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

☐ ☐ Proposta Curricular de Santa Catarina X Proposta Curricular do Município de Laguna—
Disciplinas Curriculares. Disponível em:

<http://www.sed.sc.gov.br/educadores/proposta-curricular?start=1>

☐ ☐ Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

☐ ☐ Resolução CNE/CEB Nº 3/2010 Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906&Itemid=866

☐ ☐ Resolução CNE/CEB Nº 1/2000. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>

3.3. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – EDUCAÇÃO INFANTIL

☐ ☐ Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume1>.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2>.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3>.

☐ ☐ Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil da Rede Municipal de Laguna



P R E F E I T U R A D E
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

<http://www.laguna.sc.gov.br>

Rua Voluntário Carpes, 155 - Centro ● CEP 88790-000 - Laguna - SC / Fone: 48 **3647-1673**
e-mail: educacao@laguna.sc.gov.br ● site: www.laguna.sc.gov.br



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Educação e Esportes

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA FINS DE INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO ACT/2016

Identificação da Instituição Pública ou Privada (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço)

DECLARAMOS

que o candidato _____,
portador do CPF nº _____, durante o ano letivo de 2014:

- () Respondeu processo disciplinar;
- () Abandonou ao serviço, sem justificação, por 3 (três) dias intercalados;
- () Respondeu ou está respondendo processo de sindicância;
- () Não se enquadra em nenhum dos itens anteriores (apto).

Declaramos sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro que as informações constantes deste atestado são a expressão da verdade.

Local e Data: _____, ____/____/____.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição

Rua Voluntário Carpes, 155 - Centro ● CEP 88790-000 - Laguna - SC / Fone: 48 3647-1673
e-mail: educacao@laguna.sc.gov.br ● site: www.laguna.sc.gov.br

Lebon Régis

PREFEITURA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2014

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2014

Licitação: PR30/2014.

Objeto: Aditamento de Prazo e reajuste de valor nos termos do artigo 57, inciso IV, da lei 8.666/93.

Contratante: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contratado: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME

Valor: 8.971,20 (oito mil novecentos e setenta e um reais com vinte centavos).

Vigência: 02/09/2015. Término: 01/09/2016

Lebon Régis, 27/08/2015.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL Divisão de Licitações e Compras PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015
--

TIPO: Menor Preço por Item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de materiais gráficos, carimbos, canetas, placas de identificação e pastas, para a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 039/2015. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 11 de setembro de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 28/08/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL DE ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR/ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Extrato de Edital de Escolha de Membros do Conselho Tutelar/Eleições Unificadas 2015

NELSIRA LOSS FIORENTIN, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lindóia do Sul/SC, torna público, que em virtude do não preenchimento do número mínimo de inscrição para o cargo de Conselheiro Tutelar, as inscrições serão reabertas nos dias 31 de Agosto à 04 de Setembro de 2015, na Diretoria de Ação Social, Rua Tamandaré, 117. Ficam portanto suspenso os demais atos a partir de 31 de agosto de 2015 .O edital pode ser obtido na íntegra pelo site: www.lindoiadosul.sc.gov.br, Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446-1177.

Lindóia do Sul, 31 de agosto de 2015.

NELSIRA LOSS FIORENTIN

Presidente do CMDCA

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA - PL 077/2015 - DL 014/2015 - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 077/2015

Dispensa nº 014/2015

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação com o ESPORTE CLUBE VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 83.518.860/0001-49, situado na Av. 16 de fevereiro, 127, Centro, em Luzerna (SC), para a locação do campo do futebol do Esporte Clube Vitória para as atividades desenvolvidas pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna/SC.

Valor homologado: R\$ 12.000,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas em especial o disposto no art. 24, inciso X.

Luzerna (SC), 31 de agosto de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATO PML Nº 132.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 132/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 072/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 048/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – COMPACT PAV – TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Delfim Moreira da Costa Ribeiro, nº 219-D, Bairro Bela Vista, na cidade de Chapecó/SC CEP 89804-035, inscrita no CNPJ sob o nº 14.637.072/0001-59, neste ato representada por seu representante legal IVAN RIFFEL brasileiro, maior e capaz, casado, portador da cédula de identidade nº 12/R 1.615.638 SSPSC e inscrito no CPF sob o nº 247.985.410-87, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 072/2015 na modalidade de Pregão Presencial nº 048/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de massa asfáltica destinadas à manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Serviços, conforme as especificações constantes no Edital e em seus anexos, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	1.000,00	Sacos	Massa asfáltica usinada a quente (CBUQ), preparada com agregados pétreos, dosado com cap 50/70, não emulsinado, aditivado com composto químico exclusivo de retardador de "cura" para aplicação a frio em manutenção de pavimentos, tapa buracos, podendo o produto ter uma estocagem de até 12 meses, capaz de ser aplicada mesmo em buraco com água ou em períodos de chuva, sem perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação, embalados em sacos de 25kg, granulometria não inferior a 96% na peneira 3/8", densidade aparente da massa entre: 2,00 e 2,50 g/m³; teor de Betume entre: 5 a 6%. Produto homologado pelo INMETRO.	24,50	24.500,00

O FORNECEDOR 1 – COMPACT PAV – TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que os objetos licitados deverão ser fornecidos, de forma parcelada, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega da mercadoria em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo e sem custos adicionais.

- 1.3. Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Prefeitura Municipal, na Secretaria de Obras e Serviços, em dias de expediente, das 7 horas às 13 horas.
- 1.4. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio/frete e descarga das mercadorias solicitadas.
- 1.5. Por ocasião do recebimento dos produtos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.
- 1.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.
- 1.7. O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.
- 1.8. Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 1.9. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.
- 1.10. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para ao FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado no item Forma de Execução;
- 4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
- 4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos

produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas

Elemento: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

Atividade: 11.01.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Atividade: 11.01.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 25 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

IVAN RIFFEL
COMPACT PAV – TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

EXTRATO DE CONVÊNIO 0262015

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 026/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO PRÓ TÊNIS DE MESA

VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais),

OBJETO: desenvolvimento de Projeto Social de difusão da prática do esporte do tênis de mesa amador entre a comunidade, como alternativa ao preenchimento do tempo ocioso, afastando as crianças e adolescentes de situações nocivas ao seu desenvolvimento, proporcionando-lhe os meios para o aperfeiçoamento técnico e físico.

DOTAÇÃO: 08.03.27.812.0049.2040 - Funcionamento e manutenção do setor de Esportes - Categoria Econômica - 3.3.50 - Transferência à Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte: 00 - Recursos ordinários - Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários.

VIGÊNCIA: Até 20/12/2015.

Luzerna, 27 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONVENIENTE

ASSOCIAÇÃO PRÓ TÊNIS DE MESA

ISAC LUIZ RIBEIRO

CONVENIADA

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2015 EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2015
REGISTRO DE PREÇO Nº 0015/2015

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0040/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0026/2015, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, REGISTRO DE PREÇO nº 0015/2015 que até 09h00min, do dia 15 de setembro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para o Registro de Preços, para contratações futuras, com pedidos parcelados, visando a contratação de empresa com profissional qualificado para os serviços (mão de obra) de revisão e reparos da parte elétrica dos veículos e máquinas pertencentes a frota municipal, de acordo com as especificações do Edital e seus anexos. O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 15/09/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0026/2015, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 28 de agosto de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

portaria 3380

PORTARIA N.º 3380/2015

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme atestado médico em anexo.

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DIAS
Beatriz P do Santos	Odontóloga	30/07/15	01
Beatriz P do Santos	Odontóloga	22/07/15	01
Beatriz P do Santos	Odontóloga	10/08/15	02
Severino de Oliveira	Tesoureiro	23/07/15	02
Mirian Ap M Solovi	Enfermeira	06/08/15	02
Jenifer T Begnini	Professora	22/07/15	01
Mirian Baptistella	Ag Com de Saude	27/07/15	01
Simone L Gomes	Ag Comb. Endemias	14/08/15	01
Simone L Gomes	Ag Comb. Endemias	28/07/15	01
Iana S Abraão	Auxi Administrativo	14/08/15	01
Larini Grahl	Recepcionista	07/08/15	01
Larini Grahl	Recepcionista	14/08/15	01
Rejane S Abraão	Diretora	11/08/15	10
Alissandra Arconti	Vigia	07/08/15	15
Edilene Hoepfner	Enfermeira	04/08/15	01
Rafael Balbissan	Médico	13/08/15	01
Bruna C B de Andrade	Odontóloga	11/08/15	01
Clodoaldo Scheffemacher	Motorista I	11/08/15	01
Cleciene R dos Santos	Professora	14/08/15	01
Leidimara Recalcatti	Serviços Gerais II	11/08/15	02
Ivan Carlos Carneiro	Professor	04/08/15	01

Odete G Pinto	Serv Gerais II	10/08/15	02
Paulo S Pedroso	Motorista II	07/08/15	01
Cristina Lazzarotti	Professora	13/08/15	01
Cristina Lazzarotti	Professora	07/08/15	01
Neiva T B Maffesoni	Professora	10/08/15	01
Pedro S Neto	Serv. Gerais II	12/08/15	01

Registre-se e publique-se
 Macieira- SC, 14 de agosto de 2015.
 EMERSON ZANELLA
 Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23, 24 E 25/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
 PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0038/2015.

Pregão Presencial nº 0024/2015.

Registro de Preços nº 0013/2015.

Objeto: Registro de Preços para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para aquisição de filtros destinados à manutenção dos veículos e máquinas pertencentes à Frota Municipal, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

Vigência: A Ata de Registro de Preços terá vigência até 31/12/2015, podendo ser prorrogada.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a entrega do produto e emissão de Nota Fiscal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015

Fornecedor: PAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

LOTE 16 – TRATOR DE ESTEIRAS:

Item	Descrição da máquina	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
16.1	Trator de esteiras Komatsu D 51	2014	01	Sep. de água	Pç.	SAKURA	176,32
	Nº de série B 14069		01	Lubrificante	Pç.	FS	67,43
			01	Principal Ar	Pç.	FS	192,60
			01	Secundário Ar	Pç.	JP	137,96
			01	Combustível	Pç.	SAKURA	114,99
			01	Hidráulico	Pç.	SAKURA	444,56
			01	Transmissão	Pç.	JP	501,50
			01	Ar condicionado interno	Pç.	SAKURA	451,15
				Ar condicionado externo	Pç.	SAKURA	543,46

LOTE 20 - MOTONIVELADORA:

Item	Descrição da máquina	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
20.1	Motoniveladora Huber Warco	1980	01	Sep. de água	Pç.	VOX	70,02
	140S ODM 197		01	Lubrificante	Pç.	TURBO	58,36
			01	Principal Ar	Pç.	TURBO	177,78
			01	Secundário Ar	Pç.	TURBO	121,21
			01	Combustível	Cj 02 pç.	TURBO	114,93
			01	Hidráulico	Pç.	TURBO	345,68
			01	Transmissão	Pç.	MC	249,62
20.2	Motoniveladora Case c/ cabine	2013	01	Sep. de água	Pç.	DONALDSON	70,03
	845B		01	Lubrificante	Pç.	BALWIN	58,36
			01	Principal Ar	Pç.	TURBO	117,78
			01	Secundário Ar	Pç.	TURBO	121,21
			01	Combustível	Pç.	TURBO	40,40
			01	Hidráulico	Pç.	TURBO	345,68
			01	Transmissão	Pç.	BALWIN	249,61
			01	Ar condicionado	Cj 02 pç.	BALWIN	314,26

LOTE 21 – RETROESCAVADEIRA:

Item	Descrição da máquina	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
21.1	Retroescavadeira Randon 406B	2009	01	Sep. de água	Pç.	RANDON	39,92
	Nº de série E15154137		01	Lubrificante	Pç.	RANDON	31,94
			01	Principal Ar	Pç.	RANDON	53,89
			01	Secundário Ar	Pç.	RANDON	40,42
			01	Combustível	Pç.	RANDON	22,45
			01	Hidráulico	Pç.	RANDON	471,12
			01	Transmissão	Pç.	RANDON	130,25
21.2	Retroescavadeira Cater Pillar 406 E	2013	01	Sep. de água	Pç.	DANALDSON	43,92
	Nº de série CAT0416EHMFG08192		01	Lubrificante	Pç.	DONALDSON	34,93
			01	Principal Ar	Pç.	MANN	309,42
			01	Secundário Ar	Pç.	MANN	165,69
			01	Combustível	Pç.	DONALDSON	85,84
			01	Hidráulico	Pç.	DONALDSON	256,52
			01	Transmissão	Pç.	DONALDSON	58,64

LOTE 22 – ESCAFADEIRA:

Item	Descrição da máquina	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
22.1	Escavadeira Hidráulica PC 160	2011	01	Sep. de água	Pç.	FS	294,45
			01	Lubrificante	Pç.	FS	75,93
			01	Kit filtro de ar	Pç.	SAKURA	319,85
			01	Combustível	Pç.	FS	41,35
			01	Hidráulico	Pç.	FS	681,05
			01	Ar condicionado interno	Pç.	SAKURA	308,09
			01	Ar condicionado externo	Pç.	SAKURA	114,29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015

Fornecedor: MECANICA FARENZENA LTDA EPP

LOTE 01 – CAMINHÃO FORD CARGO:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
1.1	Caminhão Ford cargo 24-28	MID 7418	2010/2011	01	Combustível	Pç.	TECFIL	69,94
				01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	101,91
				01	Sep. Água	Pç.	TECFIL	74,93
				01	Principal ar	Pç.	TECFIL	119,89
				01	Secundário ar	Pç.	TECFIL	65,94
				01	compressor	Pç.	TECFIL	139,88
1.2	Caminhão Ford cargo 26-28	MHC 8757	2010/2010	01	Combustível	Pç.	TECFIL	69,94
				01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	101,91
				01	Sep. Água	Pç.	TECFIL	74,93
				01	Principal ar	Pç.	TECFIL	119,89
				01	Secundário ar	Pç.	TECFIL	65,94
				01	compressor	Pç.	TECFIL	139,88

LOTE 04 – CAMINHÃO VOLVO:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
4.1	Caminhão Volvo/VM 330 6x4R	QHD 4145	2014/2014	01	Combustível	Pç.	TECFIL	94,69
				01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	74,56
				01	Principal ar	Pç.	TECFIL	229,25
				01	Secundário ar	Pç.	TECFIL	179,41
				01	Sep. água	Pç.	TECFIL	119,61
				01	Ar condicionado	Pç.	TECFIL	69,77

LOTE 05 – ONIBUS ESCOLAR:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
5.1	VW/Ônibus Comil Pia	MDC 0851	2002/2002	01	Combustível	Pç.	TECFIL	110,00
				01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	100,00
				01	Sep. Água	Pç.	TECFIL	110,00
				01	Principal ar	Pç.	TECFIL	130,00
				01	Secundário ar	Pç.	TECFIL	120,00
5.2	VW/Ônibus Power	MJA 5641	2010/2011	01	Combustível	Pç.	TECFIL	100,00
				01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	110,00
				01	Sep. Água	Pç.	TECFIL	100,00
				01	Principal ar	Pç.	TECFIL	130,00
				01	Secundário ar	Pç.	TECFIL	120,00
				01	Secador	Pç.	WABCO	180,00
5.3	VW/Ônibus ORE	QHA 1405	2014/2014	01	Combustível	Pç.	ORIGINAL	100,00
		MMI 0725	2014/2014	01	Lubrificante	Pç.	ORIGINAL	125,00
		QHH 7087	2014/2014	01	Sep. água	Pç.	RACOR	120,00
				01	Principal ar	Pç.	TECFIL	130,00
				01	Secundário ar	Pç.	TECFIL	120,00
				01	Secador	Pç.	WABCO	180,00

LOTE 06 – GOL 1.0.

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
6.1	Gol 1.0	MDG 3574	2006/2006	01	Ar	Pç.	TECFIL	24,79
				01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	24,79
6.2	Gol 1.0 GIV	MIJ 3448	2011/2012	01	Ar	Pç.	TECFIL	24,79
		MIJ 3488	2011/2012	01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	24,79
		MJS 2531	2012/2012					

LOTE 07 – HONDA CIVIC:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
7.1	Honda Civic LXS 2.0	MLX 9531	2013/2014	01	Ar	Pç.	TECFIL	39,13
				01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	24,45
				01	Ar condicionado	Pç.	TECFIL	48,91

LOTE 08 – HYUNDAI HB20S:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
8.1	Hyundai HB20S 1.6	MMC 5179	2014/2015	01	Ar	Pç.	TECFIL	49,79
				01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	39,83
				01	Ar condicionado	Pç.	TECFIL	27,88

LOTE 09 – CHEVROLET CLASSIC:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
9.1	Chevrolet Classic L.S 1.0	MLV 0143	2013/2014	01	Ar	Pç.	TECFIL	25,49
				01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	24,51

LOTE 10 – VW SAVEIRO:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
10.1	VW Saveiro CE 1.6	MKA 7135	2011/2012	01	Ar	Pç.	TECFIL	29,66
				01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	24,71
10.2	VW Saveiro CS 1.6	MLX 4182	2013/2014	01	Ar	Pç.	TECFIL	29,66
					Lubrificante	Pç.	TECFIL	24,71

LOTE 11 – VW VOYAGE:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
11.1	VW Voyage 1.6	MLR 3424	2013/2014	01	Ar	Pç.	TECFIL	29,75
		MLU 2523	2014/2014	01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	24,79
				01	Ar Condicionado	Pç.	TECFIL	44,62

LOTE 14 – FIAT DOBLO:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
14.1	Fiat Doblo Cargo Flex	MJN 4966	2012/2013	01	Ar	Pç.	TECFIL	57,15
				01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	28,57
				01	Ar Condicionado	Pç.	TECFIL	66,66
				01	Combustível	Pç.	TECFIL	19,05
				01	Óleo do motor	Pç	TECFIL	28,57

LOTE 15 – TRATOR VALTRA A 950:

Item	Descrição da máquina	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
15.1	Trator Valtra A 950	2013	01	Sep. de água	Pç.	TECFIL	49,77
	Nº de série A950332745		01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	54,75
			01	Principal Ar	Pç.	TECFIL	93,57
			01	Secundário Ar	Pç.	TECFIL	76,65
			01	Combustível	Pç.	TECFIL	49,77
			01	Hidráulico	Pç.	TECFIL	115,48

LOTE 17 – TRATOR NEW HOLLAND:

Item	Descrição da máquina	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
17.1	Trator New Holland	2014	01	Sep. de água	Pç.		0,01
	Nº de série HCCV4030JECG24908		01	Lubrificante	Pç.	ORIGINAL	75,00
			01	Principal Ar	Pç.	ORIGINAL	150,00
			01	Secundário Ar	Pç.	ORIGINAL	110,00
			01	Combustível	Cj 02 pç.	ORIGINAL	120,00
			01	Hidráulico	Pç.	ORIGINAL	180,00

LOTE 18 – TRATOR FORD 5030:

Item	Descrição da máquina	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
18.1	Trator Ford 5030 4x2	1997	01	Sep. de água	Pç.		0,01
			01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	40,00
			01	Principal Ar	Pç.	TECFIL	75,00
			01	Secundário Ar	Pç.	TECFIL	55,00
			01	Combustível	Pç.	TECFIL	33,00
			01	Hidráulico	Pç.	TECFIL	75,00

LOTE 19 - TRATOR MASSEY FERGUSON:

Item	Descrição da máquina	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
19.1	Trator Massey Ferguson	2010	01	Sep. de água	Pç.	TECFIL	149,63
	MF 4291		01	Lubrificante	Pç.	TECFIL	74,81
	Nº de série 1291294913		01	Principal Ar	Pç.	TECFIL	149,63
			01	Secundário Ar	Pç.	TECFIL	89,78
			01	Combustível	Pç.	ORIGINAL	149,63
			01	Hidráulico	Pç.	TECFIL	196,51

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2015

Fornecedor: MECANICA ZAGO SB LTDA EPP

LOTE 02 – CAMINHÃO M. BENZ ATRON:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
2.1	Caminhão M. Benz Atron 2729 k 6x4	QHA 2714	2014/2014	04	Combustível	Pç.	TECFIL	87,90
				04	Lubrificante	Pç.	TECFIL	76,30
				04	Sep. Água	Pç.	TECFIL	152,89
				04	Principal ar	Pç.	TECFIL	192,60
				04	Secundário ar	Pç.	TECFIL	87,90
				04	compressor	Pç.	TECFIL	192,10
				04	Ar condicionado	Pç	TECFIL	136,80

LOTE 03 – CAMINHÃO SCANIA R 112:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
3.1	Caminhão Scania R112 6x4	ADO 0498	1983/1983	02	Combustível	Pç.	TECFIL	32,94
				02	Lubrificante	Pç.	TECFIL	97,32
				02	Principal ar	Pç.	TECFIL	103,20
				02	Secundário ar	Pç.	TECFIL	130,15
				02	Turbina	Pç.	TECFIL	63,88

LOTE 12 – AMBULÂNCIA FIAT DUCATO JAEDI:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário
12.1	Fiat Ducato Jaedi	OKF 5096	2014/2014	03	Ar	Pç.	TECFIL	79,40
				03	Lubrificante	Pç.	TECFIL	67,93
				03	Ar Condicionado	Pç.	TECFIL	196,60
				03	Combustível	Pç.	TECFIL	149,62
				03	Óleo motor	Pç	TECFIL	44,78

LOTE 13 – FORD TRANSIT:

Item	Descrição do veículo	Placa	Ano/modelo	Quantd	Filtros	unid	marca	Valor unitário registrado
13.1	Ford Transit 350l Bus	MIF 2337	2010/2010	03	Ar	Pç.	TECFIL	78,18
				03	Lubrificante	Pç.	TECFIL	66,50
				03	Ar Condicionado	Pç.	TECFIL	190,15
				03	Combustível	Pç.	TECFIL	108,49

Macieira, 21 de agosto de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

RETIFICAÇÃO A ATA DE RP Nº 19/2015

RETIFICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0035/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº0022/205

REGISTO DE PREÇO Nº 0012/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento do Município de Macieira, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

INCLUA-SE:

Item	Descrição	Unid	Quan	Marca	Valor unitário registrado
65	Coxa e sobre coxa congelada.	kg	01	Aurora	6,79

As demais cláusulas permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Macieira – SC, 20 de agosto de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Maravilha

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 004/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 004/2015.

Retificação n. 001/2015

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de CREDENCIAMENTO, para posterior contratação, entre os habilitados, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, para realização de EXAMES DE IMAGEM RADIOLOGIA – SENDO: MAMOGRAFIA UNI E BI-LATERAL, Grupo G02A, Subgrupo 02.04.03.003-0, 02.04.03.018-8. DENSITOMETRIA ÓSSEA DUO-ENERGÉTICA DE COLUNA VERTEBRAL Grupo G02A, Subgrupo 02.04.06.002-8e a Forma de Organização 05 da Tabela Unificada de Procedimentos SUS, nos termos da Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo os documentos a partir do dia 18 de agosto de 2015. Os interessados poderão credenciar-se a qualquer momento, durante a vigência do presente credenciamento. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 28 de agosto de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARAVILHA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC RATIFICA todos os atos praticados pelo Pregoeiro e equipe de apoio da Câmara Municipal de Vereadores, nos autos da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015, HOMOLOGA o procedimento licitatório e torna público o seu resultado:

Processo Licitatório Nº 4/2015

TIPO: Menor preço por item/Comissão.

OBJETO: Prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais, mediante fornecimento parcelado, para trechos diversos, à escolha da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC.

ADJUDICADO: WTL TURISMO E LOCAÇÃO LTDA ME – CNPJ: 15.328.829/0001-95.

Maravilha-SC, 28 de agosto de 2015.

Odair José Batistello

Presidente.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3148 DE 27 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº. 3148 DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 163.000,00 (Cento e sessenta e três mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0053.1024 – Construção de Praças Públicas

0401 - 44900000 – Aplicações Diretas

0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 163.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 27 de Agosto de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO LEILÃO N° 050-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO N.º 050/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 21/09/2015, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de LEILÃO N.º 050/2015, objetivando a Venda de Bens Móveis Inservíveis, sendo a presente licitação do tipo Maior Lance por Item. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou por solicitação via e-mail.

Meleiro/SC, 28 de agosto de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

EDITAL 001/2015 DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL 001/2015 DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Modelo SC, Sr. Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Câmara de Vereadores, através de seu Presidente Sr. Hélio Trevisan, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº.1457/2001, e de conformidade com o Parágrafo Quarto, do Artigo 9º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – LRF,

FAZ SABER a quem interessar possa que fará realizar Audiência Pública, para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 1º e 2º Quadrimestre de 2015 e 1º semestre de 2015, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara Municipal de Modelo SC

Rua do Comercio – Centro – Modelo SC

Data – 01/09/2015

Horário – 08:40 horas

Coordenação da audiência pública:

Representante do Poder Executivo: Janice Martini Muller

Representante do Poder Legislativo: Lenoir Lang

Desta forma, ficam convocados todos os que desejarem participar desta Audiência Pública.

Modelo, (SC), 12 agosto de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

HÉLIO TREVISAN

PRESIDENTE CÂMARA DE VEREADORES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 1457/2001 e de conformidade com o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, faz saber a quem interessar possa especialmente aos cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública para Apresentação e Discussão de revisão do PPA – Plano Plurianual de Investimentos, LDO – Lei Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei Orçamentária para o Exercício de 2016, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara de Vereadores

Rua do Comercio – Modelo - SC

Data – 01/09/2015

Horário – 09:40 horas

Representante do Poder Executivo: Janice Martini Muller

Representante do Poder Legislativo: Lenoir Lang

Os cidadãos Modelenses ficam devidamente convidados para participar desta Audiência Pública, com notificação a sociedade civil organizada, para indicação dos delegados, conforme determina ao artigo 7º da Lei Municipal 1457/2001.

Modelo SC, 12 de agosto de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

CONVITE/CONVOCAÇÃO

SOLICITAMOS AS ENTIDADES ABAIXO RELACIONADAS QUE INDIQUEM, ATRAVÉS DE OFÍCIO, UM REPRESENTANTE DENOMINADO DELEGADO, PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, CONFORME ABAIXO ESPECIFICADO, REPRESENTANDO A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, DE CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS.

Audiência Pública com Instrumento de transparência da Gestão Fiscal no Município

Revisão do PPA – Plano Plurianual de Investimentos vigente, Elaboração da LDO – Lei Diretrizes Orçamentária e da LOA – Lei Orçamentária para o Exercício de 2016, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara de Vereadores

Rua do Comercio – Modelo - SC

Data – 01/09/2015

Horário 09:40 horas

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

I - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

II – Representante do Comércio – ACIMO;

III – Representante da Indústria - ACIMO;

IV – Representante Prestadores de Serviço – ACIMO;

V – Representante do Conselho Municipal da saúde;

VI – Representante do Conselho Municipal da Educação;

VII – Representante Conselho Trabalho e Emprego;

VIII - Representante do Conselho da Agricultura;

IX – Representante do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente;

X – Representante Conselho da Assistência Social;

XI – Representante APP Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller;

XII – Representante APP Colégio Estadual Dom Helder Câmara;

XIII – Representante da Comissão Municipal do Idoso.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Monte Carlo

PREFEITURA

ADITIVO N. 01/2015 DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO LICITAÇÃO Nº 92/2015

ADITIVO N. 01/2015 DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO LICITAÇÃO Nº 92/2015 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015 O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, juntamente com o órgãos participantes no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a aquisição de pessoa jurídica o objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 09 de setembro de 2015 até as 08:45 horas do dia 09 de setembro de 2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO ITEM - JULGAMENTO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1.1 – O presente pregão tem como objeto a AQUISIÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES NOVOS ZERO KM, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VII DO PRESENTE EDITAL, E DA PROPOSTA DE TRANSFERENCIA Nº 0000015546-SDR.

Onde se ler:

ANEXO - VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2015 - DESCRIÇÃO MÍNIMA DO OBJETO

ITEM - 01			
ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO VEÍCULO
01	01	UND	Veículo automotor novo, ano/modelo 2015/2016, ou superior, zero km, para transporte de passageiros, tipo minibus, teto com altura interna de no mínimo 1.894 mm (teto alto); destinado ao transporte de passageiros, apto a trafegar em rodovias pavimentadas e não pavimentadas, com as seguintes características mínimas: AIR BAG DUPLO – motorista e passageiros dianteiros; Freios ABS motor a diesel turbinado e interculado; injeção eletrônica, com no mínimo 130 CV NBR; direção hidráulica, capacidade mínima para 16 (dezesesseis) passageiros com o motorista; banco do motorista regulável em altura, bancos dos passageiros com assentos individuais reclináveis, revestidos em tecido navalhado e apoio para braço e cabeça (padrão executivo); espelho retrovisor externo com acionamento elétrico; equipado com ar condicionado, com duplo ar (frente e bancos traseiros), na parte traseira com o mínimo de 3 (três) saídas de ar de dois pontos para os passageiros, rodas aro 16; acionamento elétrico dos vidros dianteiros, faróis de neblina; porta pacotes junto ao teto, bagageiro elevado em baixo dos últimos assentos com capacidade mínima de 1000 lts; iluminação no compartimento de passageiros por duas lâmpadas embutidas; cortina em tecido para vidros laterais e porta traseira, caixa de câmbio com 05 (cinco) marchas a frente e uma a ré, trava elétrica das portas; tapete de borracha; rádio AM/FM com MP3/WMA, com porta USB; DVD com TELA 17”(opcional), com instalação de alto falantes no compartimento de passageiros. Veículo equipado com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CNT, homologado pelo DETRAN.
Valor Máximo do ITEM R\$: 134.300,00			

ITEM - 02			
ITEM	QTD-DE	UND	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO VEÍCULO
02	01	UND	Veículo automotor novo 0km, ano de fabricação 2015 modelo 2015, com potência mínima de 98cv, totalflex, cor branca, com ar condicionado, direção hidráulica e vidros elétricos, rádio AM/FM com MP3/WMA, com porta USB; com duas portas ao lado direito e duas ao lado esquerdo; com todos os equipamentos de segurança obrigatórios pela legislação vigente, inclusive estepe.
Valor Máximo do ITEM R\$: 49.900,00			

LEIA-SE:
PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2015 - DESCRIÇÃO MÍNIMA DO OBJETO

ITEM - 01			
ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO VEÍCULO
01	01	UND	Veículo automotor novo, ano/modelo 2015/2016, ou superior, zero km, para transporte de passageiros, tipo minibus, teto com altura interna de no mínimo 1.769mm (teto alto); destinado ao transporte de passageiros, apto a trafegar em rodovias pavimentadas e não pavimentadas, com as seguintes características mínimas: AIR BAG DUPLO – motorista e passageiros dianteiros; Freios ABS motor a diesel turbinado e interculado; injeção eletrônica, com no mínimo 127 CV NBR; direção hidráulica, capacidade mínima para 16 (dezesesseis) passageiros com o motorista; banco do motorista regulável em altura, bancos dos passageiros com assentos individuais reclináveis, revestidos em tecido navalhado e apoio para braço e cabeça (padrão executivo); espelho retrovisor externo com acionamento elétrico; equipado com ar condicionado, com duplo ar (frente e bancos traseiros), na parte traseira com o mínimo de 3 (três) saídas de ar de dois pontos para os passageiros, rodas aro 16; acionamento elétrico dos vidros dianteiros, faróis de neblina; porta pacotes junto ao teto, bagageiro elevado em baixo dos últimos assentos; iluminação no compartimento de passageiros por duas lâmpadas embutidas; cortina em tecido para vidros laterais e porta traseira, caixa de câmbio com 05 (cinco) marchas a frente e uma a ré, trava elétrica das portas; tapete de borracha; rádio AM/FM com MP3/WMA, com porta USB; DVD com TELA 17”(opcional), com instalação de alto falantes no compartimento de passageiros. Veículo equipado com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CNT, homologado pelo DETRAN.
Valor Máximo do ITEM R\$: 134.300,00			

ITEM - 02			
ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO VEÍCULO
02	01	UND	Veículo automotor novo 0km, ano de fabricação 2015 modelo 2015, com potência mínima de 98cv, totalflex, cor branca, com ar condicionado, direção hidráulica e vidros elétricos, rádio AM/FM com MP3/WMA, com porta USB; com duas portas ao lado direito e duas ao lado esquerdo; com todos os equipamentos de segurança obrigatórios pela legislação vigente, inclusive estepe.
Valor Máximo do ITEM R\$: 49.900,00			

1.2 – As outras cláusulas, regras e condições permanecem inalteradas na forma original do presente edital.

Monte Carlo, SC, 28 de Agosto de 2015.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 122/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE CESTAS BASICAS DEVIDAMENTE FECHADAS EM EMBALAGENS PLASTICAS CONTENDO GENEROS ALIMENTICIOS (NÃO PERECIVEIS) PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AOS BENEFICIADOS DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 11/09/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 11/09/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 28 de agosto de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 127/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO/EXPEDIÇÃO DE CONJUNTO - KIT COM 4 (QUATRO) FOTOS 3X4 PARA ATENDER A DEMANDA DOS BENEFICIARIOS DE BAIXA RENDA ATENDIDOS PELOS PROJETOS ASSISTENCIAIS "BENEFICIO EVENTUAL", AS QUAIS SERÃO UTILIZADAS NA EMISSÃO DE DOCUMENTOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES S/C. Data da entrega dos envelopes: 11/09/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 11/09/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 28 de agosto de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMC 08/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMC Nº 08/2015
PROCESSO: DL08/2015.

Órgão: FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL HD, COM CARTÃO DE MEMÓRIA E TRIPÉ AMADOR) COM FINALIDADE DE REGISTRAR FOTOS E VIDEOS DO 3º FESTIVAL LITERÁRIO DE NAVEGANTES E DEMAIS PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: FAMA COMÉRCIO DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS LTDA.
CNPJ: 09.315.404/0001-49.

VALOR: R\$ 1.948,47.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 28 de agosto de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 168/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Extrato Contratual nº 168/2015.

Processo: INEX. 048/2015 FMS.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Contratado: Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada.

CNPJ: 60.194.990/0022-00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO PARA COLOCAÇÃO DE PROTESE DE QUADRIL EM CÂRATER EMERGENCIAL DE N. A. S. A FIM DE DAR CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO JUDICIAL ORIUNDA DO PROCESSO JUDICIAL AUTOS Nº 0300756-51.2015.8.24.0135, CONFORME INEXIGIBILIDADE FMS Nº 048/2015.

Valor: R\$ 27.290,00.

Vigência: 13/08/2015 – 13/08/2016.

Recursos: 2.093 3.3.90.00.00

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 13 de agosto de 2015.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

EXTRATO CONTRATO N. 005/2015

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Contrato nº 05/2015IPP

Contratante. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada : PROVILLE INFORMÁTICA LTDA - EPP

Licitação: Pregão nº 002/2015

Vigência: 12 Meses

Dotação: 2.116.4.4.90.00.00.00.00

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (COMPUTADORES COMPLETOS) PARA ATENDIMENTO AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

Navegantes, 31 de Agosto de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO 082/2015

CONTRATO Nº 082/2015

Origem: Processo Nº 084/2015 – Dispensa nº 010/2015. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: PIERRE DEMITRIUS SARTORI, brasileiro, Técnico Elétrico, inscrito no CPF nº 767.100.689-10, residente à Rua Dona Cotinha, nº 41, Centro, cidade de Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: Locação de imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, localizado na Rua Dona Cotinha, nº 49, Centro, cidade de Nova Trento/SC. O valor da locação é de R\$ 700,00 (Setecentos reais) mensais. Vigência: 12 meses.

Nova Trento, 27 de agosto de 2015.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 161/2015 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 003/2015

DECRETO nº 161/2015

convoca OS aprovadoS no PROCESSO SELETIVO 003/2015, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 31 de agosto de 2015 a 02 de setembro de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 28 de agosto de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 161/2015)

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Nome completo
05º	Lisangela Locks

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – CIÊNCIAS

Classificação	Nome completo
02º	Dhionatas Junior Ferreira Oliveira

DECRETO Nº 162/2015 - CONVOCA APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002-2015

DECRETO nº 162/2015

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 –OITA-VA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 02 de setembro a 16 de setembro 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4;

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV - Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;

VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII - Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX - Cópia Comprovante de Residência;

X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II).

XI - Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso

XVI - Inscrição no PIS/PASEP;

XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento.

XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).

XIX – Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 28 de agosto de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I

(Decreto nº 162/2015)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
54º	600	Aparecida Gilli Tomio
55º	650	Ana Cleide de Sousa Freitas Orsi

ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 162/2015)

CARGOS	EXAMES
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/ Pe com laudo. Acima de 45 anos Eletrocardiograma.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 162/2015)

Ilmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento- SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do
RG nº e CPF nº
..... , Candidato (a) naª posição do Concurso Público - Edital nº 002/2015, inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Nomeado(a) pelo Decreto nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /.....

Nova Trento, de de 2015 .

Assinatura

PORTARIA Nº 566/2015 "C"

PORTARIA Nº 566/ 2015 "C"

Prorroga Admissão

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 556/2015, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, Decreto de Convocação nº 236/2014, CRISSELLE STUEPP CLAUDINO, matrícula nº 6502, para exercer o cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 03 de julho de 2015 a 02 de agosto de 2015, em substituição a titular Beatriz Aparecida Caetano, afastada conforme Portaria nº 565/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de julho de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora CRISSELLE STUEPP CLAUDINO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 692, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 039.713.659-57, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, em substituição a titular Beatriz Aparecida Caetano, afastada conforme Portaria nº 565/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 03 de julho de 2015 a 02 de agosto de 2015, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Criselle Stuepp Claudino

Prefeito Municipal

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de julho de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 567/2015 "A"

PORTARIA Nº 567/ 2015 "A"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 007/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 09/2014, de 18/09/2014, Decreto de Convocação nº 222/2014, POLLYANNA RUBERTI VOLTOLINI, matrícula nº 6505, para exercer o cargo de Psicólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 04 de julho de 2015 até a convocação dos aprovados no Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 06 de julho de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora POLLYANNA RUBERTI VOLTOLINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Augusto Ruberti, nº 110, Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 076.737.629-35, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Psicólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos,

equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 04 de julho de 2015 até a convocação dos aprovados no Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Pollyanna Ruberti Voltolini

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de julho de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 581/2015 "A"

PORTARIA Nº 581/ 2015 "A"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 031/2015, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocada conforme Decreto nº 126/2014, VALDIRENI ALBANAES WILCKE, matrícula nº 6421, para exercer o cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de julho de 2015 até a convocação dos aprovados no Concurso Público nº 003/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 13 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 13 de julho de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora VALDIRENI ALBANAES WILCKE, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua RD SC 410, s/n, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 028.427.099-77, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 13 de julho de 2015 até a convocação dos aprovados no Concurso Público nº 003/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Valdireni Albanaes Wilcke
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de julho de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 589/2015 "A"

PORTARIA Nº 589/2015 "A"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 041/2015, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, VALERIA RAMOS DE OLIVEIRA DE MOURA, matrícula nº 6428, para exercer o cargo de Fonoaudiólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de julho de 2015 até a convocação dos aprovados no Concurso Público nº 003/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de julho de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora VALERIA RAMOS DE OLIVEIRA MOURA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Antônio José da Silva, nº 19, Bairro Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 755.374.199-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Fonoaudiólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de julho de 2015 até a convocação dos aprovados no Concurso Público nº 003/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini Valeria Ramos de Oliveira de Moura
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de julho de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 589/2015 "B"

PORTARIA Nº 589/2015 "B"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 042/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, MERARI REINERT DOS SANTOS, matrícula nº 6429, para exercer o cargo de Médico, com 10 (dez) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de julho de 2015 até a convocação dos aprovados no Concurso Público nº 003/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de julho de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor MERARI REINERT DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua 207, nº 26, Bairro Andorinha, Município de Itapema, portador do CPF nº 039.577.992-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico, com 10 (dez) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais),

pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de julho de 2015 até a convocação dos aprovados no Concurso Público nº 003/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (dois) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Merari Reinert dos Santos
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de julho de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 609/2015 "A"

PORTARIA Nº 609/2015 "A"

Prorroga Admissão

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 566/2015 "C", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, Decreto de Convocação nº 236/2014, CRISSELLE STUEPP CLAUDINO, matrícula nº 6502, para exercer o cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 03 de agosto de 2015 a 27 de agosto de 2015, em substituição a titular Beatriz Aparecida Caetano, afastada conforme Portaria nº 565/2015 (aguardando exame pericial).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora CRISSELLE STUEPP CLAUDINO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 692, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 039.713.659-57, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, em substituição a titular Beatriz Aparecida Caetano, afastada conforme Portaria nº 565/2015 (aguardando exame pericial).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 03 de agosto de 2015 a 27 de agosto de 2015, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Criselle Stuepp Claudino
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 626/2015 "A"

PORTARIA Nº 626/2015 "A"

Concede Licença Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o artigo 81, da Lei nº 1.207/1992, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal CARMELINA MELZI VOLTOLINI, matrícula nº 947, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 15 de junho de 2015 a 12 de setembro de 2015, conforme resultado pericial datada de 03/08/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 739/2015

PORTARIA Nº 739/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 487/2015, que Concedeu Licença Para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal LEONARDO BUTTIKEWITZ, matrícula nº 6436, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 64 (sessenta e quatro) dias, a contar de 29 de julho de 2015 a 30 de setembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 31/07/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 757/2015

PORTARIA Nº 757/2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, ANDREIA ALESSANDRA DA SILVA, matrícula nº 6309, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 17 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 814/2015

PORTARIA Nº 814/2015

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal VILIANE CARDOSO FERREIRA, matrícula nº 6643, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Creche), na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir do dia 17 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 815/2015

PORTARIA Nº 815/2015

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art.

64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal VILIANE CARDOSO FERREIRA, matrícula nº 6622, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian - Salto, Município de Nova Trento, a partir do dia 17 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 824/2015

PORTARIA Nº 824/2015

Altera Carga Horária de Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 24, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999, do quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a Carga Horária da Servidora GRACIELA DARÓS PIFFER, matrícula nº 197, concursada no cargo de Professor de Informática, Nível V, Referência G, passando de 40 (quarenta) horas semanais, para 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Município de Nova Trento, a partir de 24 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 24 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 832/2015

PORTARIA Nº 832/ 2015

Concede Licença Maternidade

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 107, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto de Servidores do Magistério Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal JESSICA DE MOURA RAMBOR, matrícula nº 6663, ocupante do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, (Ensino Fundamental Área I – Sala Multifuncional AEE) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, no Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 19 de

agosto de 2015 a 16 de dezembro de 2015, conforme atestado médico datado de 18/08/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de agosto de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 833/2015

PORTARIA Nº 833/2015
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CF/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 708/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 10/2014, de 27/11/2014, ELIANA BATTISTI, matrícula nº 6806, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitado, Referência A, (Ensino Fundamental Área I – Sala Multifuncional AEE) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Aguti - Aguti, no Município de Nova Trento, a contar de 19 de agosto de 2015 a 16 de dezembro de 2015, em Substituição a Titular Jessica de Moura Rambor, afastada conforme Portaria nº 832/2015 (Licença Maternidade).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de agosto de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora ELIANA BATTISTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Estrada Geral, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 081.743.799-16, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto

Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitado, Referência A, (Ensino Fundamental Área I – Sala Multifuncional AEE) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Aguti - Aguti, no Município de Nova Trento, em Substituição a Titular Jessica de Moura Rambor, afastada conforme Portaria nº 832/2015 (Licença Maternidade).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 19 de agosto de 2015 a 16 de dezembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Eliana Battisti
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

RESULTADO DE HABILITAÇÃO - TP007

ATA Nº 01 - Resultado do Julgamento da Habilitação – Processo Licitatório nº 088/2015 – Tomada de Preço nº 007/2015 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a execução de serviços com fornecimento de material para realizar pavimentação e sinalização da rua Tirol (3ª Etapa – estaca 44 a 59), distrito de Claraíba, município de Nova Trento, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), planilhas e Minuta Contratual, houve a participação das seguintes empresas licitantes: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EMIRADOS LTDA. ME., JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME., LINKPAR CONSTRUTORA LTDA. ME., e ERIVELTON DE ANDRADE AMORIM ME.. Da análise da documentação, constatou-se a regularidade quando ao solicitado no edital. Concedida a palavra aos presentes não houve manifestação quanto a interposição de recurso. Estando ausentes os representantes das empresas JV e LINKPAR, decidiu a comissão marcar a fase de abertura de propostas para dia 04/09/2015 às 09:00horas, concedendo o prazo legal para que as empresas JV e LINKPAR fizessem o exame da documentação e facultativamente se manifestem quanto a habilitação das licitantes.

Nova Trento (SC), 26 de agsto de 2015.
Aprigio José Botameli
Presidente Comissão de Licitações

Ouro

PREFEITURA

ERRATA - TERMO ADITIVO N. 0001/2015 AO CONTRATO Nº 003/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ONDE LÊ-SE:

TERMO ADITIVO N. 0001/2015 AO CONTRATO Nº 003/2015

Contratante: Município de Ouro

Contratado: BRUNO MICHEL FAVERO EPP

Objeto: Acréscimo

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8666/93.

Vigência: vigorará de 21/08/2014 até 31/12/2015.

Data de assinatura: 21/08/2014

PASSA A SER LIDO:

PROCESSO LICITATÓRIO N 0002/2015

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0002/2015

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015 AO CONTRATO Nº 003/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: BRUNO MICHEL FAVERO EPP

Objeto: Acréscimo

Vigência: 21/08/2015 até 31/12/2015

Valor do aditivo: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Valor atualizado do contrato: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Data de assinatura: 21/08/2015.

Paial

PREFEITURA

PP 014/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0014/2015 PROCESSO LICITATÓRIO 015/2015

Objeto: registro de preços para aquisição de materiais de expediente conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 18/09/2015

Abertura: 18/09/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 28 de agosto de 2015.

Elizete E. Vortmann

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PP 029/2015

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 029/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 038/2015

Objeto: Aquisição de brindes para o programa movimentação premiada do fundo de desenvolvimento agropecuário conforme especificações constantes do Anexo "E" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13hs30min do dia 18/09/2015

Abertura: 18/09/2015 as 13hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 28 de agosto de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º065/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA

ATA Nº 065/2015 do PREGÃO Nº 052/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA. OBJETO: Aquisição de hidrômetros para instalação residencial de novas ligações, substituição de HD'S desgastados ou violados para dar prosseguimento ao Programa de Hidrometração de nosso Sistema Residencial e atender às normatizações do INMETRO e ARIS, através de registro de preços. VALOR: R\$ 664.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil reais). DATA: 13/05/2015 A 12/05/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º066/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 066/2015 do PREGÃO Nº 053/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de demolição de construções irregulares, retirada e destinação final de entulhos, demolições estas oriundas de cumprimento de mandados judiciais, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais). DATA: 13/05/2015 A 12/05/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º067/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 067/2015 do PREGÃO Nº 051/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMÉRCIO E TRANSPORTES TIO BETO LTDA ME. OBJETO: Transporte de Atletas do Município de Palhoça para competições estaduais realizadas pela Fesporte, realizado com ônibus de 40 lugares, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 118.800,00 (cento e dezoito mil e oitocentos reais). DATA: 13/05/2015 A 12/05/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º068/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 068/2015 do PREGÃO Nº 048/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: Compra de portas em alumínio e armações para janela com tela de proteção contra insetos para instalação nas cozinhas das Unidades Escolares, afim de atender as exigências da Vigilância Sanitária e cumprir com as determinações do TAC (Termo de Ajuste de Conduta), através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 44.670,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos e setenta reais). DATA: 18/05/2015 A 17/05/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º069/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 069/2015 do PREGÃO Nº 049/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: Aquisição de material de cozinha para atender as necessidades da Secretaria e seus Programas (CRAS, CREAS, SCFV, Centro POP, Centro do Idoso e Casas Lares, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais). DATA: 18/05/2015 A 17/05/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º070/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 070/2015 do PREGÃO Nº 049/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de material de cozinha para atender as necessidades da Secretaria e seus Programas (CRAS, CREAS, SCFV, Centro POP, Centro do Idoso e Casas Lares, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 32.861,82 (trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos). DATA: 18/05/2015 A 17/05/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

ERRATA 002 PREGÃO Nº 119/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

ERRATA Nº 002

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2015

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Termo de Referência do Edital Convocatório, ficando apazado para o dia 11/09/2015, às 14:00hs, o recebimento dos envelopes e abertura das propostas e para o dia 17/09/2015, às 14:00h, a sessão de lances do Pregão Presencial nº 119/2015. O edital, que está embaçado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 28 de agosto de 2015. A PREGOEIRA.

PORTARIA Nº. 3166/2015.

PORTARIA Nº. 3166/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Jehniffer Jonas Vieira estudante regularmente matriculada no Curso de Administração da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, nos termos estabelecidos

pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 17/08/15 e término em 17/08/16 com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), no CIRETRAN.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3167/2015.
PORTARIA Nº. 3167/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Alan Salazar Pereira estudante regularmente matriculada no Curso de Administração da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 17/08/15 e término em 17/08/16 com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), no PROCON.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3168/2015.
PORTARIA Nº. 3168/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Silvia de Castro Ribeiro estudante regularmente matriculada na Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira no Curso de Magistério, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 17/08/15 e término em 31/12/15 com carga horária de 20 (vinte horas semanais), na Secretaria de Educação.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3169/2015.
PORTARIA Nº. 3169/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Kauani Truppel, estudante regularmente matriculada na Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 17/08/15 e término em 31/12/15 com carga horária de 20 (vinte horas semanais), na Secretaria de Assistência Social.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PREGAO PRESENCIAL 130/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 11 de setembro de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição Desencarcerador destinado ao Fundo Municipal Corpo de Bombeiros –FUNREBOM, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste instrumento convocatório. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 28 de agosto de 2015. PREGOEIRA.

PREGAO PRESENCIAL 131/015
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 14 de setembro de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Bandeiras Oficiais do Brasil, Santa Catarina, Palhoça e outros Municípios, confeccionadas em nylon paraquedas, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste instrumento convocatório. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 28 de agosto de 2015. PREGOEIRA.

CÂMARA MUNICIPAL**RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015**

COMUNICADO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2015

OBJETO: Serviços de reforma e ampliação do Data Center, substituição do piso elevado, de forma que o mesmo atenda a área integral da sala, instalação de um novo bastidor, retirada e reinstalação dos patch panel inteligentes, do sistema Patch View, desligamento e reinstalação de todos os ativos, ampliação do sistema Patch View, fornecimento de switches, atualização de hardware e software do PABX Alcatel-Lucent para o release 10 e fornecimento de licenças, instalação e configuração de ramais IP/SIP mobile e construção de infraestrutura de eletrocalhas e canaletas de alumínio.. A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa IP2 LINK ENGENHARIA DE REDES LTDA-ME, foi vencedora do presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 28 de agosto de 2015.

CRISTIANE A. DA SILVA

Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº100/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº100/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: J.R. EHLKE & CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: J.R. EHLKE & CIA. LTDA.					CNPJ: 76.730.076/0001-34
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Sistema de imunoensaio de fluorescência para determinação simultânea em um único teste quantitativo, de troponina I, mioglobina e CK-MB massa, em amostras de sangue total ou plasma em EDTA, volume de 200 ul, em ate 20 minutos. O kit deve conter 25 testes embalados individualmente, 25 pisetas descartáveis e 01 rolo de papel térmico para impressão de testes pelo equipamento + chip de codificação do lote dos testes pelo fornecedor dos kits deverá disponibilizar em comodato, 2 aparelhos para leitura dos testes.					
417	30,00	KIT	TRIAGE/ALERE	R\$1.700,0000	R\$51.000,0000
Valor Total		(cinquenta e um mil reais)			R\$51.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº101/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº101/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME					CNPJ: 04.989.294/0001-87
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alveolotomo reto, em aço inox					
22	20,00	PÇ	GOLGRAN	R\$58,4000	R\$1.168,0000

Especificação: Aparelho de Raios-X de coluna móvel para uso odontológico intra-oral com base em 04 rodízios; intensidade da corrente tubo emissor de mínimo de 08 amp; com potência de 70 kvp, com regulador de tensão que permita estabilização da alimentação; voltagem do tubo emissor em kvp; cilindro direcional longo com revestimento em película de chumbo de 0,5 mm; dupla colimação; filtro de alumínio equivalente a 2,5mm; isolamento termoeletrico por imersão do cabeçote em óleo; controle remoto com cabo espiralado; seleção de exposição de tempo de 0,1 a 2,5 segundos; bip sonoro conjugado a emissão dos raios-x; braço articulado; câmara expansora de óleo; foco de emissão de 0,8 x 0,8 mm; temporizador digital microcontrolado; compensador eletrônico de tensão com correção de tempo de exposição e bloqueio que impede o disparo em caso de sub ou sobretensão, rodízios reforçados e freio transversal. 220 volts

30	4,00	UN	X DENT X 70	R\$3.950,0000	R\$15.800,0000
----	------	----	-------------	---------------	----------------

Especificação: Bandeja de aço com tampa - tamanho aproximado de 30x24 cm.

40	50,00	UN	FAMIITA	R\$38,4000	R\$1.920,0000
----	-------	----	---------	------------	---------------

Especificação: Broca de baixa rotação nº. 01

64	200,00	UN	MEDIN	R\$2,9900	R\$598,0000
----	--------	----	-------	-----------	-------------

Especificação: Broca de baixa rotação nº. 04

67	500,00	UN	MEDIN	R\$2,9900	R\$1.495,0000
----	--------	----	-------	-----------	---------------

Especificação: Broca de baixa rotação nº. 05

68	500,00	UN	MEDIN	R\$2,9900	R\$1.495,0000
----	--------	----	-------	-----------	---------------

Especificação: Broca gaites de 01 à 06, caixa com 06 unidades

72	50,00	CX	INJECTA	R\$43,5000	R\$2.175,0000
----	-------	----	---------	------------	---------------

Especificação: Broqueiro Júnior, redondo,acrilico com tampa

76	40,00	UN	JON	R\$9,8200	R\$392,8000
----	-------	----	-----	-----------	-------------

Especificação: Câmara de revelação para Raio X periapical, com carenagem psai, fundo duplo com ventosas, copos para revelador, fixador e água com tampa e sem dobradiças, dimensões aprox. 210x300x230 mm

97	6,00	UN	ESSENCE DENTAL	R\$121,5000	R\$729,0000
----	------	----	----------------	-------------	-------------

Especificação: Cariostatic Frasco com 10ml

101	25,00	FRS	IODONTOSUL	R\$13,2500	R\$331,2500
-----	-------	-----	------------	------------	-------------

Especificação: Condensador de amalgama nº 1

110	10,00	UN	LM	R\$3,8500	R\$38,5000
-----	-------	----	----	-----------	------------

Especificação: Condensador de amalgama nº 2

111	10,00	UN	LM	R\$3,8500	R\$38,5000
-----	-------	----	----	-----------	------------

Especificação: Condensador de amalgama nº 3

112	10,00	UN	LM	R\$3,8500	R\$38,5000
-----	-------	----	----	-----------	------------

Especificação: Condensador de amalgama nº 4

113	10,00	UN	LM	R\$3,8500	R\$38,5000
-----	-------	----	----	-----------	------------

Especificação: Condensador de amalgama nº 5

114	10,00	UN	LM	R\$3,8500	R\$38,5000
-----	-------	----	----	-----------	------------

Especificação: Condensador de amalgama nº 6

115	10,00	UN	LM	R\$3,8500	R\$38,5000
-----	-------	----	----	-----------	------------

Especificação: Cone de guta percha principal nº 55, caixa com 120 unidades

122	80,00	CX	DENTSPLY	R\$18,4800	R\$1.478,4000
-----	-------	----	----------	------------	---------------

Especificação: Cone de guta percha principal nº 70, caixa com 120 unidades

124	50,00	CX	TANARI	R\$18,2000	R\$910,0000
-----	-------	----	--------	------------	-------------

Especificação: Cone de gutha percha principal 1ª série 15mm, cx com 120 unidades

126	40,00	CX	DENTSPLY	R\$18,3800	R\$735,2000
-----	-------	----	----------	------------	-------------

Especificação: Cone de gutha percha principal 1ª série 25mm, cx com 120 unidades.					
128	40,00	CX	DENTSPLY	R\$18,3800	R\$735,2000
Especificação: Cureta perio 33					
146	30,00	UN	LM	R\$4,0300	R\$120,9000
Especificação: Cureta perio 34					
147	30,00	UN	LM	R\$4,0300	R\$120,9000
Especificação: Dedal de borracha					
158	30,00	UN	JON	R\$1,5500	R\$46,5000
Especificação: Esculpidor de frhan nº 06					
172	10,00	UN	LM	R\$4,0300	R\$40,3000
Especificação: Esculpidor de frhan nº 10					
173	10,00	UN	LM	R\$4,0300	R\$40,3000
Especificação: Esculpidor de frhan nº 2					
174	10,00	UN	LM	R\$4,0300	R\$40,3000
Especificação: Espaçador vermelho, caixa com 06 unidades.					
184	15,00	CX	INJECTA	R\$35,3500	R\$530,2500
Especificação: Fixador para processamento radiográfico, uso odontológico, contendo água (85 a 90%), sulfito de sódio (1 a 5%), dietilenoglicol (1 a 5%) e hidroquinona (1 a 5%), frasco com 475ml.					
210	100,00	FRS	DENTALTEC	R\$4,6800	R\$468,0000
Especificação: Hipoclorito de sódio 1%, altamente bactericida, frasco com 1 litro.					
270	50,00	FRS	ASFER	R\$4,6000	R\$230,0000
Especificação: Lamparina metálica para uso odontológico					
280	5,00	UN	LM	R\$16,8000	R\$84,0000
Especificação: Lixa p/ polimento e acabamento dental, com abrasivo a base de óxido de alumínio e costado em poliéster, caixa com 50 unidades.					
303	100,00	CX	PREVEN	R\$1,1200	R\$112,0000
Especificação: Pinça clínica odontopediátrica					
326	40,00	UN	LM	R\$5,6000	R\$224,0000
Especificação: Porta-matriz TOFFLEMIRE em aço inox, infantil					
364	20,00	UN	LM	R\$15,4000	R\$308,0000
Especificação: Régua de fox					
367	2,00	UN	PRISMA	R\$12,5400	R\$25,0800
Especificação: Revelador de placa bacteriana em pastilha, caixa com 20 blister com 06 unidades cada.					
386	20,00	CX	IODONTOSUL	R\$14,2800	R\$285,6000
Especificação: Selante fotopolimerizável, cor matizado com 02 tubos de selante 5G, e 01 seringa condicionadora dental e acessórios.					
389	20,00	CX	DFL	R\$18,5400	R\$370,8000
Especificação: Seringa carpule p/ tubete odontológico de 1,8ml, com refluxo.					
390	100,00	UN	LM	R\$21,0000	R\$2.100,0000
Valor Total		(trinta e cinco mil, trezentos e quarenta reais e setenta e oito centavos)			R\$35.340,78

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº102/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº102/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DENTAL MED SULARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA					CNPJ: 02.477.571/0001-47
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Abridor de boca odontopediátrico de borracha, caixa com 02 unidades.					
1	50,00	CX	MAQUIRA	R\$5,3000	R\$265,0000
Especificação: Adaptadores para cânula de endodontia					
3	40,00	UN	KONNEN	R\$16,8000	R\$672,0000
Especificação: Agulha gengival descartável longa para carpule, caixa com 100 unidades					
6	100,00	CX	INJEX	R\$19,1700	R\$1.917,0000
Especificação: Agulha gengival descartável curta para carpule, caixa com 100 unidades					
7	200,00	CX	INJEX	R\$19,1700	R\$3.834,0000
Especificação: Anestésico articaína 4% 1:100 com vasoconstritor, tubetes com 1,8ml, caixa com 50 unidades.					
24	100,00	CX	ARTICAINE/DFL	R\$72,4000	R\$7.240,0000
Especificação: Anestésico cloridrato de prilocaína a 3% com vaso constritor octapressin, tubetes com 1.8 ml, caixa com 50 unidades.					
25	300,00	CX	CITANEST/DENTSPLY	R\$26,3000	R\$7.890,0000
Especificação: Anestésico em gel topico com aminobenzoato de etila em base hidrossolúvel sabor tuti fruti/ morango, frasco com 12 gr.					
26	80,00	FRS	BENZOTOP/DFL	R\$4,9000	R\$392,0000
Especificação: Anestésico injetável mepivacaina 2% com vaso constritor, tubete c/1,8 ml, caixa com 50 unidades.					
28	100,00	CX	MEPIVALEN AD/DENTSPLY	R\$43,0000	R\$4.300,0000
Especificação: Bicarbonato de sódio em pó extra fino. Sachê de 40g.					
42	400,00	Sachê	AIRON/MAQUIRA	R\$1,6600	R\$664,0000
Especificação: Bicho de pelúcia com altura média de 40 cm, contendo macro arcada superior e inferior inquebrável, macro escova de 36 cm, fio dental e bolsa para transporte.					
43	35,00	UN	D-EXPRESS	R\$199,5000	R\$6.982,5000
Especificação: Broca carbide 329					
46	100,00	UN	KAVO	R\$4,1100	R\$411,0000
Especificação: Broca carbide 330					
47	100,00	UN	KAVO	R\$4,1100	R\$411,0000
Especificação: Broca cirúrgica em carboneto de tungstênio PM 701 L					
52	50,00	UN	JET/LABORDENTAL	R\$7,4400	R\$372,0000
Especificação: Broca cirúrgica em carboneto de tungstênio PM 702					
53	50,00	UN	JET/LABORDENTAL	R\$7,4400	R\$372,0000
Especificação: Broca cirúrgica em carboneto de tungstênio PM 703 L					
54	50,00	UN	JET/LABORDENTAL	R\$7,4400	R\$372,0000
Especificação: Broca Endo Z					
71	80,00	UN	MICRODONT	R\$23,0000	R\$1.840,0000

Especificação: Broca Zecrya 28 mm, haste longa					
75	80,00	UN	MAILLEFER/DENTSPLY	R\$24,5000	R\$1.960,0000
Especificação: Cartela para 02 RX odontológico periapical, pacote com 100 unidades.					
102	50,00	PCT	DALLAS	R\$5,2000	R\$260,0000
Especificação: Cimento de fosfato de zinco em pó, frasco com 28gr.					
105	20,00	FRS	LS/VIGODENT	R\$11,0200	R\$220,4000
Especificação: Cimento de fosfato de zinco líquido, frasco com 10ml					
106	20,00	FRS	LS/VIGODENT	R\$5,9400	R\$118,8000
Especificação: Cone de guta percha principal nº 30, caixa com 120 unidade.					
117	50,00	CX	TANARI/TANARIMAN	R\$18,3000	R\$915,0000
Especificação: Cone de guta percha principal nº 35, caixa com 120 unidade.c					
118	50,00	CX	TANARI/TANARIMAN	R\$18,2000	R\$910,0000
Especificação: Cone de guta percha principal n.º 45, cx. c/ 120 unid.					
120	80,00	CX	TANARI/TANARIMAN	R\$17,9000	R\$1.432,0000
Especificação: Cone de guta percha principal n.º 50, cx. c/ 120 unid.					
121	80,00	CX	TANARI/TANARIMAN	R\$18,2000	R\$1.456,0000
Especificação: Cone gutha percha auxiliar B7					
132	200,00	CX	TANARI/TANARIMAN	R\$16,0000	R\$3.200,0000
Especificação: Cone gutha percha auxiliar B8					
133	200,00	CX	TANARI/TANARIMAN	R\$16,1000	R\$3.220,0000
Especificação: Corrente p/ guardanapo, com 25cm(mínimo) em metal					
137	20,00	UN	MAQUIRA	R\$3,5000	R\$70,0000
Especificação: Cunha cervical de madeira, anatômicas, sortidas, com 4 tamanhos diferentes codificados por cores, caixa com 100 unidades.					
139	30,00	CX	IODONTOSUL	R\$7,6800	R\$230,4000
Especificação: Edta trissódico, frasco 10 ml.					
163	20,00	FRS	BIODINAMICA	R\$5,3000	R\$106,0000
Especificação: Escova de Robson, pequena, cerdas macias, cor branca.					
166	500,00	UN	MICRODONT	R\$0,9300	R\$465,0000
Especificação: Escova de Robson, pequena, cerdas macias, cor preta					
167	500,00	UN	MICRODONT	R\$0,9300	R\$465,0000
Especificação: Escova dental adulto com aproximadamente 38 tufos, cerdas macias, cabeça arredondada, embalagem com 01 unidade.					
168	6000,00	UN	MEDFIO	R\$0,4500	R\$2.700,0000
Especificação: Escova dental infantil com 25 a 32 tufos, cerdas macias, cabeça arredondada, embaladas individualmente.					
169	20000,00	UN	FLOPPY/MEDFIO	R\$0,3400	R\$6.800,0000
Especificação: Escovódromo portátil de 6 pias, 3 reservatórios para água utilizada, 3 reservatórios para água potável, com 6 placas com nome da instituição, com 6 espelhos					
171	2,00	UN	D-EXPRESS	R\$5.449,0000	R\$10.898,0000
Especificação: Espaçador azul, caixa com 06 unidades.					
179	15,00	CX	INJECTA	R\$36,9000	R\$553,5000
Especificação: Espaçador dental nº. 01, caixa com 04 unidades.					

180	20,00	CX	INJECTA	R\$24,5900	R\$491,8000
Especificação: Espaçador dental nº. 02, caixa com 04 unidades.					
181	20,00	CX	INJECTA	R\$24,5900	R\$491,8000
Especificação: Espaçador dental nº. 03, caixa com 04 unidades.					
182	20,00	CX	INJECTA	R\$24,5900	R\$491,8000
Especificação: Espaçador dental nº. 04, caixa com 04 unidades.					
183	20,00	CX	INJECTA	R\$24,5900	R\$491,8000
Especificação: Eucalipto, líquido límpido, incolor ou amarelo pálido, de odor aromático, canforáceo, característico de e sabor picante. Praticamente insolúvel na água, miscível com o álcool, clorofórmio, sulfeto de carbono, ácido acético glacial, óleos vegetais e essências, frasco com 10mL.					
194	6,00	FRS	BIODINAMICA	R\$6,6000	R\$39,6000
Especificação: Eugenol líquido, frasco com 18ml					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Eugenol líquido, frasco com 18ml					
195	100,00	FRS	IODONTOSUL	R\$6,9000	R\$690,0000
Especificação: Filme periapical insight ip, velocidade rápida(f), uso adulto, caixa com 150 unidades.					
200	110,00	CX	CONTRAST F/DFL	R\$136,1600	R\$14.977,6000
Especificação: Fio de seda para sutura 3-0 com agulha 1,7 cm, esteril, não absorvível, caixa com 24 unidades.					
205	20,00	CX	TECHNEW	R\$19,5000	R\$390,0000
Especificação: Fio de seda para sutura 4-0 com agulha 1,7 cm, esteril, não absorvível, caixa com 24 unidades.					
206	200,00	CX	TECHNEW	R\$19,3000	R\$3.860,0000
Especificação: Fio dental com 25m, embalagem individual					
207	15000,00	UN	MEDFIO	R\$0,5700	R\$8.550,0000
Especificação: Flúor fosfato acidulado a 1,23%, gel, sabor tutti frutti, frasco com 200 ml.					
211	150,00	FRS	FLUORSUL/IODONTOSUL	R\$2,5000	R\$375,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 02					
239	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,6000	R\$96,0000
Especificação: Grampos para isolamento pediátrico nº 0					
263	10,00	UN	TECHNEW	R\$10,7200	R\$107,2000
Especificação: Grampos para isolamento pediátrico nº 00					
264	10,00	UN	TECHNEW	R\$10,7200	R\$107,2000
Especificação: Grampos para isolamento pediátrico nº 26					
265	10,00	UN	TECHNEW	R\$10,7200	R\$107,2000
Especificação: Kit educação em saúde bucal contendo:Macro Modelo Escovação Clássico com arcada superior, arcada inferior e articulador metálico flexível, que permite posicionar na oclusão tipo I, oclusão tipo II, oclusão tipo III e mordida cruzada. Ideal para treinamento de escovação dentária e uso de fio dental. Medidas: 8x8x10 cm.Macromodelo Evolução da Doença Periodontal vem com 3 modelos demonstrando a Gengiva hígida, Gengivite e Periodontite - Medidas: 08 x 11 x 08 cm. Macro Modelos Evolução da Cárie com 4 molares demonstrando dente Hígido, Cárie de esmalte, Cárie de dentina e Exposição Pulpar medindo 20 x 09 x 08 cm. Maleta para transporte.					
274	35,00	KIT	D-EXPRESS	R\$309,9000	R\$10.846,5000
Especificação: Kit Fantoches Saúde Bucal, contém 06 fantoches modelos vem com Dente, Escova, Creme dental, Dentista, Fio dental e Bactéria. Com bolsa para transporte e livro texto com peças sobre saúde bucal. Tamanho médio 40cm. "					
275	2,00	KIT	D-EXPRESS	R\$199,9000	R\$399,8000
Especificação: Liga para amálgama , com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 01 porção, cx com 50 cápsulas.					

282	10,00	CX	GS80/SDI	R\$74,0000	R\$740,0000
Especificação: Liga para amálgama, com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 02 porção, caixa com 50 cápsulas.					
283	20,00	CX	GS80/SDI	R\$83,3000	R\$1.666,0000
Especificação: Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
285	100,00	CX	SYBRONENDO/KERR	R\$13,9000	R\$1.390,0000
Especificação: Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
286	100,00	CX	SYBRONENDO/KERR	R\$15,7000	R\$1.570,0000
Especificação: Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
287	80,00	CX	SYBRONENDO/KERR	R\$15,7000	R\$1.256,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file 1ª. série 15-40 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
291	100,00	CX	SYBRONENDO/KERR	R\$15,7000	R\$1.570,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file 1ª. série 15-40 c/ 31mm, caixa com 06 unidades.					
292	100,00	CX	SYBRONENDO/KERR	R\$15,7000	R\$1.570,0000
Especificação: Otosporin frasco com 10 ml					
316	50,00	FRS	OTOSPORIN	R\$12,4000	R\$620,0000
Especificação: Pinça porta dique					
327	15,00	PÇ	GOLGRAN	R\$48,4000	R\$726,0000
Especificação: Pinça porta grampos de isolamento absoluto					
328	5,00	UN	GOLGRAN	R\$48,4000	R\$242,0000
Especificação: Régua milimetrada para endodontia em aço inoxidável					
368	20,00	UN	JON	R\$9,8500	R\$197,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável opaca					
369	40,00	UN	CHARISMA/HERAEUS KULZER	R\$35,0000	R\$1.400,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável, nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A1 dentina.					
371	60,00	UN	HERCULITE/KERR	R\$15,5000	R\$930,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A1 esmalte					
372	60,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$1.014,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A2 dentina					
373	60,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$1.014,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A2 esmalte					
374	60,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$1.014,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A3 dentina					
375	60,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$1.014,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A3 esmalte					
376	60,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$1.014,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A3,5 esmalte					
377	60,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$1.014,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B1 dentina					
378	60,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$1.014,0000

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B1 esmalte					
379	60,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$1.014,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B2 dentina					
380	60,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$1.014,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B2 esmalte					
381	60,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$1.014,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor C2 dentina					
382	40,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$676,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor C2 esmalte					
383	40,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$676,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável, nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor C3 esmalte					
384	40,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$676,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor a 3,5 dentina					
385	50,00	UN	HERCULITE - KERR	R\$16,9000	R\$845,0000
Especificação: Solução bucal de gluconato de clorexidina 0,12%, frasco com 1 Litro					
392	60,00	LTS	PERIOPAK/REYMER	R\$27,0400	R\$1.622,4000
Especificação: Sugador endodontico descartável, pacote com 20 unidades.					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Sugador endodontico descartável, pacote com 20 unidades.					
400	100,00	PCT	WA	R\$10,8000	R\$1.080,0000
Especificação: Tira de poliéster transparente, pacote fechado com 50 unidades					
408	80,00	PCT	K DENT/QUIMI-DROL	R\$1,0900	R\$87,2000
Especificação: Tricresol Formalina, frasco com 10ml					
409	50,00	FRS	BIODINAMICA	R\$4,2000	R\$210,0000
Valor Total	(cento e quarenta e seis mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta centavos)				R\$146.317,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS LTDA				CNPJ: 09.200.303/0001-22	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Caneta de alta rotação cabeça pequena e arredondada para odontopediatria, com 420.000 rotações por minuto, possui corpo em ALPACA com canais arredondados de pega, sistema de conexão dois furos, sistema de substituição da broca através de saca-brocas					
98	2,00	UN	KAVO / MAGNO 504	R\$420,0000	R\$840,0000
Especificação: Mascara odontológica descartável atóxica, hipo alérgica, filtro antibacteriano, com elástico, cor branca, caixa com 50 unidades.					
306	600,00	CX	DESCARPACK	R\$4,2500	R\$2.550,0000
Valor Total	(três mil e trezentos e noventa reais)				R\$3.390,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº104/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DENTARIA E DIST. HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem. DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: DENTARIA E DIST.HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA				CNPJ: 91.083.212/0001-35	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Broca de alta rotação 3080					
55	100,00	UN	FAVA	R\$3,0000	R\$300,0000
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 02					
65	400,00	UN	MEDIN	R\$2,9700	R\$1.188,0000
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 03					
66	400,00	UN	MEDIN	R\$2,9700	R\$1.188,0000
Especificação: Broca de baixa rotação nº. 06					
69	450,00	UN	MEDIN	R\$2,9700	R\$1.336,5000
Especificação: Calçador classe V.					
88	30,00	UN	LM	R\$6,0000	R\$180,0000
Especificação: Compressor de ar odontológico horizontal, isento de óleo, reservatório com capacidade para aprox. 30 litros, deslocamento de 6.0 pés, 3/min., potência do motor 01 HP com dois pistões em V e reservatório redondo tipo botijão. Procedência nacional, voltagem 220					
109	10,00	UN	SCHULZ - MD MSV 6-30	R\$2.480,0000	R\$24.800,0000
Especificação: Cone de guta percha principal n.º 40, cx. c/ 120 unid.					
119	80,00	CX	TANARI	R\$18,2000	R\$1.456,0000
Especificação: Cone de guta percha principal nº 60, caixa com 120 unidades.					
123	50,00	CX	TANARI	R\$19,0000	R\$950,0000
Especificação: Cone de guta percha principal nº 80, caixa com 120 unidades.					
125	50,00	CX	TANARI	R\$19,0000	R\$950,0000
Especificação: Cone de gutha percha principal 1ª série 20mm, cx com 120 unidades					
127	40,00	CX	TANARI	R\$19,0000	R\$760,0000
Especificação: Curetas cirurgicas CRANE Kaplan nº 06					
152	10,00	UN	PRATA	R\$19,0000	R\$190,0000
Especificação: Destilador de água, capacidade mínima de 4litros, produção de 1000 a 1200 ml/hora, potência mínima de 750 W, voltagem 220v					
160	35,00	UN	BIOWATER	R\$650,0000	R\$22.750,0000
Especificação: Escova para limpeza interna de sugador cirúrgico de metal.					
170	20,00	UN	PR	R\$28,0000	R\$560,0000
Especificação: Grampos para isolamento pediátrico nº27N					
266	10,00	UN	TECHNEW	R\$14,0000	R\$140,0000
Especificação: Lima p/ osso - pequena					
284	30,00	UN	LM	R\$23,2000	R\$696,0000
Especificação: Localizador apical com entrada para contra ângulo.					
304	5,00	UN	GNATUS ENDUS DUO	R\$2.700,0000	R\$13.500,0000

Especificação: Micro Cinzel para osso tipo Ochsenbein nº01					
307	5,00	UN	GOLGRAN	R\$39,5000	R\$197,5000
Especificação: Micro Cinzel para osso tipo Ochsenbein nº02					
308	5,00	UN	GOLGRAN	R\$39,5000	R\$197,5000
Especificação: Micro Cinzel para osso tipo Ochsenbein nº03					
309	5,00	UN	GOLGRAN	R\$39,5000	R\$197,5000
Especificação: Perfurador para isolamento, em aço inox					
323	15,00	UN	GOLGRAN	R\$52,7500	R\$791,2500
Especificação: Placa de vidro, espessura média para manipulação de materiais odontológicos					
331	20,00	UN	IODONTOSUL	R\$9,0000	R\$180,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação cone invertido nº 1033, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
332	100,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$400,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1011, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
333	300,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1012, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
334	300,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1013, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
335	300,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1014, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
336	300,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1014HL, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
337	300,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1016, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
338	300,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1016HL, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
339	300,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1019, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
340	300,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1151, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
341	200,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$800,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2082, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
342	200,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$800,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2135, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
343	100,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$400,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2135f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
344	100,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$400,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2135ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
345	100,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$400,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3118, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					

346	200,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$800,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3118f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
347	80,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$320,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3118ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
348	100,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$400,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3168, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
349	100,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$400,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3168f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
350	100,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$400,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3168ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3168ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
351	100,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$400,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3195, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
352	100,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$400,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3195f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
353	100,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$400,0000
Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3195ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.					
354	100,00	UN	MICRODONT	R\$4,0000	R\$400,0000
Especificação: Porta agulha c/ 14cm, em aço inox					
357	40,00	UN	GOLGRAN	R\$15,7000	R\$628,0000
Especificação: Protetor de tireóide confeccionado em borracha plumbífera flexível com equivalência em chumbo de 0,50mm, acabamento em nylon lavável, medidas aprox. largura: 150mm e comprimento: 600mm.					
366	4,00	UN	ODONTOLOGIC	R\$71,0000	R\$284,0000
Especificação: Resina fotopolimerizável para substituição do dique de borracha, tubo de 2g.					
370	40,00	TB	HERAUS KULZER	R\$41,0000	R\$1.640,0000
Especificação: Sonda milimetrada periodontal tipo williams.					
395	50,00	UN	PRATA	R\$12,0000	R\$600,0000
Especificação: Termômetro digital de medição de temperatura interna e externa, com escala de -50°C a 70°C, máximas e mínimas, display em LCD, 02 pilhas tipo AAA, 1,5V (já inclusa), base magnética para fixação em superfícies metálicas, desligamento automático, alarme, cabo de no mínimo 01 metro. Manual de instruções em português; Certificado de calibração; Garantia 01 ano.					
419	50,00	UN	INCOTERM 7665.02.0.00	R\$69,0000	R\$3.450,0000
Valor Total		(noventa e cinco mil, oitocentos e trinta reais e vinte e cinco centavos)			R\$95.830,25

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total

Especificação: Vibrador para gesso com duas intensidades de vibração (alta e baixa), mesa removível para limpeza, 220V.

411	2,00	UN	VH	R\$211,8300	R\$423,6600
Especificação: Copo para fezes, 50 mL, tampa de rosca, com pazinha, pacote com 100 unidades.					
414	500,00	PCT	CRAL	R\$27,0000	R\$13.500,0000
Especificação: Copo para urina, 50 ml, graduado, transparente, tampa de rosca, pacote com 100 unidades.					
415	600,00	PCT	CRAL	R\$27,0000	R\$16.200,0000
Valor Total		(trinta mil, cento e vinte e três reais e sessenta e seis centavos)			R\$30.123,66

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº106/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº106/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -EP. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem. DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSITÊNCIA TÉCNICA LTDA - EP				CNPJ: 10.763.524/0001-98	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Avental de chumbo adulto, equivalência de chumbo aprox. 0,50PB, com fecho em velcro na nuca, tam. aprox. 100x60cm.					
37	4,00	UN	N MARTINS	R\$529,0000	R\$2.116,0000
Especificação: Estufa odontológica para esterilização e secagem, medindo aproximadamente 50x80x70cm, parte externa, construída em aço tratado, pintura eletrostática, com 03 prateleiras em aço inox e termômetro, capacidade de 30 litros.					
193	4,00	UN	ODONTOBRAS/EL 1.1	R\$1.094,0000	R\$4.376,0000
Especificação: Termometro para aferição de temperatura, em estufa odontológica.					
402	20,00	UN	INCOTERM	R\$42,3200	R\$846,4000
Valor Total		(sete mil, trezentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)			R\$7.338,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº107/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº107/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem. DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA - ME				CNPJ: 93.607.240/0001-30	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Autoclave modelo horizontal de bancada para esterilização e secagem de material, com capacidade para 21 litros, com 03 bandejas. Confeccionada em aço lavável permitir uma boa circulação do vapor garantindo excelente qualidade na esterilização do Material de enfermagem (curativo e odontológico), garantia mínima de 01 ano, voltagem 220 v.					
36	10,00	PÇ	BS DIGITALE 2.1	R\$2.135,0000	R\$21.350,0000
Valor Total		(vinte e um mil e trezentos e cinquenta reais)			R\$21.350,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº108/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº108/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa D&D PRODUTO DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem. DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: D&D PRODUTO DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA					CNPJ: 11.372.104/0001-43
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Gel dental com até 1100ppm de flúor, sabor de tuti-fruti ou morango, embalagem com 90 gramas					
235	18000,00	UN	ALG KIDS	R\$1,4500	R\$26.100,0000
Especificação: Gel dental com flúor com até 1500 PPM de flúor, embalagem com 90 gramas.					
236	10000,00	UN	ICE FRESCH	R\$1,1000	R\$11.000,0000
Valor Total		(trinta e sete mil e cem reais)			R\$37.100,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº109/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº109/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A					CNPJ: 14.190.675/0002-36
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido fosfórico a 37% em gel, seringa com 05 ml.					
2	250,00	UN	ALLPLAN	R\$1,2000	R\$300,0000
Especificação: Adesivo com premier para resina fotopolimerizável em 01 só frasco com 06 ml, primer a base de água tipo single bond.					
4	150,00	FRS	FGM	R\$19,0000	R\$2.850,0000
Especificação: Afastador de retalho , em aço inox, medindo aproximadamente 14cm (tipo minnesota)					
5	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,9000	R\$99,0000
Especificação: Amalgamador capsular c/ temporizador de 0 (zero) a 16 (dezesesseis) seg, display c/ indicador digital, oscilação p/ minuto, trava de segurança no abrir da tampa, garantia (mínima) 03 anos, voltagem 220 volts.					
23	4,00	PÇ	EC-MIX ECEL	R\$490,0000	R\$1.960,0000
Especificação: Anestésico Injetável Lidocaína a 2%, c/ vaso. Tubetes com 1,8 ml (caixa c/ 50 unidades)					
27	350,00	CX	CRISTÁLIA	R\$20,5000	R\$7.175,0000
Especificação: Anestésico injetável mepivacaina 3% s/ vaso constritor, tubete c/1,8 ml, caixa com 50 unidades.					
29	100,00	CX	CRISTÁLIA	R\$38,0000	R\$3.800,0000
Especificação: Aparelho fotopolimerizador programável até 09 minutos aprox., display de cristal líquido, botão liga/desliga tipo membrana.					
32	10,00	PÇ	KONDORTECH LED 6	R\$479,0000	R\$4.790,0000
Especificação: Arco para dique de borracha em nylon					
34	5,00	UN	JON	R\$7,0000	R\$35,0000
Especificação: Bandeja de aço inox, sem tampa, tamanho 22x12x1,5cm					
41	50,00	UN	FAVA	R\$16,9000	R\$845,0000
Especificação: Biombo com chumbo reto (com visor), tam. aprox. 1,80x0,80cm, espessura 1MM/PB					
44	2,00	UN	N MARTINS	R\$2.010,0000	R\$4.020,0000
Especificação: Bomba de vácuo com tampa, com as seguintes especificações mínimas: Filtro coletor de detritos na entrada da sucção com abertura superior, protetor térmico intermitente, eixo central do motor em inox, gabinete em aço fosfatizado com pintura em poliuretano, comando de acionamento eletrônico. Motor (potência) 1 CV, vácuo máximo 640 mmHg/25,06HG, rotação do motor (r.p.m) 3450-60Hz, capacidade para até 4 consultórios simultaneamente, tensão na placa de comento 24v, alimentação 220v ou bivolts.					
45	5,00	UN	SCHUSTER SUSTRON ELETRONIC	R\$2.150,0000	R\$10.750,0000
Especificação: Broca de alta rotação 3082					

56	100,00	UN	FAVA	R\$1,3000	R\$130,0000
Especificação: Broca de alta rotação 3083					
57	100,00	UN	FAVA	R\$1,3000	R\$130,0000
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº 1/2.					
58	200,00	UN	KAVO	R\$4,1600	R\$832,0000
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 2.					
59	200,00	UN	KAVO	R\$4,1600	R\$832,0000
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 330.					
60	150,00	UN	KAVO	R\$4,1600	R\$624,0000
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 4.					
61	250,00	UN	KAVO	R\$4,1600	R\$1.040,0000
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 6.					
62	250,00	UN	KAVO	R\$4,1600	R\$1.040,0000
Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 8.					
63	250,00	UN	KAVO	R\$4,1600	R\$1.040,0000
Especificação: Broca lentulo de 25-40, 25mm, caixa com 04 unidades					
73	50,00	CX	MANY WILCOS	R\$25,8700	R\$1.293,5000
Especificação: Broca zecrya 23mm, haste curta					
74	80,00	UN	DENTSPLY	R\$25,3000	R\$2.024,0000
Especificação: Caneta de alta rotação com 420.000 rotações por minuto, possui corpo em alpaca com canais arredondados de pega, sistema de conexão dois furos, sistema de substituição da broca através de saca-brocas, spray triplo, controle de rotação através do pedal de comando, turbina balanceada, rolamentos apoiados em anéis de borracha sintética, baixo nível de ruído, baixo consumo de ar (35 litros/min.), pressão de trabalho 30 PSI em alto torque axial e radial, esterilizável em autoclave, com sacas brocas esterilizável em autoclave.					
99	10,00	PÇ	KAVO 605	R\$270,0000	R\$2.700,0000
Especificação: Cimento provisório, fechamento temporário de cavidades dentais em tratamentos restauradores e endodônticos, prevenindo contaminações, endurecimento químico, com coloração semelhante a do dente, normal, frs. c/ até 25 gr.					
107	60,00	FRS	ALLPLAN	R\$7,5500	R\$453,0000
Especificação: Compasso de Willis					
108	2,00	UN	JON	R\$22,9000	R\$45,8000
Especificação: Contra-ângulo baixa rotação autoclavável, de formato anatômico, baixo peso e acoplável ao micromotor através de sistema intra, onde o torque e a rotação são transmitidos à broca por um conjunto de eixos e engrenagens com relação de transmissão 1:1, possuir corpo em alpaca, giro livre de 360º sobre o micromotor, tamanho reduzido da cabeça, fixação da broca com trava de aço temperada com sistema lateral de acoplamento, eixo principal para brocas normais de contra ângulo com tração por encaixe e canal para trava, eixo principal do suporte de brocas apoiado sobre rolamentos com esferas de aço.					
136	10,00	UN	KAVO 500	R\$295,0000	R\$2.950,0000
Especificação: Cuba de borracha de manipulação de alginato					
138	5,00	UN	MAQUIRA	R\$3,5700	R\$17,8500
Especificação: Curetas Goldmann Fox nº. 04					
153	10,00	UN	GOLGRAN	R\$33,1200	R\$331,2000
Especificação: Curetas Goldmann Fox nº01					
154	10,00	UN	GOLGRAN	R\$33,1200	R\$331,2000
Especificação: Curetas Goldmann Fox nº02					
155	10,00	UN	GOLGRAN	R\$33,1200	R\$331,2000
Especificação: Curetas Goldmann Fox nº03					
156	10,00	UN	GOLGRAN	R\$33,1200	R\$331,2000

Especificação: Disco de lixa para acabamento e polimento dental, com 19,05 mm de diâmetro, granulação grossa, média, fina e super fina, tipo SOF-LEX, caixa com 50 unidades.

161	50,00	CX	TDV	R\$21,9000	R\$1.095,0000
-----	-------	----	-----	------------	---------------

Especificação: Espelho odontológico sem cabo com aumento e autoclave nº 5 em aço inox

191	100,00	UN	PRISMA	R\$4,9600	R\$496,0000
-----	--------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Esponja hemostática de colágeno liofilizado embalado individualmente em caixa com 10 unidades

192	50,00	CX		R\$17,5000	R\$875,0000
-----	-------	----	--	------------	-------------

Especificação: Filme periapical insight ip, velocidade rápida (f), uso infantil, caixa com 150 unidades.

199	20,00	CX	KODAK	R\$147,0000	R\$2.940,0000
-----	-------	----	-------	-------------	---------------

Especificação: Fita matriz nº. 0,5 mm em estojo plástico.

208	100,00	UN	PREVEN	R\$0,8800	R\$88,0000
-----	--------	----	--------	-----------	------------

Especificação: Fita matriz nº. 0,7 mm em estojo plástico.

209	100,00	UN	PREVEN	R\$0,9700	R\$97,0000
-----	--------	----	--------	-----------	------------

Especificação: Forceps nº 01 - adulto

215	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,2400	R\$984,8000
-----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Forceps nº 99c - adulto

233	20,00	UN	GOLGRAN	R\$49,2400	R\$984,8000
-----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Formocresol frasco com 10ml

234	60,00	FRS	MAQUIRA	R\$3,2200	R\$193,2000
-----	-------	-----	---------	-----------	-------------

Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 00

238	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
-----	-------	----	---------	-----------	------------

Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 200

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 200					
240	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 201					
241	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 202					
242	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 203					
243	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 204					
244	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 205					
245	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 206					
246	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 207					
247	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000

Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 208					
248	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 209					
249	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 210					
250	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. 211					
251	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. A2					
252	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. W2A					
255	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. W8A					
256	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Sem Asa nº. 212					
259	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Sem Asa nº. 26					
260	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Sem Asa nº. 28					
261	10,00	UN	GOLGRAN	R\$9,5000	R\$95,0000
Especificação: Ionomero de vidro para restauração, embalagem contendo frasco com 10 grs de pó e 08 ml de líquido, 01 concha dosadora, 01 bloco de papel para espatulação.					
271	300,00	EMB	MAXXION FGM	R\$12,7000	R\$3.810,0000
Especificação: Jogo de posicionador radiológico para adulto, autoclavável					
272	10,00	JG	MAQUIRA	R\$39,0000	R\$390,0000
Especificação: Jogo de posicionador radiológico para infantil, autoclavável					
273	10,00	JG	MAQUIRA	R\$39,0000	R\$390,0000
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 100 unidades.					
276	10,00	CX	SOLIDOR	R\$17,0000	R\$170,0000
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 13, cx com 100 unidades.					
277	10,00	CX	SOLIDOR	R\$17,0000	R\$170,0000
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 100 unidades.					
278	30,00	CX	SOLIDOR	R\$17,0000	R\$510,0000
Especificação: Lamina para bisturi nº. 12, caixa com 100 unidades.					
279	10,00	CX	SOLIDOR	R\$17,0000	R\$170,0000
Especificação: Lençol de borracha, caixa com 26 unidades					
281	20,00	CX	MAQUIRA	R\$13,4000	R\$268,0000
Especificação: Lima tipo K 1ª série, 31mm, 15-40, caixa com 6 limas					
293	30,00	CX	M ACCESS DENTSPLY	R\$13,0200	R\$390,6000
Especificação: Lima tipo K-File nº 06, com 21 mm, caixa com 06 unidades.					
294	80,00	CX	M ACCESS DENTSPLY	R\$13,0200	R\$1.041,6000

Especificação: Lima tipo K-File nº 06, com 25 mm, caixa com 06 unidades.					
295	80,00	CX	M ACCESS DENTSPLY	R\$13,0200	R\$1.041,6000
Especificação: Lima tipo K-File nº 06, com 31 mm, caixa com 06 unidades.					
296	80,00	CX	M ACCESS DENTSPLY	R\$13,0200	R\$1.041,6000
Especificação: Lima tipo K-File nº 08, com 21 mm, caixa com 06 unidades.					
297	80,00	CX	M ACCESS DENTSPLY	R\$13,0200	R\$1.041,6000
Especificação: Lima tipo K-File nº 08, com 25 mm, caixa com 06 unidades.					
298	80,00	CX	M ACCESS DENTSPLY	R\$13,0200	R\$1.041,6000
Especificação: Lima tipo K-File nº 08, com 31 mm, caixa com 06 unidades.					
299	80,00	CX	M ACCESS DENTSPLY	R\$13,0200	R\$1.041,6000
Especificação: Lima tipo K-File nº 10, com 21 mm, caixa com 06 unidades.					
300	80,00	CX	M ACCESS DENTSPLY	R\$13,0200	R\$1.041,6000
Especificação: Lima tipo K-File nº 10, com 25 mm, caixa com 06 unidades.					
301	80,00	CX	M ACCESS DENTSPLY	R\$13,0200	R\$1.041,6000
Especificação: Lima tipo K-File nº 10, com 31 mm, caixa com 06 unidades.					
302	30,00	CX	M ACCESS DENTSPLY	R\$13,0200	R\$390,6000
Especificação: Mandril para disco de lixa.					
305	80,00	UN	PREVEN	R\$1,5000	R\$120,0000
Especificação: Micromotor de baixa rotação compacto e anatômico de alto torque com sistema de conexão dois furos, sistema intra de encaixe rápido que proporciona conexão das pontas com facilidade e segurança permitindo giro de 360º das peças acopladas, possuir anel giratório acoplado ao corpo que permite inversão de rotação e regulagem de 3.000 à 18.000 rpm, com corpo de alpaca, baixo nível de ruído, consumo de ar 65 L/min, autoclavável e controle de rotação no pedal de acionamento.					
310	15,00	UN	KAVO 500	R\$355,0000	R\$5.325,0000
Especificação: Mocho odontológico com acionamento a gás, base giratória com 05 rodízios, com ajuste de altura de assento e encosto, encosto ergonômico meia lua, cor a combinar. Estofamento com espuma injetada de alta densidade e revestimento em PVC laminado, asséptico e sem costura.					
311	15,00	UN	KAVO / FISIOMO-CHO L	R\$865,0000	R\$12.975,0000
Especificação: Óleo lubrificante para caneta de alta rotação, óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 100 ml. Embalagem pressurizada.					
314	50,00	UN	MAQUIRA	R\$7,0000	R\$350,0000
Especificação: Óleo lubrificante para caneta de baixa rotação, óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 100 ml. Embalagem pressurizada.					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Óleo lubrificante para caneta de baixa rotação, óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 100 ml. Embalagem pressurizada.					
315	50,00	UN	MAQUIRA	R\$7,0000	R\$350,0000
Especificação: Papel p/ impressão oclusal, dupla face, com cores diferentes em cada face, livreto com 12 folhas, com comprimento de 10 cm e com espessura máxima de 28 unid.					
317	200,00	CX	MAQUIRA	R\$1,3300	R\$266,0000
Especificação: Pasta profilática sabor tuti-fruti, com 30 ml.					
319	100,00	UN	ALLPLAN	R\$2,8000	R\$280,0000
Especificação: Peça reta autoclavável, de formato anatômico, baixo peso e baixo ruído, acoplável ao micromotor de baixa rotação através de sistema intra, onde o torque e a rotação são transmitidos a broca por um conjunto de eixos e engrenagens com relação de transmissão 1:1, corpo em ALPACA.					
320	6,00	UN	KAVO 500	R\$265,0000	R\$1.590,0000
Especificação: Pedra de amolar instrumentos odontológicos					
321	40,00	UN	JON	R\$21,0700	R\$842,8000
Especificação: Pincel aplicador c/ dobra em 2 pontos fino, caixa com 100 unidades.					

329	100,00	CX	FGM	R\$4,5000	R\$450,0000
Especificação: Pincel aplicador com dobra em 2 pontos, permitindo alcançar angulações superior a 180, caixa com 100 unidades.					
330	100,00	CX	FGM	R\$4,5000	R\$450,0000
Especificação: Pontas de borracha p/ acabamento tipo enhance (kit)					
355	50,00	KIT	DENTSPLY	R\$42,9000	R\$2.145,0000
Especificação: Porta agulha c/ 17cm, em aço inox					
358	40,00	UN	GOLGRAN	R\$31,5300	R\$1.261,2000
Especificação: Porta amalgama - plástico					
361	20,00	UN	JON	R\$7,5600	R\$151,2000
Especificação: Roletes de algodão, produzido com fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, levemente gomado, possuir grande poder de absorção e maciez, sendo perfeito para o uso em tratamento dentário. Pacote com 100 unidades.					
388	2000,00	PCT	CREMER	R\$1,2500	R\$2.500,0000
Especificação: Spray refrigerante para teste de vitalidade dental, temperatura de -50°C, inodoro, atóxico e sem CFC, frasco 200 ml.					
396	40,00	FRS	MAQUIRA	R\$15,2600	R\$610,4000
Especificação: Sugador cirúrgico odontológico, descartável, atóxico, esterilizado, embalados individualmente, caixa com 20 unidades.					
398	100,00	CX	MAQUIRA	R\$15,4000	R\$1.540,0000
Especificação: Sugador descartável, confeccionado em PVC virgem transparente e atóxico, arame em aço especial para fixação imediata, desenho anatômico, para proporcionar uma excelente sucção sem agredir o tecido. Ponteira soldadas ao tubo, confeccionada em PVC macio, atóxico e vazada. Pacote com 40 unidades.					
399	2000,00	PCT	SSPLUS.	R\$2,8000	R\$5.600,0000
Especificação: Tesoura cirúrgica Goldmann Fox nº16, reta, serrilhada, em aço inox					
403	60,00	UN	GOLGRAN	R\$23,5900	R\$1.415,4000
Especificação: Tesoura Cirurgica Goldmann Fox nº16, curva, serrilhada, em aço inox					
404	60,00	UN	GOLGRAN	R\$23,5900	R\$1.415,4000
Especificação: Tira de Lixa de Aço Abrasiva, 6mm, pacote com 12 unidades.					
407	100,00	PCT	MAQUIRA	R\$5,6000	R\$560,0000
Especificação: Verniz com fluor para aplicação tópica 5% de fluoreto de sódio, frasco com 10 ml de verniz e frasco de 10 ml de solvente.					
410	40,00	FRS	FGM	R\$6,6600	R\$266,4000
Valor Total		(cento e dezoito mil, cento e quinze reais e cinquenta e cinco centavos)			R\$118.115,55

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº110/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº110/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 94.894.169/0001-86	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cloridrato de Fexofenadina 180 mg, caixa com 10 comp.					
4	50,00	CX	UNICHEN - C/10	R\$10,4000	R\$520,0000
Especificação: Cloridrato de Ciclobenzaprina 10mg, caixa c/30 comp.					
5	80,00	CX	BRAINFARMA - C/30	R\$6,9000	R\$552,0000
Especificação: Valsartana 80mg, caixa com 30 comprimidos.					
51	30,00	CX	BRAINFARMA - C/30	R\$11,8000	R\$354,0000

Especificação: Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI - pó para suspensão injetável + diluente

59	7000,00	F/AM	TEUTO - C/50	R\$9,0000	R\$63.000,0000
Valor Total		(sessenta e quatro mil e quatrocentos e vinte e seis reais)			R\$64.426,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº111/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº111/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA				CNPJ: 73.856.593/0001-66	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Nistatina susp. oral 100.000 UI/ml - 50ml					
38	4000,00	FRS	PRATI-DONADUZZI	R\$1,6900	R\$6.760,0000
Valor Total		(seis mil e setecentos e sessenta reais)			R\$6.760,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 02.520.829/0001-40	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Vitaminas+Sais Minerais					
53	180000,00	COMP	NATURELIFE	R\$0,0850	R\$15.300,0000
Valor Total		(quinze mil e trezentos reais)			R\$15.300,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº113/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº113/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELI LILLY DO BRASIL LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA				CNPJ: 43.940.618/0001-44	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cialis 20mg c/8cp.					
3	15,00	CX	LILLY	R\$219,2800	R\$3.289,2000
Especificação: Insulina NPH com 2 refis, 3 ml					
26	180,00	CX	LILLY	R\$27,1200	R\$4.881,6000
Especificação: Insulina Humalog lispro com 5 refis					
27	50,00	CX	LILLY	R\$121,0500	R\$6.052,5000

Especificação: Insulina Humalog mix 25, refil com 3mL

28	180,00	R	LILLY	R\$28,4100	R\$5.113,8000
Valor Total		(dezenove mil, trezentos e trinta e sete reais e dez centavos)			R\$19.337,10

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº114/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº114/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICAS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais. DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEÚTICAS LTDA.				CNPJ: 44.734.671/0001-51	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Clorpromazina solução oral 40mg/ml.					
7	1000,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$4,5900	R\$4.590,0000
Especificação: Enantato de Flufenazina 25mg/ml solução injetável 1ml					
11	400,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$3,5400	R\$1.416,0000
Especificação: Fenobarbital 100 mg, amp. c/ 2ml, injetável					
13	200,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$1,3700	R\$274,0000
Especificação: Fluconazol 100 mg					
18	1200,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,9300	R\$1.116,0000
Especificação: Lamotrigina 100 mg, caixa com 30 comp.					
29	120,00	CX	CRISTÁLIA	R\$9,5700	R\$1.148,4000
Especificação: Risperidona 1 mg, caixa com 20 comp.					
42	60,00	CX	CRISTÁLIA	R\$3,3990	R\$203,9400
Especificação: Isoflurano 100% 1ml/ml, frascos de 100ml					
72	300,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$37,4500	R\$11.235,0000
Especificação: Cloridrato de cetamina 10% injetável, frasco de 10ml					
77	30,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$39,4500	R\$1.183,5000
Valor Total		(vinte e um mil, cento e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos)			R\$21.166,84

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº115/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº115/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais. DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 26.921.908/0002-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Diosmina 450 + hesperidina 50mg, caixa com 30 comprimido.					
9	60,00	CX	SERVIER	R\$7,4900	R\$449,4000
Especificação: Epitezan pomada 3,5 gramas					

12	100,00	TB	ALLERGAN	R\$8,2700	R\$827,0000
Valor Total		(um mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta centavos)			R\$1.276,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº116/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº116/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LICIMED DISTRIB. MEDIC. CORRELATO PROD. MED. HOSP. LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: LICIMED DISTRIB.MEDIC.CORRELATO PROD.MÉD.HOSP LTDA				CNPJ: 04.071.245/0001-60	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Tenoxicam 20 mg iv/im (com diluente)					
50	20000,00	AMP	EUROFARMA	R\$3,7400	R\$74.800,0000
Especificação: Carbolitium 450 mg c/ 30cp					
60	30,00	CX	EUROFARMA	R\$8,7000	R\$261,0000
Valor Total		(setenta e cinco mil e sessenta e um reais)			R\$75.061,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº117/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº117/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA				CNPJ: 81.706.251/0001-98	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Metoclopramida 10mg, ampola com 2 ml, injetável					
33	10000,00	AMP	ISOFARMA	R\$0,2450	R\$2.450,0000
Especificação: Omeprazol 20 mg					
39	3500000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0329	R\$115.150,0000
Especificação: SINVASTATINA 20MG.					
47	1600000,00	COMP	SANDOZ	R\$0,0519	R\$83.040,0000
Valor Total		(duzentos mil e seiscentos e quarenta reais)			R\$200.640,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº118/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº118/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 09.944.371/0001-04	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: AMITRIPTILINA 25MG					

1	1100000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0325	R\$35.750,0000
Especificação: Hidrocortisona 100 mg					
24	2000,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$2,9000	R\$5.800,0000
Especificação: Hidrocortisona 500 mg					
25	3000,00	AMP	TEUTO	R\$5,5280	R\$16.584,0000
Valor Total		(cinquenta e oito mil e cento e trinta e quatro reais)			R\$58.134,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº119/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº119/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.
DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 00.088.317/0001-21	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Budecort aqua 32 mcg, dose nasal, frasco c/ 120 doses.					
2	60,00	FRS	ASTRAZENECA	R\$15,5100	R\$930,6000
Especificação: Metoprolol 1mg/mL c/5mL					
32	400,00	AMP	ASTRAZENECA	R\$20,8600	R\$8.344,0000
Especificação: Seroquel 50mg XRO c/30cp.					
45	30,00	CX	ASTRAZENECA	R\$125,5300	R\$3.765,9000
Valor Total		(treze mil, quarenta reais e cinquenta centavos)			R\$13.040,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº120/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº120/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.
DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Flumazenil 0,1mg/mL IV c/5mL					
20	30,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$34,3643	R\$1.030,9290
Especificação: Oxalato de Escitalopram 10mg, caixa com 30 comp.					
41	40,00	CX	TORRENT	R\$8,8380	R\$353,5200
Especificação: Cloridrato de Petidina 50mg/ml, ampolas de 2ml.					
68	600,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$1,7900	R\$1.074,0000
Especificação: Tintura de Benjoim, frasco de 1L					
74	10,00	FRS	VIC PHARMA	R\$49,3626	R\$493,6260
Valor Total		(dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais e oito centavos)			R\$2.952,08

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº121/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº121/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA					CNPJ: 05.531.725/0001-20
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Clopidogrel 75mg					
6	200000,00	COMP	ACTAVIS	R\$0,2990	R\$59.800,0000
Especificação: Diclofenaco Sódico 25 mg/ml - amp. 3ml..					
8	5000,00	AMP	TEUTO	R\$0,4095	R\$2.047,5000
Especificação: Fosfato sódico de prednisolona 3mg/ml, solução oral, frasco com 60ml.					
16	10000,00	FRS	HIPOLABOR	R\$2,2890	R\$22.890,0000
Especificação: Fumarato de quetiapina 100mg, caixa com 30 comprimidos					
17	50,00	CX	ACTAVIS	R\$13,4100	R\$670,5000
Especificação: Fosfato dissódico de dexametazona 4 mg/ml ampola 2,5 ml					
19	5000,00	AMP	FARMACE	R\$0,7245	R\$3.622,5000
Especificação: Haloperidol 50 mg/ml 1ml					
23	600,00	AMP	TEUTO	R\$0,8200	R\$492,0000
Especificação: Maleato de enalapril 5 mg, caixa com 30 comp.					
30	80,00	CX	BELFAR	R\$1,8900	R\$151,2000
Especificação: Naloxona 0,4mg/mL IM, SC, IV c/1mL					
37	300,00	AMP	HIPOLABOR	R\$3,1000	R\$930,0000
Especificação: Quetiapina 25 mg c/ 30cp.					
43	40,00	CX	ACTAVIS	R\$9,2610	R\$370,4400
Especificação: Sulfato de terbutalina 0,5mg/ml, amp. c/ 1 ml, injetável					
48	500,00	AMP	HIPOLABOR	R\$1,4700	R\$735,0000
Especificação: Dobutamina 250mg solução injetável 50mg/ml					
61	400,00	AMP	HIPOLABOR	R\$16,8000	R\$6.720,0000
Especificação: Diazepam 5mg/ml, ampola de 2mk					
69	200,00	AMP	TEUTO	R\$0,6300	R\$126,0000
Valor Total		(noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos)			R\$98.555,14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº122/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº122/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 85.247.385/0001-49	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Meloxicam 15mg, caixa com 10 comp.					
31	80,00	CX	PHARLAB	R\$0,9216	R\$73,7280
Valor Total		(setenta e três reais e setenta e três centavos)			R\$73,73

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº123/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº123/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA- FILIAL. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL.				CNPJ: 67.729.178/0004-91	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Midazolam 5mg/ml c/3ml					
34	500,00	AMP	HIPOLABOR	R\$1,0000	R\$500,0000
Especificação: Secnidazol 1000 mg					
44	12000,00	COMP	PHARLAB	R\$0,4000	R\$4.800,0000
Valor Total		(cinco mil e trezentos reais)			R\$5.300,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº124/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº124/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 94.516.671/0002-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Tramadol 50mg/ml, ampolas c/ 2ml					
71	200,00	AMP	TEUTO	R\$0,8500	R\$170,0000
Especificação: Clorexidina degermante 2% de 1L					
75	50,00	LTS	RIOQUIMICA	R\$6,2700	R\$313,5000
Valor Total		(quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)			R\$483,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº126/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº126/2015 – Pregão Presencial 24/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PHARMALOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para os pacientes do CEAP e para uso nos atendimentos do CENTRI, e medicamentos de uso veterinário para o programa de castração de pequenos animais.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: PHARMALOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA					CNPJ: 13.485.130/0001-03
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Foraseq 12/400 mcg, caixa com 60 caps.					
15	50,00	CX	NOVARTIS	R\$59,0600	R\$2.953,0000
Especificação: Galvus met 50/1000mg, caixa com 56 comp.					
21	120,00	CX	GALVUS/NOVARTIS	R\$110,6500	R\$13.278,0000
Especificação: Miflonide 400 MCg c/ 30cp					
36	30,00	CX	NOVARTIS	R\$29,4600	R\$883,8000
Especificação: Propofol 10mg/ml, frasco de 20 ml					
82	50,00	FRS	meizler	R\$4,2900	R\$214,5000
Valor Total					(dezesete mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta centavos) R\$17.329,30

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº97/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº97/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO S.A. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO S.A					CNPJ: 83.802.215/0001-53
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aparelho de Ultra-Som Piezelétrico 24-32 KHz multifunções e jato de bicarbonato (bivolt 110-220 volts)					
31	25,00	UN	OLSEN/ ULTRAJET	R\$1.875,0000	R\$46.875,0000
Especificação: Armário clínico para odontologia, dotado de 04 rodízios revestidos em poliuretano, três gavetas rasas e um gavetão (79x49x-38cm), puxadores e tampo em poliestireno de alto impacto e bandeja em aço inox.					
35	20,00	UN	OLSEN/ CLÍNICO- REF. 701	R\$1.000,0000	R\$20.000,0000
Especificação: CONJUNTO ODONTOLÓGICO contendo: CADEIRA: 05 (cinco) comandos, ajuste automático do assento e encosto, encosto anatômico, braços de apoio fixos e carenados, base curta com traseira larga, pedal de comando remoto, integrado com o equipo, cabeceira anatômica articulada, estofamento com revestimento em PVC laminado, asséptico sem costura. Parte inferior do assento carenada. Equipo kart com uma seringa tríplice convencional, uma mangueira de acoplamento borden para alta rotação com regulador de spray, uma mangueira de acoplamento borden para baixa rotação com regulador de spray, suportes dos instrumentos em ABS, pedal de acionamento das pontas convencional (metálico), com bandeja inox s. Válvula com exclusivo sistema anti-retratação (sar), dupla válvula de controle de pressão e restritor de ar para ajuste fino do spray, mocho odontológico, com acionamento a gás, com ajuste de altura e encosto (na cor do equipamento), refletor com cabeçote blindado e luminosidade de no mínimo 20.000 luz, braço longo, unidade auxiliar com 02 sugadores de alta potência com filtro de partículas incorporado e cuba de poliéster, voltagem 220 volts. Cor a ser definida.					
134	8,00	UN	OLSEN/ SPRINT	R\$7.458,0000	R\$59.664,0000
Valor Total					(cento e vinte e seis mil e quinhentos e trinta e nove reais) R\$126.539,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº98/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº98/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA					CNPJ: 06.555.143/0001-46
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Agulha hipodérmica 25X4 para irrigação intrarradicular, em inox, sem bisel.					

8	100,00	CX	KONNEM	R\$4,6700	R\$467,0000
Especificação: Alavanca apical adulto reta, canelada, com ponta fina, em aço inox					
9	30,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$331,2000
Especificação: Alavanca apical direita adulto, canelada, com ponta fina, em aço inox					
10	30,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$331,2000
Especificação: Alavanca apical direita infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox					
11	20,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$220,8000
Especificação: Alavanca apical esquerda adulto, canelada, com ponta fina, em aço inox					
12	30,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$331,2000
Especificação: Alavanca apical esquerda infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox					
13	20,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$220,8000
Especificação: Alavanca apical reta infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox					
14	20,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$220,8000
Especificação: Alavanca seldin 1L adulto, em aço inox					
15	30,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$331,2000
Especificação: Alavanca seldin 1L infantil, em aço inox					
16	20,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$220,8000
Especificação: Alavanca seldin 1R adulto, em aço inox					
17	30,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$331,2000
Especificação: Alavanca seldin 1R infantil, em aço inox					
18	20,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$220,8000
Especificação: Alavanca seldin reta nº2 adulto, em aço inox					
19	30,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$331,2000
Especificação: Alavanca seldin reta nº2 infantil, em aço inox					
20	20,00	UN	LM	R\$11,0400	R\$220,8000
Especificação: Aplicador de dycal, duplo, pequeno					
33	30,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$99,3000
Especificação: Avental descartável frontal manga longa, punho lastex, confeccionado em TNT, fabricada em 100% polipropileno (tecido não tecido), tiras de ajuste internas e externas para amarrar no dorso e na cintura, gramatura 30 gr, tamanho único.					
39	600,00	UN	ANADONA	R\$1,1500	R\$690,0000
Especificação: Brunidor nº 29					
79	10,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$33,1000
Especificação: Brunidor nº 3					
80	10,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$33,1000
Especificação: Cabo de bisturi nº 3					
81	20,00	PÇ	LM	R\$4,6700	R\$93,4000
Especificação: Cabo de bisturi nº 4					
82	20,00	PÇ	LM	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Cabo para espelho em inox.					
83	400,00	UN	LM	R\$1,7300	R\$692,0000
Especificação: Caixa em aço inox para endodontia perfurado, para autoclave, com medidas aproximadas de 20 x 10 x 5 cm, com capacidade de 72 furos.					
84	10,00	UN	FAMIITA	R\$80,4000	R\$804,0000

Especificação: Calçador 6335 p/ inserção de resina nº 1					
85	30,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$99,3000
Especificação: Calçador 6335 para inserção de resina nº2					
86	30,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$99,3000
Especificação: Calçador 6335 p/ inserção de resina nº 3					
87	30,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$99,3000
Especificação: Calçador de Paiva nº 01					
89	20,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$66,2000
Especificação: Calçador de Paiva nº 02					
90	20,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$66,2000
Especificação: Calçador de Paiva nº 03					
91	20,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$66,2000
Especificação: Calçador de Paiva nº 04					
92	20,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$66,2000
Especificação: Calçador Ward nº2					
93	10,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$33,1000
Especificação: Calçador Ward nº3					
94	10,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$33,1000
Especificação: Calçador ward nº 04					
95	10,00	PÇ	LM	R\$3,3100	R\$33,1000
Especificação: Calçador Ward nº6					
96	10,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$33,1000
Especificação: Cimento cirúrgico líquido, frasco com 20 ml					
103	20,00	FRS	TECHNEW	R\$11,4500	R\$229,0000
Especificação: Cimento cirúrgico pó, frasco com 50 grs.					
104	20,00	FRS	TECHNEW	R\$10,6500	R\$213,0000
Especificação: Cone de papel absorvente 1.ª série, 15-40, cx. com 120 unidades.					
129	60,00	CX	INJECTA	R\$13,5000	R\$810,0000
Especificação: Cone de papel absorvente 2.ª série, 45-80, cx. c/ 120 unid.					
130	60,00	CX	INJECTA	R\$13,5000	R\$810,0000
Especificação: Cone de papel absorvente 3.ª série, 90-140, cx. c/ 120 unid.					
131	40,00	CX	INJECTA	R\$13,5000	R\$540,0000
Especificação: Cureta para dentina nº 17					
143	20,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$66,2000
Especificação: Cureta para dentina nº 18					
144	20,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$66,2000
Especificação: Cureta para dentina nº 5					
145	20,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$66,2000
Especificação: Cursores de silicone 1 mm, pacote com 10 unidades					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cursores de silicone 1 mm, pacote com 10 unidades					
157	80,00	PCT	INJECTA	R\$6,2500	R\$500,0000
Especificação: Descolador de perioósteo (tipo molt)					
159	20,00	UN	LM	R\$7,9800	R\$159,6000
Especificação: Escova de aço para limpeza de brocas					
164	50,00	UN	PREVEN	R\$4,2000	R\$210,0000
Especificação: Esculpidor hollembach nº 03					
175	20,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$66,2000
Especificação: Esculpidor hollembach nº 3s					
176	20,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$66,2000
Especificação: Esculpidor hollembach nº 3ss					
177	20,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$66,2000
Especificação: Espátula em inox nº 36					
185	20,00	UN	LM	R\$4,5300	R\$90,6000
Especificação: Espátula em inox nº 70					
186	15,00	UN	LM	R\$4,5300	R\$67,9500
Especificação: Espátula em inox para resina nº. 01					
187	80,00	UN	LM	R\$4,5300	R\$362,4000
Especificação: Espátula nº 31 de aço inox					
188	20,00	PÇ	LM	R\$4,5300	R\$90,6000
Especificação: Espátula nº 7 inox					
189	10,00	UN	LM	R\$4,5300	R\$45,3000
Especificação: Espelho odontológico nº 5 sem cabo, sem aumento, autoclavável em aço inox					
190	300,00	UN	PHARMAINOX	R\$1,3300	R\$399,0000
Especificação: Explorador duplo nº 5, medindo aproximadamente: c 16 cm x 15 mm x 5mm, em aço inox					
196	150,00	UN	LM	R\$3,3100	R\$496,5000
Especificação: Extirpanervos 25 mm, cx com 10 unidades					
197	100,00	CX	QUIMIDROL	R\$15,8400	R\$1.584,0000
Especificação: Fio de nylon 3-0, para sutura com agulha 1/2 cm, estéril, não absorvível, caixa com 24 unidades.					
202	100,00	CX	PROCARE	R\$19,3300	R\$1.933,0000
Especificação: Fio de nylon 4-0, com agulha, caixa com 24 unidades					
203	100,00	CX	PROCARE	R\$19,3300	R\$1.933,0000
Especificação: Fio de nylon 5-0, com agulha, caixa com 24 unidades					
204	50,00	CX	PROCARE	R\$19,3300	R\$966,5000
Especificação: Forceps inox nº 150 - adulto					
212	20,00	UN	PRODONTO	R\$36,3600	R\$727,2000
Especificação: Forceps inox nº 151 - adulto					
213	20,00	UN	PRODONTO	R\$36,3600	R\$727,2000
Especificação: Forceps inox nº 69 - adulto					
214	20,00	UN	PRODONTO	R\$36,3600	R\$727,2000

Especificação: Forceps nº 01 - infantil					
216	15,00	UN	PRODONTO	R\$36,3600	R\$545,4000
Especificação: Forceps nº 101 - Infantil					
217	15,00	UN	PRODONTO	R\$36,3600	R\$545,4000
Especificação: Forceps nº 150 - infantil					
218	15,00	UN	PRODONTO	R\$36,3600	R\$545,4000
Especificação: Forceps nº 152 infantil					
219	15,00	UN	PRODONTO	R\$36,3600	R\$545,4000
Especificação: Forceps nº 16 - adulto					
220	20,00	UN	PRODONTO	R\$36,3600	R\$727,2000
Especificação: Forceps nº 16 - infantil					
221	15,00	UN	PRODONTO	R\$36,3600	R\$545,4000
Especificação: Forceps nº 17 - adulto					
222	20,00	UN	PRODONTO	R\$36,3600	R\$727,2000
Especificação: Forceps nº 17 infantil					
223	15,00	UN	PRODONTO	R\$36,3600	R\$545,4000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. W00					
253	10,00	UN	PRISMA	R\$9,9500	R\$99,5000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº. W2					
254	10,00	UN	PRISMA	R\$9,9500	R\$99,5000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº.A3					
257	10,00	UN	PRISMA	R\$9,9500	R\$99,5000
Especificação: Grampo para Isolamento Absoluto Com Asa nº.A4					
258	10,00	UN	PRISMA	R\$9,9500	R\$99,5000
Especificação: Grampo unitário para radiografia periapical (colgadadura)					
262	30,00	UN	TECNODENT	R\$2,1300	R\$63,9000
Especificação: Hidróxido de cálcio em pó, frasco com 10g					
268	30,00	FRS	IODONTOSUL	R\$3,3600	R\$100,8000
Especificação: Hidróxido de cálcio radiopaco, contendo 1 tubo de pasta catalizadora 11 gr, 01 tubo de pasta base 13 gr e 01 bloco de mistura.					
269	30,00	UN	TECHNEW	R\$9,3200	R\$279,6000
Especificação: Moldeira de cera infantil, tam. pequeno, com arcada inferior e superior, pte com 100 unid.					
312	50,00	PCT	PREVEN	R\$35,5000	R\$1.775,0000
Especificação: Pasta maisto, pote plástico com 10 gramas.					
318	20,00	POTE	IODONTOSUL	R\$14,2400	R\$284,8000
Especificação: Pedra pomes em pó, frasco com 10g					
322	40,00	FRS	IODONTOSUL	R\$2,8800	R\$115,2000
Especificação: Pinça Allis de 15 cm.					
324	15,00	UN	LM	R\$22,1000	R\$331,5000
Especificação: Pinça clínica 317 - 318					
325	200,00	UN	LM	R\$4,6700	R\$934,0000
Especificação: Ponteiras para Ultra-Som G1					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ponteiras para Ultra-Som G1					
356	50,00	UN	HOLDENT	R\$54,2800	R\$2.714,0000
Especificação: Porta algodão limpo, em aço inox, tam. 08x08 cm					
359	20,00	UN	FAMIITA	R\$30,0900	R\$601,8000
Especificação: Porta algodão sujo, em aço inox, tam 08x08 cm					
360	30,00	UN	FAMIITA	R\$27,4400	R\$823,2000
Especificação: Porta amalgama, em aço inox					
362	20,00	UN	LM	R\$20,0000	R\$400,0000
Especificação: Porta-matriz TOFFLEMIRE em aço inox, adulto					
363	30,00	UN	LM	R\$14,6700	R\$440,1000
Especificação: Pote dappen (plástico)					
365	50,00	UN	PREVEN	R\$1,7300	R\$86,5000
Especificação: Sugador cirúrgico - metal					
397	50,00	UN	LM	R\$9,3300	R\$466,5000
Especificação: Taça de borracha pequena					
401	100,00	UN	PREVEN	R\$0,8500	R\$85,0000
Especificação: Tesoura tipo iris curva, aproximadamente 12 cm, em aço inox					
405	60,00	UN	LM	R\$11,0000	R\$660,0000
Especificação: Tesoura tipo iris reta, aproximadamente 11,5cm, em aço inox					
406	60,00	UN	LM	R\$11,0000	R\$660,0000
Valor Total		(trinta e seis mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos)			R\$36.976,95

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº99/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº99/2015 – Pregão Presencial 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: M.F DE ALMEIDA & CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais de laboratório consumo para os serviços do Laboratório Municipal e consumo enfermagem.

DATA: 24/08/2015 à 23/08/2016.

Nome da Empresa: M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME				CNPJ: 05.021.932/0001-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alveolotomo curvo, em aço inox					
21	20,00	UN	TRINKS	R\$49,5500	R\$991,0000
Especificação: Avental de chumbo infantil, equivalência de chumbo aprox. 0,50PB, com fecho em velcro na nuca, tam. aprox. 60x46cm.					
38	2,00	UN	N MARTINS	R\$300,0000	R\$600,0000
Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 02					
48	50,00	UN	JOTA	R\$9,4000	R\$470,0000
Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 04					
49	50,00	UN	JOTA	R\$9,5500	R\$477,5000
Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 06					
50	50,00	UN	JOTA	R\$9,5500	R\$477,5000

Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 08

51	50,00	UN	JOTA	R\$9,5500	R\$477,5000
----	-------	----	------	-----------	-------------

Especificação: BRUNIDOR CLEV DENT 21

77	10,00	UN	TRINKS	R\$4,5000	R\$45,0000
----	-------	----	--------	-----------	------------

Especificação: BRUNIDOR DISCÓIDE CLEÓIDE

78	10,00	UN	TRINKS	R\$4,7500	R\$47,5000
----	-------	----	--------	-----------	------------

Especificação: Cânula de aspiração de endodontia

100	20,00	UN	KONNEN	R\$12,3000	R\$246,0000
-----	-------	----	--------	------------	-------------

Especificação: Condensador para amalgama nº 21

116	10,00	UN	TRINKS	R\$4,5000	R\$45,0000
-----	-------	----	--------	-----------	------------

Especificação: Cureta dupla de lucas nº 85

140	20,00	UN	TRINKS	R\$4,6700	R\$93,4000
-----	-------	----	--------	-----------	------------

Especificação: Cureta dupla de lucas nº 86

141	20,00	UN	TRINKS	R\$4,6700	R\$93,4000
-----	-------	----	--------	-----------	------------

Especificação: Cureta dupla de Lucas nº 87

142	20,00	UN	TRINKS	R\$4,6700	R\$93,4000
-----	-------	----	--------	-----------	------------

Especificação: Cureta perio inox 11/12

148	30,00	UN	TRINKS	R\$5,8800	R\$176,4000
-----	-------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Cureta perio inox 13/14

149	30,00	UN	TRINKS	R\$5,8800	R\$176,4000
-----	-------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Cureta perio inox 5/6

150	30,00	UN	TRINKS	R\$5,8800	R\$176,4000
-----	-------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Cureta perio inox 7/8

151	30,00	UN	TRINKS	R\$5,8800	R\$176,4000
-----	-------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Esculpidor Lecron nº6

178	20,00	UN	TRINKS	R\$5,1500	R\$103,0000
-----	-------	----	--------	-----------	-------------

Especificação: Forceps nº 18D infantil

224	15,00	UN	TRINKS	R\$36,3500	R\$545,2500
-----	-------	----	--------	------------	-------------

Especificação: Forceps nº 18l - adulto

225	20,00	UN	TRINKS	R\$36,3500	R\$727,0000
-----	-------	----	--------	------------	-------------

Especificação: Forceps nº 18r - adulto

226	20,00	UN	TRINKS	R\$36,3500	R\$727,0000
-----	-------	----	--------	------------	-------------

Especificação: Forceps nº 21 infantil

227	15,00	UN	TRINKS	R\$36,3500	R\$545,2500
-----	-------	----	--------	------------	-------------

Especificação: Forceps nº 27 infantil

228	15,00	UN	TRINKS	R\$36,3500	R\$545,2500
-----	-------	----	--------	------------	-------------

Especificação: Forceps nº 46 - Infantil

229	15,00	UN	TRINKS	R\$36,3500	R\$545,2500
-----	-------	----	--------	------------	-------------

Especificação: Forceps nº 65 - adulto

230	20,00	UN	TRINKS	R\$36,3500	R\$727,0000
Especificação: Forceps nº 65 infantil					
231	15,00	UN	TRINKS	R\$36,3500	R\$545,2500
Especificação: Forceps nº 68 - adulto					
232	20,00	UN	TRINKS	R\$36,3500	R\$727,0000
Especificação: Gengivótomos de Orban 1/2, em aço inox					
237	3,00	UN	TRINKS	R\$6,5100	R\$19,5300
Especificação: Haste em plástico flexível, com algodão em suas pontas, caixa com aprox. 150 unid.					
267	100,00	CX	BELLA COTTON	R\$1,5800	R\$158,0000
Especificação: Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção dos olhos contra partículas volantes, produtos químicos e fluidos corpóreos e contra raios UVA/UVB. Lentes com tratamento antiembaçante nos lados interno e externo. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, ângulo das lentes ajustável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Produto registrado no Ministério da Saúde.					
313	70,00	UN	DANNY	R\$3,5000	R\$245,0000
Especificação: Revelador para processamento radiográfico, uso odontológico, contendo água (85 a 90%), sulfito de sódio (1 a 5%), dietilenoglicol (1 a 5%) e hidroquinona (1 a 5%), frasco com 475 ml.					
387	100,00	FRS	KODAK	R\$8,9300	R\$893,0000
Especificação: Sonda exploradora nº 5					
394	100,00	UN	TRINKS	R\$4,2000	R\$420,0000
Especificação: Termômetro digital de máxima e mínima para geladeira					
416	2,00	UN	INCONTERMI	R\$39,9000	R\$79,8000
Valor Total		(doze mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e oito centavos)			R\$12.415,38

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 103/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 103/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 47/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA CIVIL/ARQUITETURA, NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, ACOMPANHAMENTO DE OBRAS, FISCALIZAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE LAUDOS. Data da entrega dos envelopes: 15/09/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 15/09/2015 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 28 de Agosto de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2552, DE 19.08.2015 - APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE JULIANO W. TABALIPA

Decreto nº 2552, de 19 de agosto de 2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE JULIANO WAGNER TABALIPA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de JULIANO WAGNER TABALIPA com a área total de 687,58 m² (seiscentos e oitenta e sete metros e cinquenta e oito décimos quadrados), localizado localizado no lado ímpar da Rua Mafra, esquina com o lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, com base no Ponto OPP, Lote B1, Quadra G, do Loteamento Jovino Tabalipa, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 9.108, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "B1-A" – 250,00m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, distante 21,48 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Mafra, com base no Ponto OPP, Quadra G, do Loteamento Jovino Tabalipa.

Frente:- 12,30 metros com o Município pela Rua CAPITÃO ESTEVÃO FURTADO, lado ímpar;

Fundos:- 12,30 metros com a Matrícula nº 9.109-Papanduva/SC, de Geovane Fronczaka, Lote B2;

Lado Direito:- 20,06 metros com a Matrícula nº 8.778-Papanduva/SC de Juliano Wagner Tabalipa, Lote 5 e 6-A;

Lado Esquerdo:- 20,62 metros com o Lote "B1-B" Desmembrado.

Descrição do Lote "B1-B" – 437,58m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Mafra, esquina com o lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, com base no Ponto OPP, Quadra G, do Loteamento Jovino Tabalipa.

Frente:- 21,59 metros com o Município pela Rua MAFRA, lado ímpar;

Fundos:- 20,62 metros com o Lote "B1-A" Desmembrado;

Lado Direito:- 21,48 metros com o Município pela Rua CAPITÃO ESTEVÃO FURTADO, lado ímpar;

Lado Esquerdo:- 20,01 metros com a Matrícula nº 9.109-Papanduva/SC, de Geovane Fronczaka, Lote B2.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 19 de agosto de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

DECRETO Nº 2554, DE 27.08.2015 - DECRETA LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 2554, DE 27.08.2015.

Decreta limitação de empenho e

movimentação financeira e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI e XV do artigo 59 da Lei Orgânica do Município e, para efeitos do disposto na Lei n. 1981, de 12 de julho de 2013, bem como nos artigos 9º e Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, combinado com o artigo 48 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964; e Considerando que há a necessidade de redução de despesas, de limitação de empenho e movimentação financeira com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro vigente;

Considerando a costumeira queda na arrecadação no segundo semestre;

Considerando a Crise Nacional que começou com as Indústrias, passando pelo Varejo e atingindo os Poderes Públicos, em especial os Poderes Públicos Municipais;

DECRETA

Art. 1º. Fica expressamente proibido contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do exercício financeiro de 2015, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Art. 2º. Para a recondução da dívida aos seus limites, ficam determinadas as seguintes medidas, de efeitos imediatos:

I – redução e/ou eliminação de investimentos programados;

II – redução de 50% dos gastos com combustíveis para a frota dos veículos públicos, exceto para os serviços essenciais;

III – redução de 30% de serviços extraordinários, exceto serviços essenciais;

IV – proibição da realização de diárias, exceto para serviços essenciais;

V – proibição da realização de cursos que tenham custos para o ente;

VI – suspensão do pagamento em pecúnia de férias e licença-prêmio;

VII – Suspensão de aquisição de material permanente, exceto casos de extrema necessidade, devidamente justificadas;

VIII – Redução de auxílios em geral, exceto na área da saúde em casos de estado de vulnerabilidade social comprovada;

IX – Redução de ligações telefônicas, com a concentração de ligações telefônicas através da central no edifício da municipalidade; e emissão de ficha controle de todas as ligações telefônicas em outros departamentos, devendo constar o nº de destino, o solicitante e a data;

X – Redução de despesas com telefone móvel, podendo ser limitado

o consumo de algumas linhas;

XI – Redução das despesas com material de expediente; e

XII – Rescisão de contratos em vigência e cancelamentos de Editais que não possam ser cumpridos neste exercício.

§ 1º. Em caso de necessidade de locomoção, a bem do serviço público, seja a trabalho ou para realização de cursos, devidamente autorizados pelo Chefe do Poder Executivo e analisados pela Secretaria da Fazenda ou Secretaria da Administração, os servidores receberão apenas reembolso de despesas, nos seguintes limites:

I) Despesas com almoço: Valor máximo R\$ 30,00.

II) Despesas com jantar: Valor máximo R\$ 30,00.

III) Hospedagem capitais: R\$ 150,00.

IV) Hospedagem a demais cidades: R\$ 100,00

§ 2º. A folha de pagamento do pessoal poderá dar prioridade aos servidores efetivos e admitidos em caráter temporário e, após, ao pessoal comissionado e agentes políticos.

§ 3º. Os pagamentos do pessoal a contar do mês de setembro poderão ser realizados entre o último dia útil do mês até o 5º dia útil do mês subsequente.

Art. 3º. A transgressão de qualquer das limitações previstas neste Decreto, serão de responsabilidade dos Secretários Municipais e/ou Servidores Municipais, no âmbito de cada pasta, ficando os mesmos responsáveis pelo pagamento de despesas não autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Os Secretários de cada pasta deverão no prazo de 05(cinco) dias úteis, apresentar ao Chefe do Poder Executivo um cronograma de metas de redução de gastos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 27 de agosto de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário Da Administração

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 14/2015, de 23/03/2015. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de valores ao contrato supra citado em decorrência da necessidade imprescindível de alteração do projeto e em conformidade com a planilha anexo; Considerando o objeto da presente licitação que consta como contratação de empresa para conclusão do trevo de acesso na BR 116, Km 58; Considerando que, conforme laudo técnico de engenharia, dentro do objeto geral da licitação, surgiu a necessidade de se aditar serviços para a boa e perfeita execução da obra, o que encontra amparo no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93, cujo laudo integra este aditivo; Considerando que o valor desse aditivo é inferior ao limite estabelecido pelo dispositivo legal acima referido, enquadrando-se no efetivo preço de mercado; Considerando finalmente, a urgência da execução das obras, tendo em vista que o seu prazo expira em 10 de setembro de 2015, faz-se necessário este aditamento, cujo valor é de R\$ 18.656,05 que representa 12,0425% do valor original. Contratado: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Papanduva, 13 de agosto de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 095/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Quarto Termo Aditivo ao contrato nº 095/2013, de 02/08/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste financeiro do contrato 95/2013 objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 072/2013; Considerando que as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de recomposição de preços; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que pelo IGPM apura-se um índice de 6,9639% para o período entre a data de contratação dos serviços até o presente, fica reajustado o valor por tonelada de R\$ 124,29 para R\$ 132,95. Contratado: SERRANA ENGENHARIA LTDA.

Papanduva, 17 de agosto de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N. 0076/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0076/2015

PROCESSO LICITATORIO N. 0045/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0031/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: DOUGLAS LUIZ MACHADO SEVERGNINI ME

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para prestação de serviços de capacitação de recursos nos sistemas do Governo Federal e Governo Estadual de Santa Catarina, tais como SIGEF, SICONV, SISMOB, SIMEC, SIGOB, e demais, incluindo a elaboração e inclusão de propostas e/ou projetos, gestão das propostas, acompanhando da execução de convênios e/ou contratos de repasse, prestação de contas e acompanhamento do movimento financeiros de convênios e/ou contratos de repasse.

Valor: Pelos serviços a serem fornecidos, objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura vigorando até 31/12/2015.

Passos Maia, 28 de agosto de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LEILÃO LL003/2015

LEILÃO Nº 03/2015

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Leilão, do tipo maior lance ou oferta por item, para alienação de bem móvel declarado inservível para a administração, com abertura das propostas às 09:00 horas do dia 15 de setembro de 2015. O edital encontra-se à disposição no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 28 de agosto de 2015.

EVANDRO JOAO DOS SANTOS

ERRATA EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

ERRATA

No Aviso de Edital de chamamento Publico Nº 010/2015 de 25 de Agosto de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 28/09/2015, onde se lê "escolha das vagas disponíveis, no dia 05 de setembro de 2015 " Leia-se "escolha das vagas disponíveis, no dia 08 de setembro de 2015". Permanecendo o restante do texto sem alteração

Município de Paulo Lopes - SC, 28 Agosto de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

199

PORTARIA Nº 199/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar o furto de um botijão de gás na Unidade de Saúde de Santa Lídia, conforme B.O. nº 00464.2015.02442, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de agosto de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONTRATO Nº 108/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2015 – FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015 -FMS, MODALIDADE PRE-
GÃO PRESENCIAL Nº 17/2015- FMS
CONTRATADO: BARIGUI VEICULOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS E CARROS QUE SERÃO
UTILIZADOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E PELO NÚCLEO DE
APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.
VALOR TOTAL: R\$ 172.929,00 (CENTO E SETENTA E DOIS MIL,
NOVECENTOS E VINTE E NOVE REAIS)
VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2015

PENHA, 28 DE AGOSTO DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PELA PREFEITURA

**CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO - Nº 01/2013
ESF - ENFERMEIRO**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Concurso Público – Emprego Público
nº 01/2013

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 09/09/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hs às 16:00hs, conforme cláusula 8 do Edital do Concurso Público 01/2013 - ESF.

Cargo: ENFERMEIRO

CLASSIFICAÇÃO CPF NOME

32º. 044.160.289-46 FRANCINE RAFAELA KUHNEN

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2015.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - NUTRICIONISTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 09/09/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: NUTRICIONISTA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
01º. 23217 ALESSANDRA MONESTEL

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone

(47) 3363-7441;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de agosto de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2015.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

_____,

Rua= _____

_____, nº. _____, Bairro: _____, Cidade _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada Saída

() Efetivo Cargo: _____/_____/_____/_____/_____/_____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____/_____/_____/_____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/_____/_____/_____/_____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/_____/_____/_____/_____

____/____/____
 () Comissionado Cargo: _____ ____/____/____
 ____/____/____

5 – MUDANÇA DE CARGO NA MESMA GESTÃO

Entrada Saída

Cargo: _____ ____/____/____ ____/____/____

Cargo: _____ ____/____/____ ____/____/____

Cargo: _____ ____/____/____ ____/____/____

Cargo: _____ ____/____/____ ____/____/____

Cargo: _____ ____/____/____ ____/____/____

6 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

7 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

8 – RELAÇÃO DOS BENS NA SAÍDA

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

9 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

10 – DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

Saída: _____ Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de 2015.

ANEXO 4

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não me encontro em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de 2015.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE CONCURSO PÚBLICO 01/2015

Estado de Santa Catarina. Município de Peritiba, SC. CONCURSO PUBLICO Nº 1/2015. A Prefeita do Município de Peritiba, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a legislação pertinente a espécie, TORNA PÚBLICO, que se encontra aberto Concurso Público, para preenchimento de vagas do Poder Executivo Municipal, para os cargos:

1. DAS VAGAS: Operador de Máquinas, Servente de Serviços Internos, Motorista, Inseminador Artificial, Enfermeiro e Médico da Família.
2. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições estarão abertas no período de 3 de setembro a 2 de outubro de 2015, somente via internet, no site www.assconpp.com.br.
3. ÍNTEGRA DO EDITAL: Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital pelos sites www.assconpp.com.br e www.peritiba.sc.gov.br.

Peritiba, SC, 28 de agosto de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO 47/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 20/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 47/2015 – Pregão Presencial 20/2015.

Objeto: Aquisição de fertilizante mineral misto com as seguintes características 9-33-12 (N=9; P=33; K=12), saca 50kg, para distribuição gratuita para os agricultores do município de Peritiba de acordo diretrizes dadas pela lei 2014 de 04/12/2014.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h45min do dia 11/09/2015.

ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços e as documentações deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até as 08h30min do dia 11/09/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br

Município de Peritiba – SC em 28 de Agosto de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 563/2015

DECRETO Nº 563/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.230, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 28.400,00 (Vinte e Oito Mil e Quatrocentos Reais) conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
Unidade: 0401 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

26.782.1501.2.020 – Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços

Modalidade de Aplicação: 339000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte de Recursos: 00.01.622 – 116 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 28.400,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: serão utilizados recursos do Provável Excesso de Arrecadação, proveniente do repasse do Convênio nº 2015TR000592 para aquisição de combustível para reabilitação de áreas atingidas pela tempestade classificada como Tornado Cobrade 1.3.2.1.1 ocorridos no dia 20 de abril de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 642/2015

DECRETO Nº 642/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº. 2.245, de 25 de Agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2014 no valor de até R\$ 322.900,00 (Trezentos e Vinte Dois Mil e Novecentos Reais) destinados a suplementar as seguintes dotações

orçamentárias:

02.00 – SECRETARIA DE ADM.FAZENDA, IND. COM. E TURISMO
06.181.0601.2.044 – Manutenção Convênio Trânsito – Polícia Militar e Civil

Modalidade de Aplicação: 339000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 05 – R\$ 20.200.00

03.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
12.361.1201.2.011 – Manutenção da Merenda Escolar

Modalidade de Aplicação: 339000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 19 – R\$ 184.000.00

04.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

26.782.1501.2.020 – Manutenção da Secretaria de transportes e Obras

Modalidade de Aplicação: 339000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 65 – R\$ 118.700.00

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – SECRETARIA DE ADM. FAZENDA, IND. COM. E TURISMO

04.122.0402.2.004 – Contribuição a Entidades Municipalistas

Modalidade de Aplicação: 339000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 04 – R\$ 40.200.00

22.661.2201.2.022 – Apoio ao Desenvolvimento Econômico

Modalidade de Aplicação: 449000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 14 – R\$ 52.500.00

Modalidade de Aplicação: 459000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 15 – R\$ 1.000.00

03.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
12.367.1201.2.018 – Apoio a Educação Especial

Modalidade de Aplicação: 339000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 52 – R\$ 8.400.00

27.812.2701.2.015 – Manutenção do Desporto Amador

Modalidade de Aplicação: 449000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 57 – R\$ 2.100.00

04.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

17.512.2902.1.007 – Obras de Saneamento Básico

Modalidade de Aplicação: 449000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 60 – R\$ 30.000.00

26.782.1501.2.020 – Manutenção da Secret. de Transportes, Obras e Serviços

Modalidade de Aplicação: 449000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 67 – R\$ 3.700.00

20.606.2001.2.048 – Feira Gado Leiteiro e Festa do Chimarrão

Modalidade de Aplicação: 335000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 73 – R\$ 5.000.00

Modalidade de Aplicação: 339000000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 74 – R\$ 180.000.00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

EXTRATO CONTRATO 2015

CONTRATO Nº 0133/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 069/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: BOTTIN CONSULTORIA LTDA ME

CNPJ: 08.286.542/0001-84

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO DO MUNICÍPIO COM A FINALIDADE DE IDENTIFICAR CONTRIBUIÇÕES CUJAS INCIDÊNCIAS FORAM E ESTÃO SENDO INDEVIDAS, EXCLUSIVAMENTE NO QUE TANGE AS CONTRIBUIÇÕES AO RAT – RISCOS AMBIENTAIS DE TRABALHO E FAP – FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO, A FIM DE PROMOVER PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, COM O OBJETIVO DE RECUPERAR OS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, INCLUINDO LEVANTAMENTO PREVIO DOS VALORES PRETÉRITOS TIDOS COMO INDEVIDOS.

VALOR: R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: DE 13 DE AGOSTO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA 08/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – Ponte Serrada – SC –

CEP: 89.683-000 – Fone: 49 3435-0122 – Fax: 49 3435-0090

PORTARIA 08/2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

- O teor do Ofício nº 020/2015 o qual comunica que a funcionária pública municipal Aline Cristiane Martins não compareceu ao seu trabalho nos dias 04 de Maio e 18 e 22 de Junho do corrente ano;
- Que não houve por parte da funcionária comunicação ou justificativa da sua ausência, bem como não apresentou qualquer atestado médico que demonstrasse motivos plausíveis para sua ausência ao serviço;
- Que conforme referido ofício, a funcionária pública demonstra pouca assiduidade durante seu expediente, bem como irresponsabilidade quanto às necessidades da escola;
- Que a conduta da servidora, em tese, configura infração aos deveres do servidor público, nos termos no art. 119, da Lei Complementar nº 022/2013, em especial os incisos I – exercer as atribuições do cargo com zelo e dedicação; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – cumprir as ordens dos superiores, exceto quando manifestamente ilegais; IX – manter conduta compatível com a moralidade e probidade administrativa; X – ser assíduo e pontual ao serviço; bem como enquadra-se na proibição do art. 120 da mencionada lei, incisos I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização da chefia imediata;
- Que configura dever da Administração Pública investigar e punir eventual servidor pela prática de infração disciplinar, desde que mediante processo administrativo disciplinar no qual será observado os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, em obediência ao disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar as possíveis irregularidades praticadas, conforme objeto da Requisição;

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Sindicância será composta pelos servidores: TAILENE SANTOR DA ROSA, que a presidirá, JANICE DE FÁTIMA FARIAS e DILVANE BALBINOT, respectivamente secretária e membro, todos servidores da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 12 de Agosto de 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

LEI Nº. 2.308/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.308, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

“ASSEGURA ÀS PESSOAS SURDAS O DIREITO DE SEREM ATENDIDAS NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS POR MEIO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro – Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica assegurado às pessoas surdas e aos deficientes auditivos o direito de serem atendidas nas repartições públicas municipais, inclusive suas fundações e autarquias, por funcionário apto a comunicar-se por meio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Art. 2º O poder público municipal fica autorizado a formalizar convênios com entidades sociais cuja finalidade seja o atendimento às pessoas surdas ou deficientes auditivos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 28 dias do mês de agosto de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

LEI Nº. 2.309/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.309, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

“INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro – Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Municipal de Combate ao Trabalho Infantil”, a ser celebrado, anualmente, no dia 12 de junho.

Art. 2º O objetivo da presente lei é promover um debate com a sociedade civil sobre o Combate ao Trabalho Infantil, garantindo o fortalecimento de políticas públicas que amparem as crianças e jovens dizimando possíveis explorações físicas, psicológicas ou sociais.

Art. 3º O Poder Executivo, através da Secretaria de Assistência Social, promoverá campanhas educativas e de orientação nos bairros, escolas, unidades de saúde, áreas públicas e demais espaços públicos ou privados que estejam estabelecidos no Município acerca do combate ao trabalho infantil.

Parágrafo Único – Para isto, a ação poderá contar com parcerias da sociedade civil, setor privado, Conselhos Municipais, Conselho Tutelar, entidades e associações ligadas ao tema, Promotoria da Vara da Infância e Juventude e demais órgãos que tiverem interesse em contribuir para tal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 28 dias do mês de agosto de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 760/2015

DECRETO Nº 760, de 14 de agosto de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2075 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica e Ambiental		
MODALIDADE	3390 – 451 – Aplicações Diretas	29	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, na Fonte 451.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI JAIR GIRALDI Secretário Municipal de Finanças Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 013/2015 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 014/2015 - FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 013/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material de expediente para manutenção do Centro de Referência de Assistência Social. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 18 de setembro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 28 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 005/2015 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 019/2015 - EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Tomada de Preços 005/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitadas, para execução da obra de recuperação de forros e beirais do Núcleo Educacional João Fernando Sobral, incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 17 de setembro de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 28 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 005/2015 - PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 124/2015 - PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO 005/2015

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a Retificação ao Edital do processo licitatório anteriormente citado, onde devido a problemas de ordem Administrativa, alteram-se as datas. A data limite para apresentação das propostas será até dia 14 de setembro de 2015 às 13h30min, com início da sessão pública, no mesmo dia, às 14h00min.

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 28 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 98/2014

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO N° 98/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	FS TERRAPLANAGEM LTDA EPP
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar 80 horas máquina de trator de esteira.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas horas máquina, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 77.500,00 (setenta e sete mil, com quinhentos reais) para R\$ 89.900,00 (oitenta e nove mil e novecentos reais) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	14/02/2015 a 30/07/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 37/2015

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 37/2015

O objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE FRUTAS E VERDURAS PARA COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR ABASTECENDO AS ESCOLAS E JARDINS DE INFANCIA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através do 005/2014, considera-se vencedor da licitação, objeto da Inexigibilidade de Licitação nº. 37/2015, o participante:

Fornecedores e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
LUIZ DE SOUZA	00001	130,00000	KG	3,0100	391,30
LUIZ DE SOUZA	00002	165,00000	KG	3,2600	537,90
LUIZ DE SOUZA	00003	145,00000	UN	2,5100	363,95
LUIZ DE SOUZA	00004	28,00000	KG	4,2000	117,60
LUIZ DE SOUZA	00005	60,00000	KG	2,4900	149,40
LUIZ DE SOUZA	00006	22,00000	MAÇO	2,5200	55,44
LUIZ DE SOUZA	00007	180,00000	KG	6,2900	1.132,20
LUIZ DE SOUZA	00008	870,00000	KG	3,4100	2.966,70
LUIZ DE SOUZA	00009	32,00000	MAÇO	1,9900	63,68
LUIZ DE SOUZA	00010	77,00000	KG	3,4300	264,11
LUIZ DE SOUZA	00011	8,00000	KG	20,0000	160,00
LUIZ DE SOUZA	00012	14,00000	MAÇO	6,0100	84,14
LUIZ DE SOUZA	00013	100,00000	KG	4,5000	450,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, 28 de agosto de 2015.

VALDECI JOSÉ COMANDOLI

GERENTE DE LICITAÇÕES

Rio do Sul

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 027/2015 firmado em 22/01/2015, com término previsto para 18/12/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA APARECIDA ROSA portador(a) do CPF nº 005.558.799-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 027/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 31/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ADRIANA APARECIDA ROSA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2015

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 145/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 04/09/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA THOLL portador(a) do CPF nº 054.064.109-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 145/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 07/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com

jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

FABIANA THOLL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 348/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 348/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA APARECIDA PEIXE, portador(a) do CPF nº 003.422.919-12, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Osvaldo Hadlich, nº 71, – Bairro Boa Vista – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.071,83 (mil e setenta e um reais e oitenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/09/2015 e encerrando-se em 01/10/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 28 de agosto de 2015.

GIVANILDO SILVA	PATRICIA APARECIDA PEIXE
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DECRETO Nº 4878, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4878, de 25 de agosto de 2015.

“ALTERA O ANEXO XIII DO DECRETO Nº 4725 DE 27 DE MAIO DE 2015, QUE DELIMITA ÁREAS DE RISCO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E ESTABELECE MEDIDAS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Altera o Anexo XVIII do Decreto nº 4725, de 27 de maio de 2015, que passa a vigorar conforme o Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições do Decreto nº 4725, de 27 de maio de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0645/RH

PORTARIA Nº. 0645/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a RODRIGO SALVALAGIO, nomeado pela Portaria nº 0541/RH de 20 de julho de 2015, publicada em 24 de julho

de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo Professor Informática, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

PORTARIA Nº 0646/2015

PORTARIA Nº. 0646/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a RICARDO SALAMON, nomeado pela Portaria nº 0536/RH de 20 de julho de 2015, publicada em 24 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo Professor Ensino Religioso, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0657/2015

PORTARIA N. 0657/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Altera o Art. 1º, da Portaria n. 0565/RH de 29 de julho de 2015, publicada em 30 de julho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Protocolo 153371/2015, à servidora municipal CAROLINE DREHMER PILATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, durante o período de 2 anos consecutivos, a partir de 05/08/2015, sem remuneração, de acordo com o Art. nº. 137, da Lei Complementar nº. 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de agosto de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

RESUMO DO ADITIVO 071/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 071/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 024/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DA REFORMA ESTRUTURAL DO PRÉDIO PARA O FUNCIONAMENTO DA DEFESA CIVIL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Aos onze (11) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA F & F LTDA - ME., estabelecida na rua Marquês do Herval, 638, Sala 02, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.595.052/0001-37, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável, Sr. Deivid Schlichting, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Convite nº 016/2015, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 024, datado de 19 de março de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 30 (trinta) dias, com o seu término em 10 de setembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CONSTRUTORA F & F LTDA - ME

Sr. Deivid Schlichting
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 074/2015

6º TERMO ADITIVO Nº 074/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 139/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA GUIDO VOTA, FUNDO CANOAS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos três (03) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 139, datado de 16 de setembro de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 03 de setembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES

Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 075/2015

5º TERMO ADITIVO Nº 075/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 138/2013, REFERENTE CONCLUSÃO EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ADOLFO BET, FUNDO CANOAS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos três (03) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 039/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 138, datado de 16 de setembro de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 184 (cento e oitenta e quatro) dias, com o seu término em 03 de setembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES

Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 077/2015

5º TERMO ADITIVO Nº 077/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 271/2012, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ESTRADA DO REDENTOR, BAIRRO CANTA GALO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Aos trinta (30) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA LTDA., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 124/2012, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 271, datado de 23 de agosto de 2012, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 30 de outubro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES

Terraplenagem Azza Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Salto Veloso

PREFEITURA

CT Nº. 034/2015

CT Nº. 034/2015
DATA: 07/04/2015
CONTRATADO: GRÁFICA BOSCARDIN LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIOS IMPRESSOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL nº014/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2015.
INÍCIO: 07/04/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 96.700,00

CT Nº. 035/2015

CT Nº. 035/2015 –
DATA: 07/04/2015
CONTRATADO: Roberto Tessaro & CIA LTDA EPP
OBJETO: Aquisição de limpeza, copa e cozinha
PREGÃO PRESENCIAL nº016/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2015.
INÍCIO: 07/04/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 81.796,85

CT Nº. 037/2015 –
DATA: 07/04/2015
CONTRATADO: JS Pneus LTDA
OBJETO: Contratação de serviço de montagem e desmontagem de pneus, balanceamento e geometria, com como itens adjacentes
PREGÃO PRESENCIAL nº015/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015.
INÍCIO: 07/04/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 145.197,00

CT Nº. 034/2015 –
DATA: 07/04/2015
CONTRATADO: GRÁFICA BOSCARDIN LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIOS IMPRESSOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL nº014/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2015.
INÍCIO: 07/04/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 96.700,00

CT Nº. 038/2015 –
DATA: 06/05/2015
CONTRATADO: Zapelini Serviços de Maquinas e Transportes LTDA
OBJETO: Aquisição de serviços de horas-máquina para escavadeira hidráulica, trator-esteira e plataforma de transporte
PREGÃO PRESENCIAL nº020/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2015.
INÍCIO: 06/05/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 97.500,00

CT Nº. 036/2015 –
DATA: 07/04/2015
CONTRATADO: JULIANO PEREIRA ME
OBJETO: Contratação de professores para o Departamento de Cultura

PREGÃO PRESENCIAL nº017/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015.
INÍCIO: 07/04/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 29.500,00

CT Nº. 039/2015 –
DATA: 29/05/2015
CONTRATADO: MALHARIA RIBALTA LTDA
OBJETO: Aquisição de uniformes para Secretaria de Esportes
PREGÃO PRESENCIAL nº022/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2015.
INÍCIO: 29/05/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 6.400,00

CT Nº. 042/2015 –
DATA: 22/06/2015
CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA
OBJETO: Aquisição de veículo de transporte de passageiros para a Secretaria de Educação e para a Secretaria de Saúde
PREGÃO PRESENCIAL nº023/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015.
INÍCIO: 22/06/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 93.900,00

CT Nº. 036/2015

CT Nº. 036/2015
DATA: 07/04/2015
CONTRATADO: JULIANO PEREIRA ME
OBJETO: Contratação de professores para o Departamento de Cultura
PREGÃO PRESENCIAL nº017/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015.
INÍCIO: 07/04/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 29.500,00

CT Nº. 037/2015

CT Nº. 037/2015
DATA: 07/04/2015
CONTRATADO: JS Pneus LTDA
OBJETO: Contratação de serviço de montagem e desmontagem de pneus, balanceamento e geometria, com como itens adjacentes
PREGÃO PRESENCIAL nº015/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015.
INÍCIO: 07/04/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 145.197,00

CT Nº. 038/2015

CT Nº. 038/2015
DATA: 06/05/2015
CONTRATADO: Zapelini Serviços de Maquinas e Transportes LTDA
OBJETO: Aquisição de serviços de horas-máquina para escavadeira hidráulica, trator-esteira e plataforma de transporte
PREGÃO PRESENCIAL nº020/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2015.

INÍCIO: 06/05/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 97.500,00

CT Nº. 039/2015

CT Nº. 039/2015
DATA: 29/05/2015
CONTRATADO: MALHARIA RIBALTA LTDA
OBJETO: Aquisição de uniformes para Secretaria de Esportes
PREGÃO PRESENCIAL nº022/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2015.
INÍCIO: 29/05/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 6.400,00

CT Nº. 042/2015

CT Nº. 042/2015
DATA: 22/06/2015
CONTRATADO:AUTO ELITE LTDA
OBJETO: Aquisição de veículo de transporte de passageiros para a Secretaria de Educação e para a Secretaria de Saúde
PREGÃO PRESENCIAL nº023/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015.
INÍCIO: 22/06/2015
TÉRMINO: 31/12/2015
VALOR: 93.900,00

DECRETO MUNICIPAL N. 069/2015

DECRETO Nº 069/2015 - DE 20 DE AGOSTO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2047 – MAN. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – DESPESAS CORRENTES

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 24

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2047 – MAN. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – DESPESAS CORRENTES

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 22

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 20 de Agosto de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 070/2015

DECRETO Nº. 070, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições abaixo relacionadas referentes ao Teste Seletivo Simplificado nº 001/2015:

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Cargo
14	Valéria De Oliveira Maciel	Atendente de Creche
15	Jerusa Costa	Atendente de Creche
16	Mariza dos Santos Alves	Atendente de Creche
23	Juliana dos Santos	Atendente de Creche
24	Denise Natalli Chaves Rodrigues	Atendente de Creche
33	Gabriela Magro	Atendente de Creche
35	Debora Beninca	Atendente de Creche
37	Jessica Nezi	Atendente de Creche
38	Sabrina Schaeffer	Atendente de Creche
41	Suzana Moreira	Atendente de Creche
42	Jéssica Beninca	Atendente de Creche
44	Camila Donadel	Atendente de Creche
45	Gisiane Biava	Atendente de Creche
47	Renata de Oliveira	Atendente de Creche
50	Susana Abati	Atendente de Creche
62	Jucilene Maria Favarin	Atendente de Creche
63	Vanessa Gabriela Abraão	Atendente de Creche
67	Sidiane Leite	Atendente de Creche
70	Veridiana Zardo	Atendente de Creche
71	Barbara Tessoldi Lidani	Atendente de Creche
76	Silvania de Camargo dos Santos	Atendente de Creche
78	Andréia schwantz dos Santos	Atendente de Creche
80	Sara Cristina Paganini	Atendente de Creche
18	Alessandra Aparecida Rita	Auxiliar de Alimentação e Nutrição
39	Crislaine de Oliveira Vidal	Auxiliar de Alimentação e Nutrição
58	Marcimone Adriana Devalieri	Auxiliar de Alimentação e Nutrição
64	Sirlei Pedroso	Auxiliar de Alimentação e Nutrição
69	Sheila Cristina Rhoden	Auxiliar de Alimentação e Nutrição
1	Ivone Camargo de Andrade	Auxiliar de Limpeza
2	Cátia de Moraes	Auxiliar de Limpeza
4	Maria Eva Antunes de Freitas	Auxiliar de Limpeza
5	Lucimara Carneiro	Auxiliar de Limpeza
9	Giseli Cassia Alves	Auxiliar de Limpeza
10	Fernanda Aparecida dos Santos	Auxiliar de Limpeza
21	Nélis Moreira de Sant'ana	Auxiliar de Limpeza
26	Vanessa dos Santos Alves	Auxiliar de Limpeza
28	Eliane Ribeiro Santos	Auxiliar de Limpeza

32	Luci Fátima Seighelli	Auxiliar de Limpeza
46	Nilcéia de Moraes	Auxiliar de Limpeza
51	Lucilene Suldovski	Auxiliar de Limpeza
20	Andreia Thibes	Auxiliar de Limpeza Urbana
22	Maristela Alves dos Santos	Auxiliar de Limpeza Urbana
27	Rosane Fátima Elias Lucio	Auxiliar de Limpeza Urbana
29	Fátima Barbosa	Auxiliar de Limpeza Urbana
49	Edson José Pinto da Silva	Auxiliar de Limpeza Urbana
3	Eduardo Maurício Sonda	Motorista Classe II
8	Valdir Schumann	Motorista Classe II
11	Douglas Alves	Motorista Classe II
56	Vitor Aurelio Simioni	Motorista Classe II
61	Marcos Roberto Frigo	Motorista Classe II
65	Carlos Alexandre da Rocha Porto Tadeu	Motorista Classe II
74	Dejanir Schneider Boesing	Motorista Classe II
79	Adenilson Antonio dos Santos	Motorista Classe II
36	Alessandro de Souza	Operador de Máquinas Classe I
43	Lirio Pedroso	Operador de Máquinas Classe I
53	Geovani Comerlato	Operador de Máquinas Classe I
54	Geferson Comerlato	Operador de Máquinas Classe I
68	Valdir Mafioletti	Operador de Máquinas Classe I
6	Darci Gemelli	Operador de Máquinas Classe II
55	Vilso José Venturim	Operador de Máquinas Classe II
66	Ozéas Moreira Branco	Operador de Máquinas Classe II
12	Jonas Luiz Alves	Operário Braçal
13	Francisco Alves	Operário Braçal
19	Adriano dos Santos	Operário Braçal
30	Daniel Antonio Vitorazzi	Operário Braçal
31	Ernani Schumacher	Operário Braçal
59	Adair Ramos	Operário Braçal
25	Lucinéia Suldovski	Professor de Educação Infantil
34	Léia Regina Behrend	Professor de Educação Infantil
40	Regina Lucia Telegen	Professor de Educação Infantil
48	Izaete Ap. Steffen Tomazi	Professor de Educação Infantil
52	Ariana Paula Mergner	Professor de Educação Infantil
57	Daiane Cristina Leite	Professor de Educação Infantil
60	Marisa Schneider	Professor de Educação Infantil
73	Sandra Canonica	Professor de Educação Infantil
75	Aline Sartorel	Professor de Educação Infantil
17	Miguel Carlos Cornelli	Professor de Educação Informática
7	Roseli Aparecida Sonogo	Professor de Séries Finais
72	Patrícia Adriana Corrente	Professor de Séries Finais
77	Carla Cristina Legnani	Professor de Séries Iniciais

Art. 2º. As inscrições homologadas totalizam 80 (oitenta), candidatos que se inscreveram durante o período destinado para as inscrições e preenchem os requisitos constantes no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2015, sendo que a relação encontra-se em ordem de inscrição por cargo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO MUNICIPAL N. 071/2015

DECRETO Nº 071/2015, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

ALTERA PARCIALMENTE A COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DE PROJETO, ESTABELECIDO NA LEI MUNICIPAL 1.351/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável:

DECRETA

Art. 1º. Fica designado para compor a comissão especial, em substituição ao Sr. Paulo Hoffelder, o Sr. Mozar Ganasini, servidor lotado na Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 28 de agosto de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado em Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário de Administração e Finanças

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 075/2015-PREGÃO PRESENCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 075/2015 - PR nº 075/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de materiais de consumo hospitalar a serem adquiridos parceladamente no exercício de 2015. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 13h30min do dia 11 setembro de 2015, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h:00min do mesmo dia. Cópia de edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 28 de agosto de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 62/2015

PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO. CONTRATADA: CLEONOR JOSE MAHL & CIA LTDA - EPP, VALOR: R\$339.883,19. ASSINATURA: 28/08/2015 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO DA AMERIOS (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE RIOS) APENSO. VIGENCIA: 31/12/2015; PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015; MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº232/2015 - DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo ao Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pelo Fundo Municipal de Saúde, para realizar o transporte de pacientes, no dia 27 de agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pelo Fundo Municipal de Saúde, o veículo Renault Master Tur Placas MMJ 0646, de propriedade do Município, a partir das 10:30h até às 20:00h do dia 27 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 27 de agosto de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº231/2015 – DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº231/2015 – DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 53.000,00 (Cinquenta e três mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0023 – PRÓ VIAS

Ação: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais

Atividade: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.016 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Atividade: 2.016 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.01 – Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 27 de Agosto de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº085/2015 - DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº085/2015 - DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora CARINE PIVA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CARINE PIVA, ocupante do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL, com carga horária de tempo integral, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no período de 24 de agosto de 2015 a 25 de agosto de 2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 24 de agosto de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

São Bento do Sul

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 57/2015

Pregão Presencial nº 57/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 57/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 10 de setembro de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços montagem e instalação de entrada de energia elétrica e painel de acionamento para ETA – Elevatória de Água Tratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(92) 4.4.90.51.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água– Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 0030/2015 "QUE DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE DESCRIÇÃO DE IMÓVEIS CONSTANTES DO LOTEAMENTO IMPERIAL APROVADO PELO DECRETO Nº 074/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 0030/2015

"QUE DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE DESCRIÇÃO DE IMÓVEIS CONSTANTES DO LOTEAMENTO IMPERIAL APROVADO PELO DECRETO Nº 074/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADA E CERTIFICADA a RETIFICAÇÃO da descrição de 2 lotes urbanos constantes do Loteamento Imperial, aprovado pelo Decreto nº 074/2014, de propriedade de CARLOS RAUBER e SUELI RAUBER, por escritura pública de compra e venda de 05 de setembro de 2.012, matrícula n.º 12.966, no Cartório e Comarca de São Carlos - SC.

Art. 2º A retificação de que trata esse Decreto se dá nos Lotes Urbanos em Quadra n.º 145 a seguir:

- I - Lote urbano nº 15 com área de 360,15 m²;
- II - Lote urbano nº 16 com área de 360,15 m²;

Parágrafo Único – A retificação é necessária pelo motivo de constar em ambos cabeçalhos como lotes situados em Rua Demetrio Lorenz, quando, na verdade, os lotes situam-se em Rua Arcangelo Piccinini, conforme mapa e confrontações atestam.

DESCRIÇÃO E CONFRONTAÇÕES COM A RETIFICAÇÃO

Imóvel nº 15 - Lado par de Rua Arcangelo Piccinini a 15,01 m de Rua "B" : Lote urbano n.º 15 com área de 360,15 m² em Quadra n.º 145, sem benfeitorias, no Loteamento Imperial, Município de São Carlos, confronta;

Norte: com lote urbano n.º 16, onde mede 24,01 m;
Sul : com lote urbano n.º 14 onde mede 24,01 m;
Leste: com parte de lote urbano n.º 13, onde mede 15,00m;
Oeste: com Rua Arcangelo Piccinini, onde mede 15,00 m;

Imóvel nº 16 - Lado par de Rua Arcangelo Piccinini a 15,00 m de Rua "A" : Lote urbano n.º 16 com área de 360,15 m² em Quadra n.º 145, sem benfeitorias, no Loteamento Imperial, Município de São Carlos, confronta;

Norte: com lote urbano n.º 01, onde mede 24,01 m;
Sul : com lote urbano n.º 15 onde mede 24,01 m;
Leste: com parte de lote urbano n.º 02, onde mede 15,00m;
Oeste: com Rua Arcangelo Piccinini, onde mede 15,00 m;

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de maio de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 024/2015 - DISPÕES SOBRE ADEQUAÇÃO DE CONFRONTAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE IMÓVEL EM NOME DE ORÉLIO BONIATTI

DECRETO Nº 024/2015

"QUE DISPÕE SOBRE ADEQUAÇÃO DE CONFRONTAÇÕES E RETIFICAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ORELIO BONIATTI E OUTROSE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO E CERTIFICADO a ADEQUAÇÃO DE CONFRONTAÇÕES E RETIFICAÇÃO DE DENOMINAÇÃO que constitui-se em parte de lote rural n.º 22 de Seção Chapecó, sendo de propriedade de ORELIO BONIATTI e MARIA CELITA BONIATTI, PAULO RIGOTTI e MIRIA MARIA BONIATTI RIGOTTI, PEDRO PAULO KRAHL, em condomínio, conforme escritura pública de compra e venda, matrícula n.º 8.937, no Cartório e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - O imóvel conforme matrícula nº 8.937, possui a seguinte denominação e confrontações:

Área

A parte de lote rural n.º 22 possui área escriturada de 24.059,00 m². Área localizada intra-muros, excluídas as vias públicas e lajeado que circundam a área resultou em 16.445,65 m². A área resultante será denominada de Lote Urbano n.º 01 de Quadra n.º 141. Sobre a referida área encontra-se inserida faixa de Preservação Permanente com 3.500,00 m² que poderá ser gravada em matrícula, conforme descrição anexa, como faixa não edificável.

Considerando a área reduzida em função da matrícula inicial, teremos áreas resultantes proporcionais de : para ORELIO área de 5.810,00 m², para PAULO área de 5.810,00 m² e para PEDRO área de 4.825,65 m².

Tudo de acordo com mapa elaborado por técnico responsável.

Confrontações:

Imóvel Original: Parte de Lote Colonial n.º 22 da Seção Chapecó, com área de 24.059,00 m², com uma casa de Alvenaria medindo 8 x 9 metros, situado neste Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando :

Norte: com o Lajeado Moraes;
Sul: com Estrada Municipal que divide terras de Pedro Sebastiany em Colônia n.º 22;
Leste: com parte de lote colonial n.º 22 de Pedro Wagner;
Oeste: com o lote colonial n.º 22-A de Erno Bösing;
Art. 2º - Com a retificação o imóvel passará a ter a seguinte denominação e confrontações:

Imóvel Retificado: Lote Urbano n.º 01 de Quadra n.º 141, com área de 16.445,65 m², com uma casa de Alvenaria medindo 8 x 9 metros, situado em esquina de Rua do Comercio com uma Estrada Municipal, na Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando:

Norte: com o Lajeado Moraes;
Noroeste: com Lajeado Moraes;

Sul: com Rua do Comercio onde mede 49,88m, 31,79m e 20,67 m ;
Leste: com Estrada Municipal, onde mede 132,70 m;
Oeste: com o lote colonial n.º 22-A matricula n.º 8936, onde mede 41,60 m e com o Lajeado Moraes;
Sudoeste: com Rua do Comercio, onde mede 16,22m e 31,30 m;

Consta Faixa de APP: Parte de lote urbano n.º 01 de Quadra n.º 141 com área de 3.500,00 m² destinado a Área de Preservação Permanente confronta: ao Norte com o Lajeado Moraes; ao Noroeste com o Lajeado Moraes; ao Sul com partes de mesmo lote n.º 01 onde mede 14,40m, 51,95 m, 24,98m e 14,26m; ao Leste com Estrada Municipal onde mede 15,00 m e com parte de mesmo lote n.º 01 onde mede 53,65 m; ao Oeste com parte de lote n.º 22-A onde mede 17,60 m e com o Lajeado Moraes; ao Sudeste com parte de mesmo lote n.º 01 onde mede 29,70 m, 34,12m e 6,22 m; Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de abril de 2015.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

DECRETO Nº 028/2015 "QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE SANDRO MAYER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 028/2015

"QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE SANDRO MAYER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1 - Fica, pelo presente ato, APROVADO E CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO dos imóveis descritos como conjunto de Lotes nº 281, 282 e 283, da quadra nº 530, da matrícula nº 13.215, com área total de 1.287,00m² (Um mil, duzentos e oitenta e sete metros quadrados), sem benfeitorias, situado na esquina da Rua Mato Grosso do Sul com a Rua Paraná, Loteamento Morada do Sol, nesta cidade e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina.

DA ÁREA

O objeto da matricula n.º 13.215 constitui-se nos lotes n.º 281, 282 e 283 de Quadra 530. Área encontra-se unificada e igual a 1.287,00m². O presente desdobro visa individualizar os 3 lotes urbanos conforme segue: Lote urbano de n.º 281 de Quadra n.º 530 com área de 429,00 m²; Lote urbano n.º 282 de Quadra 530 com área de 429,00 m²; Lote urbano n.º 283 de Quadra 530 com área de 429,00 m², sendo a área situada em MZU - Macro Zona Urbana Tudo conforme medidas e confrontações descritas abaixo e mapa em anexo, elaborado por técnico responsável.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES CONFORME A MATRÍCULA Nº 13.215

Lotes Urbanos n.º 281, 282 e 283 da Quadra 530 com área de 429,00 m² cada um, totalizando uma área de 1.287,00 m², sem benfeitorias, situado na esquina da Rua Mato Grosso com a Rua Paraná, no "LOTEAMENTO MORADA DO SOL", na Macrozona Urbana-MZU, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:
ao NORTE, com o lote urbano n.º 284 onde mede 26,00 m ;

ao SUL, com a Rua Paraná, onde mede 26,00 m;
ao LESTE, com os lotes urbanos n.º 277, 278 e 279, onde mede 49,50 m;
ao OESTE, com a Rua Mato Grosso, onde mede 49,50 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES CONFORME SITUAÇÃO PROPOSTA

Imóvel Desmembrado 1:

Lote Urbano n.º 281 da Quadra 530 com área de 429,00 m², sem benfeitorias, situado na esquina da Rua Mato Grosso com a Rua Paraná, no "LOTEAMENTO MORADA DO SOL", na Macrozona Urbana-MZU, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:
ao NORTE, com o lote urbano n.º 282 onde mede 26,00 m;
ao SUL, com a Rua Paraná, onde mede 26,00 m;
ao LESTE, com o lote urbano n.º 277, onde mede 16,50 m;
ao OESTE, com a Rua Mato Grosso, onde mede 16,50 m;

Imóvel Desmembrado 2:

Lote Urbano n.º 282 da Quadra 530 com área de 429,00 m², sem benfeitorias, situado na Rua Mato Grosso, a 16,50 m de Rua Paraná, no "LOTEAMENTO MORADA DO SOL", na Macrozona Urbana-MZU, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações;
ao NORTE, com o lote urbano n.º 283 onde mede 26,00 m ;
ao SUL, com o Lote urbano n.º 281, onde mede 26,00 m;
ao LESTE, com o lote urbano n.º 278, onde mede 16,50 m ;
ao OESTE, com a Rua Mato Grosso, onde mede 16,50 m;

Imóvel Desmembrado 3:

Imóvel Desmembrado 3: Lote Urbano n.º 283 da Quadra 530 com área de 429,00 m², sem benfeitorias, situado na Rua Mato Grosso a 33,00 m de Rua Paraná, no "LOTEAMENTO MORADA DO SOL", na Macrozona Urbana-MZU, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações;
ao NORTE, com o lote urbano n.º 284 onde mede 26,00 m ;
ao SUL, com o lote urbano n.º 282, onde mede 26,00 m;
ao LESTE, com o lote urbano n.º 279, onde mede 16,50 m ;
ao OESTE, com a Rua Mato Grosso, onde mede 16,50 m;

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de maio de 2015.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

DECRETO Nº 029/2015 "QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE VALMIR CANEPPLE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 029/2015

"QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE VALMIR CANEPPLE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1 - Fica, pelo presente ato, APROVADO E CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO do imóvel descrito como Parte dos Lotes Urbanos

nºs 43 e 44 de Quadra 16, de propriedade de VALMIR CANEPPLE, conforme escritura, Matriculada sob n.º 7.296 no Cartório e Comarca de São Carlos SC.

DA ÁREA

A parte dos Lotes Urbanos nºs 43 e 44 de Quadra n.º 16 possui área de 416,50m² e deste total será desmembrado um lote que irá denominar-se lote urbano nº 43-C de quadra nº 16 com área de 208,25m², ficando como remanescente a área de 208,25m², agora denominado de lote urbano nº 44-C.

Tudo conforme medidas e confrontações descritas abaixo e mapa em anexo, elaborado por técnico responsável.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO ATUAL CONFORME MATRÍCULA Nº 888

IMÓVEL ORIGINAL: PARTE DOS LOTES URBANOS NºS 43 e 44, com a área de 416,50m², sem benfeitorias, situado nesta cidade de São Carlos, sede do Primeiro Distrito do Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando:

ao NORTE, com uma servidão pública, onde mede 34,00 metros;
ao SUL, com parte dos lotes urbanos nºs 43 e 44 de Francisco Ohland, onde mede 34,00 metros;
ao LESTE, com Rua Félix Bonissoni, onde mede 12,25 metros;
ao OESTE, com parte do lote urbano nº 44 de Francisco Ohland, onde mede 12,25,00 metros;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

IMÓVEL NOVO - PARTE DO LOTE URBANO Nº 43, agora denominado de Lote Urbano nº 43-C com a área de 208,25m², sem benfeitorias, situado na esquina de servidão pública com a Rua Félix Bonissoni, nesta cidade de São Carlos, sede do Primeiro Distrito do Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando:

ao NORTE, com uma servidão pública, onde mede 17,00 metros;
ao SUL, com parte do lote urbano nº 43, onde mede 17,00 metros;
ao LESTE, com Rua Félix Bonissoni, onde mede 12,25 metros;
ao OESTE, com lote urbano nº 44-C, onde mede 12,25 metros;

IMÓVEL REMANESCENTE - PARTE DO LOTE URBANO Nº 44, agora denominado de Lote Urbano nº 44-C com a área de 208,25m², sem benfeitorias, situado em servidão pública, nesta cidade de São Carlos, sede do Primeiro Distrito do Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando:

ao NORTE, com uma servidão pública, onde mede 17,00 metros;
ao SUL, com parte do lote urbano nº 44, onde mede 17,00 metros;
ao LESTE, com lote urbano nº 43-C, onde mede 12,25 metros;
ao OESTE, com parte do lote urbano nº 44, onde mede 12,25 metros;

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de maio de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 037/2015 DE 08 DE JULHO DE 2015. "QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO DE PROPRIEDADE DE ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SÃO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 037/2015 de 08 de julho de 2015.

"QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO DE PROPRIEDADE DE ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SÃO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
"DECRETA"

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO E CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO do imóvel descrito como PARTE DO LOTE URBANO Nº 245, DA QUADRA Nº 99, localizado no município de São Carlos/SC, da matrícula n.º 3.916, de propriedade de ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SÃO CARLOS, por escritura pública de compra e venda, registrada no Cartório e Comarca de São Carlos – SC.

DA ÁREA

A PARTE DO LOTE URBANO Nº 245, DA QUADRA Nº 99 possui uma área de 1.405,00m², dos quais será desmembrado um novo lote, com uma área de 508,09m², restando remanescente uma área de 896,91m², conforme planta topográfica em anexo e descrição abaixo.

Tudo conforme medidas e confrontações descritas abaixo e mapa em anexo, elaborado por técnico responsável.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO ATUAL

Parte do Lote Urbano nº. (245), com a área de 1.405,00 m², sem benfeitorias, situado na Rua Manoel Klauck, nesta cidade de São Carlos, sede deste Primeiro Distrito do Município e Comarca do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, confrontando:

ao Norte: com parte do lote urbano nº. 189, com 22,00 metros e parte do mesmo lote urbano nº. 245, com 28,00 metros, de propriedade de Alcides José Sartóri;
ao Sul: com o lote urbano nº. 246, onde mede 36,00 metros, de propriedade de Avelino Signori;
ao Leste: com a Rua Manoel Klauck, onde mede 36,00 metros;
ao Oeste: com parte do lote urbano nº. 187, onde mede 33,30 metros, de propriedade de Prefeitura Municipal de São Carlos;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

IMÓVEL REMANESCENTE - Parte do Lote Urbano nº. (245), da quadra nº. 99, com área de 896,91 m², sem benfeitorias, situado na Rua Manoel Klauck, na Zona de Densificação e Ocupação Prioritária 02 – ZODUP 02, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao Norte: com parte do lote urbano nº. 189, onde mede com 18,22 m e com o lote urbano nº. 245-A, onde mede 28,00 m;
ao Sul: com o lote urbano nº. 246, onde mede 36,00 m;
ao Leste: com o lote urbano nº. 245-A, onde mede 17,00 m e com a Rua Manoel Klauck, onde mede 18,59 m;
ao Oeste: com parte do lote urbano nº. 187, onde mede 33,30 m;

IMÓVEL DESMEMBRADO - Lote Urbano nº. (245-A), da quadra nº. 99, com área de 508,09 m², sem benfeitorias, situado na Rua Manoel Klauck, na Zona de Densificação e Ocupação Prioritária 02 – ZODUP 02, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

ao Norte: com parte do lote urbano nº. 189, onde mede com 3,78 m e com parte do lote urbano nº. 245, onde mede 28,00 m;
ao Sul: com parte do lote urbano nº. 245, onde mede 28,00 m;
ao Leste: com a Rua Manoel Klauck, onde mede 17,41 m;
ao Oeste: com parte do lote urbano nº. 245, onde mede 17,00 m;

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições no decreto 012/2015 de 24 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito em 08 de julho de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

**DECRETO Nº 040/2015 DE 15 DE JULHO DE 2015.
"QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". - JUAREZ PITT**

DECRETO Nº 040/2015 de 15 de JULHO de 2015.

"QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
"DECRETA"

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO E CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO do imóvel descrito como LOTE URBANO Nº 01, DA QUADRA Nº 142, localizado no município de São Carlos/SC, da matrícula nº.º 13.088, de propriedade de JUAREZ PITT, por escritura pública de compra e venda, registrada no Cartório e Comarca de São Carlos – SC.

DA ÁREA

O LOTE URBANO Nº 01, DA QUADRA Nº 142 possui uma área de 23.310,97 m² (Vinte e três mil, trezentos e dez metros e noventa e sete décimos quadrados), dos quais serão desmembrados, para compor 10 (Dez) novos imóveis urbanos, uma área de 3.399,65 m² (Três mil, trezentos e noventa e nove metros e sessenta e cinco décimos quadrados), restando remanescente uma área de 19.911,32 m² (Dezenove mil, novecentos e onze metros e trinta e dois décimos quadrados), conforme planta topográfica em anexo e descrição abaixo.

Tudo conforme medidas e confrontações descritas abaixo e mapa em anexo, elaborado por técnico responsável.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO ATUAL

Imóvel Original - LOTE URBANO Nº 01 DA QUADRA Nº 142 DA MATRÍCULA Nº 13.088 COM ÁREA DE 23.310,97 m², CONFRONTA:

ao NORTE: com os lotes urbanos nº 34 (Matrícula nº 13.026), nº 35 (Matrícula nº 13.027), nº 36 (Matrícula nº 13.028), nº 37 (Matrícula nº 13.029), nº 38 (Matrícula nº 13.030), nº 39 (Matrícula nº 13.031), nº 40 (Matrícula nº 13.032), nº 41 (Matrícula nº 13.033), nº 42 (Matrícula nº 13.034), nº 43 (Matrícula nº 13.035), nº 44 (Matrícula nº 13.036), nº 45 (Matrícula nº 13.037), nº 46 (Matrícula nº 13.038), nº 47 (Matrícula nº 13.039), nº 48 (Matrícula nº 13.040), Rua Projetada "A", Rua Projetada "B" e Rua Costa e Silva, por onde mede 220,45m;
ao SUL: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 34,46m, 7,35m e 34,59m;
ao SUDESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por

onde mede 36,15m;

ao LESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 80,46m;

ao SUDOESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 54,15m e 83,34m;

ao OESTE: com parte das Chácaras nº 73 e nº 75, imóvel de matrícula nº 11.517, de propriedade do Sr. João Perotto, por onde mede 61,11m.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

IMÓVEIS DA QUADRA Nº 125 (ÁREA: 3.149,65 m²)

LOTE URBANO Nº 01 DA QUADRA Nº 125 COM ÁREA DE 437,35m², CONFRONTA:

ao NORTE: com o lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 37,56m;

ao SUL: com o lote nº 02, por onde mede 35,33m;

ao LESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 12,21m;

ao OESTE: com parte do lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 12,00m.

LOTE URBANO Nº 02 DA QUADRA Nº 125 COM ÁREA DE 410,61m², CONFRONTA:

ao NORTE: com o lote nº 01, por onde mede 35,33m;

ao SUL: com o lote nº 03, por onde mede 33,10m;

ao LESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 12,21m;

ao OESTE: com parte do lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 12,00m.

LOTE URBANO Nº 03 DA QUADRA Nº 125 COM ÁREA DE 383,87m², CONFRONTA:

ao NORTE: com o lote nº 02, por onde mede 33,10m;

ao SUL: com o lote nº 04, por onde mede 30,87m;

ao LESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 12,21m;

ao OESTE: com parte do lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 12,00m.

LOTE URBANO Nº 04 DA QUADRA Nº 125 COM ÁREA DE 357,12m², CONFRONTA:

ao NORTE: com o lote nº 03, por onde mede 30,87m;

ao SUL: com o lote nº 05, por onde mede 28,65m;

ao LESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 12,21m;

ao OESTE: com parte do lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 12,00m.

LOTE URBANO Nº 05 DA QUADRA Nº 125 COM ÁREA DE 330,38m², CONFRONTA:

ao NORTE: com o lote nº 04, por onde mede 28,65m;

ao SUL: com o lote nº 06, por onde mede 26,42m;

ao LESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 12,21m;

ao OESTE: com parte do lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 12,00m.

LOTE URBANO Nº 06 DA QUADRA Nº 125 COM ÁREA DE 303,07m², CONFRONTA:

ao NORTE: com o lote nº 05, por onde mede 26,42m;

ao SUL: com o lote nº 07, por onde mede 23,84m;

ao LESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 12,28m;

ao OESTE: com parte do lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 12,00m.

LOTE URBANO Nº 07 DA QUADRA Nº 125 COM ÁREA DE 373,35m²,

CONFRONTA:

ao NORTE: com o lote nº 06, por onde mede 23,84m;
ao SUDESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, em arco côncavo, por onde mede 34,91m;
ao OESTE: com parte do lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 12,00m e com o lote nº 08, por onde mede 11,88m.

LOTE URBANO Nº 08 DA QUADRA Nº 125 COM ÁREA DE 276,95m², CONFRONTA:

ao NORTE: com parte do lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 17,59m;
ao SUL: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 19,22m;
ao LESTE: com parte do lote nº 07, por onde mede 11,88m;
ao OESTE: com o lote nº 09, por onde mede 19,60m.

LOTE URBANO Nº 09 DA QUADRA Nº 125 COM ÁREA DE 276,95m², CONFRONTA:

ao NORTE: com parte do lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 12,41m;
ao SUL: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 13,52m;
ao LESTE: com o lote nº 08, por onde mede 19,60m;
ao OESTE: com o lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 24,99m.

IMÓVEL DA QUADRA Nº 126 (ÁREA: 250,00 m²)**LOTE URBANO Nº 01 DA QUADRA Nº 126 COM ÁREA DE 250,00m², CONFRONTA:**

ao NORTE: com o lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 15,63m;
ao SUL: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 12,90m;
ao LESTE: com o lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 16,17m;
ao OESTE: com o lote nº 01 da Quadra nº 142 (área remanescente), por onde mede 19,19m.

ÁREA REMANESCENTE**LOTE URBANO Nº 01 DA QUADRA Nº 142 COM ÁREA DE 19.911,32m², CONFRONTA:**

ao NORTE: com os lotes urbanos nº 34 (Matrícula nº 13.026), nº 35 (Matrícula nº 13.027), nº 36 (Matrícula nº 13.028), nº 37 (Matrícula nº 13.029), nº 38 (Matrícula nº 13.030), nº 39 (Matrícula nº 13.031), nº 40 (Matrícula nº 13.032), nº 41 (Matrícula nº 13.033), nº 42 (Matrícula nº 13.034), nº 43 (Matrícula nº 13.035), nº 44 (Matrícula nº 13.036), nº 45 (Matrícula nº 13.037), nº 46 (Matrícula nº 13.038), nº 47 (Matrícula nº 13.039), nº 48 (Matrícula nº 13.040), Rua Projetada "A", Rua Projetada "B" e Rua Costa e Silva, por onde mede 220,45m;
ao SUL: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 14,50m, 7,19m e 5,23m; com os lotes nº 8 e nº 9, da Quadra nº 125, por onde mede respectivamente 17,59m e 12,41m, totalizando 30,00m; com o lote nº 1, da Quadra nº 126, por onde mede 15,63m e com o lote nº 1, da Quadra nº 125, por onde mede 37,56m;
ao LESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 12,21m; com os lotes nº 1, nº 2, nº 3, nº 4, nº 5 e nº 6, por onde mede continua e respectivamente em 12,00m, 12,00m, 12,00m, 12,00m e 12,00m e com parte do lote nº 7, por onde mede 12,00m; totalizando 84,00m; descontinuamente com o lote nº 9, por onde mede 24,99m e com o lote nº 1, da Quadra nº 126, por onde mede 19,19m;
ao SUDOESTE: com o prolongamento da Rua Konrad Adenauer, por onde mede 54,15m e 83,34m;
ao OESTE: com parte das Chácaras nº 73 e nº 75, imóvel de

matrícula nº 11.517, de propriedade do Sr. João Perotto, por onde mede 61,11m.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 010/2015 de 24 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito em 15 de julho de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 041/2015 DE 15 DE JULHO DE 2015. "QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO EM NOME DE CARLOS JOSÉ MERGEN E OCONDÔMINOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 041/2015 de 15 de JULHO de 2015.

"QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO EM NOME DE CARLOS JOSÉ MERGEN E OCONDÔMINOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1º - Fica, pelo presente ato, APROVADO E CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO do imóvel descrito como LOTE URBANO Nº 157, DA QUADRA Nº 53, localizado no município de São Carlos/SC, da matrícula n.º 13.456, de propriedade de CARLOS ROBERTO MERGEN, CARLOS JOÃO MARGEN, TEREZINHA LOURDES KOCHENBORGER, ROSA MARIA MERGEN E NELSI SUELI MERGEN, por escritura pública de compra e venda, registrada no Cartório e Comarca de São Carlos – SC.

DA ÁREA

O LOTE URBANO Nº 157, DA QUADRA Nº 53 possui uma área de 2.106,00m², conforme matrícula nº 13.456, dos quais serão desmembrados, para compor 3 novos imóveis urbanos, tudo conforme medidas e confrontações descritas abaixo e mapa em anexo, elaborado por técnico responsável.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO ATUAL

Situação Original: Lote urbano nº 157 (cento e cinquenta e sete), da quadra nº 53 (cinquenta e três), com área de 2.106,00 m² (dois mil, cento e seis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Rui Barbosa, nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações:

Norte: Com o lote rural nº 156 (mat.12.068), onde mede 70,00 m;
Sudeste: Com a Rua Rui Barbosa, cuja linha mede 35,00 m;
Leste: Com a Rua Rui Barbosa, onde mede 26,90m;
Sudoeste : Com o lote urbano nº 158 (mat. 6.054), onde mede 65,00 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

Lote urbano nº 157 A, com área de 421,20 m², localizado na Rua Rui Barbosa junto á quadra nº 53, confronta;

Norte: Com o lote urbano nº 157 B onde mede 32,50 m;
Sudoeste: Com o lote urbano 158 (mat. 6.054), onde mede 50,20 m;
Nordeste: Com o lote urbano nº 157 B, onde mede 20,00 m;

Sudeste : Com a Rua Rui Barbosa, cuja linha mede 12,00 m;

Lote urbano nº 157 B, com área de 421,09 m², localizado na Rua Rui Barbosa junto à quadra nº 53, confronta;

Norte: Com o lote urbano nº 157 C, onde mede 38,58 m;

Sul: Com o lote urbano 157 A, onde mede 32,50 m;

Sudoeste: Com o lote urbano nº 157 A, onde mede 20,00 m;

Sudeste : Com a Rua Rui Barbosa, cuja linha mede 12,00 m;

Nordeste: Com o lote urbano nº 157 C, cuja linha mede 20,00 m;

Lote urbano nº 157 C, com área de 1.263,71 m², localizado na Rua Rui Barbosa junto à quadra nº 53, confronta;

Norte: Com o lote urbano nº 156 (matrícula nº 12.068), onde mede 70,00 m;

Sul: Com o lote urbano nº 157 B, onde mede 38,58 m;

Sudoeste: Com o lote urbano 158 (mat. 6.054), onde mede 14,80 m, e com o lote urbano nº 157 B, onde mede 20,00 m;

Leste: Com a Rua Rui Barbosa, onde mede 26,90 m;

Sudeste : Com a Rua Rui Barbosa, cuja linha mede 11,00 m;

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de julho de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 042/2015 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEL DESTINADO A REGULARIZAÇÃO DE VIA URBANA E IMPLANTAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 042/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEL DESTINADO A REGULARIZAÇÃO DE VIA URBANA E IMPLANTAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

O Prefeito de São Carlos - SC, no uso de suas atribuições legais, especialmente as constantes nos incisos V e VI do arts. 52 e 53, VI da Lei Orgânica do Município de São Carlos – SC, combinadas com o disposto nas alíneas "i" e "m" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, destinando-se à regularização de via urbana e lote urbano para construção de creche municipal, partes do imóvel urbano nº 114, da quadra nº 98, matriculado sob nº 12.730 no Ofício de Registro imobiliário da Comarca de São Carlos, SC, nas seguintes proporções:

I – LOTE URBANO PARA IMPLANTAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL

Lote urbano nº. 114-A, da quadra nº. 98, com área de 1.818,51 m², sem benfeitorias, localizado na Rua Presidente Castelo Branco, destinado à implantação de uma creche municipal, nesta cidade e comarca de São Carlos-SC, confrontando:

Ao Norte: com o lote urbano nº 114, onde 45,00 metros;

Ao Sul: com a Rua Presidente Castelo Branco, onde mede 45,51 metros;

Ao Leste: com o lote urbano nº 114, onde 43,82 metros;

Ao Oeste: com o lote urbano nº 114, onde 37,00 metros;

PROPRIETÁRIOS: FRANCISCO GOTTSCHALK, brasileiro, viúvo, servente geral, residente e domiciliado na Rua Castelo Branco, nº. 10, centro, nesta Cidade funcionário público, RG 1.713.186-SESPDC-SC, CPF 492.441.329-15, ao qual cabe a área ideal de 79,5946 m²; DENISE GOTTSCHALK BRAUN, RG 4.653.583-SESPDC-SC, CPF 041.590.339-46 casada pelo regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº. 6515/77 com Fernando Luiz Braun, RG 12R 3.882.666 – SESP-SC, CPF 028.934.099-38 brasileira, montadora de equipamentos elétricos, residente e domiciliada na Rua Fredolino Lang, nº. 3.125, Bairro Bela Vista, na Cidade de Pinhalzinho/SC e DAYSE GOTTSCHALK, brasileira, solteira, maior, do lar, residente e domiciliada na Rua Demétrio Lorenz, nº. 10, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 4.791.511-SESP-SC, CPF 053.930.769-67 aos quais cabe a área ideal de 26,5315 m², cada; DEYVIS GOTTSCHALK, brasileiro, solteiro, maior, montador, residente e domiciliado na Rua Demétrio Lorenz, nº. 10, Centro, nesta Cidade de São Carlos, RG 4.791.489-SESP-SC, CPF 071.313.639-10 ao qual cabe a área ideal de 26,5315 m²; MARIA PALMIRA SCHMITZ, brasileira, viúva, aposentada, residente e domiciliada na Rua Demétrio Lorenz nº 525, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 291.252-0-SESP-SC, CPF 384.986.509-68, a qual cabe a área ideal de 159,1891 m²; NAIR MASSING, RG 1.271.465-SESPDC-SC, CPF 512.819.739-34, e seu esposo EGIDIO WALDEMAR MASSING, RG 290.278-8-SESP-SC, CPF 052.190.609-10, brasileiros, agricultores, residentes e domiciliados na Linha Massing, zona rural, neste Município de São Carlos/SC, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, anteriormente a vigência da lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 159,1891 m²; ATILIO HOSS, motorista, RG 357.798-SESPDC-SC, CPF 195.245.799-87, e sua esposa DANIA CLERÍ HOSS, do lar, RG 12R 3.120.570-SSP-SC, CPF 938.369.299-53, brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Castelo Branco, nº 56, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 159,1891 m²; NELSI HOSS HANN, RG 12R 292.178-SSI-SC, CPF 162.821.839-87, e seu esposo CARLOS ALBERTO HANN, RG 508.131-9-SESP-SC, CPF 250.435.449-53, brasileiros, aposentados, residentes e domiciliados na Rua Padre Anchieta, nº 512, Centro na Cidade de Palmitos/SC, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 159,1891 m²; SILVESTRE HOSS, securitário, RG 5.438.380-3-SESPDC-SC, CPF 250.413.639-00, e sua esposa NELSI FATIMA HOSS, comerciante, RG 615.464-SESPDC-SC, CPF 641.863.779-87, brasileiros, residentes e domiciliados na Rua do Comércio, nº 239, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, casados pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 159,1891 m²; SILVIO HOSS, brasileiro, divorciado, mecânico, residente e domiciliado na Rua Demétrio Lorenz, nº 10, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 821.175-SESPDC-SC, CPF 346.726.569-34 e ELOIR TEREZINHA BOITT, brasileira, divorciada, professora, residente e domiciliada na Rua Castelo Branco, nº 14, Centro nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 1.619.198 SESPDC-SC-SC, CPF 430.882.799-04, aos quais cabe a área ideal de 159,1891 m², cada um; BENICIA CATHARINA HOSS, brasileira, viúva, do lar, residentes e domiciliados na Rua Campinas, nº 60, Centro, na Cidade de Nova Santa Rosa/PR, RG 4.717.820-7-SESP-PR, CPF 553.495.449-34; e SILVIO HOSS, brasileiro, separado judicialmente, mecânico, residente e domiciliado na Rua Castelo Branco, nº. 10, centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 821.175 – SESPDC-SC, CPF 346.726.569-34, aos quais cabe a área ideal de 159,1891

m²; ESTER HOSS, brasileira, solteira, maior, comerciante, residente e domiciliada na Rua do Comércio, nº 981, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 1.710.470-SESPDC-SC, CPF 515.814.189-49, á qual cabe a área ideal 159,1891 m²; CELSO HOSS, brasileiro, higienizador, RG 581.556-8-SESP-SC, CPF 386.526.929-04, e sua esposa ELLI BERTA HOSS, uruguaia, portadora da Carteira de Identidade de Estrangeiro, nº 665759-SS-SC, CPF 297.089.159-04, residentes e domiciliados na Rua Washington Luiz, nº 250, Bairro São Cristóvão na Cidade de Chapecó/SC, casado pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 56,6544 m²; NELSON HOSS, mecânico eletricista, RG 2.542.715-6-SESP-SC, CPF 715.723.769-53, e sua esposa MARGARETE BILHA HOSS, padieira, RG 2.851.497-1-SESP-SC, CPF 790.167.079-72, brasileiros, residentes e domiciliados na Av. dos Uirapurus, nº 215 N, Centro, na Cidade de Nova Mutum/MT, casados pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 56,6544 m²; MELECIO HOSS, auxiliar de produção, RG 12R 1.712.938-SSI-SC, CPF 515.805.789-34, e sua esposa VERONICA CAROLINA BACKES HOSS, auxiliar de corte, RG 3.539.067-SSP-SC, CPF 020.065.229-06, residentes e domiciliados na Linha Saudades, zona rural, no Município de Saudades/SC, casados pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 56,6544 m²; SUELI REIHER, do lar, RG 4.786.844-0-SESP-SC, CPF 525.897.229-15 e seu esposo HEINRISCH OSVALD REIHER, comerciante, RG 1.903.246-SSP-SC, CPF 358.943.349-34, brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Ouro Preto, nº 961, Centro, na cidade de Itapoá/SC, casados pelo Regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 56,65444 m²; HEDI MARIA HOSS, brasileira, viúva, aposentada, residente e domiciliada na Rua Pedro J. Werlang, nº 65, Centro, nesta Cidade de São Carlos, RG 12C 3.436.519-SSP-SC, CPF 981.059.069.53, á qual cabe a parte ideal de 79,5946 m²; ADEMIR JOSÉ HOSS, brasileiro, separado judicialmente, assistente administrativo, residente e domiciliado na Rua Demétrio Lorenz, nº 1153, Centro, nesta Cidade de São Carlos-SC, RG 1.239.597-SESPDC-SC, CPF 430.424.739-53, ao qual cabe a área ideal de 11,3707 m²; MARLETE TEREZINHA HOSS, brasileira, divorciada, do lar, residente e domiciliada na Rua Erva Mate, nº 484, Bairro São Braz, na Cidade de Curitiba/PR, RG 9.227.234-6-SESP-PR, CPF 015.813.309-95, ao qual cabe a área ideal de 11,3707 m²; LORECI MARIA HOSS ROSSI, comerciante, RG 1.710.479-SESP-SC, CPF 548.367.949-00, e seu esposo VOLNEI ROSSI, horti-granjeiro, RG 703.388-5-SESP-SC, CPF 422.413.759-34, brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Pe. Manuel da Nóbrega, nº 650, Centro, na Cidade de Palmitos/SC, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, pacto registrado no OFRI de Palmitos/SC, no Livro 03, sob nº 6.348, aos quais cabe a área ideal de 11,3707 m²; RESEMIER MARCEL HOSS, construtor civil, RG 2.038.417-SESPDC-SC, CPF 612.954.779-04, e sua esposa ELIZEBETE DE BORBA HOSS, do lar, RG 3.127.956-2-SESP-SC, CPF 037.434.409-46, brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Friburgo, nº 297-D, Ap.201, Bairro Alvorada na cidade de Chapecó-SC, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, pacto registrado neste OFRI, no Livro 3, sob nº 8.615, aos quais cabe a área ideal de 11,3707 m²; RUDINEI HOSS, brasileiro, solteiro, maior, construtor civil, residente e domiciliado na Rua Luiz Delfino, nº 663-E, Centro, na Cidade de Chapecó/SC, RG 12R 2.852.270-SSP-SC, CPF 907.565.929-68, ao qual cabe a área ideal de 11,3708 m²; RUDIMAR HOSS, brasileiro, viúvo, montador de estrutura metálica, residente e domiciliados na rua Wenceslau Braz, Edifício Santa Clara, Ap. 302, Bairro Bela Vista, na Cidade de Chapecó/SC, RG 12R 2.993.800-SSP-SC, CPF 928.669.139-49 a qual cabe a área ideal de 5,6854m²; KAREM LETÍCIA HOSS, brasileira, solteira, menor, relativamente incapaz, estudante, residente e domiciliada na Rua Konder Adenauer, s/n, Bairro Cristo Rei, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 5652.526 – SESPDC-SC, CPF 089.436.879-66 e ÉLEIN CAROLINA HOSS, brasileira, emancipada, estudante, residente e domiciliada na Rua

Konder Adenauer, s/nº., Bairro Cristo Rei, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 6.806.451-SESPDC-SC, CPF 096.970.789 – 47 aos quais cabe a área ideal de 2,8427 m² a cada uma; e LEONIR RIBEIRO DE MELLO, RG 2.032.755-2 SESP-SC, CPF 614.279.269-72 e sua esposa TEREZINHA PAGNUSAT RIBEIRO DE MELLO, RG 2.993.314-SESPDV-SC, CPF 824.969.789-87, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Araguaia nº 117-D, fundos, Bairro Universitário na cidade de Chapecó, casados pelo regime de Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, pacto registrado do OFRI de Chapecó/SC, no Livro 3, sob nº 11.099, aos quais cabe a área de 11,3707 m².

II – IMÓVEL PARA REGULARIZAÇÃO DE VIA PÚBLICA

Rua Presidente Castelo Branco, com área de 2.047,90 m², confrontando:

Ao Norte: com o lote urbano nº. 1-E, onde 38,10 metros; com o lote urbano nº 114, onde 31,37 metros; com o lote urbano nº 114-A, onde 45,51 metros e com o lote urbano nº 114, onde 21,99 metros;

Ao Sul: com o lote urbano nº 114, onde 137,10 metros;

Ao Leste: com o lote urbano nº 114, onde 15,18 metros;

Ao Oeste: com o Lajeado Moraes, onde mede 15,39 metros;

PROPRIETÁRIOS: FRANCISCO GOTTSCHALK, brasileiro, viúvo, servente geral, residente e domiciliado na Rua Castelo Branco, nº. 10, centro, nesta Cidade funcionário público, RG 1.713.186-SESPDC-SC, CPF 492.441.329-15, ao qual cabe a área ideal de 89,6348 m²; DENISE GOTTSCHALK BRAUN, RG 4.653.583-SESPDC-SC, CPF 041.590.339-46 casada pelo regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº. 6515/77 com Fernando Luiz Braun, RG 12R 3.882.666 – SESP-SC, CPF 028.934.099-38 brasileira, montadora de equipamentos elétricos, residente e domiciliada na Rua Fredolino Lang, nº. 3.125, Bairro Bela Vista, na Cidade de Pinhalzinho/SC e DAYSE GOTTSCHALK, brasileira, solteira, maior, do lar, residente e domiciliada na Rua Demétrio Lorenz, nº. 10, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 4.791.511-SESP-SC, CPF 053.930.769-67 aos quais cabe a área ideal de 29,8783 m², cada; DEYVIS GOTTSCHALK, brasileiro, solteiro, maior, montador, residente e domiciliado na Rua Demétrio Lorenz, nº. 10, Centro, nesta Cidade de São Carlos, RG 4.791.489-SESP-SC, CPF 071.313.639-10 ao qual cabe a área ideal de 29,8783 m²; MARIA PALMIRA SCHMITZ, brasileira, viúva, aposentada, residente e domiciliada na Rua Demétrio Lorenz nº 525, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 291.252-0-SESP-SC, CPF 384.986.509-68, a qual cabe a área ideal de 179,2695 m²; NAIR MASSING, RG 1.271.465-SESPDC-SC, CPF 512.819.739-34, e seu esposo EGIDIO WALDEMAR MASSING, RG 290.278-8-SESP-SC, CPF 052.190.609-10, brasileiros, agricultores, residentes e domiciliados na Linha Massing, zona rural, neste Município de São Carlos/SC, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, anteriormente a vigência da lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 179,2695 m²; ATILIO HOSS, motorista, RG 357.798-SESPDC-SC, CPF 195.245.799-87, e sua esposa DANIA CLERÍ HOSS, do lar, RG 12R 3.120.570-SSP-SC, CPF 938.369.299-53, brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Castelo Branco, nº 56, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 179,2695 m²; NELSI HOSS HANN, RG 12R 292.178-SSI-SC, CPF 162.821.839-87, e seu esposo CARLOS ALBERTO HANN, RG 508.131-9-SESP-SC, CPF 250.435.449-53, brasileiros, aposentados, residentes e domiciliados na Rua Padre Anchieta, nº 512, Centro na Cidade de Palmitos/SC, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 179,2695 m²; SILVESTRE HOSS, securitário, RG 5.438.380-3-SESPDC-SC, CPF

250.413.639-00, e sua esposa NELSI FATIMA HOSS, comerciante, RG 615.464-SESPDC-SC, CPF 641.863.779-87, brasileiros, residentes e domiciliados na Rua do Comércio, nº 239, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, casados pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 179,2695 m²; SILVIO HOSS, brasileiro, divorciado, mecânico, residente e domiciliado na Rua Demétrio Lorenz, nº 10, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 821.175-SESPDC-SC, CPF 346.726.569-34 e ELOIR TEREZINHA BOITT, brasileira, divorciada, professora, residente e domiciliada na Rua Castelo Branco, nº 14, Centro nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 1.619.198 SESPDC-SC-SC, CPF 430.882.799-04, aos quais cabe a área ideal de 179,2695 m², cada um; BENICIA CATHARINA HOSS, brasileira, viúva, do lar, residentes e domiciliados na Rua Campinas, nº 60, Centro, na Cidade de Nova Santa Rosa/PR, RG 4.717.820-7-SESP-PR, CPF 553.495.449-34; e SILVIO HOSS, brasileiro, separado judicialmente, mecânico, residente e domiciliado na Rua Castelo Branco, nº 10, centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 821.175 – SESPDC-SC, CPF 346.726.569-34, aos quais cabe a área ideal de 179,2695 m²; ESTER HOSS, brasileira, solteira, maior, comerciante, residente e domiciliada na Rua do Comércio, nº 981, Centro, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 1.710.470-SESPDC-SC, CPF 515.814.189-49, á qual cabe a área ideal 179,2695 m²; CELSO HOSS, brasileiro, higienizador, RG 581.556-8-SESP-SC, CPF 386.526.929-04, e sua esposa ELLI BERTA HOSS, uruguaia, portadora da Carteira de Identidade de Estrangeiro, nº 665759-SS-SC, CPF 297.089.159-04, residentes e domiciliados na Rua Washington Luiz, nº 250, Bairro São Cristóvão na Cidade de Chapecó/SC, casado pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 63,8009 m²; NELSON HOSS, mecânico eletricitista, RG 2.542.715-6-SESP-SC, CPF 715.723.769-53, e sua esposa MARGARETE BILHA HOSS, padeira, RG 2.851.497-1-SESP-SC, CPF 790.167.079-72, brasileiros, residentes e domiciliados na Av. dos Uirapurus, nº 215 N, Centro, na Cidade de Nova Mutum/MT, casados pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 63,8009 m²; MELECIO HOSS, auxiliar de produção, RG 12R 1.712.938-SSI-SC, CPF 515.805.789-34, e sua esposa VERONICA CAROLINA BACKES HOSS, auxiliar de corte, RG 3.539.067-SSP-SC, CPF 020.065.229-06, residentes e domiciliados na Linha Saudades, zona rural, no Município de Saudades/SC, casados pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 63,8009 m²; SUELI REIHER, do lar, RG 4.786.844-0-SESP-SC, CPF 525.897.229-15 e seu esposo HEINRISCH OSVALD REIHER, comerciante, RG 1.903.246-SSP-SC, CPF 358.943.349-34, brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Ouro Preto, nº 961, Centro, na cidade de Itapoá/SC, casados pelo Regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, aos quais cabe a área ideal de 63,8009 m²; HEDI MARIA HOSS, brasileira, viúva, aposentada, residente e domiciliada na Rua Pedro J. Werlang, nº 65, Centro, nesta Cidade de São Carlos, RG 12C 3.436.519-SSP-SC, CPF 981.059.069.53, á qual cabe a parte ideal de 89,6348 m²; ADEMIR JOSÉ HOSS, brasileiro, separado judicialmente, assistente administrativo, residente e domiciliado na Rua Demétrio Lorenz, nº 1153, Centro, nesta Cidade de São Carlos-SC, RG 1.239.597-SESPDC-SC, CPF 430.424.739-53, ao qual cabe a área ideal de 12,8051 m²; MARLETE TEREZINHA HOSS, brasileira, divorciada, do lar, residente e domiciliada na Rua Erva Mate, nº 484, Bairro São Braz, na Cidade de Curitiba/PR, RG 9.227.234-6-SESP-PR, CPF 015.813.309-95, ao qual cabe a área ideal de 12,8051 m²; LORECI MARIA HOSS ROSSI, comerciante, RG 1.710.479-SESP-SC, CPF 548.367.949-00, e seu esposo VOLNEI ROSSI, horti-granjeiro, RG 703.388-5-SESP-SC, CPF 422.413.759-34, brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Pe. Manuel da Nóbrega, nº 650, Centro, na Cidade de Palmitos/SC, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, pacto registrado no OFRI de Palmitos/SC, no Livro 03, sob nº 6.348, aos quais cabe a área ideal de 12,8051 m²; RESEMIR MARCEL HOSS, construtor civil, RG 2.038.417-SESPDC-SC, CPF 612.954.779-04, e sua esposa

ELIZEBETE DE BORBA HOSS, do lar, RG 3.127.956-2-SESP-SC, CPF 037.434.409-46, brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Friburgo, nº 297-D, Ap.201, Bairro Alvorada na cidade de Chapecó-SC, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, pacto registrado neste OFRI, no Livro 3, sob nº 8.615, aos quais cabe a área ideal de 12,8051 m²; RUDINEI HOSS, brasileiro, solteiro, maior, construtor civil, residente e domiciliado na Rua Luiz Delfino, nº 663-E, Centro, na Cidade de Chapecó/SC, RG 12R 2.852.270-SSP-SC, CPF 907.565.929-68, ao qual cabe a área ideal de 12,8051 m²; RUDIMAR HOSS, brasileiro, viúvo, montador de estrutura metálica, residente e domiciliados na rua Wenceslau Braz, Edifício Santa Clara, Ap. 302, Bairro Bela Vista, na Cidade de Chapecó/SC, RG 12R 2.993.800-SSP-SC, CPF 928.669.139-49 a qual cabe a área ideal de 6,4025 m²; KAREM LETÍCIA HOSS, brasileira, solteira, menor, relativamente incapaz, estudante, residente e domiciliada na Rua Konder Adenauer, s/n, Bairro Cristo Rei, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 5652.526 – SESPDC-SC, CPF 089.436.879-66 e ÉLEIN CAROLINA HOSS, brasileira, emancipada, estudante, residente e domiciliada na Rua Konder Adenauer, s/nº., Bairro Cristo Rei, nesta Cidade de São Carlos/SC, RG 6.806.451-SESPDC-SC, CPF 096.970.789 - 47 aos quais cabe a área ideal de 3,2013 m² a cada uma; e LEONIR RIBEIRO DE MELLO, RG 2.032.755-2 SESP-SC, CPF 614.279.269-72 e sua esposa TEREZINHA PAGNUSAT RIBEIRO DE MELLO, RG 2.993.314-SESPDV-SC, CPF 824.969.789-87, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Araguaia nº 117-D, fundos, Bairro Universitário na cidade de Chapecó, casados pelo regime de Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, pacto registrado do OFRI de Chapecó/SC, no Livro 3, sob nº 11.099, aos quais cabe a área de 12,8051 m².

Art. 2º – O imóvel, cujas frações acima descritas ora se declaram de utilidade pública, é o lote urbano nº 114 (cento e quatorze), da quadra nº 98 (noventa e oito), com a área de 106.565,02 m² (cento e seis mil quinhentos e sessenta e cinco metros e dois décimos quadrados), com 01 (uma) CASA de alvenaria, com 155,00m² (cento e cinquenta e cinco metros quadrados), 01 (uma) CASA de madeira, coberta com telhas de barro, com 50,00m² (cinquenta metros quadrados), 01 (uma) CASA velha de alvenaria, em precário estado de conservação, com 160m² (cento e sessenta metros quadrados), e 01 (uma) CASA de alvenaria para matadouro, medindo 04 x 05 metros, situada na Rua Monteiro Lobato e na Rua Demétrio Lorenz, nesta Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações: ao NORTE; com parte do lote rural nº 40, onde mede 516,19 metros, com a Rua Monteiro Lobato, onde mede 4,60 metros e com o lote urbano nº 01-E, onde mede 38,10 metros; ao SUL, com o lote urbano nº 3-F, onde mede 50,03 metros, com o lote urbano nº 3-E, com parte do lote urbano nº 39, com o lote urbano nº 39 e com o lote urbano nº 3-A, onde mede 108,05 metros, com a Rua Demétrio Lorenz, onde mede 13,72 metros, com o lote urbano nº 01 e parte das chácaras nºs 112-A e 112-B, onde mede 395,31 metros; ao LESTE, com parte da chácara nº 111 e parte do lote rural nº 39, onde mede 242,38 metros; e ao OESTE, com o lote urbano nº 3-A, onde mede 33,47 metros, com o lote urbano nº 3-F, onde mede 29,69 metros, com o Lajeado Moraes, onde mede 67,22 metros e com a Rua Monteiro Lobato, onde mede 49,20 metros.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º- As frações a serem desapropriadas serão avaliadas pela comissão municipal de avaliação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 028/2013.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 071/2014 de 26/09/2014 e o Decreto 72/2014, de 01/10/2014.

São Carlos/SC, em 15 de julho de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 048/2015 "QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE VALMIR CANEPPLE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 048/2015

"QUE DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE VALMIR CANEPPLE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1 - Fica, pelo presente ato, APROVADO E CERTIFICADO o DESMEMBRAMENTO do imóvel descrito como Parte dos Lotes Urbanos nºs 43 e 44 de Quadra 16, de propriedade de VALMIR CANEPPLE, conforme escritura, Matriculada sob n.º 7.296 no Cartório e Comarca de São Carlos SC.

DA ÁREA

A parte dos Lotes Urbanos nºs 43 e 44 de Quadra n.º 16 possui área de 416,50m² e situa-se em quadra nº 16. Deste total será desmembrado um lote que irá denominar-se lote urbano nº 43-C de quadra nº 16 com área de 208,25m², ficando como remanescente a área de 208,25m², agora denominado de lote urbano nº 44-C. A servidão descrita na matrícula do imóvel possui a denominação de Rua Bruno Adão Klein, conforme Lei nº 865/89. Tudo conforme medidas e confrontações descritas abaixo e mapa em anexo, elaborado por técnico responsável.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO ATUAL CONFORME MATRÍCULA Nº 7.296

IMÓVEL ORIGINAL: PARTE DOS LOTES URBANOS NºS 43 e 44, com a área de 416,50m², sem benfeitorias, situado nesta cidade de São Carlos, sede do Primeiro Distrito do Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando: ao NORTE, com uma servidão pública, onde mede 34,00 metros; ao SUL, com parte dos lotes urbanos nºs 43 e 44 de Francisco Ohland, onde mede 34,00 metros; ao LESTE, com Rua Félix Bonissoni, onde mede 12,25 metros; ao OESTE, com parte do lote urbano nº 44 de Francisco Ohland, onde mede 12,25 metros;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

IMÓVEL NOVO - PARTE DO LOTE URBANO Nº 43, agora denominado de Lote Urbano nº 43-C com a área de 208,25m², sem benfeitorias, situado na esquina de Rua Bruno Adão Klein com a Rua Félix Bonissoni, Quadra nº 16, nesta cidade de São Carlos, sede do Primeiro Distrito do Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando: ao NORTE, com Rua Bruno Adão Klein, onde mede 17,00 metros; ao SUL, com parte do lote urbano nº 43, onde mede 17,00 metros; ao LESTE, com Rua Félix Bonissoni, onde mede 12,25 metros; ao OESTE, com lote urbano nº 44-C, onde mede 12,25 metros;

IMÓVEL REMANESCENTE - PARTE DO LOTE URBANO Nº 44, agora denominado de Lote Urbano nº 44-C com a área de 208,25m², sem benfeitorias, situado na Rua Bruno Adão Klein, Quadra nº 16,

nesta cidade de São Carlos, sede do Primeiro Distrito do Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando: ao NORTE, com Rua Bruno Adão Klein, onde mede 17,00 metros; ao SUL, com parte do lote urbano nº 44, onde mede 17,00 metros; ao LESTE, com lote urbano nº 43-C, onde mede 12,25 metros; ao OESTE, com parte do lote urbano nº 44, onde mede 12,25 metros;

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 029/2015 de 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito em 14 de agosto de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 049/2014, DE 14 DE AGOSTO DE 2015 "QUE DECLARA IMÓVEL COMO ÁREA URBANA, ATRIBUI NOVA DENOMINAÇÃO, RETIFICA ÁREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". - LAIRTON PEREIRA DA SILVA

DECRETO Nº 049/2014, DE 14 DE AGOSTO DE 2015

"QUE DECLARA IMÓVEL COMO ÁREA URBANA, ATRIBUI NOVA DENOMINAÇÃO, RETIFICA ÁREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1º - O imóvel, objeto do presente decreto de reconhecimento e localização de área urbana, constitui-se em Parte das Chácaras rurais nºs 108 e 109 com área de 48.100,00m², descrito na matrícula nº 8.890 do Registro de Imóveis de São Carlos, SC, de propriedade de LAIRTON PEREIRA DA SILVA, HELIO ENDRES, ALDECIR NARDINO e JOÃO NILTON ZART.

Art. 2º - O imóvel, objeto do presente, passará a ter a seguinte denominação:

Imóvel: Lote urbano nº 10, da quadra nº 107, com área de 45.507,34m², situado nesta cidade de São Carlos, confronta:

Norte: com parte da chácara nº 110 (imóvel de matrícula nº 2.133), de propriedade de Sizenando de Souza Filho, por onde mede 313,72m, e com arte de chácara nº 109 (imóvel de matrícula nº 2.259, de propriedade da Companhia Catarinense de água e Saneamento, por onde mede 29,85m;

Sul: com chácara rural nº 107 (imóvel de matrícula nº 6.690), de propriedade de Guido Aloisio Bourscheidt, por onde mede 80,40m e 138,93m descontinuamente com a rua Joao Henrich, por onde mede 11,75m;

Leste: com a Av. Santa Catarina, por onde mede 20,27m;

Sudeste: com a Av. Santa Catarina, por onde mede 174,08m;

Oeste: com parte da chácara rural nº 109 (imóvel de matrícula nº 2.259), de propriedade de Companhia Catarinense de Água e Saneamento, com parte do lote nº 324 (imóvel de matrícula nº 9.989) de propriedade de João Nilton Zart, com arte do lote nº 328 (imóvel da matrícula nº 1.650) de propriedade de Adelino Fortes Vieira e com parte do lote nº 328 (imóvel de matrícula nº 981) de propriedade de Airi Ansolin, por onde mede 123,94m em sua totalidade e descontinuamente com a Rua Joao Henrich, por onde mede 30,38m, assim distribuídos:

De LAIRTON P. DA SILVA - 11.922,92m² (26,2%);

De HELIO ENDRES - 9.465,53m² (20,8%);

De ALDECIR NARDINO - 455,07m² (1,0%);

De JOAO NILTON ZART - 23.663,82m² (52,0%);

ÁREA TOTAL – 45.507,34m² (100,0%). Art. 3º. Fica declarado como ÁREA URBANA o referido imóvel pelo fato do mesmo estar legalmente dentro do perímetro urbano conforme Lei Municipal nº 1.576/2009, e não possuir características necessárias para atender os fins agrícolas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 039/2014, de 15 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito em 14 de agosto de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 050/2015 "DISPÕE SOBRE NOVA CONFRONTAÇÃO E ATRIBUI NOVA DENOMINAÇÃO A IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" - CARLOS SIGNORI

DECRETO Nº 050/2015

"DISPÕE SOBRE NOVA CONFRONTAÇÃO E ATRIBUI NOVA DENOMINAÇÃO A IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1º - O imóvel, objeto do presente decreto de localização, dá nova confrontação e atribui nova denominação de imóvel urbano, constitui-se em Parte do Lote nº 39, da Seção Chapecó, com área de 525,00m², constante da matrícula nº 2.473 do Registro de Imóveis de São Carlos, SC, de propriedade de CARLOS SIGNORI.

Art. 2º - O imóvel, objeto do presente, passará a ter a seguinte denominação e confrontação:

Imóvel: Lote urbano nº 04, da quadra nº 13, com área de 525,00m², da ZODUP 2 – Zona de Ocupação e Deunsificação Urbana Prioritária 2, situado na Rua Arno Ulsenheimer, nesta cidade de São Carlos, confronta:

Ao Norte: Onde mede 12,50 metros, com a Rua Arno Ulsenheimer.

Ao Sul: Onde mede 12,50 metros, com a chácara nº 112, de propriedade da Consagração Nossa Senhora.

Ao Leste: Com parte do mesmo lote nº 39, de propriedade de Carlos Signori, onde mede 45,00 metros.

Ao Oeste: Com parte do mesmo lote nº 39, de propriedade de Pedro Gregório Lottermann, onde mede 39,00 metros. Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 27 de Agosto de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº036/2015 DE 02 DE JULHO DE 2015. "QUE DECLARA IMÓVEL COMO ÁREA URBANA, ATRIBUI NOVA DENOMINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". - ADAIR JOSÉ KUHN

DECRETO Nº036/2015 DE 02 DE JULHO DE 2015.

"QUE DECLARA IMÓVEL COMO ÁREA URBANA, ATRIBUI NOVA DENOMINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

"DECRETA"

Art. 1º - O imóvel, objeto do presente decreto de reconhecimento e localização de área urbana, constitui-se em Parte da Lote Rural nº 40, da Seção Chapecó, com área de 10.000,00m², constante da matrícula nº 9.166 do Registro de Imóveis de São Carlos, SC, de propriedade de ADAIR JOSÉ KUHN e MARTINHA DICK KUHN.

Art. 2º - O imóvel, objeto do presente, passará a ter a seguinte denominação:

Imóvel: Lote urbano nº 14, da quadra nº 157, com área de 9.893,25m², da ZODUP 1 – Zona de Ocupação e Deunsificação Urbana Prioritária 1, situado na Rua Demétrio Lorenz, nesta cidade de São Carlos, confronta:

Ao Norte: com parte dos lotes rurais nº 40 e 41 de propriedade de Elton Luiz Schmitz, matrícula nº 10.581, onde mede 20,91m; com a Estrada Municipal SCar – 005, onde mede 12,06m; com lote urbano nº 03 de propriedade de Delci Maria Wiest, matrícula 9.528, onde mede 22,50m; com o lote urbano nº 04 de propriedade de Hermelinda Maria Grutzmann, matrícula nº 9.529, onde mede 13,01m; com o lote urbano nº 05 de propriedade de Delirides Cassemiro Trindade, matrícula nº 9.530, onde mede 13,02m; com o lote urbano nº 06 de propriedade de Flavio osé Drescher, matrícula nº 9.531, onde mede 13,01m; com o lote urbano nº 07, de propriedade de Janayne Transportes Ltda, matrícula nº 9.532, onde mede 13,00m; com o lote urbano nº 08 de propriedade de João Braatz, matrícula 9.533, onde mede 13,01m; com o lote urbano nº 09 de propriedade de Gelson Luiz Wickert, matrícula nº 9.534, onde mede 13,02m; com o lote urbano nº 10 de propriedade de Claudir Luiz Gerlach, matrícula nº 9.535, onde mede 13,01m; com o lote nº 11, de propriedade de Juvilde Mafalda Dal Chiavon, matrícula nº 9.536, onde mede 13,02m; com o lote urbano nº 12, de propriedade de Valdir José Seimetz, matrícula nº 9.537, onde mede 13,01m; com o lote urbano nº 13, de propriedade de Cláudio Stoffel, matrícula nº 9.538 onde mede 34,70m; com parte do lote rural nº 40, de propriedade de Cláudio Stoffel, matrícula nº 8.576, onde mede 11,25m.

Ao Sul: com parte do lote rural nº 40 de propriedade de Celésio Dahlm e João Wilson Correa, matrícula nº 8.578, onde mede descontinuamente, 1,46m, 7,70m, 52,30m, 167,03m;

Ao Sudoeste: com parte do lote rural nº 40 de propriedade de Celésio Dahlm e João Wilson Correa, matrícula nº 8.578, por onde mede em arco de círculo 6,25m;

Ao Leste: com partes dos lotes rurais nºs 40 e 41 de propriedade de Elton Luiz Schmitz, matrícula nº 10.581, onde mede 46,24m.

Ao Oeste: com a Rua Demétrio Lorenz, onde mede 47,57m. Art. 3º. Fica declarado como ÁREA URBANA o referido imóvel pelo fato do mesmo estar legalmente dentro do perímetro urbano conforme Lei Municipal nº 1.667/2011, e não possuir características necessárias para atender os fins agrícolas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de julho de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2046 DE 26 08 2015 REM SAÚDE

DECRETO Nº 2046, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), na seguinte programação de despesa:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	09	01.0002	45.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	06	01.0002	45.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de agosto de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2015

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e RAIMED- Clínica de Diagnóstico por Imagem

ORIGEM: Inexigibilidade nº 03/2015

OBJETO: "Credenciamento de pessoas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para fornecimento de exames de ressonância Magnética."

VIGÊNCIA: 25.08.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 25 de agosto de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 052 DE 02 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 052 DE 02 DE JULHO DE 2015

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0123.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração
3.3.90.00.00.00.00.00.0010 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 210.000,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0123.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração
4.4.90.00.00.00.00.00.0010 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0096 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 210.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de julho de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

DECRETO Nº 056 DE 10 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 056 DE 10 DE JULHO DE 2015

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
26.782.0135.2051 – Manutenção da Rede Viária Municipal
3.3.90.00.00.00.00.00.0034 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão utilizados recursos vinculados do Convênio nº 3714/2014, celebrado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Araranguá, objeto: Recuperação de Estradas Vicinais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
10 de julho de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

DECRETO Nº 057 DE 15 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 057 DE 15 DE JULHO DE 2015

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 866.573,20 (oitocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
26.782.0135.1056 – Pavimentação e Infraestrutura para Ruas e Rodovias Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00.0034 – Aplicações Diretas R\$ 866.573,20

TOTAL R\$ 866.573,20

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão utilizados recursos de Convênio nº 2014TR000955 – Proposta de Transferência nº 8487, Programa de Transferência nº 2013000640 – Pacto pelos Municípios, Unidade Gestora: Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, para pavimentação asfáltica da Rodovia SJS 234.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
15 de julho de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

DECRETO Nº 058 DE 15 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 058 DE 15 DE JULHO DE 2015

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0125.2013 – Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF e SCFV)

3.3.90.00.00.00.00.00.0055 – Aplicações Diretas R\$ 400,00

TOTAL R\$ 400,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Transferências de Recursos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social – Ações do Programa BPC – Benefício de Prestação Continuada, na Escola, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
15 de julho de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

DECRETO Nº 059 DE 20 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 059 DE 20 DE JULHO DE 2015

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no

valor de R\$ 6.372,51 (seis mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.306.0128.2035 – Alimentação Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.3103 – Aplicações Diretas R\$ 6.372,51

TOTAL R\$ 6.372,51

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado superávit financeiro de recursos vinculados do FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, verificados no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
20 de julho de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

DECRETO Nº 53 DE 02 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 53 DE 02 DE JULHO DE 2015

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.1056 – Pavimentação e Infraestrutura para Ruas e Rodovias Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 – Aplicações Diretas R\$ 245.850,00

TOTAL R\$ 245.850,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão utilizados recursos vinculados do Ministério das Cidades, Contrato de Repasse nº 803369/2014, objeto: Pavimentação e Drenagem Pluvial de Vias Urbanas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de julho de 2015.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

DECRETO Nº 60 DE 22 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 60 DE 22 DE JULHO DE 2015

“Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 94.395,04 (noventa e quatro mil, trezentos e noventa e cinco reais e quatro centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas R\$ 94.395,04

TOTAL R\$ 94.395,04

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas R\$ 94.395,04

TOTAL R\$ 94.395,04

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
22 de julho de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 4907/2015

DECRETO Nº 4907/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 4º Lei Municipal nº 5.466/2015, redação dada pela Lei Municipal nº 5.469/2015

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, novas Classificações Orçamentárias, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.126.0111.2.187 – Gestão do SUAS – Gestão da Informação e Cadastro Único

3.3.90.14.00.00.0022 – Diárias – Civil,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 5.000,00
3.3.90.14.00.00.0023 – Diárias – Civil,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 5.000,00
Total desta Atividade R\$ 10.000,00
Total do Órgão R\$ 10.000,00
Total do Crédito Adicional Especial R\$ 10.000,00

Art. 4º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.241.0111.2.286 – PSEMC – Serv. de Proteção Social Especial Para Idosos / Centro dia do Idoso

1790 – 3.3.90.30.00.00.0022 – Material de Consumo,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 5.000,00
1791 – 3.3.90.30.00.00.0023 – Material de Consumo,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 5.000,00
Total desta Atividade R\$ 10.000,00
Total do Órgão R\$ 10.000,00
Total da Anulação R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4908/2015

DECRETO Nº 4908/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 292.263,50 (duzentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.06 – CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL

02.06.04.122.0107.2.454 – Funcionamento e Manutenção da Chefia da Ouvidoria Geral

100 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 9.063,50
Total desta Atividade R\$ 9.063,50
Total do Órgão R\$ 9.063,50

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.056 – Funcionamento e Manutenção dos Comitês Públicos Municipais

706 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 283.200,00
Total desta Atividade R\$ 283.200,00
Total do Órgão R\$ 283.200,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 292.263,50

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 292.263,50 (duzentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.06 – CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL

02.06.04.122.0107.2.454 – Funcionamento e Manutenção da Chefia da Ouvidoria Geral

102 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 9.063,50
Total desta Atividade R\$ 9.063,50
Total do Órgão R\$ 9.063,50

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.323.0106.3.906 – Implementação do Novo Plano Diretor

699 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 283.200,00
 Total desta Atividade R\$ 283.200,00
 Total do Órgão R\$ 283.200,00
 Total da Anulação R\$ 292.263,50

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de agosto de 2015.
 ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4909/2015

DECRETO Nº 4909/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.1.175 – Implantação, Reforma e Ampliação de Ginásios e Quadras de Esportes – Educação

210 – 4.4.90.51.00.00.0081 – Obras e Instalações, Recursos Ordinários – Educação R\$ 120.000,00
 Total desta Atividade R\$ 120.000,00

08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

238 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Ordinários – Educação R\$ 335.000,00
 Total desta Atividade R\$ 335.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré Escola

409 – 3.3.90.36.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Recursos Ordinários – Educação R\$ 15.000,00
 Total desta Atividade R\$ 15.000,00
 Total do Órgão R\$ 470.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 470.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir

especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.1.041 – Implantação, Reforma, Ampliação e Equipamentos para Unidades Escolares

203 – 4.4.90.51.00.00.0081 – Obras e Instalações, Recursos Ordinários – Educação R\$ 38.000,00
 Total desta Atividade R\$ 38.000,00

08.01.12.365.0103.1.046 – Implantação, Ampliação, Reforma e Equipamentos para Centros de Educação Infantil

47771– 4.4.90.61.00.00.0081 – Aquisição de Imóveis, Recursos Ordinários – Educação R\$ 100.000,00
 Total desta Atividade R\$ 100.000,00

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

266 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Ordinários – Educação R\$ 82.000,00
 Total desta Atividade R\$ 82.000,00

08.01.12.361.0103.2.034 – Capacitação e Formação Profissionais – Ensino Fundamental

283 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Ordinários – Educação R\$ 35.000,00
 Total desta Atividade R\$ 35.000,00

08.01.12.361.0103.2.051 – Vale Transporte – Ensino Fundamental

293 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Ordinário – Educação R\$ 100.000,00
 Total desta Atividade R\$ 100.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré Escola

411 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Ordinário – Educação R\$ 115.000,00
 Total desta Atividade R\$ 115.000,00
 Total do Órgão R\$ 470.000,00
 Total da Anulação R\$ 470.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de agosto de 2015.
 ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4910/2015

ECRETO Nº 4910/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 142.959,00 (cento e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e nove reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.054 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de

Esportes e Lazer – FUNESJ

1016 – 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias – Civil,

Recursos Próprios R\$ 36.500,00

1022 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 76.459,00

Total desta Atividade R\$ 112.959,00

18.01.27.812.0104.2.405 – Promoção, Apoio e Patrocínio de Eventos Esportivos e de

Lazer – FUNESJ

1060 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 30.000,00

Total desta Atividade R\$ 30.000,00

Total do Órgão R\$ 142.959,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 142.959,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 142.959,00 (cento e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e nove reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.1.051 – Construção e Reforma de Ginásios de Esportes, Quadras e Equipamentos Esportivos

1008 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 37.659,00

Total deste Projeto R\$ 37.659,00

18.01.27.812.0104.2.405 – Promoção, Apoio e Patrocínio de Eventos Esportivos e de Lazer – FUNESJ

1053 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 60.000,00

Total desta Atividade R\$ 60.000,00

18.01.27.813.0104.5.006 – Implantação de Academia ao Ar Livre

1065 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 45.300,00

Total deste Projeto R\$ 45.300,00

Total do Órgão R\$ 142.959,00

Total da Anulação R\$ 142.959,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4911/2015

DECRETO Nº 4911/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 222.500,00 (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.136 – Benefícios Sócio Assistenciais

1981 – 3.3.90.48.00.00.0080 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas,

Recursos Próprios R\$ 45.000,00

Total desta Atividade R\$ 45.000,00

28.01.08.244.0111.2.290 – PSEAC – Serviço de acolhimento para Idoso – Casa Lar – Abrigo Institucional

2101 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,

Recursos Próprios R\$ 28.500,00

2104 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 149.000,00

Total desta Atividade R\$ 177.500,00

Total do Órgão R\$ 222.500,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 222.500,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 222.500,00 (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.083 – PSEMC – Serviço Especializado / Abordagem Social – CREAS / População de Rua / Centro – POP

1921 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 20.000,00

Total desta Atividade R\$ 20.000,00

28.01.08.243.0111.2.178 – PSEAC – Serviço de Acolhimento em

Família Acolhedora
1849 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 11.000,00
Total desta Atividade R\$ 11.000,00

28.01.08.243.0111.2.186 – PSEMC – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – CREAS

1894 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 14.000,00
Total desta Atividade R\$ 14.000,00

28.01.08.244.0111.2.426 – Apoio e Assistência a Entidades – FMAS

2119 – 3.3.50.43.00.00.0080 – Subvenções Sociais,
Recursos Próprios R\$ 177.500,00
Total desta Atividade R\$ 177.500,00
Total do Órgão R\$ 222.500,00
Total da Anulação R\$ 222.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4922/2015

DECRETO Nº 4922/2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.287 – PSEMC – Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua / CREAS / Centro POP
2060 – 3.3.90.30.00.00.0023 – Material de Consumo,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 87.000,00
Total desta Atividade R\$ 87.000,00
Total do Órgão R\$ 87.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 87.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.290 – PSEAC – Serviço de acolhimento para Idoso – Casa Lar – Abrigo Institucional

2109 – 4.4.90.52.00.00.0023 – Equipamentos e Material Permanente, Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social R\$ 87.000,00
Total desta Atividade R\$ 87.000,00
Total do Órgão R\$ 87.000,00
Total da Anulação R\$ 87.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4923/2015

DECRETO Nº 4923/2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 709.640,00 (setecentos e nove mil e seiscentos e quarenta reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.15.451.0106.1.555 – Implantação e Revitalização, incluindo a Drenagem e Saneamento de Áreas Públicas de Lazer, Esportiva e de Convivência no Município de São José.

47753 – 4.4.90.51.00.00.0059 – Obras e Instalações,
Recursos do Contrato PMSJ - CEF -192/2014 R\$ 709.640,00
Total deste Projeto R\$ 709.640,00
Total do Órgão R\$ 709.640,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 709.640,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 709.640,00 (setecentos e nove mil e seiscentos e quarenta reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.15.451.0106.1.555 – Implantação e Revitalização, incluindo a Drenagem e Saneamento de Áreas Públicas de Lazer, Esportiva e de Convivência no Município de São José.

47750 – 3.3.90.39.00.00.0059 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Contrato PMSJ - CEF -192/2014 R\$ 109.640,00
47749 – 3.3.90.30.00.00.0059 – Material de Consumo,
Recursos do Contrato PMSJ - CEF -192/2014 R\$ 200.000,00
47751 – 3.3.90.35.00.00.0059 – Serviços de Consultoria,

Recursos do Contrato PMSJ - CEF -192/2014 R\$ 200.000,00
47752 – 4.4.90.39.00.00.0059 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Contrato PMSJ - CEF -192/2014 R\$ 200.000,00
Total deste Projeto R\$ 709.640,00
Total do Órgão R\$ 709.640,00
Total da Anulação R\$ 709.640,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4925/2015

DECRETO Nº 4925/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, CAROLINA RIBEIRO CARDOSO DA SILVA, Professor de Ensino Superior, matrícula: 396990, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4931/2015

DECRETO Nº 4931/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, SARITA OLIVIA SOARES, Professor de Ensino Superior, matrícula: 372811, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4932/2015

DECRETO Nº 4932/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT – Admissão em Caráter Temporário, THIAGO JOSÉ CHAVES, Professor de Ensino Superior, matrícula: 414430, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4933/2015

DECRETO Nº 4933/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, ANA LÚCIA FERRARESI SCHMITZ, Professor de Ensino Superior, matrícula: 411450, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4934/2015

DECRETO Nº 4934/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor JOSUÉ PRIGOLI, matrícula: 407771, ocupante do cargo de Motorista de Ônibus e Micro-ônibus, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos no 30 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4939/2015

DECRETO Nº 4939/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.220.000,00 (um milhão e duzentos e vinte mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.182.0110.2.016 – Encargos do Convênio – FUNREBOM – Lei 2.353/91

511 – 3.3.90.30.00.00.0019 – Material de Consumo,
Recursos FUNREBOM Lei nº 2.353/91 R\$ 620.000,00
513 – 3.3.90.39.00.00.0019 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos FUNREBOM Lei nº 2.353/91 R\$ 300.000,00
516 – 4.4.90.52.00.00.0019 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos FUNREBOM Lei nº 2.353/91 R\$ 300.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.220.000,00
Total do Órgão R\$ 1.220.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.220.000,00

Art. 2º - Os recursos na ordem de R\$ 1.220.000,00 (um milhão e duzentos e vinte mil reais) necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos do Convênio FUNREBOM - Lei nº 2.353/91, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, consignado no Orçamento vigente com o código 19.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4955/2015

DECRETO Nº 4955/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 335.754,00 (trezentos e trinta e cinco mil e setecentos e cinquenta e quatro reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
238– 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários Educação R\$ 335.754,00
Total desta Atividade R\$ 335.754,00
Total do Órgão R\$ 335.754,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 335.754,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 335.754,00 (trezentos e trinta e cinco mil e setecentos e cinquenta e quatro reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.1.046 – Implantação, Ampliação, Reforma e Equipamentos para Centros de Educação Infantil
342 – 4.4.90.51.00.00.0081 – Obras e Instalações,
Recursos Ordinários Educação R\$ 44.000,00
347 – 4.4.90.52.00.00.0081 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários Educação R\$ 108.019,00
Total desta Atividade R\$ 152.019,00

08.01.12.361.0103.2.034 – Capacitação e Formação de Profissionais – Ensino Fundamental

283– 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários Educação R\$ 41.806,00
Total desta Atividade R\$ 41.806,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil
383 – 4.4.90.52.00.00.0081 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários Educação R\$ 40.905,00
Total desta Atividade R\$ 40.905,00

08.01.12.365.0103.2.040 – Capacitação, Formação de Profissionais da Educação Infantil
385– 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários Educação R\$ 28.024,00
Total desta Atividade R\$ 28.024,00

08.01.12.361.0103.2.051 – Vale Transporte – Ensino Fundamental

293 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 15.000,00
Total desta Atividade R\$ 15.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré Escola
411 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 40.000,00
417 – 4.4.90.52.00.00.0081 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários Educação R\$ 18.000,00
Total desta Atividade R\$ 58.000,00
Total do Órgão R\$ 335.754,00
Total da Anulação R\$ 335.754,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4956/2015

DECRETO Nº 4956/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$68.000,00 (sessenta e oito mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA
02.01 – GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete da Prefeita

28 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 58.000,00
Total desta Atividade R\$ 58.000,00
Total do Órgão R\$ 58.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02.01.15.122.0105.2.015 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

789 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 10.000,00
Total do Órgão R\$ 10.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 68.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA
02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.04.122.0105.2.455 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Projetos Especiais

36 – 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias – Civil,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
38 – 3.3.90.33.00.00.0080 – Passagens e Despesas com Locomoção,
Recursos Próprios R\$ 8.000,00
40 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa

Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 12.413,00
42 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 7.609,00
Total Desta Atividade R\$ 33.022,50

02.00 – GABINETE DA PREFEITA
02.05 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 – Funcionamento e Manutenção da Procuradoria Geral do Município

86 – 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias – Civil,
Recursos Próprios R\$ 4.342,50
88 – 3.3.90.33.00.00.0080 – Passagens e Despesas com Locomoção,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total Desta Atividade R\$ 14.342,50

02.00 – GABINETE DA PREFEITA
02.07 – CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

02.07.04.124.0107.2.458 – Funcionamento e Manutenção da Chefia de Controle Interno e Auditoria

115 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 10.635,00
Total Desta Atividade R\$ 10.635,00
Total do Órgão R\$ 58.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.2.022 – Construção, Conservação de Estradas Vicinais, Pontes e Pontilhões

855 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 10.000,00
Total do Órgão R\$ 10.000,00
Total da Anulação R\$ 68.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de agosto de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4958/2015

DECRETO Nº 4.958/2015

REGULAMENTA O PROGRAMA DE PARCELAMENTO COM BENEFÍCIOS – PPB - REFIS, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 5.494, DE 13 DE JULHO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições da Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - O Programa de Parcelamento com Benefícios – PPB - REFIS, destina-se a promover a regularização dos débitos referidos na Lei nº 5.494/15, decorrentes de créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa,

ajuizados ou a ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014.

§ 1º Os atendimentos e solicitações de ingresso ao Programa de Parcelamento com Benefícios – PPB – REFIS iniciar-se-ão em 21 de setembro de 2015.

§ 2º Poderão ser incluídos no PPB – REFIS eventuais saldos de parcelamentos em andamento, contidos em Termos de Acordo celebrados em juízo ou em caráter administrativo.

§ 3º Os créditos tributários referentes a multas por descumprimento de obrigação acessória somente poderão ser incluídos no PPB – REFIS caso tenham sido lançados até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Não poderão ser incluídos no PPB – REFIS os débitos referentes:

I - a infrações à legislação de trânsito;

II - a obrigações de natureza contratual;

III - a indenizações devidas ao Município de São José por dano causado ao seu patrimônio;

IV - ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3º - O ingresso no PPB – REFIS será efetuado por solicitação do sujeito passivo, mediante o preenchimento e assinatura de formulário específico emitido pelo sistema de gestão tributária do Município, conforme modelo contido nos Anexos I e II deste Decreto.

§ 1º O contribuinte que desejar aderir ao Parcelamento instituído pela lei citada no caput deverá se dirigir ao Centro de Atendimento ao Cidadão – CAC para efetivar sua opção pelo Parcelamento com Benefício (PPB - REFIS), munido preferencialmente dos seguintes documentos e informações:

a) Pessoa Física: documento de identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) do contribuinte, comprovante de residência atualizado, e-mail, números para contato e, em caso de representação, procuração particular (ou pública) com firma reconhecida (semelhança) e poderes especiais para opção ao Parcelamento com Benefício (PPB - REFIS); e

b) Pessoa Jurídica (Responsável ou Representante Legal): Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, Contrato ou Estatuto Social, Ata de eleição, comprovante da existência de conta bancária e, em caso de procurador, procuração particular (ou pública) com firma reconhecida (semelhança) e poderes especiais para opção Parcelamento com Benefício (PPB - REFIS).

§ 2º A formalização do pedido de ingresso no programa dar-se-á na data do protocolo do requerimento com a geração do número do acordo.

§ 3º Os créditos tributários e não tributários incluídos no PPB – REFIS serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso.

§ 4º Poderão ser incluídos os créditos tributários e não tributários constituídos até a data da formalização do pedido de ingresso, inclusive os excluídos de parcelamentos anteriores, observado o disposto no "caput" do artigo 1º deste decreto.

§ 5º Compreende-se na possibilidade de inclusão de que trata o parágrafo anterior os créditos que, por falta de pagamento regular tenham sido objeto de dois parcelamentos cancelados, não se aplicando no PPB – REFIS o disposto no artigo 73, caput, do Código Tributário Municipal por força do artigo 2º, §2º, da Lei nº 5.494/15.

§ 6º Os créditos tributários e não tributários não constituídos,

decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014, incluídos por opção do sujeito passivo, serão declarados na data da formalização do pedido de ingresso.

§ 7º O ingresso impõe ao sujeito passivo, pessoa jurídica, a autorização de débito automático das parcelas em conta-corrente, mantida em instituição bancária cadastrada pelo Município, mediante preenchimento e assinatura do termo de autorização constante no Anexo III deste decreto.

§ 8º Quando o sujeito passivo interessado em aderir ao PPB – REFIS for pessoa física, deverá ser exigida autorização de débito automático do valor correspondente às parcelas subsequentes à primeira, em conta-corrente mantida em instituição financeira previamente cadastrada pelo Município.

§ 9º Excepcionalmente, no caso de sujeitos passivos pessoa física, que não mantenham, justificadamente, conta-corrente em instituição bancária cadastrada pelo Município, a Secretaria Municipal da Receita poderá afastar a exigência do § 8º deste artigo.

§ 10A formalização do pedido de ingresso no PPB – REFIS poderá ser efetuada até o dia 30 de novembro de 2015.

Art. 4º - Para o sujeito passivo que ingressar no PPB – REFIS na conformidade do artigo 3º deste decreto, o vencimento da primeira parcela ou da parcela única dar-se-á no último dia útil da quinzena subsequente àquela da formalização do pedido e as demais parcelas sempre no último dia útil de cada mês.

§ 1º A primeira parcela ou parcela única será paga por meio do Documento de Arrecadação do Município de São José - DAM, com código de barras, direcionando o crédito para a conta corrente mantida na Caixa Econômica Federal, previamente definida, documento que será impresso no momento da formalização do pedido de ingresso no PPB – REFIS, sendo as demais parcelas debitadas em conta corrente, quando for o caso.

§ 2º Integrará o valor da primeira parcela ou parcela única a tarifa de protocolo prevista no Anexo III da Lei nº 4.104, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 5º - A Administração Tributária poderá enviar ao sujeito passivo correspondência para o endereço de entrega constante do Cadastro Imobiliário Fiscal, informando os benefícios e opções de parcelamentos previstos no PPB - REFIS, para débitos tributários relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Taxa de Fiscalização de Posturas Urbanas – TFPU ou Imposto sobre Serviços – ISS.

§ 1º Na hipótese do "caput" deste artigo, será enviado documento de arrecadação com vencimento do tributo em parcela única.

§ 2º Caso tenha outros débitos não incluídos na correspondência tratada no "caput" deste artigo ou queira parcelar em outra opção de prazo, o sujeito passivo poderá desconsiderar a correspondência e ingressar no PPB - REFIS na forma do disposto no artigo 3º deste decreto.

§ 3º Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo o imóvel cuja dívida seja objeto de execução fiscal, ações judiciais, embargos à execução fiscal ou parcelamentos efetuados no âmbito da Procuradoria Geral do Município, cujos débitos poderão ser incluídos no PPB – REFIS na forma do disposto no artigo 3º deste decreto.

Art. 6º- A formalização do pedido de ingresso no PPB - REFIS implica a desistência:

I - automática das impugnações, defesas, recursos e requerimentos

administrativos que discutam o débito;
II - das ações e dos embargos à execução fiscal.

§ 1º A desistência das ações e dos embargos à execução fiscal deverá ser comprovada mediante a apresentação de cópia das petições de desistência devidamente homologadas, conforme modelo constante no Anexo IV deste decreto, até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da confirmação do ingresso no PPB - REFIS, devendo no caso das ações especiais ser comprovado também o recolhimento das custas e encargos, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da formalização do pedido de ingresso.

§ 2º A formalização do pedido de ingresso acarreta ainda na concordância expressa com a suspensão do processo de execução fiscal, pelo prazo do parcelamento a que se obriga, obedecendo-se à definição contida no artigo 792 do Código de Processo Civil.

§ 3º Liquidado o parcelamento nos termos deste decreto, o Município informará o fato ao juízo de execução fiscal e requererá a sua extinção com fundamento na mesma norma do Código de Processo Civil referido no parágrafo anterior.

Art. 7º - Sobre os débitos a serem incluídos no PPB - REFIS incidirão atualização monetária e juros de mora até a data da formalização do pedido de ingresso, nos termos da legislação aplicável.

§ 1º Para os débitos inscritos em Dívida Ativa incidirão também custas, despesas processuais e honorários advocatícios devidos em razão do procedimento de cobrança da Dívida Ativa, nos termos dos artigos 189 e 194 do Código Tributário Municipal.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior se aplica, quanto aos honorários, somente quando a verba honorária for fixada judicialmente, caso em que se observará a decisão judicial.

§ 3º Para fins de consolidação, o débito será considerado integralmente vencido à data da primeira prestação ou da parcela única não paga.

Art. 8º - Sobre os débitos consolidados na forma do artigo 7º, caput, deste decreto serão concedidos descontos diferenciados, na seguinte conformidade:

I - redução de 90% (noventa por cento) do valor dos juros de mora e da multa na hipótese de pagamento em parcela única;

II - redução de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros de mora e da multa para os casos de parcelamento em até 6 (seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas;

III - redução de 70% (setenta por cento) do valor dos juros de mora e da multa para os casos de parcelamento em até 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas;

IV - redução de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros de mora e da multa para os casos de parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas;

V - redução de 50% (cinquenta por cento) do valor dos juros de mora e da multa para os casos de parcelamento em até 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas;

Parágrafo único - Os honorários advocatícios devidos em razão da cobrança judicial das dívidas ativas incidirão sobre o saldo do débito apurado após a aplicação dos descontos de que trata este artigo e poderão ser parcelados em até 10 (dez) vezes, com o mesmo vencimento da parcela única ou das primeiras parcelas do parcelamento.

Art. 9º - O montante que resultar dos descontos concedidos na forma do artigo 8º deste decreto ficará automaticamente quitado, com a consequente anistia da dívida por ele representada, para todos os fins e efeitos de direito, em proveito do devedor, no caso de quitação do débito consolidado incluído no PPB - REFIS.

Art. 10 - As quitações totais ou as exclusões efetivadas no PPB - REFIS deverão ser contabilizadas no Sistema da Dívida Ativa no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados de suas ocorrências.

Art. 11 - O sujeito passivo poderá proceder ao pagamento do débito consolidado incluído no PPB - REFIS, com os descontos concedidos na conformidade do artigo 8º deste decreto:

I - em parcela única; ou

II - em até 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, hipótese em que o valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da formalização até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Parágrafo único. Nenhuma parcela poderá ser inferior a:

I - R\$ 50,00 (cinquenta reais) para as pessoas físicas;

II - R\$ 200,00 (duzentos reais) para as pessoas jurídicas.

Art. 12 - O pagamento da parcela fora do prazo legal implicará na atualização monetária com base na variação nominal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme determina o artigo 409 do Código Tributário Municipal, bem como na incidência de juros de mora calculados à taxa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês ou fração, com base no artigo 411 do Código Tributário Municipal.

Art. 13 - O ingresso no PPB - REFIS impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas na Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015, e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no artigo 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, no artigo 70, § 5º, do Código Tributário Municipal e no artigo 202, inciso VI, do Código Civil.

§ 1º A homologação do ingresso no PPB - REFIS dar-se-á no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

§ 2º O ingresso no PPB - REFIS impõe ao sujeito passivo, ainda, o pagamento regular das obrigações municipais, tributárias e não tributárias, com vencimento anterior à data de homologação de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 14 - O sujeito passivo será excluído do PPB - REFIS, sem notificação prévia, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas na Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015, bem como neste decreto;

II - não pagamento da parcela única ou da primeira parcela no seu vencimento conforme disposição do §2º do artigo 9º da Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015.

III - estar em atraso há mais de 90 (noventa) dias com o pagamento de qualquer parcela, inclusive a referente a eventual saldo residual do parcelamento;

IV - não comprovação da desistência e do recolhimento das custas e encargos de que trata o artigo 6º deste decreto;

V - decretação de falência ou extinção pela liquidação da pessoa jurídica;

VI - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio assumir solidariamente com a cindida as obrigações do PPB - REFIS.

§ 1º A exclusão do sujeito passivo do PPB - REFIS implica a perda de todos os benefícios deste Decreto, acarretando a exigibilidade dos débitos originais, com os acréscimos previstos na legislação municipal, descontados os valores pagos, e a imediata inscrição

dos valores remanescentes na Dívida Ativa, ajuizamento ou prosseguimento da execução fiscal, efetivação do protesto extrajudicial do título executivo e adoção de todas as demais medidas legais de cobrança do crédito colocadas à disposição do Município.

§ 2º O PPB - REFIS não configura a novação prevista no artigo 360, inciso I, do Código Civil.

Art. 15 - Os depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo somente poderão ser levantados para pagamento do débito, calculado na conformidade dos artigos 7º e 8º deste decreto, permanecendo no PPB - REFIS o saldo que eventualmente remanescer.

§ 1º O saldo devedor será abatido no momento do levantamento dos depósitos judiciais pela Procuradoria Geral do Município.

§ 2º Feito o abatimento, na conformidade deste artigo:

I - eventual saldo a favor do Município de São José permanecerá no PPB - REFIS, para pagamento na forma do programa;

II - eventual saldo a favor do sujeito passivo será restituído pelo próprio Juízo, nos autos judiciais respectivos.

§ 3º O sujeito passivo, através de petição nos autos judiciais, deverá autorizar a Procuradoria Geral do Município, por meio de seus Departamentos Fiscal ou Judicial, a efetuar o levantamento dos depósitos judiciais, conforme modelo constante no anexo V deste decreto.

§ 4º O abatimento de que trata este artigo será definitivo, ainda que o sujeito passivo seja, por qualquer motivo, excluído do PPB - REFIS.

Art. 16 - A expedição da certidão prevista no artigo 206 do Código Tributário Nacional e no artigo 197 do Código Tributário Municipal somente ocorrerá após a homologação do ingresso no PPB - REFIS e desde que não haja parcela vencida não paga.

Art. 17 - No caso de exclusão do PPB - REFIS, a Autoridade Administrativa determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, pela ordem:

I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria e, em segundo lugar, aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II - primeiramente, às contribuições de melhoria, após, às taxas e, por fim, aos impostos;

III - na ordem crescente dos prazos de prescrição;

IV - na ordem decrescente dos montantes.

Art. 18 - A Secretaria Municipal da Receita, ouvida a Procuradoria Geral do Município, expedirá as instruções complementares necessárias à implementação do disposto neste decreto.

Art. 19 - Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a não ajuizar ações ou execuções fiscais de débitos tributários e não tributários de valores consolidados iguais ou inferiores a R\$ 83,00 (oitenta e três reais), conforme dispõe o artigo 186, § 2º, do Código Tributário Municipal.

§ 1º O valor consolidado a que se refere o "caput" deste artigo é o resultante da atualização do respectivo débito originário, mais os encargos e os acréscimos legais ou contratuais vencidos até a data da apuração.

§ 2º Na hipótese de existência de vários débitos de um mesmo devedor, inferiores ao limite fixado no "caput" deste artigo que, consolidados por identificação de inscrição cadastral na Dívida Ativa, superarem o referido limite, deverá ser ajuizada uma única execução fiscal.

§ 3º Fica ressalvada a possibilidade de propositura de ação judicial

cabível nas hipóteses de valores consolidados inferiores ao limite estabelecido no "caput" deste artigo, a critério do Procurador Geral do Município.

Art. 20 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2015

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTONIO CARLOS VIEIRA

Secretário Interino da Receita

CLÓVIS RENATO SQUIO

Procurador-Geral do Município

ANEXO I

REQUERIMENTO/TERMO DE ADESÃO AO PPB - REFIS

(Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015)

Dívida não ajuizada

No do Acordo PPB - REFIS

Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal da Receita

Requerente _____

CPF/CNPJ _____

Endereço _____

Complemento _____

Bairro _____

Cidade _____

Estado _____

CEP _____ telefone _____

e-mail _____

Inscrição municipal _____

() mercantil () imobiliária

Representante legal da empresa _____

CPF/CNPJ _____

Endereço comercial _____

Complemento _____

Bairro _____

Cidade _____

Estado _____

CEP _____ telefone comercial _____

e-mail _____

REQUERIMENTO

O Contribuinte acima identificado requer o enquadramento do seu débito no Programa de Parcelamento com Benefícios PPB - REFIS instituído pela Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015, e regulamentado pelo Decreto nº 4.958, de 28 de agosto de 2015.

Pelo presente requerimento o Contribuinte reconhece os débitos constantes no relatório anexo e declara aceitar expressa e integralmente todas as normas e condições contidas na Lei nº 5.494/15, e regulamentado pelo Decreto nº 4.958, de 28 de agosto de 2015, para ingresso e permanência no Programa de Parcelamento com Benefícios PPB - REFIS do Município de São José.

São José (SC), _____

Contribuinte

ANEXO II**REQUERIMENTO/TERMO DE ADESÃO AO PPB - REFIS**

(Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015)

Dívida Ajuizada

No do Acordo PPB - REFIS

Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Receita

Requerente _____

CPF/CNPJ _____

Endereço _____

Complemento _____

Bairro _____

Cidade _____

Estado _____

CEP _____ telefone _____

e-mail _____

Inscrição municipal _____

() mercantil () imobiliária

Representante legal da empresa _____

CPF _____

Endereço comercial _____

Complemento _____

Bairro _____

Cidade _____

Estado _____

CEP _____ telefone comercial _____

e-mail _____

REQUERIMENTO

O contribuinte acima identificado requer o enquadramento do seu débito no Programa de Parcelamento com Benefícios PPB – REFIS instituído pela Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015, e regulamentado pelo Decreto nº 4.958, de 28 de agosto de 2015.

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO:

Reconheço os débitos constantes no relatório anexo e declaro aceitar expressa e integralmente todas as normas e condições contidas na Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015, e regulamentado pelo Decreto nº 4.958, de 28 de agosto de 2015, para ingresso e permanência no Programa de Parcelamento com Benefícios PPB - REFIS do Município de São José.

Declaro ainda, conforme artigo 3º, §1º, da Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015, concordar expressamente com a suspensão do(s) processo(s) de execução fiscal relativos aos débitos incluídos no PPB -REFIS, pelo prazo do parcelamento a que este Termo se refere, obedecendo-se à definição contida no artigo 792 do Código de Processo Civil.

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA:

Declaro, para fins de obtenção do benefício concedido pelo Programa de Parcelamento Com Benefícios PPB - REFIS, desistir expressamente de todas as impugnações, defesas e recursos administrativos ou judiciais relativos aos débitos incluídos no PPB REFIS, reconhecendo e confessando as respectivas dívidas, renunciando ao direito a que se fundam cada uma das ações, impugnações ou embargos, conforme Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 4.958, de 28 de agosto de 2015.

São José (SC), _____

Contribuinte

ANEXO III**AUTORIZAÇÃO PARADÉBITOEMCONTACORRENTE**

No do Acordo PPB - REFIS

Autorizo, por força do artigo 2º, §§ 4º e 5º, da Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015, o Banco _____ a debitar na minha conta corrente, a seguir discriminada, a parcela mensal do Programa de Parcelamento com Benefícios PPB – REFIS em favor da Município de São José (CEF, Agência xxxx; c/c xxxxxxxx).

Dados da minha conta corrente:

Banco _____ Código do Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Nome do Contribuinte: _____

CPF/CNPJ: _____

São José (SC), _____

Contribuinte

ANEXO IV**TERMO DE DESISTÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E/OU AÇÃO JUDICIAL**

(Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015)

No do Acordo PPB - REFIS

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (2ª instância judicial)

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(íza) da Vara dos Feitos da Fazenda Pública e Execução Fiscal da Comarca de São José (SC) (1ª instância judicial)

Ilustríssimo Senhor Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes (2ª instância administrativa)

Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Receita (1ª instância administrativa)

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO OU JUDICIAL: _____

NOME DO CONTRIBUINTE, já devidamente qualificado no Termo de Adesão (ANEXO II), vem perante Vossa Senhoria declarar que renuncia ao(s) direito(s) discutido(s) nos presentes autos e sobre o(s) qual(is) se funda a presente pretensão, na forma do disposto no inciso V, do art. 269, da Lei Federal nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC).

Nestes Termos,
Requer Deferimento.

São José (SC), ____/____/____

Contribuinte ou Representante Legal

Advogado do Contribuinte

OAB/____

ANEXO V**TERMO DE CONCORDÂNCIA DE LEVANTAMENTO DE VALORES DEPOSITADOS JUDICIALMENTE**

(Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015)

No do Acordo PPB - REFIS

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (2ª instância judicial)
Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(iza) da Vara dos Feitos da Fazenda Pública e Execução Fiscal da Comarca de São José (SC) (1ª instância judicial)

Nº DO PROCESSO JUDICIAL: _____

NOME DO CONTRIBUINTE, já devidamente qualificado no Termo de Adesão (ANEXO II), vem perante Vossa Senhoria declarar que concorda como levantamento efetuado pela Procuradoria Geral do Município de São José dos valores depositados no presente processo a fim de proceder ao pagamento do acordo efetuado no âmbito do Programa de Parcelamento com Benefícios PPB – REFIS instituído pela Lei nº 5.494, de 13 de julho de 2015, e regulamentado pelo Decreto nº 4958, de 28 de agosto de 2015.

Nestes Termos,
Requer Deferimento.

São José (SC), ____/____/____

Contribuinte ou Representante Legal

Advogado do Contribuinte
OAB/____

DECRETO Nº 4960/2015

DECRETO Nº 4960/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.452.0106.2.513 – Limpeza de Vias Públicas, Praças, Parques e Jardins

912 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 2.600.000,00
Total desta Atividade R\$ 2.600.000,00
Total do Órgão R\$ 2.600.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 2.600.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.040 – Aquisição de Equipamentos Rodoviários

802 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 182.000,00
Total deste Projeto R\$ 182.000,00

14.01.15.451.0106.1.150 – Construção/ Recuperação/ Manutenção de
Canais/ Galerias/Macro Drenagem
828 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 20.779,75
Total deste Projeto R\$ 20779,75

14.01.15.451.0106.1.540 – Pavimentação de Ruas

835 – 4.4.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 45.800,84
841 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 199.473,68
Total deste Projeto R\$ 245.274,52

14.01.15.452.0106.2.020 – Serviço de Limpeza Pública

901 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 80.073,00
903 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 861.074,19
Total desta Atividade R\$ 941.147,19

14.01.15.451.0106.2.022 – Construção, Conservação de Estradas Vicinais,
Pontes e Pontilhões
855 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 120.000,00
856 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 70.000,00
858 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 35.024,03
Total desta Atividade R\$ 225.024,03

14.01.15.451.0106.2.023 – Manutenção das Vias Urbanas

859 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 130.000,00
861 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 298.369,85
Total desta Atividade R\$ 428.369,85

14.01.15.451.0106.2.035 – Manutenção da Frota Municipal

864 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 542.704,66
Total desta Atividade R\$ 542.704,66

14.01.15.451.0106.2.205 – Elaboração e Execução de Projetos

869 – 4.4.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 14.700,00
Total desta Atividade R\$ 14.700,00
Total do Órgão R\$ 2.600.000,00
Total da Anulação R\$ 2.600.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 010, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 010, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

Institui Grupo de Estudos Técnicos para discussão a respeito dos resíduos da construção civil utilizados para fins de aterro.

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, e:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.305/10, em seu artigo 48, veda a fixação de habitações temporárias ou permanentes nas áreas de disposição final de resíduos e rejeitos;

CONSIDERANDO que o artigo 48, da Lei Federal nº 12.305/10, não classifica os resíduos ou rejeito;

CONSIDERANDO ser prática comum e aceitável, do ponto de vista técnico, a utilização dos resíduos provenientes da construção civil para aterros;

CONSIDERANDO a demanda existente nesta Fundação de processos administrativos para licenciamento de habitações em áreas aterradas com resíduos da construção civil;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Grupo Técnico de Estudos – GTE com o objetivo de elaborar recomendação técnica quanto a possibilidade de utilização de resíduos da construção civil para fins de aterro.

Art. 2º Designar para compor o Grupo Técnico de Estudos:

a) Djema Maria Cristiano, Engenheira Sanitarista, matrícula nº 41564-2;

b) Rodrigo Brum Duarte, Geólogo, matrícula 41565-0

Parágrafo primeiro. Poderão integrar o Grupo Técnico de Estudos convidados de outros órgãos ambientais, a citar: Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis - FLORAM, Fundação Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA, Secretaria de habitação e Saneamento de Florianópolis e Companhia Melhoramentos da Capital – COMCAP;

Parágrafo segundo. O Grupo Técnico de Estudos será coordenado pelo Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Moacir da Silva, Decreto 4411/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, comunique-se e cumpra-se.

São José, 25 de agosto de 2015.

MOACIR DA SILVA

Superintendente da FMADS/SJ

Decreto Municipal nº 4411/2015

PORTARIA Nº 026/2015/SF

PORTARIA Nº 026/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com

os artigos 32 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 5.407.015,00 (cinco milhões, quatrocentos e sete mil e quinze reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

224 – 3.1.90.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,

Recursos Ordinários – Educação R\$ 120.000,00

Total desta Atividade R\$ 120.000,00

Total do Órgão R\$ 120.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.271.0105.2.075 – Encargos Previdenciários

2156 – 3.1.90.13.00.00.0080 – Obrigações Patronais,

Recursos Próprios R\$ 600.000,00

Total desta Atividade R\$ 600.000,00

Total do Órgão R\$ 600.000,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

1472 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 3.500.000,00

1483 – 3.1.91.13.00.00.0082 – Obrigações Patronais,

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 1.187.015,00

Total desta Atividade R\$ 4.687,015,00

Total do Órgão R\$ 5.407.015,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 5.407.015,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 5.407.015,00 (cinco milhões, quatrocentos e sete mil e quinze reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

222 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação Por Tempo Determinado

Recursos Próprios R\$ 120.000,00

Total desta Atividade R\$ 120.000,00

Total do Órgão R\$ 120.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.11.331.0105.2.080 – Vale – Transporte – Pessoal Civil,

2161 -3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 400.000,00

Total desta Atividade R\$ 400.000,00

30.01.04.123.0105.2.266 – Ressarcimentos Devoluções e Indenizações

2148 – 3.1.90.96.00.00.0080 – Ressarcimento de despesas de Pessoal Requisitado,
Recursos Próprios R\$ 110.000,00
Total desta Atividade R\$ 110.000,00

30.01.04.123.0105.2.268 – Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

2154 – 3.3.90.47.00.00.0080 – Obrigações Tributárias e Contributivas,
Recursos Próprios R\$ 90.000,00
Total desta Atividade R\$ 90.000,00
Total do Órgão R\$ 600.000,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

1466 – 3.1.90.04.00.00.0082 – Contratação Por Tempo Determinado
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 3.500.000,00
1477 – 3.1.90.13.00.00.0082 – Obrigações Patronais,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 400.000,00
1478 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 212.700,00
1481 – 3.1.90.92.00.00.0082 – Despesas de Exercícios Anteriores,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 221.615,00
1482 – 3.1.90.94.00.00.0082 – Indenização e Restituições Trabalhistas,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 140.000,00
1484 – 3.3.90.05.00.00.0082 – Outros Benefícios Previdenciários,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 106.350,00
1507 – 3.3.90.46.00.00.0082 - Auxílio-Alimentação,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 106.350,00
Total desta Atividade R\$ 4.687.015,00
Total do Órgão R\$ 5.407.015,00
Total da Anulação R\$ 5.407.015,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de agosto de 2015.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 1.259 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 1.259 de 26 de Agosto de 2015
INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 019653/2015, relativo a ato disciplinar do servidor A.P.N. e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem

necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Elizete Porcia Meira Vieira, Lenice Lucia Cauduro da Silva, para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 26 de Agosto de 2015
Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1.260 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 1.260 de 26 de Agosto de 2015
INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 019652/2015, relativo a ato disciplinar do servidor J.M.S. e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Terezinha de Souza, Izoete Julita Venâncio, para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 26 de Agosto de 2015
Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº 029/2015/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 029/2015/CMAS
APROVA OS PLANOS DE APLICAÇÃO DOS SALDOS REMANESCENTES EM 31/12/2014 DOS RECURSOS REPASSADOS PELO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS E FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na reunião plenária ordinária de 13 de agosto de 2015;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando Ofício 0361/2015/SAS – encaminha os Planos de

Aplicação dos Saldos Remanescentes em 31/12/2014 dos recursos do FNAS e FEAS

Considerando Ofício 0819/2015/SAS - encaminha Plano de Aplicação do Saldo Remanescentes em 31/12/2014 do IGD SUAS e Plano de aplicação do Saldo Remanescente em 31/12/2014 do PTMC;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Aplicação dos Saldo Remanescentes em 31 de dezembro de 2014 para execução em 2015, dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social- FNAS conforme segue:

1- IGD SUAS: Objetivo: a) Aquisição de mobiliário para Diretoria de Gestão do SUAS, 04 cadeiras giratórias com braço para a mesa de reunião, 02 armários tipo estante, 01 armário 2 portas, 01 armário pequeno de duas portas para impressora, 01 quadro branco 2,00x1,00. b) Pagamento de inscrição e diárias para participação de servidores técnicos em capacitações; Valor Total Projeto: R\$ 13.256,54 (treze mil duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos);

2- ACESSUAS Trabalho: Objetivo: a) Utilização dos recursos para pagamento dos salários aos técnicos, Assistentes Sociais e psicólogos, contratados exclusivamente para exercerem as atividades do Programa nos CRAS do município; b) Aquisição de materiais de consumo e matérias informativos exclusivos para execução e divulgação do Pronatec no município: Valor Total Projeto: R\$232.162,88 (duzentos e trinta e dois mil cento sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos);

3- ACEPETI: Objetivo: a) Utilização dos recursos para pagamento do salário do técnico, Assistente Social, exclusivamente para exercerem as atividades do programa PETI, no município de São José; b) Capacitação intersetorial dos profissionais, visando à garantia de proteção integral à criança e o adolescente; c) Material impresso para divulgar os agravos relacionados ao trabalho infantil; d) Campanhas educativas e de sensibilização, para contribuir na erradicação do trabalho infantil no município: Valor Total Projeto: R\$ 51.029,51 (cinquenta e um mil, vinte e nove reais e cinquenta e um centavos);

4- PVMC: Objetivo: a) Aquisição de material de consumo para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para crianças e Adolescentes da Secretaria de Assistência: Valor Total Projeto: R\$12.707,31 (doze mil setecentos e sete reais e trinta e um centavos);

5- Piso Básico de Transição – PBTR - Objetivo: a) Aquisição de matérias de consumo para o CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e Adolescentes da Secretaria de Assistência Social: Valor Total Projeto: R\$ 25.081,21 (vinte e cinco mil, oitenta e um reais e vinte e um centavos);

6- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - Objetivos: a) Aquisição de materiais de consumo para CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e Adolescentes da Secretaria de Assistência Social: Valor Total Projeto: R\$ 62.525,43 (sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e três centavos);

7- Piso Básico Variável II – PBVII - Objetivo: a) Custeio dos serviços de Proteção social Básica: pagamento de faturas de água, luz e telefone dos CRAS e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; b) Aquisição de material de consumo para os CRAS e SCFV para crianças e adolescentes da SAS: Valor Total Projeto: R\$ 40.537,36 (quarenta mil, quinhentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos);

8- Piso básico Fixo – PBFI – Objetivo: a) Aquisição de materiais de

consumo para o CRAS: Valor Total Projeto: R\$ 129,24 (cento e vinte e nove reais e vinte e quatro centavos);

9- Piso Fixo de Média Complexidade – PPMC – Objetivo: a) Aquisição de Materiais de Consumo para o CREAS e Centro Pop: material de expediente, material pedagógico, brinquedos, lanches para as oficinas e atividades em grupo, material esportivo, uniformes, material gráfico, insumos para os equipamentos como copos para água, copos para café, café, açúcar, material de higiene como papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, dentre outros; b) Contratações de pessoa jurídica para reparos, consertos, revisões, pinturas, adaptação para acessibilidade, rebocos, manutenção de rede elétrica e hidráulica, troca de pisos e outras manutenções na unidade do CREAS e Centro Pop; contratação de pessoa física para realização de capacitação para os trabalhadores do CREAS e Centro Pop; c) Pagamento de despesas com gasolina, água, energia elétrica, telefone e internet para funcionamento do CREAS e Centro Pop; d) Locação de veículos para oferta dos serviços do CREAS e Centro Pop; e) Locação de imóvel exclusivo para o Centro Pop; f) Pagamento da folha de servidores considerando o valor de até 60% do repasse dos pisos; Valor Total Projeto: R\$ 689.282,02 (seiscentos e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e dois centavos);

10- Piso Fixo de Média Complexidade 3- Objetivo: a) Aquisição de matérias de consumo para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e Centro Pop; b) Pagamento de despesas com gasolina, água, energia elétrica, telefone e internet para funcionamento dos serviços; c) Pagamento de inscrição para cursos de capacitação para equipe técnica; d) Educação Permanente: Valor Total Projeto: R\$ 52.610,74 (cinquenta e dois mil seiscentos e dez reais e setenta e quatro centavos);

11- Piso de alta Complexidade II – Pop de Rua: Objetivo: a) Aquisição de materiais de consumo, higiene pessoal e materiais de limpeza destinados ao serviço de acolhimento institucional para pessoa em situação de rua; b) Pagamento de despesas com gasolina, água, energia elétrica, telefone e internet para funcionamento dos serviços; c) Pagamento de inscrições para cursos de capacitação para equipe técnica, d) Educação Permanente: Valor Total Projeto: R\$ 79.852,86 (setenta e nove mil oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos);

12- Piso de Alta Complexidade I – Criança e Adolescente – Objetivo: a) Aquisição de materiais de consumo, higiene pessoal, limpeza, alimentação destinados aos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes mantidos pelo município de São José; b) Pagamento de despesas com gasolina, água, energia elétrica, telefone e internet para funcionamento dos serviços; c) Pagamento de inscrições para cursos de capacitação para equipe Técnica; d) Educação Permanente; e) Pagamento de pessoa físicas ou jurídicas que desenvolvam oficinas para as crianças e adolescentes com atividades com lúdicas como grupos de teatro, de dança, turma da alegria, música, dentre outras atividades pontuais: Valor Total Projeto :R\$ 91.449,33 (noventa e um mil quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos);

Art. 2º - Aprovar o Plano de Aplicação dos Saldo Remanescentes em 31 de dezembro de 2014 para execução em 2015, dos recursos repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS conforme segue:

1- FEAS – Custeio de Benefícios Eventuais – Objetivo: a) Cofinanciar os benefícios eventuais: Valor Total Projeto: R\$ 2.771,34 (dois mil setecentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos);

2- FEAS Custeio – Proteção Social Especial – Alta Complexidade – Objetivos: a) Aquisição de materiais de expediente e consumo para os serviços de acolhimento institucional do município: Acolhimento para crianças e adolescentes e acolhimento para pessoa

em situação de rua; b) Aquisição de materiais lúdicos, pedagógicos, culturais e esportivos; c) Aquisição de materiais de limpeza e higiene; d) Locação de Automóveis; e) Pagamento de aluguel de espaço próprio para serviços de acolhimento; f) Contratação de pessoa física ou jurídica, por tempo determinado, para a realização de levantamento/ diagnóstico das vulnerabilidades, das violações de direitos e riscos sociais do município; g) Pagamento de inscrição, hospedagem e alimentação em capacitação com temas pertinentes ao SUAS e /ou temas que contribuam para melhoria da capacidade técnica e execução dos serviços; h) Pagamento de serviços de água, luz, telefone e internet em imóveis exclusivos dos serviços de acolhimento: Valor Total Projeto: R\$ 145.359,57 (cento e quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos);

3- FEAS – Custeio Proteção Social Básica – Objetivo: a) Aquisição de materiais de expediente e consumo para o CRAS e SCFV; b) Aquisição de materiais lúdicos, pedagógicos, culturais e esportivos; c) Aquisição de materiais de limpeza e higiene; d) Locação de automóveis; e) Pagamento de aluguel de espaço próprio para CRAS; f) Contratação de pessoa física ou jurídica, por tempo determinado, para realização de levantamento/diagnóstico das vulnerabilidades, das violações de direitos e riscos sociais do município; g) Pagamento da Inscrição, hospedagem e alimentação em capacitações com temas pertinentes ao SUAS e/ou temas que contribuam para a melhoria da capacitação técnica e execução dos serviços; h) Pagamento de serviços de água, luz, telefone e internet em imóveis exclusivos do CRAS e SCFV: Valor Total Projeto: R\$ 98.448,88 (noventa e oito mil quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos);

4- FEAS Investimento – Proteção Social Especial – Alta Complexidade: Objetivo: a) Aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e pessoa em situação de rua; b) Aquisição de automóvel para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e pessoa em situação de rua; c) Aquisição de mobiliária e utensílios para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e pessoa em situação de rua: Valor do Projeto: R\$ 122.091,48 (cento e vinte e dois mil noventa e um reais e quarenta e oito centavos);

5- FEAS Investimento – Proteção Social Especial – Média Complexidade: Objetivo: a) Aquisição de equipamentos eletrônicos e de informática para o CREAS e Centro Pop; b) Aquisição de mobiliário e utensílios para o CREAS e Centro Pop: Valor Total Projeto: R\$ 55.727,75 (cinquenta e cinco mil setecentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos);

6- FEAS Custeio – Proteção Social de Média Complexidade – Objetivo: a) Aquisição de materiais de expediente e consumo para o CREAS e Centro Pop; b) Aquisição de lúdicos, pedagógicos, culturais e esportivos; c) Aquisição de materiais de limpeza e higiene para o CREAS e Centro Pop; d) Locação de automóveis; e) Pagamento de Aluguel de espaço próprio para CREAS e Centro Pop; f) Contratação de pessoa física ou jurídica, por tempo determinado, para realização de levantamento/ diagnóstico das vulnerabilidades, das violações de direitos e riscos sociais do município; g) Pagamento da inscrição, hospedagem e alimentação em capacitações com temas pertinentes ao SUAS e ou temas que contribuam para melhoria da capacidade técnica e execução dos serviços; h) Pagamento de serviços de água, luz telefone e internet em imóveis exclusivos do CREAS e Centro Pop: Valor Total Projeto: R\$ 53.093,35 (cinquenta e três mil noventa e três reais e trinta e cinco centavos)

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José(SC), 13 de agosto de 2015.
CESAR MAXIMILIANO SIMÕES
Conselheiro Presidente

TERMO ADITIVO/TA Nº 530/2011-07 – PREGÃO 088/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 530/2011-07 – Pregão 088/2011 – Processo 166/2011 – Contratado: ANGÁ ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada no preparo da Alimentação Escolar, com fornecimento de todos os gêneros alimentícios, pessoal e demais necessidades apresentadas no Termo de Referência, para atender ao Programa de Merenda Escolar nas Unidades Escolares de Responsabilidade do Município de São José/SC. Reequilíbrio Econômico-Financeiro: fica repactuação o Contrato nº 530/2011 com fundamento nas Convenções Coletivas de Trabalho 2014/2014 e 2015/2015, as quais unificadas correspondem a 5,67% com incidência a partir de 01/01/2015. Valor do Contrato: O valor do Contrato nº 530/2011, que era de R\$ 9.249.572,19 (nove milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quinhentos e setenta e dois reais e dezenove centavos), vigorará com o valor total de R\$ 9.774.022,92 (nove milhões, setecentos e setenta e quatro mil, vinte e dois reais, noventa e dois centavos), retroagindo seus efeitos a partir de 01/01/2015. Data da assinatura: 12 de agosto de 2015.

TERMO ADITIVO/TA Nº 530/2011-08 – PREGÃO 088/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 530/2011-08 – Pregão 088/2011 – Processo 166/2011 – Contratado: ANGÁ ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada no preparo da Alimentação Escolar, com fornecimento de todos os gêneros alimentícios, pessoal e demais necessidades apresentadas no Termo de Referência, para atender ao Programa de Merenda Escolar nas Unidades Escolares de Responsabilidade do Município de São José/SC. Prorrogação de Prazo: o Contrato nº 530/2011 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses. Data da assinatura: 12 de agosto de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N.441 DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº. 441, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

REGULAMENTA O REGIME DE ADIANTAMENTO INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 3.401, DE 26 DE OUTUBRO DE 1999.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º O Regime de adiantamento previsto no art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, instituído pela Lei Municipal nº 3.401, de 26 de Outubro de 1999 e alterações posteriores no âmbito da Câmara Municipal de São José observará o disposto nesta Resolução.

Art. 2º O adiantamento será concedido preferencialmente a servidor efetivo do quadro da Câmara Municipal e não poderá exceder, por exercício, a duas vezes o valor da dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços.

Art. 3º O regime de adiantamento consiste na entrega de numerário ao servidor, sempre precedido de empenho na dotação própria, para o fim de custear despesas que possam se enquadrar nas situações descritas nos incisos deste artigo, observando-se o limite individual mensal estabelecido pela Lei Municipal nº 3.401, de 26 de Outubro de 1999 e alterações posteriores:

I - despesa extraordinária, excepcional e urgente de qualquer natureza, inclusive com conservação e manutenção, visando atender necessidades da Câmara Municipal de São José que não possam se submeter ao regime ordinário da despesa pública;

II – despesas judiciais;

RESOLUÇÃO Nº. 441, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

III - despesas com inscrição de servidor em cursos ou seminários de relevante interesse para a Câmara;

IV - demais despesas de pronto pagamento.

Art. 4º Os recursos de adiantamento serão depositados em conta bancária específica vinculada, movimentados por ordem bancária, transferência eletrônica do numerário ou cheque nominal e cruzado, exclusivamente pelo servidor formalmente designado para gerir os recursos correspondentes.

§ 1º A conta bancária deverá ser identificada com o nome da Câmara Municipal, acrescido da expressão "Adiantamento" e, sempre que possível, do nome do responsável pelo adiantamento.

§ 2º A realização de saques para pagamentos em espécie será admitida apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

§ 3º Decorrido o prazo de aplicação, os recursos de adiantamentos ou saldos destes não aplicados no objeto serão imediatamente recolhidos à conta bancária de origem juntamente com as eventuais rendas de aplicações financeiras.

§ 4º A conta bancária que deixar de ser movimentada deve ser imediatamente encerrada, sendo vedada a sua reutilização para outros fins ou sua movimentação por outro servidor.

Art. 5º Não serão concedidos recursos financeiros a título de adiantamento:

I – para despesas já realizadas e para despesas maiores do que as quantias adiantadas;

II – ao servidor que:

RESOLUÇÃO Nº. 441, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;

b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;

c) tenha dado causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;

d) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos;

e) dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão do controle interno ou externo para regularizar a prestação de contas.

Art. 6º O repasse dos recursos para atender as despesas pelo regime de adiantamento deve ser autorizado pelo Presidente, em requisição contendo as seguintes informações:

I - nome, matrícula, cargo do responsável pelo adiantamento;

II – indicação do valor a ser concedido e da finalidade;

III – fundamentação legal;

IV – indicação da dotação orçamentária;

V - assinatura do responsável.

Art. 7º O responsável pelo adiantamento não pode utilizar os recursos correspondentes para cobrir despesas realizadas fora do prazo de aplicação, bem como para atender a despesas distintas de suas finalidades.

Art. 8º O responsável pelo adiantamento deve zelar pela boa e regular aplicação dos recursos e apresentar a respectiva prestação de contas no prazo de 90 dias contados da data do recebimento dos recursos.

1º Os documentos que devem compor a prestação de contas de recursos concedidos a título de adiantamento serão autuados sob a responsabilidade da Diretoria de Administração, constituindo processo administrativo, com folhas sequencialmente numeradas em ordem cronológica.

RESOLUÇÃO Nº. 441, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

§ 2º A prestação de contas será organizada de forma individualizada por empenho ou nota de liquidação e corresponderá ao valor integral do recurso recebido.

§ 3º A prestação de contas deve conter os documentos discriminados no Anexo V da Instrução Normativa TC. N 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 9º São comprovantes regulares da despesa pública no regime de adiantamento as primeiras vias dos documentos fiscais definidos na legislação tributária.

§ 1º O documento fiscal, para fins de comprovação da despesa, deve indicar:

I – a data de emissão, o nome, o endereço e o número do CPF ou do CNPJ do destinatário, conforme o caso;

II – a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III – os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável pelo adiantamento deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada a sua vinculação com o objeto do adiantamento.

Art. 10 Será admitido recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

RESOLUÇÃO Nº. 441, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Parágrafo único. O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago (numérico e por extenso) e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

Art. 11. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Art. 12. Os documentos comprobatórios de despesas realizadas pelo regime de adiantamento devem ser nominais à Câmara Municipal de São José, observando-se os requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação fiscal.

Art. 13. Os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços devem conter o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

Art. 14. Todos os adiantamentos ou saldos destes não aplicados até 31 de dezembro serão imediatamente recolhidos aos cofres da Câmara Municipal.

Art. 15. Não será permitida a substituição do responsável por adiantamento cujo prazo de prestação de contas não esteja concluída.

Art. 16. O responsável por adiantamento que se desligar da Câmara Municipal deverá apresentar antes da publicação do ato de dispensa a prestação de contas de adiantamentos que tiver, sob pena do trancamento das verbas rescisórias a que tiver direito, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais correspondentes.

Art. 17. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta do Orçamento vigente.

RESOLUÇÃO Nº. 441, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, 28 de agosto de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 441, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

ANEXO I

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO

- I - Documentos de requisição;
- II - Balancete de prestação de contas;
- III - Nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houver;
- IV - Extrato da conta bancária com a movimentação completa do período;
- V - Documentos comprobatórios das despesas;
- VI - Comprovantes das transações bancárias ou fotocópias dos cheques;
- VII - Guia de recolhimento do saldo não utilizado, se houver.
- VIII - Relatório detalhado da utilização dos recursos com justificativa fundamentada da necessidade de utilização de cheques ou do pagamento de despesas em espécie.

RESOLUÇÃO N.442 DE 2015

RESOLUÇÃO Nº. 442, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

DISCIPLINA A CONCESSÃO DE FÉRIAS E LICENÇA PRÊMIO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º As férias anuais dos servidores da Câmara Municipal de São José deverão ser usufruídas nos meses de janeiro e julho, conforme escala a ser elaborada pelo Diretor de Administração, até o último dia útil do mês de novembro de cada ano.

Art. 2º Na elaboração da escala de férias, a Diretoria de Administração deve observar as normas estabelecidas na Lei Municipal nº 2.248, de 20 de março de 1991 e nesta Resolução, lembrando que:

I - A cada interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício em cargo efetivo ou comissionado, o servidor da Câmara Municipal de São José terá direito a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

II - Não será exigido o período aquisitivo de 12 meses de efetivo exercício de servidor oriundo de outro órgão público do Município que ingressar em cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Câmara, desde que essa condição já tenha sido cumprida no cargo anterior e o servidor não tenha recebido indenização de férias proporcionais.

III - O servidor licenciado ou afastado fará jus às férias relativas ao exercício em que se der o seu retorno.

IV - O servidor pode acumular até dois períodos de férias, no caso de necessidade de serviço devidamente justificada pela chefia imediata e acolhida pelo Presidente.

V - Na hipótese em que o período das férias programadas coincidir, parcial ou totalmente, com o período de licenças ou afastamentos legalmente instituídos, as férias do

RESOLUÇÃO Nº. 442, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

exercício correspondente serão reprogramadas, vedada a acumulação para o exercício seguinte.

VI - A vedação do inciso V não se aplica às licenças à gestante, paternidade e a decorrente de adoção.

VII - Nos termos do art. 97 da Lei Municipal nº 2.248, de 20 de março de 1991, as férias poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pelo Presidente, sendo que o restante do período interrompido será usufruído de uma só vez, antes da utilização do período subsequente.

VIII - As férias dos servidores da Câmara não serão interrompidas em virtude de necessidades particulares, licença para tratamento de saúde do servidor ou de pessoa da família, licença de luto, gala ou congêneres.

IX - Ressalvados os casos previstos de interrupção, não é permitida a concessão de licença ou afastamento, a qualquer título, durante o período das férias, sendo considerados como licença ou afastamentos os dias que excederem o período das férias.

X - O adicional de férias corresponderá a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias e será depositado na conta corrente do servidor juntamente com o salário do mês anterior ao mês em que o servidor usufruir as férias.

Art. 3º As férias de servidores requisitados/cedidos seguem as regras do respectivo órgão de origem, observado a escala da Câmara quando possível.

Art. 4º A escala de férias anual será publicada no Diário Oficial do Município, dispensando-se o envio de Notificações de Férias aos servidores e a edição de ato administrativo individual.

Art. 5º O Departamento de Recursos Humanos é responsável pelo

controle das férias, devendo adotar as providências necessárias para que o período de férias dos

RESOLUÇÃO Nº. 442, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

servidores convocados para exercer atribuições em comissões de licitação e outras ou para participarem de cursos, palestras etc., não coincida com o período de afastamento.

Art. 6º Os servidores da Câmara Municipal ocupantes de cargo efetivo e comissionado receberão, no momento da extinção do vínculo, a título de indenização, o valor correspondente às férias integrais e proporcionais na proporção de um doze avos de efetivo exercício ou fração superior a quatorze dias, independente de lei municipal. (Prejulgado 1452 do Tribunal de Contas do Estado).

Art. 7º O servidor estatutário que requerer sua exoneração do quadro da Câmara para assumir outro cargo público no Município ou na própria Câmara, não acumulável, não fará jus à indenização ou ao pagamento antecipado do décimo terceiro salário e férias proporcionais, bem como do terço constitucional, os quais lhes serão pagos pelo órgão público respectivo. (Prejulgado 1452 do Tribunal de Contas do Estado).

Art. 8º As licença-prêmio não serão interrompidas em virtude de necessidades particulares, licença para tratamento de saúde do servidor ou de pessoa da família, licença de luto, gala ou congêneres.

Art. 9º. A solicitação para gozo de licença-prêmio deverá ser efetuada com no mínimo 15 dias de antecedência.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, 28 de agosto de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.86/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº86/2015
REGISTRO DE PREÇO
AVISO/ALTERAÇÃO DA DATA

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 86/2015, Edital de Pregão Nº 86/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preço para aquisição de toner compatível e cartucho de tinta compatível para uso nas impressoras do centro administrativo municipal. O Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação foi adiado para até às 09:00 horas do dia 03/09/2015. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 03/09/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 020/2015 - PR Nº 016/2015 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/09/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVATO DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CEO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. . Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste 28/08/2015

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 123/2015 - PR Nº 082/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/09/2015, às 10:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PREDIAL PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E SEGUROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 28 de agosto de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.159, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 5.159, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional

suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU			
09.01	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU			
15.451.4511.2.034 .3.3.9.0.00		106	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00
.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU			
09.01	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU			
15.451.4511.2.034 .3.1.9.0.00		101	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00
.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de agosto de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 008, de 07 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KD80, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7572, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 009, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 009, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 009, de 01 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393GG3S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7415, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 011, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 011, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 011, de 07 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KD11, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7515, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 013, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 013, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 013, de 07 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TC9W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7618, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 018, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 018, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 018, de 07 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KB9Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7557, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 022, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 022, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 022, de 07 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393K474, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7510, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 028, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 028, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 028, de 07 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KG9E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7521, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 030, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 030, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 030, de 07 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KR4M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7490, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 032, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 032, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 032, de 07 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KZ5F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7502, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 034, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 034, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 034, de 12 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KH08, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7566, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 038, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 038, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 038, de 07 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393VZ8Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7504, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 046, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 046, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 046, de 07 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V48H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7862, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 050, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 050, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 050, de 01 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KD95, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7517, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 050, DE 07 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 050, DE 07 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 050, de 07 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KC1Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7468, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 145, DE 08 DE ABRIL DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 145, DE 08 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 145, de 08 de abril de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703M50, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10240, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 184, DE 15 DE MAIO DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 184, DE 15 DE MAIO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 184, de 15 de maio de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KY1S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7590, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 196, DE 15 DE MAIO DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 196, DE 15 DE MAIO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 196, de 15 de maio de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TC5C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7617, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 210, DE 15 DE MAIO DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 210, DE 15 DE MAIO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 210, de 15 de maio de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394VT2Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7694, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 217, DE 15 DE MAIO DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 217, DE 15 DE MAIO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 217, de 15 de maio de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394VR3P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7629, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 296, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 296, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 296, de 01 de setembro de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V44X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7861, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 297, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 297, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 297, de 01 de setembro de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TS0Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7623, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 298, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 298, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 298, de 01 de setembro de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V50G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7793, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17/08/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2015, DE 18 DE AGOSTO DE 2015 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2015, DE 18 DE AGOSTO DE 2015 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 018/2015, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015 e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Fundação Hospitalar São Lourenço, CNPJ nº 86.223.864/0001-98.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO ATRAVÉS DO HOSPITAL DA FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC; PARA PACIENTES ENCAMINHADOS.

Valor: R\$ 317.904,00 (trezentos e dezessete mil, novecentos e quatro reais), correspondente a 1.200 (um mil e duzentos) atendimentos.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação, na Contadoria Geral do Município, da respectiva nota fiscal, acompanhada dos comprovantes de pagamento dos salários, e quitação dos demais encargos trabalhistas (FGTS, INSS) concernente ao mês de referência anterior ao do respectivo pagamento. Recursos Financeiros: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015 do Fundo Municipal de Saúde.

Dotações Orçamentárias:

D - 11/2015 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.01.

0002 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública;

D - 29/2015 - 13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.01.

0038 - Bloco Média e Alta Complexidade;

D - 30/2015 - 13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.01.

0002 - Bloco Média e Alta Complexidade.

Data de Assinatura: 18/08/2015.

Vigência: de 18/08/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Valentim Casagrande de Macedo - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2015, DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2015, DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 092/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 058/2015 e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Metalúrgica Gracioli Ltda. ME, CNPJ sob o nº 06.227.273/0001-50.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS METÁLICOS PARA ACONDICIONAMENTO DE EPI'S DE COMBATE A INCÊNDIO DESTINADOS AO QUARTEL DO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de, no máximo, 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária:

D - 30/2015 - 06.01.06.122.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.00.

00.01.0000 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.

Data de Assinatura: 14/08/2015.

Vigência: 14/08/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Odimar Antoninho Gracioli - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2015, DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2015, DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 106/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 071/2015 e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Ideal Seg Comércio de Equipamentos e Serviços de Segurança Ltda. ME, CNPJ sob o nº 10.416.895/0001-01.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E VENTILADOR DE COMBATE À INCÊNDIO E COMBUSTÃO PARA UTILIZAÇÃO DO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de, no máximo, 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária:

D - 30/2015 - 06.01.06.122.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.

Data de Assinatura: 14/08/2015.

Vigência: 14/08/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Mara Regina Prates de Oliveira Albanes - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2015, DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2015, DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 106/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 071/2015 e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TECNISUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. EPP, CNPJ sob o nº 02.846.684/0001-72.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E VENTILADOR DE COMBATE À INCÊNDIO E COMBUSTÃO PARA UTILIZAÇÃO DO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de, no máximo, 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária:

D - 30/2015 - 06.01.06.122.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.

Data de Assinatura: 14/08/2015.

Vigência: 14/08/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Jairo Davi Tramontini Gomes - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2015, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2015, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CONXAP CONSTRUTORA LTDA EPP, CNPJ nº 10.338.596/0001-98.

Objeto: a) aditar o valor do Contrato nº 011/2015, de 29/01/2015, em R\$ 81.320,67 (oitenta um mil, trezentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), em razão de uma alteração considerável no projeto de drenagem do loteamento Cardoso, bem como demais especificações constantes na justificativa técnica, fatos estes que alteram alguns quantitativos, conforme as planilhas orçamentárias em anexo ao instrumento contratual, o que corresponde a 3,3322% do valor original contratado, conforme informações técnicas apresentadas junto a Comunicação Interna nº 207/2015/SPDU, em anexo ao termo aditivo; b) prorrogar os prazos de vigência e de execução do Contrato nº 011/2015, de 29/01/2015, por 60 (sessenta) dias, em virtude da necessidade de viabilizar a execução dos serviços ora aditados, conforme disposto na justificativa técnica em anexo ao instrumento contratual.

Valor: Fica aditado ao Contrato nº 011/2015, de 29/01/2015, o valor de R\$ 81.320,67 (oitenta um mil, trezentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), o que corresponde a 3,3322% do valor total contratado. Em decorrência do aditivo, o valor total atualizado de R\$ 2.440.447,13 (dois milhões, quatrocentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e treze centavos) passa a ser de R\$ 2.521.767,80 (dois milhões, quinhentos e vinte e um mil e oitenta centavos).

Data de Assinatura: 17/08/2015.

Vigência: A vigência do Contrato nº 011/2015, de 29/01/2015, fica prorrogada pelo lapso de 60 (sessenta) dias, a contar de 23/02/2016. Portanto, estende-se até 25/04/2016. Já o prazo de execução do Contrato nº 011/2015, de 29/01/2015, fica prorrogado pelo lapso de 60 (sessenta) dias, a contar de 05/02/2016. Portanto, estende-se até 07/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gediel Teixeira Laguna - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2015, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2015, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 107/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 072/2015 e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Sulbrinquedos Indústria e Comércio Ltda. ME, CNPJ nº 10.691.359/0001-06.

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS NOVOS E REFORMA DE BRINQUEDOS JÁ EXISTENTES NOS PARQUES INFANTIS DAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 63.144,00 (sessenta e três mil, cento e quarenta e quatro reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubricas Orçamentárias:

D - 54/2015 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação.

D - 57/2015 - 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação.

D - 82/2015 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil da Secretaria Municipal de Educação.

D - 83/2015 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil da Secretaria Municipal de Educação.

D - 87/2015 - 08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil da Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 18/08/2015.

Vigência: de 18/08/2015 até 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Carlos Junior Muniz da Silva - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2015, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2015, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 086/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 053/2015 e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Amb Equipamentos e Serviços Ltda. ME, CNPJ nº 19.561.743/0001-69.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, BEM COMO MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE CIRCUITO FECHADO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 429,56 (quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de, no máximo, 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubricas orçamentárias:

a) D - 87/2015 - 08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil da Secretaria Municipal de Educação;

b) D - 86/2015 - 08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil da Secretaria Municipal de Educação;

c) D - 59/2015 - 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.01.0036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação; e

d) D - 58/2015 - 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 19/08/2015.

Vigência: de 19/08/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Fabio Júnior Ambrosio - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2015, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2015, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 114/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA. EPP, CNPJ nº 09.543.902/0001-49.

Objeto: Prorrogar o prazo de execução do Contrato nº 114/2015, de 26/05/2015, por 30 (trinta) dias, em razão da complexidade e da quantidade de detalhamentos dos projetos contratados, já que o prazo estipulado inicialmente, de 90 (noventa) dias, não foi suficiente para a elaboração da totalidade destes.

Data de Assinatura: 21/08/2015.

Vigência: O prazo de execução do Contrato nº 114/2015, de 26/05/2015, fica prorrogado pelo lapso de 30 (trinta) dias, a contar de 24/08/2015. Portanto, estende-se até 23/09/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Fernando Martins Pedro - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2015, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2015, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BATTISTERRA TERRAPLANAGEM LTDA ME, CNPJ nº 14.858.406/0001-14.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUK A SEREM EXECUTADOS NOS DISTritos DE PRESIDENTE JUSCELINO, SÃO ROQUE E FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 49.175,00 (quarenta e nove mil, cento e setenta e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2015.

Rubrica orçamentária:

D - 131/2015 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural.

Data de Assinatura: 27/08/2015.

Vigência: de 27/08/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rogerio Battistel - pela Contratada.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 004/2015, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 004/2015, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.151, de 17 de agosto de 2015.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionário(a): Nereu Cesar Chiossi 02465236970, CNPJ nº 17.292.720/0001-70.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado junto ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, para a realização de evento que consiste na "colação de grau" dos formandos do curso de graduação em Ciências Contábeis, da Unochapecó - Campus de São Lourenço do Oeste/SC, a ser promovido no dia 12 de setembro de 2015, pelo(a) Permissionário(a).

Valor: R\$ 2.616,78 (dois mil, seiscentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos), correspondendo a 28,05 (vinte e oito virgula cinco) UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal.

Forma de pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento em 10 de setembro de 2015.

Data de Assinatura: 19/08/2015.

Vigência: de 19/08/2015 a 14/09/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Nereu Cesar Chiossi - pelo(a) Permissionário(a).

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 005/2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 005/2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.172, de 16 de julho de 2014.

Permitente: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Permissionário: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC, do MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 11.402.887/0001-60.

Objeto: A permissão de uso gratuito do prédio público, em alvenaria, com área de 1.593,02m² (um mil, quinhentos e noventa e três vírgula zero dois metros quadrados), edificado sobre parte da chácara número 01, com área de 5.000m² (cinco mil metros quadrados), situado no Distrito de Frederico Wastner, neste Município de São Lourenço do Oeste, conforme matrícula de nº 5.059, do Cartório de Registro de Imóveis.

Data da assinatura: 27 de agosto de 2015.

Vigência: De 27 de agosto de 2015 a 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogada, mediante lei específica, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 1º, da Lei Municipal nº 2.172, de 16 de julho de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste) - pelo Permitente e Maria Clara Kaschny Schneider (Magnífica Reitora do IFSC) - pelo Permissionário.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO 55/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 55/2015.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

1º ERRATA

O Município de São Miguel da Boa Vista/SC atendendo a solicitação da empresa JRM ELÉTRICA LTDA-ME, torna publico a Errata do Edital de Licitação 55/2015 na modalidade de Pregão Presencial cujo objeto é aquisição de serviços de manutenção da rede de iluminação pública. A alteração se dará no objeto onde se exige a apresentação do CRC junto a CELESC, o qual será descrito da seguinte forma: Apresentação de CRC ou CHTE emitido pela CELESC.

As demais cláusulas do edital e seus anexos ficarão inalterados, e encontram-se junto de informações no site do Município, bem como no setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00.

Considerando que as mudanças não afetam o andamento do processo a data de abertura permanecerá a mesma citada anteriormente.

São Miguel da Boa Vista (SC), 28 de agosto de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. CONTRATO 10.2015 - FUNDESMO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE
EXT. CONTRATO 10/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 806684/2014/MINISTÉRIO
DO ESPORTE/CAIXA/PROCESSO Nº 2623.1014699-34/2014, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATORIOS.
CONTRATADO: WULAJE ARTEFATOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
VALOR: 324.440,00
VIGÊNCIA: 05 MESES
ASSINA pela CONTRATANTE: EVERALDO DI BERTI
ASSINA pela CONTRATADA: ALCEU WUNSCH
São Miguel do Oeste, SC., 09 de junho de 2015.

EXT. CONTRATO 122.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 122/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS A SER UTILIZADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BANHEIROS DAS PRAÇAS WALNIR BOTARO DANIEL E BELARMINO ANNONI, PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O PERÍODO DE 2015, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F Nº 2330/2015.
CONTRATADO: ROBERTO LUIZ MALDANER - ME
VALOR: 5.400,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ROBERTO LUIZ MALDANER
São Miguel do Oeste, SC., 26 de agosto de 2015

EXT. CONTRATO 123.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 123/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS A SER UTILIZADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BANHEIROS DAS PRAÇAS WALNIR BOTARO DANIEL E BELARMINO ANNONI, PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O PERÍODO DE 2015, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F Nº 2332/2015.

CONTRATADO: A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA ME
VALOR: 5.339,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: MOISES LUIZ BOFF
São Miguel do Oeste, SC., 26 de agosto de 2015

EXT. CONTRATO 124.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 124/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS A SER UTILIZADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BANHEIROS DAS PRAÇAS WALNIR BOTARO DANIEL E BELARMINO ANNONI, PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O PERÍODO DE 2015, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA A.F Nº 2331/2015.
CONTRATADO: AP OESTE COMERCIAL LTDA ME
VALOR: 4.419,00
VIGÊNCIA: 31/12/2015
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: RENATA RAQUEL AHLF
São Miguel do Oeste, SC., 26 de agosto de 2015

EXT. CONTRATO 125.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 125/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET FULL-10 MBPS (PÚBLICO FIXO 15 MBPS-DW-UP) EM FIBRA ÓTICA COM INTERLIGAÇÃO ATRAVÉS DE LINK DE INTRANET-10 MBPS 100% GARANTIA DE BANDA POR PONTO, PARA UTILIZAÇÃO NA 13ª CIRETRAN, CONFORME CONVÊNIO DE TRÂNSITO Nº 2013TN003171 E LEI MUNICIPAL Nº 4.727/2011, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.
CONTRATADO: MKANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA
VALOR: 740,00 MENSAL
VIGÊNCIA: 12 MESES
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: MAGNOS FRANZEN DE SOUZA
São Miguel do Oeste, SC., 26 de agosto de 2015

EXT. CONTRATO 126.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 126/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 19/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA

SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO

DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A EXECUÇÃO DA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM REDE DE DRENAGEM

PLUVIAL DE VIA DE ACESSO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES

RINEU GRANSOTTO, LOCALIZADA EM SMOESTE – SC,

CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 806527/2014/

MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA, DE ACORDO COM

O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA

FISICO-FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES

DESTE PROCESSO LICITATORIO

CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA

VALOR: 493.637,17

VIGÊNCIA: 04 MESES

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: EVERTON JOSÉ FRIGERI

São Miguel do Oeste, SC., 28 de agosto de 2015

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 73.2015

O Município de São Pedro de Alcântara. Avisa da abertura do Processo nº 73.2015 Tomada de Preços – Tipo: Menor Preço Global – Empreitada por Preço Global (art. 10, II, “a”, da Lei n.º 8.666/1993). Objeto: A presente licitação tem por objeto A contratação de uma empresa especializada para o serviço de reforço da base de apoio da cabeceira da ponte existente na estrada geral da Varginha, no Bairro São Sebastião, no Município de São Pedro de Alcântara. Data de Abertura com entrega dos envelopes 18/09/2015 às 09:00h Maiores Informações: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelos e-mails licitações@pmspa.sc.gov.br; compras@pmspa.sc.gov.br - São Pedro de Alcântara, 28/08/2015- JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO TP 78.2015

O Município de São Pedro de Alcântara. Avisa da abertura do Processo nº 78.2015 Tomada de Preços – Tipo: Menor Preço Global – Empreitada por Preço Global (art. 10, II, “a”, da Lei n.º 8.666/1993). Objeto: A presente licitação tem por objeto contratação de uma empresa especializada na construção de uma estação de tratamento de água (ETA), no centro de São Pedro de Alcântara, conforme projeto técnico em anexo a este Edital. Data de Abertura com entrega dos envelopes 16/09/2015 às 09:00h Maiores Informações: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelos e-mails licitações@pmspa.sc.gov.br; compras@pmspa.sc.gov.br - São Pedro de Alcântara, 28/08/2015- JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

IV TERMO ADITIVO EDITAL CREDENCIAMENTO 02.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

IV TERMO ADITIVO EDITAL
CREDENCIAMENTO nº. 02/2014

1 - DA JUSTIFICATIVA

1.1- Considerando a C.I de nº 42.2015 encaminhado pela Secretária de Saúde Municipal, faz-se necessário acrescentar o item do Anexo Edital.

2 – DO ACRÉSCIMO

2.1 - Em continuidade ao Anexo do Edital de CREDENCIAMENTO nº. 02/2014 - FMS ACRESCENTA-SE os itens conforme Tabela abaixo:

ITEM	ESPECIALIDADE OU PRO-CEDIMENTO EXAMES	Quantidade de consultas Estimada /ANO	VALOR EM R\$ Por consulta com exame	ESPECIFICAÇÕES/OBRIGAÇÕES
62	Ginecologista	100	80,00	O credenciado contratado deverá realizar o serviço em Consultório, Clínica ou unidade hospitalar.

Os demais itens permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com este Aditivo.
Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de agosto de 2015.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº15/2015**

DECRETO LEGISLATIVO nº15/2015

“Concede Diploma de Honra ao Mérito Profissional à Escola Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho em comemoração aos 50 anos de Escola”.

A CÂMARA DE VEREADORES FAZ SABER QUE APROVOU E PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito Profissional à respeitosa Escola Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, em comemoração aos 50 (cinquenta) anos de fundação da instituição e em homenagem a todos os profissionais que por lá passaram, contribuindo para a educação das crianças e jovens de São Pedro de Alcântara.

Parágrafo Único – Como forma de registrar o histórico aniversário cinquentenário da instituição, são lembrados os Diretores e suas gestões conforme abaixo nomeados:

- I – Bernadete Santana Stein – 1965 a 1966
- II – Carolina Maria de Sousa - 1967
- III – Maria Helena Schweitzer – 1967 (in memorian)
- IV – Ana Maria Luz Raimundo – 1968
- V - Gilda Praxedes da Silva – 1968 à 1969
- VI – Maria Terezinha Mattos – 1970
- VII – Laura de Souza Pereira – 1971 à 1973
- VIII – Pedro Joaci Martins – 1974 à 1981
- IX – Laureci Margarida Coleho dos Santos – 1966 (como diretora substituta) e titular de 1982 à 1983 (in memorian)
- X – Regina Maria Ruzza – 1984 à 1985
- XI – Maria Goretti Benedet Piuco – 1986 à 1990
- XII – Elza Espíndola – 1987 (Diretora Substituta)
- XIII – Flávio Valmir Clasen – 1990
- XIV – Alberto Darmenhauer – 1991 à 1992
- XV – José Eugênio Pereira – 1993 à 1997
- XVI – Henriette Roesel Correa – 1998 à 2005
- XVII – Rosemari Reitz Francener – 2005 à 2008 e, de 2010 à 2012
- XVIII – Sueli Maria Stähelin – 2009
- XIX – Maricélia Lohn da Silva – 2013
- XX – Francisleine Kuhn Pavanati – 2013 até os dias atuais.

Art.2º – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de agosto de 2015.

Marcos Rodrigo Reitz
Presidente

Roberto Enning	Moacir José Schell
1º Secretário	2º Secretário

TERMO DE POSSE

Termo de Posse do Senhor Charles da Cunha. Filho de Terezinha Kuhn e Francisco Augustinho da Cunha. Vereador eleito no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular Osni Koester, tendo em vista o pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: “Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município”. E por nada mais constar, eu, Roberto Enning, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 24 de agosto de 2015.

Marcos Rodrigo Reitz	Roberto Enning
Presidente da Câmara	Primeiro Secretário

Charles da Cunha
Empossado

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 209/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 209/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 157/2015–PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 78/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.399.372/0001-56, estabelecida na Av. Rio Grande nº. 2100, Rio Grande, no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.131-601

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
LOTE I					
01	Locação com montagem e desmontagem de Tendas em perfeitas condições - Tipo Pirâmides (Modelo Chapéu de Bruxa) com 100m2, 10X10, medindo 10 metros de Largura por 10 de profundidade, com pé direito de 4 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x400, cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes e também 4 pés de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	28	Unid.	1.244,92	34.857,76
02	Locação com montagem e desmontagem de Tendas em perfeitas condições - Tipo Pirâmides (Modelo Chapéu de Bruxa) com 25m2, 5X5, medindo 5 metros de Largura por 5 de profundidade, com pé direito de 2,5 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x2500, e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lona brancas ou transparentes e também 4 pés de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	8	Unid.	526,70	4.213,60
03	Locação com montagem e desmontagem de Tendas em perfeitas condições - Tipo Pirâmides com 64m2, 8X8, medindo 8 metros de Largura por 8 de profundidade, com pé direito de 2,5 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x2500, e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes e também 4 pés de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	1	Unid.	957,62	957,62
04	Locação com montagem e desmontagem de Tendas em perfeitas condições - Tipo Duas Águas com 40m2, 8X5, medindo 8 metros de Largura por 5 de profundidade, com pé direito de 3 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x2500, e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes e também 4 pés de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	1	Unid.	766,13	766,13
05	Locação com montagem e desmontagem de Pavilhão coberto em perfeitas condições - com 1.000 m2, 20X50, medindo 20 metros de Largura por 50 de profundidade, com pé direito de 6 metros de altura com no mínimo 25x25x25, em Alumínio treliçado com altura regulada por sistema de Sleave e cobertura e fechamento em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento. Regulagem da base do pavilhão deve ser de 3 a 5 metros a critério da comissão de organização de cada evento. Devem ser instaladas 4 luzes de emergência, conforme determinação do Corpo de Bombeiros. As medidas 20x50 devem ser de vão livre, sem Pé de sustentação no meio. A Empresa deverá providenciar a instalação de iluminação ambiente, apropriada e suficiente para todos os espaços que compreendem o pavilhão.	1	Unid.	24.898,33	24.898,33

06	Locação com montagem e desmontagem de Pavilhão coberto em perfeitas condições - com 600 m2, 20x30, medindo 20 metros de Largura por 30 de profundidade, com pé direito de 6 metros de altura com no mínimo 25x25x25, em Alumínio treliçado com altura regulada por sistema de Sleave e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento. Regulagem da base do pavilhão deve ser de 3 a 5 metros a critério da comissão de organização de cada evento. Devem ser instaladas 4 luzes de emergência, conforme determinação do Corpo de Bombeiros. As medidas 20x30 devem ser de vão livre, sem Pé de sustentação no meio. A Empresa deverá providenciar a instalação de iluminação ambiente, apropriada e suficiente para todos os espaços que compreendem o pavilhão.	1	Unid.	14.367,30	14.367,30
07	Palco Coberto em perfeitas condições - para Pavilhão 13x11 – "Palco com no mínimo 1 metro de altura podendo ser aumentado até 1,50m, sistemas de encaixes com ferro metalon, com chapas de madeira, com 18mm e 2 escadas de acessos laterais". Incluso fechamentos laterais e fundo do palco em lonas brancas/transparentes ou tela a critério da comissão organizadora do evento. A Empresa deverá providenciar a instalação de iluminação ambiente, apropriada e suficiente para todos os espaços que compreendem o palco. (Este Palco deverá ser montado junto ao Pavilhão de dimensões 20x30)	1	Unid.	11.491,54	11.491,54
08	Locação com montagem e desmontagem de Estandes em perfeitas condições - com 2,20 de altura em painéis de TS com estrutura de alumínio no sistema Modular Octagonal, contendo uma porta traseira com chave, balcão de atendimento em toda sua área frontal, e 01 divisória interna com passagem de 1 metro, sendo 07 estandes medindo 5x4 m (20m²), 01 estandes medindo 10x4m (40m²), 08 estandes de 2,5x4 m (10m²). e 04 bilheterias em TS, com ½ vidro, em perfil de alumínio para atendimento, interno e externo no pavilhão. Deverão ser instalados pontos de iluminação e 3 tomadas de no mínimo 20A a cada 10 m² de estande.	1	Unid.	10.060,12	10.060,12
09	Tablado em "chapas de compensados naval de 18mm, pintados em cor escura (cinza ou preto) com 1,22 por 2,44 metros, com caibros resistentes para calço, 15 centímetros de altura. O tablado deverá estar em perfeitas condições: nivelado e acabamento impecável"	2.200	m²	11,49	25.278,00
10	Tablado com cobertura/forração de carpete vermelho em "chapas de compensados naval de 18mm, com 1,22 por 2,44 metros, com caibros resistentes para calço, 15 centímetros de altura. O tablado deverá estar em perfeitas condições: nivelado e acabamento impecável"	480	m²	16,27	7.809,60
TOTAL R\$ DO LOTE I					134.700,00

Valor do contrato: R\$ 134.700,00 (cento e trinta e quatro mil e setecentos reais)

Data da Assinatura: 28/08/2015 – Vigência: 28/08/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 210/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 209/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 157/2015–PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 78/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.399.372/0001-56, estabelecida na Av. Rio Grande nº. 2100, Rio Grande, no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.131-601

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
LOTE I					
01	Locação com montagem e desmontagem de Tendas em perfeitas condições - Tipo Pirâmides (Modelo Chapéu de Bruxa) com 100m2, 10X10, medindo 10 metros de Largura por 10 de profundidade, com pé direito de 4 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x400, cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes e também 4 péss de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	28	Unid.	1.244,92	34.857,76

02	Locação com montagem e desmontagem de Tendões em perfeitas condições - Tipo Pirâmides (Modelo Chapéu de Bruxa) com 25m2, 5X5, medindo 5 metros de Largura por 5 de profundidade, com pé direito de 2,5 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x2500, e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lona brancas ou transparentes e também 4 pés de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	8	Unid.	526,70	4.213,60
03	Locação com montagem e desmontagem de Tendões em perfeitas condições - Tipo Pirâmides com 64m2, 8X8, medindo 8 metros de Largura por 8 de profundidade, com pé direito de 2,5 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x2500, e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes e também 4 pés de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	1	Unid.	957,62	957,62
04	Locação com montagem e desmontagem de Tendões em perfeitas condições - Tipo Duas Águas com 40m2, 8X5, medindo 8 metros de Largura por 5 de profundidade, com pé direito de 3 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x2500, e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes e também 4 pés de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	1	Unid.	766,13	766,13
05	Locação com montagem e desmontagem de Pavilhão coberto em perfeitas condições - com 1.000 m2, 20X50, medindo 20 metros de Largura por 50 de profundidade, com pé direito de 6 metros de altura com no mínimo 25x25x25, em Alumínio treliçado com altura regulada por sistema de Sleave e cobertura e fechamento em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento. Regulagem da base do pavilhão deve ser de 3 a 5 metros a critério da comissão de organização de cada evento. Devem ser instaladas 4 luzes de emergência, conforme determinação do Corpo de Bombeiros. As medidas 20x50 devem ser de vão livre, sem Pé de sustentação no meio. A Empresa deverá providenciar a instalação de iluminação ambiente, apropriada e suficiente para todos os espaços que compreendem o pavilhão.	1	Unid.	24.898,33	24.898,33
06	Locação com montagem e desmontagem de Pavilhão coberto em perfeitas condições - com 600 m2, 20X30, medindo 20 metros de Largura por 30 de profundidade, com pé direito de 6 metros de altura com no mínimo 25x25x25, em Alumínio treliçado com altura regulada por sistema de Sleave e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento. Regulagem da base do pavilhão deve ser de 3 a 5 metros a critério da comissão de organização de cada evento. Devem ser instaladas 4 luzes de emergência, conforme determinação do Corpo de Bombeiros. As medidas 20x30 devem ser de vão livre, sem Pé de sustentação no meio. A Empresa deverá providenciar a instalação de iluminação ambiente, apropriada e suficiente para todos os espaços que compreendem o pavilhão.	1	Unid.	14.367,30	14.367,30
07	Palco Coberto em perfeitas condições - para Pavilhão 13x11 - "Palco com no mínimo 1 metro de altura podendo ser aumentado até 1,50m, sistemas de encaixes com ferro metalon, com chapas de madeira, com 18mm e 2 escadas de acessos laterais". Incluso fechamentos laterais e fundo do palco em lonas brancas/transparentes ou tela a critério da comissão organizadora do evento. A Empresa deverá providenciar a instalação de iluminação ambiente, apropriada e suficiente para todos os espaços que compreendem o palco. (Este Palco deverá ser montado junto ao Pavilhão de dimensões 20x30)	1	Unid.	11.491,54	11.491,54
08	Locação com montagem e desmontagem de Estandes em perfeitas condições - com 2,20 de altura em painéis de TS com estrutura de alumínio no sistema Modular Octagonal, contendo uma porta traseira com chave, balcão de atendimento em toda sua área frontal, e 01 divisória interna com passagem de 1 metro, sendo 07 estandes medindo 5x4 m (20m²), 01 estandes medindo 10x4m (40m²), 08 estandes de 2,5x4 m (10m²). e 04 bilheterias em TS, com 1/2 vidro, em perfil de alumínio para atendimento, interno e externo no pavilhão. Deverão ser instalados pontos de iluminação e 3 tomadas de no mínimo 20A a cada 10 m² de estande.	1	Unid.	10.060,12	10.060,12
09	Tablado em "chapas de compensados naval de 18mm, pintados em cor escura (cinza ou preto) com 1,22 por 2,44 metros, com caibros resistentes para calço, 15 centímetros de altura. O tablado deverá estar em perfeitas condições: nivelado e acabamento impecável"	2.200	m²	11,49	25.278,00
10	Tablado com cobertura/forração de carpete vermelho em "chapas de compensados naval de 18mm, com 1,22 por 2,44 metros, com caibros resistentes para calço, 15 centímetros de altura. O tablado deverá estar em perfeitas condições: nivelado e acabamento impecável"	480	m²	16,27	7.809,60
TOTAL R\$ DO LOTE I					134.700,00

Valor do contrato: R\$ 134.700,00 (cento e trinta e quatro mil e setecentos reais)

Data da Assinatura: 28/08/2015 – Vigência: 28/08/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 211/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 211/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 157/2015–PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 78/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 14.247.912/0001-77, estabelecida na Rua Joaquim João Luiz nº. 189 sala 01, Bairro Centro, na cidade de Balneário Barra do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.247-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
LOTE III					
14	Locação com montagem e desmontagem de Tendas em perfeitas condições - Tipo Pirâmides (Modelo Chapéu de Bruxa) com 100m2, 10X10, medindo 10 metros de Largura por 10 de profundidade, com pé direito de 4 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x400, cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento.	10	Unid.	1.401,47	14.014,70
15	Locação com montagem e desmontagem de Tendas em perfeitas condições - Tipo Pirâmides (Modelo Chapéu de Bruxa) com 25m2, 5X5, medindo 5 metros de Largura por 5 de profundidade, com pé direito de 2,5 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x2500, e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lona brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento.	15	Unid.	657,02	9.855,30
16	Tablado com cobertura/forração de carpete vermelho em "chapas de compensados naval de 18mm, com 1,22 por 2,44 metros, com caibros resistentes para calço, 15 centímetros de altura. O tablado deverá estar em perfeitas condições: nivelado e acabamento impecável"	800	m²	24,15	19.320,00
TOTAL R\$ DO LOTE III					43.190,00

Valor do contrato: R\$ 43.190,00 (quarenta e três mil cento e noventa reais)

Data da Assinatura: 28/08/2015 – Vigência: 28/08/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.173/2015, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.173/2015, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Rúbia Finsterbusch Zarembski, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 28 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

SUSPENSÃO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

89275-000 – SCHROEDER/SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

SUSPENSÃO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/2015-PMS

PROCESSO Nº. 169/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a SUSPENSÃO DA ABERTURA da licitação PREGÃO PRESENCIAL nº. 86/2015-PMS, Processo nº. 169/2015-PMS, que tem por objeto a contratação de operadora de telefonia móvel local de sistema GSM, para prestação de serviço móvel pessoal – SMP, com o fornecimento aproximadamente de 11.100 minutos mensais locais e longas distância e tarifa zero para linhas do grupo com minutos indeterminados, conforme anexo, para um grupo de 83 aparelhos celulares, com expansão ou redução de minutos e aparelhos, tipo pós-pago, disponibilizados em regime de comodato devidamente habilitados com abrangência em todo território nacional, para uso das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC. Após análise de questionamento e impugnação, será marcada nova data para a abertura do processo. Sem mais para o momento.

Schroeder, 28 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 78/2015-PMS

Página: 1/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

Número do Registro de Preços: 54/2015 **Data do Registro:** 28/08/2015 **Válido até:** 28/08/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Locação com montagem e desmontagem de Tendões em perfiteis condições - Tipo Pirâmides (Modelo Chapéu de Bruxa) com 100m2, 10x10, medindo 10 metros de Largura por 10 de profundidade, com pé direito de 4 metros de altura em ferro ou Alumínio trilhado com no mínimo 20x20x400, cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes e também 4 pés de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	UN	CASA MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP (11887)	1PROJETOAL	0	1.244,9200	1
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	1.191,0750	2
			MPX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	1.242,6150	3
			LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	1.244,9800	4
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	1.245,6004	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	1.300,0000	6
2	Locação com montagem e desmontagem de Tendões em perfiteis condições - Tipo Pirâmides (Modelo Chapéu de Bruxa) com 25m2, 5x5, medindo 5 metros de Largura por 5 de profundidade, com pé direito de 2,5 metros de altura em ferro ou Alumínio trilhado com no mínimo 20x20x2500, e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes e também 4 pés de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	UN	CASA MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP (11887)	PROJETOALL	0	526,7000	1
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	496,2802	2
			MPX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	510,5310	3
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	521,4157	4

Página: 2/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

Número do Registro de Preços: 54/2015 Data do Registro: 28/08/2015 Válido até: 28/08/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Locação com montagem e desmontagem de Tendas em perfisais condições - Tipo Pirâmides com 64m2, 8x8, medindo 8 metros de Largura por 8 de profundidade, com pé direito de 2,5 metros de altura em ferro ou Alumínio traçado com no mínimo 20x20x2500, e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes e também 4 pés de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	UN	LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	526,7239	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	550,0000	6
			CASA MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP (11887)	PROJETO ALL	0	957,6200	1
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	794,0483	2
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	955,9288	3
4	Locação com montagem e desmontagem de Tendas em perfisais condições - Tipo Duas Águas com 40m2, 8x5, medindo 8 metros de Largura por 5 de profundidade, com pé direito de 3 metros de altura em ferro ou Alumínio traçado com no mínimo 20x20x2500, e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes e também 4 pés de aumento a critério da comissão organizadora do evento. Deverão ser instalados pontos de iluminação em cada tenda.	UN	LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	957,6799	4
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	958,4498	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	1.000,0000	6
			CASA MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP (11887)	PROJETO ALL	0	766,1300	1
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	762,8119	2
3			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	765,7966	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

Número do Registro de Preços: 54/2015		Data do Registro: 28/08/2015		Válido até: 28/08/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	766,1439	4
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	794,0483	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	800,0000	6
5	Locação com montagem e desmontagem de Pavilhão coberto em perfeitas condições - com 1,000 m2, 20X50, medindo 20 metros de Largura por 50 de profundidade, com pé direito de 6 metros de altura com no mínimo 25x25x25, em Alumínio treliçado com altura regulada por sistema de Slave e cobertura e fechamento em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento. Regulagem da base do pavilhão deve ser de 3 a 5 metros a critério da comissão de organização de cada evento. Devem ser instaladas 4 luzes de emergência, conforme determinação do Corpo de Bombeiros. As medidas 20x50 devem ser de vão livre, sem Pé de sustentação no meio. A Empresa deverá providenciar a instalação de iluminação ambiente, apropriada e suficiente para todos os espaços que compreendem o pavilhão.	UN	CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP (11887)	GLOBAL ESTF	0	24.898,3300	1
			LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	25.378,5174	2
			MPX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	25.430,2256	3
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	25.491,4354	4
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	25.806,5704	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	26.500,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 4/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

Número do Registro de Preços: 54/2015		Data do Registro: 28/08/2015		Válido até: 28/08/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Locação com montagem e desmontagem de Pavilhão coberto em perfeitas condições - com Locação com montagem e desmontagem de Pavilhão coberto em perfeitas condições - com 600 m2, 20X30, medindo 20 metros de Largura por 30 de profundidade, com pé direito de 6 metros de altura com no mínimo 25x25x25, em Alumínio tralicado com altura regulada por sistema de Sleave e cobertura em lonas brancas anti-chorua e anti UV. Incluso fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento. Regulagem da base do pavilhão deve ser de 3 a 5 metros a critério da comissão de organização de cada evento. Devem ser instaladas 4 luzes de emergência, conforme determinação do Corpo de Bombeiros. As medidas 20x30 devem ser de vão livre, sem Pé de sustentação no meio. A Empresa deverá providenciar a instalação de iluminação ambiente, apropriada e suficiente para todos os espaços que compreendem o pavilhão, medindo 20 metros de Largura por 30 de profundidade, com pé direito de 6 metros de altura com no mínimo 25x25x25, em Alumínio tralicado com altura regulada por sistema de Sleave e cobertura em lonas brancas anti-chorua e anti UV. Incluso fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento. Regulagem da base do pavilhão deve ser de 3 a 5 metros a critério da comissão de organização de cada evento. Devem ser instaladas 4 luzes de emergência, conforme determinação do Corpo de Bombeiros. As medidas 20x30 devem ser de vão livre, sem Pé de sustentação no meio. A Empresa deverá providenciar a instalação de iluminação ambiente, apropriada e suficiente para todos os espaços que compreendem o pavilhão.	UN	CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP (11887)	GLOBAL ESTF	0	14,367,3000	1
			LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	14,365,1985	2
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13169)		0	14,387,2117	3
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	14,392,1258	4
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	14,400,8285	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	15,000,0000	6
7	Palco Coberto em perfeitas condições - para Pavilhão 13x11 - "Palco com no mínimo 1 metro de altura podendo ser aumentado até 1,50m, sistemas de encaixes com ferro metakon, com chapas de madeira, com 18mm e 2 escadas de acessos laterais". Incluso fechamentos laterais e fundo do palco em lonas brancas/transparentes ou tela a critério da comissão organizadora do evento. A Empresa deverá providenciar a instalação de iluminação ambiente, apropriada e suficiente para todos os espaços que compreendem o palco. (Este Palco deverá ser montado junto ao Pavilhão de dimensões 20x30)	UN	CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP (11887)	GLOBAL ESTF	0	11,491,5400	1

Página: 5/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

Número do Registro de Preços: 54/2015		Data do Registro: 28/08/2015		Válido até: 28/08/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

8	Locação com montagem e desmontagem de Estandes em perfeitas condições - com 2,20 de altura em painéis de TS com estrutura de alumínio no sistema Modular Octagonal, contendo uma porta traseira com chave, balcão de atendimento em toda sua área frontal, e 01 divisória interna com passagem de 1 metro, sendo 07 estandes medindo 5x4 m (20m²), 01 estandes medindo 10x4m (40m²), 08 estandes de 2,5x4 m (10m²), e 04 bilheteiras em TS, com ½ vidro, em perfil de alumínio para atendimento, interno e externo no pavilhão. Deverão ser instalados pontos de iluminação e 3 tomadas de no mínimo 20A a cada 10 m² de estande	UN	CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP (11887)	3K INDUSTRIA	0	10.060,1200	1
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	11.414,4446	2
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	11.462,8668	3
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	11.490,4576	4
			LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	11.492,1588	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	12.000,0000	6
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	9.925,6040	2
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	10.042,0806	3
			LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	10.055,6390	4
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	10.066,1310	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	10.500,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 6/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

Número do Registro de Preços: 54/2015		Data do Registro: 28/08/2015		Válido até: 28/08/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Tablado em "chapas de compensados naval de 18mm, pintados em cor escura (cinza ou preto) com 1,22 por 2,44 metros, com calços resistentes para calço, 15 centímetros de altura. O tablado deverá estar em perfeitas condições: nivelado e acabamento impecável"	Nº	CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP (11887)	FORMATEC	0	11,4900	1
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	11,4905	2
			LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	11,4922	3
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	11,5110	4
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	11,9107	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	12,0000	6
10	Tablado com cobertura/forração de carpete vermelho em "chapas de compensados naval de 18mm, com 1,22 por 2,44 metros, com calços resistentes para calço, 15 centímetros de altura. O tablado deverá estar em perfeitas condições: nivelado e acabamento impecável"	Nº	CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP (11887)	FORMATEC	0	16,2700	1
			LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	15,7679	2
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	16,2792	3
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	16,3184	4
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	16,8735	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	17,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 54/2015 Data do Registro: 28/08/2015 Válido até: 28/08/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Locação com montagem e desmontagem de Palco tamanho 14 x 12 m com cobertura em Lona e perfisadas condições; Estrutura em Alumínio Q-50 e Q-30; - Tamanho da cobertura 14 x 12 m; - 04 pés de Q-30 com 9 m de altura; - 04 talhas / 04 cristas; - Tamanho do piso 14 x 12 m; - Altura do chão ao piso 1,80m a 2,0 m; - Altura do chão a cobertura 9 m; - Cobertura em lona branca; - 02 escadas de acesso; - Fechamento lateral e fundos com sombrite preto; - Tablado de madeira 25 mm (praticáveis Feeling); - Forração em carpete cinza ou preto de 4 mm (novo); - Sala frontal em TNT - apresentar laudo anti chamas; - House mix de PA de 4 m x 4 m localizada a distante 25 m do palco em seu centro; - Guarda corpo nas laterais e fundos.	UN	LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	13.621,8400	1
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	13.669,6703	2
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	13.697,6009	3
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	14.376,1243	4
			CASA MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP (11887)	GLOBAL ESTF	0	14.500,0000	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	15.000,0000	6
12	Locação com montagem e desmontagem de Tenda em perfeitas condições - Tipo Pirâmides (Modelo Chapéu de Bruxa) com 10m2, 10X10, medindo 10 metros de Largura por 10 de profundidade, com pé direito de 4 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x400, cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 3 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento.	UN	LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	1.362,1600	1
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	1.293,0769	2

Página: 8/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

Número do Registro de Preços: 54/2015		Data do Registro: 28/08/2015		Válido até: 28/08/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MANI SOME LUZ LTDA - ME (13168)		0	1,332,9880	3
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	1,399,0188	4
			CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP (11887)	PROJETO ALL	0	1,500,0000	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	1,500,0000	6
13	Tablado com cobertura/forração de carpete vermelho em "chapas de compensados naval de 18mm, com 1,22 por 2,44 metros, com caibros resistentes para calço, 15 centímetros de altura com 25 mm borda de alumínio. O tablado deverá estar em perfeitas condições: nivelado e acabamento impecável"	M²	LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	18,1600	1
			MANI SOME LUZ LTDA - ME (13168)		0	18,2941	2
			BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	18,4725	3
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	19,2486	4
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	20,0000	5
			CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP (11887)	FORMATEC	0	20,0000	6
14	Locação com montagem e desmontagem de Tendas em perfeitas condições - Tipo Pirâmides (Modelo Chapéu de Bruxa) com 100m2, 10X10, medindo 10 metros de Largura por 10 de profundidade, com pé direito de 4 metros de altura em ferro ou Alumínio trilhado com no mínimo 20x20x400, cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV, Incluso 4 fechamentos laterais em lonas brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento	UN	BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	1,401,4700	1
			MANI SOME LUZ LTDA - ME (13168)		0	1,429,7630	2

Página: 9/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

Número do Registro de Preços: 54/2015 Data do Registro: 28/08/2015 Válido até: 28/08/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	1.430,0330	3
			LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	1.437,8060	4
			CASA MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP (11887)	PROJETO ALL	0	1.474,8610	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	1.500,0000	6
15	Locação com montagem e desmontagem de Tendões em perfeitais condições - Tipo Pirâmides (Modelo Chapéu de Bruxa) com 25m2, 5X5, medindo 5 metros de Largura por 5 de profundidade, com pé direito de 2,5 metros de altura em ferro ou Alumínio tralicado com no mínimo 20x20x2500, e cobertura em lonas brancas anti-chama e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lona brancas ou transparentes a critério da comissão organizadora do evento.	UN	BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	657,0200	1
			CASA MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP (11887)	PROJETO ALL	0	639,1061	2
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	652,5100	3
			LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	656,0762	4
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	660,9063	5
			SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169)		0	684,4500	6
16	Tablado com cobertura/forração de carpete vermelho em "chapas de compensado naval de 18mm, com 1,22 por 2,44 metros, com calços resistentes para calço, 15 centímetros de altura. O tablado deverá estar em perfeitais condições: nivelado e acabamento impecável"	M²	BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME (12922)		0	24,1500	1
			MANI SOM E LUZ LTDA - ME (13168)		0	23,8934	2

Página: 10/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

Número do Registro de Preços: 54/2015		Data do Registro: 28/08/2015		Válido até: 28/08/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LEGO FEIRAS LTDA - ME (13167)		0	23,9635	3
			MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME (12921)		0	24,1076	4
			CASA MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP (11887)	FORMATEC	0	24,5810	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

SIEG EVENTOS EIRELI - ME (13169) 0 25,0000 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2015

Página: 12/12

Número do Registro de Preços: 54/2015		Data do Registro: 28/08/2015		Válido até: 28/08/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para Locação com montagem e desmontagem de pavilhões, tendas, tablado, palco e estandes, para os Eventos Schroederfest 2015, Auto de Natal e eventos diversos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2015

PROCESSO Nº 157/2015

- (11887) - CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP
- (12921) - MRX ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME
- (12922) - BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME
- (13167) - LEGO FEIRAS LTDA - ME
- (13168) - IVANI SOME E LUZ LTDA - ME
- (13169) - SIEG EVENTOS EIRELI - ME

Schroeder, 28 de Agosto de 2015.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 128/2015

DECRETO Nº 128/2015, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

“DETERMINA A SUSPENSÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal e a SUMULA 473/STF,

DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso provisoriamente o Processo Seletivo nº 002/2015, de acordo com a Recomendação nº 0009/2015/PJ/MOD, até decisão final do Procedimento Preparatório nº 06.2015.00007268-6, em tramitação na Promotoria de Justiça da Comarca de Modelo.

Art. 2º- Acaso houver a anulação do certame, o município restituirá as quantias pagas para os candidatos já inscritos no respectivo Processo Seletivo, mediante requerimento do interessado e na forma que disciplina o poder público;

Art. 3º- Nenhum custo será atribuído aos candidatos devido as modificações e alterações realizadas;

Art. 4º- Comunique-se, as modificações a emissora de rádio Nova FM, publique-se no mural público, sitio do município, jornais veiculados e a empresa responsável pelo Certame;

Art. 5º- Outrossim, fica determinado que a empresa realizadora do processo seletivo deverá buscar comunicar os candidatos inscritos com a máxima urgência, através do e-mail informado na inscrição do mesmo.

Art. 6º- Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de agosto de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 157/2015

PORTARIA Nº. 157/2015. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR. ANTONIO MARCOS GRUNWALDT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal Comissionado Sr. ANTONIO MARCOS GRUNWALDT, Secretário Municipal da Agricultura, 40 horas semanais, cadastrado sob matrícula nº 482/01, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 28 de Agosto de 2015, nos termos do art. 107 da Lei Municipal nº. 012 de 06 de janeiro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal nº 12/1997

Art. 107. Ao servidor que, por motivo de saúde, esteja impossibilitado de exercer seu cargo, será concedida licença remunerada a pedido ou de ofício, mediante inspeção do órgão médico oficial, até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por igual período. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE AGOSTO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e oito de agosto de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 85 2015 PMT - SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (CARTUCHO DE TINTA E TONER)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 85/2015 PMT

OBJETO: registro de preços para aquisição de suprimentos de informática (cartuchos de tinta e toner), especificados no anexo I do edital, para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 14 de setembro de 2015. ABERTURA: dia 14 de setembro de 2015 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 27/08/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

DECRETO NO 3875, DE 01 DE JULHO DE 2015

DECRETO No 3875, DE 01 DE JULHO DE 2015

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-378,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR NESTOR MARGARIDA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	01 Cadeira de Imbuia (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cadeira de Imbuia (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cadeira Estofada (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cadeira Estofada (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cadeira Giratória (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Mesa Redonda (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Estantes de Ferro (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Microsystem (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 TV CCE (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	04 Gabinetes de Computador (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Teclados (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	03 Monitores (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Estante (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Ventilador de Teto (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

x-x-x-x	01 DVD (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	10 Carteiras (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	51 Carteiras (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	65 Cadeiras (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
00336	01 Arquivo de Aço com 04 Gavetas, Marca Schefer	R\$ 80,00
03272	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03279	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03281	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03290	01 Mesa de Madeira Maciça na Cor Marrom	R\$ 40,00
03636	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 10,00
06044	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
06135	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 0,00
06715	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 1,00
06831	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 1,00
07352	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07353	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07384	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07403	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07417	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07423	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07432	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07438	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07443	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07478	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07491	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 8,00
07543	01 carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
07548	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
07588	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
07615	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
07632	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
07639	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
07652	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
07668	01 carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
07700	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
07722	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
07724	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 8,00
07790	01 Escrivaninha de Madeira com 06 Gavetas	R\$ 50,00
07794	01 Mesa para Micro de Melanina com 03 Gavetas	R\$ 70,00
07796	01 Escrivaninha de Madeira com 02 Gavetas	R\$ 30,00
08773	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvim Preto	R\$ 30,00
08786	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvim Preto	R\$ 30,00
08787	01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvim Preto	R\$ 30,00
08798	01 Mesa para Micro de Melanina com 02 Gavetas	R\$ 89,39
09357	01 Cadeira de madeira Estilo Colonial	R\$ 14,00

09827	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 48,00
09831	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 48,00
09837	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 48,00
09845	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 48,00
09855	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 48,00
09860	01 carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 48,00
09861	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 48,00
09872	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 48,00
09875	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 48,00
09882	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 48,00
10638	01 Mesa de 1,20 com 02 Gavetas	R\$ 112,00
11076	01 Cadeira Estofada Fixo, Corvin Preto	R\$ 24,80
11327	01 Cadeira Estofada Fixa	R\$ 29,00
11343	01 Cadeira Estofada Fixa	R\$ 29,00
11348	01 Cadeira Estofada Fixa	R\$ 29,00
11601	01 Ventilador de Teto – Marca Primavera	R\$ 45,00
11602	01 Ventilador de Teto – Marca Primavera	R\$ 45,00
11605	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11606	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11612	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11618	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11621	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11634	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11639	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11663	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11666	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11671	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11671	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11679	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11681	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11683	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11703	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11704	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11712	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11714	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11717	01 carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Estrutura	R\$ 37,00
11729	01 Carteira Escolar com Mesa de Fórmica com Suporte	R\$ 37,00
11780	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11822	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 21,00
11837	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com estrutura de Ferro	R\$ 21,00
12927	01 Cadeira Estofada Fixa	R\$ 35,00
16964	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
16966	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
16968	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
16971	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
16972	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
16985	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
16991	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
16998	01 Cadeira em Laminado de Imbuia com Estrutura de Ferro	R\$ 25,82
17020	01 Carteira Escolar em Fórmica com Estrutura de Ferro	R\$ 38,63

17021	01 Carteira Escolar em Fórmica com Estrutura de Ferro	R\$ 38,63
17038	01 Carteira Escolar em Fórmica com Estrutura de Ferro	R\$ 38,63
17039	01 Carteira Escolar em Fórmica com Estrutura de Ferro	R\$ 38,63
17050	01 Carteira Escolar em Fórmica com Estrutura de Ferro	R\$ 38,63
19613	01 Geladeira Biplax com Capacidade Mínima de 380 Litros	R\$ 1.090,00
22144	01 Fogão Industrial de 4 Bocas	R\$ 480,00
22145	01 Fogão Industrial de 4 Bocas	R\$ 480,00
24079	01 Mesa Escrivã Reta de 0,75 x 1,40cm	R\$ 365,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município, relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3876, DE 01 DE JULHO DE 2015

DECRETO No 3876, DE 01 DE JULHO DE 2015

Autoriza baixa de bem móvel registrado no Patrimônio Público.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-379, e,

DECRETA:

Art. 1º Fica baixado o seguinte bem móvel, em face da duplicidade de registro no Patrimônio Público Municipal:

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
23332	01 Climatizador de ambiente	R\$ 553,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3877, DE 01 DE JULHO DE 2015

DECRETO No 3877, DE 01 DE JULHO DE 2015

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-380,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROQUE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
19725	01 Liquidificador Doméstico com 3 Velocidades	R\$ 55,00
DEPARTAMENTO JURÍDICO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
25074	01 Teclado	R\$ 13,50
GUARITA DA PREFEITURA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
19579	01 Computador Contendo: Placa Mãe ASUS, PCI Express DD	R\$ 687,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município, relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3878, DE 01 DE JULHO DE 2015

DECRETO No 3878, DE 01 DE JULHO DE 2015

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-381,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	01 Mouse Óptico Leader Tech Preto/Prata (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Mouse Óptico Preto (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Caixa de Som para Computador Modelo MS-560, Multi-Media Branco/Preto (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Mouse Genius Cinza/Branco (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3879, DE 01 DE JULHO DE 2015

DECRETO No 3879, DE 01 DE JULHO DE 2015

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-382,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	01 Monitor LG de 17" (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Teclados USB Preto (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	04 Nobreak's Power Line (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Computador Gabinete (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Impressora (Doação do Estado – 231524) (sem identificação patrimonial)	x-x-x-x
12624	01 Monitor de 15" AOC Digital	R\$ 389,00
20959	01 Estabilizador de Tensão, 1 KVA, 220 / 110V	R\$ 144,00
23123	01 Impressora Multifuncional Laserjet	R\$ 600,00
23148	01 Estabilizador 500 Va	R\$ 87,00
26837	01 Aparelho de Telefone	R\$ 39,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no

"caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3874, DE 1º DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3874, DE 1º DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 80.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0125.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0125.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0125.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	80.000,00
	total	80.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	80.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3880, DE 07 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3880, DE 07 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS	
0.13857	Transf - SUS/União - SAMU	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3881, DE 07 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3881, DE 07 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 994.446,90.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 994.446,90 (novecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
445000.00	TRANSF A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
030000	RECURSOS ORDINÁRIOS	573.322,98
030200	RECEITA DE IMPOSTOS - SAÚDE	129.390,53
	TOTAL	702.713,51
15.04.010.304.0074.2166.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.304.0074.2166.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.304.0074.2166.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
033866	Trans – SUS/União – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
033866	Trans – SUS/União – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	181.733,39
	TOTAL	181.733,39
15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
033866	Trans – SUS/União – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL GERAL	994.446,90

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3882, DE 09 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3882, DE 09 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 15.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.04.010.304.0074.2166.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.304.0074.2166.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.304.0074.2166.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
033866	Trans – SUS/União – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3883, DE 10 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3883, DE 10 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 89.973,56.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 89.973,56 (oitenta e nove mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

16.03.008.244.0088.2284.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
033500	Transf. Sist Único A. Social – SUAS/União	30.454,93
	TOTAL	30.454,93
16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
033563	Transf SUAS/União BOLSA FAMÍLIA	59.518,63
	TOTAL	59.518,63
	TOTAL GERAL	89.973,56

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3884, DE 10 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3884, DE 10 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 2.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
329000.00	JUROS E ENCARGOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.000,00
	TOTAL	2.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
460000.00	AMORTIAÇÃO DA DIVIDA	
469000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.000,00
	TOTAL	2.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3886, DE 22 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3886, DE 22 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 20.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13857	Transf – SUS/União - SAMU	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3887, DE 22 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3887, DE 22 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 237.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	49.302,10
	TOTAL	49.302,10

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	172.164,73
	TOTAL	172.164,73
03.05.028.846.0005.0003.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.846.0005.0003.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.846.0005.0003.	SENTENÇAS JUDICIAS CONTRA O MUNICIPIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	15.533,17
	TOTAL	15.533,17
	TOTAL	237.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3890, DE 22 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3890, DE 22 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 15.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

03.05.028.846.0005.0003.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.846.0005.0003.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.846.0005.0003.	SENTENÇAS JUDICIAS CONTRA O MUNICIPIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.05.028.846.0005.0003.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.846.0005.0003.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.846.0005.0003.	SENTENÇAS JUDICIAS CONTRA O MUNICIPIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3891, DE 22 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3891, DE 22 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.33762	SUPERAVIT OUTROS RECURSOS FNDE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3892, DE 28 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3892, DE 28 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 3.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
447100.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIO PUBLICOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00
	TOTAL	3.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
337100.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIO PUBLICOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00
	TOTAL	3.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3893, DE 29 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3893, DE 29 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 340.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.01.015.451.0050.2090.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.451.0050.2090.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.451.0050.2090.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30817	SUPERAVIT cosip	340.000,00
	TOTAL	340.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3894, DE 29 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3894, DE 29 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 5.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

16.01.008.244.0086.2294.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2294.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2294.	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.01.008.244.0086.2294.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2294.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2294.	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	

440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3895, DE 30 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3895, DE 30 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 895.269,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014, c/c Lei 2784, de 30/07/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	795.269,00
	TOTAL	795.269,00
04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	60.000,00
	TOTAL	60.000,00
04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	40.000,00
	TOTAL	40.000,00
	TOTAL GERAL	895.269,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 895.269,00 (oitocentos e noventa e cinco mil e duzentos e sessenta e nove reais), autorizado pela Lei nº 2784, de

30/07/2015, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
460000.00	AMORTIAÇÃO DA DIVIDA	
469000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	SUPERAVIT LIVRE	325.000,00
	TOTAL	325.000,00
03.05.028.845.0007.0004.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.845.0007.0004.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.845.0007.0004.	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP PMT	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	SUPERAVIT LIVRE	470.269,00
	TOTAL	470.269,00
04.02.012.365.0020.1021.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.1021.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.1021.	MODERNIZAÇÃO DAS UPES	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	25.000,00
	TOTAL	25.000,00
04.02.012.365.0020.1023.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.1023.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.1023.	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UPES	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	35.000,00
	TOTAL	35.000,00
04.03.012.361.0022.1025.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.1025.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.1025.	MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	40.000,00
	TOTAL	40.000,00
	TOTAL GERAL	895.269,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3896, DE 30 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3896, DE 30 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 425.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014, c/c Lei 2784, de 30/07/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	112.000,00
	TOTAL	112.000,00
15.05.010.122.0078.2176.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.05.010.122.0078.2176.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.122.0078.2176.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	150.000,00
	TOTAL	150.000,00
15.02.010.302.0072.1157.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.1157.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.1157.	FROTA DE VEÍCULOS MAC	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO FMS	272.000,00

ANULAÇÃO FMAS:

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	16.000,00

	TOTAL	16.000,00
16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.000,00
	TOTAL	1.000,00
16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	18.000,00
	TOTAL	18.000,00
16.02.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
16.02.008.244.0087.2276.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2276.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2276.	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	28.000,00
	TOTAL	28.000,00
16.02.008.244.0087.2276.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2276.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2276.	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

16.02.008.244.0087.2278.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2278.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2278.	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	60.000,00
	TOTAL	60.000,00
16.03.008.244.0088.2284.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	24.000,00
	TOTAL	24.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO FMAS	153.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO	425.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais), autorizado pela Lei nº 2784, de 30/07/2015, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
445000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	112.000,00
	TOTAL	112.000,00
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	150.000,00
	TOTAL	150.000,00
15.01.010.301.0070.1153.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.1153.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.1153.	OBRAS E INSTALAÇÕES AB	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	

449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FMS	272.000,00

SUPLEMENTAÇÃO FMAS:

16.03.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	153.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FMAS	153.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	425.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3897, DE 30 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3897, DE 30 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 45.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
319000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	45.000,00
	TOTAL	45.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE	

13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	45.000,00
	TOTAL	45.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3898, DE 30 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3898, DE 30 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 80.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014, c/c Lei 2784, de 30/07/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

23.04.006.181.0048.1405.	FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.1405.	POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.1405.	FROTA DE VEÍCULOS - FUMREPOM	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	80.000,00
	TOTAL	80.000,00
	TOTAL ANULAÇÕES FUNREPOM	80.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2784, de 30/07/2015, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

23.04.006.181.0048.1403.	FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.1403.	POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.1403.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FUMREPOM	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

23.04.006.181.0048.1407.	FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.1407.	POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.1407.	OBRAS E INSTALAÇÕES - FUMREPOM	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	53.000,00
	TOTAL	53.000,00
23.04.006.181.0048.2400.	FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.2400.	POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.2400.	MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR - FUMREPOM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	17.000,00
	TOTAL	17.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FUNREPOM	80.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3899, DE 30 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3899, DE 30 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 190.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014, c/c Lei 2784, de 30/07/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

19.02.027.812.0091.2242.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	
19.02.027.812.0091.2242.	TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES ESPORTIVAS	
19.02.027.812.0091.2242.	REPASSES DA FME PARA ENTIDADES, CLUBES E ASSOCIAÇÕES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FIN S LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	190.000,00

	TOTAL	190.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO FME	190.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), autorizado pela Lei nº 2784, de 30/07/2015, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.2236.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.2236.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2236.	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
19.01.027.813.0090.2240.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.2240.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2240.	MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	140.000,00
	TOTAL	140.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FME	190.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3900, DE 30 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3900, DE 30 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 60.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014, c/c Lei 2784, de 30/07/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

22.01.013.392.0094.2248.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2248.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2248.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
22.01.013.392.0094.2246.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2246.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2246.	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
445000.00	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO FCT	60.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2784, de 30/07/2015, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

22.01.013.391.0094.2252.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.391.0094.2252.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.391.0094.2252.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
22.01.013.392.0094.1243.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
22.01.013.392.0094.1243.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.1243.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FCT	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO FCT	60.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3901, DE 30 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3901, DE 30 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 281.731,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014, c/c Lei 2784, de 30/07/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	281.731,00
	TOTAL	281.731,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 281.731,00 (duzentos e oitenta e um mil e setecentos e trinta e um reais), autorizado pela Lei nº 2784, de 30/07/2015, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
445000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	281.731,00
	TOTAL	281.731,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3902, DE 30 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 3902, DE 30 DE JULHO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 15.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte

Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1685, DE 1º DE JULHO DE 2015

PORTARIA No 1685, DE 1º DE JULHO DE 2015

Designa membros para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, para implantação do anel viário-rua Araponguinhas – Etapa I, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 – Contrato Administrativo 2015/77.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da obra - IMPLANTAÇÃO DO ANEL VIÁRIO RUA ARAPONGUINHAS ETAPA I, RELATIVOS AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2, EIXO PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - 2ª ETAPA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA - PRÓ-TRANSPORTE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, COM RECURSOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS, CONFORME AUTORIZADO PELO MINISTRO DAS CIDADES ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 111 DE 5 DE MARÇO DE 2013 PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, referente ao Processo Licitatório Concorrência 171/2014 – Contrato

Administrativo 2015/77:

- a) ORLEI ADAZIR PEDRON – Secretário de Obras e Serviços Urbanos;
- b) ATOMIR SEBASTIÃO RUFINO – Diretor de Obras e Serviços Urbanos;
- c) ROSELI LOURDES DA ROCHA – Engenheira Civil

Art. 2º Essa designação não exclui a responsabilidade de fiscalização técnica da obra e demais obrigações constantes do Contrato Administrativo, edital e anexos a ser executada pelo Consórcio Anel Viário Timbó (composto pelas empresas SC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA, GREIDE ENGENHARIA LTDA e IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA), nos termos do Contrato Administrativo nº 2013/175.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1686, DE 1º DE JULHO DE 2015

PORTARIA No 1686, DE 1º DE JULHO DE 2015

Designa membros para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da obra de Construção da Unidade de Saúde da Família Integrada/Imigrantes.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da obra de construção da Unidade de Saúde da Família Integrada/Imigrantes – Contrato Administrativo nº 2014/060:

- a) JEIMES JONAHTAN GUTJAHR – Engenheiro Civil
- b) EDSON JOSÉ PEDRON – Arquiteto e Urbanista;
- c) MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR – Engenheiro Civil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1706, DE 27 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº 1706, DE 27 DE JULHO DE 2015

Nomeia Servidoras Públicas Municipais para o exercício de cargo efetivo na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, as servidoras abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público nº 01/2013:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Cargo: Professor		
Ref.Salarial: C-10		
Professor Educação Infantil Pré-Escola		
NOME	CPF	JORNADA SEMANAL
Elisandra Marise Willrich	937.623.809-53	20h/a
Katia Michele Jurk Avalos	005.720.409-89	20h/a
Marcia de Andrade Gessner	000.157.699-25	20h/a
Luciane Daiane Heinrich	047.092.829-86	20h/a
Fernanda Carlini	008.755.819-00	20 h/a
Yara Christina Ittner Zickuhr	658.389.399-15	20h/a

Art. 2º CONVOCAR as Servidoras nomeadas para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso Público nº 01/2013, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foi nomeada. Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se a servidora nomeada não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo. Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Três Barras

PREFEITURA

CONTRATO Nº 044/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2015

Vigência: 31/08/2015 até 01/10/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: Liga Esportiva Canoínense.

CNPJ nº. 82.773.979/0001-24.

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de arbitragem, através do quadro de árbitros do Contratado, com equipe de arbitragem incluindo auxiliares e mesários para os 40 jogos, no Campeonato Municipal de Futsal, a ser realizado no local denominado Ginásio Ione Cyriaco de Souza, na Rua Richard Backemann, s/n, Bairro Vila Nova, na cidade de Três Barras – SC, no período de Agosto a Outubro de 2015, conforme tabela de jogos da 1º e 2º fase do Campeonato Municipal anexo inseparável do presente Contrato.

Valor: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

ALINOR LESCOVITZ

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 28 Agosto de 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 190 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 190 DE 28 DE AGOSTO DE 2015
CRIA CARGOS, VAGAS E ALTERA PADRÕES DA TABELA DE VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam criados no Anexo III - Tabela de Vencimentos – Cargos Efetivos da Lei Complementar nº 139/2009 os seguintes Padrões:

I - Padrão 02 – I no valor de R\$ 4.390,20 (quatro mil, trezentos e noventa reais e vinte centavos), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais;

II – Padrão 02 – II no valor de R\$ 4.609,48 (quatro mil, seiscentos e nove reais e quarenta e oito centavos), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais;

III - Padrão 04 – A no valor de R\$ 1.376,50 (um mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º. Ficam criadas no Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento Efetivo os seguintes cargos e vagas:

I – Médico Pediatra - Padrão PE-05-B, com vencimento de R\$ 2.195,10 (dois mil, cento e noventa e cinco reais e dez centavos), com carga horária de 10 (dez) horas semanais, 02 (duas) vagas;

II – Médico Ginecologista/Obstetra - Padrão PE-05-B, com vencimento de R\$ 2.195,10 (dois mil, cento e noventa e cinco reais e dez centavos), com carga horária de 10 (dez) horas semanais, 02 (duas) vagas;

III - Médico Urologista - Padrão PE-05-B, com vencimento de R\$ 2.195,10 (dois mil, cento e noventa e cinco reais e dez centavos), com carga horária de 10 (dez) horas semanais, 01 (uma) vaga;

IV - Médico Cardiologista - Padrão PE-05-B, com vencimento de R\$ 2.195,10 (dois mil, cento e noventa e cinco reais e dez centavos), com carga horária de 10 (dez) horas semanais, 01 (uma) vaga;

V - Médico Ortopedista - Padrão PE-02-I, com vencimento de R\$ 4.390,20 (quatro mil, trezentos e noventa reais e vinte centavos), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, 01 (uma) vaga;

VI - Médico Psiquiatra - Padrão PE-02-II, com vencimento de R\$ 4.609,48 (quatro mil, seiscentos e nove reais e quarenta e oito centavos), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, 01 (uma) vaga.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos são aquelas definidas no Anexo I.

Art. 3º. Ficam criadas as seguintes vagas no Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento Efetivo:

I – 02 (duas) vagas para o cargo de Enfermeiro, Padrão PE 04-I, com vencimento de R\$ 2.840,00 (dois mil, oitocentos e quarenta reais), carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Vencimento 04-I, para lotação na Secretaria Municipal de Saúde;

II - 02 (duas) vagas para o cargo de Farmacêutico, Padrão PE 04 - A, com vencimento de R\$ 1.376,50 (um mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. Fica criada gratificação de sobreaviso não presencial aos profissionais médicos no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) dia.

Parágrafo único. A gratificação criada no caput será concedida exclusivamente aos servidores efetivos, através de Portaria e corrigidas de acordo com o índice aplicado a revisão geral anual da remuneração dos servidores, sem incorporar ao vencimento.

Art. 5º. O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, promoverá as necessárias adequações na estrutura do organograma do quadro de pessoal da Prefeitura, em virtude da criação de cargos e vagas e dos cargos referidos nos artigos anteriores.

Art. 6º As despesas decorrente da execução da presente Lei Complementar correrão por conta de elementos próprios do orçamento.

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 28 de agosto de 2015
ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras em exercício

ANEXO ÚNICO

ATRIBUIÇÕES

a) Médico Pediatra - I - Prestar assistência médica em pediatria efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade

e executando tarefas afins; II - clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; III - realizar solicitação de exames- diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; IV – analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; V - emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; VI - manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; VII - prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; VIII - coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; IX - elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; X - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; XI - responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; XII – respeitar a ética médica; XIII - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; XIV – guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; XV – apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; XVI - executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

b) Médico Ginecologista/Obstetra - I - Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; II - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; III - responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; IV – respeitar a ética médica; V - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; VI – guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; VII – apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; VIII - executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

c) Urologista – I - Realizar atendimento na área de urologia; II - desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; III - realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área; IV - Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; V - Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; VI - Participar de programa de treinamento, quando convocado. VII - Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; VIII - Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; IX - Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatórios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; X - Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; XI - Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a

pacientes; XII - Efetuar a notificação compulsória de doenças; XIII - Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; XIV - Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; XV - Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; XVI - Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; XVII - Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; XVIII - Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; XIX - Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; XX - Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; XXI - Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; XXII - Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; XXIII - Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; XXIV – Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; XXV - Realizar outras atribuições afins.

d) Médico Cardiologista – I – Realizar exames subsidiários em cardiologia, cardiopatias congênitas; II – realizar exames de insuficiência Cardíaca Congestiva; III – realizar exames de hipertensão pulmonar; IV – realizar exames de aterosclerose; V – realizar exames de doença arterial coronária; VI – realizar exames de arritmias cardíacas, de miocardiopatias e doenças do pericárdio. VII – realizar terapêutica em cardiologia; VIII - atuar na prevenção em cardiologia: (primária e secundária); IX – organizar os serviços de saúde de acordo com as atribuições do cargo público; X – organizar estatísticas de saúde de sua área de atuação (epidemiologia, vigilância sanitária e epidemiológica); XI – expedir atestados médicos; XII – respeitar a ética médica; XIII - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; XIV – guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; XV – apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; XVI - executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

e) Médico Ortopedista - I - Prestar assistência médica em ortopedia efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; II - clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; III - realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; IV – analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; V - emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; VI – manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; VII - prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; VIII - coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; IX – elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; X - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; XI – responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante

legal; XII – respeitar a ética médica; XIII - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; XIV – guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; XV – apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; XVI – executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

f) Médico Psiquiatra – I - Realizar atendimento na área de psiquiatria; II- Desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; III - Realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes; IV - Executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área; V - Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; VI - Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; VII - Participar de programa de treinamento, quando convocado; VIII - Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; IX - Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; X - Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatórios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; XI - Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; XII - Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; XIII – Efetuar a notificação compulsória de doenças; XIV - Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; XV - Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; XVI - Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; XVII - Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; XVIII - Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; XIX - Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; XX - Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; XXI - Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; XXII - Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; XXIII - Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; XXIV - Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; XXV - Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; XXVI - Realizar outras atribuições afins.

LEI COMPLEMENTAR Nº 191 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 191 DE 28 DE AGOSTO DE 2015
ACRESCENTA § 3º E ALTERA REDAÇÃO DO CAPUT DO ART. 80 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 138 DE 08 DE OUTUBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O art. 80 caput da Lei Complementar nº 138 de 08 de outubro de 2009 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Três Barras, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 80. A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, licença para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração, prorrogável uma única vez por período não superior a esse limite.

Art. 2º. Fica acrescido um parágrafo, com a designação de § 3º, ao art. 80 da Lei Complementar nº 138 de 08 de outubro de 2009 – que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Três Barras, com a seguinte redação: .

§ 3o. Para os servidores que se encontrem em estágio probatório, somente será concedida a licença prevista no “caput” deste artigo quando a mesma for destinada a possibilitar a realização de curso de aperfeiçoamento de nível superior, compreendendo: residência médica, no caso da formação em medicina e especialização, mestrado e doutorado, em qualquer área de atuação, situação em que o período de estágio probatório será suspenso pelo prazo de duração da licença.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 17 de julho de 2015.
ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras em exercício

LEI Nº 3.192 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 3.192 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CEDER MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL AOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA E DO PARANÁ QUE DECLAREM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder máquinas, equipamentos e pessoal aos municípios limítrofes do Município de Três Barras – SC, situados nos Estados de Santa Catarina e do Paraná, que declarem situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Parágrafo único. As máquinas, equipamentos e pessoal serão cedidos para a normalização dos serviços públicos essenciais, tais como desobstrução e recuperação de estradas e ruas, se estendendo também aos setores de saúde, trânsito e segurança, a juízo do município cedente.

Art. 2º. O controle das máquinas, equipamentos e pessoal cedido, serão de competência do Poder Executivo Municipal cedente, que deverá atuar conjuntamente com o órgão competente do município beneficiado com a presente lei.

Art. 3º. As despesas de locomoção das máquinas, equipamentos e pessoal, até os municípios atingidos, correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º. O Executivo Municipal expedirá decreto especificando máquinas, equipamentos e pessoal a serem cedidos, estipulando um prazo determinado pela cessão.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC., em 28 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras em exercício

Trombudo Central

PREFEITURA

324/2015

PORTARIA 324/2015 DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. LUISA CARINA GESSI RIPPEL, ocupante do cargo de provimento temporário de Psicóloga, licença para tratamento de saúde por 15 dias, conforme atestado médico emitido a partir do dia 14 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 14 de agosto de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 26 de agosto de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

HANELORE HEDLER

Secretaria de Assistência Social e Habitação

1889/2015

LEI 1889 DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

"PROMOVE ALTERAÇÕES NO PPA DO QUADRIÊNIO 2014-2017, NA LDO 2015 E NO ORÇAMENTO ANUAL DE 2015".

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central.

FAÇO SABER a todos os habitantes do município de Trombudo Central, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a Suplementar as seguintes dotações orçamentárias da Unidade Gestora PREFEITURA MUNICIPAL:

§ 1º - Secretaria de Administração

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00.0117	2.003 – Manut. Estr. Burocrática	450.000,00	00.01.0000
3.3.50.00.00.00.00.00.0117		27.000,00	00.01.0000

§ 2º - Secretaria da Educação

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00.0146	2.019 – Transporte Escolar	120.000,00	00.01.0200
3.1.90.00.00.00.00.00.0161	2.021 – Manut. Centro Administrativo	70.000,00	00.01.1200
3.3.90.00.00.00.00.00.0146		50.000,00	00.01.0200
3.1.90.00.00.00.00.00.0146	2.007 – Manut. CEB Erica Hasse	25.000,00	00.01.0200
3.1.90.00.00.00.00.00.0161		220.000,00	00.01.1200
3.1.90.00.00.00.00.00.0146	2008 – Manut. CEB Arthur Bruno Jandt	20.000,00	00.01.0200
3.1.90.00.00.00.00.00.0161		125.000,00	00.01.1200
3.1.90.00.00.00.00.00.0161	2.009 – Manut. CEB Egfinolf Bell	90.000,00	00.01.1200
3.1.90.00.00.00.00.00.0146	2.010 – Manut. CEI Cinderela	60.000,00	00.01.0200
3.1.90.00.00.00.00.00.0146	2.011 – Manut. CEI Gente Miúda	22.000,00	00.01.0200
3.1.90.00.00.00.00.00.0161		105.000,00	00.01.1200
3.1.90.00.00.00.00.00.0146	2.012 – Manut. CEI Pinguinho de Gente	35.000,00	00.01.0200
3.1.90.00.00.00.00.00.0161		40.000,00	00.01.1200
3.1.90.00.00.00.00.00.0146	2.014 – Manut. CEI Johanne Schutte	10.000,00	00.01.0200
3.1.90.00.00.00.00.00.0161		60.000,00	00.01.1200
3.1.90.00.00.00.00.00.0161	2.015 – Manut. CEI Menino Jesus	10.000,00	00.01.1200
3.1.90.00.00.00.00.00.0146	2.016 – Manut. CEI Charlotte Ilse Schindler	3.000,00	00.01.0200
3.1.90.00.00.00.00.00.0161		15.000,00	00.01.1200
3.1.90.00.00.00.00.00.0161	2.022 – Manut. CEI Arthur Kroenke	150.000,00	00.01.1200

3.1.90.00.00.00.00.00.0146	2.058 – Manut. CEB Compartilhada	1.500,00	00.01.0200
3.1.90.00.00.00.00.00.0161		50.000,00	00.01.1200

§ 3º - Secretaria dos Transportes e Obras

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00.0117	2.028 – Manut. Da Malha Viária	15.000,00	00.01.0000

§ 4º - Secretaria Agricultura e Meio Ambiente

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00.0117	2.028 – Manut. Serv. Propr. Agrícolas	30.000,00	00.01.0000

§ 5º - Secretaria de Assistência Social

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00.0117	2.045 – Gestão do Sistema único de Assistência Social	35.000,00	00.01.0000

§ 6º - Secretaria do Planejamento

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00.0117	2.043 – Manut. Da Secret. Planejamento	90.000,00	00.01.0000

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a Suplementar as seguintes dotações orçamentárias da Unidade Gestora FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:
§ 1º - Secretaria da Saúde

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00.0147	2.027 – Manut. Unidades de Saúde	385.000,00	00.01.0300

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a inclusão, junto ao Plano Plurianual do quadriênio 2014 - 2017, da seguinte dotação orçamentária:

Entidade 1 – Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

Órgão 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

Func.Progr. - 04.122.0003

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.3.93.00.00.00.00.00.0117	Ação 2.003 – Manutenção da Estrutura Burocrática	5.000,00	00.01.0000

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a inclusão, junto a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, da seguinte dotação orçamentária:

Entidade 1 – Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

Órgão 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

Func.Progr. - 04.122.0003

Meta Física: 12 meses.

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.3.93.00.00.00.00.00.0117	Ação 2.003 – Manutenção da Estrutura Burocrática	5.000,00	00.01.0000

Art. 5º- Fica o Poder Executivo autorizado a promover a inclusão, junto À Lei Orçamentária Anual de 2015 do Município da seguinte dotação orçamentária:

Entidade 1 – Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

Órgão 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

Func.Progr. - 04.122.0003

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.3.93.00.00.00.00.00.0117	Ação 2.003 – Manutenção da Estrutura Burocrática	5.000,00	00.01.0000

Art. 6º - Por conta das alterações promovidas no Orçamento do ano de 2015, de fica o poder executivo autorizado a promover o reequilíbrio orçamentário da seguinte forma:

§ 1º - Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00.0162	2.019 – Transporte Escolar	27.000,00	00.01.1300
3.1.90.00.00.00.00.00.0146	2.020 – Merenda Escolar	21.000,00	00.01.0200
3.1.90.00.00.00.00.00.0162		148.000,00	00.01.1300
3.1.90.00.00.00.00.00.0162	2.021 – Manut. Centro Administrativo	244.000,00	00.01.1300
3.1.90.00.00.00.00.00.0162	2.007 – Manut. CEB Erica Hasse	90.000,00	00.01.1300
3.1.90.00.00.00.00.00.0162	2.009 – Manut. CEB Eginolf Bell	105.000,00	00.01.1300
3.1.90.00.00.00.00.00.0162	2.010 – Manut. CEI Cinderela	111.000,00	00.01.1300
3.1.90.00.00.00.00.00.0162	2.011 – Manut. CEI Gente Miúda	60.000,00	00.01.1300
3.1.90.00.00.00.00.00.0162	2.012 – Manut. CEI Pinginho Gente	12.000,00	00.01.1300

3.1.90.00.00.00.00.00.0162	2.014 – Manut. CEI JOhanne Schutte	21.000,00	00.01.1300
3.1.90.00.00.00.00.00.0162	2.015 – Manut. CEI Menino Jesus	31.000,00	00.01.1300
3.1.90.00.00.00.00.00.0162	2.016 – Manut. CEI Charlotte I. Schindler	6.000,00	00.01.1300
3.1.90.00.00.00.00.00.0162	2.058 – Manut. CEB Compartilhada	10.000,00	00.01.1300
3.1.90.00.00.00.00.00.0117	2.048 – Serv. Prot. Atend.Espec. Familias e Indivíduos	110.000,00	00.01.0000

§ 2º - Provável excesso de arrecadação das seguintes fontes de recurso:

Fonte de Recurso	Valor do provável excesso de arrecadação
00.01.0000	542.000,00
00.01.0200	325.500,00
00.01.1200	70.000,00
00.01.0300	385.000,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de agosto de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito

1890/2015

LEI 1890 DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e, REGULAMENTANDO O PARÁGRAFO 2º DO ART. 34 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1380, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CRIA A DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER: A todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I

Da Definição da NFS-e

Art. 1º- Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), conforme previsto no parágrafo 2º do art. 34 da Lei Complementar nº 1380, de 29/12/2003, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços.

Parágrafo único - Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de Trombudo Central/SC, com o objetivo de registrar as operações relativas a prestação de serviços, de existência exclusivamente digital após autorização de uso fornecida pelo Departamento de Tributos.

Seção II

Dos Contribuintes Obrigados

Art. 2º - O Prefeito Municipal definirá por meio de Decreto os prestadores de serviço obrigados a emissão da NFS-e.

Parágrafo único - Os contribuintes não obrigados, que optarem espontaneamente pela

emissão da NFS-e, ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e sua regulamentação em caráter definitivo e irrevogável.

CAPÍTULO II

DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I

Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 3º - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 4º - Para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico www.trombudocentral.sc.gov.br o qual poderá utilizar-se de Certificação Digital.

Art. 5º - Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei, e comprovação, pelo Departamento de Tributos, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida, será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§1º – Caso a solicitação de acesso for efetuada sem a utilização da Certificação Digital, deverá ser impresso o formulário de “Solicitação de Acesso” e entregue o mesmo com a assinatura do contribuinte (no caso exclusivo de pessoa física) ou sócio administrador da organização devidamente com firma reconhecida junto ao Departamento de Tributos.

§2º - Constatada qualquer inconsistência nas informações prestadas pela pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha, será informada, via correio eletrônico (e-mail), para no prazo de até 30 (trinta) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§3º - Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 6º - A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física

ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 7º - Será cadastrada apenas uma senha para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual (quando houver esta) e Municipal.

§1º - A liberação de acesso fornecida ao contribuinte, conterá as seguintes funções:

I - Cadastrar usuários do sistema da NFS-e e alteração de senha;

II - Gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

§2º - A senha de acesso poderá ser bloqueada de ofício sempre que for constatada qualquer irregularidade cadastral ou fiscal pelo Município de Trombudo Central/SC.

Art. 8º – O contribuinte detentor da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como, pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

Seção II

Do Acesso pela Administração Fazendária

Art. 9º - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 10 - A senha de acesso prevista do artigo anterior, será outorgada ao(s) Fiscal de Tributos e/ou membros do Departamento de Tributos, a qual conterá as seguintes funções:

I - Habilitar e desabilitar usuários;

II - Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 11 - Aos servidores públicos da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e, conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida, vedado o acesso a qualquer alteração de dados dos documentos emitidos pelos contribuintes.

CAPITULO III

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA NFS-e

Seção I

Disposições Gerais

Art. 12 - A NFS-e conterá as indicações abaixo descritas e campos de dados e codificações estabelecidos mediante Decreto, se necessário: I - número sequencial (sendo o preenchimento automático pelo sistema);

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão (sendo o preenchimento automático pelo sistema);;

IV - identificação do prestador de serviços (deverá consignar os dados cadastrados junto a Prefeitura), com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) e-mail;

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário.

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) e-mail;

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução na base de calculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço - enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante do Anexo I da Lei Complementar nº 1380, de 29/12/2003;

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;

b) serviço não tributável pelo Município de Trombudo Central/SC, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal nº 116/2003 e lei municipal.

c) retenção de ISS na fonte;

d) sociedades simples com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";

e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;

f) contribuinte pessoa física enquadrado no regime de alíquota fixa;

g) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISS;

h) número e data do Recibo Provisório de Serviços (RPS) emitido, nos casos de sua substituição.

§1º – A NFS-e conterá no cabeçalho, as expressões "Município de Trombudo Central – SC" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NFS-e".

§2º – O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do

prestador de serviços.

§3º – O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

Art. 13 - A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico www.trombudocentral.sc.gov.br ou através de importação de dados (webservice), o que considerar-se-á como RPS para o sistema operacional da NFS-e, somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Trombudo Central/SC, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo Único – A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico (e-mail) ao tomador de serviços.

Art. 14 – As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos disponíveis no site oficial do Município.

Art. 15 – Todos os estabelecimentos prestadores são obrigados a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Art. 16 – A emissão de NFS-e não terá custo quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Seção II

Da Emissão de Documentos Fiscais por Bancos e demais Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

Art. 17 – Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais – NFS-e.

Seção III

Do Cancelamento da NFS-e

Art. 18 – A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado (on line), no endereço eletrônico www.trombudocentral.sc.gov.br, na rede mundial de computadores (Internet) até o décimo dia após a sua emissão, mediante devida e fundamentada justificativa.

§1º – Após a ocorrência da data citada no caput, a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido, devidamente protocolado no Departamento de Tributos.

§2º – Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço, noticiando a operação, a qual não será permitida se não houver o endereço eletrônico do tomador do serviço cadastrado.

§3º – O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 19 – Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, nos termos da lei.

Seção V

Da Carta de Correção Eletrônica – CC-e

Art. 20 – Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal a "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§1º – É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§2º – Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto e CNPJ do tomador.

§3º – Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal ou inscrição em Dívida Ativa.

CAPÍTULO IV

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO – RPS

Seção I

Da Definição de RPS e sua utilização

Art. 21 – Nos casos previstos nesta Lei, a pessoa física ou jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços – RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

Parágrafo único – Entende-se por Recibo Provisório de Serviços – RPS, o documento fiscal impresso ou gerado eletronicamente, de cunho temporário e esporádico, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e.

Art. 22 – O Recibo Provisório de Serviços – RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I – prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

II – impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, no ato da prestação de serviços;

III – prestadores de serviços que utilizam sistema próprio de geração de NFS-e, sendo que estes arquivos serão considerados RPS;

IV – prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso a rede mundial de computadores (internet).

Art. 23 – O RPS poderá ser confeccionado em sistema de blocos, desde que haja prévia autorização do Fisco Municipal, devendo conter todos os dados previstos para a NFS-e no decreto regulamentador, previsto parágrafo único do art. 22 desta Lei e sendo impresso tipograficamente, com numeração sequencial e indicação de série.

§1º – O RPS será emitido em no mínimo 2 (duas) vias, carbonadas, sendo a 1º (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2º (segunda) em poder do emitente.

§2º – O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.

§3º – A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar as suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§4º – As notas fiscais convencionais já confeccionadas, inclusive notas fiscais conjugadas, poderão ser utilizadas até o término dos blocos impressos, caso em que serão consideradas como RPS, ou inutilizadas pela fiscalização tributária, a critério do contribuinte.

§5º – Caso os RPS não venham ser integralmente utilizados, em processo de baixa de atividades os mesmos devem ser incinerados pelo Fisco Municipal.

§6º – Para operacionalizar o disposto nesta seção, o Departamento de Tributos da Prefeitura disponibilizará o “layout” do sistema da NFS-e no portal eletrônico www.trombudocentral.sc.gov.br.

Seção II

Da conversão do RPS em NFS-e

Art. 24 – Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 3º(terceiro) dia subsequente ao de sua emissão.

§1º – Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no caput deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§2º – O prazo previsto no caput deste artigo se inicia no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§3º – A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços as penalidades previstas no art. 31 do Capítulo VI desta Lei.

§4º – Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas e utilizadas, após o contribuinte estar obrigado a emissão da NFS-e.

§5º – A não substituição do RPS pela NFS-e se equipará a não emissão de nota fiscal.

§6º – Aplica-se o disposto neste artigo as notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas na conformidade desta Lei.

Seção III

Do Sistema de Emissão de Cupom Fiscal – ECF

Art. 25 – O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, pela Legislação Estadual - RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

I – a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal – ECF será em regime especial;

II – as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF e sua emissão serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente - RICMS/SC;

III – a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços -ISS.

Art. 26 – As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Parágrafo único - A emissão dos totalizadores diários referentes aos serviços prestados devem ser informadas através do sistema eletrônico de gestão do ISS - Livro Eletrônico.

CAPÍTULO V

DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE RELATIVO AO RPS NÃO CONVERTIDO DECLARAÇÃO DENÚNCIA DE NÃO CONVERSÃO DE RPS – DDNC

Seção I

Do Recolhimento do Imposto

Art. 27 – Fica instituída a “Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC”, de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 28 – As pessoas físicas e jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 24 desta norma legal.

Parágrafo único – O tomador de serviços que receber Recibo Provisório de Serviços

(RPS), em que não há retenção do ISS devida por lei, poderá informar a “Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC” na forma prevista neste artigo.

Art. 29 – A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único – O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no artigo 32 desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO

DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS PERTINENTES À NFS-e

Seção I

Das multas

Art. 30 – Nas infrações relativas a NFS-e, quando o prestador de serviços:

I – Não emitir NFS-e quando obrigatória – 5 UFM's por unidade;

II – Emitir NFS-e como isento, imune ou não tributável, quando tributável – 7 UFM's por nota;

III – Cancelar indevidamente NFS-e Municipal – 3 UFM's por nota cancelada;

IV – Emitir NFS-e indevidamente – 3 UFM's por nota emitida.

Art. 31 – Nas infrações relativas a emissão de RPS:

I - quando o prestador de serviços emitir RPS e não converter em NFS-e, no prazo legal – 2 UFM's por recibo;

II – quando o tomador de serviços deixar de informar a “Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC” no prazo devido, quando o prestador obrigado a converter o RPS em NFS-e não o fizer ou efetuar-lo fora do prazo – 3 UFM's por declaração.

Art. 32 – O uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres ou registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais, configura crime, nos termos da lei, sujeitando-se as sanções penais, além da aplicação de multa no valor de 200 UFM's.

Art. 33 – Nenhuma das penalidades previstas nesta seção prejudicará o lançamento do imposto e a incidência das penalidades, inclusive multas, previstas na legislação do ISS em face do não cumprimento da obrigação principal no prazo regulamentar.

CAPÍTULO VII DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 34 - As pessoas jurídicas de direito público e privado, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município, prestadores, tomadores ou intermediários de serviços, bem como pessoas físicas, ficam obrigados a apresentar declaração dos serviços tomados e/ou prestados, inclusive os de profissionais autônomos e outras informações acessórias.

I – A forma, o prazo e outras informações relativas a declaração e outras obrigações acessórias, serão definidos em regulamento.

II – Todas as declarações deverão ser assinadas digitalmente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do declarante.

III – Podem ser utilizadas a certificação digital do sócio-administrador ou da própria empresa, para atendimento do disposto no inciso anterior.

Art. 35 – O envio da(s) declaração(ões) contendo imposto a recolher constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços - ISS incidente nas operação(ões), ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita a cobrança administrativa ou judicial.

Art. 36 – Decreto regulamentador deverá estabelecer forma, dados e prazos de envio das declarações, valor mínimo para recolhimento do imposto e demais disposições.

Seção II

Das Multas

Art. 37 – As infrações relativas as declarações de serviços prestados e/ou tomados previstas neste capítulo ou no decreto regulamentadora serão punidas com as seguintes multas:

I – não efetuar a entrega da declaração – 4 UFM/por declaração;

II – efetuar a entrega da declaração com atraso – 2 UFM/por declaração;

III – efetuar a entrega da declaração como sem movimento, quando há documentos fiscais a serem declarados – 2 UFM/por declaração;

IV – efetuar a entrega da declaração com inconsistências – 2 UFM/por declaração.

Parágrafo único – Para efeitos desta lei e regulamento, considera-se a declaração de serviços prestados e tomados de forma individual.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38 – A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e do envio das declarações de serviços prestados e tomados e os contribuintes abrangidos serão definidos por decreto regulamentador.

Art. 39 – Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo junto ao Departamento de Tributos pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único – O processo administrativo referido neste artigo somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização ou inscrição do crédito em Dívida Ativa.

Art. 40 – No ato da homologação da solicitação de acesso para uso do sistema eletrônico da NFS-e o cadastro mobiliário municipal, deverá estar compatível com a inscrição no CNPJ e na Secretaria de Estado da Fazenda, esta, se for o caso.

Art. 41 – Os casos especiais de emissão de notas fiscais eletrônicas NFS-e serão dirimidos e regulados por atos do Prefeito Municipal.

Art. 42 – É vedada a emissão de notas fiscais conjugadas ou outra, quando o contribuinte estiver obrigado a utilizar a NFS-e. Caso ocorra este procedimento, considerar-se-á infração punida pelo dispositivo constante do artigo 30, inciso I desta lei.

Art. 43 – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 44 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Agosto 2015.

SILVIO VENTURI
PREFEITO MUNICIPAL

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO N. 09/2015

CONTRATO N. 09/2015

São partes neste contrato, através de seus representantes ao final nomeados, como CONTRATANTE o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.273.240/0001-49, aqui representado pelo Sr. Bruno José Heberle, gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, como CONTRATADA, e do outro lado a empresa SIIM- Serviços de Imagem Integrada Médica Ltda, sediada na Rua Guilherme José Missen, 187, Centro Ala Diagnóstico, no Município de São Miguel do Oeste/SC denominadas, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para a realização de exames de ressonância magnética, em pacientes deste município, conforme Termo de Referencia constante no Anexo I, de acordo com a Proposta e demais peças integrantes do Edital respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. A presente contratação terá vigência até 31/12/2015 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do Fundo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

3.1. O valor total ora contratado é de R\$ 268,75 (duzentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco, por exame, considerando consignado conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação.

3.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

3.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

3.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

3.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada,

obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (30) do Fundo Municipal de Tunápolis.

CLÁUSULA QUINTA – DO DOCUMENTO FISCAL

5.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Frantz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

5.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

6.1. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

6.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

6.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

6.1.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.4. Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

6.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

6.1.6. Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

7.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.2.1 Executar os exames de acordo com as especificações do Edital (termo de referencia), sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

7.2.2 Entregar juntamente com o faturamento, cópia do encaminhamento do paciente para conferência;

7.2.3 Quando da necessidade de informações ou dúvidas referente a procedimentos a serem realizados, o fornecedor deverá entrar em contato com o Sr. Bruno José Heberle, secretario da Saúde, no Posto de Saúde de Tunápolis/SC fone (49) 3632.1147.

7.2.4 Fornecer as devida Notas Fiscais, nos termos da Lei;

7.2.5 Fica sob responsabilidade da Contratada qualquer problema que seja observado na falha da montagem das próteses;

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.1.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.2. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga(SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

TUNÁPOLIS,SC., 21 de agosto de 2015

Bruno José Heberle
Contratante
Gestor Fundo

SIIM- Serviços de Imagem Integrada Médica Ltda
Contratado

Testemunhas: _____

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO 001/2015 INSCRIÇÃO A CONSELHEIRO TUTELAR

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

DO EDITAL Nº 001/2015, de 23 e março de 2015

Dispõe sobre homologação de inscrições e processo seletivo para concorrer a membro do Conselho Tutelar do Município de Tunápolis- SC.

Elza Queli Valduga, Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que com base na Lei Municipal nº 1.134/2013 de 05/09/2013, Capítulo IV, e no Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/1990, homologa as inscrições para o processo eleitoral de escolha de 5 (cinco) membros titulares e cinco (5) suplentes para o Conselho Tutelar do Município de Tunápolis,SC.

Faz saber, aos interessados que estarão homologadas as inscrições para candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar de Tunápolis, SC, conforme segue:

CRISTIANE HERMES;
DOUGLAS PAULI;
IVANETE KLEIN BAUMGRATZ;
IVANIR JOSÉ KONRAD;
JULITA ANA STÜLP ROSSA;
MARIA JACINTA EIDT;
PEDRO HECK;
SOLANGE SCHNEIDER;
VANDA MARIA MICHELS;
VANICE IRMA STRIEDER MEURER.

O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da publicação da homologação das inscrições, dirigindo-se ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual proferirá decisão fundamentada no prazo de 02 (dois) dias úteis.

No prazo do item anterior caberá impugnação, fundada em impedimento legal, das candidaturas deferidas.

Qualquer eleitor poderá impugnar as candidaturas deferidas, em manifestação fundamentada e por escrito dirigida ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujos membros decidirão acerca do acolhimento ou não da impugnação, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

Será disponibilizado aos candidatos inscritos para Conselheiro Tutelar curso de formação sobre as atribuições do cargo. Sendo este ministrado pela Oficial da Infância e Adolescência em conjunto com o CMDCA, a realizar-se na segunda quinzena do mês de setembro de 2015.

1. DA DIVULGAÇÃO DA CANDIDATURA

1.1 Os candidatos com sua inscrição deferida, somente poderão fazer propaganda eleitoral através de impressos de tamanho máximo de 210x297mm (tamanho formato A4), sendo vedado qualquer outro tipo de propaganda ou publicidade.

1.2 A propaganda eleitoral deve ter como objetivos exclusivos prestar esclarecimentos sobre as atribuições do conselheiro tutelar, a experiência do candidato no trato das questões envolvendo

crianças e adolescentes, e informações gerais sobre o processo de escolha;

1.3 Será admitida a divulgação da candidatura através da internet, por meio de blogs, redes sociais e envio de e-mails.

1.4 Não será permitido qualquer tipo de propaganda que implique em aliciamento de eleitores e propaganda enganosa.

1.5 Considera-se aliciamento de eleitores o oferecimento ou a promessa de dinheiro em troca de voto.

1.6 Considera-se propaganda enganosa aquela que veicule informações não verdadeiras.

2. DAS SANÇÕES

2.1 Em caso de infração a qualquer vedação prevista neste Edital ou em Lei (especialmente na Lei Federal 8.069/1.990 e na Lei Municipal 1.134/2013), o candidato estará sujeito à cassação da candidatura ou do mandato, conforme o caso.

2.2 A apuração da infração prevista no item anterior será feita através de Inquérito Administrativo, instaurado pelos membros do CMDCA, nos termos do art. 35 da Lei Municipal 1.081/2012, garantindo-se ao investigado o direito à ampla defesa.

3. DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Os conselheiros tutelares serão escolhidos através de voto secreto pelos eleitores do município de Tunápolis-SC, aptos a votar conforme relação fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, que devidamente no ato da votação apresentarem o título de eleitor e documento de identificação oficial com foto.

3.1. O voto será direto, secreto e facultativo.

3.2. Na cédula uma seção eleitoral, o eleitor poderá escolher até, no MAXIMO 3 (três) candidatos.

4. DA SEÇÃO ELEITORAL

4.1 Existirá uma seção eleitoral, localizada no Centro Municipal de Idosos, localizado a Rua Padre Balduino Rambo esquina com a Rua 25 de Julho, n.º 41, Centro, Tunápolis/SC.

5. DA VOTAÇÃO

5.1 A eleição realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015 (domingo) no horário das 8h às 16h, no Centro Municipal de Idosos, localizado a Rua Padre Balduino Rambo esquina com a Rua 25 de Julho, n.º 41, Centro de Tunápolis-SC.

7. DA FISCALIZAÇÃO

a) A eleição será presidida pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA e fiscalizada pelo Ministério Público de Santa Catarina.

b) Cada candidato poderá nomear um fiscal, credenciado junto à mesa com até 30 (trinta) minutos de antecedência ao início da eleição.

CMDCA, Tunápolis, 27 de agosto de 2015.

ELZA QUELI VALDUGA

Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente

PORTARIA 3922/2015

PORTARIA Nº. 3.922/2.015

Em 01 de Setembro de 2.015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e suas alterações subsequentes;

RESOLVE:

Art. 1º. TRANSFERIR o servidor efetivo EDISON BIEGER, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, setor da Comissão Municipal de Esportes - CME, para a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, objetivando suprir necessidade do controle patrimonial e frotas do município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 01 de Setembro de 2.015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3919/2015

PORTARIA Nº. 3.919/2015

Em 28 de Agosto de 2015

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", ao servidor efetivo EDIMAR PEDRO LAWISCH, Portaria de Nomeação nº. 253/1994, com o cargo efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO.

Período de Aquisição: 10.04.09 a 09.04.14 (60 dias)

Fruição: 01 à 30/09/2015 perfazendo 30 dias, sendo os demais 30 dias serão fruídos a posteriori.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 28 de Agosto de 2.015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada

na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3920/2015

PORTARIA Nº. 3.920/2015

Em 28 de Agosto de 2015

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder abono pecuniário da "LICENÇA PRÊMIO", ao servidor efetivo FRANCISCO XAVIER NICODEM, Portaria de Nomeação nº. 1.107/2002, com o cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE HIDRAULICA.

Período de Aquisição: 01.07.02 a 30.06.2007 (60 dias)

Fruição: Abono pecuniário no mês de Setembro/2015 de 1/3 do direito integral, sendo que os demais 40 dias serão fruídos a posteriori.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 28 de Agosto de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3921/2015

PORTARIA Nº. 3.921/2015

Em 31 de Agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 027/2011, Art. 68, inciso VII;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA COM VENCIMENTOS", a Servidora efetiva CRISTIANE ELISABETH CUPCHINSKI, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município, conforme requerimento, pelo prazo de um ano, percebendo remuneração conforme estabelecido na referida Lei.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 31 de Agosto de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Turvo

PREFEITURA

CONTRATO PMT 76/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 55/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 55/2015

CONTRATO N.º 76/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: JVE CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: Urbanização de vias de acesso ao Parque de Exposições Prefeito Ires Olivo.

VIGÊNCIA: 27/8/15 A 24/2/16

VALOR: R\$ 490.010,89

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.057/2015

DECRETO N.º 057/2015, de 25 de agosto de 2015

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.028/2014 de 02 de dezembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade 319000.00.01.0087.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 38.880,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0087 – Alienação de Bens Destinados a Programas de Educação, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64
..... R\$ 38.880,00

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE 2.008 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Modalidade 319000.00.01.0089.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 2.027 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO
Modalidade 319000.00.01.0089.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 49.880,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
UNIDADE 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.029 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO A AGROPECUÁRIA
Modalidade 319000.00.01.0089.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 26.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64
..... R\$ 125.880,00

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte

dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO ATIVIDADE 2.037 – Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade
Modalidade 335000.00.01.0000.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
..... R\$ 14.600,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0000 – Recursos Ordinários, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64
..... R\$ 14.600,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 25 de agosto de 2015
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 25/08/2015

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.336/15

DECRETO Nº 12.336/15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez (Acidentária), em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor OLISSES BRESOLIN, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 027/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez (acidentária), em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, o servidor OLISSES BRESOLIN, inscrito no CPF nº 656.748.559-00, com RG 2.111.515 e no PIS/PASEP nº 120.01730.08-1, detentor da matrícula funcional nº 2153, ocupante do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.662,78 (um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.337/15

DECRETO Nº 12.337/15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora MARIZA CASTANHEIRO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 026/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora MARIZA CASTANHEIRO, inscrita no CPF nº 736.096.179-34, com RG 1.913.427 e no PIS/PASEP nº 122.94328.15-0, detentora da matrícula funcional nº 2955, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 81,08% (Oitenta e um virgula zero oito por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.563,18 (um mil, quinhentos e sessenta três reais e dezoito centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.338/15

DECRETO Nº 12.338/15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora BERNARDETE TOMASI PADILHA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 023/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora BERNARDETE TOMASI PADILHA, inscrita no CPF nº 461.669.630-68, com RG 2.405.139-0 e no PIS/PASEP nº 108.71974.27-1, detentora da matrícula funcional nº 5467, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 4.543,90 (quatro mil quinhentos e quarenta e três reais e noventa centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 – Novo Estatuto dos Profissionais do Magistério Municipal de Videira.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.339/15

DECRETO Nº 12.339/15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora LUCILA FATIMA POZZAN, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 024/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora LUCILA FATIMA POZZAN, inscrita no CPF nº 584.102.4469-34, com RG 1.914.299-4 e no PIS/PASEP nº 108.79994.12-3, detentora da matrícula funcional nº 8311, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.166,73 (um mil cento e sessenta e seis reais e setenta e três centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.340/15

DECRETO Nº 12.340/15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora DANI VICARI ZAGER, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 021/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora DANI VICARI ZAGER, inscrita no CPF nº 736.101.359-72, com RG 2.406.956 e no PIS/PASEP nº 123.30383.35-7, detentora da matrícula funcional nº 2310, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zeladora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 831,39 (oitocentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.341/15

DECRETO Nº 12.341/15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora DIRCE GAIO DALLAGNOL, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta

do Processo Administrativo INPREVID nº 022/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora DIRCE GAIO DALLAGNOL, inscrita no CPF nº 539.160.009-00, com RG 2.404.470 e no PIS/PASEP nº 113.95659.56-1, detentora da matrícula funcional nº 5488, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zeladora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.336,61 (um mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.342/15

DECRETO Nº 12.342/15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora VANI LUCIA PAVIANI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 028/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora VANI LUCIA PAVIANI, inscrita no CPF nº 348.201.670-49, com RG 4.784.563 e no PIS/PASEP nº 170.50472.63-6, detentora da matrícula funcional nº

5334, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 64,59% (sessenta e quatro virgula cinquenta e nove por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 903,16 (novecentos e três reais e dezesseis centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.343/15

DECRETO Nº 12.343/15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Ações de Média e Alta Complexidade	
3.1.91.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.17 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	
3.1.91.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas	20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas	30.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.067 – Programa DST/AIDS	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	150.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014 e excesso de arrecadação de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de Agosto de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de Agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.344/15

DECRETO Nº 12.344/15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora IVETE TEREZINHA DA SILVA NUNES PINTO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 025/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora IVETE TEREZINHA DA SILVA NUNES PINTO, inscrita no CPF nº 629.447.039-00, com RG 2.110.393 e no PIS/PASEP nº 170.25250.61-7, detentora da matrícula funcional nº 5361, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 61,14% (sessenta e um vírgula quatorze por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 793,39 (setecentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.345/15

DECRETO Nº 12.345/15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 14468/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, SIRLENE MARIA TURCO SCHULTE, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo nº 12.217/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2015.

Videira, 27 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.346/15

DECRETO Nº 12.346/15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor JOELCI DA SILVA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 020/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter

integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor JOELCI DA SILVA, inscrito no CPF nº 386.089.019-00, com RG 743600 e no PIS/PASEP nº 100.84920.06-5, detentor da matrícula funcional nº 594, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.426,69 (três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2015

Ata de Registro de Preços nº: 145/2015

Data de Assinatura: 21.08.2015

Fornecedor....: Piatto Pronto Alimentos Ltda.

Valor : R\$ 25.340,00

Licitação : Pregão Presencial nº 124/2015-PMV

Vigência : Início: 21.08.2015 Término: 21.08.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (SALGADINHOS E DOCES DIVERSOS) PARA ATENDER AS REUNIÕES, CAPACITAÇÕES E EVENTOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2015

Ata de Registro de Preços nº: 146/2015

Data de Assinatura: 26.08.2015

Fornecedor....: Irineu Comércio de Tintas Ltda – ME.

Valor : R\$ 7.885,50

Licitação : Pregão Presencial nº 130/2015-PMV

Vigência : Início: 26.08.2015 Término: 26.08.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE TINTAS DIVERSAS PARA SEREM UTILIZADAS NAS PINTURAS DE PLACAS DE NOMES DE RUAS, DE REGULAMENTAÇÃO DE TRÂNSITO, PONTOS DE ÔNIBUS, PONTES E ESCADARIAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2015

Ata de Registro de Preços nº: 147/2015

Data de Assinatura: 26.08.2015

Fornecedor....: Joinmix Comércio Casa e Construção Ltda – ME.

Valor : R\$ 18.650,00

Licitação : Pregão Presencial nº 130/2015-PMV

Vigência : Início: 26.08.2015 Término: 26.08.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE TINTAS DIVERSAS PARA SEREM UTILIZADAS NAS PINTURAS DE PLACAS DE NOMES DE RUAS, DE REGULAMENTAÇÃO DE TRÂNSITO, PONTOS DE ÔNIBUS, PONTES E ESCADARIAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2015

Ata de Registro de Preços nº: 148/2015

Data de Assinatura: 26.08.2015

Fornecedor....: J.A. Sonorizações Ltda - ME

Valor : R\$ 9.295,00

Licitação : Pregão Presencial nº 107/2015-PMV

Vigência : Início: 26.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SISTEMA DE SOM E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA OS EVENTOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS CULTURAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2015

Ata de Registro de Preços nº: 149/2015

Data de Assinatura: 26.08.2015

Fornecedor....: Marcelo Zanon – ME.

Valor : R\$ 8.800,00

Licitação : Pregão Presencial nº 107/2015-PMV

Vigência : Início: 26.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SISTEMA DE SOM PARA OS EVENTOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS CULTURAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2015

Ata de Registro de Preços nº: 150/2015

Data de Assinatura: 28.08.2015

Fornecedor....: Alquieri Comunicação Visual Ltda – ME.

Valor : R\$ 12.300,00

Licitação : Pregão Presencial nº 133/2015-PMV

Vigência : Início: 28.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO PARCELADO DE FAIXAS E BANNERS PARA OS EVENTOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS CULTURAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2015

Ata de Registro de Preços nº: 151/2015

Data de Assinatura: 28.08.2015

Fornecedor....: Zilio Eventos Ltda.

Valor : R\$ 5.508,00

Licitação : Pregão Presencial nº 133/2015-PMV

Vigência : Início: 28.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS PARA OS EVENTOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

CULTURAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2015

Ata de Registro de Preços nº: 152/2015

Data de Assinatura: 28.08.2015

Fornecedor....: MR Comércio e Serviços de Som Ltda.

Valor : R\$ 3.990,00

Licitação : Pregão Presencial nº 133/2015-PMV

Vigência : Início: 28.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SISTEMA DE SOM PARA OS EVENTOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS CULTURAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO CONTRATO Nº 171/2015

Contrato nº: 171/2015

Data de Assinatura: 17.08.2015

Fornecedor....: Clarisse Gelinski Ricci Decorações.

Valor : R\$ 11.350,00

Licitação : Pregão Presencial nº 114/2015 - PMV

Vigência : Início: 17.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NOS CAMARINS NOS SHOWS ARTÍSTICOS DURANTE A FEIRA MULTISSETORIAL EXPO-VIDEIRA 2015, NOS DIAS 03,04,05,06 DE SETEMBRO DE 2015 NA SERP.

EXTRATO CONTRATO Nº 172/2015

Contrato nº: 172/2015

Data de Assinatura: 17.08.2015

Fornecedor....: Alto Vale Produções Artísticas Ltda ME.

Valor : R\$ 6.140,00

Licitação : Pregão Presencial nº 115/2015 - PMV

Vigência : Início: 17.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAREM APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS NA FEIRA MULTISSETORIAL EXPO-VIDEIRA 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 173/2015

Contrato nº: 173/2015

Data de Assinatura: 17.08.2015

Fornecedor....: Leonardo Canale 00781556902.

Valor : R\$ 1.680,00

Licitação : Pregão Presencial nº 115/2015 - PMV

Vigência : Início: 17.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAREM APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS NA FEIRA MULTISSETORIAL EXPO-VIDEIRA 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 174/2015

Contrato nº: 174/2015

Data de Assinatura: 18.08.2015

Fornecedor....: Rudinei Schneider 98755935915

Valor : R\$ 9.800,00

Licitação : Pregão Presencial nº 117/2015 - PMV

Vigência : Início: 18.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MONTAGEM DE UM STÚDIO DE TV PARA OPERACIONALIZAR A TV/RADIO FEIRA NA EXPOVIDEIRA 2015, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 175/2015

Contrato nº: 175/2015

Data de Assinatura: 18.08.2015

Fornecedor....: Globalped Materiais Didáticos e Pedagógicos Ltda.

Valor : R\$ 52.395,00

Licitação : Pregão Eletrônico nº 01/2015 - FMS

Vigência : Início: 18.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINDES E TENDAS INFLÁVEIS PARA USO E DISTRIBUIÇÃO NAS CAMPANHAS E EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELOS SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 176/2015

Contrato nº: 176/2015

Data de Assinatura: 18.08.2015

Fornecedor....: Bike Sul Comércio de Materiais Esportivos e Serviços

Valor : R\$ 6.399,98

Licitação : Pregão Eletrônico nº 01/2015 - FMS

Vigência : Início: 18.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINDES E TENDAS INFLÁVEIS PARA USO E DISTRIBUIÇÃO NAS CAMPANHAS E EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELOS SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 177/2015

Contrato nº: 177/2015

Data de Assinatura: 18.08.2015

Fornecedor....: Babinski Bolsas Eireli EPP

Valor : R\$ 34.220,00

Licitação : Pregão Eletrônico nº 01/2015 - FMS

Vigência : Início: 18.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINDES E TENDAS INFLÁVEIS PARA USO E DISTRIBUIÇÃO NAS CAMPANHAS E EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELOS SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 178/2015

Contrato nº: 178/2015

Data de Assinatura: 19.08.2015

Fornecedor....: Chico Geradores Ltda

Valor : R\$ 30.500,00

Licitação : Pregão Presencial nº 116/2015 - PMV

Vigência : Início: 19.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE GERADORES NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EXPOVIDEIRA 2015 PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 179/2015

Contrato nº: 179/2015

Data de Assinatura: 19.08.2015

Fornecedor....: Lanchonete e Restaurante Mange Ltda ME

Valor : R\$ 6.800,00

Licitação : Pregão Presencial nº 129/2015 - PMV

Vigência : Início: 19.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO ONEROSO PARA EXPLORAÇÃO DE BARES PARCIALMENTE EQUIPADOS DA SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA PERDIGÃO- SERP, DURANTE A EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA NOS DIAS 03,04,05,06 DE SETEMBRO, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 180/2015

Contrato nº: 180/2015

Data de Assinatura: 19.08.2015

Fornecedor....: Guill Distribuidora de Bebidas Ltda ME

Valor : R\$ 20.050,00

Licitação : Pregão Presencial nº 129/2015 - PMV

Vigência : Início: 19.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO ONEROSO PARA EXPLORAÇÃO DE BARES PARCIALMENTE EQUIPADOS DA SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA PERDIGÃO- SERP, DURANTE A EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA NOS DIAS 03,04,05,06 DE SETEMBRO, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 181/2015

Contrato nº: 181/2015

Data de Assinatura: 20.08.2015

Fornecedor....: Madreira Scapinello Ltda – Matriz.

Valor : R\$ 2.328,13

Licitação : Pregão Presencial nº 110/2015 - PMV

Vigência : Início: 19.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DA COBERTURA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA (MATRÍCULA Nº 7451 DO C.I.R) - ANTIGA ESCOLINHA DE SANTA LÚCIA.

EXTRATO CONTRATO Nº 182/2015

Contrato nº: 182/2015

Data de Assinatura: 21.08.2015

Fornecedor....: Impermeabilização e Isolamento Euro-Cover Ltda - EPP

Valor : R\$ 67.903,67

Licitação : Tomada de Preços nº 13/2015 - PMV

Vigência : Início: 21.08.2015 Término: 21.08.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER REFORMA DO TERRAÇO DO OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO COM SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO E IMPERMEABILIZAÇÃO COM CONSTRUÇÃO DE NOVA CÚPULA DE OBSERVAÇÃO. ÁREA TOTAL DE 152,78 M² DE ACORDO COM MEMORIAL E PROJETOS. PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 183/2015

Contrato nº: 183/2015

Data de Assinatura: 21.08.2015

Fornecedor....: Chapeação e Pintura PM Ltda – ME.

Valor : R\$ 6.221,00

Licitação : Pregão Presencial nº 126/2015 - PMV

Vigência : Início: 21.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ENVELOPAMENTO DO VEÍCULO MERCEDEZ BENS QUE SERÁ UTILIZADO COMO BASE MÓVEL PELA POLÍCIA MILITAR.

EXTRATO CONTRATO Nº 184/2015

Contrato nº: 184/2015

Data de Assinatura: 24.08.2015

Fornecedor....: Associação Cultura Soarte

Valor : R\$ 5.000,00

Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 01/2015 - FMAS

Vigência : Início: 24.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR APRESENTAÇÃO CULTURAL DE ESPETÁCULO INFANTIL COM A PEÇA TEATRAL "VIM VER MARIA", APRESENTADA PELA

ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOARTE, NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2015. PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 185/2015

Contrato nº: 185/2015
Data de Assinatura: 24.08.2015
Fornecedor....: Banxap Banheiros Móveis Ltda – ME.
Valor : R\$ 13.979,00
Licitação : Pregão Presencial nº 111/2015 - PMV
Vigência : Início: 24.08.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 186/2015

Contrato nº: 186/2015
Data de Assinatura: 24.08.2015
Fornecedor....: CHM Transportes Escolar Ltda.
Valor : R\$ 4.460,00
Licitação : Pregão Presencial nº 111/2015 - PMV
Vigência : Início: 24.08.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DOS ARTISTAS E SUA PRODUÇÃO, NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

EXTRATO CONTRATO Nº 187/2015

Contrato nº: 187/2015
Data de Assinatura: 24.08.2015
Fornecedor....: Segville Vigilância Patrimonial Ltda - EPP
Valor : R\$ 15.000,00
Licitação : Pregão Presencial nº 111/2015 - PMV
Vigência : Início: 24.08.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇAS NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 188/2015

Contrato nº: 188/2015
Data de Assinatura: 24.08.2015
Fornecedor....: Lind Guimar Machado – ME.
Valor : R\$ 13.200,00
Licitação : Pregão Presencial nº 111/2015 - PMV
Vigência : Início: 24.08.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 189/2015

Contrato nº: 189/2015
Data de Assinatura: 24.08.2015
Fornecedor....: Eccos Produções e Eventos Ltda – ME.
Valor : R\$ 80.000,00
Licitação : Pregão Presencial nº 111/2015 - PMV
Vigência : Início: 24.08.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DE PALCOS, TENDAS, CAMARINS E SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO, NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA PELA SECRETARIA DE

EXTRATO CONTRATO Nº 190/2015

Contrato nº: 190/2015
Data de Assinatura: 24.08.2015
Fornecedor....: Ok Eventos e Montagem Ltda – ME.
Valor : R\$ 18.000,00
Licitação : Pregão Presencial nº 111/2015 - PMV
Vigência : Início: 24.08.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTANDES, NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 191/2015

Contrato nº: 191/2015
Data de Assinatura: 25.08.2015
Fornecedor....: Santina Maria Gritti 01753709903
Valor : R\$ 6.900,00
Licitação : Pregão Presencial nº 132/2015 - PMV
Vigência : Início: 25.08.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BEM COMO O SEU MONITORAMENTO, A FIM DE SEREM UTILIZADOS NA EXPO VIDEIRA 2015, EVENTO PROMOVIDO PELA PREFEITURA DE VIDEIRA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 192/2015

Contrato nº: 192/2015
Data de Assinatura: 26.08.2015
Fornecedor....: ACN Comércio de Produtos de Trânsito Ltda - EPP
Valor : R\$ 3.990,00
Licitação : Pregão Presencial nº 135/2015 - PMV
Vigência : Início: 26.08.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE SINALIZADOR LUMINOSO E PLOTAGEM DO VEÍCULO TIPO PICK-UP SAVEIRO DO ÓRGÃO DE TRÂNSITO DE VIDEIRA - ORTRA-VI, INCLUIDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

EXTRATO CONTRATO Nº 193/2015

Contrato nº: 193/2015
Data de Assinatura: 27.08.2015
Fornecedor....: Instituto de Ensino e Assistência Social – Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição
Valor : R\$ 2.000,00
Licitação : Pregão Presencial nº 131/2015 - PMV
Vigência : Início: 27.08.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PARA ATENDER O EVENTO DO II FESTIVAL DE TEATRO ESCOLAR DE VIDEIRA PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 194/2015

Contrato nº: 194/2015
Data de Assinatura: 28.08.2015
Fornecedor....: Alto Vale Produções Artísticas Ltda – ME.
Valor : R\$ 4.940,00
Licitação : Pregão Presencial nº 138/2015 - PMV
Vigência : Início: 28.08.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NOS CAMARINS E SEU ABASTECIMENTO DOS SHOWS ARTÍSTICOS DURANTE A FEIRA MULTISSETORIAL EXPOVIDEIRA 2015, NOS DIAS 03, 04, 05

E 06 DE SETEMBRO, NA SERP, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 195/2015

Contrato nº: 195/2015

Data de Assinatura: 28.08.2015

Fornecedor....: Mercado Bonimix Ltda – ME.

Valor : R\$ 1.491,27

Licitação : Pregão Presencial nº 138/2015 - PMV

Vigência : Início: 28.08.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NOS CAMARINS E SEU ABASTECIMENTO DOS SHOWS ARTÍSTICOS DURANTE A FEIRA MULTISSETORIAL EXPOVIDEIRA 2015, NOS DIAS 03, 04, 05 E 06 DE SETEMBRO, NA SERP, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0013/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0013/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANE LUIZA VANZ

CPF: 082.597.539-52

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 04 de dezembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0025/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0025/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRACIELI MEZAROA GUERRA

CPF: 023.497.309-99

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 01 de outubro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0028/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0028/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BIANCA MARIA ALBUQUERQUE

CPF: 064.980.159-85

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0030/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0030/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA ELIZ DIAS

CPF: 480.120.099-00

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria Municipal de Educação" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor até a efetiva entrada em exercício"

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0035/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0035/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: HELLEN CRISTINA KUNZE

CPF: 009.698.419-81

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0042/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0042/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VIVIANE ARACI DE ANDRADE FIDENCIO

CPF: 018.638.379-73

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0047/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0047/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEONIDA WUERZIUS PETRY

CPF: 057.865.539-06

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0054/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0054/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA CAROLINE LASKOSKI

CPF: 083.901.929-77

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0055/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0055/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA XAVIER DE OLIVEIRA

CPF: 087.470.479-09

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0056/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0056/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LAURA SILVANA MARTINEZ BELLO

CPF: 015.226.759-06

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de outubro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0074/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0074/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA DALLA PICCOLA LEONARDO GAIO

CPF: 007.160.569-09

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 30 de setembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0082/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0082/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CARLA MARLENE GASPARELLO RIZZOLLI

CPF: 949.599.789-53

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0083/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0083/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARCIA APARECIDA DE MORAIS
CPF: 038.027.729-89
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0105/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0105/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELI DE FÁTIMA GREFF DOS SANTOS
CPF: 649.401.959-53
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0109/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0109/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CASSIANI GUEDES DE FREITAS PEREIRA
CPF: 092.648.579-23
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0120/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0120/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA BRESCIANI
CPF: 023.329.109-13
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0128/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0128/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALINI RISSI
CPF: 047.660.809-04
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 27 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0145/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0145/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUANA CRISTINA MOREIRA
CPF: 088.626.819-25
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0147/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0147/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIANA RODRIGUES PIMENTEL
CPF: 057.527.039-05
VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2015 até 08 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0148/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0148/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARILISA TEREZINHA MEIRA
CPF: 941.916.464-15
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0163/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0163/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN
CPF: 023.348.379-97
VIGÊNCIA: de 03 de março de 2015 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0167/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0167/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CAMILA GAVASSO MOREIRA
CPF: 081.605.989-63
VIGÊNCIA: de 04 de março de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0172/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0172/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE APPI LEITE
CPF: 026.315.609-57
VIGÊNCIA: de 02 de março de 2015 até 07 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0175/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0175/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALINE CARDOSO DA SILVA
CPF: 105.096.249-44
VIGÊNCIA: de 03 de março de 2015 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0179/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0179/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELA SCHWANTZ DE OLIVEIRA
CPF: 949.622.519-53
VIGÊNCIA: de 02 de março de 2015 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0204/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0204/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILVANA APARECIDA DE QUADROS
CPF: 844.889.309-30
VIGÊNCIA: de 24 de março de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0209/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0209/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NEREIDE GUARNIERI
CPF: 022.826.429-45

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2015 até 03 de novembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0215/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0215/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CAMILA TELES DE OLIVEIRA
CPF: 076.599.309-07
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0239/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0239/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSALIA FATIMA SUZIN
CPF: 828.944.779-53
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de outubro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0247/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0247/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARILEZA CALZA
CPF: 435.831.139-34
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0252/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0252/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA LUCI RODRIGUES MACHADO DE OLIVEIRA
CPF: 837.762.309-91
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0258/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0258/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLENE SALETE DALPOSSO
CPF: 629.340.669-91
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0259/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0259/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: THAIARA RAFAELA JUSTTI DOS SANTOS
CPF: 077.751.969-04
VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 até 04 de dezembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0261/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0261/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SUELI SILVEIRA D'AVILA VENCENTIN
CPF: 579.202.739-00
VIGÊNCIA: de 14 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0269/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0269/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SUELEN BATISTA DEVENS
CPF: 066.080.349-62
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0271/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0271/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NILCEIA PADILHA CHAVES
CPF: 065.288.959-02
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) em substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria; conforme previsto no art. 1º, III da Lei n. 2369/10 e suas alterações" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor até a efetiva entrada em exercício."
VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2014 até 31 de julho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0274/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0274/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANDREIA SANDRI
CPF: 068.723.819-65
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0275/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0275/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA ANTONIA RIBEIRO DOS SANTOS
CPF: 718.622.263-34
VIGÊNCIA: de 19 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0281/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0281/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVONE FABER
CPF: 423.285.519-04
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0286/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0286/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IDETE MARCHETI
CPF: 423.327.029-20
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 30 de dezembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0299/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0299/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE MARIA TUCLINOVICTCH
CPF: 807.685.479-20
VIGÊNCIA: de 17 de junho de 2015 até 10 de outubro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0302/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0302/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CARMEM ANDREA MACHADO PORTO
CPF: 019.435.000-29
VIGÊNCIA: de 11 de junho de 2015 até 01 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0304/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0304/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CASSIA CRISTINA PIALA
CPF: 078.044.929-01
VIGÊNCIA: de 19 de junho de 2015 até 16 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0323/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0323/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLARICE RAMOS DA CUNHA SOARES
CPF: 047.447.619-76
VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0344/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0344/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: NILSON DE OLIVEIRA
CPF: 347.531.509-25
OBJETO: Alteração do vencimento de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)"
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0369/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0369/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NEIVA TEREZINHA ZANCANARO MECABO
CPF: 569.108.199-34
VIGÊNCIA: de 05 de março de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0370/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0370/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILVANA CARDOSO DE LIMA
CPF: 001.145.059-26
VIGÊNCIA: de 05 de março de 2014 até 01 de outubro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0406/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0406/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANGELITA DE FATIMA DE GODOI GRIS
CPF: 732.709.209-97
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) em substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria; conforme previsto no art. 1º, III da Lei n. 2369/10 e suas alterações" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor até a efetiva entrada em exercício." VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0419/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0419/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEBORA DE PAULA MIRANDA BAZE
CPF: 061.538.569-93
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em razão à vacância do cargo ocupado pela servidora SALETE GONÇALVES, aposentada, conforme Decreto n. 11.284/14" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor até a efetiva entrada em exercício, devido a aposentadoria da servidora SALETE GONÇALVES, conforme Decreto n. 11.284/14" VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0421/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0421/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MICHELE CATARINA DE SOUZA
CPF: 004.133.329-26
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) em substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria; conforme previsto no art. 1º, III da Lei n. 2369/10 e suas alterações" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor até a efetiva entrada em exercício." VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0423/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0423/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLEUSA ZANOTTI
CPF: 539.161.159-87
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria Municipal de Educação" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), para atender em caráter de

excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor até a efetiva entrada em exercício."

VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2014 até 31 de agosto de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0427/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0427/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISLAINE DE MATIAS

CPF: 094.863.529-09

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria Municipal de Educação" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor até a efetiva entrada em exercício."

VIGÊNCIA: de 10 de abril de 2014 até 31 de agosto de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0469/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0469/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EONICE DE BRITO DE OLIVEIRA

CPF: 468.340.289-00

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria Municipal de Educação" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor até a efetiva entrada em exercício"

VIGÊNCIA: de 19 de maio de 2014 até 31 de agosto de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0496/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0496/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KALME APARECIDA CORDEIRO

CPF: 004.745.279-05

VIGÊNCIA: de 12 de junho de 2014 até 01 de agosto de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

HOMOLOGAÇÕES FMAS - AGOSTO 2015

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, no mês 08/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

PROCESSO Nº 11/2015

HOMOLOGAÇÃO: 07/08/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINDES E MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS

PELO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL (CRAS, CREAS, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA, GRUPO DE ATENÇÃO BÁSICA AO IDOSO E PROJETO JUVENTUDE ATIVA).

CONTRATADO: DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.930,00 (trinta e quatro mil novecentos e trinta reais)

CONTRATADO: ALSEMIR LUIZ WILHELMS - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.025,00 (vinte e nove mil e vinte e cinco reais)

CONTRATADO: GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA -

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)

=====

Videira, 28/08/2015

WILMAR CARELLI - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES FMS - AGOSTO 2015

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 08/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015-FMS

PROCESSO Nº 24/2015

HOMOLOGAÇÃO: 13/08/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE CLINICA VETERINARIA PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, DE FORMA PARCELADA, PARA CASTRAÇÃO DE FÊMEAS DE CÃES E GATOS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: VIDA VETERINÁRIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

=====

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2015-FMS

PROCESSO Nº 25/2015

HOMOLOGAÇÃO: 18/08/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TENDAS INFLÁVEIS, BOMBA COMPRESSOR E BRINDES DIVERSOS PARA USO E DISTRIBUIÇÃO NAS CAMPANHAS E EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA -

VALOR DA DESPESA: R\$ 52.395,00 (cinquenta e dois mil trezentos e noventa e cinco reais)

CONTRATADO: BIKE SUL COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E SERVIC

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.399,98 (seis mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)

CONTRATADO: BABINSKI BOLSAS EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.220,00 (trinta e quatro mil duzentos e vinte reais)

=====

Videira, 28/08/2015

WILMAR CARELLI - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES PMV - AGOSTO 2015

O Município de Videira no mês 08/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2015

PROCESSO Nº 141/2015

HOMOLOGAÇÃO: 05/08/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

CONTRATADO: COMÉRCIO DE CARNES E PEIXES SPOLTI LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 158.257,50 (cento e cinquenta e oito mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: LUIZ CARLOS DALLE CORT

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.159,00 (onze mil cento e cinquenta e nove reais)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 134.794,95 (cento e trinta e quatro mil setecentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos)

CONTRATADO: PIATTO PRONTO ALIMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.054,00 (vinte e quatro mil e cinquenta e quatro reais)

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 97.653,65 (noventa e sete mil seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos)

CONTRATADO: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 49.809,76 (quarenta e nove mil oitocentos e nove reais e setenta e seis centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2015

PROCESSO Nº 144/2015

HOMOLOGAÇÃO: 03/08/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE ALMOÇOS, COFFE-BREACK, LOCAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PARA OS EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELAS UNIDADES ESCOLARES VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: EPAGRI-EMP.DE PESQUISA E EXT.RURAL SC S.A

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.050,00 (dezesesseis mil cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2015

PROCESSO Nº 145/2015

HOMOLOGAÇÃO: 03/08/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA CONserto DO CAMINHÃO MERCEDES BENS, MODELO 1620 LK TOCO COM TANQUE, PLACA MBH-7204, ANO DE FABRICAÇÃO 2001, FROTA 84, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

CONTRATADO: RETÍFICA E AUTO PEÇAS DOCA EIRELI ME.

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.500,00 (dezenove mil quinhentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015

PROCESSO Nº 146/2015

HOMOLOGAÇÃO: 03/08/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE

PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DA CAMIONETE TOYOTA DE PLACA LXJ 9396, ANO 1987, FROTA 42 E VEÍCULO TOYOTA DE PLACA MAU 9012, ANO 1999, FROTA 187 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

CONTRATADO: MECÂNICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.901,30 (cinco mil novecentos e um reais e trinta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2015

PROCESSO Nº 147/2015

HOMOLOGAÇÃO: 04/08/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONserto DA CAMIONETE TOYOTA BANDEIRANTES DE PLACA DAP 7882, ANO/ MODELO 2000/2001, FROTA 221 DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.

CONTRATADO: MECÂNICA ZAGO SB LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.690,00 (dois mil seiscentos e noventa reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015

PROCESSO Nº 149/2015

HOMOLOGAÇÃO: 26/08/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SISTEMA DE SOM, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS, CONFECÇÕES DE FAIXAS E BANNERS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA OS EVENTOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS CULTURAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: J.A. SONORIZACOES LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.295,00 (nove mil duzentos e noventa e cinco reais)

CONTRATADO: MARCELO ZANON ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2015

PROCESSO Nº 150/2015

HOMOLOGAÇÃO: 12/08/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS RUAS, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

CONTRATADO: BRITAGEM GASPAR LTDA - FILIAL 02

VALOR DA DESPESA: R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil e reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015

PROCESSO Nº 151/2015

HOMOLOGAÇÃO: 07/08/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE IMPRESSOS GRÁFICOS PARA DIVULGAÇÃO DO EVENTO EXPOVIDEIRA 2015, A SER PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.620,00 (seis mil seiscentos e vinte reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2015
PROCESSO Nº 152/2015
HOMOLOGAÇÃO: 20/08/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DA COBERTURA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA (MATRICULA Nº 7451 DO C.I.R) – ANTIGA ESCOLINHA DE SANTA LÚCIA.
CONTRATADO: MADEIREIRA SCAPINELLO LTDA MATRIZ
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.328,13 (dois mil trezentos e vinte e oito reais e treze centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015
PROCESSO Nº 153/2015
HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, ESTRUTURAS DE PALCOS, TENDAS, CAMARINS, ESTANDES, SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO, SEGURANÇAS, TRANSPORTES DOS ARTISTAS E SUA PRODUÇÃO, NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.
CONTRATADO: BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.979,00 (treze mil novecentos e setenta e nove reais)
CONTRATADO: CHM TRANSPORTE ESCOLAR LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.460,00 (quatro mil quatrocentos e sessenta reais)
CONTRATADO: SEGVILLE VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
CONTRATADO: LIND GUIMAR MACHADO - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.200,00 (treze mil duzentos reais)
CONTRATADO: ECCO'S PRODUcoes E EVENTOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
CONTRATADO: OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2015
PROCESSO Nº 154/2015
HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E ESTRUTURAIS NA SERP PARA A FEIRA MULTISSECTORIAL EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.
CONTRATADO: MC SERVICOS ELETRICOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 39.614,25 (trinta e nove mil seiscentos e quatorze reais e vinte e cinco centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2015
PROCESSO Nº 155/2015
HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2015
OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS LIMPEZA, A FIM DE SEREM UTILIZADOS NA HIGIENIZAÇÃO DOS AMBIENTES DO EVENTO PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA - EXPOVIDEIRA 2015.
CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.975,00 (seis mil novecentos e setenta e cinco reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2015
PROCESSO Nº 156/2015
HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NOS CAMARINS E SEU ABASTECIMENTO DOS SHOWS ARTÍSTICOS DURANTE A FEIRA MULTISSECTORIAL EXPOVIDEIRA 2015, NOS DIAS 03, 04, 05 E 06 DE SETEMBRO, NA SERP, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.
CONTRATADO: CLARISSE GELINSKI RICCI DECORACOES
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.350,00 (onze mil trezentos e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2015
PROCESSO Nº 158/2015 HOMOLOGAÇÃO: 17/08/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAREM APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS NA FEIRA MULTISSECTORIAL EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.
CONTRATADO: ALTO VALE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.140,00 (seis mil cento e quarenta reais)
CONTRATADO: LEONARDO CANALE 00781556902
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2015
PROCESSO Nº 159/2015
HOMOLOGAÇÃO: 19/08/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE GERADORES, NECESSÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EXPOVIDEIRA 2015, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.
CONTRATADO: CHICO GERADORES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 30.500,00 (trinta mil quinhentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2015
PROCESSO Nº 160/2015
HOMOLOGAÇÃO: 18/08/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO E MONTAGEM DE UM ESTÚDIO DE TV PARA OPERACIONALIZAR A TV/RÁDIO FEIRA EXPOVIDEIRA 2015, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.
CONTRATADO: RUDINEI SCHNEIDER 98755935915
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2015
PROCESSO Nº 168/2015
HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

(SALGADINHOS E DOCES DIVERSOS) PARA ATENDER AS REUNIÕES, CAPACITAÇÕES E EVENTOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)
CONTRATADO: PIATTO PRONTO ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 25.340,00 (vinte e cinco mil trezentos e quarenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2015
PROCESSO Nº 170/2015
HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ENVELOPAMENTO DO VEÍCULO MERCEDEZ BENS QUE SERÁ UTILIZADO COMO BASE MÓVEL PELA POLÍCIA MILITAR.
CONTRATADO: CHAPEAÇÃO E PINTURA PM LTDA-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.221,00 (seis mil duzentos e vinte e um reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015
PROCESSO Nº 174/2015
HOMOLOGAÇÃO: 19/08/2015
OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO, ONEROSO, PARA EXPLORAÇÃO DOS BARES E RESTAURANTES PARCIALMENTE EQUIPADOS, DA SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA PERDIGÃO - SERP, DURANTE A EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA NOS DIAS 03, 04, 05 E 06 DE SETEMBRO, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.
CONTRATADO: LANCHONETE E RESTAURANTE MANGE LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)
CONTRATADO: GUILL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.050,00 (vinte mil cinqüenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2015
PROCESSO Nº 175/2015
HOMOLOGAÇÃO: 26/08/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE TINTAS DIVERSAS PARA SEREM UTILIZADAS NAS PINTURAS DE PLACAS DE NOMES DE RUAS, DE REGULAMENTAÇÃO DE TRÂNSITO, PONTOS DE ÔNIBUS, PONTES E ESCADARIAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
CONTRATADO: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.885,50 (sete mil oitocentos e oitenta e cinco reais e cinqüenta centavos)
CONTRATADO: JOINMIX COMERCIO CASA E CONSTRUCAO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.650,00 (dezoito mil seiscentos e cinqüenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2015
PROCESSO Nº 176/2015
HOMOLOGAÇÃO: 27/08/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PARA ATENDER O EVENTO DO II FESTIVAL DE TEATRO ESCOLAR DE VIDEIRA PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2015
PROCESSO Nº 177/2015
HOMOLOGAÇÃO: 25/08/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BEM COMO O SEU MONITORAMENTO, A FIM DE SEREM UTILIZADOS NA EXPO VIDEIRA 2015, EVENTO PROMOVIDO PELA PREFEITURA DE VIDEIRA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.
CONTRATADO: SANTINA MARIA GRITTI 01753709903
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2015
PROCESSO Nº 178/2015
HOMOLOGAÇÃO: 28/08/2015
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SISTEMA DE SOM, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS, CONFECCÕES DE FAIXAS E BANNERS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA OS EVENTOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS CULTURAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
CONTRATADO: ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA -ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.300,00 (doze mil trezentos reais)
CONTRATADO: ZILIO EVENTOS ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.508,00 (cinco mil quinhentos e oito reais)
CONTRATADO: MR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SOM LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2015
PROCESSO Nº 180/2015
HOMOLOGAÇÃO: 26/08/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE SINALIZADOR LUMINOSO E PLOTAGEM DO VEÍCULO TIPO PICK-UP SAVEIRO DO ÓRGÃO DE TRÂNSITO DE VIDEIRA - ORTRAVI, INCLUIDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA.
CONTRATADO: ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRANSITO LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2015
PROCESSO Nº 183/2015
HOMOLOGAÇÃO: 28/08/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NOS CAMARINS E SEU ABASTECIMENTO DOS SHOWS ARTÍSTICOS DURANTE A FEIRA MULTISSETORIAL EXPOVIDEIRA 2015, NOS DIAS 03, 04, 05 E 06 DE SETEMBRO, NA SERP, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.
CONTRATADO: MERCADO BONIMIX LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.491,27 (um mil quatrocentos e noventa e um reais e vinte e sete centavos)
CONTRATADO: ALTO VALE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.940,00 (quatro mil novecentos e quarenta reais)

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 12/2015

PROCESSO Nº 111/2015

HOMOLOGAÇÃO: 04/08/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: GLOBAL CONCURSOS - ORGANIZACAO EM CONCURSOS PUBLIC

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.999,00 (nove mil novecentos e noventa e nove reais)

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2015

PROCESSO Nº 125/2015

HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER REFORMA DO TERRAÇO DO OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO COM SUBSTITUIÇÃO DE REVESTIMENTO E IMPERMEABILIZAÇÃO COM CONSTRUÇÃO DE NOVA CÚPULA DE OBSERVAÇÃO, ÁREA TOTAL DE 152,78 M², DE ACORDO COM MEMORIAL E PROJETOS, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: IMPERMEABILIZACAO E ISOLAMENTO EURO-COVER LTDA - E

VALOR DA DESPESA: R\$ 67.903,67 (sessenta e sete mil novecentos e três reais e sessenta e sete centavos)

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 14/2015

PROCESSO Nº 128/2015

HOMOLOGAÇÃO: 13/08/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DE COBERTURA METÁLICA DO GINÁSIO POLIESPORTIVO MEDALHÃO, COM ÁREA TOTAL DE 4.352,00 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 75.825,00 (setenta e cinco mil oitocentos e vinte e cinco reais)

=====

Videira, 28/08/2015

WILMAR CARELLI - Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 162/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 0162/15, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Altera disposições contidas na Lei Complementar nº 020/01, de 12 de abril de 2001, que Estabelece Calendário de Obrigações ao Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º, da Lei nº 020/01, de 12 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Para atendimento da matéria orçamentária que determina a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, fica instituído o calendário de conformidade com esta lei:

I - Plano Plurianual de Investimentos, deverá ser elaborado no primeiro ano de cada legislatura e terá vigência de quatro anos. O prazo de encaminhamento à Câmara Municipal é até 30 de abril do primeiro ano de cada legislatura e deverá ser devolvido para sanção até 30 de junho do primeiro ano de cada legislatura;

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias, deverá ser elaborada anualmente e estabelecerá as diretrizes da lei orçamentária do exercício seguinte. O prazo de encaminhamento à Câmara Municipal é até 30 de junho de cada exercício financeiro e deverá ser devolvido para sanção até 30 de setembro de cada exercício financeiro;

III - A Lei Orçamentária Anual, deverá obedecer as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo ser encaminhada à Câmara Municipal até 30 de outubro de cada exercício financeiro e deverá ser devolvida para sanção até 15 de dezembro de cada exercício financeiro;

IV - A Estimativa das Receitas para o exercício subsequente, deverá ser encaminhada à Câmara Municipal até 1º de setembro, ou até trinta dias antes do envio da proposta orçamentária.

Parágrafo único - Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos neste artigo sem que tenha concluído a votação, a Câmara passará a realizar sessões diárias até concluir a votação da matéria objeto da discussão, sobrestando todas as outras matérias em tramitação.”

Art.2º O art. 2º, da Lei nº 020/01, de 12 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Para atendimento dos prazos que determina a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, fica instituído o seguinte calendário:

I - Cronograma mensal de desembolso, até trinta dias após a publicação dos orçamentos, ou seja 30 de janeiro;

II - Desdobramento da receita em metas bimestrais, até trinta dias após a publicação dos orçamentos;

III - Enviar ao Governo Federal, com cópia ao Governo do Estado, a Consolidação das Contas Públicas, até 30 de abril;

IV - Verificar o cumprimento dos limites da Despesa de Pessoal, no final de cada quadrimestre;

V - Publicar o Relatório de Gestão Fiscal, até trinta dias após o encerramento do quadrimestre;

VI - Publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, até trinta dias após o final do bimestre;

VII - A Despesa de Pessoal, com as ressalvas legais e para ater-se aos limites legalmente permitidos, não ultrapassará em percentual da Receita Corrente Líquida a do exercício de 1999 acrescida de 10% (dez por cento), até o final de 2003.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, ficando revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

LEI Nº 3.268/15

LEI Nº 3.268/15, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2016 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA faz saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Videira, para o exercício de 2016, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da administração Municipais extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;
- II - a estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às políticas de recursos humanos da administração pública municipal;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º Com referência às metas fiscais das receitas e despesas para o exercício de 2016 e para os dois seguintes, em observância às regras sobre a responsabilidade fiscal, são apresentados os Anexos desta Lei, assim descritos:

- I – demonstrativo de Metas Anuais;
- II – demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III – demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV – demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI – demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VI.a – demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;
- VII – demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII – demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- IX – parâmetros e projeções para os principais agregados e variáveis, para o cálculo das metas fiscais (anexo I até o anexo VII).

Art. 3º As prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são aquelas definidas e demonstradas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§1º As prioridades da administração pública municipal, terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2016, atendidas primeiramente, as despesas com as obrigações constitucionais e legais e as despesas básicas, não se constituindo, todavia, em limites para a programação das despesas.

§2º Classificam-se como despesas básicas aquelas de pessoal e encargos sociais, energia elétrica, água, telefone, aluguéis, infraestrutura e serviços relacionados à tecnologia da informação, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP),

dívida pública municipal, precatórios judiciais, contratos diversos e outras despesas que, pela sua natureza, poderão se enquadrar nesta categoria.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§1º O Orçamento para o exercício de 2016, conterà os anexos constantes na Lei 4.320/64.

§2º Os orçamentos das Autarquias, Fundações e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§3º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com orçamento e contabilidade própria.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º Os Orçamentos para o exercício de 2016 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos.

Art. 7º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, conforme art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 8º Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 9º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários.

Parágrafo único. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput

deste artigo, através de ato próprio, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, Fundos, Autarquias e Fundações o montante de recursos indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

Art. 10. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo VII desta Lei.

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados no orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 11. Os orçamentos para exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, até 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados à obtenção do resultado primário positivo, para atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos fiscais imprevisíveis, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no art. 5º da Portaria MPO nº 42/99, art. 8º da Portaria 163/01, e no art. 5º, III, "b" da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma da execução mensal para suas Unidades gestoras (art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 14. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e art. 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Parágrafo único. Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstas nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, consta no Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo VII. (art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 16. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento de associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo art. 70, parágrafo único da CF.

Art. 17. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar

nº 101/2000 - LRF, serão consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no art. 24, I, da Lei 8.666/93.

Art. 18. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 19. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios previstos na lei orçamentária (art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 20. As receitas e as despesas orçadas para 2016 serão a valores correntes.

Art. 21. A lei orçamentária para 2016 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza que compõem (art. 167, VI da CF).

Art. 22. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 (art. 167, I da CF).

Art. 23. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2016 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 24. A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 25% das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato (artigos 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 25. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, I da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 26. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 24 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho, movimentação financeira e nas dotações definidas no art. 9º desta Lei (art. 31, § 1º, II da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 27. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF (art. 169, §1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2016.

§ 2º Respeitados os limites fixados na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, poderá o Poder Executivo Municipal disponibilizar servidores públicos efetivos ao Poder Judiciário, desde que seja comprovado o interesse público pelo requisitante.

Art. 28. Para os fins do disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo.

Art. 29. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF (art. 22, parágrafo único, V, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 30. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF):

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

Art. 31. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores que trata o art. 18, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Videira, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização”.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária e incentivos econômicos com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício que iniciar sua vigência e nos subsequentes (art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

Art. 33. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, §3º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 34. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou

benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, §2º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF).

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que apreciará e devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2015.

§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto para no caput deste artigo.

§2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do exercício de 2015, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 36. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Poder Executivo.

Art. 37. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.269/15

LEI N.º 3.269/15, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Altera disposições contidas na Lei nº 001/93, que instituiu a Fundação Municipal de Esportes e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 6º, da Lei nº 001/93, que instituiu a Fundação Municipal de Esportes, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º O Superintendente da Fundação prestará contas, anualmente ao Prefeito Municipal juntando o parecer do Conselho Curador.

§1º A Fundação Municipal de Esportes remeterá, até o dia 05 de cada mês, ao Controle Interno do Município relatório mensal de suas atividades desportivas.

§2º A Fundação Municipal de Esportes remeterá, até a data de 28 de fevereiro, a Câmara Municipal de Vereadores relatório anual e circunstanciado de suas atividades.

§3º O envio dos relatórios constantes nos §§ 1º e 2º não desobriga a Fundação Municipal de Esportes ao cumprimento das disposições orçamentárias e fiscais dispostas em legislação Municipal, Estadual e Federal.

Art. 2º Fica suprimido o artigo 7º da Lei nº 001/93, de 29 de janeiro de 1993, que instituiu a Fundação Municipal de Esportes.

Art. 3º O art. 9º, da Lei nº 001/93, que instituiu a Fundação Municipal de Esportes, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º A Fundação será obrigada a registrar em seu patrimônio público todos os seus bens permanentes e a lançá-los e registrá-los no balanço patrimonial.

Art. 4º O inciso XIII do art. 10, da Lei nº 001/93, que instituiu a Fundação Municipal de Esportes, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 Constituem recursos financeiros da Fundação Municipal de Esportes:

(...);

XIII - o produto da venda de cadeiras e o produto da renda das competições nos eventos esportivos organizados e administrados pela Fundação Municipal de Esportes.

Art. 5º O art. 12, da Lei nº 001/93, que instituiu a Fundação Municipal de Esportes, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 Na venda ou permuta de bens imóveis doados por particulares à Fundação sem a cláusula de inalienabilidade, somente serão alienados com expressa e prévia autorização do Chefe do Poder Executivo após aprovação pela Câmara de Vereadores.

Art. 6º O art. 15, da Lei nº 001/93, que instituiu a Fundação Municipal de Esportes, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15 O Conselho Curador será constituído por:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Administração, e;
- c) um representante da Câmara Municipal de Vereadores.

§1º A presidência do Conselho Curador será do representante da Secretaria Municipal de Administração.

§2º Os membros do Conselho Curador serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo através de Decreto.

Art. 7º O art. 16, da Lei nº 001/93, que instituiu a Fundação Municipal de Esportes, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16 O Conselho Deliberativo será constituído na seguinte forma:

- a) pelo Superintendente da Fundação Municipal de Esporte, na qualidade de Presidente do Conselho;

- b) por um representante da Secretaria Municipal de Educação, na qualidade de Secretário Executivo do Conselho;
- c) por um representante de Associações Esportivas do Município, devidamente constituídas;
- d) por um representante do Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina – CREF/SC;
- e) por um representante da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus Videira, vinculado ao curso de Educação Física.

Parágrafo único Os membros do Conselho Deliberativo serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo através de Decreto.

Art. 8º Suprimido pela Emenda Supressiva nº 001/2015.

Art. 9º Fica suprimido o artigo 23 da Lei nº 001/93, de 29 de janeiro de 1993, que instituiu a Fundação Municipal de Esportes.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, ficando revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0638/15

PORTARIA nº 0638/15

Autoriza o Uso do Ginásio Poliesportivo Medalhão

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 13.491/15,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Ginásio Poliesportivo Medalhão para realização de treinos e jogos da primeira divisão do campeonato estadual pela Associação Desportiva Videirense de Futsal - ADV, no período de 27 de agosto a 30 de setembro do corrente ano.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- b. A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c. Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- e. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente

autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

f. Serviço de segurança no local do evento;

g. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

h. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;

i. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

j. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

k. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio Poliesportivo Medalhão quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Autorizar a Associação Desportiva Videirense de Futsal - ADV a efetuar a cobrança de ingressos e afixar os banners dos patrocinadores, nas datas de 29 de agosto, 12 e 26 de setembro de 2015, no Ginásio Poliesportivo Medalhão.

§1º A ADV se obriga a instituir a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências, nos termos da Lei Estadual nº 13.316/2005; ao idoso, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003; e aos estudantes, nos termos da legislação estadual e federal.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o texto e/ou imagens dos referidos banners, ficando a Associação Desportiva Videirense de Futsal - ADV, inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 145/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE FILMAGEM, ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO, FORNECIMENTO DE PALCO E CONFECÇÃO DE TROFÉUS PARA A REALIZAÇÃO DO "XI FESTIVAL DE DANÇA", PROMOVIDO PELA PREFEITURA DE VIDEIRA, POR MEIO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 15/09/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 28 de Agosto 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 74/2015-PMV

Termo Aditivo nº 74/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 147/2015

Licitação: PR 97/2015

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A.,

Objeto: Inclusão do veículo adquirido através do PR 91/2014, placas QHK 8435, na apólice de seguro dos veículos da frota do Município, conforme requerimento do Dpto. de Patrimônio, Parecer Jurídico favorável e Despacho do Sr. Prefeito autorizando.

Valor: R\$ 620,00

Data: 05/08/2015

TERMO ADITIVO Nº 75/2015-PMV

Termo Aditivo nº 75/2015-PMV

Contrato/Ata nº: ATA 57/2015

Licitação: PR 31/2015

Contratada: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA

Objeto: Alteração do CNPJ e conseqüentemente o endereço da filial (02.351.006/0003-09), com sede na Rua Bento Gonçalves, nº 1850, na cidade de Esteio/RS para o CNPJ da matriz (02.351.006/0001-39), com sede na Av. das Araucárias, 5126, na cidade de Araucária/PR, conforme solicitação e justificativa apresentados, Parecer Jurídico e despacho do Sr. Prefeito.

Data: 05/08/2015

TERMO ADITIVO Nº 80/2015 - PMV

Termo Aditivo nº 80/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 155/2014

Licitação: CC 01/2014-PMV

Contratada: DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA ME

Objeto: Inclusão de regra no Projeto Básico, constante do ANEXO I do Contrato de Prestação de Serviços nº 155/2014, para dar efetividade na aplicação de "Aviso de Irregularidade" aos usuários.

Data: 20/08/2015.

ANEXOS LEI Nº 3.268/15**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/1

Data: 28/08/2015

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2016	2017	2018
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA			
2 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	7.910.300,00	8.451.830,00	8.959.816,50
3 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.102.000,00	2.145.000,00	2.299.800,00
5 SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.001.000,00	1.096.700,00	1.200.770,00
6 ASSISTÊNCIA SOCIAL	278.000,00	298.000,00	319.000,00
7 INFRAESTRUTURA	24.568.182,00	21.910.337,00	25.558.277,00
10 MERENDA ESCOLAR	750.000,00	825.000,00	907.500,00
11 EDUCAÇÃO BÁSICA	19.915.000,00	21.693.997,00	24.019.525,00
12 DESPORTO ESTUDANTIL	232.000,00	255.200,00	280.720,00
13 ENSINO MÉDIO	21.000,00	23.100,00	25.410,00
14 ENSINO SUPERIOR	1.053.000,00	1.158.300,00	1.274.130,00
15 CRIANÇA NA ESCOLA	15.749.100,00	17.522.763,00	19.118.911,00
18 HABITAÇÃO POPULAR	311.000,00	332.100,00	355.310,00
19 ESGOTO URBANO	610.000,00	671.000,00	737.600,00
20 MEIO AMBIENTE E PAISAGISMO	3.420.000,00	420.000,00	535.000,00
21 FOMENTO AGROPECUÁRIO E PROMOÇÃO DA EXTENSÃO RURAL	3.755.000,00	3.994.000,00	4.482.100,00
22 INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA	1.303.000,00	509.000,00	525.100,00
23 PROMOÇÃO AO TURISMO	2.009.000,00	2.064.000,00	1.914.000,00
26 PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS	9.334.800,00	9.642.850,00	10.180.800,00
27 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS	260.050,00	283.055,00	306.360,50
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	150.000,00	150.000,00
Total da entidade:	94.732.432,00	93.446.232,00	103.150.130,00
2 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA			
25 DESPORTO AMADOR	1.356.290,00	1.491.920,00	1.566.516,00
Total da entidade:	1.356.290,00	1.491.920,00	1.566.516,00
3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA			
6 ASSISTÊNCIA SOCIAL	302.000,00	332.200,00	348.810,00
Total da entidade:	302.000,00	332.200,00	348.810,00
6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA			
6 ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.044.550,00	4.101.515,00	4.274.670,00
Total da entidade:	4.044.550,00	4.101.515,00	4.274.670,00
10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA			
9 SAÚDE BÁSICA	19.184.437,00	21.509.660,00	23.660.625,00
Total da entidade:	19.184.437,00	21.509.660,00	23.660.625,00
13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA			
28 ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAUDE	3.113.000,00	3.424.300,00	3.595.515,00
Total da entidade:	3.113.000,00	3.424.300,00	3.595.515,00
14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID			
8 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	10.752.000,00	11.827.200,00	13.009.920,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	16.613.000,00	18.274.300,00	20.101.730,00
Total da entidade:	27.365.000,00	30.101.500,00	33.111.650,00
15 - CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA			
1 PROCESSO LEGISLATIVO	1.468.444,00	1.538.866,00	1.612.810,00
Total da entidade:	1.468.444,00	1.538.866,00	1.612.810,00
Total geral:	151.566.153,00	155.946.193,00	171.320.726,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/1

Data: 28/08/2015

4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2013	136.398.172,00	----
2014	103.183.516,40	(24,35)
2015	130.338.355,20	26,32
2016	139.077.153,00	6,70
2017	152.842.293,00	9,90
2018	167.910.686,00	9,86

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2012 a 2014
A partir desta projeção foi calculado 8,1286% referente ao IPCA acumulado entre abril/2014 e março/2015, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.

4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2013	3.119.300,00	----
2014	6.502.200,00	108,45
2015	11.116.728,80	70,97
2016	12.571.000,00	13,08
2017	3.194.100,00	(74,59)
2018	3.539.510,00	10,81

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2012 a 2014
A partir desta projeção foi calculado 8,1286% referente ao IPCA acumulado entre abril/2014 e março/2015, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.

4.7.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2013	9.840.000,00	----
2014	11.125.000,00	13,06
2015	12.177.000,00	9,46
2016	12.777.000,00	4,93
2017	14.054.700,00	10,00
2018	15.429.920,00	9,78

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2012 a 2014
A partir desta projeção foi calculado 8,1286% referente ao IPCA acumulado entre abril/2014 e março/2015, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.

9.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - DEDUÇÕES DA RECEITA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2013	(23.266.000,00)	----
2014	(11.588.700,00)	(50,19)
2015	(12.536.000,00)	8,17
2016	(12.859.000,00)	2,58
2017	(14.144.900,00)	10,00
2018	(15.559.390,00)	10,00

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica de arrecadação, que compreendeu o período de 2012 a 2014
A partir desta projeção foi calculado 8,1286% referente ao IPCA acumulado entre abril/2014 e março/2015, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, com a modificação da legislação tributária, operações de crédito, alienação de ativos e assinatura de convênios.

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Página: 1/8

MUNICIPIO DE VIDEIRA

Data: 28/08/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	127.396.650,00	129.422.815,00	142.393.902,00
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	114.866.650,00	126.269.815,00	138.895.602,00
4.1.1.0.0.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	19.965.000,00	21.961.500,00	24.157.650,00
4.1.1.1.0.0.0.00.00.00	IMPOSTOS	17.430.000,00	19.173.000,00	21.090.300,00
4.1.1.1.2.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	9.130.000,00	10.043.000,00	11.047.300,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terrif. Urbana	4.600.000,00	5.060.000,00	5.566.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.330.000,00	2.563.000,00	2.819.300,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	2.200.000,00	2.420.000,00	2.662.000,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	130.000,00	143.000,00	157.300,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	2.200.000,00	2.420.000,00	2.662.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	8.300.000,00	9.130.000,00	10.043.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	8.300.000,00	9.130.000,00	10.043.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	8.300.000,00	9.130.000,00	10.043.000,00
4.1.1.2.0.0.0.00.00.00	TAXAS	2.455.000,00	2.700.500,00	2.970.550,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.190.000,00	1.309.000,00	1.439.900,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	670.000,00	737.000,00	810.700,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	520.000,00	572.000,00	629.200,00
4.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Outras txs pelo Exercício do Poder de Polícia	100.000,00	110.000,00	121.000,00
4.1.1.2.1.99.02.00.00.00	Tx de Vistorias contra Incêndio - FUNREBOM	420.000,00	462.000,00	508.200,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.265.000,00	1.391.500,00	1.530.650,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	1.200.000,00	1.320.000,00	1.452.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	65.000,00	71.500,00	78.650,00
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Taxa de Conservação de Vias e Logradouros	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	60.000,00	66.000,00	72.600,00
4.1.1.3.0.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.2.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.500.000,00	1.650.000,00	1.815.000,00
4.1.2.3.0.0.0.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÜ	1.500.000,00	1.650.000,00	1.815.000,00
4.1.3.0.0.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.175.650,00	1.293.215,00	1.422.542,00
4.1.3.1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	60.000,00	66.000,00	72.600,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	60.000,00	66.000,00	72.600,00
4.1.3.1.1.01.00.00.00.00	Aluguel de Imóveis Urbanos	60.000,00	66.000,00	72.600,00
4.1.3.2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.072.150,00	1.179.365,00	1.297.307,00
4.1.3.2.5.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.072.150,00	1.179.365,00	1.297.307,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	472.150,00	519.365,00	571.307,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	180.000,00	198.000,00	217.800,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	206.000,00	226.600,00	249.260,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados	150.000,00	165.000,00	181.500,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	85.650,00	94.215,00	103.642,00
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Rec Minerais	1.500,00	1.650,00	1.815,00
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Alienação de B	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - F. Esp Petroleo	8.000,00	8.800,00	9.680,00
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Policia Militar	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Policia Civil	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc PMV Multas tran	8.000,00	8.800,00	9.680,00
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Transp Esc Esta	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Convênios Unii	2.000,00	2.200,00	2.420,00
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Convênio Estad	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - COSIP	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.3.2.5.01.99.18.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Oper de Crédi	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.99.19.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FUNREBOM	7.000,00	7.700,00	8.470,00
4.1.3.2.5.01.99.20.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FRH	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.3.2.5.01.99.21.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - SANEAMENT	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.1.3.2.5.01.99.22.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - CONC PERM	50,00	55,00	60,50

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 2/8

Data: 28/08/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
4.1.3.2.5.01.99.25.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Fundecon	50,00	55,00	60,00
4.1.3.2.5.01.99.26.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Brasil Carinho	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.99.27.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FUNJUR	50,00	55,00	66,50
4.1.3.2.5.01.99.28.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Convênios Es	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	600.000,00	660.000,00	726.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	600.000,00	660.000,00	726.000,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - PMV	600.000,00	660.000,00	726.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	35.000,00	38.500,00	42.350,00
4.1.3.3.1.00.00.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões - Serviços	35.000,00	38.500,00	42.350,00
4.1.3.3.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas Concessões e Permissões - Serviços	35.000,00	38.500,00	42.350,00
4.1.3.3.1.99.01.00.00.00	Rec de Concessões e Pemissões Serviços - Estac Rotz	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.3.3.1.99.03.00.00.00	Rec. de Concessões e Permissões Serviços - Serviços	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.3.3.3.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	0,00	0,00	0,00
4.1.3.3.3.99.00.00.00.00	Outras Rec de Conc e Perm - Dir de Uso de Bens Púb	0,00	0,00	0,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	8.500,00	9.350,00	10.285,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	236.000,00	259.600,00	285.560,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	40.000,00	44.000,00	48.400,00
4.1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	40.000,00	44.000,00	48.400,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	16.000,00	17.600,00	19.360,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	15.000,00	16.500,00	18.150,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	180.000,00	198.000,00	217.800,00
4.1.6.0.0.99.00.01.00.00	Serviços Prestados de Horas Máquinas	180.000,00	198.000,00	217.800,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	89.886.000,00	98.819.600,00	108.701.560,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	89.851.000,00	98.781.100,00	108.659.210,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	24.376.000,00	26.758.600,00	29.434.460,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	20.035.000,00	22.038.500,00	24.242.350,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	20.000.000,00	22.000.000,00	24.200.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	35.000,00	38.500,00	42.350,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	310.000,00	341.000,00	375.100,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	280.000,00	308.000,00	338.800,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.861.000,00	3.147.100,00	3.461.810,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	2.100.000,00	2.310.000,00	2.541.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	680.000,00	748.000,00	822.800,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Transferências Diretas do FNDE - Brasil Carinhoso	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	180.000,00	198.000,00	217.800,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	990.000,00	1.034.000,00	1.137.400,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Transferências da União - Infraero	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Demais Transferências da União	160.000,00	176.000,00	193.600,00
4.1.7.2.1.99.03.00.00.00	Outras Transf. União - Apoio Financ. MP 462/2009	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.05.00.00.00	Parcela FPM ref à CF, art 159 I, alínea d	800.000,00	825.000,00	907.500,00
4.1.7.2.1.99.05.01.00.00	Parcela FPM ref à CF, art 159 I, alínea d - próprios	600.000,00	618.750,00	680.625,00
4.1.7.2.1.99.05.02.00.00	Parcela FPM ref à CF, art 159 I, alínea d - educação	200.000,00	206.250,00	226.875,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	44.475.000,00	48.922.500,00	53.814.750,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	44.085.000,00	48.493.500,00	53.342.850,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	37.000.000,00	40.700.000,00	44.770.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	6.500.000,00	7.150.000,00	7.865.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	580.000,00	638.000,00	701.800,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	390.000,00	429.000,00	471.900,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transporte Escolar Estado	390.000,00	429.000,00	471.900,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	21.000.000,00	23.100.000,00	25.410.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	21.000.000,00	23.100.000,00	25.410.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	35.000,00	38.500,00	42.350,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 3/8

Data: 28/08/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	35.000,00	38.500,00	42.350,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	35.000,00	38.500,00	42.350,00
4.1.7.6.2.99.00.02.00.00	Saneamento básico_10	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.7.6.2.99.00.04.00.00	Programa SOS Nacentes_10	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.104.000,00	2.285.900,00	2.513.290,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.109.000,00	1.214.400,00	1.335.840,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	110.000,00	121.000,00	133.100,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	360.000,00	396.000,00	435.600,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	200.000,00	220.000,00	242.000,00
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	70.000,00	77.000,00	84.700,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	25.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	25.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	614.000,00	675.400,00	742.940,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	600.000,00	660.000,00	726.000,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	3.000,00	3.300,00	3.630,00
4.1.9.1.9.50.01.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Legislação Tributári	2.500,00	2.750,00	3.025,00
4.1.9.1.9.50.02.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Obras, posturas e ed	500,00	550,00	605,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	11.000,00	12.100,00	13.310,00
4.1.9.1.9.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora FRH	6.000,00	6.600,00	7.260,00
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00	Outras Multas - Procon	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiçoes	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituiçoes - PMV	80.000,00	88.000,00	96.800,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	785.000,00	841.500,00	925.650,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	695.000,00	742.500,00	816.750,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	400.000,00	440.000,00	484.000,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	120.000,00	132.000,00	145.200,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	170.000,00	185.000,00	199.000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	90.000,00	99.000,00	108.900,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	90.000,00	99.000,00	108.900,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	90.000,00	99.000,00	108.900,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	130.000,00	142.000,00	155.000,00
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	30.000,00	32.000,00	34.000,00
4.1.9.9.0.02.00.01.00.00	Receita de Honorários de Advogados - Funjur	30.000,00	32.000,00	34.000,00
4.1.9.9.0.02.01.00.00.00	Receita de Honorários de Advogados	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	100.000,00	110.000,00	121.000,00
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMV	100.000,00	110.000,00	121.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	12.530.000,00	3.153.000,00	3.498.300,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	1.650.000,00	1.815.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	800.000,00	1.650.000,00	1.815.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	800.000,00	1.650.000,00	1.815.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.2.2.1.0.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	25.000,00	27.500,00	30.250,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	200.000,00	220.000,00	242.000,00
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amortizações de Financiamentos	200.000,00	220.000,00	242.000,00
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amortizações de Financiamentos de Bens	200.000,00	220.000,00	242.000,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 4/8

Data: 28/08/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
4.2.3.0.0.80.01.01.00.00	Amortização de Financiamentos de Bens - FRH	200.000,00	220.000,00	242.000,00
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.500.000,00	1.250.000,00	1.405.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	500.000,00	550.000,00	605.000,00
4.2.4.2.2.99.00.02.00.00	Saneamento Básico_90	450.000,00	495.000,00	544.500,00
4.2.4.2.2.99.00.03.00.00	Programa SOS Nascentes_90	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11.000.000,00	700.000,00	800.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	3.000.000,00	550.000,00	600.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	3.000.000,00	550.000,00	600.000,00
4.2.4.7.1.99.00.99.00.00	Outras Transferências de Convênios	3.000.000,00	550.000,00	600.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	8.000.000,00	150.000,00	200.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	8.000.000,00	150.000,00	200.000,00
4.2.4.7.2.99.00.99.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	8.000.000,00	150.000,00	200.000,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(12.859.000,00)	(14.144.900,00)	(15.559.390,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(12.859.000,00)	(14.144.900,00)	(15.559.390,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(12.859.000,00)	(14.144.900,00)	(15.559.390,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(12.859.000,00)	(14.144.900,00)	(15.559.390,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(4.043.000,00)	(4.447.300,00)	(4.892.030,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(4.007.000,00)	(4.407.700,00)	(4.848.470,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(4.000.000,00)	(4.400.000,00)	(4.840.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(7.000,00)	(7.700,00)	(8.470,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(36.000,00)	(39.600,00)	(43.560,00)
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(36.000,00)	(39.600,00)	(43.560,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(8.816.000,00)	(9.697.600,00)	(10.667.360,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(8.816.000,00)	(9.697.600,00)	(10.667.360,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(7.400.000,00)	(8.140.000,00)	(8.954.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVJ	(1.300.000,00)	(1.430.000,00)	(1.573.000,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(116.000,00)	(127.600,00)	(140.360,00)
Total entidade:		114.537.650,00	115.277.915,00	126.834.512,00
2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	56.216,00	61.825,00	64.915,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	56.216,00	61.825,00	64.915,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	50.187,00	55.203,00	57.967,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	47.190,00	51.909,00	54.505,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	47.190,00	51.909,00	54.505,00
4.1.3.1.1.04.00.00.00.00	Aluguel de Centros Esportivos	47.190,00	51.909,00	54.505,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.997,00	3.294,00	3.462,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.997,00	3.294,00	3.462,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	2.997,00	3.294,00	3.462,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	2.997,00	3.294,00	3.462,00
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FME	2.997,00	3.294,00	3.462,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	5.929,00	6.522,00	6.848,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	5.929,00	6.522,00	6.848,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	5.929,00	6.522,00	6.848,00
4.1.6.0.0.13.99.00.01.00	Outros Serv. - Inscrição em Campeonatos	5.929,00	6.522,00	6.848,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100,00	100,00	100,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	100,00	100,00	100,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	100,00	100,00	100,00
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMEV	100,00	100,00	100,00
Total entidade:		56.216,00	61.825,00	64.915,00
3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	38.500,00	42.350,00	44.469,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	38.500,00	42.350,00	44.469,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.170,00	5.687,00	5.972,00

Página: 5/8

MUNICIPIO DE VIDEIRA

Data: 28/08/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA				
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.170,00	5.687,00	5.972,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.170,00	5.687,00	5.972,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	5.170,00	5.687,00	5.972,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	5.170,00	5.687,00	5.972,00
4.1.3.2.5.01.99.23.00.00	Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.- FIA Imp.Rende	3.630,00	3.993,00	4.193,00
4.1.3.2.5.01.99.24.00.00	Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.- FIA Demais Re	1.540,00	1.694,00	1.779,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.700,00	32.670,00	34.304,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	29.700,00	32.670,00	34.304,00
4.1.7.5.0.00.00.01.00.00	Transferência de pessoas ao FIA	29.700,00	32.670,00	34.304,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.630,00	3.993,00	4.193,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	3.630,00	3.993,00	4.193,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	3.630,00	3.993,00	4.193,00
4.1.9.9.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas - FIA Demais Recursos	3.630,00	3.993,00	4.193,00
Total entidade:		38.500,00	42.350,00	44.469,00
6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	794.550,00	810.943,00	819.570,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	754.550,00	770.943,00	779.570,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	39.657,00	42.703,00	44.986,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	39.657,00	42.703,00	44.986,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	39.657,00	42.703,00	44.986,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	24.657,00	26.203,00	27.511,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	17.157,00	19.253,00	20.215,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.01	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PBVII Idosos	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.03	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PTMC Deficientes	491,00	330,00	346,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.04	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PVMC PETI	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.05	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PFMC CREAS	2.500,00	2.750,00	2.887,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.06	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - IGD PBF	3.030,00	3.333,00	3.500,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.09	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PBFI CRAS	2.200,00	2.420,00	2.541,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.10	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PBVI ProJovem	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.12	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - IGD SUAS	836,00	920,00	966,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.13	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - ACESSUAS	5.000,00	5.500,00	5.775,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.14	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - SCFV	2.300,00	3.000,00	3.150,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.15	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PAC I	800,00	1.000,00	1.050,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	7.500,00	6.950,00	7.296,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS/SC	4.500,00	3.650,00	3.831,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.01	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta Complexidade	100,00	110,00	115,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.02	Rec. Rem.Dep. Banc. Vinc. FEAS - CREAS	1.500,00	1.500,00	1.575,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.03	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Benef. Eventuais	200,00	220,00	231,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.04	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Básica/CRAS	1.000,00	100,00	105,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.05	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta Compl - Inves	200,00	220,00	230,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.06	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - CREAS - Investim	1.500,00	1.500,00	1.575,00
4.1.3.2.5.01.99.97.00.00	Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Convênio Município	3.000,00	3.300,00	3.465,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	15.000,00	16.500,00	17.475,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	15.000,00	16.500,00	17.475,00
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Remun. Outros Dep. Rec. não Vinc. - FMAS	15.000,00	16.500,00	17.475,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	692.893,00	704.040,00	709.584,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	592.093,00	593.160,00	593.160,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	493.093,00	490.773,00	490.773,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	493.093,00	490.773,00	490.773,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	PTMC Pessoas com Deficiência	52.309,00	52.309,00	52.309,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	PBVII Programa de Atenção ao Idoso	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	PVMC - Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	PFMC CREAS	82.800,00	82.800,00	82.800,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD BF Índice de Gestão do Programa Bolsa Família	34.620,00	35.000,00	35.000,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	PBFI CRAS	100.800,00	100.800,00	100.800,00
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00	PBV I ProJovem Adolescente	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	PF MC III Liberdade Assistida/Medida Sócio Educati	26.400,00	26.400,00	26.400,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 6/8

Data: 28/08/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA				
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	IGD SUAS Índice de Gestão SUAS	13.464,00	13.464,00	13.464,00
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Programa Nacional de Acesso ao Trabalho ACESSUAS	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. FNAS - SCFV	122.700,00	120.000,00	120.000,00
4.1.7.2.1.34.14.00.00.00	Transf. FNAS - PAC I - Piso de Alta Complexidade I	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	99.000,00	102.387,00	102.387,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	99.000,00	102.387,00	102.387,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FEAS	99.000,00	102.387,00	102.387,00
4.1.7.2.2.99.02.00.01.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade	16.000,00	17.000,00	17.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.02.00	Transf. FEAS/SC - CREAS	45.000,00	45.619,00	45.619,00
4.1.7.2.2.99.02.00.03.00	Transf. FEAS/SC - Benefícios Eventuais	12.000,00	13.000,00	13.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.04.00	Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS	26.000,00	26.768,00	26.768,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	100.800,00	110.880,00	116.424,00
4.1.7.6.3.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	100.800,00	110.880,00	116.424,00
4.1.7.6.3.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	100.800,00	110.880,00	116.424,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios - Casa Lar	100.800,00	110.880,00	116.424,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.01	Outras Transf. de Conv. Municípios - Arroio Trinta	30.240,00	33.264,00	34.927,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.02	Outras Transf. de Conv. Municípios - Iomerê	30.240,00	33.264,00	34.927,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.03	Outras Transf. de Conv. Municípios - Salto Veloso	40.320,00	44.352,00	46.570,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.000,00	24.200,00	25.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	22.000,00	24.200,00	25.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	22.000,00	24.200,00	25.000,00
4.1.9.9.0.99.04.00.00.00	Outras Receitas - FMAS	22.000,00	24.200,00	25.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	40.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	40.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.000,00	40.000,00	40.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	40.000,00	40.000,00	40.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	40.000,00	40.000,00	40.000,00
4.2.4.2.2.99.00.05.00.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade - Investment	9.000,00	9.000,00	9.000,00
4.2.4.2.2.99.00.06.00.00	Transf. FEAS/SC - CREAS	31.000,00	31.000,00	31.000,00
Total entidade:		794.550,00	810.943,00	819.570,00
10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	5.661.237,00	6.227.360,00	6.850.095,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	5.660.237,00	6.226.260,00	6.848.885,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	360.000,00	396.000,00	435.600,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	360.000,00	396.000,00	435.600,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	360.000,00	396.000,00	435.600,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	360.000,00	396.000,00	435.600,00
4.1.1.2.1.17.02.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária - FMS	360.000,00	396.000,00	435.600,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	198.500,00	218.350,00	240.185,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	198.500,00	218.350,00	240.185,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	198.500,00	218.350,00	240.185,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	198.500,00	218.350,00	240.185,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	102.500,00	112.750,00	124.025,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	10.000,00	11.000,00	12.100,00
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Outros	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - AMAC I	3.000,00	3.300,00	3.630,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	20.000,00	22.000,00	24.200,00
4.1.3.2.5.01.03.19.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	15.000,00	16.500,00	18.150,00
4.1.3.2.5.01.03.20.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.3.2.5.01.03.21.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	8.000,00	8.800,00	9.680,00
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	500,00	550,00	605,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Ser	65.000,00	71.500,00	78.650,00
4.1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Ser	50.000,00	55.000,00	60.500,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 7/8

Data: 28/08/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA			
4.1.3.2.5.01.06.02.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Farm Bas coi	15.000,00	16.500,00	18.150,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	31.000,00	34.100,00	37.510,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00 Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ta	30.000,00	33.000,00	36.300,00
4.1.3.2.5.01.99.98.00.00 Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Alien B	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.092.737,00	5.602.010,00	6.162.210,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.092.737,00	5.602.010,00	6.162.210,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	4.487.628,00	4.936.390,00	5.430.028,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.487.628,00	4.936.390,00	5.430.028,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 Blocos de Financiamento do SUS	4.487.628,00	4.936.390,00	5.430.028,00
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00 Bloco da Atenção Básica	2.633.088,00	2.896.396,00	3.186.035,00
4.1.7.2.1.33.04.01.01.00 Piso da Atenção Básica.	1.105.464,00	1.216.010,00	1.337.611,00
4.1.7.2.1.33.04.01.02.00 Programa Saúde da Família	726.240,00	798.864,00	878.750,00
4.1.7.2.1.33.04.01.03.00 Programa Agentes Comunitários de Saúde	401.544,00	441.698,00	485.868,00
4.1.7.2.1.33.04.01.04.00 Programa Saúde Bucal	107.040,00	117.744,00	129.518,00
4.1.7.2.1.33.04.01.05.00 Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	292.800,00	322.080,00	354.288,00
4.1.7.2.1.33.04.02.00.00 Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade	1.350.216,00	1.485.238,00	1.633.761,00
4.1.7.2.1.33.04.02.01.00 Ações de Média e Alta Complexidade	890.376,00	979.414,00	1.077.355,00
4.1.7.2.1.33.04.02.02.00 Serviço de Atendimento Móvel as Urgência - SAMU	263.028,00	289.331,00	318.264,00
4.1.7.2.1.33.04.02.03.00 Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	118.800,00	130.680,00	143.748,00
4.1.7.2.1.33.04.02.04.00 Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	78.012,00	85.813,00	94.394,00
4.1.7.2.1.33.04.03.00.00 Bloco Vigilância em Saúde	261.480,00	287.628,00	316.391,00
4.1.7.2.1.33.04.03.01.00 Programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental	152.280,00	167.508,00	184.259,00
4.1.7.2.1.33.04.03.02.00 Programa Vigilância Sanitária	30.204,00	33.224,00	36.547,00
4.1.7.2.1.33.04.03.03.00 Programa DST/AIDS	78.996,00	86.896,00	95.585,00
4.1.7.2.1.33.04.04.00.00 Bloco da Assistência Farmacêutica	242.844,00	267.128,00	293.841,00
4.1.7.2.1.33.04.04.01.00 Farmácia Básica	242.844,00	267.128,00	293.841,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	605.109,00	665.620,00	732.182,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	605.109,00	665.620,00	732.182,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00 Transferência de Recursos da Saúde	605.109,00	665.620,00	732.182,00
4.1.7.2.2.33.01.01.00.00 Farmácia Básica	214.281,00	235.709,00	259.280,00
4.1.7.2.2.33.01.03.00.00 Programa Estratégia Saúde da Família.	168.300,00	185.130,00	203.643,00
4.1.7.2.2.33.01.04.00.00 Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	49.500,00	54.450,00	59.895,00
4.1.7.2.2.33.01.05.00.00 Ações de Média e Alta Complexidade - Estado	173.028,00	190.331,00	209.364,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.000,00	9.900,00	10.890,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora dos Tributos	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	5.000,00	5.500,00	6.050,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	4.000,00	4.400,00	4.840,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	4.000,00	4.400,00	4.840,00
4.1.9.9.0.99.05.00.00.00 Outras Receitas - FMS	4.000,00	4.400,00	4.840,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00 Alienação de Veículos	1.000,00	1.100,00	1.210,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.01 Alienação de Veículos - FMS	1.000,00	1.100,00	1.210,00
Total entidade:	5.661.237,00	6.227.360,00	6.850.095,00
13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA			
4.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS	3.113.000,00	3.424.300,00	3.595.515,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	2.563.000,00	2.819.300,00	2.960.265,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.595.000,00	1.754.500,00	1.842.225,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.595.000,00	1.754.500,00	1.842.225,00
4.1.2.1.0.99.00.00.00.00 Outras Contribuições Sociais	1.595.000,00	1.754.500,00	1.842.225,00
4.1.2.1.0.99.01.00.00.00 Contribuição Assit.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	1.595.000,00	1.754.500,00	1.842.225,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	363.000,00	399.300,00	419.265,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	363.000,00	399.300,00	419.265,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	363.000,00	399.300,00	419.265,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	363.000,00	399.300,00	419.265,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 8/8

Data: 28/08/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA			
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	363.000,00	399.300,00	419.265,00
4.1.3.2.5.02.99.06.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. FASM	363.000,00	399.300,00	419.265,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	605.000,00	665.500,00	698.775,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	605.000,00	665.500,00	698.775,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	605.000,00	665.500,00	698.775,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituicoes	605.000,00	665.500,00	698.775,00
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00 Outras restituições - FASM	605.000,00	665.500,00	698.775,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	550.000,00	605.000,00	635.250,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	550.000,00	605.000,00	635.250,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00 Contribuição assistencia médica	550.000,00	605.000,00	635.250,00
4.7.2.1.0.99.00.00.00.00 Contribuição assistencia médica	550.000,00	605.000,00	635.250,00
4.7.2.1.0.99.02.00.00.00 Contribuição assistencia médica Patronal	550.000,00	605.000,00	635.250,00
Total entidade:	3.113.000,00	3.424.300,00	3.595.515,00
14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	27.365.000,00	30.101.500,00	33.111.650,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	15.138.000,00	16.651.800,00	18.316.980,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.785.000,00	3.063.500,00	3.369.850,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.785.000,00	3.063.500,00	3.369.850,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00 Contrib. Previd. do Regime Próprio	2.785.000,00	3.063.500,00	3.369.850,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00 Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	2.750.000,00	3.025.000,00	3.327.500,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00 Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	35.000,00	38.500,00	42.350,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	12.270.000,00	13.497.000,00	14.846.700,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	12.270.000,00	13.497.000,00	14.846.700,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00 Remuneração dos Investimentos do RPPS	12.270.000,00	13.497.000,00	14.846.700,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00 Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	11.150.000,00	12.265.000,00	13.491.500,00
4.1.3.2.8.10.00.01.00.00 Remun.dos Investmts do RPPS RF - Banco do Brasil	6.500.000,00	7.150.000,00	7.865.000,00
4.1.3.2.8.10.00.02.00.00 Remun.dos Investmts do RPPS RF - CEF	4.500.000,00	4.950.000,00	5.445.000,00
4.1.3.2.8.10.00.04.00.00 Remuneração dos Investimentos do RPPS RF c/Taxa.	150.000,00	165.000,00	181.500,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00 Remuneração dos Investimentos em Renda Variável	1.120.000,00	1.232.000,00	1.355.200,00
4.1.3.2.8.20.00.01.00.00 Remun.dos Investmts do RPPS RV - BB	1.120.000,00	1.232.000,00	1.355.200,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	83.000,00	91.300,00	100.430,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00 Compensações Financ entre Regime Geral e RPPS	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.2.2.10.01.00.00.00 Comp Financ entre Reg.Geral e R.P.P/principal	50.000,00	55.000,00	60.500,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	33.000,00	36.300,00	39.930,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas - INPREVID	33.000,00	36.300,00	39.930,00
4.1.9.9.0.99.06.00.00.00 Outras Receitas - INPREVID	33.000,00	36.300,00	39.930,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.227.000,00	13.449.700,00	14.794.670,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	12.227.000,00	13.449.700,00	14.794.670,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUICOES SOCIAIS - INTRA ORCAMENTARIA	12.227.000,00	13.449.700,00	14.794.670,00
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00 Contrib. Previd. do Regime Proprio - Intra Orcam	12.227.000,00	13.449.700,00	14.794.670,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00 Contrib. Patrim. Servi Ativo Civil - Intra Orcam	6.177.000,00	6.794.700,00	7.474.170,00
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00 Contribuicao Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorcame	5.500.000,00	6.050.000,00	6.655.000,00
4.7.2.1.0.29.01.03.00.00 Contribuicao Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorcame	677.000,00	744.700,00	819.170,00
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00 Contribuicao Previd. Para Amortiz do Deficit Atu	6.050.000,00	6.655.000,00	7.320.500,00
Total entidade:	27.365.000,00	30.101.500,00	33.111.650,00
Total geral:	151.566.153,00	155.946.193,00	171.320.726,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/1

Data: 28/08/2015

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2013	97.291.502,00	----
2014	96.948.181,00	-0,35
2015	104.505.505,20	7,80
2016	110.716.016,00	5,94
2017	121.309.495,00	9,57
2018	132.824.738,10	9,49

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2012 a 2014.

A partir desta projeção foi calculado 8,1286% referente ao IPCA acumulado entre abril/2014 e março/2015, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2016, 2017 e 2018.

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2013	14.545.420,00	----
2014	16.284.835,40	11,96
2015	20.732.578,80	27,31
2016	24.087.137,00	16,18
2017	16.212.398,00	-32,69
2018	18.244.257,90	12,53

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2012 a 2014.

A partir desta projeção foi calculado 8,1286% referente ao IPCA acumulado entre abril/2014 e março/2015, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2016, 2017 e 2018.

7.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DO RPPS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2013	14.250.500,00	----
2014	15.280.000,00	7,22
2015	15.708.000,00	2,80
2016	16.613.000,00	5,76
2017	18.274.300,00	10,00
2018	20.101.730,00	10,00

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2012 a 2014.

A partir desta projeção foi calculado 8,1286% referente ao IPCA acumulado entre abril/2014 e março/2015, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2016, 2017 e 2018.

9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2013	150.000,00	----
2014	150.000,00	0,00
2015	150.000,00	0,00
2016	150.000,00	0,00
2017	150.000,00	0,00
2018	150.000,00	0,00

Nota:

As metas fiscais foram calculadas a partir de uma série histórica que compreendeu o período de 2012 a 2014.

A partir desta projeção foi calculado 8,1286% referente ao IPCA acumulado entre abril/2014 e março/2015, além de estimativas feitas em função dos fatos previstos para os exercícios de 2016, 2017 e 2018.

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Página: 1/1
Data: 28/08/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	114.858.122,00	122.286.616,40	129.979.355,20	138.995.153,00	152.752.093,00	167.781.216,00
Recita Tributária	14.160.000,00	16.521.000,00	18.653.000,00	20.325.000,00	22.357.500,00	24.593.250,00
Recita de Contribuição	13.955.500,00	5.070.000,00	17.459.000,00	18.657.000,00	20.522.700,00	22.456.995,00
Recita Patrimonial	11.429.952,00	10.355.730,00	12.292.759,48	14.102.164,00	15.511.458,00	17.037.617,00
Aplicações Financeiras (II)	10.779.952,00	10.180.730,00	12.166.359,48	13.951.474,00	15.345.699,00	16.857.877,00
Outras Receitas Patrimoniais	650.000,00	175.000,00	126.400,00	150.690,00	165.759,00	179.740,00
Transferências Correntes	72.557.970,00	87.762.486,40	78.758.505,72	82.842.330,00	91.013.420,00	100.048.268,00
Demais Receitas Correntes	2.754.700,00	2.577.400,00	2.816.090,00	3.068.659,00	3.347.015,00	3.645.086,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	104.078.170,00	112.105.886,40	117.812.995,72	125.043.679,00	137.406.394,00	150.923.339,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	3.039.300,00	6.502.200,00	11.116.728,80	12.571.000,00	3.194.100,00	3.539.510,00
Operações de Crédito (V)	2.000.000,00	828.000,00	2.500.000,00	800.000,00	1.650.000,00	1.815.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	160.000,00	240.000,00	200.000,00	200.000,00	220.000,00	242.000,00
Alienação de Ativos (VII)	80.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	34.100,00	37.510,00
Transferência de Capital	799.300,00	5.403.200,00	8.385.728,80	11.540.000,00	1.290.000,00	1.445.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	799.300,00	5.403.200,00	8.385.728,80	11.540.000,00	1.290.000,00	1.445.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	104.877.470,00	117.509.086,40	126.198.724,52	136.583.679,00	138.696.394,00	152.368.339,00
DESPESAS CORRENTES (X)	97.291.502,00	96.948.181,00	104.440.505,20	110.716.016,00	121.309.495,00	132.824.738,10
Pessoal e Encargos Sociais	58.771.749,00	53.235.672,00	54.842.202,00	57.016.573,00	62.056.922,00	67.853.561,30
Juros e Encargos da Dívida (XI)	4.200.000,00	4.500.000,00	4.750.000,00	4.900.000,00	5.200.000,00	5.400.000,00
Outras Despesas Correntes	34.319.753,00	39.212.509,00	44.848.303,20	48.799.443,00	54.052.573,00	59.571.176,80
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	93.091.502,00	92.448.181,00	99.690.505,20	105.816.016,00	116.109.495,00	127.424.738,10
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	14.545.420,00	16.283.835,40	20.797.578,80	24.087.137,00	16.212.398,00	18.244.257,90
Investimentos	13.245.420,00	14.783.835,40	18.597.578,80	21.686.637,00	13.611.898,00	15.443.757,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.300.000,00	1.500.000,00	2.200.000,00	2.400.000,00	2.600.000,00	2.800.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	13.245.420,00	14.783.835,40	18.597.578,80	21.687.137,00	13.612.398,00	15.444.257,90
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	14.250.500,00	15.280.000,00	15.708.000,00	16.613.000,00	18.274.300,00	20.101.730,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	120.737.422,00	122.662.016,40	134.146.084,00	144.266.153,00	148.146.193,00	163.120.726,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(15.859.952,00)	(5.152.930,00)	(7.947.359,48)	(7.682.474,00)	(9.449.799,00)	(10.752.387,00)

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Página: 1/1

Data: 28/08/2015

Especificação	2013 (b)	2014 (c)	2015 (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	35.850.000,00	32.346.000,00	36.750.000,00	40.058.000,00	44.070.000,00	48.500.000,00
Outras dívidas	35.850.000,00	32.346.000,00	36.750.000,00	40.058.000,00	44.070.000,00	48.500.000,00
DEDUÇÕES (II)	18.500.000,00	6.804.000,00	9.850.000,00	9.500.000,00	13.050.000,00	13.800.000,00
Ativo disponível	18.500.000,00	6.804.000,00	9.850.000,00	9.500.000,00	13.050.000,00	13.800.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	17.350.000,00	25.542.000,00	26.900.000,00	30.558.000,00	31.020.000,00	34.700.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	17.350.000,00	25.542.000,00	26.900.000,00	30.558.000,00	31.020.000,00	34.700.000,00
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(42.183.235,92)	8.192.000,00	1.358.000,00	3.658.000,00	462.000,00	3.680.000,00

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2013 no resultados_nominais_valor de R\$ 59.533.235,92.

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Página: 1/1

Data: 28/08/2015

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	35.850.000,00	32.346.000,00	36.750.000,00	40.058.000,00	44.070.000,00	48.500.000,00
Outras dívidas	35.850.000,00	32.346.000,00	36.750.000,00	40.058.000,00	44.070.000,00	48.500.000,00
DEDUÇÕES(II)	18.500.000,00	6.804.000,00	9.850.000,00	9.500.000,00	13.050.000,00	13.800.000,00
Ativo disponível	18.500.000,00	6.804.000,00	9.850.000,00	9.500.000,00	13.050.000,00	13.800.000,00
DCL (III) = (I - II)	17.350.000,00	25.542.000,00	26.900.000,00	30.558.000,00	31.020.000,00	34.700.000,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/1

Data: 28/08/2015

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	138.477.153,00	152.223.543,00	167.230.061,00
Receita Tributária	20.325.000,00	22.357.500,00	24.593.250,00
Receita de Contribuição	5.880.000,00	6.468.000,00	7.027.075,00
Receita Patrimonial	14.102.164,00	15.511.458,00	17.037.617,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	241.929,00	266.122,00	292.408,00
Transferências Correntes	95.101.330,00	104.539.570,00	114.927.033,00
Outras Receitas Correntes	2.826.730,00	3.080.893,00	3.352.678,00
DEDUÇÕES (II)	17.239.000,00	18.962.900,00	20.771.465,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	12.859.000,00	14.144.900,00	15.559.390,00
Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	2.750.000,00	3.025.000,00	3.327.500,00
Contribuição Assit.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	1.595.000,00	1.754.500,00	1.842.225,00
Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	35.000,00	38.500,00	42.350,00
Outras Rec de Conc e Perm - Dir de Uso de Bens Púb	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	121.238.153,00	133.260.643,00	146.458.596,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 637/2012

Página: 1/1
Data: 28/08/2015

LRF, art 4º, § 3º

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
2 - Outros Riscos Fiscais	120.000,00	Será utilizado dotação orçamentária prevista na reserva de contingência.	120.000,00
2.1 - Intempéries			
3 - Outros Riscos Fiscais	5.000,00	Será utilizado dotação orçamentária prevista na reserva de contingência.	5.000,00
3.1 - Despesas não orçadas ou orçadas a maior			
4 - Outros Riscos Fiscais	10.000,00		10.000,00
4.1 - Aposentadorias e pensões precoces			
1 - Passivos Contingentes	15.000,00	Será utilizado dotação orçamentária prevista na reserva de contingência.	15.000,00
1.1 - Processo de desapropriação de imóveis			
SUBTOTAL	150.000,00	SUBTOTAL	150.000,00
TOTAL	150.000,00	TOTAL	150.000,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Página: 1/1
Data: 28/08/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

LRF, art 4º, § 1º R\$ 1,00

Especificação	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	151.566.153,00	144.348.717,14	---	155.946.193,00	141.447.794,10	---	171.320.726,00	147.992.645,32	---
Receitas Primárias (I)	136.583.679,00	130.079.694,29	---	138.696.394,00	125.801.717,91	---	152.368.339,00	131.620.931,56	---
Despesa Total	151.566.153,00	144.348.717,14	---	155.946.193,00	141.447.794,10	---	171.320.726,00	147.992.645,32	---
Despesas Primárias (II)	144.266.153,00	137.396.336,19	---	148.146.193,00	134.372.964,17	---	163.120.726,00	140.909.207,61	---
Resultado Primário III = (I-II)	(7.682.474,00)	(7.316.641,90)	---	(9.449.799,00)	(8.571.246,26)	---	(10.752.387,00)	(9.288.276,05)	---
Resultado Nominal	3.658.000,00	3.483.809,52	---	462.000,00	419.047,62	---	3.680.000,00	3.178.908,63	---
Dívida Pública Consolidada	40.058.000,00	38.150.476,19	---	44.070.000,00	39.972.789,12	---	48.500.000,00	41.895.942,57	---
Dívida Consolidada Líquida	30.558.000,00	29.102.857,14	---	31.020.000,00	28.136.054,42	---	34.700.000,00	29.975.035,20	---

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2016		2017		2018	
Inflação média (% anual)	5,000		5,000		5,000	

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 28/08/2015

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	128.662.016,40	----	141.400.735,76	----	12.738.719,36	9,901
Receitas Primárias (I)	117.382.286,40	----	124.577.572,02	----	7.195.285,62	6,130
Despesa Total	128.662.016,40	----	115.356.102,67	----	(13.305.913,73)	(10,342)
Despesas Primárias (II)	122.662.016,40	----	108.311.205,43	----	(14.350.810,97)	(11,699)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(5.279.730,00)	----	16.266.366,59	----	21.546.096,59	(408,091)
Resultado Nominal	8.192.000,00	----	(10.335.549,99)	0,000	(18.527.549,99)	(226,166)
Dívida Pública Consolidada	32.346.000,00	----	20.379.256,89	0,000	(11.966.743,11)	(36,996)
Dívida Consolidada Líquida	25.542.000,00	----	(17.224.925,03)	0,000	(42.766.925,03)	(167,438)

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Página: 1/1

Data: 28/08/2015

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	3.906.975,00
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.906.975,00
Redução Permanente de Despesa (II)	----
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.906.975,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	872.654,00
Novas DOCC	872.654,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	3.034.321,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Data: 28/08/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	5.953.683,00	50,18	4.117.625,00	69,16	6.227.393,00	151,24
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	5.911.480,00	49,82	1.836.058,00	30,84	-2.109.768,00	-51,24
TOTAL	11.865.163,00	100,00	5.953.683,00	100,00	4.117.625,00	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	10.227.852,00	54,81	45.693.140,00	446,75	21.209.857,00	46,42
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	8.434.363,00	45,19	-35.465.288,00	-346,75	24.483.283,00	53,58
TOTAL	18.662.215,00	100,00	10.227.852,00	100,00	45.693.140,00	100,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Seleção: Exercício = 2015; Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 28/08/2015

RECEITAS REALIZADAS	2013 (a)	2012 (d)	2011
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	132.142,00	95.870,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	129.342,00	95.870,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	2.800,00	0,00
TOTAL	0,00	132.142,00	95.870,00
DESPESAS EMPENHADAS	2013 (b)	2012 (e)	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	195.469,00	20.299,00	9.419,00
Investimentos	195.469,00	20.299,00	9.419,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	195.469,00	20.299,00	9.419,00
	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	2.825,00	198.294,00	86.451,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

 Página: 1/2
 Data: 28/08/2015

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	d = (d exercício anterior) + (c)
2015	8.956.740,63	5.280.001,79	3.676.738,84	111.808.739,01
2016	8.636.986,17	5.476.790,28	3.160.195,89	114.968.934,90
2017	8.254.624,74	5.843.484,40	2.411.140,34	117.380.075,24
2018	7.904.920,86	6.117.464,19	1.787.456,67	119.167.531,91
2019	7.514.429,95	6.495.985,73	1.018.444,22	120.185.976,13
2020	7.101.763,02	6.925.945,78	175.817,24	120.361.793,37
2021	6.743.566,50	7.203.597,38	(460.030,88)	119.901.762,49
2022	6.412.591,62	7.406.357,58	(993.765,96)	118.907.996,53
2023	6.079.125,18	7.611.154,27	(1.532.029,09)	117.375.967,44
2024	5.648.565,05	8.076.112,15	(2.427.547,10)	114.948.420,34
2025	5.367.755,17	8.130.442,04	(2.762.686,87)	112.185.733,47
2026	5.042.329,77	8.306.088,18	(3.263.758,41)	108.921.975,06
2027	4.695.811,53	8.540.002,21	(3.844.190,68)	105.077.784,38
2028	4.444.888,50	8.516.337,89	(4.071.449,39)	101.006.334,99
2029	4.155.390,84	8.605.219,38	(4.449.828,54)	96.556.506,45
2030	3.928.870,64	8.530.763,65	(4.601.893,01)	91.954.613,44
2031	3.718.324,29	8.425.856,22	(4.707.531,93)	87.247.081,51
2032	3.536.965,45	8.254.757,58	(4.717.792,13)	82.529.289,38
2033	3.366.685,09	8.069.765,63	(4.703.080,54)	77.826.208,84
2034	3.209.606,26	7.865.124,30	(4.655.518,04)	73.170.690,80
2035	2.370.165,82	7.636.774,86	(5.266.609,04)	67.904.081,76
2036	2.255.178,06	7.354.862,78	(5.099.684,72)	62.804.397,04
2037	2.168.485,56	7.016.598,67	(4.848.113,11)	57.956.283,93
2038	2.066.225,59	6.740.298,27	(4.674.072,68)	53.282.211,25
2039	1.931.651,43	6.571.313,66	(4.639.662,23)	48.642.549,02
2040	1.890.846,34	6.167.731,80	(4.276.885,46)	44.365.663,56
2041	1.829.808,57	5.843.010,53	(4.013.201,96)	40.352.461,60
2042	1.795.830,51	5.467.873,77	(3.672.043,26)	36.680.418,34
2043	1.767.032,70	5.102.449,67	(3.335.416,97)	33.345.001,37
2044	1.742.048,71	4.749.942,55	(3.007.893,84)	30.337.107,53
2045	1.730.299,42	4.384.695,95	(2.654.396,53)	27.682.711,00
2046	1.723.646,83	4.028.334,74	(2.304.687,91)	25.378.023,09
2047	6.398,91	3.690.801,98	(3.684.403,07)	21.693.620,02
2048	4.841,28	3.365.974,39	(3.361.133,11)	18.332.486,91
2049	2.616,60	3.063.519,15	(3.060.902,55)	15.271.584,36
2050	1.280,75	2.779.888,97	(2.778.608,22)	12.492.976,14
2051	1.236,04	2.512.376,79	(2.511.140,75)	9.981.835,39
2052	----	2.267.549,59	(2.267.549,59)	7.714.285,80
2053	----	2.037.249,10	(2.037.249,10)	5.677.036,70
2054	----	1.823.565,75	(1.823.565,75)	3.853.470,95
2055	----	1.625.951,87	(1.625.951,87)	2.227.519,08
2056	----	1.444.926,98	(1.444.926,98)	782.592,10
2057	----	1.279.142,62	(1.279.142,62)	-496.550,52
2058	----	1.126.887,77	(1.126.887,77)	-1.623.438,29
2059	----	988.975,77	(988.975,77)	-2.612.414,06
2060	----	862.169,54	(862.169,54)	-3.474.583,60
2061	----	749.823,89	(749.823,89)	-4.224.407,49
2062	----	650.173,28	(650.173,28)	-4.874.580,77
2063	----	560.232,30	(560.232,30)	-5.434.813,07
2064	----	478.612,16	(478.612,16)	-5.913.425,23
2065	----	407.726,52	(407.726,52)	-6.321.151,75
2066	----	344.631,64	(344.631,64)	-6.665.783,39
2067	----	289.020,24	(289.020,24)	-6.954.803,63
2068	----	241.443,24	(241.443,24)	-7.196.246,87
2069	----	200.558,91	(200.558,91)	-7.396.805,78
2070	----	164.158,57	(164.158,57)	-7.560.964,35
2071	----	134.198,24	(134.198,24)	-7.695.162,59

Estado de Santa Catarina

Página: 2/2

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Data: 28/08/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	d = (d exercício anterior) + (c)
2072	----	108.543,33	(108.543,33)	-7.803.705,92
2073	----	86.246,98	(86.246,98)	-7.889.952,90
2074	----	68.812,07	(68.812,07)	-7.958.764,97
2075	----	54.302,55	(54.302,55)	-8.013.067,52
2076	----	41.931,48	(41.931,48)	-8.054.999,00
2077	----	31.770,43	(31.770,43)	-8.086.769,43
2078	----	24.261,06	(24.261,06)	-8.111.030,49
2079	----	18.353,12	(18.353,12)	-8.129.383,61
2080	----	13.631,85	(13.631,85)	-8.143.015,46
2081	----	9.812,11	(9.812,11)	-8.152.827,57
2082	----	7.137,75	(7.137,75)	-8.159.965,32
2083	----	5.063,27	(5.063,27)	-8.165.028,59
2084	----	3.704,95	(3.704,95)	-8.168.733,54
2085	----	2.757,88	(2.757,88)	-8.171.491,42
2086	----	2.148,32	(2.148,32)	-8.173.639,74
2087	----	1.844,78	(1.844,78)	-8.175.484,52
2088	----	1.675,42	(1.675,42)	-8.177.159,94
2089	----	1.521,80	(1.521,80)	-8.178.681,74

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/2
 Data: 28/08/2015

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 2016

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.294.363,71	9.004.100,23	16.864.652,63
RECEITAS CORRENTES	19.839.923,52	9.138.861,87	16.864.652,63
Receita de Contribuições dos Segurados	2.458.506,51	2.663.500,41	2.500.150,66
Pessoal Civil	2.458.506,51	2.663.500,41	2.500.150,66
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	16.876.606,24	6.382.466,82	13.689.278,21
Receita de Serviços	1.440,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	503.370,77	92.894,64	675.223,76
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	503.370,77	92.088,93	667.418,67
Demais Receitas Correntes	0,00	805,71	7.805,09
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.545.559,81	-134.761,64	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.677.549,37	10.084.464,63	10.372.833,55
RECEITAS CORRENTES	9.677.549,37	10.084.464,63	10.372.833,55
Receita de Contribuições Patronais	4.850.230,64	5.172.801,90	5.086.169,60
Pessoal Civil	4.850.230,64	5.172.801,90	5.086.169,60
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	4.827.318,73	4.911.662,73	5.286.663,95
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	27.971.913,08	19.088.564,86	27.237.486,18
DESPESAS	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.901.991,60	6.009.302,56	7.765.131,59
ADMINISTRAÇÃO	0,00	4.906,00	3.445,00
Despesas Correntes	0,00	4.906,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	3.445,00
PREVIDÊNCIA	4.901.991,60	6.004.396,56	7.761.686,59
Pessoal Civil	0,00	5.760.045,62	7.379.407,02
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	4.901.991,60	244.350,94	382.279,57
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	4.901.991,60	244.350,94	382.279,57
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	23.172,09	24.259,27
ADMINISTRAÇÃO	0,00	23.172,09	24.259,27
Despesas Correntes	0,00	23.172,09	24.259,27
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Página: 2/2
 Data: 28/08/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2016

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	23.172,09	24.259,27
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	4.901.991,60	6.032.474,65	7.789.390,86

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	23.069.921,48	13.056.090,21	19.448.095,32
--	----------------------	----------------------	----------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	4.827.318,73	4.911.662,73	5.286.663,95
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	4.827.318,73	4.911.662,73	5.286.663,95
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	4.827.318,73	4.911.662,73	5.286.663,95
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	7.250.500,00	14.250.500,00	15.280.000,00
-------------------------------------	---------------------	----------------------	----------------------

BENS E DIREITOS DO RPPS	92.935.529,54	102.552.937,55	119.122.407,87
--------------------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------

 WILMAR CARELLI
 PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Portaria 637/2012**Página: 1/1
Data: 28/08/2015

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2016	2017	2018	
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		319.971,46	339.169,75	359.519,93	Isenção de imposto à contribuintes beneficiados pelo Art. 18, VII e VIII do Código Tributário Municipal.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		145.521,87	154.253,18	163.508,37	Isenção de imposto à contribuintes beneficiados pelo Art. 18, incisos I a VI do Código Tributário Municipal.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		501.597,51	531.693,36	563.594,96	Concessão de 10% para pagamento em parcela única.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		45.094,87	47.800,56	50.668,60	Programa de incentivo para as empresas que se estabeleçam no Município de Videira, previsão da Lei Complementar 3073/2014.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Remissão		69.127,59	73.275,25	77.671,76	Remissão de crédito tributário previsto no artigo 110 do Código Tributário Municipal.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		85.454,06	90.581,31	96.016,18	Programa de incentivo para as empresas que se estabeleçam no Município de Videira, previsão da Lei Complementar 3073/2014.
Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P. Serviços	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		15.323,85	16.243,28	17.217,88	Programa de incentivo para as empresas que se estabeleçam no Município de Videira, previsão da Lei Complementar 3073/2014.
Taxa de Limpeza Pública	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		112.875,69	119.648,23	126.827,13	Isenção de imposto à contribuintes beneficiados pelo Art. 18, VII e VIII do Código Tributário Municipal.
Taxa de Limpeza Pública	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado		165.814,87	175.763,76	186.309,58	Concessão de 10% para pagamento em parcela única. (PTU)
Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	Remissão		32.588,72	34.544,05	36.616,69	Remissão de crédito tributário previsto no artigo 110 do Código Tributário Municipal.
Total			1.493.370,49	1.582.972,73	1.677.951,08	

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Data: 28/08/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	3.906.975,00
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.906.975,00
Redução Permanente de Despesa (II)	----
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.906.975,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	872.654,00
Novas DOCC	872.654,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	3.034.321,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 037/2015

DECRETO N. 037, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, usando de suas atribuições legais conferidas pelo art. 79, inciso VI e 109, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a crise atual e as consequentes medidas adotadas pelo Governo Federal no que tange a isenção de impostos afetou diretamente as receitas, gerando queda no repasse do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e do FUNDEB junto ao Município de Vitor Meireles;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas, sendo dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essas situações à realidade econômico-financeira do Município de Vitor Meireles (SC), sem prejuízo da prestação de serviços perante a coletividade;

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, que determinam as medidas a serem tomadas pelo gestor público para adequação das despesas nos parâmetros e limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000,

DECRETA:

Art. 1º - Fica vedado à Administração Pública, durante a vigência deste Decreto, qualquer ato que importe em:

I - Concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - Criação de cargo, emprego ou função;

III - Contratação de horas extras, salvo para os Motoristas das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, e nos casos de necessidade temporária, de relevante interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, ou ainda nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 2º - Fica reduzida, temporariamente, a jornada de trabalho dos funcionários vinculados à Secretaria de Obras e Serviços Públicos, bem como dos Operadores de Máquinas da Secretaria Municipal de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, para 30 (trinta) horas semanais, devendo ser cumpridas da seguinte forma:

I – Das 7h às 12h e das 13h às 18h, 3 (três) dias por semana;

II – Cabe ao Secretário de Obras e Serviços Públicos especificar quais os dias da semana que serão trabalhados, efetuando o prévio aviso aos funcionários conforme costume;

III – Eventual hora extra será considerada compensada com os dois dias da semana não trabalhados, na forma do art. 48, § 4º da Lei Complementar Municipal n. 007/2003;

V - Todos os demais setores administrativos da Prefeitura e suas Secretarias cumprirão expediente normal.

Art. 3º - O presente Decreto e as medidas administrativas que dispõe, vigorará até dia 31 de dezembro de 2015, findo os quais serão restabelecidos os horários normais, salvo se for necessária a manutenção da redução, caso em que poderá ser prorrogada a vigência do presente Decreto.

Art. 4º - Os servidores poderão ser convocados para prestarem serviços além do horário estabelecido no artigo 2º do presente Decreto, sendo consideradas como extraordinárias somente as horas que excederem a jornada semanal de trabalho estabelecida para o cargo/servidor nos respectivos Planos de Carreira.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir de 31 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 28 de agosto de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

DECRETO Nº 039/2015

DECRETO Nº 039/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela seguinte Lei Complementar nº 046, de 03 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão permanente de Avaliação de Imóveis para fins de Contribuição de Melhoria:

JAMES ADEMIR WIPPEL
Corretor de Imóveis – CRECI 18.158

BRENO VILHALBA PAMPLONA
Engenheiro Civil – CREA 132234-3

JOICE B. S. WATRAS
Fiscal de Tributos
Matr. 6418.1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, em 27 de agosto de 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC,
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 024/93.

PORTARIA Nº 195/2015

PORTARIANº 195/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Orgânica, Lei Municipal Complementar n.º 049, de 23/12/2009 e suas alterações,

Nome: CÉSAR SUAVE
Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Função de Confiança FC, para exercer as funções de Responsável pela Inspeção dos estabelecimentos com a SIE, dentro da Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 28 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/ _____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

5 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0001/2014

Extrato 5º Aditivo ao Contrato nº 0001/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras LTDA.

Objeto: Pavimentação asfáltica e calçamento, sinalização e drenagem na Rua Batista Fabrizio.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 60 dias, contados a partir de 25/08/2015 até 23/10/2015, conforme requerimento e justificativa anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 24 de agosto de 2015. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO 9º ADITIVO PROCESSO Nº 0134/2014

Extrato 9º Aditivo ao Processo nº 0134/2014

Inexigibilidade nº 0007/2014

Objeto: Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para realização de consultas médicas e procedimentos especializados, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê. Fica aditado no Item 2.12 do Edital – dos Procedimentos, a quantidade mensal de Consultas Médicas em Endocrinologia Clínica, conforme tabela no Termo Aditivo. O Edital e Aditivos encontram-se abertos para os interessados em buscar o credenciamento e estão disponíveis no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares (49) 3441-8542. Xanxerê-SC, 24 de agosto de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0064/2015

Extrato de Contrato nº 0064/2015

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Centro Médico Lovatel LTDA.

Objeto: Prestação de Serviços em Consultas Médicas na especialidade em Neurologia e Endocrinologia Clínica e exames de Ultrasson de Tireóide e PAAF.

Valor: Conforme Tabela Inexigibilidade nº 0007/2014.

Prazo: 12 meses.

Xanxerê-SC, 24 de agosto de 2015. Ademir J. Gasparini - Pref. Municipal.

PORTARIA Nº RH AJG 181/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 181/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 90 (noventa) dias a partir de 18.09.2015 a 16.12.2015, a Servidora Pública Municipal Senhora DIRCE FRANZON BARCELLOS, nacionalidade brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. Portadora da CI nº 1.697.786 e CPF Nº

656.021.619-53, nomeada conforme Decreto nº JB 61/95 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 3182, datado de 28.08.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 02.02.2000 até 01.02.2005 (90 dias). Matrícula 1076

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 28 de Agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 182/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 182/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 83 (oitenta e três) dias no período matutino a partir de 10.09.2015 a 01.12.2015, a Servidora Pública Municipal Senhora LORENI LUIZA RIGATTI DOS SANTOS, nacionalidade brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. Portadora da CI nº 1.697.359 e CPF Nº 651.622.509-53, nomeada conforme Decreto nº JB 47/94 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 3089, datado de 24.08.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

17.02.2004 até 24.07.2006 (35 dias).

25.07.2006 até 06.06.2009 (18 dias).

09.06.2009 até 08.06.2012 (30 dias).

Todos os períodos são referentes a matrícula 401.

Esta portaria entra em vigor nesta data passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 10.09.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 28 de Agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 30-2015 PMXV - 01 COPAL

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 30/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 88.197.330/0001-60, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. SIRINEI PANIZZON, portador do CPF nº 204.208.700-91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 30/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar, novos, para utilização em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina e seus Fundos.

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO EM R\$
9	10	PNEU TRASEIRO RADIAL 17.5/25 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: no mínimo 14 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.500KG, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulcos de no mínimo 28MM.	3.823,00
28	30	CÂMARA DE ÁR NOVA 1400 X 24 NOVA	129,00
30	15	CÂMARA DE ÁR NOVA 17.5/25 NOVA	188,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 30/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 28 de agosto de 2015.

COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA Sirinei Panizzon	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 30-2015 PMXV - 02 PNEULOG

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 30/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 17.092.175/0001-79, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. RAFAEL LUIZ MORETTO VICINI, portador do CPF nº 006.979.279-89, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 30/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar, novos, para utilização em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina e seus Fundos.

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO EM R\$
1	25	PNEU LISO 1000 X 20 CONVENCIONAL NOVO, de 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), com as seguintes características mínimas; com no mínimo 16 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.000KG e velocidade máxima com no mínimo o índice "K", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulco de no mínimo 12,5MM.	735,00
2	70	PNEU LISO 1000 R 20 MISTO NOVO, de 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), com as seguintes características mínimas; com no mínimo 16 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.000KG e velocidade máxima com no mínimo o índice "L", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulco de no mínimo 16,5MM.	1.075,00
3	90	PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 CONVENCIONAL NOVO, de 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), com as seguintes características mínimas; com no mínimo 16 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.000KG e velocidade máxima com no mínimo o índice "K", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulco de no mínimo 20MM.	795,00
5	20	PNEU LISO 275/80 X 22.5 MISTO NOVO, de 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), com as seguintes características mínimas; com no mínimo 16 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.000KG e velocidade máxima com no mínimo o índice "L", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulco de no mínimo 18,5MM.	1.185,00
7	12	PNEU 1400 X 24 CONVENCIONAL NOVO, 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), com as seguintes características mínimas: no mínimo 16 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.650KG, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulcos de no mínimo 24MM.	1.609,00
10	10	PNEU TRASEIRO CONVENCIONAL 17.5/25 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: no mínimo 14 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.500KG, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulcos de no mínimo 27MM.	1.850,00
13	12	PNEU DIANTEIRO CONVENCIONAL 12.4/24 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: no mínimo 10 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.500KG, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulcos de no mínimo 24MM.	775,00
14	8	PNEU TRASEIRO CONVENCIONAL 18.4/30 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: no mínimo 10 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.500KG, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulcos de no mínimo 24MM.	1.690,00
15	8	PNEU DIANTEIRO CONVENCIONAL 14.9/24 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: no mínimo 8 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.500KG, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulcos de no mínimo 24MM.	1.040,00
16	8	PNEU TRASEIRO CONVENCIONAL 18.4/34 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: no mínimo 12 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.500KG, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulcos de no mínimo 24MM.	2.199,00

17	4	PNEU TRASEIRO CONVENCIONAL 23.1/26 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: no mínimo 12 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.500KG, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulcos de no mínimo 24MM.	2.850,00
18	8	PNEU RADIAL LISO 205.75/17.5 MISTO NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: no mínimo 12 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.700KG e velocidade máxima com no mínimo o índice "L", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulco de no mínimo 13,1MM.	695,00
19	8	PNEU RADIAL BORRACHUDO 205.75/17.5 MISTO NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: 12 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.700KG e velocidade máxima com no mínimo o índice "L", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulco de no mínimo 13,1MM.	695,00
24	40	PNEU NOVO RADIAL 185.70 ARO 14 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 84 e velocidade máxima com no mínimo o índice "T", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014, índice de tração (traction) "T", índice de temperatura (temperature) "A" ou "B" e índice de desgaste (treadwear) igual ou superior a 280.	199,00
31	15	CÂMARA DE ÁR NOVA 12 X 16.5 NOVA	55,00
38	15	CÂMARA DE ÁR NOVA 205.75 ARO 16 NOVA	29,00
39	15	CÂMARA DE ÁR NOVA 205.75/17.5 NOVA	85,00
43	10	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 12.5 X 80/18 NOVO	59,00
45	10	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 12 X 16.5 NOVO	39,00
46	10	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 19.5/24 NOVO	59,00
48	10	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 18.4/30 NOVO	104,00
50	10	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 18.4/34 NOVO	120,00
51	10	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 23.1/26 NOVO	149,00
52	10	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 205.75/17.5 NOVO	40,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 30/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 28 de agosto de 2015.

PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI Rafael Luiz Moretto Vicini	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 30-2015 PMXV - 03 JOAÇABA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 30/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa JOAÇABA PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 84.587.245/0001-57, nesta Ata representada pela sua Administradora, Sra. IÔNE SÜHNEL BESS, portadora do CPF nº 826.311.589-20, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 30/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar, novos, para utilização em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina e seus Fundos.

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO EM R\$
4	25	PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 MISTO NOVO, de 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), com as seguintes características mínimas; com no mínimo 16 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.000KG e velocidade máxima com no mínimo o índice "L", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulco de no mínimo 20MM.	1.185,00
6	12	PNEU BORRACHUDO 275/80 X 22.5 MISTO NOVO, de 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), com as seguintes características mínimas; com no mínimo 16 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.000KG e velocidade máxima com no mínimo o índice "M", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulco de no mínimo 20MM.	1.249,00
20	20	PNEU BORRACHUDO 900 X 20 CONVENCIONAL NOVO, de 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), com as seguintes características mínimas: 14 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 2.500KG e velocidade máxima com no mínimo o índice "J", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulco de no mínimo 19MM.	664,00
21	20	PNEU RADIAL BORRACHUDO 900 X 20 RADIAL NOVO, de 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), com as seguintes características mínimas: 14 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 2.500KG e velocidade máxima com no mínimo o índice "J", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulco de no mínimo 18,5MM.	1.055,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 30/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 28 de agosto de 2015.

JOAÇABA PNEUS LTDA
Iône Sühnel Bess

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE RESGITO DE PREÇOS PP 30-2015 PMXV - 04 FLACH

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 30/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa IRMÃOS FLACH LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.774.832/0001-77, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. CLAITON FLACH, portador do CPF nº 533.327.760-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 30/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar, novos, para utilização em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina e seus Fundos.

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO EM R\$
12	4	PNEU TRASEIRO CONVENCIONAL 19.5/24 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: no mínimo 12 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.500KG, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulcos de no mínimo 27MM.	1.790,00
26	100	CÂMARA DE ÁR NOVA 1000 X 20 NOVA	64,00
27	10	CÂMARA DE ÁR NOVA 275/80 X 22.5 NOVA	70,00
29	30	CÂMARA DE ÁR NOVA 12.5 X 80/18 NOVA	74,00
32	15	CÂMARA DE ÁR NOVA 19.5/24 NOVA	185,00
33	30	CÂMARA DE ÁR NOVA 12.4/24 NOVA	99,00
34	30	CÂMARA DE ÁR NOVA 18.4/30 NOVA	198,00
35	30	CÂMARA DE ÁR NOVA 14.9/24 NOVA	144,00
36	15	CÂMARA DE ÁR NOVA 18.4/34 NOVA	223,00
37	10	CÂMARA DE ÁR NOVA 23.1/26 NOVA	311,90
40	100	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 1000 X 20 NOVO	18,00
41	10	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 275/80 X 22.5 NOVO	25,00
42	20	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 1400 X 24 NOVO	34,00
44	10	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 17.5/25 NOVO	89,00
47	10	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 12.4/24 NOVO	33,00
49	10	PROTETOR PARA CÂMARA DE ÁR NOVO 14.4/24 NOVO	34,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 30/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 28 de agosto de 2015.

IRMÃOS FLACH LTDA Claiton Flach	MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal.
------------------------------------	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 30-2015 PMXV - 05 GF

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 30/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 93.894.954/0001-76, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. GERSON ANTONIO FRIGHETTO, portador do CPF nº 508.141.680-00, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 30/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar, novos, para utilização em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina e seus Fundos.

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO EM R\$
8	24	PNEU 1400 X 24 RADIAL NOVO, 1ª Linha (utilizado na linha de produção de veículos novos), com as seguintes características mínimas: no mínimo 16 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.650KG, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulcos de no mínimo 24MM.	3.500,00
11	12	PNEU DIANTEIRO CONVENCIONAL 12 X 16.5 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: no mínimo 10 Lonas, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 1.500KG, símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014 e profundidade de sulcos de no mínimo 18MM.	450,00
22	20	PNEU NOVO RADIAL 205.75 ARO 16 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 100; velocidade máxima com no mínimo o índice "R"; símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014; índice de tração (traction) "A"; índice de temperatura (temperature) "A" ou "B"; índice de desgaste (treadwear) igual ou superior a 300.	370,00
23	40	PNEU NOVO RADIAL 185.60 ARO 15 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 84 e velocidade máxima com no mínimo o índice "T", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014, índice de tração (traction) "T", índice de temperatura (temperature) "A" ou "B" e índice de desgaste (treadwear) igual ou superior a 280.	210,00
25	50	PNEU NOVO RADIAL 175.70 ARO 13 NOVO, de 1ª Linha, com as seguintes características mínimas: deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 82 e velocidade máxima com no mínimo o índice "T", símbolo do INMETRO, data de fabricação igual ou superior a 2014, índice de tração (traction) "A", índice de temperatura (temperature) "A" ou "B" e índice de desgaste (treadwear) igual ou superior a 300.	138,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela

poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 30/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 28 de agosto de 2015.

GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA Gerson Antonio Frighetto	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 044/2015

Aviso de Dispensa de Licitação

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente dispensa, a saber:

Dispensa de licitação n. 044/2015 – Processo licitatório n. 159/2015

Homologação: 28/08/2015

Contratado: Roberto Mistura

CNPJ: 10.292.359/0001-33

Contratante: Município de Xaxim

Objeto: Aquisição de lâmpadas para iluminação pública.

Valor da despesa: R\$ 7.809,50 (sete mil oitocentos e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência: 31/12/2015

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Xaxim – SC, 28 de agosto de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 022/2015

Aviso de Inexigibilidade de Licitação

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente Inexigibilidade, a saber:

Inexigibilidade de licitação n. 022/2015

Processo licitatório n. 158/2015

Homologação: 28/08/2015

Credenciado: Neivo Luiz Dalmedico

CPF: 631.306.969-20

Objeto: Aquisição de cascalho para manutenção das estradas municipais em atendimento a Chamada Pública 004/2015.

Valor da despesa: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Fundamento: art. 25 da Lei 8.666/93.

Vigência: 31/12/2015

Xaxim – SC, 28 de agosto de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Decreto 277

DECRETO Nº. 277/2015.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir da presente data, o servidor municipal EDENILSON ROMANINI, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR DE AGRICULTURA, portador da matrícula 6047, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26 de agosto de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Portaria 909

PORTARIA Nº909/2015.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 c/c 196 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO comunicado realizado pelo Secretário Municipal de Educação, dando conta que em 14 de julho de 2015, o Servidor Processado teria utilizado bem público de forma indevida (ônibus escolar), qual seja, deslocamento com o bem público à local que em nada tinha a ver com o serviço desempenhado pelo mesmo (1º fato);

CONSIDERANDO comunicado realizado pelo Secretário Municipal de Educação, dando conta que em data de 16 de julho de 2015, o Servidor Processado teria utilizado bem público de forma indevida, qual seja, fora do horário de expediente, encontrava-se dentro de ônibus escolar na companhia de feminina (2º fato);

CONSIDERANDO comunicado realizado pelo Secretário Municipal de Educação, dando conta que em data de 26 de agosto de 2015, o Servidor Processado teria entregue condução de ônibus escolar à criança/adolescente (3º fato);

CONSIDERANDO comunicado realizado pelo Secretário Municipal de Educação, dando conta que em data e locais a serem apurados durante o Processo Disciplinar, o Servidor Processado age de forma imprudente na condução do ônibus escolar, sendo: “não aguardar a criança embarcar, fechar a porta antes do tempo. Já empresou braço, cabelo, mochila e até cabeça de crianças na porta do ônibus. Não aguarda as crianças embarcarem e sentar, arranca com ônibus com as crianças em pé e as crianças caem. À noite permite que os alunos fumem dentro do ônibus, não tem cuidado na BR, dirige em alta velocidade. [...] Deixa o rádio ligado com som alto [...] que o motorista também conduz o veículo em alta velocidade.” (4º fato)

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da moralidade e da eficiência, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, tais fatos se efetivamente ocorreram, vão

de encontro ao que se prega no que toca ao acesso à educação, e que é dever do Estado;

CONSIDERANDO que, eventualmente manter tais Servidoras na função, viria a tumultuar o ambiente de trabalho, transbordando eventual rusga aos demais profissionais e também aos alunos;

CONSIDERANDO que tais fatos configuram em tese:

Primeiro fato: violação ao art. 152, II, VIII, XIII, XV c/c art. 168, IX, XI da Lei 1.729/94;

Segundo fato: violação ao art. 152, VIII, XV c/c art. 168, VI, da Lei 1.729/94;

Terceiro fato: violação ao art. 152, VI, c/c art. 168, VI, da Lei 1.729/94;

Quarto fato: violação ao art. 152, XVII c/c art. 168, VI, VIII, da Lei 1.729/94;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos supostamente praticados pelo Servidor M. J. Z.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I – Fabiane Rissi;

II – Catiane Curtarelli;

III – Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º. Com base no art. 181, parágrafo único, do Estatuto dos Servidores Públicos, o Servidor permanecerá afastado de suas atribuições, pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo de suas remunerações, a fim de assegurar a lisura da do Processo, que apurará os fatos e eventuais faltas funcionais com vistas a restaurar a regularidade da atividade administrativa (conforme dispõe o 'caput' do art. 37 da Constituição Federal), e em vista de que, eventual permanência do Processado no exercício das funções, poderia implicar tumulto na averiguação, interferência na instrução processual, possível interferência na colheita de provas e ainda, prejuízos à atividade do Ente Público no que toca à eficiência do Serviço.

Art. 4º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200 'caput' do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 5º. Determina-se à Comissão Sindicante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução dos trabalhos, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Xaxim, 27 de agosto de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Associações

AMURC

EDITAL 004/2015 CONVOCA A CONFERENCIA REGIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES DA AMURC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2015

CONVOCA, POR INTERMÉDIO DA AMURC, A CONFERÊNCIA REGIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DOS MUNICÍPIOS DE CURITIBANOS, FREI ROGÉRIO, SANTA CECÍLIA, PONTE ALTA DO NORTE E SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, SOB O TEMA "MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES".

José Antonio Guidi, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc), no uso de suas atribuições legais e amparado no Decreto Presidencial de 30 de março de 2015, publicado no Diário Oficial da União, edição número 61, Seção 1, página 2, de 31/03/2015, que trata sobre a organização da Política Nacional para as Mulheres e sobre a realização das Conferências Municipais ou Intermunicipais da Mulher e, com apoio e parceria da SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional de Curitiba, CONVOCA:

Art. 1º CONVOCA a Conferência Regional de Políticas para as Mulheres, a ser realizada pelos Municípios de Curitiba, Frei Rogério, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte e São Cristóvão do Sul, organizada pela Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc) com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Curitiba (SDR Curitiba).

Art. 2º A Conferência será realizada no dia 18 de Setembro de 2015, com início às 13h30' junto às instalações da Associação Recreativa e Desportiva Gaboardi (AERG) cita a Rua Miguel João Alban, 200, Bairro Meu Postinho, São Cristóvão do Sul, SC.

Art. 3º A Conferência terá por lema "Mais direitos, participação e poder para as mulheres" e mediará seus debates a partir dos seguintes eixos temáticos:

I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.

II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.

III - Sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.

IV - Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

Art. 4º Programação do evento:

13h30' - Recepção e inscrições das participantes.

13h45' - Solenidade de abertura e informações.

14h00' - Palestra principal: MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES – desafios no campo prático da política para mulheres.

15h00' - Debate dos eixos temáticos e estruturação de recomendações.

16h00' - Plenária de consolidação de proposições e definição das Delegadas da Região.

17h00' - Encerramento da Conferência.

Art. 5º A Conferência, para além de discutir as questões dos municípios e estado em relação as políticas públicas para as mulheres, têm como objetivos:

a) Promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial das mulheres, na formulação e no controle das políticas para as mulheres;

b) Fortalecer a relação entre o governo e a sociedade civil para maior efetividade na execução e controle da Política Municipal, Estadual e Nacional para as Mulheres;

c) Estimular a criação e o fortalecimento das organizações feministas e de mulheres;

d) Estimular a criação e o fortalecimento dos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da mulher;

e) Estimular a criação e o fortalecimento dos organismos governamentais municipais, estaduais, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR);

f) Estimular a elaboração e o fortalecimento de Planos Municipais, Estaduais, e Nacional de Políticas para as Mulheres;

g) Discutir e definir subsídios e recomendações para a construção do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres;

h) Discutir e elencar recomendações para um Sistema Político com participação das mulheres e com igualdade de direitos;

i) Levar informações e estimular a atuação conjunta de municípios e estados em torno de planos e metas comuns para as políticas para as mulheres.

Art. 6º Para a realização da Conferência deverão ser considerados os seguintes requisitos:

a) A Política Nacional para as Mulheres, aprovada na 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) e referendada nas 2ª e 3ª CNPM, orienta-se pelos seguintes princípios: igualdade e respeito à diversidade; equidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos; e participação e controle social.

b) Deverão ser observados os princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres, o temário proposto deverá ser discutido, considerando a realidade local, na perspectiva da consolidação ou definição de uma plataforma de políticas para as mulheres no âmbito municipal, tendo como objetivo o fortalecimento das políticas para as mulheres.

c) As Conferências Municipais deverão propiciar o debate amplo e democrático e seu relatório final deverá refletir a opinião das

mulheres, em todos os âmbitos.

d) Todas as discussões do temário e os documentos das Conferências Municipais deverão, obrigatoriamente, incorporar as dimensões de classe, gênero, etnia, raça, geração, de orientação sexual e identidade de gênero, de pessoas com deficiência, rurais, urbanas, entre outras.

e) A Conferências deverá aprovar uma plataforma de políticas públicas para as mulheres como base para a elaboração e ou fortalecimento de seu plano municipal e na perspectiva da criação e fortalecimento dos organismos de políticas para as mulheres.

f) É fundamental que durante a programação seja assegurado tempo para identificação dos problemas, discussão de soluções para as demandas das mulheres e para a criação de políticas públicas para as mulheres de cada município.

g) O evento deve promover a criação de Conselhos de Direitos e Organismos de política para as mulheres onde os mesmos não existirem. .

Art. 7º A conferência será organizada por Comissão Especial nomeada para tanto que será integrada por uma representante de cada município integrante da Amurc a ser indicada até o dia 04 de Setembro, por e-mail ou outra forma escrita, assegurando-se paridade entre sociedade civil e representação governamental.

Art. 8º A Comissão será coordenada pela Sra. Sisi Blind, Prefeita de São Cristóvão do Sul, que presidirá a Conferência.

Art. 9º Compete à Comissão Organizadora Municipal ou Intermunicipal:

I - Coordenar e promover a realização da Conferência.

II - Realizar o planejamento de organização da Conferência.

III - Mobilizar a sociedade civil e o Poder Público para participarem da Conferência

IV - Viabilizar a infraestrutura necessária à realização da etapa Municipal ou Intermunicipal

V - Aprovar a programação da etapa municipal ou intermunicipal

VI - Produzir o relatório da Conferência, com base no roteiro proposto

VII - Produzir a avaliação da etapa municipal ou intermunicipal.

Art. 10 As Conferências Municipais e/ou Intermunicipais elegerão delegadas para a Conferência Estadual sendo que a escolha das representantes regionais deverá seguir o critério da territorialidade populacional por município, de acordo com dados do censo do IBGE/2010, seguindo a tabela de representação fixada pela conferência estadual e sua organização.

Art. 11 As propostas debatidas e aprovadas na Conferência serão encaminhadas para debate da Conferência Estadual e Nacional. As propostas aprovadas para o âmbito municipal serão entregues aos Prefeitos/Prefeita e servirão de base para a elaboração e/ou aprimoramento de planos municipais de políticas para as mulheres.

Art. 12 Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissões Organizadora da Conferência com base nos regimentos da organização estadual e nacional e suas normativas.

Art. 13 É obrigatória a disposição de lista de presença e relatório do evento.

Art. 14 A Comissão Organizadora deverá produzir um extrato do relatório final, a ser encaminhado para o Governo Municipal e à organização da Conferência Estadual.

Art. 15 Para os devidos efeitos legais, todos os municípios

integrantes da Amurc deverão ratificar a realização da Conferência Regional dos Direitos da Mulher por intermédio de Decreto Municipal.

Art. 16 Os municípios integrantes da Amurc remeterão à Associação documento informando sua adesão à Conferência acompanhado de cópia do Decreto Municipal e dos representantes da municipais na Comissão de Organização.

Art. 17 Os responsáveis municipais pela política do setor providenciarão o registro da conferência perante os órgãos competentes, assegurando as providências formais requeridas pelo Sistema.

Art. 18 Questões omissas serão resolvidas pela coordenação responsável pela organização.

Curitiba, SC, 18 de Agosto de 2015.

José Antonio Guidi

Presidente da Amurc - Associação dos Municípios da Região do Contestado

Publicado o presente Edital no átrio da Amurc e DOM - DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS, aos dezanove dias do mês de agosto de 2015.

Rui Braun

Secretário Executivo da Amurc

AMUREL**ATA-AMUREL-AGO-30-06-2015**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze (30/06/2015), às 10h (dez horas) em segunda convocação, reuniram-se na sede da AMUREL, os Prefeitos representantes dos Municípios Associados: o Senhor Jaime Wensing, Prefeito Municipal de Armazém; o Senhor Ademir da Silva Matos, Prefeito Municipal de Braço do Norte; o Senhor Moacir Rabelo da Silva, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; o Senhor Jorge Leonardo Nesi, Prefeito Municipal de Gravatal; o Senhor Amilton Ascari, Prefeito Municipal de Grão Pará; o Senhor Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruá; o Senhor Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba; o Senhor Robson Jean Back, Prefeito em Exercício do Município de São Martinho; o Senhor Frederico Durante Honorato, Secretário de Agricultura, Pecuária, Pesca, Turismo e Meio Ambiente do Município de Pescaria Brava, neste ato representando o Senhor Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito Municipal de Pescaria Brava; a Senhora Dilcei Heidemann, Prefeita de Santa Rosa de Lima; o Senhor Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero; o Senhor Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito Municipal de Pedras Grandes; o Senhor Luiz Paulo de Rezende, Secretário de Fazenda e Administração do Município de Laguna, neste ato representando o Senhor Everaldo dos Santos, Prefeito Municipal de Laguna; o Senhor Clésio Bardini de Biasi, Prefeito Municipal de Treze de Maio; e o Senhor João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão. Além dos Senhores Prefeitos acima nominados, estavam presentes o Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL; a Senhora Patrícia Uliano Effting, Procuradora Geral do Município de Tubarão e Coordenadora do Conselho de Procuradores Municipais da Região da AMUREL; bem como a Assessoria Jurídica da AMUREL. Depois de constatado haver quórum mínimo exigido pelo Estatuto, o Senhor Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba e Presidente da AMUREL, fez a abertura dos trabalhos cumprimentando a todos, dando-os as boas-vindas. O protocolo passou a leitura do Edital, que se transcreve: "O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de junho de 2015, às 9:30 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, nº 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: 1. Aprovação da Ata Anterior; 2. Prestação de contas do segundo bimestre, do exercício de 2015; 3. Inovação tecnológica na coleta de resíduos urbanos; 4. Assuntos diversos." Após aberto os trabalhos passaram a apreciar os referidos itens da pauta, na seguinte forma: 1) Deliberação sobre Ata Anterior: Procedeu-se à deliberação acerca da Ata anterior, cuja leitura foi dispensada pelos presentes. A ata restou aprovada. 2) Prestação de Contas do 2º Bimestre do exercício de 2015: Ato contínuo foi apresentado, para fins de análise e deliberação, os relatórios das demonstrações contábeis relativos ao 2º bimestre de 2015, com esclarecimentos prestados pelo contador da AMUREL, Senhor Ramon Mendes. Após a apreciação e discussão sobre o tema, as prestações de contas foram consideradas aprovadas pela Assembleia por unanimidade. 3) Inovação Tecnológica na Coleta de Resíduos Urbanos: Ato contínuo o Senhor Presidente de AMUREL, passou a palavra aos representantes da empresa Librelato, Senhores: Fábio Zomer dos Santos, Evandro Shweig e Adir Librelato, que inicialmente agradeceram à diretoria da AMUREL pela disponibilidade e

oportunidade dispensada à empresa; com uso de expediente audiovisual efetuaram a apresentação dos equipamentos produzidos no seu parque fabril instalado no município de Capivari de Baixo, há 20 anos, cujo carro chefe é o produto fabricado em parceria com a empresa chilena Themac, denominado de coletor de resíduos urbanos, que é dotado de sistema de carga lateral automatizada, que utiliza tecnologias de última geração para o correto gerenciamento dos resíduos sólidos; ainda, complementou o palestrante, que o sistema do equipamento em questão está baseado na utilização de contêineres metálicos para o acondicionamento dos resíduos, sendo estes esvaziados e posteriormente higienizados de forma totalmente automatizada, através da utilização de veículos dotados da tecnologia de carga lateral. Concluída a apresentação, fizeram questionamentos sobre as características técnicas e ambientais e o custo financeiro do produto, os senhores: Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba; Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero e Jorge Leonardo Nesi, Prefeito Municipal de Gravatal. 4) Projeto representante Caixa, na sede da AMUREL, o Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, informou que conforme decidido na Assembleia Geral Ordinária do mês de abril de 2015, esteve juntamente com o presidente da entidade, em Brasília, para tratar da possibilidade de firmar convênio entre a AMUREL e o Governo Federal, cujo objeto é a disponibilização efetiva mensal, por parte de Caixa Econômica Federal S.A., de funcionário de carreira habilitado na área de engenharia para agilizar a liberação de convênios decorrentes de projetos de engenharia civil, entre os municípios da Região da AMUREL e o Governo Federal. Contudo, o representante da Caixa, acenou com a proposta de liberar profissional para atuar na AMUREL, apenas 3 (três) vezes a cada 15 (quinze) dias; ainda informou que será entregue aos gestores dos municípios ficha-questionário (cujo objetivo é avaliar as necessidades e peculiaridades de cada município), para preenchimento e posterior encaminhamento à Caixa Econômica Federal S.A. Colocando em apreciação os termos acima apresentados, os Senhores Prefeitos, convencionaram que é interessante que todos efetivamente realizem o preenchimento da ficha-questionário e a entrega na sede da Amurel, contudo, só serão repassadas à Caixa, após a tentativa de contraproposta para ampliar os números de dias de atuação do funcionário Caixa na sede Amurel, por fim, ficou definido que o Senhor Celso, irá manter contato com o Senhor Nelson, representante Caixa em Criciúma, para informá-lo quanto ao descontentamento dos Municípios da AMUREL, no que diz respeito à proposta da Caixa Econômica Federal S.A., de liberar profissional para atuar na AMUREL, apenas 3 (três) vezes a cada 15 (quinze) dias. 5) Assuntos diversos: a) Plano de Mobilidade Urbana: o Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, relembrou a todos que conforme a Lei 12.587 de 2012, os municípios com mais de 20 mil habitantes devem entregar até janeiro de 2016, o Plano Diretor de Mobilidade Urbana, que estabelece quais as políticas públicas que serão adotadas pelas prefeituras para melhorar os serviços de transporte público coletivo, infraestrutura urbana, acessibilidade, operação e disciplinamento do transporte de carga, estacionamento e sinalização viária de trânsito. Dessa maneira, enquadram-se neste prazo os municípios de Tubarão, Imbituba, Laguna, Capivari de Baixo e Braço do Norte mas foi alertado que todos os municípios são obrigados a fazer em função de que todos estão na região metropolitana. Portanto, as cidades que não cumprirem o prazo determinado, ficarão temporariamente impedidos de obter recursos orçamentários federais para obras de infraestrutura urbana, por derradeiro, pediu a atenção dos gestores dos municípios acima relacionados quanto ao cumprimento do prazo. Na oportunidade foi apresentado proposta da FAEPESUL/UNISUL para fazer em conjunto todos os planos, que não foi aceito pelos prefeitos que cada qual deveria procurar a universidade ou outros meios e contratar de forma independente. b) RM 3500 Plus – Retro

Saneamento – Prefeituras: Neste ato o Senhor Marlon Viana Fernandes, representante da empresa Ecosol Soluções Ecológicas, agradeceu a oportunidade e, com recurso audiovisual, apresentou o produto desenvolvido para as prefeituras, denominado de RM 3.500 PLUS, constituído de retroescavadeira veicular instalada em caminhão, que tem por finalidades: escavar ruas para fazer bueiros; auxiliar nos reparos de tubulações quebradas, abrindo, substituindo e fechando as áreas com problemas; carregar e descarregar canos de concreto sem a necessidade de outros equipamentos; auxiliar no carregamento e deslocamento de materiais diversos e implementos de uso das prefeituras, dentre outros. Ainda, apresentou o princípio de funcionamento do equipamento, sua forma de acionamento, montagem, as especificações técnicas e as vantagens em relação ao sistema convencional. Ao final, entregou aos presentes portfólio do produto e, informou que disponibilizou a AMUREL, carta modelo de intenção de reserva e demais informações acerca do produto. c) Projeto Cidadania Rural – AMUREL e SENAR: Neste ato o Senhor Celso Heidemann, comunicou que a AMUREL em parceria com o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, irão promover no mês de agosto do corrente ano, grande evento voltado para produtores, trabalhadores rurais, agroindústrias, cooperativas, prefeituras e contabilistas, denominado Projeto Cidadania Rural. Informou ainda que o referido projeto tem como desafio orientar os produtores rurais da região quanto à aplicação correta da legislação previdenciária rural e da legislação tributária (nota fiscal de produtor rural; contribuição previdenciária rural e benefícios previdenciários, Segurado Especial e contribuinte individual - Lei 11.718/2008) e, é neste sentido que será exposto aos participantes o conhecimento dos dispositivos legais, procurando minimizar as dificuldades com que os mesmos se deparam rumo ao cumprimento de suas obrigações, como também conhecer os seus direitos para melhor usufruí-los. Com essa iniciativa espera-se cumprir com uma de suas principais funções, que é colaborar com o restabelecimento da cidadania e dignidade daqueles que com seu trabalho, fortalecem o setor rural brasileiro. Por derradeiro, esclareceu que a inscrição para participar do evento será gratuita através do site e link da AMUREL, e que devido a grande importância do evento para a Região, o mesmo será realizado em três municípios, sendo eles, Tubarão, dia 11 de agosto, Braço do Norte, dia 12, e em Laguna, dia 13. d) Combate à Judicialização da Saúde e Educação: Sobre o tema, foi passada a palavra a Dra. Patricia Uliano Effting, Coordenadora do Conselho de Procuradores Jurídicos Municipais da Região da AMUREL, que conforme acordado na assembleia geral ordinária pretérita, vem apresentar aos presentes a minuta de ofício que trata do combate à judicialização da saúde e educação, a ser entregue ao Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC, Senhor desembargador Nelson Schaefer Martins. Dessa maneira, a Dra. Patricia, fez leitura na íntegra do citado ofício, que após foi aprovado por todos os presentes. Sendo, ao final, convencionados que será criado comissão de prefeitos e agendado junto ao TJSC, a data para a entrega do referido ofício. e) Comissão da Noite da Gratidão para Hospital Nossa Senhora da Conceição - HNSC: no uso da palavra a senhora Ivania May, assistente social da AMUREL e membro representante da AMUREL, na comissão que tem a incumbência de organizar a noite de homenagem em comemoração aos 120 anos de fundação do Hospital Nossa Senhora da Conceição, informou que a comemoração se dará na UNISUL, às 19h30min do dia 18 de agosto do corrente ano, com a presença de aproximadamente 500 (quinhentos) convidados e, que na ocasião será apresentado aos presentes e homenageados, vídeo contendo depoimentos de várias irmãs da Sociedade Divina Providência, até então mantenedoras do HNSC. Por fim, relatou aos presentes o custo do evento. f) Pedido de Licença Temporária do Presidente da AMUREL: no uso da palavra o Senhor Jaison Cardoso de Souza, presidente da AMUREL, informou que por motivos profissionais, solicita licença temporária do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, pelo período compreendido entre os dias 01 de agosto de 2015 à 31/09/2015. Ao final, externou sua vontade,

sugerindo que a presidência da entidade fosse conduzida da seguinte forma: de 01 à 31/08, ao atual vice-presidente, o senhor Jorge Leonardo Nesi, prefeito de Gravatal e de 01 à 30/09, ao 2º vice-presidente, Amilton Ascari, prefeito de Grão Pará. Após, deliberado foi aprovado por unanimidade. g) Com exceção do item – Benefício de vale alimentação para funcionários da AMUREL, cuja discussão foi adiada para data posterior a ser definida, os demais assuntos, dentre eles: I – Dale Carnegie – Apresentações de alto impacto para prefeitos; II – Palestra sobre: Modernização da Gestão Pública um modelo virtuoso municipal, com o CENAM – Centro Nacional de Modernização Profissional; III – Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública; IV – Colegiado de assistência – implantação da política de assistência e bloqueio de recursos, em função do adiantado da hora, foram apresentados/discutidos e deliberados de forma abreviada. h) Cursos e Eventos: retomando a palavra o Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, informou que no mês de julho, ocorrerá na sede da Amurel os seguintes cursos: no dia 07, curso sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Lei 13019 e no dia 09 o curso de Atualização do Patrimônio Público; no campus da Unisul nos dias 06 a 09 o curso de Capacitação em Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR-Web e a nova Declaração Eletrônica (eDP). Por último, relatou que está sendo entregue aos presentes, cópia do ofício 01/2015/CRGMC/AMUREL, que informa da reativação do Colegiado Regional de Gestores Municipais de Convênios da Amurel, dessa maneira, solicitou que os municípios encaminhem à AMUREL, ofício indicando 02 (dois) servidores para integrar o referido conselho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual se lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL e pelo Senhor Jaison Cardoso de Souza, Presidente da AMUREL.

RESOLUÇÃO N. 001--2015

RESOLUÇÃO N.001/2015

Moacir Rabelo da Silva, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo, na condição de Presidente da Associação dos Municípios da Região de Laguna – AMUREL, no uso de suas atribuições e,

Considerando que o Decreto nº. 8.381, de 30 de Dezembro de 2014, reajustou o valor do salário, passando de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) para R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais);

Considerando o Acordo celebrado entre a AMUREL e o Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina – SENGE – SC;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam substituídos a partir desta data o anexo I, da Resolução n. 006/2014, pelos anexos I e II, parte integrante desta Resolução, bem como, reajustados a remuneração dos empregados beneficiados pelo Acordo Coletivo, celebrado entre a AMUREL e o SENGE – SC, respeitando o horário acordado entre a AMUREL e os funcionários.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2015.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tubarão – SC, 02 de janeiro de 2015.

Moacir Rabelo da Silva
Presidente da AMUREL

Celso Heidemann
Diretor Executivo da AMUREL

RESOLUÇÃO N. 002--2015

Resolução N.º 02/2015

Estima Receita e fixa as despesas da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, para o exercício de 2015.

Moacir Rabelo da Silva, Prefeito de Capivari de Baixo, na condição de Presidente da Amurel, no uso de suas atribuições constantes no inc. XII, do art. 38, do Estatuto Social e,

CONSIDERANDO, que a Assembléia Geral, apreciou e aprovou o Orçamento-Programa para o exercício de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. O Orçamento da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL para o exercício de 2015 estima a Receita, a título de contribuição recebida dos entes associados e fixa as Despesas em R\$ 1.980.000,00 (um milhão e novecentos e oitenta mil reais).

Art. 2º. A Receita da AMUREL será realizada com o seguinte desdobramento:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA 2014		
Transferências dos Municípios	Mensal	Anual
Armazém	R\$ 4.800,00	R\$ 57.600,00
Braço do Norte	R\$ 7.890,00	R\$ 94.680,00
Capivari de Baixo	R\$ 11.800,00	R\$ 141.600,00
Grão Pará	R\$ 4.800,00	R\$ 57.600,00
Gravatal	R\$ 8.239,40	R\$ 98.872,80
Imaruí	R\$ 7.250,00	R\$ 87.000,00
Imbituba	R\$ 18.300,00	R\$ 219.600,00
Jaguaruna	R\$ 6.800,00	R\$ 81.600,00
Laguna	R\$ 23.681,00	R\$ 284.172,00
Pedras Grandes	R\$ 5.300,00	R\$ 63.600,00
Pescaria Brava	R\$ 6.200,00	R\$ 74.400,00
Rio Fortuna	R\$ 4.800,00	R\$ 57.600,00
Sangão	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
Santa Rosa de Lima	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00
São Martinho	R\$ 4.800,00	R\$ 57.600,00
São Ludgero	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
Tubarão	R\$ 27.438,00	R\$ 329.256,00
Treze de Maio	R\$ 4.800,00	R\$ 57.600,00
Outras Receitas		R\$ 19.219,20
TOTAL	R\$ 163.398,40	R\$ 1.980.000,00

Art. 3º. A Despesa da AMUREL será realizada em conformidade com esta

DESPESAS CORRENTES	1.980.000,00
PESSOAL E ENCARGOS	950.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal civil	720.000,00
Obrigações Patronais	230.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	930.000,00
Aplicações Diretas	930.000,00

DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
INVESTIMENTOS	100.000,00
Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 4º. O Presidente da AMUREL fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% do total da Despesa fixada nesta Resolução, por conta do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro.

Art. 5º. O Presidente da AMUREL fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, para remanejar dotações insuficientes dentro do mesmo projeto, atividades ou de outros.

Art. 6º. Faz parte integrante desta Resolução, o Plano de Trabalho para o exercício de 2015.

Art. 7º. Esta Resolução vigorará a contar de 1º de Janeiro do exercício de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Tubarão, Santa Catarina, 25 de fevereiro de 2015

Moacir Rabelo da Silva

Presidente da AMUREL

Celso Heidemann

Diretor Executivo da AMUREL

estando de acordo com as disposições m AMUREL;

RESOLUÇÃO N. 003--2014

RESOLUÇÃO N. 003/2014

Designa funcionários que especifica para compor Comissão Especial de Avaliação de bem móvel e dá outras providências.

Moacir Rabelo da Silva, Presidente da Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL, no uso das atribuições legais por deliberação unânime dos membros associados e,

Considerando que no dia 27 de fevereiro do corrente ano, foi deliberado em Assembléia acerca da necessidade em substituir o veículo VW/GOL 1.0, ano/modelo 2009 e GM/ASTRA ano/modelo 2010, por Veículos novos, devido ao desgaste pelo uso contínuo do automóvel,

Considerando a aprovação unânime, para que a referida substituição seja realizada, utilizando-se como parte do pagamento os veículos acima descritos de propriedade desta entidade,

Considerando a necessidade em realizar a avaliação do bem atual, bem como, fazer a cotação de preços, no mercado local, garantindo a aquisição de veículo que atenda às necessidades da Amurel em consonância com a proposta mais vantajosa,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados os funcionários: Everson Guimarães, Coordenador Administrativo; Celso Heidemann, Diretor Executivo e Ramon Correa Mendes, Contador, para compor a Comissão Especial de Avaliação de bem móvel, especialmente do Veículo VW/GOL 1.0, Prata, ano/mod 2009, Placas: MGF-8175 e Veículo GM/ASTRA, Prata, ano/mod 2010, Placas: MHH8018, de propriedade da Associação de Municípios da Região de Laguna.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tubarão – SC, 03 DE março de 2014.

Moacir Rabelo da Silva
Presidente da AMUREL.

Celso Heidemann
Diretor Executivo.

RESOLUÇÃO N. 003--2015

RESOLUÇÃO N.003/2015

Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba, na condição de Presidente da Associação dos Municípios da Região de Laguna – AMUREL, no uso de suas atribuições e,

Considerando que o Decreto nº. 8.381, de 30 de Dezembro de 2014, reajustou o valor do salário, passando de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) para R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais);

Considerando o Acordo celebrado entre a AMUREL e a Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam substituídos a partir desta data o anexo I, da Resolução n. 001/2015, pelos anexos I, parte integrante desta Resolução, bem como, reajustados o valor da bolsa de estagiário, que a partir da presente data representam 80 (oitenta por cento) do salário mínimo vigente.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2015.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tubarão – SC, 01 de abril de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Presidente da AMUREL

Celso Heidemann
Diretor Executivo da AMUREL

RESOLUÇÃO N. 004--2015

RESOLUÇÃO N. 004/2015

Reajusta salários e dá outras providências.

JORGE LEONARDO NESI, Presidente da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, na condição de Presidente da Associação dos Municípios da Região de Laguna – AMUREL, no uso de suas atribuições e,

Considerando que a Resolução n. 003/2008, definiu que os salários seriam reajustados anualmente pelo índice do INPC, tendo como data base no mês de agosto;

Considerando o histórico do período de ago/2014 à jul/2015 do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, constante nas Tabelas de Indicadores Econômicos do IBGE,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica reajustado os salários dos empregados da Amurel, em 9,81% (nove virgula oitenta e um por cento), a partir de 01 de agosto de 2015, à exceção dos empregos que tenham seu salário regulamentado por Lei ou Acordo com os respectivos Sindicatos.

Parágrafo único. A metodologia de cálculo utilizada, foi o INPC acumulado nos últimos 12 meses, aplicado sob o salário dos empregados, conforme consta no anexo III, parte integrante desta Resolução.

Art. 4º. Fazem parte desta resolução os anexos I, II e III, parte integrante desta Resolução.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tubarão – SC, 01 de agosto de 2015.
Jorge Leonardo Nesi
Presidente da AMUREL

Celso Heidemann
Diretor Executivo da AMUREL

RESOLUÇÃO N. 005--2014

RESOLUÇÃO Nº 05/2014

“NOMEIA COMISSÃO QUE FISCALIZARÁ A EXECUÇÃO DO CONTRATO PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL.”

O Presidente da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, Moacir Rabelo da Silva, no uso das suas atribuições, de acordo com a Resolução nº 005/2013, bem como o disposto na Cláusula Sétima do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a AMUREL e a empresa SC Engenharia e Geotecnologia, resolve:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão que fiscalizará a execução do Contrato de Prestação de Serviços para elaboração dos planos de gestão integrada de resíduos sólidos dos municípios da região da AMUREL, composta pelos seguintes membros:

I – Celso Heidemann – Diretor Executivo

II – Ramon Correa mendes - Contador

III – Everson Guimarães – Coordenador Administrativo

IV – Patrício Higino de Mendonça Fileti – Auxiliar Administrativo

Art. 2º. A fiscalização envolverá, dentre outras providências que julgarem necessárias ao bom e fiel cumprimento dos trabalhos, a avaliação periódica da qualidade do serviço, prazos e metas a serem alcançadas, de acordo com o Termo de Referência, bem como a Lei Federal nº 12.305/2010 e seu Decreto Regulamentar nº 7.404/2010, além do cumprimento ao respectivo Contrato de Prestação de Serviços.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tubarão/SC, 28 de março de 2014.
Moacir Rabelo da Silva
Presidente da AMUREL

RESOLUÇÃO N. 005--2015

RESOLUÇÃO N. 005/2015

Parecer relativo ao terceiro trimestre do exercício de 2015, firmados com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Tubarão/SC.

O Conselho Fiscal da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, reunido em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, nº 67, bairro Vila Moema, no Município de Tubarão/SC, com o objetivo de analisar e emitir parecer sobre as aplicações dos recursos destinados à Operacionalização e Fortalecimento do Comitê da Bacia do Rio Tubarão e Complexo Lagunar, sob transferência nº 2014TR000869 e Plano Municipal de Resíduos Sólidos da Região da AMUREL, sob transferência nº 2014TR000883 advindos dos convênios firmados com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Tubarão/SC, após análise dos documentos pertinentes, tendo encontrado tudo em perfeita ordem e exatidão, no que diz respeito quanto à correta aplicação dos recursos supramencionados e quanto ao atendimento das finalidades pactuadas.

RESOLVE: Emitir parecer pela aprovação por parte dos signatários, razão pela qual opina pela sua homologação na Assembleia Geral Ordinária.

Tubarão/SC, 25 de agosto de 2015.

Luiz Arnaldo Napoli Prefeito de Jaguaruna	Dilcei Heidemann Prefeita de Santa de Lima	Jaime Wensing Prefeito de Armazém
--	---	--------------------------------------

RESOLUÇÃO N. 006--2014

RESOLUÇÃO N. 006/2014

Reajusta salários e dá outras providências.

MOACIR RABELO DA SILVA, Presidente da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, na condição de Presidente da Associação dos Municípios da Região de Laguna – AMUREL, no uso de suas atribuições e,

Considerando que a Resolução n. 003/2008, definiu que os salários seriam reajustados anualmente pelo índice do INPC, tendo como data base no mês de agosto;

Considerando o histórico do período de ago/2013 à jul/2014 do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, constante nas Tabelas de Indicadores Econômicos do IBGE,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica reajustado os salários dos empregados da Amurel, em 6,33% (seis virgula trinta e três por cento), a partir de 01 de agosto de 2014, à exceção dos empregos que tenham seu salário regulamentado por Lei ou Acordo com os respectivos Sindicatos.

Parágrafo único. A metodologia de cálculo utilizada, foi o INPC acumulado nos últimos 12 meses, aplicado sob o salário dos empregados, conforme consta no anexo III, parte integrante desta Resolução.

Art. 4º. Fazem parte desta resolução os anexos I, II e III, parte integrante desta Resolução.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tubarão – SC, 01 de agosto de 2014.

Moacir Rabelo da Silva
Presidente da AMUREL

Celso Heidemann
Diretor Executivo da AMUREL

Consórcios

CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0005/2015 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0005/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamentos de Informática e Correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Iomerê, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3181.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 28.08.2015 à 31.08.2015. PAL nº: 0006/2015. Pregão Eletrônico nº: 0005. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2015 - PNEUS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Fraiburgo, durante o período de 06 de agosto de 2015 à 30 de setembro de 2015.

FORNECEDOR:

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3046.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 06.08.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0008/2015. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015 - MEDICAMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3047.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 13.08.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0012/2015. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2015 - PNEUS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Timbó Grande, durante o período de 06 de agosto de 2015 à 30 de setembro de 2015.

FORNECEDOR:

JOAÇABA PNEUS LTDA- Ata nº AT15CIMCATARINA3005.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 06.08.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0008/2015. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015 - MEDICAMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiã, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Rio das Antas, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

ADISUL COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3155;
ADISUL COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3156;
ADISUL COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3157;
ADISUL COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3158;
ADISUL COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3159;
ADISUL COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3160;
ADISUL COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3161;
ADISUL COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3162;
ADISUL COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3163;
ADISUL COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA3164;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3165;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3166;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3167;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3168;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3169;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3170;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3171;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3172;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3173;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3174;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3175;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3176;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3177;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3178;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3179;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3180.
 Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 27.08.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0012/2015. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.
 Elói Rönna
 Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015 - MEDICAMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
 EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015
 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2870;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2871;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2872;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2873;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2874;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2875;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2876;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2877;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2878;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2879;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2880;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2881;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2882;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2883;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2884;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2885;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2886;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2887;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2888;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2889;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2890;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2891;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2892;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2893;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2894;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2895;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2896;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2897;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2898;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2899;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2900;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2901;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2902;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2903;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2904;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2905;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA2906;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2907;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2908;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2909;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2910;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2911;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2912;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2913;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2914;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2915;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2916;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2917;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2918;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2919;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2920;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2921;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2922;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2923;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2924;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2925;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2926;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2927;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2928;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2929;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2930;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2931;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2932;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2933;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2934;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2935;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2936;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT15CIM-CATARINA2937;
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2938;
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2939;
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2940;
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2941;
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2942;
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2943;
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2944;
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2945;
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2946;
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2947;
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2948;
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2949;
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2950;
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2951;
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2952;
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2953;
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2954;
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE

[illegible]

AT15CIMCATARINA2999;
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3000;
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3001;
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3002;
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3003;
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3004.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 04.08.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0012/2015. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

- Ata nº AT15CIMCATARINA3148;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3149;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3150;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3151;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3152;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3153;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3154.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 26.08.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0012/2015. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015 - MEDICAMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiã, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3134;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3135;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3136;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3137;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3138;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3139;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3140;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3141;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3142;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3143;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3144;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3145;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3146;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3147;
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015 - MEDICAMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiã, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3081;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3082;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3083;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3084;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3085;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3086;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3087;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3088;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3089;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3090;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3091;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3092;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3093;
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO

HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA3094;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3095;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3096;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3097;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3098;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3099;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3100;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3101;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3102;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3103;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3104;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3105;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3106;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3107;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3108;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3109;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3110;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3111;
 VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3112;
 VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3113;
 VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3114;
 VICTORIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3115.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 24.08.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0012/2015. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015 - MEDICAMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, Brunópolis, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3116;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3117;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3118;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3119;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3120;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3121;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3122;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº

AT15CIMCATARINA3123;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3124;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3125;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3126;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3127;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3128;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3129;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3130;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3131;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3132;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA3133.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 25.08.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0012/2015. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015 - MEDICAMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0009/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS YUMIFARMA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3053;

HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3054;

HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3055;

HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3056;

HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3057;

HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3058;

HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3059;

HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3060;

HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3061;

HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3062;

HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3063;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3064;
 HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3065;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3066;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3067;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3068;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3069;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3070;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3071;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3072;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3073;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3074;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3075;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3076;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3077;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3078;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3079;
 MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3080.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 18.08.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0012/2015. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0015/2015 - PNEUS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0015/2015
 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Curitiba, Fraiburgo, Ibiá, Irani, Itá, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo e Pinheiro Preto, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

A C S PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3006;
 A C S PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3007;
 A C S PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3008;
 A C S PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3009;

A C S PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3010;
 A C S PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3011;
 BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3012;
 BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3013;
 BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3014;
 BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3015;
 BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3016;
 JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3017;
 JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3018;
 JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3019;
 JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3020;
 JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3021;
 JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3022;
 JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3023;
 JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3024;
 JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3025;
 JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3026;
 JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3027;
 MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3028;
 MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3029;
 MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3030;
 MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3031;
 MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3032;
 MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3033;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3034;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3035;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3036;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3037;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3038;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3039;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3040;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3041;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3042;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3043;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3044;
 R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA3045.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 06.08.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0019/2015. Pregão Eletrônico nº: 0015. Registro de Preços nº: 0016.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0016/2015 - LEITES

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0016/2015
 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Leites/Suplementos Alimentares, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Caçador, Curitiba, Monte Carlo, Salto Veloso e Videira, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3048;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3049;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3050;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3051;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA3052.
 Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 17.08.2015 à 31.01.2016. PAL nº: 0020/2015. Pregão Eletrônico nº: 0016.

Registro de Preços nº: 0017.

Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rønnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT2015_CIMCATARINA_024

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº - 024/2015 - CIMCATARINA

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. Valor Estimado R\$ R\$ 135,00 (Cento e trinta e cinco reais), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$ 3.240,00 (Três mil duzentos e quarenta reais). Data: 24.08.2015. Vigência: 24.08.2015 a 23.08.2017. Contrato vinculado ao Processo Licitatório Nº 0033/2014 – CIMCATARINA, na modalidade de Pregão Presencial Nº 0007/2014. Fraiburgo (SC), 28 de agosto de 2015.

Elói Rønnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 97, DE 03/08/2015.

RESOLUÇÃO nº 97, de 03/08/2015.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuar no Pregão Eletrônico nº 002/2015 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, e dá outras providências.

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios consorciados e pelo Contrato de Consórcio Público, e com base na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e na Resolução nº 52, de 09/01/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Ligia Hoepfner, portadora do CPF nº 987.997.629-00 e RG nº 3.413.286, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica na Secretaria de Saúde do Município de Pomerode, para atuar como Pregoeira no Pregão Eletrônico nº 002/2015 no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, desempenhando as competências regulamentares e, em especial, as atividades de que trata o art. 11 da Resolução nº 52, de 09/01/2012.

Parágrafo único - Na ausência e impedimento do Pregoeiro titular, será o mesmo substituído pelo membro da Equipe de Apoio Silvani Maria Sehnem do Amaral, portadora do CPF nº 738.913.399-68 e RG nº 3.321.040-0, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica na Secretaria de Saúde do Município de Indaial, o qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titular.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio no Pregão Eletrônico nº 002/2015, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, os servidores:

Nome do(a) servidor(a)	Emprego/Cargo Público
Raquel Gripa	Gestora de Serviços do CISAMVI
Silvani Maria Sehnem do Amaral	Farmacêutica da Secretaria de Saúde do Município de Indaial
Marcos da Rocha	Agente Administrativo do CISAMVI

Art. 3º - O Pregoeiro, ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 03 de agosto de 2015.

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CIGAMERIOS**EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014**

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público extrato das Atas de Registro de Preços com empresas com classificações subseqüentes devido a desclassificação da primeira colocada, referente o PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.000/2014, pelo "SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS".

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futuras e parceladas aquisições de medicamentos Éticos ou Genéricos, pelos seguintes MUNICÍPIOS PARTICIPANTES: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelandia, Saltinhos, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos, para o exercício financeiro de 2015. AMPARO LEGAL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3555 de 08 de agosto de 2000, Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, subsidiariamente pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Ata de Registro de Preços nº 296/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

Vigência: 20/07/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
273	DEXAMETASONA - DOSE 4MG em 2,5 ML	AMPOLA	FARMACE	3.000	0,80
314	DIPIRONA SÓDICA - DOSE 500MG/ML 2ML	AMPOLA	TEUTO	10.000	0,46
359	ESPIRONOLACTONA - DOSE 100MG	COMPRIMIDO	HIPOLABOR	7.000	0,21
361	ESPIRONOLACTONA - DOSE 50MG	COMPRIMIDO	HIPOLABOR	350.000	0,16

Ata de Registro de Preços nº 297/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Vigência: 20/07/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
292	DIGOXINA - DOSE 0,25 MG	COMPRIMIDO	PHARLAB	500.000	0,03

Ata de Registro de Preços nº 298/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

Vigência: 30/07/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
272	DEXAMETASONA - DOSE 2 MG/ML	AMPOLA	FARMACE	3.000	0,50
274	DEXAMETASONA CREME - DOSE 0,1%	TUBO 10G	PRATI	30.000	0,60
620	NIMESULIDA - DOSE 50 MG/ML	FRASCO 15 ML	PRATI	80.000	0,871

Ata de Registro de Preços nº 310/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa A G KIENEN & CIA LTDA.

Vigência: 26/08/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
740	RISPERIDONA- DOSE 1MG/ML	FRASCO 30ML	PRATI GENE-RICO	2.000	11,8499
842	VARFARINA- DOSE 5MG	COMPRIMIDO	TEUTO GENE-RICO	250.000	0,0948

Ata de Registro de Preços nº 311/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

Vigência: 26/08/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
40	ALOPURINOL -DOSE 100MG	COMPRIMIDO	PRATI GENERICO	99.000	0,0556

DILAIR MENIN

PRESIDENTE DA CIGAMERIOS